

Organizadores
Claudia Paiva Carvalho
José Otávio Nogueira Guimarães
Maria Pia Guerra

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA PANORAMA 2015

VERSIÓN BILINGUE

JUSTICIA DE TRANSICIÓN
EN AMÉRICA LATINA
PANORAMA 2015

Apoio



*Empoderando vidas,
Fortaleciendo nações.*

Realização



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Organizadores
Claudia Paiva Carvalho
José Otávio Nogueira Guimarães
Maria Pia Guerra

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA PANORAMA 2015

VERSIÓN BILINGUE

JUSTICIA DE TRANSICIÓN
EN AMERICA LATINA
PANORAMA 2015

Apoio



Empoderando vidas,
Fortaleciendo nações.

Realização



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

Eugênio Aragão

Secretário Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidente da Comissão de Anistia

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina De Campos Melo

Caroline Proner

Claudinei do Nascimento

Cristiano Otávio Paixão A. Pinto

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

José Carlos Moreira Silva Filho

Juvelino José Strozake

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Paulo Abrão Pires Junior

Prudente José Silveira Mello

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Virgínius José Lianza da Franca

Diretor da Comissão de Anistia

Claudinei do Nascimento

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Tatiana Tannús Grama

Coordenadora-Geral de Gestão Processual

Marleide Ferreira Rocha

Coordenador de Ações Educativas

Alexandre de Albuquerque Mourão

Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes

Carla Osmo

Coordenador de Controle Processual

João Alberto Tomacheski

Coordenadora de Julgamento e Finalização

Natália Costa

Divisão de Informação Processual

Rodrigo Desessards Nelsis

Divisão de Arquivo e Memória

Mayara Nunes de Castro do Vale

Organizadores
Claudia Paiva Carvalho
José Otávio Nogueira Guimarães
Maria Pia Guerra

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA PANORAMA 2015

VERSIÓN BILINGUE

JUSTICIA DE TRANSICIÓN
EN AMERICA LATINA
PANORAMA 2015

Brasília, 2016

Apoio



Empoderando vidas,
Fortalecendo nações.

Realização



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO – 2015

Membros plenos

Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) - Guatemala

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) - Argentina

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) - Brasil

Comissão de Anistia - Brasil

Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos - México

Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario - Colômbia

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) - Brasil

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú - Perú

Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) - El Salvador

Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina - Brasil

Memoria Abierta - Argentina

Núcleo de Preservação da Memória Política - Brasil

Observatorio de Justiça Transicional de la Universidad Diego Portales - Chile

Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica - Uruguay

Observatorio Luz Ibarburu - Uruguay

Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFRJ) - Brasil

Universidad de Lanus - Argentina

Membros afiliados

Benjamin Cuéllar

Francesca Lessa

Jo-Marie Burt

SECRETARIA-EXECUTIVA DA RLAJT (2014-2015)

Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenação

José Otávio Nogueira Guimarães (UnB)

Professores – Pesquisadores

Cristiano Paixão (UnB)

Mamede Said (UnB)

Ione de Fátima Oliveira (UnB)

Caroline Proner (UFRJ)

Maria Paula Araújo (UFRJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Pesquisadores -Supervisores

Claudia Paiva Carvalho

Maria Pia Guerra

Pesquisadores

Amanda Nogueira

Ana Carolina Borges

Ana Carolina Couto

Ana Paula Duque

Bárbara Barreto de Carvalho

Carolina Rezende

Diego Rafael de Queiroz

Esther Serruya Weyl

Hellen Freitas

João Pedro Ramalho

Júlia Guerin

Juliana Cavalcante da Silva

Mariana Fioravanti

Mariana Yokoya

Sofia de Faveri

Talita Rampin

341.5462 J96t Justiça de transição na América Latina : panorama 2015 =
Justicia de transición en América Latina : panorama 2015 /
organização, Claudia Paiva Carvalho, José Otávio Nogueira
Guimarães, Maria Pia Guerra. -- Brasília : Ministério da
Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de
Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

388 p.
Versão bilíngüe.
ISBN : 978-85-5506-041-0

1. Justiça de transição – América Latina. 2. Ditadura –
América Latina. 3. Direitos humanos. 4. Reparação do dano. 5.
Memória coletiva. I. Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de
Anistia. II. Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
(RLAJT).

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Esta publicação é resultado do “Observatório e Rede Latino-Americana de Justiça de Transição”, fomentado com recursos de projeto da Comissão de Anistia com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e sediado, durante o biênio 2014-2015, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. As opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade dos autores e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

Projeto gráfico e diagramação
Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Revisão
Laeticia Jensen Eble (Língua Portuguesa)
Paulo César Thomaz (Língua Espanhola)

APRESENTAÇÃO	11
ARGENTINA	
PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	15
<i>Ana Paula Del Vieira Duque e Claudia Paiva Carvalho (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	15
Judicialização	18
Memória e verdade	20
Reparação	23
Reformas institucionais	24
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL	25
<i>Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) – Argentina</i>	
Investigação sobre a responsabilidade empresarial em delitos de lesa-humanidade	25
Mercedes-Benz	28
Acindar	29
Engenho La Fronterita	30
Referências	31
BRASIL	
PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	35
<i>Claudia Paiva Carvalho (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	35
Memória e verdade	40
Judicialização	45
Reparação	47
Reformas institucionais	48
RESPONSABILIZAÇÃO E DITADURA	51
<i>Emílio Peluso Neder Meyer - Centro de Estudos de Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</i>	
Referências	55
CHILE	
PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	63
<i>Ana Carolina Couto Pereira Pinto Barbosa, Claudia Paiva Carvalho e Hellen Cristina Rodrigues de Freitas (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	63
Justiça	66
Memória e verdade	70
Reparações	74
Reformas institucionais	74
VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO PARA AS VÍTIMAS SOBREVIVENTES DA DITADURA NO CHILE	75
<i>Boris Hau – Observatorio de Justicia Transicional – Chile</i>	
Os ex-presos políticos exigiram do estado um compromisso com as políticas de reparação, justiça e verdade	77
O “Sigilo Valech”	78
Justiça para ex-presos políticos	82
Mulheres ex-presas políticas exigem justiça para suas causas	83
Justiça para os ex-presos políticos membros das Forças Armadas	83
Demandas civis no caso dos ex-presos políticos da Ilha Dawson	84
Conclusão	84
Referências	85

COLÔMBIA

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	89
<i>Esther Serruya Weyl, Mariana Yokoya e Mariana Sant'Ana Fioravanti de Almeida</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	89
Processo de paz	96
Justiça	99
Reparação	100
Verdade e memória	103
Referências	105

EL SALVADOR

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	107
<i>Bárbara Barreto de Carvalho, Maria Pia Guerra e Sofia de Faveri</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	107
Memória e verdade	109
Justiça	110
Reformas institucionais	111
JUSTIÇA TRANSICIONAL PARA EL SALVADOR	113
<i>Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA) – El Salvador</i>	
Atividades da Comissão de Anistia de El Salvador e sua importância para o esclarecimento da verdade como parte do processo de Justiça Transicional	115
El Salvador: Comissão da Verdade (Da loucura à esperança)	115
Referências	117

GUATEMALA

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	119
<i>Bárbara Barreto de Carvalho e Maria Pia Guerra</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	119
Justiça	121
Memória e verdade	123
Reparação	123
Reformas institucionais	124
Referências	124

MÉXICO

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	127
<i>Ana Carolina Lopes Leite Borges, Claudia Paiva Carvalho e Hellen Cristina Rodrigues de Freitas</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	127
Memória e verdade	132
Justiça	133
Reparação	135
Reformas institucionais	135
<i>Desaparecimento forçado e tortura</i>	135
<i>Jurisdição militar</i>	136
<i>Militarização da segurança pública</i>	136

MÉXICO

OS DESAFIOS À JUSTIÇA TRANSICIONAL NO MÉXICO NO PERÍODO DA GUERRA SUJA	139
<i>Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos - México</i>	
A Guerra Suja no México	139
O desenvolvimento do direito à verdade no plano jurídico	140
A investigação dos fatos da Guerra Suja	141
Legislação relativa ao desaparecimento forçado e à jurisdição militar	142
Repetição de atos violadores de direitos humanos	143
Referências	144

PERU

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	151
<i>Esther Serruya Weyl e Maria Pia Guerra (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	151
Justiça	153
Reformas institucionais	154
Reparação	155
Verdade e memória	156
A BUSCA PELAS PESSOAS DESPARECIDAS DURANTE O CONFLITO ARMADO INTERNO PERUANO E AS NECESSIDADES DE SEUS FAMILIARES	157
<i>Mario R. Céspedes Cáceres – Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia (Universidad Católica del Perú)</i>	
Referências	161

URUGUAI

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015	165
<i>Amanda Raquel Alves Nogueira e Claudia Paiva Carvalho (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	165
Ditadura e transição democrática no Uruguai	165
Justiça de transição: as negociações e os esforços na sua construção	166
Memória e verdade	169
Justiça	171
DITADURA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO URUGUAI	175
<i>Observatório Luz Ibarburu – Uruguai</i>	
Referências	194

Apresentação

A Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT) é uma iniciativa que reúne militantes e estudiosos da temática da justiça de transição de diferentes países da América Latina. Criada em 2011 por organizações da sociedade civil e entidades públicas atuantes na região, a RLAJT foi concebida com o propósito de facilitar e promover a troca de conhecimentos sobre as experiências locais dos diferentes países e incentivar a produção de um pensamento integrado sobre a temática na América Latina.

No século passado, boa parte das sociedades latino-americanas experimentaram, cada uma a seu modo, rupturas institucionais que deixaram sequelas cujo enfrentamento ainda é um desafio para o nosso tempo. Alguns dos Estados representados na RLAJT praticaram de forma coordenada, por meio de intensa troca de informações e operações compartilhadas, graves violações de direitos humanos. Daí a importância de um esforço conjunto no sentido de pensar respostas adequadas a essas práticas e seus duros legados. Esse esforço não se pretende apenas acadêmico mas também político, porque almeja produzir ganhos reais nos processos de justiça de transição e na afirmação dos direitos humanos em diferentes países do continente.

No Brasil, a Comissão de Anistia, criada em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça para reparar atos de exceção praticados pelo Estado entre 1946 e 1988, desde 2007 ampliou a sua atuação – antes focada na reparação econômica – de maneira a empreender também políticas de reparação simbólica e de promoção da memória das graves violações de direitos humanos e dos atos de resistência a essas violações. Com o fim de aprofundar o processo democrático brasileiro, concebeu e realizou projetos como: Caravanas da Anistia, Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Memorial da Anistia Política do Brasil e Revista Anistia.

Os trabalhos da Comissão de Anistia para levar a efeito a agenda da transição e o enfrentamento da cultura autoritária no Brasil deixaram cada vez mais evidente a necessidade de construção de redes de atores com propósitos comuns, dentro e fora do país. Esse foi o pano de fundo do seu protagonismo na reunião de parceiros nacionais e internacionais para criação da RLAJT.

Em 2013, a RLAJT foi fundada oficialmente, elegeu seu primeiro Comitê Gestor, instalou sua primeira Secretaria Executiva (sediada na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro) e escolheu a Comissão de Anistia para estar à frente da sua primeira gestão. Por meio do projeto “BRA/08/021 – Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil”, realizado juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão de Anistia contribuiu para que as atividades da RLAJT fossem impulsionadas em seus anos iniciais.

* * *

Entre as atividades previstas para o primeiro biênio da RLAJT incluíam-se a produção e publicação de dois relatórios anuais, um referente a 2014 e outro a 2015, que apresentassem um balanço da situação da justiça de transição em cada país latino-americano representado na Rede. O relatório de 2014 registrou e descreveu eventos relevantes no âmbito da justiça de transição ocorridos, naquele ano, na Argentina, no Brasil, no Chile, na Colômbia, em El Salvador e no Peru. Além desse repositório de eventos significativos, o relatório ofereceu um texto panorâmico sobre o processo de justiça de transição de cada um dos seis países, bem como quadros nacionais com os principais marcos históricos desses processos.

O relatório de 2015, apresentado em versão bilíngue português-espanhol, ampliou não só o número de países contemplados – o que expressa a expansão da RLAJT – como, ao modificar seu escopo, transformou-se no estudo *Justiça de Transição na América Latina – Panorama 2015*. Além dos seis países tratados em 2014, este estudo de 2015 debruça-se sobre os casos de Guatemala, México e Uruguai.

O estudo, portanto, está dividido em nove capítulos, uma para cada país que conta com representação na Rede. Textos elaborados pela equipe de pesquisadores da Secretaria-Executiva, sob a coordenação de Cláudia Paiva de Carvalho e Maria Pia Guerra – que também figuram como coautoras de grande parte deles – apresentam breve histórico e analisam os fatos mais significativos relativos à justiça de transição em cada um desses nove países. Esses textos foram revisados e, eventualmente, emendados pelas instituições-membro da RLAJT. Sete dos nove capítulos contam ainda com artigos temáticos, produzidos por pesquisadores dessas instituições, que aprofundam aspectos dos processos de justiça de transição de seus respectivos países.

Para maiores informações sobre a RLAJT – seus objetivos, histórico, diretrizes, visão, linhas de ação, princípios, estrutura e membros –, consulte nossa página na *web* (www.rljt.com), onde estão disponíveis, inclusive, este estudo e o relatório de 2014. Na mesma página, o leitor interessado encontra biblioteca, notícias e eventos relacionados à justiça de transição na América Latina, bem como as informações necessárias para se tornar membro pleno ou afiliado de nossa Rede. Está feito o convite. Boa leitura!

Paulo Abrão

Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

José Otávio Nogueira Guimarães

Professor da Universidade de Brasília e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição

Brasília, abril de 2016.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

Ana Paula Del Vieira Duque e Claudia Paiva Carvalho

Secretaria da RLAJT¹

Histórico

A última ditadura civil-militar argentina, chamada de Proceso de Reorganización Nacional pela primeira junta militar, iniciou-se em 24 de março de 1976 e teve fim com as eleições democráticas de Raúl Alfonsín para a presidência, em 10 de dezembro de 1983. O processo de transição entre os governos ditatorial e democrático não ocorreu por meio de um acordo, mas como consequência das sucessivas crises que o governo enfrentava. A derrota na guerra das Ilhas Malvinas e a crise econômica foram os pontos culminantes no processo de enfraquecimento do poderio militar.

Durante o governo de Alfonsín, em 1985, ocorreu o paradigmático Juicio a las Juntas (Julgamento das Juntas),² no qual foram julgados os integrantes das três primeiras juntas militares: oficiais superiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O julgamento resultou na condenação de cinco dos nove oficiais acusados. Em 1984, foi criada a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), que publicou o relatório *Nunca Más*,³ no qual se registraram os sequestros, os assassinatos, os desaparecimentos, as torturas e a apropriação de crianças praticados durante a ditadura, a partir de documentos e testemunhos de sobreviventes e familiares das vítimas. O relatório reuniu 8.961 casos, mas estima-se que o terrorismo de Estado no país tenha deixado um saldo de aproximadamente 30 mil pessoas desaparecidas, além de 500 bebês nascidos em cativeiro, que foram sequestrados e entregues ilegalmente para adoção, sendo privados de sua verdadeira

1. O texto contou com revisão e contribuições do Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) da Argentina.

2. Documentos relativos ao julgamento, tais como fotografias e materiais audiovisuais, podem ser encontrados no *site* do Espacio Memoria y Derechos Humanos, em <http://www.espaciomemoria.ar/noticia.php?not_ID=640&barra=noticias&titulo=noticia>, e também no *site* do Memoria Abierta, em <<http://www.memoriaabierta.org.ar/juicioalasjuntas/>>.

3. A publicação está disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas0001.htm>>.

identidade. As informações reunidas no relatório *Nunca Más* ofereceram ao Juicio a las Juntas um fundamental acúmulo de provas.

Em meados do governo de Alfonsín, foram promulgadas as leis do Ponto Final (Lei nº 23.492, de 1986) e da Obediência Devida (Lei nº 23.521, de 1987), conhecidas como “leis da impunidade”, já que impediam a responsabilização penal e, como consequência, a punição dos responsáveis pelos crimes. Em 1989, o presidente Carlos Menem completou o processo de impunidade e editou decretos de indulto que beneficiaram os militares condenados ou processados na justiça.⁴

Em seu relatório anual,⁵ a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) concluiu que as leis do Ponto Final e da Obediência Devida e os decretos de indulto eram incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos e com a Declaração Americana sobre Direitos Humanos. A CIDH recomendou que o governo argentino estabelecesse uma justa compensação aos petionários pela violação da Convenção e da Declaração americanas. Finalmente, sugeriu a adoção de medidas visando esclarecer os fatos e individualizar os responsáveis. Em 1994, foi aprovada uma lei de reparação econômica (Lei nº 24.411/1994) voltada às vítimas de desaparecimento forçado e aos/às familiares de pessoas assassinadas.⁶

Em 1995, familiares de desaparecidos/as reclamaram novamente pelo direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido com seus entes queridos. Em função de sua luta, tiveram início, nessa época, os chamados “processos pela verdade” (*juicios por la verdad*), então apresentados perante tribunais, com produção de prova, mas sem a possibilidade de condenar os responsáveis pelos delitos investigados, devido à vigência das leis de impunidade.

Após muitas batalhas judiciais e articulações políticas e sociais por parte de familiares de mortos/as e desaparecidos/as políticos/as e das organizações de direitos humanos, em 2001, um juiz federal de primeira instância declarou a inconstitucionalidade e nulidade das leis do Ponto final e Obediência Devida.⁷ No ano de 2003, o Congresso Nacional argentino

4. Ver o Decreto nº 1.002/1989. Disponível em: <www.infoleg.gov.ar>.

5. *Informe no 28/92*. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/92span/Argentina10.147.htm>>.

6. Disponível em: <http://www.infojus.gob.ar/legislacion/ley-nacional-24411-ausencia_por_desaparicion_forzada.htm?6>.

7. Tal declaração foi dada no caso “Simón, Julio y del Cerro, Juan Antonio s/ sustracción de menores de 10 años – Causa nº 8.686/2000”. Disponível em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/research/argentina/csjn2003sep30.html>>.

decretou a nulidade absoluta e insanável dessas leis, o que possibilitou que o poder judiciário reabrisse as causas que tinham sido arquivadas por aplicação das leis de impunidade e iniciasse novas investigações. No mesmo ano, como medida de reforma institucional, o presidente Nestor Kirchner determinou o expurgo de 52 oficiais militares por responsabilidade em violações a direitos humanos no período ditatorial.

A inconstitucionalidade e a nulidade das leis de impunidade foram confirmadas pela Suprema Corte de Justiça de la Nación em 2005, na sentença do caso “Simón, Julio y otros s/ privación ilegítima de la libertad, etc.”⁸ Em 2006, foi finalizado o primeiro julgamento desde a reabertura do processo na justiça, no qual se condenou um dos responsáveis por delitos de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura cívico militar.⁹

Durante 2015, a Argentina seguiu avançando e aprofundando os debates e as ações no campo da justiça transicional. O país é considerado uma referência na América Latina, em razão do processo de julgamento das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura e da participação ativa de vítimas, familiares e organismos de direitos humanos na luta por verdade, justiça e na promoção da memória.

Estruturado a partir dos quatro pilares tidos como norteadores no campo de estudos e de ação da justiça de transição, o presente relatório apresenta uma síntese das notícias do ano que ganharam destaque nos meios de comunicação ou foram divulgadas por organismos de direitos humanos na Argentina. Memória e verdade, justiça, reparação e reformas institucionais foram os eixos orientadores das buscas realizadas principalmente nos canais de comunicação do jornal *El País*,¹⁰ do grupo Memoria Abierta,¹¹ das organizações não governamentais Abuelas de Plaza de Mayo

8. Sentença disponível em: <<https://www.mpf.gov.ar/Institucional/UnidadesFE/Simon-CSJN.pdf>>.

9. Tribunal Oral Federal nº 5 de la Capital Federal, “Simón, Julio Héctor s/ privación ilegal de la libertad, tormentos y ocultación de un menor de diez años”, 4 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.cij.gov.ar/nota-931-Sentencias-de-Tribunales-Orales-en-el-pa-s.html>>.

10. Por meio do *site* do jornal (http://elpais.com/elpais/portada_america.html) e de sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/elpais?fref=ts>).

11. Organização não governamental criada em 1999, o Memoria Abierta é uma associação civil coordenada por organizações de direitos humanos para a promoção e resgate da história recente argentina, bem como uma articulação para a promoção de direitos humanos. Mais informações estão disponíveis em seu *site* (<http://www.memoriaabierta.org.ar/>) e sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/memoriaabiertaok>).

e Madres de Plaza de Mayo,¹² H.I.J.O.S Capital,¹³ Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels)¹⁴ e da organização governamental Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex Esma).¹⁵

Judicialização

No que se refere à judicialização como política de justiça de transição na Argentina, segundo dados divulgados pelo Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels),¹⁶ até dezembro de 2015, tinham sido finalizados 154 julgamentos por crimes de lesa-humanidade, por meio dos quais foram condenadas 662 pessoas e absolvidas 60. Ainda restam 398 causas ativas, entre as quais se destacam algumas “megacausas”,¹⁷ tais como: *i*) a do ex-centro clandestino de detenção, tortura e extermínio (que funcionou na Escuela Mecánica de la Armada – Esma), em que 59 repressores são julgados pela acusação de sequestro, tortura e assassinato de 789 pessoas,¹⁸ incluindo pela primeira vez os “voos da morte”; *ii*) a causa do Plano Condor, que investiga a articulação repressiva entre as ditaduras sul-americanas para a eliminação de opositores políticos, como uma associação ilícita e com vítimas de várias nacionalidades (Plan..., 2015); e *iii*) o “Juicio a los Jueces”, que julga 31 pessoas, entre elas ex-funcionários judiciais, como os ex-juízes Otilio Romano e Luis Miret (Juicio..., 2015).

A Procuradoria de Crimes contra a Humanidade, em seu relatório estatístico, indicou que, em 2015, foram finalizados 19 julgamentos, em

12. Ambas as associações foram fundadas em 1977. A Madres de Plaza de Mayo (Mães da Praça de Maio) foi criada com o objetivo de buscar por pessoas desaparecidas, já a Abuelas de Plaza de Mayo lutava pela restituição de crianças sequestradas e apropriadas durante a última ditadura. Mais informações podem ser encontradas nos sites dessas organizações (<http://www.madres.org/> e <http://www.abuelas.org.ar/>), no Facebook (<https://www.facebook.com/Abuelas-de-Plaza-de-Mayo-Sitio-oficial-178051892255167/>) e no Blogspot (<http://madresfundadoras.blogspot.com.ar/>).

13. O grupo Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S) nasceu em 1995, com o objetivo de “exigir justiça, reconstruir a história pessoal e a identidade das pessoas sequestradas, reivindicar as lutas de seus pais, mães, e das/os mais de 30.000 desaparecidas/os políticas/os” pela ditadura argentina. Mais informações estão disponíveis em seu site (<http://www.hijos-capital.org.ar/>) e em sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/hijoscapi?ref=ts>).

14. Organização não governamental fundada em 1979 que trabalha na promoção e proteção dos direitos humanos e no fortalecimento do sistema democrático na Argentina. Mais informações podem ser acessadas no site do CELS: <http://www.cels.org.ar/>.

15. Informações sobre o ex Esma podem ser encontradas em seu site (<http://www.espaciomemoria.ar/>) e em sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/espaciomemoria?ref=ts>).

16. As estatísticas estão disponíveis em: <http://www.cels.org.ar/blogs/estadisticas/>.

17. As megacausas se caracterizam por ter múltiplos acusados por delitos cometidos contra um número grande de vítimas de um mesmo circuito repressivo ou clandestino de detenção.

18. Sobre a megacausa da ex-Esma, ver também Carrá (2015).

que foram sentenciados pela primeira vez 114 acusados, entre os quais, 106 foram condenados e 8 foram absolvidos (Argentina, 2015e).

No mesmo relatório, a procuradoria destacou que, em 2015, foram prolatadas cinco sentenças condenatórias por delitos de violência sexual caracterizados como crimes de lesa-humanidade. Nessas sentenças, 18 acusados foram condenados pelos delitos de violação e abuso sexual perpetrados contra 28 vítimas.

Durante o ano de 2015, houve alguns avanços em investigações judiciais que envolviam civis acusados de serem responsáveis por delitos de lesa-humanidade. Entre os acusados encontram-se donos e diretores de empresas, juízes e outros operadores judiciais, membros da Igreja Católica e médicos (Valle, 2015).

Em abril, as secretarias de direitos humanos da Nação e da Província de Buenos Aires, juntamente com familiares de uma das vítimas, apresentaram denúncia contra a empresa Loma Negra pelo sequestro e assassinato do advogado trabalhista Carlos Alberto Moreno durante a ditadura. A denúncia é consequência da sentença prolatada em março de 2013 pelo Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, que condenou os autores do crime e ordenou a investigação da diretoria da empresa, tendo em vista a existência de elementos que indicariam sua participação no sequestro e assassinato do advogado (Argentina, 2015a). A apresentação da denúncia nessa investigação judicial é outro passo concreto e importante para aprofundar a investigação sobre a responsabilidade de empresários e diretores de empresas na prática de delitos de lesa-humanidade.¹⁹

Em junho de 2015, a justiça argentina condenou o primeiro ex-magistrado pela prática de crimes de lesa-humanidade cometidos no exercício de suas funções como juiz federal durante a ditadura. Manlio Torcuato Martínez foi condenado a 16 anos de prisão pelos crimes de associação ilícita, abuso de autoridade, descumprimento da obrigação de promover a persecução penal, prevaricação, encobrimento na investigação do assassinato de cinco militantes dos Montoneros em 1976 e pela privação ilegal da liberdade de outra vítima por abuso de função (Bullentini, 2015).

Por sua vez, a atuação judicial tem sido criticada por organismos de direitos humanos, que assinalam demoras nas investigações e a falta de integração dos tribunais para o correto desenvolvimento dos julgamentos. Em junho de 2015, organismos de defesa dos direitos humanos mobilizaram-se

19. Outras iniciativas empreendidas pela Argentina para investigar a responsabilidade de atores econômicos que cooperaram com a ditadura estão descritas em Bohoslavsky e Torelly (2015).

perante o Conselho da Magistratura em rechaço às manobras judiciais que paralisam causas em que empresários, religiosos e funcionários do Judiciário são investigados. Nessa oportunidade, a Comissão de Seleção de Magistrados fez a designação de juízes substitutos em Bahía Blanca, onde as autoridades judiciárias têm sido acusadas de obstaculizar as investigações relacionadas a crimes de lesa-humanidade (Convocatoria..., 2015).

Problemas semelhantes foram apontados nos casos de investigações judiciais por crimes de lesa-humanidade no município de San Martín, província de Buenos Aires. Para além das dificuldades estruturais relacionadas à instrução criminal, tais como alta fragmentação das causas e a falta de definição de critérios de investigação efetivos, somam-se a carência de juízes permanentes e a demora na fixação do início dos debates orais (Dandan, 2015a).

A Argentina é reconhecidamente uma referência em termos de resposta judicial às violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura, mas é importante assinalar o enfrentamento de dificuldades que são inerentes ao processo. Assim, mesmo com todo o protagonismo na região, também há registros de impunidade, resultado da idade avançada dos acusados – que muitas vezes morrem sem terem sido levados a julgamento ou são afastados do processo por terem sido afetados por uma incapacidade superveniente – e do ritmo das investigações judiciais. Em setembro de 2015, morreu, aos 85 anos e sem ter sofrido nenhuma condenação, Mario Benjamín Menéndez, que foi chefe de Estado-Maior do Exército argentino durante a Operação de Independência, em 1975, comandante do centro clandestino Escuelita de Famaillá e governador *de facto* das Ilhas Malvinas durante a guerra de 1982. Menéndez foi processado em 2012, juntamente com outros 16 militares, pelos delitos de associação ilícita, violação de domicílio, privação ilegal de liberdade, coação ilegal, assédio e tortura, abusos sexuais e homicídios (Otro..., 2015; Dandan, 2015b).

Memória e verdade

Em relação à memória, um dos principais acontecimentos de 2015 foi a inauguração do Sitio de Memoria Esma, em um prédio da antiga Escola de Mecânica da Armada, que funcionou como um centro clandestino de detenção, tortura e extermínio na ditadura. O local funciona “como um espaço de homenagem às vítimas e de repúdio aos crimes contra a humanidade cometidos durante o terrorismo de Estado.”²⁰ Além do Sitio de Memoria, o prédio abriga o Arquivo Nacional da Memória, as sedes de organismos históricos de direitos humanos, o Museu Malvinas, institutos

20. Mais informações em: <<http://www.espaciomemoria.gov.ar/espaciohoy.php>>.

para a promoção de direitos humanos do Mercosul e das Nações Unidas, entre outros espaços para realização de atividades culturais e educativas para a promoção dos direitos humanos e valores democráticos.²¹

No final do seu mandato, no mês de dezembro de 2015, a presidenta Cristina Fernández inaugurou outros seis edifícios do Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex-Esma), onde funcionarão diversas instituições de defesa dos direitos humanos, entre elas a sede da Secretaria de Direitos Humanos da Nação (La Presidenta..., 2015). Essa transformação do prédio da ex-Esma insere-se no processo de resignificação dos lugares utilizados pela ditadura para sequestrar, torturar e assassinar, transformando-os em espaços de reflexão sobre o passado e de promoção da memória.

Outro marco relevante em 2015 foi o aniversário de 30 anos do julgamento das juntas militares na Argentina. Tendo em vista essa data simbólica, a organização Memoria Abierta, membro da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), divulgou seu importante acervo, contendo fotografias, documentos e materiais audiovisuais, com destaque para as 530 horas de registro filmico do julgamento histórico.²² O julgamento das juntas ocorreu ao longo de 1985 e se dedicou ao julgamento de casos selecionados pela promotoria, com o intuito de provar a prática sistemática de sequestros, torturas, apropriação de crianças, assassinatos, roubos – entre tantos outros delitos – mediante o uso do aparato do Estado. O julgamento das juntas documentou a existência de um plano sistemático de extermínio implementado pelas Forças Armadas, com a anuência e/ou colaboração de alguns atores sociais.²³

A busca por filhas/os e netas/as apropriadas/os no momento do sequestro de seus pais durante a ditadura seguiu sendo eixo orientador das articulações entre Estado e sociedade civil no pós-ditadura. A associação Abuelas de Plaza de Mayo foi criada em 1977 com o objetivo de buscar informações para encontrar os aproximadamente 500 bebês que foram sequestrados de suas famílias e entregues a militares ou terceiros. Com a criação do Banco Nacional de Datos Genéticos (BNDG), em 1987, e da Comissão Nacional pelo Direito à Identidade (Conadi), em 1993, a busca pelos netos e pelas netas consolidou-se como política de Estado. Em cada restituição de identidade participam a Abuelas de Plaza de Mayo, a Conadi, o poder judiciário e o BNDG. Em 2015, graças a essa articulação, foram

21. É possível fazer um *tour* virtual e ver imagens do local por meio dos endereços: <<http://www.espaciomemoria.ar/mapa.php>> e <http://www.espaciomemoria.ar/recorrido_historico_fotos.php>.

22. O acervo pode ser consultado em: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/juicioalasjuntas/>>.

23. Ver mais informações em: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/juicioalasjuntas/#sthash.FVMDrPIh.dpuf>>.

identificados/as e localizados/as os/as netas nº 117, 118 e 119, sequestrados/as durante a ditadura (Abuelas..., 2015a; Abuelas..., 2015b; Abuelas... 2015c). A Abuelas de Plaza de Mayo, por sua vez, realiza anúncios publicitários, livros, filmes e obras de teatro que visam estimular adultos nascidos entre 1975 e 1980 a buscar sua verdadeira identidade.

Ainda como política de memória e verdade, grupos que militam pela defesa dos direitos humanos na Argentina promoveram diversas atividades, tais como intervenções artísticas, mostras de filmes, espaços de debate público, programas de rádio e edição de livros a respeito da temática da ditadura e da busca por reparações.

Em nova tentativa de defender a impunidade de setores da sociedade representados pelo jornal *La Nación*, em novembro de 2015, o diário publicou um editorial contrário aos julgamentos por crimes de lesa-humanidade na Argentina. Nesse editorial, solicitava-se ao governo do presidente eleito Mauricio Macri que resolvesse a situação dos ex-membros das Forças Armadas e de Segurança que foram condenados e encontram-se detidos. O editorial foi muito criticado por organizações de direitos humanos e pelos próprios trabalhadores do jornal, que repudiaram a opinião expressa no texto (Trabajadores..., 2015).

Como contribuição à reconstrução histórica e às investigações e processos judiciais, foi apresentada uma pesquisa sobre as relações entre a Igreja Católica e a ditadura argentina, realizada pelo historiador Lucas Bilbao e pelo sociólogo Ariel Ledesma. A partir dos estudos do diário de Victorio Bonamín, os autores elaboraram um relatório que demonstra que “ao menos 102 sacerdotes exerciam seu trabalho pastoral em unidade militares, onde funcionavam centros clandestinos” (Martínez, 2015). Esse relatório foi entregue à Procuradoria de Crimes contra a Humanidade e dará suporte a investigações judiciais.

Também foi apresentado o relatório *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado* (Argentina; Cels; Flacso, 2015), resultado de investigações que apontam para a responsabilidade de 25 empresas nacionais e estrangeiras na repressão a trabalhadores durante a ditadura. A publicação foi igualmente entregue à Procuradora de Crimes contra a Humanidade do Ministério Público para subsidiar causas judiciais.

Na mesma linha de cumplicidade econômica de empresas e empresários com a ditadura, foi criada a Comisión Bicameral de Identificación de las Complicidades Económicas y Financieras, composta por cinco deputados e cinco senadores (Crearán..., 2015). A comissão bicameral

tem por objetivo a elaboração de um relatório no qual devem ser descritos detalhadamente os aspectos mais importantes e as consequências das políticas econômica, monetária, industrial, comercial e financeira adotadas durante a última ditadura civil militar, bem como identificados os atores econômicos e técnicos que contribuíram e/ou se beneficiaram com a ditadura, fornecendo apoio econômico, técnico, político, logístico ou de outra natureza (El Senado..., 2015).

Reparação

No campo da reparação econômica, em junho de 2015, foi promulgada a Lei nº 27.143, a qual estabelece que os requerimentos dos benefícios estipulados nas leis reparatórias para as vítimas do terrorismo de Estado não têm prazo de decadência. Dessa forma, garante-se que aquelas pessoas que ainda não haviam feito o requerimento possam exercer seu direito à reparação a qualquer momento.

No campo da reparação simbólica, em outubro, de 2015, o ministro de Economia e Finanças Públicas, Axel Kicillof, entregou documentos retificados aos familiares de 31 trabalhadores do Ministério de Economia e de empresas sob sua responsabilidade, vítimas de desaparecimento forçado durante a ditadura. De acordo com o comunicado da imprensa desse ministério, “a retificação dos documentos enquadra-se no Decreto nº 1119/2012, ditado pela presidenta Cristina Fernández de Kirchner, para escrever a verdadeira causa do término da relação laboral de trabalhadores estatais” (Argentina, 2015b).

Ainda em outubro, o ministério também entregou a familiares os documentos retificados de 42 trabalhadores de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), detidos e desaparecidos (Argentina, 2015c). Os dois atos se caracterizaram como reinvidicações amplamente ansiadas pelos familiares das vítimas e foram profundamente emotivos.

Em agosto do mesmo ano, foram retificados os documentos de trabalho de alunos/as, docentes e auxiliares da educação da província de Buenos Aires desaparecidos/as durante a última ditadura argentina. Constava nos documentos a informação falsa de que essas pessoas tinham sido despedidas por “abandono de emprego”. Assim, os documentos foram alterados para constar o verdadeiro motivo da baixa: “perseguição política” ou “desaparição forçada como consequência do terrorismo de Estado”. Segundo a diretora-geral de Cultura e Educação, Nora de Lucia, “a recuperação da verdade em cada história de cada docente, cada aluno, de auxiliares e administrativos é um ato de justiça, é uma vitória da vida sobre a morte, e da memória sobre o esquecimento” (Roesler²⁰¹⁵).

Reformas institucionais

Em julho de 2015, o Congresso argentino promulgou uma lei, sancionada pela presidente Cristina Fernández Kirchner, que proíbe a anistia, o indulto ou a comutação de pena em casos de crime de lesa-humanidade. A Lei nº 27.156 estabelece, em seu único artigo, que “as penas ou processos penais sobre os delitos de genocídio, de lesa-humanidade e crimes de guerra contemplados nos artigos 6, 7 e 8 do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional e nos Tratados internacionais de Direitos Humanos, com hierarquia constitucional, não podem ser objeto de anistia, indulto ou comutação de pena, sob pena de nulidade absoluta e insanável do ato que assim disponha”. Segundo o autor do projeto de lei, o deputado e neto recuperado Horacio Pietragalla, o objetivo é “uma reafirmação das instituições democráticas acerca da gravidade dos delitos de lesa-humanidade e da obrigação do julgamento e punição de seus responsáveis” (Una garantía..., 2015).

RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS)
Argentina²⁴

Investigação sobre a responsabilidade empresarial em delitos de lesa-humanidade

Em novembro de 2015, o Poder Executivo Nacional argentino, através do Programa Verdade e Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos, ambos dependentes do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação, a área de economia e tecnologia da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) e o Centro de Estudos Legais e Sociais (Cels) apresentaram os resultados da investigação sobre a responsabilidade empresarial em delitos de lesa-humanidade à Procuradoria de Crimes contra a Humanidade do Ministério Público. Em dezembro, os resultados da investigação foram entregues ao deputado Héctor Recalde, para que, por seu intermédio, chegasse à Comissão Bicameral de Identificação das Cumplicidades Econômicas e Financeiras²⁵ para sua consideração. Finalmente, no mesmo mês, o relatório foi divulgado publicamente.

O relatório *Responsabilidade empresarial em delitos de lesa-humanidade: repressão a trabalhadores durante o terrorismo de Estado* (Argentina; Cels; Flacso, 2015) agrega evidências sobre a responsabilidade de um setor do empresariado nacional e estrangeiro nas violações aos direitos humanos cometidas contra trabalhadores durante a ditadura.

O trabalho abarca 25 empresas dedicadas a diferentes atividades e situadas em distintas regiões do país: Minera El Aguiar, La Veloz del Norte, Grafanor, Engenhos Ledesma, La Fronterita e Concepción (NOA); Alpargatas, Molinos Río de la Plata, Swift, Propulsora Siderúrgica, Astillero Río Santiago e Petroquímica Sudamericana (cordões do sul bonaerense); Grafa, Ford, Mercedes-Benz, Lozzadur y Catáneo, Astilleros Astarsa y Mestrina, Dálmine-Siderca e Acindar (norte e oeste da província de Buenos Aires e sul de Santa Fé); Fiat (zona Central); Las Marías (NEA); e Loma Negra y La Nueva Província (interior de Buenos Aires). Atualmente, quase todas essas empresas estão sendo investigadas judicialmente, com distintos tipos de estado e alcance das respectivas causas.

24. Texto traduzido por Mateus Paula Leite Paz, em colaboração com a RLAJT.

25. Em novembro de 2015, o Congresso da Nação aprovou a Lei nº 27217, logo promulgada pela presidenta Cristina Fernández de Kirchner, que criou a Comissão Bicameral de Identificação das Cumplicidades Econômicas e Financeiras durante a última ditadura militar. O deputado Reclade foi o autor do projeto de lei.

Nas 25 empresas foram identificadas quase 900 vítimas do terrorismo de Estado. Entre elas, 354 permanecem desaparecidas, 65 foram assassinadas e mais de 450 foram sequestradas e depois liberadas. A maioria das vítimas era trabalhadores e ex-trabalhadores dessas empresas que haviam participado dos processos de conflito e organização trabalhista anteriores ao golpe de 1976.

A investigação revelou que, em cinco das empresas, houve entre 70 e mais de 100 trabalhadores vítimas da repressão: Astillero Río Santiago, Dálmine-Siderca, Acindar, Engenho Ledesma e FIAT. Em outras cinco, as vítimas foram entre 30 e 40. Em 14 empresas, entre 10 e 30. No jornal *La Nueva Provincia* foram registradas duas vítimas.

O ciclo repressivo teve uma primeira etapa entre 1974 e 24 de março de 1976, durante a qual os casos mais visíveis e intensos foram: os das empresas Fiat, em Córdoba; os engenhos Concépcion e La Frontería, de Tucumán, em vinculação com o “Operativo Independência”; e os casos do Engenho Ledesma, em Jujuy, e no cordão industrial da zona norte – em particular, Acindar, em Villa Constitución, e em menor medida, Dálmine-Siderca, em Campana.

Uma segunda etapa repressiva, na qual houve um salto qualitativo em intensidade, iniciou-se em 24 de março de 1976, com massivas operações militares nas fábricas, caracterizada por seu impacto sobre os trabalhadores entre 1976 e 1977, abarcando diversas formas de violência nos locais de trabalho, proibição de assembleias e reuniões, além do aprofundamento das estruturas de vigilância e controle. Essa etapa estendeu-se até 1979, quando começa uma relativa queda do impacto repressivo nos casos analisados pelo relatório.

As práticas repressivas eram protagonizadas por figuras empresariais de distintas hierarquias, que se relacionavam com diversos atores militares, em diferentes espaços, e envolviam-se em distintas práticas repressivas: gerentes; chefes de áreas como segurança e vigilância, relações industriais ou profissionais e pessoais; superiores hierárquicos como chefes de produção ou superintendentes de fábrica e, em alguns casos, membros de diretório, acionistas ou donos de empresas.

Essas práticas devem ser analisadas no contexto de um processo geral de militarização dos estabelecimentos trabalhistas. O nível máximo de militarização foi a instalação de centros clandestinos de detenção e tortura dentro dos locais de trabalho. Cinco empresas mantinham centros de reclusão, onde as vítimas eram detidas ilegalmente e submetidas a maus-tratos e torturas: uma siderúrgica em Santa Fe (Acindar), uma indústria automotiva e um estaleiro na Grande Buenos Aires (Ford e

Estaleiro Río Santiago), um engenho açucareiro em Tucumán (La Fronterita), e uma empresa de transporte em Salta (La Veloz del Norte). Além disso, em alguns dos casos estudados, esse apoio extremo à repressão foi complementado pela presença dos dirigentes das empresas no sequestro, cativo e tortura dos trabalhadores. Nesse sentido, destaca-se o caso de Marcos Levín, então dono da La Veloz del Norte.

Se, por um lado, a instalação de centros clandestinos de detenção e tortura dentro das fábricas foi a variante mais extrema da militarização, por outro, a mais utilizada – com particular ênfase a partir de 24 de março de 1976 – foi a prática de operações com grande emprego de efetivos e de força nos estabelecimentos fabris. Nesses casos, mobilizava-se uma vasta gama de práticas empresariais, que compreenderam as convocações explícitas à intervenção militar e a disponibilização de materiais decisivos para a sua ocorrência. A participação das empresas na logística repressiva inclui o fornecimento de recursos: econômicos, para a manutenção de soldados; financeiros, para solucionar gastos; móveis, para transportar tropas e sequestrados; e informativos, que alimentavam a política repressiva.

As práticas repressivas reveladas na investigação, segundo seu grau de recorrência são:

- sequestro de trabalhadores nas fábricas e demissão ou retirada forçada de trabalhadores ativistas (88%);
- entrega de informação privada às forças repressivas sobre os trabalhadores e listas de delegados (76%);
- presença e atividade militar de controle, supervisão e amedrontamento dentro das fábricas (72%);
- oficiais das forças armadas ou de segurança em cargos diretivos (68%);
- agentes de inteligência infiltrados (60%);
- operações militares em estabelecimentos fabris (56%);
- quadros empresariais nas detenções, sequestros e torturas (52%);
- habilitação de instalações para o estabelecimento de forças repressivas (48%);
- contribuições econômicas às forças repressivas (48%);
- uso de veículos da empresa em operações de detenção e sequestro (40%);

- controle militarizado do ingresso na planta fabril (40%);
- ameaças de diretores aos trabalhadores com o uso da força repressiva (36%);
- pedidos de detenção por parte dos diretores (36%);
- pedidos de intervenção militar em conflitos (32%);
- sequestros de trabalhadores no trajeto entre a empresa e a casa (32%);
- agências de segurança nas empresas (32%);
- centros clandestinos de detenção em estabelecimentos da empresa (24%);
- controle militarizado da produção (16%); e
- retenção e tortura em espaços da fábrica (16%).

No exercício de poder repressivo contra os trabalhadores, as forças armadas contaram, em numerosas ocasiões, com o apoio adicional ou substantivo de donos ou superiores hierárquicos das empresas. Em alguns casos particulares, as figuras empresariais colocaram-se em franca posição de iniciativa repressiva (mais de 30%). Em outros, explicitaram posições de força por meio de ameaças diretas. Em sua maioria, estiveram presentes no lugar e no momento dos sequestros e torturas (52%). Essas práticas de articulação entre setores militares e empresários na repressão a trabalhadores constituem violações aos direitos humanos, tanto por suas características próprias quanto porque se inserem na trama do terrorismo de Estado.

Na sequência, serão apresentadas algumas empresas que foram objeto da investigação.

Mercedes-Benz

Os trabalhadores da fábrica da Mercedes-Benz Argentina, localizada em Gonzáles Catán, haviam conquistado, antes do golpe de Estado de 24 de março de 1976, várias melhorias salariais e relativas às condições de trabalho. Também opuseram-se com êxito a várias tentativas da empresa de elevar a produtividade aumentando o ritmo de trabalho.

Esse processo de exigências trabalhistas exitosas foi revertido a partir do começo da ditadura, durante a qual ao menos 20 trabalhadores da Mercedes-Benz foram vítimas de crimes de lesa-humanidade. Quinze estão

desaparecidos, um foi assassinado e quatro sequestrados e depois liberados. Duas das vítimas foram sequestradas em seu local de trabalho, sem que a empresa efetuasse qualquer denúncia. Um desses trabalhadores, enquanto esperava que viessem levá-lo, escutou o gerente de produção entregar às forças repressivas o endereço de um de seus companheiros de trabalho, que foi ali sequestrado horas depois.

Em 4 de janeiro de 1977, a empresa havia convocado vários trabalhadores para uma reunião para discutir as condições de trabalho. A boa predisposição dos diretores durante o encontro chamou a atenção de dois dos representantes dos trabalhadores, que foram sequestrados horas depois de concluída a reunião.

A empresa também entregou à repressão listas de nomes, fotografias, endereços e fichas dos trabalhadores. A ficha da inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires de um dos trabalhadores desaparecidos demonstra esse tipo de apoio. Na ficha se lê: “a empresa o tem acusado como encarregado de distribuir panfletos apoiados pela Comissão Externa” e “o responsável integraria o Movimento Operário da Empresa”. As ligações da empresa com o exército chegaram a tal ponto que esta inclusive lhe doou aparelhos de neonatologia, evidentemente destinados a maternidades instaladas em centros clandestinos de detenção.

Nesse contexto, os diretores da empresa, ao mesmo tempo que mantinham frequentes reuniões com as autoridades da ditadura, implementaram as medidas de aumento do ritmo de trabalho tão resistidas pelos trabalhadores antes do golpe e levaram adiante um plano sistemático de redução da quantidade de operários.

O Cels intervém como reclamante desde o ano de 2002 na causa em que se investiga a repressão de que foram vítimas, em agosto de 1977, sete dos trabalhadores referidos,²⁶ e a possível responsabilidade dos diretores da empresa, da cúpula do Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor (Smata), de funcionários civis da ditadura e das forças armadas.

Acindar

Os trabalhadores da instalação de Villa Constitución, da empresa siderúrgica Acindar, protagonizaram um processo de organização que os converteria em um dos principais expoentes do sindicalismo combativo, pelo qual conseguiram melhoras, como a criação de um policlínico, aumentos salariais e aumento da quantidade de afiliados.

26. São eles: Fernando Omar Del Contte, Diego Eustaquio Núñez, Alberto Gigena, Héctor Aníbal Ratto, Jorge Alberto Leichner Quilodran, Juan José Mosquera e Alberto Francisco Arenas.

Em Acindar houve 95 vítimas de delitos de lesa-humanidade, trabalhadores e pessoas vinculadas à empresa: 18 assassinados, oito desaparecidos e 69 detidos e liberados. A maioria desses delitos ocorreu antes do golpe. Além disso, havia uma estreita relação entre os diretores da empresa e os militares: em 1975 José Alfredo Martínez de Hoz era o presidente do diretório, em 1976 passou a exercer o cargo de ministro da Economia e, em suas tarefas em Acindar, foi substituído pelo general Alcides López Aufranc.

A empresa colocou uma miríade de recursos à disposição do aparato repressivo. A instalação foi militarizada e funcionaram dentro dela um destacamento policial e um centro clandestino de detenção. Vários trabalhadores relatam terem sido torturados nos “albergues de solteiros” dentro do prédio da instalação. Alguns foram detidos em seu local de trabalho, e a empresa forneceu meios de transporte, dinheiro e as fichas pessoais dos trabalhadores, além de outra informação que possibilitou que se levassem a cabo as detenções. Em 1975 Acindar ordenou que seus operários realizassem os trâmites para retirar carteira de identidade e de uma nova carteira de fábrica. As fotos tiradas pela empresa nessa oportunidade foram depois usadas pelo aparato repressivo para sequestrá-los.

Engenho La Fronterita

O engenho açucareiro La Fronterita, situado a 45 quilômetros de San Miguel de Tucumán, registrou, nos anos anteriores à última ditadura militar, um processo de recuperação sindical dirigido por setores combativos que, por meio de sua comissão diretora e do corpo de delegados, levaram adiante vários conflitos com a empresa por melhorias nas condições de trabalho.

Ao menos 25 operários da empresa foram vítimas de crimes de lesa-humanidade: dois assassinados, nove desaparecidos e 14 sequestrados e liberados. Pelo menos sete deles haviam integrado a comissão diretora ou o corpo de delegados do sindicato. Um trabalhador sequestrado relata que, enquanto o interrogavam sob torturas na La Escuelita, disseram-lhe: “quem te mandou em cana foram seus patrões”. A empresa aproveitou a situação para reforçar o disciplinamento e o controle dos trabalhadores, reduzindo o potencial de conflitos trabalhistas. Paralelamente, efetuou uma doação considerável²⁷ ao Fundo Patriótico Açucareiro, criado durante o governo ditatorial de Antonio Domingo Bussi.

27. Estimava-se que a doação teria sido de US\$ 300.000; já uma investigação mais recente aponta o valor de US\$ 400.000.

A empresa ofereceu à repressão parte de sua propriedade, que foi utilizada como centro clandestino de detenção, onde foram torturados seus trabalhadores. Ao menos 11 das vítimas sequestradas foram mantidas nessas instalações, por onde também passaram outras pessoas de fora da companhia. Um operário que esteve detido ali recorda que, ao ser liberado, os militares lhe disseram, ainda, que os dias de cativo deveriam ser pagos para o engenho. Além disso, a empresa forneceu caminhonetes que foram utilizadas para o sequestro e traslado dos sequestrados. Por seu turno, vários trabalhadores foram sequestrados em propriedades do engenho, sem que a empresa realizasse denúncia nem qualquer manifestação contra o ocorrido.

Referências

ABUELAS de Plaza de Mayo recuperó a la nieta 117. **Perfil.com**, Buenos Aires, 31 ago. 2015a. Disponível em: <<http://www.perfil.com/sociedad/Abuelas-de-Plaza-de-Mayo-recupero-a-la-nieta-117-20150831-0013.html>>.

ABUELAS de Plaza de Mayo encontró al nieto de Delia Giovanola, una de las fundadoras de la entidad. **Página 12**, Buenos Aires, 5 nov. 2015b. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-285494-2015-11-05.html>

ABUELAS recuperó al nieto 119. **Página 12**, Buenos Aires, 30 nov. 2015c. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-287254-2015-11-30.html>

ARGENTINA. **Decreto nº 1.002, 10 de octubre de 1989**. Se indulta a personas comprendidas en determinadas causas. Disponível em: <<http://www.infojus.gob.ar/1002-nacional-indultos-dn19890001002-1989-10-06/123456789-0abc-200-1000-9891soterced>>.

ARGENTINA. **Lei nº 23.492, 23 de diciembre de 1986**. Dispónese la extinción de acciones penales por presunta participación, en cualquier grado, en los delitos del artículo 10 de la Ley nº 23.049 y por aquellos vinculados a la instauración de formas violentas de acción política. Excepciones. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>>

ARGENTINA. **Lei nº 23.521, 4 de junio de 1987**. Delimitación prevista en los alcances del deber de obediencia debida, se fijan límites al sistema de enjuiciamiento dispuesto por el art. 10 de la Ley nº 23.049. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>>.

ARGENTINA. **Lei nº 24.411, 7 de diciembre de 1994**. Beneficios que tendrán derecho a percibir por medios de sus causahabientes, personas que se encuentren en situación de desaparición forzada. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/793/norma.htm>>.

ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Kicillof**: “Recuperar la dignidad de nuestro pueblo es también una política de derechos humanos”. Buenos Aires, 1º oct. 2015b. Disponível em: <<http://www.economia.gob.ar/kicillof-recuperar-la-dignidad-de-nuestro-pueblo-es-tambien-una-politica-de-derechos-humanos/>>.

ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **YPF entregó legajos reparados a familiares de trabajadores desaparecidos**. Buenos Aires, 13 oct. 2015c. Disponível em: <<http://www.economia.gob.ar/ypf-entrego-legajos-reparados-a-familiares-de-trabajadores-desaparecidos/>>.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales; FLACSO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. **Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad**. Represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado. Buenos Aires: Infojus, 2015d. 2 t. Disponível em: <<http://www.infojus.gob.ar/buscador/ediciones-infojus-libros>>.

ARGENTINA. Procuraduría de Crímenes Contra la Humanidad. **El estado de las causas por delitos de lesa humanidad en Argentina**: balance y desafíos. Datos actualizados al 23 de diciembre de 2015e. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <<http://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/wp-content/uploads/sites/4/2015/12/Ver-Informe.pdf>>.

ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos. **Las secretarías de derechos humanos de nación y provincia de Buenos Aires presentaron querrela contra la empresa cementera Loma Negra**. Buenos Aires, 29 abr. 2015a. Disponível em: <<http://goo.gl/lK4iXb>>.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo D. Cooperação econômica com regimes autoritários: um olhar para as experiências comparadas. **Blog da Rede**, Brasília, 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/cM4YZg>>.

BULLENTINI, Ailín. La pata judicial de la última dictadura. **Página 12**, Buenos Aires, 13 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-274840-2015-06-13.html>>.

CARRÁ, Juan. La fiscalía pidió 52 perpetuas y que los medios se rectifiquen. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 9 dic. 2015. Disponível em: <<http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/esma-pidieron-52-prisiones-perpetuas-10806.html>>.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS – CONADEP. **Nunca Más**. Buenos Aires, Sept. 1984. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas0001.htm>>.

CONVOCATORIA para rechazar parálisis de causas judiciales. **Tiempo Argentino**, Buenos Aires, 16 junio 2015. Disponible em: <http://tiempo.infonews.com/nota/155222/convocatoria-para-rechazar-paralisis-de-causas-judiciales#sthash.D7pFzmrB.dpuf>

CREARÁN bicameral para investigar la complicidad civil con la dictadura. **Perfil.com**, Buenos Aires, 24 sept. 2015. Disponible em: <http://www.perfil.com/politica/Crear-bicameral-para-investigar-la-complicidad-civil-con-la-dictadura-20150924-0002.html>.

DANDAN, Alejandra. Dificultades para avanzar en San Martín. **Página 12**, Buenos Aires, 24 jun. 2015a. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-275578-2015-06-24.html>.

DANDAN, Alejandra. Dificultades para avanzar en San Martín. **Página 12**, Buenos Aires, 21 sept. 2015b. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-282119-2015-09-21.html>.

EL SENADO aprobó la ley que crea la bicameral de identificación de la complicidad económica con la última dictadura. **Télam**, Buenos Aires, 25 nov. 2015. Disponible em: <http://www.telam.com.ar/notas/201511/128324-camara-senadores-ley-proyecto-creacion-comision-bicameral-identificacion-complicidades-economicas-dictadura-civico-militar.html>.

INFOJUS. ‘Juicio a los Jueces’ : el debate entró en receso hasta el 11 de febrero. Infojus Noticias, Buenos Aires, 23 dic. 2015. Disponible em: <http://www.infojusnoticias.gov.ar> <http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/juicio-a-los-jueces-el-debate-entro-en-receso-hasta-el-11-de-febrero-10876.html>.

INFOJUS. Mapa interactivo: seguí los juicios de lesa humanidad en todo el país. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 21 ene. 2016. Disponible em: <http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/mapa-interactivo-segui-los-juicios-de-lesa-humanidad-en-todo-el-pais-9967.html>.

INFOJUS. Mapa interactivo: seguí los juicios de lesa humanidad en todo el país. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 21 ene. 2016. Disponible em: <http://goo.gl/84b5Pd> >.

“JUICIO a los Jueces”: el debate entró en receso hasta el 11 de febrero. **Infojus Noticias** Buenos Aires, 17 feb. 2015. Disponible em: <http://goo.gl/3R7EPK>.

LA PRESIDENTA Cristina Fernández inaugurará seis edificios en el Espacio Memoria. **Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex-ESMA)**, Buenos Aires, 20 nov. 2015. Disponible em: <http://goo.gl/uWvTDi>.

MARTÍNEZ, Diego. Las sotanas del terrorismo de Estado. **Página 12**, Buenos Aires, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-277987-2015-07-27.html>>.

OTRO genocida que muere sin condena. **Página 12**, Buenos Aires, 19 sept. 2015. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-282026-2015-09-19.html>>.

PLAN Cóndor: piden condenas de entre 10 y 25 años para 17 represores. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 11 nov. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Hy2lbA>>.

ROESLER, Pablo. Reparación histórica a docentes y alumnos bonaerenses víctimas de la dictadura. *Tiempo argentino*, Buenos Aires, 15 ago. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Lzcg0l>>.

TRABAJADORES de La Nación repudiaron el editorial sobre represores. **Perfil.com**, Buenos Aires, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.perfil.com/politica/Trabajadores-de-La-Nacion-repudiaron-el-editorial-sobre-represores-20151123-0109.html>>.

UNA GARANTÍA contra indultos, **Página 12**, Buenos Aires, 1º ago. 2015. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-278413-2015-08-01.html>>.

VALLE, Liliana. Con marchas y contramarchas, la Justicia comenzó a poner nombre y apellido a los civiles cómplices de la dictadura. **Télam**, Buenos Aires, 31 dic. 2015. Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/notas/201512/131649-investigaciones-justicia-crimenes-lesa-humanidad-dictadura-anuario.html>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

Claudia Paiva Carvalho

Secretaria da RLAJT²⁸

Histórico

A ditadura civil-militar no Brasil foi instaurada no dia 1º de abril de 1964, por meio de um golpe de Estado que derrubou o governo do ex-presidente João Goulart, estendendo-se até 1985, quando José Sarney assumiu a Presidência da República, após a morte do presidente eleito, Tancredo Neves.

Desde 1974, o governo do general Ernesto Geisel anunciava uma “abertura lenta, gradual e segura” e buscava controlar os rumos da transição, ditar seu ritmo e a extensão de suas medidas. O regime ditatorial já estava, a essa altura, desgastado pelas denúncias de violações de direitos humanos, pressionado pela comunidade internacional e assolado por graves problemas sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, ganhava força a atuação de movimentos sociais, grupos de direitos humanos e de familiares de vítimas da repressão, que se organizavam na luta contra a ditadura e pelo retorno das liberdades democráticas. A política de abertura foi alvo de controvérsias e resistências no interior do próprio governo, especialmente por parte de grupos de extrema direita, que buscavam recrudescer a repressão e praticaram atos terroristas, como o atentado ao Riocentro em 1981.

Alguns marcos do processo de transição política são conhecidos e comumente citados, tais como: a revogação dos atos institucionais pela Emenda Constitucional nº 11/1978; o fim da censura prévia à imprensa, no mesmo ano; a promulgação da Lei de Anistia, em 1979; a volta ao pluripartidarismo, em 1980; a campanha pelas Diretas Já; e a realização das eleições indiretas em 1984, com a vitória de Tancredo Neves. Finalmente, a redemocratização se completou com o desenrolar do processo constituinte de 1987-1988, que contou com ampla

28. O texto contou com revisão e contribuições da Comissão de Anistia/Ministério da Justiça, do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (UFMG) e do Núcleo de Preservação da Memória Política.

participação social e resultou na promulgação da Constituição de 1988 e na criação de uma nova ordem jurídica e política sob a forma de um estado democrático de direito, rompendo com a ordem autoritária anterior.

As primeiras medidas de justiça de transição foram tomadas durante o próprio processo de redemocratização. A Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979) pode ser considerada como marco inicial do eixo de reparações, na medida em que previu hipóteses de readmissão em serviço público e de restituição de direitos políticos a cidadãos que tinham sofrido sanções políticas a partir de 1964. A mesma lei, no entanto, estendeu a concessão de anistia aos agentes que cometeram graves violações de direitos humanos no período ditatorial, tornando-se um obstáculo às iniciativas de investigação e de persecução penal dos responsáveis pela prática de crimes de Estado.

O pilar das reparações foi reforçado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que garantiu medidas de compensação a todos/as os/as atingidos/as por atos de exceção no período de 1946 até 1988. De forma mais ampla, o dispositivo pode ser considerado como um marco jurídico-político da justiça de transição no Brasil. Ele direciona a reparação, mas também fixa os trilhos da responsabilização e permite orientar o trabalho de memória.

É importante ressaltar que o art. 8º do ADCT não previu a extensão da anistia aos agentes da repressão, o que permite entender que a autoanistia ou anistia bilateral da Lei nº 6.683/1979 não foi recepcionada pela ordem constitucional de 1988. Mesmo o marco anterior da Emenda Constitucional nº 26/1985 não permite entender que a autoanistia buscada em 1979 tenha sido mantida. O *caput* do art. 4º da referida emenda já estabelece que a anistia se aplica àqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, sem deixar margem para sua extensão a agentes públicos que atuaram no aparato repressivo.

Nas décadas seguintes ao retorno à democracia, foi o programa de reparações que recebeu maior desenvolvimento por parte da política justransicional no Brasil. Primeiramente, por meio da criação, em 1995, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), nos termos da Lei nº 9.140/1995, com o objetivo de: *i*) reconhecer as vítimas da ditadura que foram mortas ou estavam desaparecidas; *ii*) conceder indenização aos familiares; *iii*) localizar e identificar os restos mortais dos/das desaparecidos/as políticos/as. Por sua vez, em 2002, foi constituída a Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça, por meio da Lei nº 10.559/2001, com o escopo de reconhecer o estatuto de anistiado/a político/a e de conceder reparação a todas as pessoas atingidas por atos de exceção entre 1946 e 1988. A Comissão de Anistia também passou a

desenvolver programas voltados à promoção da memória política, como as Caravanas da Anistia, e, mais recentemente, à reparação psíquica das vítimas de violência do Estado.

O aparato repressivo criado e/ou aparelhado sob a ditadura foi desmontado apenas em parte durante a transição política, quando foram dissolvidas, por exemplo, as polícias políticas dos Estados-membros. No entanto, muitas reformas institucionais seguiram pendentes após a promulgação da Constituição de 1988. O serviço de espionagem política foi desestruturado de forma gradual, com a substituição do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1990, pela Subsecretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que, posteriormente, deu lugar à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criada em 1999. Importante ressaltar a existência de registros que demonstram o monitoramento de militantes e de familiares de vítimas já no período democrático (Altino, 2015; Passos, 2012).

Também no campo das reformas institucionais, no Brasil, a criação do Ministério da Defesa, com a conseqüente subordinação das Forças Armadas a uma chefia civil, ocorreu apenas em 1999. Ainda assim, a relação entre poder civil e militar permanece marcada por tensões. As Forças Armadas mantêm uma postura de resistência em colaborar com as investigações e os processos de verdade, que ficou clara, por exemplo, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, desenvolvidos entre maio de 2012 e dezembro de 2014. Essa postura se revela, ainda, na negativa de abertura de arquivos do período ditatorial – como os pertencentes a serviços de inteligência militar – e na recusa de oficiais militares em fornecer informações sobre casos de violações de direitos humanos. Por fim, a presença das polícias militares e da justiça militar segue também como um resquício da institucionalidade autoritária pós-1964.

A partir de 2007, é possível notar uma aceleração do processo da justiça de transição no Brasil, com o crescimento do debate público e das demandas por revisão da Lei de Anistia e pela criação de uma Comissão da Verdade. Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF nº 153) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a validade da interpretação do dispositivo da Lei de Anistia que estendia seus efeitos aos agentes da repressão. Por sua vez, em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos nº 3 (PNDH nº 3), que dedicou um de seus eixos à promoção do direito à memória e à verdade.

Em 2010, dois acontecimentos marcaram o campo da judicialização da justiça de transição no Brasil. No mês de abril, o STF julgou a ADPF nº 153 e decidiu pela validade da autoanistia ou anistia bilateral prevista

pela interpretação da lei de 1979. Já em novembro, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), no caso *Gomes Lund e outros vs. Brasil*, pelo desaparecimento de cerca de 70 militantes na guerrilha do Araguaia. Entre as resoluções da Corte IDH, destaca-se a afirmação de incompatibilidade de leis de autoanistia com a Convenção Americana de Direitos Humanos e a determinação de que a Lei de Anistia brasileira não pode servir de obstáculo ao cumprimento das obrigações do Estado de investigar, julgar e punir os responsáveis pela prática de graves violações de direitos humanos.

Após a condenação da Corte IDH, foram apresentados embargos declaratórios contra a decisão do STF na ADPF nº 153, ainda pendentes de julgamento. Também tendo em vista o cumprimento da sentença da Corte IDH, no início de 2014, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou nova ação (ADPF nº 320) perante o STF, com o objetivo de afastar a aplicação da Lei de Anistia para casos de graves violações de direitos humanos e de crimes continuados ou permanentes. Tentativas de responsabilização penal têm sido conduzidas por membros do Ministério Público Federal, especialmente integrantes do Grupo de Trabalho de Justiça de Transição, que têm apresentado denúncias contra agentes responsáveis por crimes da ditadura – cerca de 15 ações penais estão em curso. Não obstante, via de regra, as ações penais contra agentes da repressão têm sido suspensas pelo Poder Judiciário.

Os esforços por memorialização também ganharam um importante impulso a partir de 2008. Ressalta-se, em 2009, a inauguração do Memorial da Resistência, em São Paulo, voltado à preservação da memória da resistência e da repressão política por meio do projeto de musealização de parte do edifício que foi sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP). Outro importante marco foi o início da construção do Memorial da Anistia Política em Belo Horizonte, a partir de 2010. No ano de 2014, foi realizado o tombamento do prédio do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em São Paulo e a cessão da ex-Auditoria Militar à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo (OAB-SP), em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política, para erigir no local um Centro de Memória e Consciência, chamado Memorial da Luta pela Justiça. O novo centro faz homenagem aos advogados e ex-presos políticos que fizeram do prédio da justiça militar um espaço de denúncias durante os julgamentos realizados nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse mesmo sentido, grupos da sociedade civil organizados em diversos estados têm travado lutas para que os edifícios usados pela repressão política durante a ditadura sejam efetivamente convertidos em

espaços de consciência e memória. Essa pauta recebeu importante reforço institucional com a recomendação 26 da Comissão Nacional da Verdade, que pede a conversão dos espaços de prisão, tortura e mortes em centros de memória.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011, por meio da Lei nº 12.528/2011, quase três décadas após a transição política. Na mesma ocasião, foi promulgada a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que adotou o princípio da publicidade como regra para o acesso a arquivos de direitos humanos.

A CNV deu início a seus trabalhos em maio de 2012 e apresentou seu relatório final em 10 de dezembro de 2014. Entre os resultados das investigações conduzidas, o relatório da CNV evidenciou a prática sistemática de torturas, prisões arbitrárias, execuções e desaparecimentos forçados pelo Estado, e reconheceu 434 pessoas que foram mortas ou desaparecidas políticas no período de 1946 a 1988. O universo de vítimas pode ser ampliado significativamente caso sejam computadas aquelas que foram atingidas pela repressão no campo e contra povos indígenas. No volume 2 do relatório, que apresenta textos temáticos, estima-se que 8.350 indígenas foram mortos (CNV, 2014b, p. 205).

Em capítulo dedicado à indicação de autoria, o relatório da CNV relacionou nomes de 377 agentes públicos que foram responsáveis, em distintos níveis, pelas práticas de graves violações de direitos humanos. A CNV também apresentou 29 recomendações como medidas de não repetição, tais como: a determinação da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações, afastando-se, em relação a eles, a aplicação da Lei de Anistia; a desmilitarização das forças de segurança; e a criação de um órgão de seguimento para dar continuidade aos trabalhos de investigação.

Com a instalação da CNV, houve um movimento de criação, em todo país, de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, vinculadas a universidades, sindicatos e entidades de classe, que impulsionaram o processo de investigação dos crimes contra a humanidade praticados pela ditadura brasileira. Segundo o relatório da CNV, no final de 2014, havia mais de uma centena de comissões da verdade em atuação no Brasil (CNV, 2014a, p. 22-23).

O presente relatório busca analisar os eventos que receberam destaque no campo da justiça de transição no Brasil, em 2015, com base em notícias veiculadas por canais de comunicação da imprensa, por órgãos como o Ministério Público, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Comissão de Anistia, e por organizações da sociedade civil. O texto está estruturado de

acordo com os quatro pilares que orientam o campo da justiça de transição: memória e verdade; justiça; reparação; e reformas institucionais.

Memória e verdade

O início de 2015 foi marcado por repercussões do relatório da CNV, lançado em 10 de dezembro de 2014. Em casos pontuais, alguns familiares de agentes relacionados no capítulo 11 do relatório como responsáveis pela prática de graves violações a direitos humanos reagiram à indicação. Os filhos do ex-adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, Floriano Aguilar Chagas, ajuizaram uma ação por danos morais contra a CNV e pediram que o nome do pai fosse retirado da lista de autoria das violações (Sanches, 2015; Arruda, 2015). No mesmo sentido, a família do ex-delegado Romeu Tuma também ajuizou ação com o objetivo de excluir a referência a seu nome do relatório. Outro questionamento judicial ao relatório da CNV foi apresentado, ainda em 2014, pela Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), por meio de mandado de segurança que contesta as referências do relatório às polícias militares como agentes das graves violações a direitos humanos.²⁹

Em março, foi realizada uma audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) para discutir as recomendações do relatório da CNV. A audiência contou com a presença de entidades de três países,³⁰ bem como de representantes do governo brasileiro. A CIDH reforçou a necessidade de se constituir um órgão de seguimento para monitorar a implementação das recomendações, para que estas sejam conduzidas, não por ações isoladas, mas por uma política de Estado estruturada para lidar com o passado autoritário recente no país.

Motivadas pela recomendação do relatório final da CNV,³¹ diversas iniciativas, campanhas e ações políticas foram articuladas no país com o intuito de alterar os nomes de logradouros públicos que homenageiam pessoas ligadas à repressão durante a ditadura. Destaca-se a medida

29. Segundo o relatório “Judicialização da justiça de transição”, de Carla Osmo (2016), até julho de 2015, “essas ações continuavam em fase preliminar, sem decisão sobre o seu cabimento”.

30. As entidades que participaram são: Conectas Direitos Humanos e a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, do Brasil; o Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels), da Argentina; e o Washington Office for Latin America (Wola), dos Estados Unidos.

31. A Recomendação nº 28 do relatório da CNV prevê a “preservação da memória das graves violações de direitos humanos” e propõe especificamente a medida de “promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações” (CNV, 2014, p. 974).

adotada pelo governo do Maranhão, em 31 de março, que determinou a substituição dos nomes de todas as escolas públicas que homenageavam ditadores (Escolas..., 2015). No mesmo sentido, em 13 de agosto, foi lançado pela prefeitura de São Paulo o programa “Ruas de Memória”, que visa à alteração de nomes de ruas, pontes, viadutos, praças e demais logradouros públicos que façam homenagem a personalidades ligadas à repressão, buscando rebatizá-los com o nome daqueles/as que lutaram por democracia e direitos humanos (Ruas..., 2015). Um dos resultados importantes dessas intervenções foi a alteração do nome da Ponte Costa e Silva, em Brasília, que passou a se chamar Ponte Honestino Guimarães, em homenagem ao ex-estudante de geologia da Universidade de Brasília e militante da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Ação Popular, desaparecido pela ditadura em 1973 (Ponte..., 2015).

Ainda sobre os esforços de memorialização, em outubro de 2015, o projeto do novo Centro de Memória e Consciência – denominado Memorial da Luta pela Justiça – elaborado por um grupo de museólogos e arquitetos, foi finalmente aprovado pelo Ministério da Cultura, que estendeu ao projeto os benefícios da Lei Rouanet para a captação de recursos com o objetivo de começar a reforma do prédio e sua museografia (Memorial..., 2015).

Em setembro ocorreu o primeiro caso de retificação de uma certidão de óbito de vítima da ditadura com base no relatório da CNV.³² Na decisão de 8 de setembro, o Poder Judiciário do Maranhão autorizou a família do ex-desaparecido e perseguido político pela ditadura, Epaminondas Gomes de Oliveira, a alterar a causa de sua morte declarada no atestado de óbito.³³ A versão oficial registrava que Epaminondas tinha morrido de anemia. Com a retificação do atestado, passou a constar como causa da morte “tortura por espancamento e choques elétricos” (Éboli, 2015a). Epaminondas foi líder camponês no sul do Maranhão, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e ficou desaparecido até 2014, quando seus restos mortais foram exumados e devolvidos à família por iniciativa da CNV.

32. Nesse sentido, a Recomendação nº 7 do relatório da CNV prevê a “retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações de direitos humanos” (CNV, 2014, p. 968).

33. “Direito civil e registral. Retificação de assento de óbito. Justiça estadual. Foro competente. Domicílio do autor. Permissão legal. Preso político. Ditadura militar. *Causa mortis*. Local do sepultamento. Presença de prova com atuação efetiva da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Procedência. Havendo prova que preso político durante o regime militar de 1964-1985 foi morto em razão de tortura por espancamento e choques elétricos praticados por agentes do Estado, a retificação no assento de óbito para constar a causa correta da morte e o local correto do sepultamento é medida que se impõe, se o que consta diverge da realidade.” Movimentação processual consultada no *site* do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, disponível em: <<http://www.tjma.jus.br/>>.

Outro caso de retificação de atestado de óbito ocorreu em abril, no âmbito de ação movida pela Defensoria Pública de São Paulo, por reivindicação da Comissão da Verdade de São Paulo. O Poder Judiciário paulista determinou a correção da causa da morte de Joaquim Alencar de Seixas, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) morto em 1971, substituindo a versão oficial de morte em tiroteio por morte causada por lesões provocadas por arma de fogo e espancamento (Granjeira, 2015).

O ano de 2015 também foi marcado pelo seguimento dos trabalhos das comissões da verdade municipais, estaduais e setoriais, que surgiram e funcionaram paralelamente à CNV. Nos dias 25 e 26 de março, foi realizada a XI reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (Idejust), que teve como tema “Primeiro balanço das Comissões da Verdade no Brasil: o seu papel na agenda da justiça de transição”. O encontro contou com a presença de membros de diversas comissões da verdade – que debateram sobre os objetivos, as dificuldades e os resultados dos trabalhos –, bem como de pesquisadores que apresentaram estudos sobre a temática.

Nos dias 16 e 17 de abril, foi realizado no Rio de Janeiro o Encontro Nacional das Comissões Estaduais da Verdade, que encaminhou a criação de uma rede nacional para dar continuidade aos trabalhos e ao cumprimento das recomendações da CNV. Algumas dessas comissões entregaram seus relatórios finais ao longo do ano: a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em março; a Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”, da Universidade de Campinas (Unicamp), e a Comissão “Anísio Teixeira” de Memória e Verdade, da Universidade de Brasília (UnB), em abril; a Comissão da Verdade da União Nacional dos Estudantes (UNE), em junho; a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Comissão da Verdade da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em outubro; e a Comissão Estadual do Rio de Janeiro, em dezembro.³⁴

Além de aprofundar e capilarizar os debates e as investigações sobre a atuação repressiva no período ditatorial, essas comissões apresentaram resultados de impacto para os números da justiça de transição no Brasil. Em maio, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), ainda em atividade, apresentou relação de cerca de 200 pessoas mortas ou desaparecidas em conflitos no campo durante a ditadura, com apoio em

34. Para mais informações, ver as reportagens sobre a publicação dos relatórios das comissões estaduais (Bastos, 2015; Confira..., 2015; Gibson, 2015, Nitahara, 2015; Bissoto, 2015; Relatório..., 2015).

pesquisa conduzida pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em seu relatório final, a CEV-RJ enumerou 181 agentes como autores de graves violações aos direitos humanos, acrescentando nomes que não constavam no relatório da CNV. Por sua vez, a Comissão da Verdade da Central Única dos Trabalhadores (CUT) relacionou nomes de 18 trabalhadores mortos que não tinham sido contemplados pelo relatório da CNV.

As comissões também aprofundaram as investigações sobre a repressão contra determinados grupos e minorias – como a população negra (Oliveira, 2015),³⁵ a comunidade LGBT e as mulheres (Lisboa, 2015a) – e desenvolveram temas como a perseguição política no campo (Lisboa, 2015b) e o financiamento empresarial da repressão (Dias, 2015). O avanço nas apurações e a produção de dados novos constituem um saldo positivo dos trabalhos e refletem a capacidade de ação mais verticalizada dessas comissões, que atuam em um campo mais delimitado de investigação.

De modo geral, é possível notar um crescimento das pesquisas e dos estudos sobre a ditadura no Brasil, não raro acompanhados por novas descobertas documentais, que contribuem para a recuperação da memória e da verdade histórica do período. Em julho, 538 documentos inéditos do arquivo nacional norte-americano foram entregues ao governo brasileiro e demonstram que os Estados Unidos sabiam, quase em tempo real, sobre casos de mortes e desaparecimentos praticados pela ditadura militar no Brasil (Documentos..., 2015). Também merece destaque a pesquisa realizada pelo jornalista Lucas Figueiredo, autor do livro *Lugar nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*, o qual revela que, em 1972, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) criou um setor de microfilmagem, responsável por “miniaturizar” seu arquivo de documentos sigilosos contendo provas relevantes sobre as violações praticadas (Maciel, 2015).

Outro desdobramento importante do processo transicional no Brasil, em 2015, foi a constituição, no dia 20 de fevereiro, da Comissão da Verdade da Democracia Mães de Maio, com o objetivo de esclarecer as violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro no período democrático pós-1985. Organizada pela sociedade civil, a comissão tem apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) (Bocchini, 2015a). Em 21 de março, foi realizada a primeira audiência pública para

35. Nesse sentido, documentos localizados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro mostram que a ditadura militar brasileira perseguiu artistas, DJs e bailes *black* no Rio de Janeiro. Depois de ter desbaratado os principais grupos oposicionistas, o aparato repressivo passou a perseguir movimentos sociais e culturais como estes.

discutir os crimes praticados em maio de 2006, quando 493 civis e 59 agentes públicos foram mortos em São Paulo, durante confrontos entre a polícia e membros da organização Primeiro Comando da Capital (PCC) (Cruz, E., 2015). Outra comissão da verdade da democracia foi instalada, em setembro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, também com o intuito de investigar os crimes cometidos pelo Estado nos tempos de democracia (Schumacker, 2015).

No âmbito da busca por informações sobre desaparecidos/as políticos/as, seguem em curso as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Perus,³⁶ com o escopo de analisar as ossadas exumadas da vala clandestina do cemitério de Dom Bosco, em Perus (São Paulo), descoberta em 1990. Em fevereiro, o grupo já havia analisado 144 ossadas, entre as quais 11 continham sinais de morte violenta, 3 traziam marcas de projéteis e 8, marcas de lesões graves, como ossos quebrados (Bocchini, 2015b). Com o avanço dos trabalhos, no mês de agosto, 385 caixas que estavam no laboratório da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) tinham sido verificadas. O laboratório da universidade armazena 433 ossadas, e as 614 restantes que continuavam na vala clandestina foram transferidas para uma sala-cofre do Ministério Público Federal, em São Paulo (Cruz, F., 2015).

Em maio, os peritos que compõem a equipe participaram de um curso de treinamento com o objetivo de padronizar os procedimentos de antropologia forense adotados como metodologia de trabalho (Peritos..., 2015). A perspectiva é que seja contratado um laboratório internacional para auxiliar nos trabalhos e que a etapa de identificação dos restos mortais termine no final de 2016. Outra medida importante para os esforços de buscas foi a coleta de amostras de DNA de parentes de desaparecidos/as em Recife (PE), Natal (RN) e Maceió (AL), conduzida pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos com o intuito de renovar o banco de DNA já existente, tendo em vista a análise das ossadas de Perus (Amaral, 2015).

Por fim, é importante destacar dois acontecimentos relacionados aos acervos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Anistia. Em julho, sete meses após o lançamento do relatório final, o acervo de mais de 100 mil documentos da CNV foi transferido para o Arquivo Nacional e disponibilizado para consulta pública. O acervo conta com fotografias, testemunhos, depoimentos e arquivos internacionais e da repressão (Villela, 2015). A medida é importante para promover o acesso às informações

36. O Grupo foi constituído em setembro de 2014 a partir de uma parceria entre Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo.

utilizadas pela CNV e dar publicidade aos relatos e documentos que registram as atrocidades praticadas pela ditadura.

Em outubro, o outro marco relacionado ao tratamento de arquivos de direitos humanos no Brasil foi o reconhecimento do patrimônio documental da Comissão de Anistia pela Unesco como “Memória do Mundo” (Unesco..., 2015). Entre os critérios analisados estavam quesitos como a preservação, o significado social do acervo para a sociedade e os detalhes de catalogação e registro. Essa inclusão no Programa Memória do Mundo deve proporcionar maior divulgação e conhecimento sobre o acervo da Comissão de Anistia.

Judicialização

Em 2015, o Ministério Público Federal (MPF) deu continuidade às estratégias de persecução penal dos atores de graves violações de direitos humanos, mas o Poder Judiciário segue impedindo o próprio desenvolvimento das ações. Duas denúncias foram rejeitadas no início do ano pela Justiça Federal, sob o argumento de incidência da Lei de Anistia,³⁷ e uma terceira ação penal foi sobrestada pelo STF.³⁸

Não obstante, novas denúncias também foram apresentadas. Em junho, sete militares foram denunciados à Justiça Federal pela morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, no Destacamento de Operações e Informações (DOI) do II Exército, em São Paulo. A denúncia foi rejeitada em agosto, sob o argumento de extinção da punibilidade em decorrência da Lei de Anistia, mas o MPF recorreu dessa decisão (MPF..., 2015a; Martines, 2015). Ainda em agosto, outra ação penal foi ajuizada contra o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de envolvimento na morte do militante Carlos Nicolau Danielli, em dezembro de 1972, nas dependências do DOI-Codi/II, em São Paulo (MPF, 2015b).

Mais recentemente, em novembro e dezembro de 2015, o MPF apresentou duas novas denúncias: a primeira contra quatro agentes acusados da morte do operário e sindicalista Virgílio Gomes da Silva, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), desaparecido em setembro de 1969; e a

37. Em 13 de janeiro de 2015, foi rejeitada a denúncia contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laerte Calandra pela morte de Hélcio Pereira Fortes. E, em 17 de março de 2015, foi rejeitada a denúncia contra Lício Augusto Ribeiro Maciel e Sebastião Curió Rodrigues de Moura, pela morte de André Graboys, João Gualberto Calatrone e Antônio Alfredo de Lima (Osmo, 2016).

38. Em 11 de junho de 2015, a ação penal contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de sequestro e cárcere privado do ex-fuzileiro naval Edgar Aquino Duarte, foi sobrestada em razão da interposição de Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal (Osmo, 2016). No dia 23 de abril, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber já tinha determinado a suspensão da ação (Souza, 2015).

segunda contra três agentes da repressão e dois médicos legistas, apontados como responsáveis pela morte de Joaquim Alencar de Seixas, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), assassinado em abril de 1971 (Macedo; Affonso, 2015).

Ainda na esfera da responsabilização, a Procuradoria-Geral da República no Brasil ajuizou uma ação penal contra o tenente-coronel Antônio Arrechea Andrade, acusado de cometer crimes de lesa-humanidade durante a ditadura argentina, na província de Tucumán, entre os anos de 1976 e 1983. A decisão foi tomada após o Supremo Tribunal Federal negar, em maio, a prisão e extradição do militar para a Argentina, sob o argumento de que Andrade nasceu e reside no Brasil, ainda que tenha cidadania argentina. É a primeira vez que a justiça brasileira poderá julgar um militar por violações de direitos humanos ocorridas em outro país (Fabrini, 2015).

Por outro lado, militares brasileiros poderão ser julgados na Itália em processo relacionado à Operação Condor. Em abril, a Procuradoria italiana pediu a condenação dos brasileiros João Osvaldo Leivas Job, Carlos Alberto Ponzi, Átila Rohrsetzer e Marco Aurélio da Silva Reis, ex-agentes da ditadura acusados de participar do sequestro, tortura e assassinato de diversas vítimas, em particular do cidadão ítalo-argentino Lorenzo Ismael Vinãs Gigli, que desapareceu em 26 de junho de 1980, vítima da Operação Condor (Cesar, 2015). O caso começou a ser julgado na Itália em fevereiro e, se resultar em condenação, será a primeira vez que militares brasileiros serão julgados e condenados por crimes praticados no período ditatorial.

No dia 15 de outubro, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra morreu em um hospital de Brasília, onde fazia tratamento de câncer (Coronel..., 2015; Amorim, 2015). O ex-coronel comandou o DOI-Codi de São Paulo, esteve diretamente envolvido com a prática de inúmeros crimes contra a humanidade e era acusado em seis ações penais do MPF. Ustra tinha sido declarado torturador pela Justiça Estadual paulista, em decisão confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2014 (Pombo, 2015). O fato de ter morrido sem responder pelos crimes cometidos gerou revolta de vítimas e familiares, que lutam contra a impunidade. O ex-coronel recebeu uma homenagem póstuma do Exército em Santa Maria (RS), a qual foi repudiada por organismos e instituições ligadas à promoção de direitos humanos e à justiça de transição. Como resposta, o general Antonio Hamilton Martins Mourão, que tinha sido responsável pela homenagem, foi punido e demitido do Comando Militar do Sul (Exército..., 2015).

Também em outubro, em depoimento prestado na 1ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, outro importante agente da repressão, Sebastião

Rodrigues de Moura, o Major Curió, confessou ter participado da morte de prisioneiros da guerrilha do Araguaia, no início da década de 1970. Seu depoimento foi prestado em audiência em segredo de justiça, após cumprimento de mandado de condução coercitiva expedido pela Juíza Solange Salgado (Mazzini, 2015). Essa confissão merece destaque no contexto brasileiro, marcado pela persistente recusa das Forças Armadas em admitir os crimes praticados durante a ditadura, bem como pela falta de colaboração dos agentes no fornecimento de informações.

Reparação

No campo da reparação, em 2015, a Comissão de Anistia analisou 2.678 pedidos de requerimentos de anistia, conforme balanço divulgado pelo órgão, entre os quais estão julgamentos de processos de anistia de grupos específicos, como os camponeses do Araguaia (Cazarré, 2015). A comissão também deu continuidade ao projeto das Caravanas de Anistia, com a realização de sessões de julgamento itinerantes em Belo Horizonte (MG), Palmas (TO), Santos (SP) e Belém (PA). No âmbito do projeto das Clínicas do Testemunho, dedicado à reparação psíquica de vítimas da violência do Estado, destaca-se o lançamento da Rede Latino-Americana de Reparação Psíquica, que deve promover a integração regional e a troca de conhecimentos entre grupos e entidades do continente latino-americano.

Em maio ocorreu um caso emblemático de judicialização do direito à anistia e à reparação. Em ação movida por clubes militares, a Justiça Federal cancelou as portarias de 2007 do Ministério da Justiça que concediam indenização à família de Carlos Lamarca, um dos líderes da oposição à ditadura, morto por agentes do Estado em 1971. A decisão anulou o reconhecimento das promoções na carreira militar e a concessão de pensão vitalícia à viúva de Lamarca, condenando a família a devolver ao erário os valores recebidos (Justiça..., 2015). Em reação, a Comissão de Anistia divulgou uma nota de crítica à decisão judicial, na qual se posiciona em defesa do direito à reparação e em solidariedade à família, que apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Comissão..., 2015).

Em novembro, a Volkswagen deu início a negociações com o Ministério Público Federal (MPF) para oferecer reparação judicial em razão do apoio oferecido à repressão durante a ditadura. Investigações conduzidas pela CNV e outras comissões e pesquisas têm demonstrado que a empresa participou e financiou a repressão, por exemplo, por meio da doação de equipamentos a órgãos de segurança e do apoio à perseguição de trabalhadores, inclusive com a prática de interrogatórios e torturas dentro da própria empresa. A reunião contou com a presença de um dirigente da matriz do grupo e de um representante do MPF, além de pesquisadores/as,

sindicalistas e vítimas. A ideia é firmar um acordo de reparação coletiva que deve envolver, entre outras medidas, a construção de um memorial (Godoy; Silva, 2015). A Volkswagen é a primeira empresa a negociar uma reparação pela participação na ditadura, o que representa um importante avanço no campo das investigações e a busca por responsabilização de atores civis e econômicos pela cumplicidade com a repressão.

Reformas institucionais

O Brasil ainda apresenta resquícios estruturais do autoritarismo em suas instituições, como as forças de segurança. Juan Méndez, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para tortura, realizou uma série de visitas em presídios brasileiros em agosto e, após escutar o testemunho de muitos presidiários, relatou que a tortura é recorrente nessas instalações e que é uma herança da ditadura, reforçada pela impunidade dos agentes (Éboli, 2015b).

Em março a presidenta Dilma Rousseff nomeou os/as 11 peritos/as que passaram a compor o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão que integra o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e também conta com um Comitê formado por 23 membros, entre representantes do governo e da sociedade civil. Os/as peritos/as têm a prerrogativa de acessar, sem a necessidade de aviso prévio ou de autorização dos diretores de presídios, as celas de cadeias em todo o país para verificar a situação física e psicológica dos/as detentos/as. O objetivo é coibir a prática de tortura, disseminada nos presídios brasileiros, bem como coletar provas que permitam a punição de agentes penitenciários e policiais pela prática de crimes. Após as visitas, os/as peritos/as são incumbidos de elaborar relatórios com recomendações para a preservação dos direitos humanos dentro das instalações (Presidenta..., 2015).

No âmbito das reformas legislativas, em julho, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado aprovou o projeto que institui a nova Lei de Migração, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde 1980. O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980, assinada pelo general João Baptista Figueiredo) é considerado um entulho autoritário, tendo como principais características “o alto grau de restrição e burocratização da regularização migratória, a discricionariedade absoluta do Estado, a restrição dos direitos políticos e da liberdade de expressão, além de explícita desigualdade em relação aos direitos humanos dos nacionais” (Ventura; Reis, 2015). Nesse sentido, o novo projeto promove avanços ao prever condição de igualdade com os nacionais, garantia de direitos e outras normas de proteção aos/as migrantes. Com a aprovação

pela CRE do Senado, o texto seguiu para a apreciação pela Câmara dos Deputados (Richard, 2015).

Também segue em tramitação no Senado Projeto de Lei nº 237/2013, que trata do alcance da Lei de Anistia de 1979. O projeto de lei exclui do âmbito de incidência da Lei de Anistia os crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que se opunham à ditadura militar, e também afasta a aplicação da prescrição ou de qualquer outra causa de extinção de punibilidade a esses crimes. Em julho, o projeto de lei foi rejeitado em votação na Comissão Parlamentar de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após ter sido aprovado na Comissão parlamentar de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Seguiu para votação na Comissão de Constituição e Justiça e, na sequência, deve ser apreciado pelo plenário do Senado.

RESPONSABILIZAÇÃO E DITADURA

Emílio Peluso Neder Meyer - Centro de Estudos de Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

O Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (CJT-UFMG), membro da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), desenvolveu, no ano de 2015, o projeto de pesquisa e extensão “Responsabilização e Ditadura”, ainda em andamento.³⁹ Tal projeto tem como objeto a análise sistemática dos procedimentos de investigação e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Federal para investigar e responsabilizar os crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura de 1964-1985 no Brasil, bem como a disponibilização de um banco de dados acessível ao público em geral por meio da internet.⁴⁰ A identificação dos processos, com informação das fases em que se encontram, visa permitir que a sociedade possa acompanhar a atuação das instituições brasileiras no cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Também se verifica o impacto de tais informações em veículos de mídia e busca-se o intercâmbio de informações com outras instituições similares de pesquisa na Argentina, no Chile e nos Estados Unidos – algo em muito permitido pela integração à RLAJT. Na visão do CJT-UFMG, é necessário que se proceda a uma análise das medidas que buscam tanto estabelecer a responsabilização de agentes públicos quanto promover o direito à memória e à verdade. Além disso, busca-se abordar a incorporação no Brasil de conceitos próprios do direito internacional dos direitos humanos, visando verificar seu cabimento no contexto brasileiro e em relação a crimes de agentes da ditadura.

Em cumprimento à decisão condenatória do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no *Caso Gomes Lund*, o Ministério Público Federal, por meio do Documento nº 1/2011 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal, entendeu não haver colisão entre a decisão da corte regional de direitos humanos e a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 153/DF, que rejeitara o pleito do Conselho Federal da OAB para dar “interpretação conforme” à Lei de Anistia de 1979 (Brasil, 2011). Com isso, a noção de graves violações de direitos humanos ganhou densidade normativa na ordem jurídica brasileira.

39. Nesse mesmo ano, foram concedidos financiamentos para serem aplicados em 2016 ao CJT-UFMG pelo CNPq (443162/2015-8) e pela Fapemig (APO-02471-15). Em reunião em novembro de 2015, o CJT-UFMG foi escolhido pelos membros da RLAJT para, juntamente com a Universidade de Brasília, sediar a Secretaria Executiva da rede no biênio de 2016-2017.

40. O site do CJT-UFMG pode ser acessado em: <<http://cjt.ufmg.br>>.

Uma mudança ainda maior viria com a incorporação no Brasil da noção internacional de crimes contra a humanidade para lidar com os crimes da ditadura. Os crimes contra a humanidade, já há muito referidos no campo do direito internacional dos direitos humanos como norma de *jus cogens* – ou seja, obrigatórias e não derogáveis (Bassiouni, 1996a, p. 17, 1996b, p. 63 ss.) –, teriam destaque com a propositura de ações penais relativas a crimes perpetrados no início da década de 1970 – caso Rubens Paiva (Brasil, 2014a) – e após a anistia de 1979 – caso Riocentro (Brasil, 2014b).⁴¹ A noção de crimes contra a humanidade também seria invocada no caso que envolveu a morte e o desaparecimento do opositor político Luiz Eduardo da Rocha Merlino (Brasil, 2014d).

O procurador-geral da República também mostrou claramente ter o Brasil incorporado o conceito de crimes contra a humanidade na sua justiça de transição em pelo menos duas ocasiões. Na primeira delas, ao apresentar parecer em relação ao pedido de extradição feito pela República argentina em relação a Manuel Alfredo Montenegro, acusado de crimes de privação ilegítima de liberdade agravada com imposição de tortura durante a última ditadura argentina (Brasil, 2013a).

A posição do procurador-geral da República ficaria ainda mais cristalina com o parecer apresentado na ADPF nº 320, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Essa nova ação requer que o STF deixe clara a necessidade de o Estado brasileiro dar cumprimento às determinações da Corte IDH no *Caso Gomes Lund*. O procurador-geral da República claramente abraçou a tese encampada pelo Grupo de Trabalho de Justiça de Transição do Ministério Público Federal (GTJT-MPF), integrado por membros da instituição que atuam nesse campo, sustentando que os crimes da ditadura de 1964-1985 são crimes contra a humanidade.

Como isso, delineia-se hoje, no Brasil, um campo no qual deverão proliferar diversas medidas de justiça de transição concernentes à responsabilização criminal de agentes da ditadura pelo cometimento de crimes contra a humanidade. Ainda que órgãos superiores de justiça possam vir a ter entendimentos futuros que visem barrar tais medidas, é preciso sempre lembrar que composições de tribunais se alteram e novos questionamentos podem surgir, como já aconteceu na Argentina, no Chile e no Peru.

Como mencionado, o Ministério Público Federal mantém um GTJT e tem procurado sistematizar as informações a respeito das investigações levadas à frente e das ações criminais ajuizadas (Brasil, 2014c, 2013b).

41. Ver o relatório sobre as atividades do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPF (Brasil, 2014c).

Entretanto, a existência de instituições autônomas às práticas estatais e mais diretamente relacionadas à sociedade civil pode cooperar de modo importantíssimo com o Ministério Público Federal, conferindo maior sistematicidade ao trabalho e possibilitando novos aportes críticos. Além disso, é necessário reconstruir os passos que têm sido dados para a aceitação desse conceito no Brasil. Isso terá efeitos sobre o próprio modo de se trabalhar a responsabilização criminal, mas também alcançará outras medidas transicionais, como o direito à memória e à verdade, o sistema de reparação e as reformas institucionais.

Ressalte-se também que a Comissão Nacional da Verdade recomendou expressamente a responsabilização de agentes públicos por crimes contra a humanidade. As investigações criminais e ações penais propostas têm o efeito prático de levar adiante as recomendações da CNV, fundadas na Lei nº 12.528/2011.⁴² Não se pode desconsiderar que tais medidas são fundamentais para a consolidação do regime democrático e de um sistema de direitos humanos. O acesso pleno à verdade contribui diretamente para a afirmação de uma memória não obrigada, permitindo que a identidade de um povo seja construída com sua contribuição. Além disso, responsabilizações criminais demonstram que o Estado refuta claramente as práticas autoritárias e ilícitas que outrora cancelara.

Durante o ano de 2015, o CJT-UFMG celebrou um termo de cooperação com o GTJT-MFP (População..., 2015). Com isso, abre-se a possibilidade de um maior somatório de forças que possa garantir acesso aos dados disponíveis. Do que pôde ser avaliado ao longo do referido ano, na data de fechamento deste texto,⁴³ são 17 as ações penais propostas por membros do MPF em todo o país. Cinco denúncias foram inicialmente recebidas, mas, em todos esses casos, houve suspensão do processo, seja por reclamação ajuizada no Supremo Tribunal Federal, seja por *habeas corpus* concedido pelo Tribunal Regional Federal competente. Oito denúncias foram rejeitadas de plano e, em quatro ações penais, não havia elementos para aferir o andamento da denúncia.

Do que se pode aferir, há sinais interessantes de que a litigância de direitos humanos levada adiante pelo MPF possa trazer futuros benefícios para a justiça de transição brasileira. O quadro em relação à atuação do Poder Judiciário, contudo, é bastante árduo. Há vários problemas relativos a uma

42. “Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais” (CNV, 2014a, p. 965).

43. Em 12 de fevereiro de 2016.

ausência de compreensão do significado e cogência do direito internacional dos direitos humanos e de seus conceitos: crimes contra a humanidade, imprescritibilidade, impossibilidade de incidência de anistia passam ao largo de decisões que ainda enxergam uma oposição entre soberania e direitos humanos, com franca precedência da primeira, principalmente em nome da suposta eficácia vinculante da decisão do STF na ADPF 153.

Vejamos algumas das fundamentações adotadas em casos diversos.

Na ação penal envolvendo os crimes de homicídio e falsidade ideológica do caso de Manoel Fiel Filho (autos 0007502-27.2015.4.03.6181), a decisão judicial de rejeição em primeira instância circunscreveu-se a transcrever, em suas 54 páginas, 22 páginas de citações da decisão do STF na ADPF 153, sem nenhum enfrentamento da decisão da Corte IDH no *Caso Gomes Lund*. Já na ação penal que imputava a tortura e morte de Carlos Danielli, a exata e mesma fundamentação foi utilizada (autos 0009756-70.2015.4.03.6181). No caso que envolveu a morte sob tortura do resistente Hécio Pereira Fortes (autos 001635122.2014.4.03.6181), invocou-se a incidência de pretensa anistia (em verdade, autoanistia) pela Lei nº 6.683/1979. De forma estarrecedora, a sentença invoca citação à menção pelo ex-ministro Moreira Alves, do STF, quando da instalação da Assembleia Constituinte de 1986-1987, que tratou esse momento como o “o termo final do período de transição com que, sem ruptura constitucional, e por via de conciliação, se encena um ciclo revolucionário” – uma verdadeira afronta ao processo histórico que culminou no exercício daquele poder constituinte democrático. Novamente, a decisão do STF na ADPF 153, ainda não transitada em julgado, é referida como vinculante no caso – nenhuma linha é dedicada ao que foi decidido pela Corte IDH.

Já no caso que envolveu a morte sob tortura de Luiz Eduardo da Rocha Merlino (autos 0012647-98.2014.403.6181), manteve-se a mesma toada para a fundamentação: ampla abrangência do conceito jurídico de anistia (ainda que para os crimes contra a humanidade imputados); a suposta aplicabilidade ao caso concreto do art. 4º da EC nº 26/1985;⁴⁴ e a força do que foi decidido pelo STF na ADPF 153.

Outros argumentos ainda apareceriam em decisões de rejeição das ações penais: o questionamento dos efeitos permanentes dos crimes de sequestro praticado; a definição de que o crime de ocultação de cadáver é crime instantâneo de efeitos permanentes (e não crime permanente); e, o que chama mais a atenção, a reiterada despreocupação com os efeitos da decisão da Corte IDH no *Caso Gomes Lund* e o papel do direito internacional

44. Contra essa interpretação, ver Pinto (2014a, 2014b).

dos direitos humanos. Do que até agora se pôde constatar, ou há um vácuo na formação dos juízes federais brasileiros ou a defesa de uma oposição já ultrapassada entre direitos humanos e soberania.

Assim, há um longo trabalho a ser desenvolvido pela frente em termos da criação de pressões da sociedade civil que possam fortalecer e municiar o papel do MPF que, ao que parece, já assumiu a predisposição de buscar consolidar o pilar da responsabilização criminal individual na justiça de transição brasileira. A RLAJT pode cumprir um valioso papel nesse campo ao permitir o intercâmbio de experiências mais exitosas como as da Argentina e do Chile. Considerando as limitações contextuais, ainda assim, há um importante espaço de diálogo edificante para uma justiça de transição quiçá regional.

Referências

ALTINO, Lucas. Parentes de desaparecidos políticos foram monitorados após o fim da ditadura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 set. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/parentes-de-desaparecidos-politicos-foram-monitorados-apos-fim-da-ditadura-17444589>>.

AMARAL, Tércio. Ministério de Direitos Humanos coleta amostras de DNA dos parentes de desaparecidos na ditadura militar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 nov. 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/11/17/interna_politica,610753/ministerio-de-direitos-humanos-coleta-amostras-de-dna-dos-parentes-de-desaparecidos-na-ditadura-militar.shtml>.

AMORIM, Felipe. Morre coronel Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. **UOL Notícias**, [s.l.], 15 out. 2015. On-line. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/15/morre-coronel-ustra.htm#fotoNav=28>>.

ARRUDA, Roldão. Comissão da Verdade reage e lista provas contra general. **Estadão**, São Paulo, 10 fev. 2015. Blog do autor. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/comissao-da-verdade-reaqe-e-lista-provas-contra-general/>>.

BASSIOUNI, Cherif. Searching for peace and achieving justice: the need for accountability. **Law and Contemporary Problems**, v. 59, n. 4, p. 9-28, 1996a.

BASSIOUNI, Cherif. International crimes: jus cogens and obligatio Erga Omnes. **Law and Contemporary Problems**, v. 59, n. 4, p. 63-74, 1996b.

BASTOS, Alexandre. Relatório da Comissão Anísio Teixeira aponta violações de direitos. **Secom UnB**, Brasília, 22 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9380>>.

BISSOTO, Maria Carolina. As descobertas do relatório da Comissão da Verdade do Rio. **Ponte**, [s.l.], 17 dez. 2015. Disponível em: <<http://ponte.org/as-descobertas-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-do-rio/>>.

BOCCHINI, Bruno. Comissão da Verdade sobre crimes na democracia é criada em São Paulo. **Agência Brasil**, Brasília, 20 fev. 2015a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-02/comissao-da-verdade-sobre-crimes-na-democracia-e-criada-em-sao>>.

BOCCHINI, Bruno. Grupo já analisou 144 ossadas da vala clandestina do Cemitério de Perus. **Agência Brasil**, Brasília, 10 fev. 2015b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-02/grupo-ja-analisou-144-ossadas-da-vala-clandestina-do-cemiterio-de>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Documento nº 1/2011**. Brasília, 21 mar. 2011. Disponível em: <http://2ccr.pgr.mpf.mp.br/diversos/justica-de-transicao/Doc1-ReuniaoInterna-decisaoCorteInteramericana-Caso-GomesLund%20vs%20Brazil.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. **Denúncia referente aos Procedimentos de Investigação Criminal nº 1.30.001.005782/2012-11 e 1.30.011.001040/2011-16**. Rio de Janeiro, maio 2014a. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. **Denúncia referente ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.30.001.006990/2012-37**. Rio de Janeiro, fev. 2014b. Relatório e manifestação anexa. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Denúncia referente ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.34.001.007804/2011-57**. Denúncia nº 71284/2014. São Paulo, 22 set. 2014d. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/denuncia-coronel-ustra.pdf>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. Grupo de Trabalho Justiça de Transição. **Crimes da ditadura**: relatório preliminar de atos de persecução penal desenvolvidos pelo MPF acerca de graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado durante a ditadura. Brasília, 2013b. Disponível em <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/Relatorio_Crimes%20_Ditadura_completo.pdf>.

BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Grupo de trabalho justiça de transição:** atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal: 2011-2013. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge. Brasília: MPF/2ª CCR, 2014c. (Série Relatórios de Atuação, 1). Disponível em: <<http://2ccr.pgr.mpf.mp.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/justica-de-transicao/relatorios-1/Relatorio%20Justica%20de%20Transicao%20-%20Novo.pdf>>.

BRASIL. Procuradoria-Geral da República. **Parecer.** Prisão preventiva para extradição nº 696. Requerente: República Argentina. Requerido: Manuel Alfredo Montenegro. Relator Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 24 set. 2013a. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/extradicao-manuel-montenegro-parecer-pgr.pdf>>.

CAZARRÉ, Marieta. Camponeses do Araguaia recebem anistia política. **Agência Brasil**, Brasília, 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/camponeses-do-araguaia-recebem-anistia-politica>>.

CESAR, Janaina. Procurador italiano pede condenação de quatro brasileiros por crimes da Operação Condor. **Opera Mundi**, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/40124/Procurador+italiano+pede+condenacao+de+quatro+brasileiros+por+crimes+da+operacao+condor.shtml#sthash.NEx2lIIV.dpuf>>.

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório.** Brasília, 2014a. v. 1.

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório.** Brasília, 2014b. v. 2.

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório.** Brasília, 2014c. v. 3.

COMISSÃO de Anistia divulga nota sobre decisão judicial que cancela reparação à família de Carlos Lamarca. Brasília: RLJAT, 13 maio 2015. Disponível em: <<http://www.rlajt.com/noticia/139/comiss%C3%A3o-de-anistia-divulga-nota-sobre-decis%C3%A3o-judicial-que-cancela-repara%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-fam%C3%ADlia-de-carlos-lamarca.html>>.

CONFIRA o relatório final da Comissão da Verdade da UNE. São Paulo: UNE, 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.une.org.br/noticias/confira-o-relatorio-final-da-comissao-da-verdade-da-une/>>.

CORONEL Brilhante Ustra morre, aos 83 anos, em hospital de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 out. 2015. On-line. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/10/15/interna_cidadesdf,502530/coronel-brilhante-ustra-morre-aos-83-anos-em-hospital-de-brasilia.shtml>.

CRUZ, Elaine Patricia. Comissão realiza primeira audiência para apurar crimes do Estado na democracia. **EBC – Cidadania**, Brasília, 21 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/comissao-realiza-primeira-audiencia-para-apurar-crimes-do-estado-na-democracia#sthash.ViicLHe7.dpuf>>.

CRUZ, Fernanda. MPF recebe 614 ossadas de possíveis desaparecidos políticos da ditadura. **Agência Brasil**, Brasília, 19 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/mpf-recebe-614-ossadas-de-possiveis-desaparecidos-politicos-da#sthash.PmQc08LD.dpuf>>.

DIAS, Renato. Ultragás, Ford, GM e Volks financiaram repressão e tortura. Entrevista com Marcelo Godoy. **Diário da Manhã**, Goiânia, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.rljt.com/noticia/95/ultrag%C3%A1s-ford-gm-e-volks-financiaram-repress%C3%A3o-e-tortura.html>>.

DOCUMENTOS demonstram que EUA sabiam antes de mortes na ditadura. **G1**, Rio de Janeiro, 8 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/documentos-indicam-que-eua-sabiam-antes-de-mortes-na-ditadura.html>>.

ÉBOLI, Evandro. Vítima da ditadura tem certidão de óbito “corrigida”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 2015a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/vitima-da-ditadura-tem-certidao-de-obito-corrigida-17838994#sthash.K99WN8Jk.dpuf>>.

ÉBOLI, Evandro. Relator da ONU diz que tortura nos presídios do Brasil é herança da ditadura militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2015b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/relator-da-onu-diz-que-tortura-nos-presidios-do-brasil-heranca-da-ditadura-militar-17187364#ixzz3jPXgyBU8>>.

ESCOLAS que homenageavam ditadores têm nomes substituídos por educadores e pessoas da comunidade. São Luis: Governo do Maranhão, 30 mar. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/escolas-que-homenageavam-ditadores-tem-nomes-substituidos-por-educadores-e-pessoas-da-comunidade/>>

EXÉRCITO pune general que pregou golpe e bancou homenagem a Ustra. **Guia Global**, [s.l.], 30 out. 2015. Disponível em: <http://www.guiaglobal.com.br/noticia-exercito_pune_general_que_pregou_golpe_e_bancou_homenagem_a_ustra-6787#sthash.V7k46ss2.dpuf>.

FABRINI, Fábio. Procuradoria-Geral abre ação contra militar procurado na argentina. **Estadão**, São Paulo, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,procuradoria-abre-acao-contra-militar-procurado-na-argentina---imp-,1710878>>.

GIBSON, Felipe. Comissão da Verdade relata mortes de alunos e perseguição na UFRN. **G1 RN**, Natal, 13 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/10/comissao-da-verdade-relata-mortes-de-alunos-e-perseguiacao-na-ufrn.html#sthash.lpJryeYV.dpuf>>.

GODOY, Marcelo; SILVA, Cleide. Volkswagen negocia reparação judicial por apoio à repressão durante ditadura. **Estadão**, São Paulo, 1º nov. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,volkswagen-negocia-reparacao-judicial-por-apoio-a-repressao-durante-ditadura,1789314>>.

GRANJEIA, Julianna. Justiça determina correção de atestado de óbito de morto pelo regime militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-correcao-de-atestado-de-obito-de-morto-pelo-regime-militar-15829001#ixzz3Yk5o7TV1>>.

JUSTIÇA cancela indenização à família de Carlos Lamarca. **UOL Notícias**, [s.l.] 15 maio 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/12/justica-cancela-indenizacao-a-familia-de-carlos-lamarca.htm>>.

LISBOA, Vinícius. Pesquisas mostram que resistência à ditadura não foi apenas de pequenos grupos. **EBC – Cidadania**, 12 ago. 2015a. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/repressao-na-ditadura-alcancou-grupos-sociais-dizem-pesquisadores>>.

LISBOA, Vinícius. Trabalhadores do campo foram vítimas de grilagem na ditadura, diz pesquisadora. **EBC – Cidadania**, 11 ago. 2015b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/trabalhadores-do-campo-foram-vitimas-de-grilagem-na-ditadura-diz#sthash.T3fjMtwH.dpuf>>.

MACEDO, Fausto; AFFONSO, Julia. Procuradoria denuncia três por tortura e morte nos porões. **Estadão**, São Paulo, 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-denuncia-tres-por-tortura-e-morte-nos-poroos/>>.

MACIEL, Ayrton. Marinha microfilmou milhares de documentos da repressão da ditadura militar de 64. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 nov. 2015. On-line. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/11/08/marinha-microfilmou-milhares-de-documentos-da-repressao-da-ditadura-militar-de-64-206994.php#sthash.i8xDnigz.dpuf>>.

MARTINES, Fernando. Juiz rejeita denúncia contra acusados de tortura e homicídio na ditadura. **Consultório Jurídico**, São Paulo, 20 ago. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-20/juiz-rejeita-denuncia-acusados-homicidio-ditadura>>.

MAZZINI, Leandro. Major Curió confessa à Justiça que matou prisioneiros no Araguaia. **UOL Notícias**, [s.l.] 15 out. 2015. Disponível em: <<http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2015/10/15/major-curio-confessa-a-justica-que-matou-prisioneiros-no-araguaia/>>.

“MEMORIAL da Luta pela Justiça” contra ditadura ganha captação pela Rouanet. 13 nov. 2015. **Jota**, Brasília, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/memorial-da-luta-pela-justica-contraditadura-ganha-captacao-de-recursos>>.

MPF denuncia sete ex-agentes da ditadura por morte de Fiel Filho. **G1 São Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/mpf-denuncia-sete-ex-agentes-da-ditadura-por-morte-de-fiel-filho.html#sthash.gqJg9nuq.dpuf>, <http://www.jfsp.jus.br/20150819-ditadura/>>.

MPF denuncia coronel Ustra por morte de dirigente do PCdoB na ditadura. **R7 Notícias**, 27 ago. 2015. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/mpf-denuncia-coronel-ustra-por-morte-de-dirigente-do-pcdob-na-ditadura-27082015#sthash.BaeZvUKC.dpuf>>.

NITAHARA, Akemi. CEV-Rio: ditadura deixou pelo menos 200 mortos e desaparecidos no campo. **EBC – Cidadania**, Brasília, 19 maio 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/05/cev-rio-ditadura-deixou-pelo-menos-200-mortos-e-desaparecidos-no-campo>>.

OLIVEIRA, Flávia. Ditadura perseguiu até bailes black no Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/ditadura-perseguiu-ate-bailes-black-no-rio-de-janeiro-16733859#sthash.NyARTIPs.dpuf>>.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição**. Brasília: Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. (no prelo)

PASSOS, Najla. Serviço Secreto de FHC monitorou militantes antineoliberalismo. **Carta Maior**, São Paulo, 30 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Servico-Secreto-de-FHC-monitorou-militantes-antineoliberalismo%0d%0a/5/25788>>.

PERITOS do Grupo de Trabalho Perus se reúnem para padronizar procedimentos em antropologia forense. Brasília: SDH, 30 abr. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/abril/peritos-do-grupo-de-trabalho-perus-se-reunem-para-padronizar-procedimentos-em-antropologia-forense>>.

PINTO, Cristiano Paixão Araújo et al. Não há anistia para crimes contra a humanidade (Parte I). **Consultor Jurídico**, São Paulo, 15 set. 2014a. On-line. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-15/nao-anistia-crimes-humanidade-parte>>.

PINTO, Cristiano Paixão Araújo et al. Não há anistia para crimes contra a humanidade (Parte I). **Consultor Jurídico**, São Paulo, 16 set. 2014b. On-line. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-16/nao-anistia-crimes-humanidade-parte-ii>>.

POMBO, Bárbara. STJ confirma decisão que reconheceu Ustra como torturador. **Jota**, Brasília, 9 dez. 2015. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/stj-confirma-decisao-que-reconheceu-ustra-torturador>>.

PONTE Costa e Silva em Brasília passa a se chamar Honestino Guimarães. **Agência Brasil**, Brasília, 27 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/brasil-ponte-costa-e-silva-muda-de-nome-para-honestino-guimaraes#sthash.q6oFNm7U.dpuf>>.

POPULAÇÃO terá acesso a dados sobre procedimentos para punir agentes públicos que agiram na ditadura. Brasília: MPF, 23 set. 2015. On-line. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/populacao-tera-acesso-a-informacoes-sobre-procedimentos-para-responsabilizar-agentes-publicos-que-agiram-na-ditadura-militar>.

PRESIDENTA Dilma nomeia peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Brasília: SDH, 12 mar. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/marco/presidenta-dilma-nomeia-peritos-do-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura>>.

RELATÓRIO da Comissão da Verdade da CUT traz 18 novos nomes de trabalhadores mortos. **Rede Brasil Atual**, 15 out. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/10/relatorio-da-comissao-da-verdade-da-cut-traz-18-novos-nomes-de-trabalhadores-mortos-4571.html#sthash.YMFVGIgo.dpuf>>.

RICHARD, Ivan. Senado aprova Lei de Migração que revê legislação da época da ditadura. **EBC – Política**, 2 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/07/senado-aprova-lei-de-migracao-que-reve-legislacao-da-epoca-da-ditadura#sthash.gkhUB11u.dpuf>>.

“RUAS de Memória” pretende mudar nomes de vias que homenageiam símbolos do regime militar. São Paulo: Secretaria Executiva de Comunicação, 13 ago. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5914#ad-image-0>>.

SANCHES, Mariana. Comissão Nacional da Verdade enfrentará primeira ação por danos morais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-nacional-da-verdade-enfrentara-primeira-acao-por-danos-morais-15173616>>.

SCHUMACKER, Vanessa. Subcomissão da Verdade é criada na Alerj. **Alerj – Notícias On-line**, Rio de Janeiro, 15 set. 2015. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=50157>.

SOUZA, André de. STF manda suspender ação contra coronel Ustra por sequestro durante ditadura militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/stf-manda-suspender-acao-contra-coronel-ustra-por-sequestro-durante-ditadura-militar-15991645?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo>.

UNESCO reconhece patrimônio documental da Comissão de Anistia como memória do mundo. Brasília: MJ, 29 out. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/patrimonio-documental-da-comissao-de-anistia-passa-a-fazer-da-unesco#sthash.7W1Q9hK0.dpuf>>.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana Rocha. Criação de lei de migrações é dívida histórica do Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 21 ago. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>>.

VILLELA, Flávia. Comissão Nacional da Verdade entrega relatório final ao Arquivo Nacional. **EBC – Cidadania**, Brasília, 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-ao-arquivo-nacional#sthash.VCeDRauF.dpuf>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

**Ana Carolina Couto Pereira Pinto Barbosa,
Claudia Paiva Carvalho e
Hellen Cristina Rodrigues de Freitas**
Secretaria da RLAIJ⁴⁵

Histórico

Em 11 de setembro de 1973, no Chile, ocorreu um golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet, que derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. O governo socialista de Allende, conhecido como “Unidade Popular”, conduzia um conjunto de reformas, incluindo a estabilização de bancos, nacionalização das minas de cobre e a reforma agrária, com o objetivo de construir uma “via chilena” ao socialismo. Esse projeto foi interrompido pelo golpe instaurado após o bombardeio do Palacio de la Moneda, onde Salvador Allende e alguns de seus seguidores resistiam. Allende morreu dentro do palácio presidencial,⁴⁶ e Pinochet assumiu o poder como presidente de uma junta militar de governo.

Em 17 de dezembro de 1974, Pinochet se autodenominou presidente da República do Chile, onde permaneceu pelos 16 anos seguintes. Pautado pela doutrina de segurança nacional, que serviu como fundamento para a prática do terror como política de Estado, o governo ditatorial cometeu, sistematicamente, graves violações a direitos humanos, deixando um saldo de cerca de 3.200 pessoas desaparecidas ou executadas e aproximadamente 40 mil sobreviventes de prisão política e tortura. Houve, ainda, milhares de exilados/as e pessoas demitidas de seus empregos por serem da oposição política – os/as denominados/as “exonerados/as políticos/as”.

45. O texto contou com revisão e contribuições do Observatório de Justiça Transicional da Universidade Diego Portales, Chile.

46. Embora as circunstâncias de sua morte tenham sido por vários anos objeto de rumores e relatos conflitantes, hoje, de modo geral, aceita-se a tese do suicídio como gesto de resistência. Um inquérito judicial recente sobre as circunstâncias de sua morte foi arquivado nos tribunais nacionais sem que tenham sido encontradas evidências de participação direta de terceiros na morte de Allende. O Tribunal concluiu que “o fato investigado não é indicativo de crime” (Suprema..., 2014).

A mudança de governo, que deu início a uma transição democrática, ocorreu quase 18 meses após o plebiscito de 5 de outubro de 1988, que convocou a população chilena a decidir sobre a permanência ou não de Pinochet no poder por mais oito anos. Por uma margem relativamente estreita de votos, aproximadamente 12%, venceu a opção pela *não* permanência do ditador no poder. Embora Pinochet quisesse ignorar o resultado, foi impedido por seus próprios aliados de fazê-lo. Como consequência, em 1989, foram realizadas eleições presidenciais, e Patricio Aylwin assumiu em 1990 como o primeiro presidente democraticamente eleito em duas décadas.

A transição chilena foi bastante controlada, com permanências significativas de medidas autoritárias: Decreto-Lei de Autoanistia, editado em 1978; Constituição autoritária, imposta em 1980; e sistema eleitoral binominal, que garantia à direita uma sobrerrepresentação no Legislativo. Ademais, estabeleceu-se que Pinochet permaneceria como comandante-em-chefe do Exército durante pelo menos os oito primeiros anos de regime democrático. Apesar das dificuldades que acompanharam o processo de redemocratização, o governo de Aylwin adotou, quase de imediato, algumas medidas importantes para enfrentar o legado autoritário. Ainda em 1990, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação (Comissão Rettig), sem competências, contudo, para judicializar os crimes que investigou. Apesar do sucesso na busca da verdade sobre as mais graves violações a direitos humanos e atos de violência política cometidos entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, a Comissão pôde somente apresentar os nomes das vítimas ausentes (vítimas de desaparecimento ou execução) em seu relatório final, publicado em março de 1991.⁴⁷ Além disso, entre 1990 e 1991, foram adotadas medidas de reparação econômica a familiares de vítimas de desaparecimento e execução, bem como a outras categorias de pessoas afetadas pela violência do Estado ditatorial.⁴⁸

Após mais de uma década, foi constituída uma segunda Comissão da Verdade oficial, dessa vez dedicada exclusivamente à identificação dos nomes de sobreviventes reconhecidos por prisão política e tortura. Em duas

47. Em 1996, todavia, uma entidade sucessora, a Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação, CNRR, publicou um informe complementar, qualificando mais de 1 mil casos adicionais, computando 3.200 desaparecidos e executados hoje reconhecidos pelo Estado chileno.

48. Entre elas, exilados/as que desejavam retornar, exonerados/as políticos e defensores dos direitos humanos. Para uma contagem atualizada, ver Observatorio de Derechos Humanos (2012).

rodadas, realizadas em 2004-2005 e 2011, a Comissão Valech⁴⁹ reconheceu um total de 38.254 pessoas como sobreviventes dessas violações. Os direitos de reparação econômica e simbólica, antes estendidos a familiares, foram então ampliados aos sobreviventes incluídos nas “listas Valech”.

No plano da justiça, foram feitas, no início de 1998, várias denúncias de violação a direitos humanos contra Pinochet, no Chile e internacionalmente. Em outubro do mesmo ano, o ditador foi detido em Londres por mandado do juiz espanhol Baltazar Garzón, que buscava sua extradição para a Espanha, no exercício da jurisdição universal, por violações praticadas contra cidadãos espanhóis e outros durante a ditadura chilena. Após 12 meses de controvérsia judicial, permitiu-se, por razões médicas, que Pinochet retornasse ao Chile em 2000. O ditador morreu em 2006, processado em várias causas domésticas por violações a direitos humanos e em uma por corrupção, mas sem receber qualquer condenação.

Em três oportunidades, o Chile foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) por não cumprir obrigações estabelecidas na Convenção Interamericana com relação a graves violações de direitos humanos cometidas no período ditatorial. As decisões foram proferidas nos casos *Almonacid vs. Chile*, em 2006 (Corte IDH, 2006), *García Lucero y otras vs. Chile*, em 2013 (Corte IDH, 2013), e *Omar Humberto Maldonado y otros vs. Chile*, em 2015 (Corte IDH, 2015a). Os dois casos mais recentes são sobre o direito de sobreviventes à justiça e à reparação. No primeiro, *Almonacid*, foi declarada inválida a aplicação do Decreto-Lei de Autoanistia a um caso de execução política. Apesar de esse decreto-lei ainda estar vigente, o afastamento da anistia e também da prescrição a casos reconhecidos como crimes contra a humanidade ou de guerra tem sido uma prática mais ou menos consistente da Corte Suprema de Justiça do Chile e dos tribunais inferiores desde aproximadamente 2004. Em dezembro de 2014, foi apresentado mais um em uma série de projetos de lei “interpretativa” que pretendem compatibilizar o Decreto-Lei de Anistia às obrigações internacionais do Chile na matéria. O projeto, todavia, segue pendente de debate no Legislativo chileno.

Sobre as medidas de garantia de não repetição, em 2008, o Chile ratificou o protocolo facultativo da Convenção Contra a Tortura e outros

49. A primeira rodada, de 2004-2005, tinha o nome oficial de Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, hoje conhecida como Valech I. A segunda, de 2011, foi intitulada Comissão Presidencial Assessora para a Qualificação de Detidos Desaparecidos, Executados Políticos e Vítimas de Prisão Política e Tortura, conhecida como Valech II. Qualificou cerca de 10.000 casos de sobreviventes e agregou 30 nomes à lista de desaparecidos e executados que havia sido produzida pela Comissão Rettig e sua entidade sucessora em 1996. Para os relatórios e listas, ver: <<http://www.ddhh.gov.cl/>>. Para análise mais aprofundada, ver Collins (2012) e Castro (2015).

Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas. Em 2009, foram tipificados na legislação interna os crimes contra a humanidade e foi ratificado o Estatuto de Roma (Bachelet..., 2009), com a adesão do Chile ao Tribunal Penal Internacional (TPI).

Um importante marco no processo de manter viva a memória no país foi a inauguração, em 2010, do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago. Em 2105, foi proposta a criação de uma Subsecretaria de Direitos Humanos, por radicar-se dentro do Ministério da Justiça, que representaria um reforço à atuação do Estado em direitos humanos de modo geral, e deve encarregar-se de preparar o primeiro Plano Nacional em direitos humanos. O projeto de lei para a criação da subsecretaria foi aprovado pelo Senado por unanimidade em agosto de 2015, e o órgão foi oficialmente criado em dezembro, embora ainda não esteja em funcionamento (Cámara..., 2015).

Passados 25 anos da restauração da democracia no Chile, muitas práticas e estruturas institucionais ainda são marcadas pelo legado da ditadura militar. Essas práticas incluem a preservação do modelo econômico neoliberal, a forte privatização do sistema educacional e de pensões, e aspectos da Constituição de 1980. Outros desafios persistem no campo da justiça em relação aos crimes da época da ditadura, como a superação definitiva do Decreto-Lei de Anistia de 1978 e a exigência de maior agilidade nos processos e pedidos, a fim de se assegurar a imposição de penas privativas de liberdade proporcionais à gravidade dos delitos cometidos (Hau; Collins, 2015).

Este relatório pretende assinalar alguns marcos da agenda de justiça de transição chilena em 2015 que tiveram visibilidade tanto nos meios escritos de circulação de massa quanto no âmbito das organizações de direitos humanos e movimentos da sociedade civil. A seguir, o relatório está dividido em seções temáticas de acordo com os quatro pilares que orientam a justiça de transição: *i)* justiça; *ii)* memória e verdade; *iii)* reparação; e *iv)* reformas institucionais.⁵⁰

Justiça

De acordo com o relatório anual do Observatório de Justiça de Transição da Universidade Diego Portales sobre a evolução dos processos judiciais, entre julho de 2014 e junho de 2015, inclusive, foram proferidas um total de 44 condenações na Corte Suprema relacionadas com causas de direitos

50. Ver também o capítulo “Silencio e irrupciones: verdad, justicia y reparaciones en la post dictadura chilena”, publicado no *Informe Anual* do Centro de Derechos Humanos da Universidad Diego Portales (Collins et al., 2015).

humanos da época da ditadura. Dessas sentenças, 22 foram em casos de desaparecimento (sequestro qualificado); 12 em casos de execução política (homicídio qualificado); e 2 em casos que envolviam ambos os crimes. O total de “vítimas ausentes” envolvidas nas causas supera 70. Foram proferidas 3 sentenças em causas iniciadas por vítimas sobreviventes de prisão política, 2 por tortura e 1 por sequestro. Finalizaram-se 5 casos de indenizações civis, incluindo 1 por erros forenses na identificação de restos mortais (Collins et al., 2015).⁵¹

Um fato importante ocorrido em 2015 foi a consolidação de uma mudança na jurisprudência nacional em relação à indenização civil. Até pouco tempo atrás, a Sala Constitucional da Corte Suprema insistia em aplicar a prescrição a ações civis que alegavam danos morais em relação a graves violações. O Estado, representado nessas demandas por uma entidade chamada Conselho de Defesa do Estado, apoiava essa aplicação, negando pretensões indenizatórias de familiares e sobreviventes sob o argumento da prescrição e/ou alegando a incompatibilidade de demandas civis com reparações administrativas já concedidas. No entanto, a Sala Penal da mesma Corte Suprema afastava esse argumento, concedendo a maior parte das demandas civis que chegavam associadas a causas penais. Produziu-se, portanto, uma disparidade na prática da Corte, conforme a Sala que tivesse conduzido o caso. Ao final de 2014, resolveu-se o impasse, sendo determinado que todo tipo de demanda civil seria visto pela Sala Penal. Como resultado, em 2015, foi definido o critério de que as ações civis são, assim como as penais, imprescritíveis quando se trata de crimes contra a humanidade. A Corte também sustenta que as demandas civis e as reparações administrativas têm essências e finalidades distintas, sendo, portanto, compatíveis entre si.

Como exemplo, no mês de setembro de 2015, a Corte Suprema confirmou uma sentença que condena o Estado do Chile a indenizar um grupo de 31 ex-prisioneiros detidos no campo de concentração estabelecido em condições extremas no sul do país, Isla Dawson, entre setembro de 1973 e setembro de 1974. O valor total da indenização supera US\$ 6,6 milhões. Na decisão, a Suprema Corte afirmou que a demanda interposta na ação civil não prescreve, já que “em se tratando de um crime contra a humanidade cuja ação penal persecutória é imprescritível, não é coerente entender que a ação civil indenizatória correlata esteja sujeita a normas sobre prescrição contempladas na lei civil interna, já que isso contraria a vontade expressa manifestada por norma internacional sobre direitos humanos” (Corte..., 2015).

51. A periodização do *Informe Anual* para efeitos estatísticos é sempre de julho a junho, embora a análise qualitativa seja enfocada no ano do calendário.

Também nesse sentido, a Corte condenou o Estado a pagar uma indenização no valor de cerca de US\$ 100 mil ao irmão de Máximo Gedda Ortiz, sequestrado em 1974 por agentes da polícia secreta da época, a Direção de Inteligência Nacional (Dina), e desaparecido desde aquela data. A decisão unânime anulou uma sentença desfavorável da Corte de Apelações de Santiago, novamente argumentando pela imprescritibilidade de ambos os aspectos – civil e penal – de um crime contra a humanidade (Corte..., 2015).

De modo geral, pode-se dizer que em 2015 houve avanços na judicialização dos crimes da ditadura, com uma aceleração no ritmo dos processos, um modesto aumento na proporcionalidade das penas e uma maior proporção de penas efetivas (penas de prisão) entre as novas sentenças (Collins et al., 2015). De acordo com os dados do Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior e Segurança Pública, responsável por intervir em causas por desaparecimento e execução, até 1o de dezembro de 2015, um total de 1.373 ex-agentes foram em algum momento processados, acusados ou condenados por causas de direitos humanos. Destes, um total de 662 receberam alguma condenação, em primeira ou segunda instância (318 pessoas) – ainda pendentes de confirmação – ou por decisão definitiva da Corte Suprema (344 pessoas). Das 344 pessoas condenadas definitivamente, 163 receberam penas privativas de liberdade (foram condenadas à prisão).⁵² Destas, 117 atualmente se encontram presas,⁵³ embora 11 delas possuam benefícios que vão desde saída dominical ou de fim de semana até liberdade condicional (prisão sob licença e supervisão).⁵⁴

A legitimidade da concessão desses benefícios penitenciários a ex-agentes condenados por crimes da ditadura tem sido questionada em razão da gravidade das violações pelas quais foram condenados. Para o órgão oficial do Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH), a concessão desses benefícios, que são teoricamente alcançáveis por qualquer presidiário comum, embora não seja automática, deveria ser condicionada, nesses e em todos os casos, à demonstração de arrependimento e à colaboração com a justiça por parte dos agentes (INDH, 2015a).

Como anteriormente mencionado, em 2015 houve uma nova condenação contra o Chile no sistema interamericano de direitos humanos.

52. Este número corresponde a 47% do total. Os demais receberam penas não privativas de liberdade (penas alternativas). De acordo com o Observatório de Justiça de Transição da Universidade Diego Portales, a cifra de 47% representa um aumento, já que, em 2013, somente um terço das penas finais foram de cárcere.

53. Em 1º de dezembro de 2015. Ver Chile (2015).

54. Os demais, de acordo com o estudo, já cumpriram a pena ou morreram antes ou durante seu cumprimento.

Em outubro tornou-se pública uma sentença da Corte IDH, proferida em 2 de setembro, no caso *Omar Humberto Maldonado Vargas e outros vs. Chile*. Declarou-se que o Chile descumpra suas obrigações convencionais por não ter oferecido recursos legais às vítimas sobreviventes representadas no caso, ex-membros constitucionalistas da força aérea, uma vez que essas vítimas tiveram anulados os processos judiciais ilegítimos abertos contra elas durante a ditadura, utilizando provas falsas e “confissões” obtidas sob tortura. Como no caso *García Lucero*, a decisão também criticou o Chile por não iniciar, de ofício, investigação de torturas de ex-presos/as políticos/as durante o regime ditatorial.⁵⁵

Outros fatos importantes no âmbito da justiça em 2015 incluem um avanço investigativo no denominado “Caso Queimados”. O caso investiga um crime cometido em 1986, quando uma patrulha militar esguichou gasolina sobre dois jovens que caminhavam pela rua logo após terem participado de um protesto contra a ditadura. Rodrigo Rojas e Carmen Gloria Quintana foram queimados vivos. Rodrigo morreu dias depois, enquanto Carmen Gloria sobreviveu ao ataque, embora com queimaduras extremamente graves em 60% de seu corpo. Em julho de 2015, doze ex-militares que teriam participado do crime tiveram mandado de prisão decretado. A nova informação que possibilitou as detenções veio do ex-conscrito militar Fernando Guzmán Espíndola, que decidiu, finalmente, colaborar com a justiça (Pinochet..., 2015). As novas informações representam um passo à frente na gradual ruptura dos “pactos de silêncio” que seguem vigentes entre perpetradores, encobrendo violações e ocultando a identidade dos responsáveis.

No caso do cantor e compositor chileno Victor Jara, o Poder Judiciário de Orlando, na Flórida, Estados Unidos, declarou-se competente para julgar o ex-militar chileno Pedro Barrientos, como alternativa à sua extradição. Barrientos, que, atualmente, reside em Miami, é acusado de ter dado o tiro que assassinou Victor Jara há mais de 40 anos. O cantor foi preso ilegalmente com colegas universitários no mesmo dia do golpe, 11 de setembro de 1973, e detido no campo de concentração improvisado no Estádio Nacional do Chile (hoje Estádio Victor Jara). Ao reconhecê-lo, os militares que o capturaram torturaram-no, quebrando seus dedos em alusão à sua habilidade de violonista, e submeteram-no à roleta russa com suas armas de trabalho. Foi morto em 16 de setembro de 1973, cinco dias após o golpe, fuzilado com mais de 40 balas. O ex-oficial Pedro Barrientos é apontado como o autor do tiro final que matou o célebre músico, ícone

55. O resumo oficial do caso está disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_300_esp.pdf>. Já a sentença completa está disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_300_esp.pdf>.

da Unidade Popular. O processo criminal que engatilhou a investigação foi apresentado por Joan Jara e Amanda Jara, esposa e filha do cantor. O Poder Judiciário dos Estados Unidos aceitou julgar Barrientos por “tortura e execução extrajudicial”, embora tenha se negado a capitular os fatos como crime contra a humanidade, como pretendia a família (Ayuso, 2015).

Cabe assinalar, por último, a prisão do notório ex-fiscal militar Fernando Torres Silva, por um caso relacionado à Operação Condor,⁵⁶ e as mortes de dois notáveis agentes da ditadura chilena em 2015. Em agosto, morreu no Hospital Militar de Santiago Manuel Contreras um dos maiores criminosos da história do Chile. Contreras encabeçou a Dina entre 1973 e 1977. À data de sua morte, havia sido condenado a um total de mais de 500 anos de prisão por numerosos casos de desaparecimento, sequestro e tortura. Contreras morreu sem demonstrar arrependimento nem conhecer sua responsabilidade, e ainda ostentando a patente de general da reserva.⁵⁷ Em setembro, por sua vez, morreu Marcelo Moren Brito, outro ex-agente da Dina, que cumpria um total de mais de 300 anos de pena por graves violações de direitos humanos. Moren participou da notória operação “Caravana da Morte” nos primeiros meses depois do golpe.

Memória e verdade

No campo da memória e verdade, quanto à busca do paradeiro dos/as desaparecidos/as políticos/as, cabe assinalar que hoje, no Chile, essa busca é feita exclusivamente no marco jurídico da investigação penal. As exumações, perícias e identificações correspondentes são realizadas por um pessoal especializado do serviço forense estatal, o Serviço Médico Legal, sob ordem judicial. A unidade reportou, ao final de 2015, a identificação, ou confirmação de identificação, de restos correspondentes a 166 pessoas desaparecidas ou executadas.⁵⁸ O Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior e Segurança Pública assinala que, de sua área social, em 2015, ofereceu apoio aos familiares de um total de 80 vítimas relacionadas a notificações de identificação, cerimônias de entrega de restos, traslados e à realização de rituais fúnebres e de inumação (Chile, 2015).

56. No caso Berrios, um químico, ex-agente civil da ditadura, foi retirado clandestinamente do país depois da transição e logo assassinado no Uruguai, por temor ao que ele poderia revelar a autoridades jurídicas sobre o uso de armas químicas por parte da Dina nos anos 1970.

57. As forças armadas chilenas negaram-se sistematicamente a retirar suas honrarias, pensões e graus dos ex-agentes condenados pelos mais repugnantes crimes.

58. Ver nômima em: <http://www.sml.cl/sml/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=68>.

A título de exemplo, em abril, a ministra Emma Díaz, acompanhada pelo diretor nacional do Serviço Médico Legal (SML), dr. Patricio Bustos, informou aos familiares de quatro novas vítimas identificadas do caso Chihúio, a operação militar que acabou com a vida de 17 trabalhadores agrícolas em 1973, no sul do Chile. Os restos identificados pertenciam às vítimas: Rosendo Rebolledo Méndez, José Orlando Barriga Soto, Sebastián Mora Osses e Narciso Segundo García Cancinos. Com as novas identificações, soma-se um total de dez vítimas do episódio que já foram identificadas (Chile, 2015).

O ano de 2015 também foi marcado por questionamentos sobre os pactos de silêncio entre perpetradores e por pedidos de maior transparência sobre arquivos oficiais. Em agosto, quase 20 grupos de memória entregaram uma declaração conjunta ao governo exigindo o fim dos pactos de silêncio e a abertura dos arquivos dos serviços de segurança da época de repressão (Sitios..., 2015a). O espaço de memória *Londres 38* também lançou campanhas a favor do acesso à informação e do princípio da publicidade em relação a qualquer documento oficial, tanto arquivos militares quanto acervos das comissões da verdade (Londres..., 2015). A última parte de sua exigência faz alusão ao hermético silêncio oficial que atualmente rege a documentação e os testemunhos produzidos pela Comissão Valech e entregues a ela nas duas rodadas de seus trabalhos. Diferentemente da Comissão Rettig, cujos documentos estão acessíveis ao Poder Judiciário e o Programa de Direitos Humanos, uma “lei do silêncio” pretendia impor um embargo absoluto sobre o acervo Valech durante 50 anos a partir da publicação de Valech I, em 2004. Diante de reiterados questionamentos acerca desse dispositivo, em julho de 2015, o Estado chileno defendeu a decisão, em dois documentos enviados à Corte IDH. Os documentos argumentam que o êxito da Comissão dependia, em grande medida, da confidencialidade e da garantia de reserva sobre as informações recebidas, que, ademais, de acordo com as autoridades, justificava-se pelo caráter não judicial da Comissão (Labra, 2015). Opositores à medida, entre eles muitos dos mesmos sobreviventes que deram testemunhos à Comissão, assinalam que a *garantia* foi imposta inclusive após realizada a primeira rodada dos trabalhos do órgão, e que, ademais, não recai sobre o acervo Rettig, cujo conteúdo foi posto ativamente à disposição dos tribunais. Como consequência de recursos judiciais interpostos por alguns sobreviventes ante os tribunais e de petições para a interpretação dos dispositivos do silêncio, apresentadas perante a Controladoria da República, em 2015, registra-se uma situação um tanto anômala, na qual os antecedentes de pessoas consideradas e/ou qualificadas pela segunda fase dos trabalhos da Comissão (somente) podem ser conhecidos por juízes que estejam investigando

casos penais, ao passo que os antecedentes da primeira fase, de 2004-2005, permanecem, por enquanto, vedados em face de qualquer requerimento.

O Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH), que tem a custódia legal do arquivo, reforçou a necessidade de uma reforma legislativa para permitir que os registros de ambas as fases sejam conhecidos pela justiça se esta for a decisão das vítimas, buscando uma forma de isso não afetar os direitos de terceiros (INDH, 2015a).

Com relação ao repúdio social e simbólico da ditadura e de seus crimes, as organizações de direitos humanos seguem questionando a persistência de homenagens e referências elogiosas ao regime cívico-militar ou a personalidades vinculadas à repressão, através de monumentos ou datas comemorativas, por exemplo. Uma das medidas exigidas foi uma modificação da regulação das Forças Armadas, anunciada em junho pelo ministro da Defesa, José Antonio Gómez, para proibir a outorga de condecorações e medalhas castrenses alusivas ao golpe de 1973 (Defensa..., 2015). Deputados da Comissão de Direitos Humanos do Legislativo propuseram diversos outros projetos de lei para reduzir a visibilidade do legado ditatorial no espaço público, que não chegaram ainda a ser debatidos.

Com relação à memorialização, impulsionada ativamente tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado, o Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior e Segurança Pública contabiliza vários projetos de reparação simbólica realizados em 2015 nos quais estes atores tiveram participação. Tais projetos incluem:

- 1) continuar a recuperação do Estádio Nacional como lugar de memória: existem já vários trabalhos realizados e outros ainda em curso;
- 2) desenvolver projeto de testemunhos e arquivo com a importante e histórica organização não governamental (ONG) Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo (Codepu);
- 3) continuar a recuperação do arquivo de outra ONG histórica de direitos humanos, a Fundação de Ajuda Social das Igrejas Cristãs (Fasic), para que seja colocado à disposição de familiares e do público;
- 4) apoiar a estreia do filme documentário *Habeas corpus* (Sebastián Moreno e Claudia Barril, 2015), que conta a história da Vicaria de la Solidaridad, emblemática entidade eclesial defensora dos direitos humanos nos tempos da ditadura;
- 5) ampliar o Projeto de Reparação e Embelezamento de um memorial na cidade sulista de Talca;
- 6) apoiar o arquivo oral de testemunhos do lugar da memória Villa Grimaldi; e

- 7) construir um memorial no ex-quartel da Dina localizado em Simón Bolívar 8800, em Santiago (Chile, 2015).

O Estádio Nacional do Chile, que foi usado como campo de concentração após o golpe militar de 1973, já possui várias intervenções comemorativas realizadas por ação de um grupo de familiares e sobreviventes que participam ativamente de atividades de memória no local, pelo qual passaram por volta de 20 mil detidos nos primeiros três meses pós-golpe. Para o importante campeonato de futebol da Copa América, realizado no Chile em junho de 2015, recuperou-se essa história com grande visibilidade internacional, com a inscrição do lema “Um povo sem memória é um povo sem futuro” em faixa exibida na parte superior de um dos portões. Assim, pediu-se às milhares de pessoas que assistiram à abertura da Copa que recordassem das vítimas da ditadura (Cifuentes, 2015).

Em 2015 anunciou-se também um projeto de Biblioteca Latino-americana de Memória no Chile. O projeto busca resgatar os arquivos secretos da ditadura chilena e dos demais países da América do Sul, em um trabalho de sistematização que será levado adiante por várias organizações relevantes. O Instituto de Estudos Avançados da Universidade do Chile (Idea) será a sede do projeto, encabeçado pelo jornalista investigativo Mauricio Wibel. A biblioteca será acessível por meio da internet, já que o material é completamente digital (Correa, 2015). O espaço de memórias Londres 38 inaugurou uma sala especial para consultas a seu arquivo digital, complementando a visita guiada que há vários anos pode ser feita, gratuitamente, na sede da capital. O arquivo reúne os documentos produzidos por Londres 38 em suas atividades, campanhas e pesquisas; registros de vídeos, fotos ou documentos e o acervo da campanha “Não mais arquivos secretos”.

Novos memoriais em processo de criação ou de expansão incluem um espaço de memória da fundação Hogar del Buen Pastor, na cidade nortista La Serena, e ampliação do espaço 3 y 4 Alamos, em Santiago. Os dois lugares funcionavam como sedes de repressão durante a ditadura: o Hogar del Buen Pastor, que pertence a uma congregação religiosa, foi utilizado como prisão para mulheres. O espaço 3 y 4 Alamos, que hoje abriga um centro estatal de reclusão de crianças em conflito com a lei, foi utilizado para deter ilegalmente mais de 6 mil pessoas entre 1974 e 1976. Embora sua sede já tenha sido declarada como monumento histórico, atualmente, é exigida uma ampliação do espaço de memória para incluir o pátio do recinto. Ambas as petições foram aprovadas pelo Conselho Monumentos Nacionais em setembro de 2015 (Sitios..., 2015b).

Reparações

Em outubro, o Congresso chileno aprovou um projeto de lei, apresentado pela Presidência, que outorga um bônus econômico interino adicional aos que atualmente são reconhecidos nas listas Valech como sobreviventes de prisão política e tortura. A medida agrega um montante único de aproximadamente US\$ 1.500 às pensões reparatórias a que os/as sobreviventes já têm direito (IPS, s.d.). Supõe-se que a medida deveria ser somente um passo inicial para uma reavaliação completa dos direitos à justiça, à verdade e à reparação que são devidos aos/às sobreviventes, que são, por exemplo, a única categoria de vítimas reconhecidas que não contam, atualmente, nem com representação legal estatal para interpor ações judiciais nem com uma instância que vele por seus direitos ou supervisione a apreciação de novos casos.⁵⁹ A medida é uma resposta parcial a demandas muito mais amplas de setores de ex-presos políticos, que tiveram de empreender uma longa e danosa greve de fome em 2015 até para que lhes fosse dada essa limitada resposta atual.

Reformas institucionais

Além do já mencionado projeto da Subsecretaria de Direitos Humanos, da perspectiva das garantias de não repetição, outro fato-chave para a justiça de transição chilena foi o anúncio, em 2015, de um processo deliberativo para uma nova Constituição. Essa era uma das bandeiras da campanha presidencial de Michelle Bachelet, eleita em 2014 para um segundo (não consecutivo) mandato presidencial.

Em discurso nacional, transmitido pela televisão em 10 de outubro, Bachelet anunciou o início do processo para substituir a Carta Fundamental, imposta em 1980 pela ditadura de Augusto Pinochet. O processo constitucional deve se desenvolver em quatro etapas, com as duas primeiras de assessoria, as quais supostamente englobariam uma forte participação cidadã, embora não se prometa poder deliberativo a essa participação. A versão final da nova Constituição deve estar pronta no segundo semestre de 2017, portanto, a sua deliberação e votação serão de responsabilidade dos parlamentares eleitos no próximo período legislativo (Farinelli, 2015).

59. O Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior e da Segurança Pública, que cumpre algumas dessas funções em relação a familiares de vítimas ausentes, está impedido, por mandato, de atuar em favor dos sobreviventes.

VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO PARA AS VÍTIMAS SOBREVIVENTES DA DITADURA NO CHILE

Boris Hau⁶⁰

Observatorio de Justicia Transicional
Chile⁶¹

Logo após o retorno da democracia, em 1990, algumas parcelas da sociedade civil chilena exigiram, das novas administrações, medidas de verdade, justiça e reparação relacionadas às graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura de 1973 a 1990. No âmbito da verdade, foi instaurada uma Comissão da Verdade – a Comissão Rettig –, cujo trabalho resultou no *Relatório Rettig* (1991) e no *Relatório da Corporação Nacional de Reparación e Reconciliação* (1996). Ambos incluíram listas com os nomes das vítimas reconhecidas e deram lugar a políticas de reparação econômica; estas, porém, estiveram focadas principalmente nos familiares das vítimas não sobreviventes (em torno de 3.200 mortos e desaparecidos). O tema das vítimas sobreviventes – sujeitas à tortura, à prisão política, ao exílio e à exoneração política⁶² – não foi abordado senão parcialmente pelas políticas públicas⁶³ até o ano de 2003. Naquele ano, o efeito acumulado da onda de pressão pró-justiça surgida antes e durante o “caso Pinochet”, assim como a constante militância das organizações de direitos humanos, provocou o anúncio de uma nova política de direitos humanos pelo então presidente socialista Ricardo Lagos, tendo por lema “Não há Amanhã sem Ontem”. Um componente da referida política foi uma segunda Comissão da Verdade, dessa vez voltada especificamente para as graves violações vividas. Essa Comissão, conhecida por Comissão Valech, publicou em 2004/2005 o *Relatório Valech*, que incluiu uma lista de sobreviventes reconhecidos de prisão política e tortura. Em seguida, políticas existentes de reparação econômica foram estendidas para essas vítimas sobreviventes, as quais, em consequência, passaram a ser titulares de direitos, tais como a atenção primária gratuita no

60. Boris Hau é investigador jurídico do Observatório de Justiça Transicional da Universidade Diego Portales, Santiago de Chile. Texto redigido em janeiro de 2016

61. Texto traduzido por Maria Celina Monteiro Gordilho, em colaboração com a RLAJT.

62. O termo se refere à demissão e à proibição de trabalhar por motivos políticos.

63. Algumas das medidas de reparação econômica dispostas em 1990 e 1991 incluíam subvenções de saúde, restauração de direitos de pensão e incentivos aduaneiros de retorno do exílio para alguns dessas categorias de sobrevivente.

sistema estatal de saúde (por meio do Programa de Reparación y Atención Integral en Salud – Prais) e também bolsas de estudo universitárias para os sobreviventes, seus filhos/as e netos/as. Ao mesmo tempo, provas e testemunhos entregues à referida comissão foram apreendidos por uma lei especial de sigilos, que proibiu sua revelação, seja para o público ou para autoridades judiciais, por meio século. Uma repetição do processo da comissão, realizada em 2011, impôs normas semelhantes para os arquivos que qualificavam um total acumulado de quase 40 mil sobreviventes reconhecidos pelo Estado.

Se as medidas no âmbito da verdade e reparação chegaram um tanto tardiamente aos/às sobreviventes, no Judiciário, igualmente, apenas tardia e parcialmente os crimes cometidos contra as vítimas sobreviventes foram julgados. Em geral, a judicialização de graves violações de qualquer tipo foi adiada – salvo raras exceções – em até uma década depois de iniciada a transição política formal. Em 1998, com resultados concretos a partir do ano 2000, foi retomado o processo de persecução penal de graves violações, mas apenas em casos de mortos ou desaparecidos políticos. Somente no final da década de 2000, as vítimas sobreviventes conseguiram entrar com ações judiciais para torturas e outros maus-tratos, que prosperaram e produziram algumas sentenças condenatórias (embora essas causas componham não mais que 10% das causas levadas aos tribunais chilenos por graves violações ocorridas entre 1973 e 1990). Os desestímulos são jurídicos e estruturais: a tortura e outros crimes cometidos contra vítimas sobreviventes devem ser julgados sob as deficientes figuras penais da época, que impunham penas muito baixas, por qualificar tais delitos como crimes menores. Enquanto isso, a infraestrutura criada pelo Estado democrático desde 1990 criou um órgão especial, o Programa de Direitos Humanos, que hoje é protagonista em levar à justiça causas por desaparecimento e execução, mas está proibido por mandado de agir em favor das vítimas sobreviventes.

Em 2013, e novamente em 2015, a Corte Interamericana de Direitos Humanos endossou o direito pela busca de justiça nesses casos, exortando o Estado chileno a investigar de *moto proprio* as torturas sofridas, ao condenar o Chile por descumprimento de algumas obrigações contínuas em relação ao ex-presos político Leopoldo García Lucero (*García Lucero e outros v. Chile*, 2013) e ex-membros das forças armadas, torturadas por se oporem ao golpe de Estado de 1973 (*Maldonado e outros vs. Chile*, 2015). É nesse contexto que o tema da verdade, justiça e reparação para as vítimas sobreviventes da ditadura é emergente há alguns anos nas políticas de justiça de transição e memória no Chile.

Os ex-presos políticos exigiram do Estado um compromisso com as políticas de reparação, justiça e verdade

A inconformidade de diversos grupos de ex-presos políticos e/ou sobreviventes de tortura com sua situação relacionada à verdade, à justiça e à reparação originou, durante o ano de 2015, uma série de greves de fome, negociações e interlocuções com autoridades nacionais.

Em abril de 2015, iniciaram greves de fome, que foram se reproduzindo em várias regiões, até chegar a uma centena de participantes. Em maio foi formada uma Mesa Negociadora para estabelecer diálogos entre esses grupos e as autoridades. Essa mesa determinou a instalação de uma segunda instância, conhecida como Mesa de Alto Nível, a qual, segundo entenderam os grupos, teria poder para fazer propostas vinculantes a respeito das reparações.⁶⁴ Ambas as mesas se reuniram com apenas alguns grupos de ex-presos políticos, enquanto outras importantes associações preferiram se abster.

O encargo conferido à Mesa de Alto Nível foi recomendar medidas “administrativas, judiciais e legais” que tomariam corpo dentro de seis meses. Ela também foi instruída a gerar uma proposta imediata de uma lei curta para entregar um aporte único econômico a pessoas hoje reconhecidas pelas denominadas “listas Valech” como sobreviventes de prisão política e/ou tortura. O uso desse aporte, descrito por vários participantes durante as negociações como um *bônus*, é em si um pouco incongruente. É uma reminiscência do *bônus por término de conflito*, de uso comum ao fim de disputas sindicais, e parece pouco adequado para resolver a problemática aqui tratada. Não obstante, em junho a mesa foi devidamente constituída por representantes das associações, dos ministérios de Desenvolvimento Social, da Fazenda e do Interior (este último representado pelo Programa de Direitos Humanos), da Secretaria Geral da Presidência e de ambas as câmaras do Legislativo. Assistiram, na qualidade de observadores, o Instituto Nacional de Direitos Humanos e o Alto Comissariado da ONU. Dividiu-se a mesa em três subcomissões temáticas: uma sobre reparação pecuniária; outra sobre verdade e justiça; e uma terceira sobre educação, moradia e saúde.

Alguns grupos conseguiram, em julho, um acordo mínimo, enquanto outros seguiram inconformados, acusando a postura oficial de oferecer “migalhas” em vez de resolver os temas de fundo.⁶⁵

64. Acordo da Mesa de Rancagua, assinado em 23 de maio de 2015.

65. Ver mais informações no *site* da União de Ex-Presos Políticos do Chile. Disponível em: <www.unexpp.cl>.

As exigências discutidas incluíram (porém não se limitavam a) o âmbito econômico, no qual se pedia um reajuste dos valores das pensões Valech, assinalando a diferença atual com as pensões Rettig.⁶⁶ Foram apontadas, igualmente, outras incongruências, como o tratamento discriminatório quanto aos viúvos, os quais não possuem os mesmos direitos de recebimento de pensões que suas contrapartes femininas. Em relação à dimensão da Justiça, exigiu-se o acesso judicial pleno aos acervos documentais da Comissão Valech, então secretos, e a extensão, às/aos sobreviventes, da assessoria e representação jurídica similares às que o Estado atualmente provê a familiares de mortos e desaparecidos políticos por meio do mencionado Programa de Direitos Humanos. Quanto à dimensão da verdade, foi exigida uma abertura permanente das listas com nomes de vítimas e sobreviventes reconhecidos pelo Estado (“listas Valech”), sendo que, atualmente, o órgão se encontra dissolvido e não é possível adicionar novos nomes às listas. Em relação à saúde, moradia e educação, exigiu-se o fortalecimento do programa de saúde Prais, a melhoria do sistema de atribuição de pontos adicionais para habitação social e a ampliação das categorias de parentes para quem os titulares Valech poderiam ceder sua bolsa de estudos.

Finalmente, em 29 de outubro de 2015, foi publicada a Lei nº 20.874, que “fornece uma contribuição única, de caráter reparatório, às vítimas de prisão política e tortura, assim reconhecidas pelo Estado do Chile”.⁶⁷ Essa lei consiste em uma quantia monetária no valor de 1 milhão de pesos chilenos, entregue, de uma única vez, a “vítimas reconhecidas”, isto é, pessoas assim qualificadas em 2004 e 2005, ou em 2011, nas listas de Valech I ou Valech II. O montante para cônjuges femininos sobreviventes de titulares agora falecidos passou a ser de apenas 60% do valor a ser recebido por titulares vivos, enquanto os viúvos masculinos não receberão absolutamente nada. Não houve decisão sobre as múltiplas exigências adicionais em matéria de verdade e justiça, limitando-se a assinalar que aquelas deveriam ser resolvidas por uma nova instância governamental, a Subsecretaria de Direitos Humanos, criada no fim de 2015 e que, até o momento de finalização deste relatório (fevereiro de 2016), ainda não estava em funcionamento.

O “Sigilo Valech”

A confidencialidade que recai sobre a segunda Comissão de Verdade chilena foi objeto de controvérsias, pois, entre outros motivos, excedeu com folga as limitações impostas à primeira Comissão, cujos resultados foram

66. Diferença que se explica, em parte, por suas distintas lógicas subjacentes: a pensão Rettig foi pensada para ser dividida entre diversos membros de um grupo familiar, enquanto a pensão Valech foi concebida como uma pensão individual.

67. O texto da Lei nº 20.874 pode ser consultado em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1083194&buscar=20874>>.

transferidos de modo integral aos tribunais e cujos arquivos podem hoje ser livremente consultados por estes em causas relacionadas a mortes e desaparecimentos. Em contrapartida, a comissão que tratou detalhadamente do tema dos sobreviventes continua sendo submetida a importantes exclusões sobre o uso público ou judicial de suas revelações.

A já mencionada Comissão Valech foi criada em setembro de 2003, por Decreto Supremo.⁶⁸ A tomada de depoimentos teve início em novembro do mesmo ano, embora, apenas no fim do ano seguinte, definiu-se, com peso de lei, o tipo de reserva com que seriam tratadas. Essa lei (nº 19.992) explicitou pela primeira vez que os arquivos de Valech I seriam “sigilosos” e proibiu por 50 anos, sob pena de sanção penal, tanto o acesso público quanto o judicial. A linguagem era clara e a proibição, ampla: “nenhuma pessoa, grupo de pessoas, autoridade ou autoridade judiciária” teria acesso ao fundo, e foram definidos como “fundo” documentos e depoimentos prestados por ou em nome de vítimas sobreviventes.⁶⁹ Fundamentou-se o sigilo na necessidade de impedir que os testemunhos fossem utilizados para outros fins que os “objetivos das Comissões”, sem explicar quais seriam esses fins. A Lei nº 19.992 foi aprovada por quórum qualificado. Apenas leis dessa categoria podem estabelecer exceções ao caráter público de que gozam os atos e resoluções de órgãos do Estado.⁷⁰ Em 2009, quando se voltou a legislar sobre a matéria, a Lei nº 20.405, de 24 de novembro daquele ano, assentou as bases do que seria o futuro Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH). Encarregou a nova instituição, em artigos transitórios, da custódia dos arquivos de diversas comissões, entre elas a Valech I e a futura instância de qualificação, hoje conhecida por Valech II. Com essa segunda lei, começam a surgir contradições óbvias. Por um lado, o acesso aos arquivos das duas comissões era muito mais limitado do que ao arquivo Rettig, confidencial para o público, mas liberado para o Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior e os tribunais. Por outro, a segunda lei não foi aprovada por quórum qualificado e, portanto, não contou com o peso necessário para estabelecer uma nova exceção ao princípio da publicidade. Ainda, na linguagem utilizada pelo texto da lei, não estava “sigilo”, mas “reserva”, que pode ser entendida como uma figura menor em relação à possível publicidade do acervo. O mais impressionante é que se determina ao INDH não apenas preservar,

68. Decreto Supremo nº 1.040, de 26 de setembro de 2003.

69. Lei nº 19.992, art. 15.

70. Art. 8º, inciso 2, da Constituição Política da República. Uma lei de quórum qualificado deve ser aprovada ou modificada por uma maioria absoluta de todos os deputados e senadores em exercício; não basta que seja apoiada por uma maioria simples de quem esteja presente na respectiva Casa durante sua votação.

mas também “coletar, analisar e sistematizar” a informação relevante. Isso inclui Valech I, sobre a qual, supostamente, recai uma explícita proibição de acesso para qualquer um, aplicável, inclusive, ao pessoal do INDH.

As contradições começaram a se tornar visíveis quando, finda a Comissão Qualificadora (Valech II) em 2011, os sobreviventes não qualificados, descontentes com o resultado, recorreram aos tribunais para exigir acesso aos seus arquivos, na esperança de tornar transparentes as razões pelas quais não haviam sido qualificados. Por sua vez, o próprio INDH começou a pedir à controladoria esclarecimentos a respeito de suas próprias faculdades e deveres. Em 2011, um primeiro parecer da controladoria reafirmou o caráter sigiloso do arquivo Valech I, dando a entender que o dever de coletar, sistematizar e guardar, que cabia ao INDH, deveria ser interpretado como mera preservação física.⁷¹ Em 2012, o tema gerou tensão entre o INDH e os tribunais. Integrantes da Terceira Seção da Suprema Corte insistiram que o INDH deveria entregar os registros que lhe eram solicitados. A seção argumentou que estava agindo a mando de um peticionário, titular do mesmo testemunho requerido. Considerou, ainda, que um requerimento do tribunal de cúpula deveria prevalecer sobre o conteúdo de uma mera disposição transitória. Finalmente, a Corte retirou o pedido.⁷² Enquanto isso, um novo pronunciamento da Controladoria endureceu o sigilo de ambos os acervos. Declarou que Valech II compartilharia, para esses efeitos, do mesmo caráter secreto que Valech I.⁷³ Finalmente, em junho de 2014, ocorreu uma mudança no que diz respeito a Valech II (apenas). Um terceiro pronunciamento – solicitado à controladoria pelo INDH em 2013 – reconheceu uma diferença entre as duas comissões.⁷⁴ Segundo o parecer, a explicitação de sigilo em relação à Valech I, além do caráter qualificado do quórum da lei que o estabeleceu, impediu um levantamento das respectivas proibições, exceto por meio da lei.⁷⁵ Em relação à Valech II, com efeito, a controladoria se declarou inabilitada para se pronunciar, mas em termos que permitiram à INDH interpretar que a mesma proibição não se aplicava a essa comissão.

Portanto, os ministros, em visita aos tribunais que atualmente investigam causas de direitos humanos, podem agora solicitar, e o INDH deve oferecer, registros sobre pessoas sobreviventes de tortura, se tais registros

71. Parecer nº 77.470, de 12 de dezembro de 2011.

72. Ver histórico no *Informe Anual Situación de los Derechos Humanos en Chile 2014* (INDG, 2014).

73. Parecer nº 60.303, de 1º de outubro de 2012.

74. Parecer nº 41.230, de 10 de junho de 2014.

75. Apenas se concedeu que as tarefas de “sistematização” conferidas ao INDH poderiam requerer intervenção mais robusta que uma simples custódia física.

emanam do acervo de Valech II. Sobre Valech I, ainda pesa uma proibição absoluta. Essa situação é evidentemente insatisfatória do ponto de vista do princípio básico de igualdade, sendo que, ainda hoje, uma pessoa que sobreviveu à tortura pode ver seus registros colocados à disposição de um tribunal apenas se foi qualificada por Valech II. A discrepância, além disso, prenuncia maiores dificuldades se, em algum momento, ocorrer uma investigação de ofício sobre tortura que não passe pela vontade expressa da pessoa sobrevivente. Ocorrendo semelhante situação, certamente seria insustentável continuar diferenciando os acervos por um motivo tão arbitrário quanto sua data de apresentação. Um projeto de lei que daria caráter público aos respectivos registros foi apresentado em 11 de setembro de 2014 por deputados ligados à Comissão de Direitos Humanos, ao Partido Comunista e setores independentes, mas permanece no primeiro trâmite constitucional.⁷⁶

Deve-se assinalar que a necessária possibilidade de promover justiça pelos crimes de tortura não depende exclusivamente dos arquivos mencionados. Há pessoas que já fizeram uso do direito pessoal de transmitir os mesmos registros perante uma ou outra Comissão, aos tribunais. Além dos informes Rettig e Valech I, existem dezenas de causas atualmente abertas em tribunais, além de numerosas outras fontes oficiais e não oficiais, que tratam da sistematicidade da prática da tortura, oferecendo para tanto múltiplas pistas. No já mencionado caso García Lucero, interposto contra o Chile na CIDH, em 2013, houve referência, por exemplo, aos arquivos do (estatal) Escritório de Anistiados Políticos, onde se encontram milhares de testemunhos que narram a prática de tortura e de outros crimes graves. A Corte sugeriu que, na medida em que o Estado reconheceu o autor como anistiado político – com base em um relato onde narra episódios de tortura –, já existiria uma denúncia feita perante um organismo oficial (Corte IDH, 2013, p. 124-141).

Em novembro de 2015, o INDH realizou a primeira entrega em massa de registros dos arquivos Valech I aos tribunais de justiça (INDH..., 2015b).

Enquanto isso, em dezembro de 2015, a Corte de Apelações de Santiago deu procedência a uma liminar que exigia do INDH a entrega dos registros no caso de uma pessoa que testemunhou perante a Comissão Valech I. O INDH não se opôs à decisão, em que a Corte considerou que o sigilo estabelecido na Lei nº 19.992 admite uma exceção, permitindo que os titulares de documentos apresentados à Comissão Valech I tenham acesso a tais informações. No entanto, a exceção definiu seus limites, ao estabelecer que “não

76. Boletim 9598-17, 11 de setembro de 2014.

se aplica para as informações produzidas pela Comissão no desempenho de suas funções” (INDH..., 2015c).

Justiça para ex-presos políticos

Muitos ex-presos políticos exigiram justiça para seus casos, processando ex-agentes perpetradores dos crimes de tortura ou privação arbitrária da liberdade; porém, lamentavelmente, há um baixo nível de judicialização do crime de tortura. Isso se deve em parte à ausência, até o momento, do reconhecimento do Estado chileno de suas obrigações de ofício em relação à tortura, que, como os demais crimes contra a humanidade, obriga todos os Estados a promover de modo enérgico e protagonista sua investigação e punição, sem que estas dependam exclusivamente do desejo ou capacidade das/dos sobreviventes de iniciar ações privadas. Produto desse desconhecimento, não existe um órgão público no Chile que assuma os direitos de justiça e reparação das vítimas que sobreviveram à tortura. É um “desamparo jurídico dos sobreviventes”. Enquanto uma adequada decisão e uma política estatal não forem feitas a esse respeito, os níveis de judicialização de graves crimes cometidos contra vítimas sobreviventes permanecem baixos.

Dos casos apresentados por iniciativa própria (privada) dos ex-presos políticos sobreviventes, aos quais a Suprema Corte negou provimento em 2015, dois desses julgamentos estabeleceram condenações para o crime de “coerção ilegal”, e um terceiro, por sequestro simples. Nesses três casos, muito embora tenha se determinado que se trata de crimes de lesa-humanidade – que, por sua natureza, são imprescritíveis e insuscetíveis de anistia – e tenha se reconhecido a supremacia outorgada pela Constituição aos preceitos do direito internacional, as penas aplicadas foram muito baixas, entre 61 dias e 3 anos de prisão, o que permitiu a concessão de benefícios (penas alternativas, não privativas de liberdade, para os perpetradores). A sanção insuficiente é característica da inadequada tipificação e penalização do delito de tortura pelo Código Penal da época, onde aparece consignado simplesmente como “tortura e maus-tratos”.

A título de exemplo, no caso de maus-tratos (tortura) cometidos contra a sobrevivente Guacolda Rojas, é digna de nota a aplicação da prescrição gradativa, permitindo o estabelecimento de uma sanção de apenas 541 dias ao notório ex-agente Miguel Krassnoff. No caso do sobrevivente e atual deputado Sergio Aguiló Melo, embora não ocorra a prescrição gradativa, a aplicação da pena considerou a atenuante de irrepreensível conduta anterior, o que permitiu sanções muito baixas e a subsequente concessão do benefício de liberdade vigiada ou remissão condicional a todos os condenados. Da mesma forma, a requalificação do crime no caso

do sobrevivente Patricio Santana Boza é preocupante: embora na primeira e segunda instâncias tenha havido condenação por sequestro qualificado, a Suprema Corte definiu o delito como sequestro simples, tendo em vista a duração da retenção (inferior a 90 dias), considerando as torturas apenas como agravante (e não como crime adicional). Em consequência, apesar de reconhecer que se trata de um crime de lesa-humanidade, as penas impostas foram inferiores a três anos.

Mulheres ex-presas políticas exigem justiça para suas causas

Em relação à violência sexual considerada como tortura, foi dado um passo importante em dezembro de 2014, quando quatro mulheres – Alejandra Holzapfel, Nieves Ayress, Soledad Castillo e Nora Brito – protocolaram a primeira ação criminal que qualifica diretamente a violência sexual como forma de tortura. Embora existam ações anteriores, iniciadas por mulheres sobreviventes que denunciavam a violência sexual, entende-se que o presente pleito seria o primeiro a buscar que as cortes aceitem diretamente a tipificação dessa conduta como tortura. Pouco tempo depois, em 8 de janeiro de 2015, Lelia Pérez, ativista do importante centro de memória Villa Grimaldi, entrou com uma ação criminal contra oito ex-agentes, entre os quais Edwin Dimter, o presumido torturador do cantor Víctor Jara. A ação trata de sequestro de menor, estupro, abusos sexuais, torturas e associação ilícita, cometidas contra ela quando tinha apenas 16 anos de idade.

Justiça para os ex-presos políticos membros das Forças Armadas

Em 22 e 23 de abril de 2015, a CIDH conheceu em audiência pública o caso de Omar Humberto Maldonado Vargas e outros contra Chile, também denominado “caso FACH” ou “caso AGA”. Esse caso guarda relação com as torturas praticadas em 1973 contra um grupo de ex-oficiais constitucionais, leais ao governo deposto. Também tem relação com a falta de anulação posterior das acusações fictícias e sentenças impostas contra eles pelo Conselho de Guerra à época. Em 2 de setembro de 2015, a CIDH decidiu contra o Estado do Chile nesse caso (Corte IDH, 2015a). Trata-se da oitava condenação contra o Chile naquela instância e da terceira em matéria de responsabilidades pendentes em relação a violações cometidas em tempos de ditadura. O Estado foi condenado a:

- i)* publicar o acórdão da Corte Interamericana e sua ementa;
- ii)* realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional;
- iii)* impor uma placa com a inscrição dos nomes das vítimas;
- iv)* colocar à disposição das vítimas do presente caso, dentro do prazo de um ano contado da notificação deste acórdão,

um mecanismo que seja eficaz e rápido para revisar e anular as sentenças de condenação que foram emitidas na causa em seu prejuízo. Esse mecanismo deve ser colocado à disposição das demais pessoas que foram condenadas pelos Conselhos de Guerra durante a ditadura militar chilena; v) continuar e concluir, em um prazo razoável, a investigação das atividades do presente caso; vi) pagar a quantia fixada na sentença por danos morais e reembolso de custas e despesas” (Corte IDH, 2015b).

Demandas civis no caso dos ex-presos políticos da Ilha Dawson

Um grupo de 31 ex-presos políticos da Ilha Dawson, um campo de prisioneiros construído em 1973 em uma ilha remota no extremo sul do Chile, processou o Estado requerendo indenização por danos em razão de sua qualidade de ex-prisioneiros políticos daquele campo de detenção. A Suprema Corte aceitou o pedido, proclamando, no dia 15 de setembro de 2015, uma sentença que ordenou o pagamento de uma indenização de 150 milhões de pesos chilenos para cada um dos 31 ex-presos políticos que permaneceram um ano confinados na Ilha Dawson. O Tribunal Penal negou provimento a um recurso do Estado, que negava qualquer responsabilidade. A decisão se fundamentou no argumento de que as vítimas foram objeto: “de violações graves aos direitos humanos perpetradas por agentes do Estado do Chile, especificando as datas de seus sequestros, as torturas sofridas, o tempo em que permaneceram privados de liberdade e as sequelas ‘que até hoje persistem em todas as áreas de suas vidas” (Romo, 2015).

Conclusão

Os ex-presos políticos da ditadura estão exigindo do Estado do Chile uma resposta a seus pedidos de verdade, justiça e reparação. O Estado não pode continuar negando àquelas pessoas que vivenciaram a prisão política e a tortura nem uma reparação integral nem o acesso à judicialização de suas demandas. É por isso que é uma tarefa permanente do Estado do Chile realizar as políticas necessárias para proporcionar verdade, justiça e reparação nesses casos.

Referências

AYUSO, Silvia. Justiça para Víctor Jara, afinal. **El País Brasil**, Washington, 17 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/16/cultura/1429213015_071741.html>.

BACHELET promulga el Estatuto de Roma que ratifica adhesión de Chile a la Corte Penal Internacional. **El Mercurio On Line**, Santiago de Chile, 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2009/07/06/365972/bachelet-promulga-el-estatuto-de-roma-que-ratifica-adhesion-de-chile-a-la-corte-penal-internacional.html>>.

CÁMARA de Diputados aprueba proyecto que crea la subsecretaría de Derechos Humanos. **El Mercurio On Line**, Santiago de Chile, 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/Nacional/2015/08/12/744673/Camara-Baja-aprueba-creacion-de-la-subsecretaria-de-DDHH-y-queda-lista-para-ser-ley.html>>.

CASTRO, Juliana Passos de; ALMEIDA, Manoel Severino Moraes de. Justiça transicional: o modelo chileno. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa et al. Introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Brasília: UnB, 2015. p. 212-218. (O Direito Achado na Rua, v. 7). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/15-12-15-direito-achado-na-rua-vol-7_web-versao-10mb-1.pdf>.

CHILE. Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Programa de Derechos Humanos. **Balance 2015**. Santiago de Chile, 10 dec. 2015. Disponível em: <http://www.ddhh.gov.cl/n122_10-12-2015.html>.

CIFUENTES, Pedro. A memória do horror, no Estádio Nacional do Chile. **El País Brasil**, Santiago de Chile, 11 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/deportes/1433979308_782555.html>.

COLLINS, Cath. Chile a más de dos décadas de justicia de transición. **Política**, v. 51, n. 2, p. 79-113, 2013. Disponível em: <http://www.rmdd.uchile.cl/index.php/RP/article/viewFile/30160/pdf_1>

COLLINS, Cath et al. Silencio e irrupciones: verdad, justicia y reparaciones en la post dictadura chilena. In: UNIVERSIDAD DIEGO PORTALES. Facultad de Derecho. Centro de Derechos Humanos. Informe Anual de los DDHH en Chile 2015. Edição de Tomás Vial Solar. Santiago de Chile: UDP, 2015. p. 21-73. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.udp.cl/derechoshumanos/imagenes/InformeAnual/2015/INFORME%20COMPLETO%202015.pdf>>.

CORREA, Paula. Organizaciones avanzan hacia la creación de una Biblioteca Latinoamericana de las Memorias. **Diario Uchile**, Santiago de Chile, 8 jul. 2015. Disponível em: <<http://radio.uchile.cl/2015/07/08/organizaciones-avanzan-hacia-la-creacion-de-una-biblioteca-latinoamericana-de-las-memorias>>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile**. Sentencia de 26 de septiembre de 2006 (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). San José, 26 sept. 2006. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso García Lucero y otras vs. Chile**. Sentencia de 28 de agosto de 2013 (Excepcion preliminar, fondo y reparaciones). San José, 28 ago. 2013. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_267_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile**. Sentencia de 2 de septiembre de 2015 (Fondo, Reparaciones y Costas). San José, 2 sept. 2015a. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_300_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile**. Sentencia de 2 de septiembre de 2015 (Fondo, Reparaciones y Costas). Resumen oficial emitido por la Corte Interamericana. San José, 2 sept. 2015b. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_300_esp.pdf>.

CORTE Suprema confirma fallo que ordena al fisco indemnizar a prisioneros políticos de Isla Dawson. **Noticias del Poder Judicial**, Santiago de Chile, 15 set. 2015. Disponível em: <http://www.pjud.cl/web/guest/noticias-del-poder-judicial/-/asset_publisher/kV6Vdm3zNEWt/content/corte-suprema-confirma-fallo-que-ordena-al-fisco-indemnizar-a-prisioneros-politicos-de-isla-dawson>.

DEFENSA anuncia prohibición de medallas alusivas al golpe militar de 1973. **La Nación**, Santiago de Chile, 12 jun. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/noticias/pais/defensa/defensa-anuncia-prohibicion-de-medallas-alusivas-al-golpe-militar-de-1973/2015-06-12/131905.html#sthash.Q9mYLuHn.dpuf>>.

FARINELLI, Victor. Bachelet surpreende e anuncia em rede nacional elaboração de nova Constituição no Chile. **Opera Mundi**, Santiago do Chile, 14 out. 2015. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/41966/bachelet+surpreende+e+anuncia+em+rede+nacional+laboracao+de+nova+constituicao+no+chile+.shtml>>.

HAU, Boris; COLLINS, Cath. A persecução penal de agentes perpetradores de graves violações de direitos humanos no Chile. **Blog da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição**, Brasília, 6 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.rlajt.com/post/13/a-persecu%C3%A7%C3%A3o-penal-de-agentes-perpetradores-de-graves-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos-no-chile.html?lang=pt-br>>.

INDH – INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. **Informe Anual Situación de los Derechos Humanos en Chile 2014**. Santiago de Chile, 2014. Disponível em: <<http://www.indh.cl/wp-content/uploads/2014/12/INDH-2014-Final.pdf>>.

INDH – INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. Violaciones masivas, sistemáticas e institucionalizadas en el período 1973-1990. In: _____. **Informe Anual Situación de los Derechos Humanos en Chile 2015**. Santiago de Chile, 2015a. Disponível em: <<http://www.indh.cl/informe-anual-situacion-de-los-derechos-humanos-en-chile-2015>>.

INDH entrega a la Corte de Rancagua antecedentes de la Comisión Valech II. 27 nov. 2015. **Noticias INDH**, Santiago de Chile, 27 nov. 2015b. Disponível em: <<http://www.indh.cl/indh-entrega-a-la-corte-de-rancagua-antecedentes-de-la-comision-valech-ii>>.

INDH no apelará fallo de la Corte de Apelaciones sobre entrega de antecedentes Valech. 28 dic. 2015. **Noticias INDH**, Santiago de Chile, 27 nov. 2015c. Disponível em: <<http://www.indh.cl/indh-no-apelara-fallo-de-la-corte-de-apelaciones-sobre-entrega-de-antecedentes-valech>>.

IPS – INSTITUTO DE PREVISIÓN SOCIAL. **Aporte Único Reparatorio (Ley 20.874) para calificados Valech y sus cónyuges sobrevivientes**. Santiago de Chile, [s.d.].

LABRA, Alberto. Gobierno defendió secreto de Informe Valech en Corte Interamericana de DD.HH. **La Tercera**, Santiago de Chile, 30 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.latercera.com/noticia/politica/2015/07/674-640781-9-gobierno-defendio-secreto-de-informe-valech-en-corte-interamericana-de-ddhh.shtml>>.

LONDRES 38 lanza campaña para “romper el pacto de silencio”. **Londres 38**, Santiago de Chile, 31 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.londres38.cl/1937/w3-article-97307.html>>.

OBSERVATORIO DE DERECHOS HUMANOS. **Tabla leyes y medidas de reparación en Chile: 1991-2011**. Santiago de Chile: ICSO/UDP, oct. 2012. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.udp.cl/derechoshumanos/index.php/observatorio/func-startdown/369/>>.

PINOCHET encobriu caso de jovens queimados por militares. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 jul. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/pinochet-encobriu-caso-de-jovens-queimados-por-militares-4814441.html>>.

ROMO, Samuel. DDHH: Suprema Ratifica indemnización de \$150 millones a ex prisioneros de Isla Dawson. **La Nación**, Santiago de Chile, 15 sept. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/noticias/pais/ddhh/ddhh-suprema-ratifica-indemnizacion-de-150-millones-a-ex-prisioneros/2015-09-15/132159.html>>.

SITIOS de memoria de todo Chile entregarán propuesta al gobierno para terminar con los pactos de silencio. **Radio Santa María**, Coyhaique, 12 ago. 2015a. Disponível em: <<http://radiosantamaria.cl/2015/12/08/sitios-de-memoria-de-todo-chile-entregaran-propuesta-al-gobierno-para-terminar-con-los-pactos-de-silencio/>>.

SITIOS de La Serena y Santiago avanzan en declaratoria de monumentos históricos. **Londres 38**, Santiago de Chile, 30 sept. 2015b. Disponível em: <<http://www.londres38.cl/1937/w3-article-97388.html>>.

SUPREMA Corte encerra investigação por morte de Salvador Allende. **G1**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/suprema-corte-encerra-investigacao-por-morte-de-salvador-allende.html>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

**Esther Serruya Weyl, Mariana Yokoya e
Mariana Sant'Ana Fioravanti de Almeida**
Secretaria da RLAJT⁷⁷

Histórico

O processo de Justiça de Transição na Colômbia não se deve a uma ditadura civil-militar como em grande parte dos casos na América Latina, mas se desenvolveu em contextos múltiplos de graves violações aos direitos humanos, originados em: *i*) uma guerra civil bipartidária de guerrilhas e de violência estatal, que gerou uma guerra das forças insurgentes de origem primordialmente campesina contra o Estado, organizadas como autodefesas campesinas e em dinâmicas de colonização armada de fronteiras agrícolas; *ii*) uma guerra contrainsurgente encabeçada pelo Estado e por focos paramilitares localizados, também na forma de autodefesas; *iii*) na progressiva diversificação de formas de violência dos atores armados à margem da lei contra setores da população civil sob o discurso de uma guerra contra as oligarquias; *iv*) na violência exercida pelas complexas estruturas do narcotráfico contra a sociedade civil e contra o Estado, sob a forma de grandes cartéis de droga, em contextos rurais e urbanos; *v*) na organização em grande escala do paramilitarismo, com a união dos latifundiários, das Forças Armadas e do narcotráfico; *vi*) na reorganização, também em grande escala, das guerrilhas de esquerda; e *vii*) com a desarticulação dessas grandes estruturas dos atores armados ilegais, na fragmentação e atomização de grupos paramilitares e insurgentes, cada vez mais dedicados ao narcotráfico como principal meio financiador de suas violências.

Apesar do ambiente político relativamente tranquilo na primeira metade do século XX – quando a confrontação política apelava à violência oficial como forma de desarticulação do protesto social, e à violência extraoficial como forma de pressão contra o governo em exercício –, a partir de 1946, a disputa política bipartidária, existente

77. O texto contou com revisão e contribuições da Faculdade de Direito da Universidade de Rosario, Colômbia.

desde a segunda metade do século XIX colombiano, foi exacerbada pela vitória de Mariano Ospina Pérez, que retomou a Presidência da República para o partido conservador após 16 anos de hegemonia liberal, apresentando marcada política de repressão oficial contra o partido liberal. Nesse tempo, o partido comunista colombiano foi objeto de políticas de contenção e desarticulação por parte de liberais e de conservadores, perdendo seu protagonismo na mobilização sindicalista nas cidades, ao passo que sua atuação clandestina mostrava progressos em algumas zonas rurais do país.

Nessa época, liberais, conservadores e comunistas haviam apelado à polarização política como estratégia de mobilização das massas e como discurso de legitimação. Ao discurso de luta contra uma “oligarquia” contrária à reforma social e política defendida pelos liberais, com o presidente Alfonso López Pumarejo, contrapôs-se o chamado conservador a uma cruzada pela defesa de uma nação católica, ameaçada pelo bolchevismo. Nesse contexto, Jorge Eliécer Gaitán assume a candidatura do partido liberal com uma radicalização do discurso populista, apropriando-se da oposição entre o povo e a oligarquia (em suas palavras, entre o “país real” e o “país político”), a qual se mostrou exitosa em suas demonstrações de domínio sobre as massas urbanas, logrando também forte impacto entre os setores camponeses. O assassinato desse caudilho, em 9 de abril de 1948, gerou conflito entre os setores populares e a polícia que destruiu boa parte do centro da capital colombiana e se reproduziu em várias vilas e cidades do país, fazendo com que o regime bipartidário receasse estar presenciando uma insurreição geral. O “Bogotazo”, desde então, é tomado como o evento inaugural do conflito armado, tanto por um setor majoritário da academia quanto pelo senso comum de cidadãos e de atores envolvidos em casos das violências colombianas.

Os acontecimentos de 9 de abril de 1948 deram lugar a uma exacerbção da repressão oficial, com o uso sistemático das forças do Estado como mecanismo de aniquilação dos liberais, e ao desenvolvimento da violência liberal contra o estabelecimento, principalmente como guerrilheiros. A guerra civil bipartidária ocorreu durante o período conhecido como “A Violência” (La Violencia), em que ambos os partidos se envolveram em uma guerra de extermínio do adversário político, visto como inimigo radical, e no uso de técnicas de violência extrema para reconfigurar o mapa eleitoral colombiano. A degradação das hostilidades, transcorridas, principalmente, nas áreas da cordilheira central e oriental e no Valle do Cauca, e em decorrência da falta de controle sobre os agentes rurais de violência (bandidos e escudeiros que estavam ganhando reputação por sua crueldade, sem o aval dos partidos), levou líderes liberais e conservadores à opção pelo apoio a uma ditadura militar para pacificar o país.

Esse acordo concretizou-se no golpe dado por Gustavo Rojas Pinilla ao presidente conservador Laureano Gómez, em 1953.

O governo militar liderado por Gustavo Rojas Pinilla durou menos de cinco anos e levou a um recrudescimento da violência no país, principalmente devido ao assassinato de muitos dos atores armados que se desmobilizaram por ocasião da política de anistia e indulto oferecida pelo Presidente da República. Em 1957, ante evidências de que o General Rojas Pinilla havia ganhado autonomia em relação ao bipartidarismo que o levava ao poder para consolidar um novo projeto populista (tal como o peronismo argentino), os líderes liberais e conservadores conspiraram em favor de um novo golpe, desta vez de cunho civil. A ditadura militar foi substituída por um sistema de cooperação bipartidária abrangente em que se pactuou a repartição paritária do Estado em seus três ramos de poder, de modo a colocar fim à polarização política violenta. Essa solução foi chamada de Frente Nacional e, como consequência, pelos próximos 16 anos, os dois partidos alternaram-se no poder quatro vezes.

Durante esse período, a Frente Nacional significou o fechamento à participação política de jovens liberais e conservadores, assim como de comunistas e dissidentes. O acordo também significou a consolidação bipartidária de clientelas políticas reconfiguradas durante A Violência, e a cooptação do aparato judicial que, à mercê dos interesses partidários, mostrou-se ineficaz para processar os crimes da guerra civil que pretendeu encerrar. Finalmente, a Frente Nacional significou o estabelecimento de uma política de reforma agrária que, no marco do desenvolvimentismo, procurou ganhar influência entre os pequenos proprietários, locatários, trabalhadores e posseiros, organizando expropriações programadas e missões de expansão da fronteira agrícola, sob um sindicalismo rural de Estado. Paralelamente, para o triunfo da Revolução Cubana, a Frente Nacional também significou a adoção de uma estratégia militar de contenção hemisférica do comunismo, o que resultou na profissionalização das forças de infantaria e da força aérea contra os guerrilheiros e grupos de autodefesa de camponeses sobreviventes da época d'A Violência, bem como na legalização do paramilitarismo como forma de autodefesa dos civis para apoiar as operações militares, sendo treinados e armados pelo próprio Estado.

Quando as políticas militaristas da Frente Nacional foram colocadas em prática, a estratégia de mobilização clandestina do Partido Comunista Colombiano estava dividida entre a organização de quadros comunistas camponeses (mobilizados durante A Violência, assim como antigos liberais em armas) em grupos de autodefesa e em guerrilhas orientadas pela doutrina da guerra de movimento para a colonização agrícola. Ambos os

lados trouxeram as experiências da guerra civil, enquanto a percepção da opinião pública nacional tendia a vê-las como comunidades autônomas em guerra oculta contra o Estado – uma posição que foi formulada pelos conservadores no Congresso sob o rótulo de “Repúblicas independentes”. Contra esses grupos de autodefesa camponesas foram lançados os primeiros ataques conjuntos da força aérea e de infantaria no Departamento de Tolima, na Operação “Marquetalia”. Longe de erradicar as autodefesas, a operação resultou em sua inscrição radical na guerra de guerrilhas e sua conversão em braço armado do Partido Comunista, a partir de uma ideologia marxista-leninista, que, em 1965, tomou o nome de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Nesse mesmo ano, um grupo de estudantes da Universidade Industrial de Santander, simpatizantes da Revolução Cubana e das doutrinas guevaristas de guerra de guerrilha e que haviam recebido treinamento militar em Cuba, consolidaram sua união com setores do campesinato e trabalhadores ligados à exploração do petróleo no porto de Barrancabermeja, no rio Magdalena, para conformar o Exército de Libertação Nacional (ELN). Seu discurso rapidamente mesclou-se com a Teologia da Libertação. Em 1967, outro grupo de apoiantes do Partido Comunista declarou que pegaria em armas a partir das posições da guerra popular maoísta e tomou o nome do Exército de Libertação Popular (ELP).

Durante seus primeiros anos de operação, as guerrilhas comunistas na Colômbia, foram caracterizadas por concentrar seu trabalho político-militar na colonização armada, na aplicação de formas rudimentares de resolução de conflitos mediante a projeção da disciplina guerrilheira à população civil em zonas de influência mais estáveis, de modo a intervir em disputas de terras e formas de delinquência comum, assim como na organização dos espaços de deliberação camponesa em matéria de posse e exploração das terras. Enquanto isso, as disputas ideológicas entre as tendências do comunismo mundial continuavam se debatendo no seio do partido. Nessa dinâmica, a capacidade militar dos guerrilheiros encontrou poucos avanços, ao passo que as operações militares contrainsurgentes mostraram-se mais exitosas. Conseguiram, por exemplo, a virtual aniquilação do ELN, que se viu reduzido a um grupo com menos de 100 combatentes em 1973. No entanto, também em 1973, após a fraude eleitoral que levou à Presidência da República o então candidato civil Gustavo Rojas Pinilla e seu movimento populista (a Aliança Popular Nacional – Anapo), para entregar a magistratura suprema ao conservador Misael Pastrana, conforme determinado pelo pacto da Frente Nacional, o panorama das insurgências diversificou-se com o surgimento do Movimento 19 de Abril (M-19). Fundada por círculos universitários distantes do caráter exclusivamente rural dos líderes das Farc, essa guerrilha levou o confronto com o Estado

a um cenário inovador, mais focado no impacto propagandístico e simbólico de seus primeiros golpes, como o roubo da espada de Simon Bolívar. Também foi caracterizada por trazer as ações guerrilheiras para os centros urbanos, até então alheios à confrontação, e por buscar um discurso mais amplo de polarização contra as chamadas oligarquias, buscando julgar, com base nos códigos de guerrilheiros, os diferentes atores da sociedade civil como “inimigos do povo”.

Durante os anos 1970, o sequestro e assassinato de indivíduos identificados como “inimigos do povo” eram as novas modalidades pelas quais as guerrilhas, urbanas e rurais, buscavam influenciar a população civil com fins econômicos e propagandísticos. Até o final da década, as guerrilhas rurais haviam entrado em contato com os produtores de maconha e cocaína e constituído acordos para a proteção de cultivos e laboratórios, o que se ampliou a formas de extorsão da guerrilha contra os traficantes de drogas, de modo a estabelecer o controle direto dos grupos insurgentes sobre o cultivo e o processamento de narcóticos. Ao mesmo tempo, o governo colombiano reforçou sua doutrina de segurança nacional por meio do Estatuto da Ordem Pública, que, durante a presidência do liberal Julio César Turbay Ayala, resultou na captura maciça de guerrilheiros e membros da população civil, sob a mera suspeita de serem simpatizantes da insurgência. Por causa desse estatuto de segurança, o escritor Gabriel García Márquez, pouco antes de receber o Prêmio Nobel de Literatura, teve que fugir da Colômbia algumas horas antes de o Exército tentar capturá-lo no exercício das suas amplas prerrogativas do estado de exceção, sem qualquer ordem judicial para tanto. Essa situação se prolongou durante os anos 1980, juntamente com o reforço das estruturas de guerrilha, da formação de uma frente comum insurgente chamada Coordenação Guerrilheira Simón Bolívar e, no caso particular das Farc, com a reorganização da estratégia de guerrilhas de movimento em de exército popular (Farc-EP), o que projetou a consolidação de suas zonas de retaguarda e a tomada escalonada do território mediante a tática de divisão por frentes. Ao mesmo tempo, o ELN ressurgiu como o principal inimigo da infraestrutura petroleira no país e pôde ampliar suas áreas de operação, enquanto o EPL experimentou uma expansão significativa no nordeste da Colômbia, e outros grupos insurgentes de esquerda surgiram a partir de bandeiras indigenistas (o “Quintín Lame”) e de radicalização do movimento operário (o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT).

Durante os anos 1980, houve uma nova política de anistia e perdão que o governo do conservador Belisario Betancur estendeu a todos os grupos insurgentes. Apesar de sofrer rupturas nos diálogos e um recuo significativo com a tomada do Palácio de Justiça (sede dos altos tribunais

colombianos) pelo M-19 – que terminou com a retomada do edifício pelos militares, o massacre de juízes, trabalhadores do local e guerrilheiros, além do incêndio das instalações, incluindo todos os registros judiciais –, as conversações de paz continuaram durante o governo liberal do presidente Virgilio Barco. Como resultado das negociações, o M-19, o Quintín Lame, o EPL e o PRT depuseram as armas e se reinseriram na vida civil e política. Vários desses ex-rebeldes, principalmente do M-19 e do EPL, participaram da Assembleia Constituinte, que foi convocada pelo voto popular para reformar a Constituição de 1886 como manifestação de abertura à participação que a Frente Nacional havia fechado e como expressão da Colômbia, que enfrentava os desafios do século XXI a partir de um acordo de paz com a insurgência. Paradoxalmente, no mesmo dia em que a Constituição de 1991 (uma das mais modernas da América Latina) foi promulgada, as Forças Armadas bombardearam o acampamento das Farc em Casa Verde, Departamento de Meta, ocasião em que se romperam os diálogos com a maior estrutura guerrilheira do país. A Constituição de 1991, no entanto, não só procurou abordar o conflito armado com a insurgência. Desde meados dos anos 1980, a Colômbia foi envolvida em um terrorismo urbano sem precedentes, em que os civis se tornaram alvo da guerra entre os cartéis de Medellín e de Cali, assim como da guerra declarada pelo cartel de Medellín contra o Estado para dissuadi-lo de extraditar os chefões do tráfico para os Estados Unidos e para pressioná-lo a cessar a sua política antidrogas. A violência dos cartéis encontrou uma expressão adicional que marcaria a crise humanitária na Colômbia na década seguinte: a organização de bandos de homens armados em esquadrões da morte, na forma de organizações de segurança privada para a custódia de plantações, laboratórios e rotas de cocaína, que, com a colaboração de grandes proprietários rurais, de políticos e das forças públicas, levou à formação de exércitos paramilitares para o deslocamento sistemático da população em áreas estratégicas do narcotráfico.

Durante os anos 1990, essas estruturas paramilitares transformaram-se em uma confederação de grupos de narcotraficantes com um discurso contrainsurgente radical reunido sob o nome das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), com sua área de influência localizada no Caribe colombiano. Ao mesmo tempo, as Farc-EP, imersas em toda a cadeia de tráfico de drogas e competindo com os produtores de drogas com os quais haviam se associado por acordos de segurança privada, aumentam suas fileiras para um número estimado de 19 mil soldados e consolidam sua zona de influência no sul do país, desde territórios em que historicamente operaram as autodefesas e a Violência até as selvas da Orinoquia, onde patrocinam e controlam a colonização cocaleira. AUC e Farc acabam se enfrentando,

assim, em uma guerra total em que o terror é a principal das estratégias de submissão do inimigo e em que a população civil conheceu a maior crise humanitária da história colombiana, sem qualquer observância dos atores armados pelo direito internacional humanitário.

Em junho de 1998, com a eleição de Andrés Pastrana (1998-2002), foram estabelecidas as negociações de paz em Caguán (1998-2002), em que o governo nacional e as Farc encaminharam uma agenda de diálogos demasiado ampla e durante as quais ambas as partes buscavam fortalecer militarmente suas posições para a escalada do conflito. A continuação das hostilidades e das demonstrações de força pelas Farc impossibilitaram os diálogos, assim como o apoio da opinião nacional para uma solução não negociada para o conflito armado, posição que, em 2002, cristalizou-se com a vitória de Álvaro Uribe Vélez nas eleições presidenciais e seu novo discurso de segurança nacional, inscrita na luta global contra o terrorismo.

O conceito de *justiça de transição* foi introduzido explicitamente no ordenamento jurídico colombiano no Governo de Álvaro Uribe (2002-2006 e 2006-2010), por meio da Lei de Justiça e Paz (Lei nº 975 de 2005), a qual deu início ao processo de desmobilização da força paramilitar das Autodefesas Unidas da Colômbia. A aplicação da Lei de Justiça e Paz significou o desmantelamento de uma estrutura armada de cerca de 30 mil combatentes, embora não haja clareza sobre os desmobilizados que realmente pertenciam às AUC e outros atores armados que vieram do narcotráfico e se aproveitaram dos benefícios penais da lei, passando-se por paramilitares. O processo também teve o efeito de atomizar várias estruturas armadas envolvidas no tráfico de drogas e fomentar novas dinâmicas de integração das sociedades complexas de crime organizado em torno das drogas e da desapropriação de terras, com pactos difusos com setores políticos de diversas áreas do país. Por fim, a Lei de Justiça e Paz tem produzido resultados precários em relação ao julgamento de responsáveis por crimes de lesa-humanidade, em um contexto geral de impunidade frente à crise humanitária resultante das ações das AUC.

No governo de Juan Manuel Santos, eleito presidente em 2010, o tema da reparação das vítimas passou a ser o eixo central da reflexão nacional sobre os dispositivos jurídicos para a desmobilização e a construção da verdade, por meio da promulgação da Lei das Vítimas e Restituição de Terras (Lei nº 1.448 de 2011). Novo passo foi dado em novembro de 2012, quando se iniciaram os diálogos de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e o governo central, no terreno neutro de Havana, em Cuba. Até então, as Farc haviam retrocedido significativamente em sua capacidade militar frente ao pro-

cesso de profissionalização das Forças Armadas, resultado da cooperação com os Estados Unidos desenvolvida pelo governo Pastrana, com o Plano Colômbia, e mantida durante o governo Uribe, em uma ofensiva prolongada.

No difícil processo de encerrar um conflito armado interno de mais de 50 anos pela via negociada, a Colômbia tem de lidar com típicos dilemas de justiça transicional: lograr um equilíbrio entre a paz e a obrigação de respeitar o direito das vítimas à justiça, à verdade e à reparação por violações de direitos humanos. Em 2015, os principais avanços em matéria de justiça de transição no país foram o estabelecimento de um acordo para a criação da Jurisdição Especial para a Paz; de um acordo para a localização e identificação de pessoas desaparecidas; e da decisão para a constituição da Comissão da Verdade, Convivência e Não Repetição, após assinatura do Acordo Final de Havana. Esses temas serão abordados com mais detalhe nas seções seguintes.

Hoje, já superados pontos substanciais do conflito armado entre o governo e as Farc e a um passo de se alcançar um acordo definitivo entre as partes, também se entrevedo novas negociações de paz com o ELN, a Colômbia enfrenta um cenário de pós-conflito em que a opinião pública se pergunta se as experiências de fragmentação dos grupos armados, produzida pela Lei de Justiça e Paz, serão repetidas com as guerrilhas oriundas da guerra civil dos anos 1950 e protagonistas, como os paramilitares, de um confronto que deixou mais mortos que as ditaduras do Cone Sul, segundo o Centro Nacional de Memória Histórica. Hoje, a Colômbia define um novo e audaz marco de transicionalidade, refletindo até onde esse marco permitirá uma profunda democratização de um regime tradicionalmente excludente, assim como as condições suficientes para a construção da verdade judicial e histórica que levem à reparação integral das vítimas e a cenários definitivos de reconciliação nacional.

O presente relatório foi elaborado com base em notícias de jornais colombianos e brasileiros, predominantemente, assim como faz referência à literatura acadêmica sobre justiça de transição e sobre o conflito armado colombiano. As notícias foram selecionadas segundo o critério de relevância para o contexto abordado e organizadas conforme as seguintes categorias analíticas: processo de paz, justiça, reparação, memória e verdade.

Processo de paz

Não é evidente afirmar que há um processo de “transição” na Colômbia. Não se trata de uma transição de regime político, tampouco de uma situação pós-conflito. “Transição” na Colômbia parece significar um acordo político para a criação de condições para o término do conflito armado e

o estabelecimento de uma paz sustentável, principalmente por intermédio dos Diálogos de Paz de Havana. Desse modo, o caso colombiano aponta para a necessidade de reflexão sobre o papel da justiça de transição em processos de paz, buscando aprofundar a compreensão sobre o uso, o escopo e os objetivos da chamada justiça de transição nesses cenários *sui generis* para a literatura justransicional.

Em 2015, houve avanços significativos no processo de paz colombiano, tanto no que concerne a temas específicos (a exemplo da retirada de minas antipessoais)⁷⁸ como em relação aos pontos faltantes para a conclusão da agenda de paz entre o governo colombiano e as Farc-EP. Pactuado em março do corrente, o Acordo de Remoção de Minas tem por objetivo detectar e desativar as minas antipessoais existentes em ao menos 668 dos pouco mais de 1.130 municípios do país. Segundo o governo colombiano, nos últimos anos, mais de 11 mil pessoas foram vítimas da utilização de minas antipessoais por parte de grupos armados (Daicma, 2016).

No âmbito da agenda de paz, a principal realização de 2015 refere-se à assinatura do Acordo para criação de uma Jurisdição Especial para a Paz, em 23 de setembro, pelo presidente Santos e o líder máximo das Farc, Rodrigo Londoño (conhecido como Timochenko). O referido acordo foi celebrado logo após o reinício dos diálogos, a partir de 12 de julho, após período de enfrentamento da crise mais aguda pela qual atravessou o processo, entre junho e julho.

No Acordo sobre Justiça Transicional, o governo colombiano e as Farc-EP reafirmaram seu compromisso com os acordos parciais referentes à política de desenvolvimento agrário (Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral), à participação política (Apertura Democrática para Construir la Paz) e ao narcotráfico (Solución al Problema de las Drogas Ilícitas). As partes avançaram ao acordar a criação de uma jurisdição especial para a paz, visando possibilitar tanto o julgamento daqueles que tenham participado direta e indiretamente do conflito armado como a aplicação de sanções aos responsáveis por graves crimes cometidos durante o conflito. Finalmente, o Acordo sobre uma Jurisdição Especial para a Paz determina que a participação das Farc-EP nesse sistema está condicionada ao abandono das armas até 60 dias após a assinatura do Acordo Final de Paz, prevista para 23 de março de 2016. O acordo também reafirma que a transformação das Farc-EP em um movimento político legal é um objetivo compartilhado que contará com todo o apoio do governo colombiano nos termos acordados.

78. Minas antipessoais foi uma tática de guerrilha usada na parte rural da Colômbia para gerar terror. Desde 1990 11 mil pessoas, desses 38% civis, foram mortas por conta das minas. Minas antipessoais matam duas crianças na Colômbia (Minas..., 2015).

Em 15 de dezembro último, as Delegações de Havana anunciaram haver concluído o Acordo sobre Vítimas e Justiça, cujas negociações foram as que mais se prolongaram – por cerca de 18 meses. O acordo prevê a criação do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, que parte do princípio de satisfazer os direitos das vítimas, garantindo a cessação das violações, bem como promovendo a construção da paz e a reconciliação entre colombianos e colombianas, por meio de medidas de caráter restaurativo e reparador. Esse sistema compõe-se de cinco mecanismos centrais: *i*) Comissão para ao Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição; *ii*) Unidade Especial de Busca de Pessoas Desaparecidas no Contexto e em Razão do Conflito Armado; *iii*) Jurisdição Especial para a Paz; *iv*) Medidas de Reparação Integral para a Construção da Paz; e *v*) Garantias de Não Repetição.

O último tópico da agenda de paz diz respeito ao encerramento do conflito, que envolveria definições sobre o cessar fogo bilateral e definitivo, o abandono de armas pela guerrilha e as garantias de segurança por parte do governo colombiano. Nesse sentido, cabe destacar que, a partir de fevereiro de 2015, a Subcomissão para o Fim do Conflito, composta por militares e guerrilheiros das Farc-EP, iniciou seu trabalho de preparação do término do conflito armado e desarmamento da insurgência. As Farc-EP iniciaram, em outubro de 2015, cessar-fogo unilateral e, conforme acordado em Havana, prevê-se que o Governo colombiano também estabeleça seu cessar-fogo a partir de 1º de janeiro de 2016.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Paz, ainda persistem atividades paramilitares em 298 municípios colombianos. Portanto, o estabelecimento de uma paz duradoura na Colômbia passa, ainda, por outros desafios, como a cessação de hostilidades com duas outras guerrilhas, a saber, o Exército de Libertação Nacional (ELN), com cerca de 2.500 combatentes, e o Exército Popular de Libertação (EPL), com entre 300 a 500 integrantes, que não se desmobilizaram por ocasião da anistia e do indulto de 1990. Nesse contexto, pode-se afirmar que houve notável avanço no ano de 2015. Por um lado, realizaram-se mais de dez reuniões reservadas e de caráter preliminar entre o governo colombiano e o ELN e sabe-se que existiria consenso para tratar, em uma negociação formal, de temas como participação da sociedade, democracia para a paz, vítimas e implementação do acordo. Por outro, pela primeira vez, o EPL tornou público, em abril de 2015, seu interesse em aderir ao processo de paz de Havana, destacando sua conformidade com muitas das propostas que estão sendo discutidas nas conversações de paz.

Justiça

Em 2015, os Diálogos da Paz de Havana trouxeram significativos avanços na discussão em torno do tema de justiça (Las 10 claves..., 2015). Em setembro de 2015, importantes decisões foram tomadas, destacando-se, da perspectiva da justiça, a criação de uma Jurisdição Especial para a Paz, que deverá contar com um Tribunal para a Paz e Salas para a Paz. Tal determinação visa enfrentar a impunidade, efetivar o direito à verdade, contribuir para a reparação das vítimas, julgar e impor sanções aos responsáveis pelos graves delitos cometidos durante o conflito armado, de modo a garantir a não repetição.

Outra medida tomada pelo governo e as Farc-EP, que entrará em vigor ao final das negociações, será a aprovação de uma lei de anistia compatível com os parâmetros do direito internacional dos direitos humanos. Prevê-se que o futuro texto da lei da anistia excluirá crimes contra a humanidade, genocídio, tortura e graves crimes de guerra, como estabelece a constituição colombiana. Tal concepção de anistia distingue-se claramente daquelas subjacentes a outras leis adotadas em países da América Latina, que são consideradas inválidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por promover autoanistias, incluir crimes que não prescrevem (como tortura) e absolver agentes do Estado (Canário, 2013).

O governo colombiano também reafirmou seu compromisso em identificar os responsáveis não apenas no interior das Farc-EP mas também dentro do aparelho estatal. Cabe recordar, no entanto, que essa futura lei de anistia, assim como outros entendimentos previstos na Jurisdição Especial para a Paz, não é válida para outros grupos armados ativos na Colômbia, como o ELN, grupos paramilitares e eventuais integrantes desmobilizados que retornaram a atividades criminais, como é o caso de alguns membros da antiga AUC.

De modo a cumprir demandas de justiça, o governo colombiano procura informar as vítimas de seus direitos de reparação e de denúncia penal contra os responsáveis por violações de direitos humanos.⁷⁹ A Procuradoria-Geral da Nação conta com uma área específica⁸⁰ apenas para assuntos de Justiça de Transição e mantém as vítimas informadas dos resultados das exumações, dos processos judiciais e de denúncia de novos acusados. Inclusive, realizou um chamado ao processo àqueles que tenham interesse, por meio do *site* da procuradoria.⁸¹

79. Os interessados podem encontrar todas as orientações a respeito de seus direitos no *site* da Unidade de Atenção e Reparação Integral às Vítimas do Conflito Armado. Disponível em: <<http://www.unidadvictimas.gov.co/>> .

80. *Site* da Procuradoria-Geral da Nação. Disponível em: <<http://www.fiscalia.gov.co/jyp/>> .

81. Disponível em: <<http://www.fiscalia.gov.co/jyp/todas-las-noticias/page/3/>> .

A criação da Jurisdição Especial para a Paz é um projeto central para a justiça do pós-conflito desde o Marco Jurídico para a Paz, elaborado em junho de 2012. O Marco Jurídico para a Paz gerou um grande debate político no país ao propor que as ações penais dos atores armados do conflito fossem direcionadas principalmente aos líderes das Farc-EP. Sugeriu, ainda, a possibilidade de suspensão de execução de penas, penas alternativas e modalidades especiais de cumprimento, além de autorizar a renúncia condicionada da execução processual de casos não selecionados. A possibilidade de não haver pena de privação de liberdade para os comandantes do grupo guerrilheiro rendeu críticas da Corte Penal Internacional (Los jefes..., 2014), que assegurou a necessidade de responsabilização pelos crimes cometidos durante o conflito.

A Jurisdição Especial para a Paz responde, de certa maneira, a essas críticas, na medida em que estipula regimes distintos de cumprimento da pena de privação de liberdade: entre cinco a oito anos em condições especiais (regime semiaberto) para aqueles que assumirem sua responsabilidade no conflito; cinco a oito anos em condições ordinárias para aqueles que a reconhecerem tardiamente (regime fechado); regime fechado por até 20 anos para os que não assumirem os crimes e forem condenados pelo Tribunal para a Paz. Esse escalonamento das condenações agrega outro importante componente para a integração dos pilares da justiça transicional, que trata da assunção de culpa dos autores do conflito, tanto estatais quanto das Farc-EP.

Reparação

O conflito armado colombiano deixou mais de 7 milhões de vítimas (número equivalente a 14% da atual população colombiana) nos últimos 30 anos (Amat, 2014). Desse universo, 86% das pessoas foram afetadas por algum tipo de deslocamento e 14%, por homicídio, desaparecimento forçado e ameaças. Uma parcela menor de indivíduos foi alvo de sequestro, tortura, atentados, violência sexual e recrutamento forçado na infância.⁸² É necessário ter presente que os processos de vitimização persistem, uma vez que o conflito armado ainda não se encerrou de maneira definitiva.

Embora existam iniciativas governamentais anteriores, foi com a aprovação da Lei das Vítimas e Restituição de Terras (Lei nº 1.448/2011) que se passou a promover uma “reparação integral” das vítimas do conflito, abarcando medidas de restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição. Além disso, o programa de reparação de vítimas

82. Dados do Registro Único de Vítimas da Unidade de Atenção e Reparação Integral às Vítimas do Conflito Armado da Colômbia.

é compreendido pelo governo colombiano como um dos pilares para a construção da paz no país. Entre 2012 e 2014, o Estado atendeu mais de 5 milhões de vítimas, em reparações coletivas e individuais, e indenizou cerca de 500 mil pessoas.

A reparação, prevista no artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é mecanismo fundamental para reconhecer o dano causado, realizar a compensação devida, alcançar a consecução da justiça e restaurar a confiança entre uma sociedade e as vítimas de violações a direitos humanos. Em consequência, a reparação deve ser tomada como prioridade para construir e manter a paz em sociedades que estão buscando superar situações de conflito armado. Segundo Pablo de Greiff (2010), os diferentes programas reparatórios podem ser avaliados conforme os seguintes critérios: alcance, cobertura, amplitude, complexidade, coerência, finalização e munificência. A seguir, avaliar-se-á o programa reparatório colombiano segundo alguns desses requisitos.

Um primeiro passo para a implementação de uma política de reparação refere-se à definição de quem são as vítimas do conflito armado e do universo total dessas vítimas. A Unidade de Atenção e Reparação Integral às Vítimas do Conflito Armado, criada no âmbito da Lei nº 1.448/2011, apresentou esse levantamento em junho de 2015 e consolidou-o no chamado Registro Único de Vítimas (RUV). Trata-se do primeiro registro oficial de vítimas no país, que teve como características a inclusão de diversas categorias de crimes e danos (*amplitude*) e a sistematização de informações das pessoas que se autodeclararam como vítimas, possibilitando melhor *alcance* e *cobertura* no que concerne aos beneficiários do programa reparatório. O RUV representa, assim, importante ferramenta de trabalho, especialmente tendo em vista o elevado número de pessoas vitimizadas na Colômbia e à multiplicidade de violações por elas sofridas.

Outro desafio relevante diz respeito ao financiamento dos programas e projetos de reparação. Em 2015, houve um aumento do orçamento governamental em 6% para custeio de políticas de reparação. O suporte financeiro internacional também é relevante. Criado em dezembro de 2014, o Fundo Multidoador Paz e Pós-Conflito logrou acumular, em fevereiro de 2015, US\$ 6,8 milhões, aportados pelo Banco Mundial e pelo governo da Suécia, os quais serão destinados essencialmente à reparação de vítimas.

Outro critério importante em uma política de reparação é a sua *coerência* com outras medidas de justiça de transição. Nesse sentido, destaca-se, por um lado, o anúncio, em junho de 2015, da criação de uma Comissão de Esclarecimento da Verdade, de Convivência e de Não Repeção, uma vez que seu enfoque deve ser a promoção do reconhecimento

das milhões de vítimas do conflito no país. Por outro lado, cabe ressaltar que o Acordo sobre Justiça Transicional estabeleceu uma fórmula de justiça que busca, igualmente, satisfazer os direitos das vítimas. Desse modo, em 2015, verificou-se tanto certa consistência entre os compromissos de Havana e o propósito de reparação das vítimas do conflito armado como uma *abordagem complexa* da reparação, baseada em diversos mecanismos reparatórios, como esclarecimento da verdade, justiça especial, restituição, indenização e satisfação (Greiff, 2010).

Exemplo de coerência entre justiça e reparação foi a denúncia, em 2015, pela Promotoria Geral da Nação ao Tribunal Especial de Justiça Transicional, de 14 pessoas indiciadas por diferentes crimes ocorridos em razão do conflito armado. Na sequência, foram publicados no *site* da promotoria diversos chamados para que pessoas que tivessem sido vitimadas por esses indivíduos se unissem ao processo em andamento. A responsabilização e a busca pela justiça por meio de processos judiciais são parte fundamental da reparação, em especial quando a vítima pode participar do processo e saber que os fatos que aconteceram no passado não foram negligenciados. Contribui, assim, para demonstrar que a atual política de reparação trabalha para que os crimes praticados não voltem a se repetir.

Um critério igualmente importante e difícil no processo reparatório é o de *munificiência*, isto é, a avaliação da extensão dos benefícios promovidos pelo Estado a partir da perspectiva das vítimas. Um passo potencialmente profícuo nesse sentido foi a realização, em novembro de 2015, de consultas para elaboração do *Relatório de Prestação de Contas* pela Unidade de Atenção e Reparação Integral às Vítimas do Conflito Armado, em que a população pôde oferecer sugestões e indicar o que considerava importante para a reparação no país (Unidad para las Víctimas, 2015).

Um importante marco para a reparação em 2015 refere-se à declaração do presidente Santos, por ocasião de evento comemorativo dos 30 anos da tomada do Palácio da Justiça pelo M-19 e a retomada pelo exército que, entre 6 e 7 de novembro de 1985, resultou no massacre de juízes, trabalhadores do palácio e os guerrilheiros que o invadiram (98 mortos e 8 desaparecidos), bem como o incêndio do edifício e de seus arquivos. Nesse ato comemorativo, de maneira inédita para este caso, o presidente Santos reconheceu a responsabilidade do Estado colombiano pelos crimes cometidos pelo Estado e pediu perdão às vítimas, nos seguintes termos: “Em nome do Estado, peço perdão por ter faltado com o dever de prevenção em relação às pessoas que se encontravam no Palácio da Justiça, pela violação de seus direitos à integridade pessoal, às garantias judiciais

e à proteção judicial” (Santos..., 2015). Em 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado colombiano a assumir sua responsabilidade por mortes, desaparecimentos forçados e maus-tratos no contexto da tomada e da retomada do Palácio da Justiça. Até hoje, somente três militares foram detidos na investigação desse caso emblemático de impunidade, em que os altos tribunais colombianos foram aniquilados no fogo cruzado entre guerrilheiros e militares, que entraram com tanques de guerra no Palácio.

São fundamentais, ainda, medidas prospectivas que contribuam para a inserção social dos indivíduos vitimizados, seja na escola, seja no mercado de trabalho. No caso colombiano, em que quase 50% dos integrantes das Farc-EP são crianças e jovens (segundo dados da Universidade Sergio Arboleda), a inserção escolar é pilar fundamental para a reparação. Em abril de 2015, o governo colombiano deu início ao Programa Educar para Reparar, pelo qual vítimas do conflito armado podem ter acesso, por meio de crédito de um fundo especial, a cursos técnicos, tecnológicos e universitários. Foi a primeira vez que a reparação integral das vítimas englobou a educação superior, aportando contribuições significativas para um cenário pós-conflito.

Por fim, avalia-se que o processo reparatório colombiano encontra-se em fases iniciais de desenvolvimento de parâmetros, projetos e iniciativas, de modo que o critério geral e final de implementação (*finalização*) ainda não pode ser aplicado de forma adequada.

Verdade e memória

Nas últimas décadas, a Colômbia tem vivido em luto permanente. O Grupo Memória Histórica (GMH) estabeleceu um registro provisório de 2.505 massacres com 14.660 vítimas entre 1982 e 2007 (CNRR, 2011, p. 15). A população colombiana tem vivido não só uma guerra de combates, como também uma guerra de massacres.

A construção de uma memória histórica em cenários como esse cumpre uma função tripla: de esclarecimento dos acontecimentos; de reparação no plano simbólico, ao constituir-se como espaço de duelo e denúncia para as vítimas; de reconhecimento do sofrimento social; e de afirmação dos limites éticos e morais que as coletividades devem impor sobre a violência.

Em novembro de 2012, logo no início dos Diálogos da Paz, o governo colombiano e as Farc-EP anunciaram em Cuba a ideia de criar uma Comissão Nacional da Verdade, Convivência e Não Repetição, a ser instaurada após a assinatura dos acordos finais. Em comunicado conjunto, em maio

de 2015, o governo da Colômbia e as Farc-EP deram a conhecer maiores detalhes sobre a composição e o funcionamento da referida comissão, a qual será formada por 12 comissionários/as selecionados/as por um comitê integrado pelo governo colombiano e pelas Farc-EP. Os trabalhos da Comissão da Verdade colombiana deverão ser desenvolvidos dentro de um prazo de três anos, contado o tempo de elaboração do informe final, cuja publicação está prevista para o mês seguinte ao encerramento dos trabalhos da comissão. O anúncio também pontuou que a Comissão da Verdade receberá recursos do governo colombiano e, após publicado o informe final, haverá a criação de um comitê de monitoramento da implementação das recomendações da comissão (¿Para qué..., 2015).

Um aspecto digno de se destacar na área de memória e verdade para 2015 foi o anúncio, em outubro, de que as equipes negociadoras em Havana chegaram a um Acordo para a Localização e Identificação de Pessoas Desaparecidas. O acordo trata de dois aspectos principais: *i*) implementação de ações imediatas que permitam identificar as pessoas mortas em combate e que foram sepultadas como NN (sem nome), comprometendo-se as Farc a fornecer informações que auxiliem no processo de localização e identificação; e *ii*) criação de unidade dedicada à localização e identificação de desaparecidos, em caráter humanitário e extrajudicial. Tal unidade contará com autonomia institucional e ajuda do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no apoio aos familiares, na exumação de corpos e na assessoria ao governo colombiano.

Igualmente relevante para esclarecer a verdade e reconstruir a memória no país foi o avanço dado pelo governo colombiano em 2015 quanto à obrigação prevista na Lei das Vítimas e Restituição de Terras (2011) de encontrar os restos mortais de desaparecidos: no total, mais de 300 corpos foram descobertos e exumados em 2015; e os restos identificados foram devolvidos aos familiares.

A criação da Comissão para o Esclarecimento, Verdade, Convivência e Não Repetição será uma instituição de referência central para a sociedade colombiana e para o processo transicional no país. Nos últimos 50 anos, foram estabelecidas mais de dez comissões de estudos históricos na Colômbia, mas nenhuma delas centrou seu interesse primordial no esclarecimento da verdade e reparação dos direitos das vítimas do conflito armado. Dessa forma, o informe final da comissão permitirá que o reconhecimento público e oficial dos abusos cometidos no passado integre as medidas transicionais que buscam colocar fim ao conflito armado colombiano e alcançar uma paz sustentável.

Outro ponto a ser ressaltado no pilar verdade e memória em 2015 refere-se à mobilização da academia em torno desses temas, a exemplo da realização do IX Encuentro Regional de la Red Latinoamericana de Sitios de Memoria de la Coalición Internacional de Sitios de Conciencia (Bogotá, 22 a 25 de setembro de 2015) e do Segundo Encuentro Internacional – Archivos para la paz: usos sociales y pedagógicos (Bogotá, 28 a 30 de outubro de 2015).

Referências

AMAT, Yamid. Víctimas del conflicto en el país son más de 6,8 millones. **El Tiempo**, Bogotá, 28 dic. 2014. On-line. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/politica/justicia/victimas-del-conflicto-armado-en-colombia/15026796>>.

CANÁRIO, Pedro. Crimes de Estado não prescrevem, diz Rodrigo Janot. **Consultor Jurídico**, Brasília, 19 out. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-out-19/crimes-estado-humanidade-nao-prescrevem-janot-parecer>>.

CNRR – COMISIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN. **Trujillo**: una tragedia que no cesa. Bogotá: Taurus, 2011.

DAICMA – DIRECCIÓN PARA LA ACCIÓN INTEGRAL CONTRA MINAS ANTIPERSONAL. **Víctimas de Minas Antipersonal**. On-line. Bogotá, 2016.

GREIFF, Pablo de. Repairing the past: compensation for victims of human rights violations. In: _____. **The handbook of reparations**. New York: The Oxford University Press, 2010.

LAS 10 CLAVES del acuerdo entre el Gobierno y las FARC. **Faro de Vigo**, Bogotá, 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.farodevigo.es/mundo/2015/09/24/10-claves-acuerdo-farc-colombia/1319621.html>>.

LOS JEFES de las Farc tendrán que pagar cárcel: CPI. **El País Colômbia**, Bogotá, 28 out. 2014. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/elpais/judicial/noticias/cpi-acceptara-jefes-farc-paguen-carcel>>.

MINAS antipessoais matam duas crianças na Colômbia. **G1**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/minas-antipessoais-matam-duas-criancas-na-colombia.html>>.

¿Para qué servirá la Comisión de la Verdad? **Semana**, Bogotá, 6 jun. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/para-que-servira-la-comision-de-la-verdad/430356-3>>.

SANTOS reconoce la responsabilidad del Gobierno de Colombia en la matanza del Palacio de Justicia. **Público**, Madrid, 6 nov. 2015. On-line. Disponible em: <<http://www.publico.es/internacional/santos-reconoce-responsabilidad-del-gobierno.html>>.

UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS – UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. **Rendición de Cuentas de 2015**. Bogotá, 2015. Disponible em: <<http://www.unidadvictimas.gov.co/especiales/rendicion-cuentas-2015/html/>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

**Bárbara Barreto de Carvalho,
Maria Pia Guerra e Sofia de Faveri**
Secretaria da RLAJT⁸³

Histórico

Em 1931, iniciou-se em El Salvador uma ditadura que durou 48 anos. A ditadura entrou em crise ainda nos anos 1970, porém o acirramento das posições políticas no final da década e, finalmente, um golpe militar em 1979 puseram fim às tentativas de saída negociada e estabeleceram as condições para a generalização do conflito armado nos anos seguintes. A guerra civil salvadorenha, que assolou o país de 1980 a 1992, opôs agentes do Estado e guerrilheiros da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FLMN) e deixou cerca de 80 mil mortos, 9 mil desaparecidos e 1 milhão de pessoas em situação de deslocamento forçado.

Uma série de encontros e acordos procurou encerrar a guerra civil. Em 1984, o “Primer Diálogo Pela Paz”, encontro ocorrido em La Palma, Chalatenango, entre a FLMN e agentes do Estado, com mediação da Igreja Católica, definiu uma comissão mista para humanizar o conflito armado e atenuar ou encerrar o clima de guerra civil no país. Na esteira do Primer Diálogo, também em 1984, um segundo encontro, a “Reunión de Ayagualo”, procurou discutir e liberar a circulação de civis em território salvadorenho.

Em 1990, o Acordo de Genebra definiu o objetivo comum fundamental de encerrar o conflito a curto prazo, democratizar o país e garantir o respeito aos direitos humanos. No mesmo ano, uma reunião em Caracas reforçou os objetivos do Acordo de Genebra, acrescentando a previsão de que os guerrilheiros da FLMN fossem reintegrados à sociedade civil. Estabeleceu, ainda, uma agenda de debates sobre as Forças Armadas, os direitos humanos, o sistema judiciário, o sistema eleitoral, a reforma constitucional, os problemas

83. O texto contou com revisão e contribuições do Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) – El Salvador.

econômicos nacionais e a verificação internacional pela ONU. Também em 1990, o Acordo de São José previu medidas de respeito aos direitos humanos, de modo a garantir as liberdades democráticas e a erradicar o desaparecimento forçado, as prisões arbitrárias e a tortura.

Em 1991, o Acuerdo de México propôs uma nova Constituição a partir dos acordos de paz, tendo sido aprovadas reformas institucionais para os direitos humanos, as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública e os sistemas judicial e eleitoral. Também em 1991, o Acordo de Nova Iorque criou a Comissão Nacional para a Consolidação da Paz, a Copaz, e propôs reformulações para as Forças Armadas.

Todos esses acordos e reuniões culminaram no Acordo de Chapultepec, um pacto entre o governo de El Salvador e a FLMN que encerrou a guerra civil salvadorenha. Assinado em 1992, o acordo teve como um dos seus objetivos: “terminar o conflito armado pela via política no menor prazo possível, impulsionar a democratização do país, garantir o respeito irrestrito aos direitos humanos e reunificar a sociedade salvadorenha”⁸⁴.

Finalizada a guerra, foram criados alguns mecanismos de justiça transicional em El Salvador. Em 1992, o Estado aceitou a criação de uma Comissão da Verdade, que trabalhou durante oito meses e produziu o relatório *Da loucura à esperança: a guerra de 12 anos em El Salvador* (El Salvador, 1993), com recomendações de ordem política e administrativa destinadas a prevenir a repetição dos fatos de violência e orientar a reconciliação nacional. Poucos dias após a publicação do relatório, contudo, foi aprovada a Lei de Anistia para a Consolidação da Paz (Decreto nº 486), que contrariou as recomendações da Comissão da Verdade e garantiu a impunidade para os responsáveis por graves violações de direitos humanos. Vale notar que em 1987 uma Lei de Anistia já havia sido aprovada em El Salvador (Decreto nº 805), como consequência dos Acordos de Esquipulas II entre governos centro-americanos, concedendo anistia para pessoas que tivessem participado de delitos políticos ou comuns, com a participação de no mínimo 20 pessoas. A lei de 1987, no entanto, em vez de encerrar os conflitos, restringiu-se a garantir impunidade.

Tendo em vista a omissão do Estado em relação aos trabalhos da Comissão da Verdade, em 2009, por ocasião do 20o aniversário do massacre dos jesuítas, foi inaugurado o Tribunal de Justiça Restaurativa, uma iniciativa do Instituto de Derechos Humanos de la UCA (Idhuca) e da Coordinadora Nacional de Comités de Víctimas de Violaciones de los Derechos Humanos en el Conflicto Armado (Conacovic). Trata-se de

84. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1575/23.pdf>>.

mecanismo complementar ou alternativo, dada sua natureza não estatal, que se realiza com a participação ativa das vítimas e das comunidades e que, por meio do arrependimento, da admissão da culpa e da reparação às vítimas, tem por objetivo restaurar as relações entre as pessoas ofendidas e seus ofensores.

Um balanço da efetividade dos mecanismos de justiça de transição em El Salvador permite dizer que o país ainda tem muito a avançar para a efetiva garantia dos direitos à memória e à verdade, à reparação ou à restauração, à justiça e às reformas institucionais. Para compreender o atual cenário de justiça transicional salvadorenha, o presente relatório ancora-se na análise de notícias coletadas em jornais, canais e fóruns informativos, à luz dos quatro pilares norteadores do campo de estudo: memória e verdade, justiça, reparação e reformas institucionais. As principais bases de pesquisa sobre os eventos que marcaram a justiça de transição em El Salvador no ano de 2015 foram o *site* do Idhuca, o jornal *The Guardian*, o periódico *El Faro* e o diário eletrônico *Contrapunto*.

Memória e verdade

No que se refere à memória e à verdade, um dos marcos de 2015 foi a beatificação do antigo arcebispo de San Salvador, Óscar Arnulfo Romero. Romero, que havia sido grande defensor dos direitos humanos e crítico do governo no país, foi assassinado em 24 de março de 1980, durante a celebração de uma missa em uma igreja em San Salvador. De acordo com o relatório da Comissão da Verdade sobre o caso, o disparo que o atingiu veio de um francoatirador do exército salvadorenho. A cerimônia de beatificação reuniu mais de 300 mil pessoas na Praça do Divino Salvador do Mundo, em San Salvador. Foi conduzida pelo Cardeal Angelo Amato, enviado do Papa Francisco. Nas homenagens, Amato enfatizou que se trata de “uma festa de regozijo e de fraternidade para a Igreja e para a nação salvadorenha [...]. Romero não é um símbolo de divisão, e sim de fraternidade e concórdia.” A cerimônia contou com a presença dos chefes de estado do Equador, Panamá, Honduras e vice-presidentes de Cuba e Venezuela. Em 30 de outubro, o Papa Francisco, em pronunciamento, acusou o episcopado de El Salvador por discursos de calúnia e difamação ao mártir.

Outros movimentos foram destaque para o direito à memória e à verdade, como o Dia Nacional de Vítimas de Desaparecimento forçado, memorado em 30 de agosto, que reuniu familiares, amigos e militantes em homenagens aos entes desaparecidos.

Justiça

No que se refere à atuação judicial, destacaram-se dois processos. Em meados de 2015, a Corte Suprema de Justiça de El Salvador (CSJ) reconheceu a responsabilidade das Forças Armadas no desaparecimento forçado de vítimas no período da guerra civil. O caso refere-se à desapareição forçada de 11 pessoas em 1982, na operação militar em Chalatenango conhecida como “La Guinda de Mayo”. Em comunicado oficial, a Sala Constitucional da CSJ declarou que os crimes ocorreram sob responsabilidade das Forças Armadas e ordenou que a Procuradoria-Geral da República investigue os desaparecimentos e informe ao tribunal, a cada três meses, sobre o resultado das buscas. A decisão da corte foi considerada uma vitória pelas organizações de direitos humanos locais.

Em outubro, o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Washington ajuizou ação contra a Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana, no Tribunal do Distrito de Seattle, em Washington, para ter acesso a documentos secretos sobre as operações militares na década de 1980 coordenadas pelo então coronel Sigifredo Ochoa Pérez. De acordo com o Centro de Direitos Humanos, os documentos guardados pela CIA comprovariam a participação do coronel salvadorenho em massacres contra a população civil. Segundo dados do Idhuca, da CSJ e da Procuradoria de Direitos Humanos (PDDH), somente nesses episódios somaram-se 455 vítimas. A CIA informou que não pode negar ou confirmar a existência dos arquivos por razões de segurança nacional. O tribunal norte-americano ainda não se manifestou sobre o caso.

Em 2015, destacaram-se também duas extradições, que marcaram uma alteração de postura dos Estados Unidos em relação às violações de direitos humanos do período da Guerra Fria. Em 2011, o coronel Orlando Inocente Montano Morales, residente nos Estados Unidos, foi indiciado por uma corte da Espanha por suspeita de ter comandado a operação que resultou na morte de seis padres jesuítas, sendo cinco deles espanhóis, uma empregada doméstica e sua filha, em um dos mais conhecidos massacres de El Salvador. Os procedimentos de extradição do coronel para a Espanha foram iniciados em abril de 2015 por promotores norte-americanos. Espera-se que o julgamento seja um marco na luta internacional contra a impunidade das graves violações de direitos humanos. Os outros militares indiciados que residiam em El Salvador não foram extraditados por decisão da CSJ salvadorenha de 2011.

No mesmo mês de abril de 2015, o general Carlos Vides Casanova, outrora Ministro da Defesa de El Salvador, foi expulso dos Estados Unidos, onde vivia há mais de 25 anos, após a mais alta Corte de Imigração dos

Estados Unidos o ter declarado responsável por graves violações de direitos humanos de tropas sob seu comando. Embora expulso dos Estados Unidos, o coronel não respondeu por quaisquer práticas criminosas durante o regime militar, tendo em vista a limitação dada pela Lei de Anistia de 1993.

Reformas institucionais

No que se refere às reformas institucionais, o ano de 2015 aponta para a urgência de medidas de reforma do sistema de segurança do país. Levantamento do Instituto de Medicina Legal (IML) salvadorenho indicou 2015 como o ano mais violento desde 1999, quando estes registros passaram a ser realizados de modo confiável. Apenas no período de janeiro a agosto, o IML registrou 3.828 pessoas assassinadas, em sua maioria civis. A título de comparação, ao longo de 2014 o instituto registrou 3.912 homicídios. É necessário que sejam formuladas agendas para reformas institucionais, pois estas seriam o método mais eficaz de combate à violência em um período transicional. É o que afirmou Luis Maíra, delegado chileno no processo de paz colombiano, à Agência EFE Salvadorenha: as reformas institucionais paralelas ao processo transicional são importantes, já que muitas vezes as formulações de políticas públicas são fruto de disputas políticas que não contemplam pautas ligadas a resolução de conflitos, direitos humanos e demandas sociais.

Em março de 2015, em San Antonio los Ranchos, ocorreu o VII Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa en El Salvador. O tribunal tratou de cinco casos de graves violações de direitos humanos do Estado salvadorenho: o massacre dos estudantes na passeata de 30 de julho de 1975, na qual cerca de 35 pessoas foram mortas e dezenas ficaram desaparecidas após violenta repressão da Guarda Nacional e do Exército; o despovoamento forçado (*despoblamiento forzado*) de San Antonio los Ranchos, uma das regiões afetadas pelas políticas de deslocamento forçado e extermínio de comunidades salvadorenha; o Massacre do Cerro de Alemania, em que foram assassinadas famílias deslocadas (*desplazadas*) da região de San Antonio los Ranchos; a execução forçada de uma família da comunidade de Santa Marta por destacamentos militares; e a prisão política de Javier Acosta, torturado por militares durante semanas aos 17 anos. As recomendações do tribunal foram apresentadas ao Estado Salvadorenho.

Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA) El Salvador⁸⁵

Para fazer uma introdução ao contexto salvadorenho, é preciso antes estabelecer parâmetros gerais sobre a justiça transicional. Esta se desenvolve paralelamente ao reconhecimento dos direitos humanos por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É assim que a justiça de transição é gestada entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. Porém, apenas se desenvolveu como tal entre a Segunda Guerra, com os tribunais de Nuremberg, e a Guerra Fria. Esse tipo de justiça é, assim, muito mais contemporâneo, formando parte do século XX.

A justiça de transição surge como resposta às necessidades da política mundial e decorre da obrigação de resolução de conflitos de maneira rápida e efetiva, respondendo à imperante necessidade de proteção dos direitos humanos por meio da justiça. Contudo, para além do ímpeto ao qual responde, deve-se garantir o encerramento completo e adequado do conflito que a precedeu, com o objetivo de assegurar que os atos que o provocaram não voltem a ser cometidos – ou seja, sob a luz da garantia de não repetição, considerando que as condições políticas e sociais de cada conflito são únicas, transitórias e não voltam a ocorrer das mesmas formas nas quais tiveram lugar, por responderem essas condições a diferentes eventos internos a cada Estado.

O tema da justiça transicional está ligado à ideia de reconstrução nacional e reconstrução do tecido social, isto é, para além da persecução por responsabilizações individuais, busca-se garantir o estado de direito dentro da sociedade na qual foram violados os direitos humanos. A justiça transicional, conseqüentemente, encontra-se ligada à ideia de uma reconciliação adequada, de acordo com as circunstâncias sob as quais se configuraram os eventos de violação. No âmbito da reconciliação, encontram-se duas partes antagonistas, as quais dificilmente se reconciliarão de forma plena; a ideia de reconciliação deve estar completamente ligada aos conceitos de justiça, verdade e reparação.

Os conceitos de justiça, verdade e reparação são ferramentas para a consolidação da justiça transicional e esses conceitos possuem

85. Texto traduzido por Mateus Paula Leite Paz, em colaboração com a RLAJT.

seus próprios cursos nessas sociedades de forma específica e individual para cada caso. Mesmo que o direito seja uma aplicação de caráter universal, é obrigação do Estado responder a esses conceitos de acordo com sua realidade social e política, ao mesmo tempo que cumpre com as obrigações internacionais adquiridas em matéria de direitos humanos.

Os direitos humanos são inerentes ao ser humano mesmo, isto é, os direitos humanos são pensados como direitos de aplicabilidade coletiva a um conjunto de seres humanos, reconhecendo, ao mesmo tempo, os direitos humanos de cada indivíduo. É assim que, dentro da lógica de uma violação de direitos humanos de um conjunto de seres humanos, a soma de um todo das violações de direitos é um ataque iminente contra o conjunto de seres humanos e não uma soma entre as parte individuais. Assim, o Estado deverá velar para que se cumpra em sua totalidade as obrigações de verdade, reparação e justiça, e que se assuma todas as vítimas dos feitos ocorridos pela violação de seus direitos.

As obrigações do Estado em matéria de direitos humanos serão cumpridas através de diversos mecanismos, sendo que um dos principais é a via judicial para a proteção dos direitos de todos os indivíduos, especialmente dos setores mais vulneráveis, como o manifesta melhor Zagrebelsky (2007, p. 21): “O acesso ao Estado de numerosas e heterogêneas forças que demandam proteção mediante o direito exige continuamente novas regras e intervenções jurídicas, estendendo cada vez mais a presença da lei a setores anteriormente abandonados”.

É assim que, dentro da proteção dos direitos humanos, os tribunais nacionais e internacionais detêm um papel determinante para a obtenção de justiça por parte dos setores mais afetados.

Com a incorporação das leis de anistia na América Central e na América do Sul, criou-se um obstáculo ao processo de reparação às vítimas de violações de direitos humanos em matéria judicial. Dessa maneira, temas restaram pendentes de solução dentro das sociedades latino-americanas, que, na atualidade, continuam praticando violações direitos e apresentando obstáculos para a obtenção de um pleno estado de direito, como manifesta Patricia Funes (2001): “As feridas que nos restam são as liberdades que nos faltam”. Apesar das diferenças regionais, étnicas, linguísticas, ideológicas ou de gênero, a América Central e a do Sul se encontram unificadas pelos temas pendentes em matéria de proteção de direitos humanos e pela exigência de justiça das atuais sociedades democráticas, pois, atualmente, muitos processos de justiça de transição não foram conclusivos. Ao desejar a *reconciliação* imediata entre as partes antagônicas, os conceitos de justiça, verdade e reparação foram ofuscados, deixando inconclusos temas

importantes para a proteção de direitos humanos em relação à garantia de não repetição e a um efetivo estado de direito.

Atividades da Comissão de Anistia de El Salvador e sua importância para o esclarecimento da verdade como parte do processo de Justiça Transicional

A Comissão da Verdade em El Salvador surge posteriormente ao período de conflito interno, com a ideia de que os atos atrozos de violação de direitos humanos não devem permanecer impunes. É importante destacar que os fatos reunidos pela Comissão da Verdade, como a reunião de provas ou a apresentação de testemunhos, é um trabalho imprescindível. Entretanto, na maioria dos casos, pela magnitude das violações de direitos humanos e a quantidade de tempo destinada a sua investigação, o resultado das investigações preliminares equivale a uma mostra superficial de uma quantidade inimaginável de violações de direitos humanos cometidas durante um determinado período de tempo. O trabalho realizado pela comissão é o fundamento para a obtenção da verdade.

El Salvador: Comissão da Verdade (Da loucura à esperança)

A Comissão da Verdade foi criada posteriormente à assinatura de acordos de paz,⁸⁶ e está regulada nos artigos 2º e 5º, que tratam sobre sua criação e funcionamento, respectivamente, com o objetivo de esclarecer os crimes de guerra que causaram baixas civis. Para compreender a magnitude da violação em matéria de direitos humanos, devemos especificar que El Salvador é um país de apenas 21 mil km², com uma população de, então, tão somente 4,5 milhões. Com a morte de quase 75 mil pessoas e o desaparecimento de cerca de 3 mil casos, o conflito armado interno produziu um verdadeiro extermínio da população salvadorenha.

O secretário das Nações Unidas interveio para a criação da Comissão da Verdade, outorgando poderes facultativos para a investigação a três estrangeiros de notório reconhecimento. O relatório da Comissão da Verdade produziu declarações e acusações dos crimes que danificaram gravemente os direitos humanos. Vale enfatizar que a primeira lei de anistia excluía da responsabilidade penal e civil um setor específico de perpetradores, mas uma vez apresentado o relatório da Comissão da Verdade, esse setor se amplia, deixando em impunidade os delitos cometidos durante o conflito armado em El Salvador. Além de exonerar de forma ampla a maior parte de atos e autores dos crimes, a brevidade no tempo em que foi incorporada

86. Em 16 de janeiro de 1992, data de assinatura dos Acordos de Paz de El Salvador, em Chapultalpec, México.

a segunda lei de anistia descumpra totalmente o processo de formação da lei. Some-se a isso o fato de que gera uma normativa secundária que contraria a normativa constitucional e os tratados internacionais.

Isso porque, transcorridos mais de 20 anos desde o fim do conflito armado que dividiu a sociedade salvadorenha, ainda persiste em El Salvador uma forte polarização político-social, um tecido social frágil, com instituições estatais que ainda apresentam alguns vazios, especialmente as encarregadas de assegurar justiça. Durante esses anos, sua consequência mais lógica e evidente é a impunidade.

Esse último elemento influi negativamente em todos os âmbitos da sociedade salvadorenha e responde à absoluta ignorância e desinteresse por parte das instituições públicas em relação às recomendações formuladas e apresentadas pela Comissão da Verdade em seu relatório final. Ainda assim, a Lei de Anistia continua sendo um obstáculo para as vítimas e a sociedade em geral para que acessem seu direito de conhecer a verdade e aplique-se uma justiça adequada.

Nesse sentido, existe uma dívida enorme com a dignificação das vítimas diretas e indiretas que não tem sido considerada para ser saldada. Reconhecendo a necessidade de implementação de mecanismos e espaços para as vítimas, o Instituto de Direitos Humanos de la UCA (Idhuca), em virtude de seu compromisso com as vítimas, seus familiares e instituições que os acompanharam, impulsiona, desde 2009, o Tribunal Internacional para a Aplicação da Justiça Restaurativa em El Salvador, para a persecução da verdade, justiça e reparação ante o desinteresse do Estado.

Dessa forma, com o Tribunal, pretende-se contribuir para impulsionar uma modalidade da justiça transicional adequada às condições do país, outorgando um valor intrínseco às vítimas, como parte de um processo integral de verdade, justiça, reparação, perdão e democratização das sociedades modernas. Trata-se de dignificá-las, às vítimas e à sociedade, levando em consideração as condições peculiares de cada situação.

Para o Idhuca, as vítimas são o mais importante. Nessa linha, são as vítimas a essência e a razão de ser do Idhuca; por ele, a justiça transicional – começando pela restaurativa – pode ser um bálsamo que ajude a curar as feridas ainda abertas e o motor que impulsiona uma demanda social até agora latente no país. A voz das vítimas exige justiça, e a sentença do tribunal se constitui como um passo a mais, depois do relatório da Comissão da Verdade, no caminho para reafirmar o direito que assiste às vítimas para alcançá-la.

Os objetivos específicos do tribunal são: evidenciar a responsabilidade dos perpetradores de graves violações de direitos humanos, crimes de lesa-humanidade, crimes de guerra e genocídio em El Salvador, assim como a falta de vontade política do Estado salvadorenho para investigar, processar e sancionar essas pessoas, contribuir ao processo de cicatrização das feridas e da construção de um novo tecido social através da revelação de uma realidade conhecida pela maioria da população, mas não acatada de forma unânime; e revelar a identidade dos perpetradores para que, exclusivamente aqueles que não reconhecem sua responsabilidade, sejam sujeitos ao escárnio público e à pressão social.

Em função do que já foi citado, o tribunal busca como resultados: colocar no debate nacional o tema da justiça transicional e a necessidade de assegurá-la como medida de combate à impunidade; obter uma condenação moral tanto nacional quanto internacional do Estado salvadorenho e dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, crimes de lesa-humanidade, crimes de guerra e genocídio no país; promover a participação ativa da sociedade em temas de justiça transicional e sua conscientização acerca da matéria; e iniciar um verdadeiro processo de conciliação entre as vítimas e os perpetradores.

Referências

EL SALVADOR. Comisión de la Verdad. **De la locura a la esperanza: la guerra de los doce años en El Salvador**. San Salvador, 1993.

ZAGREBELSKY, Gustavo. Del estado de derecho al estado constitucional. In: _____. **El derecho dúctil**. Ley, derechos, justicia. Madrid: Trotta, 2007, p. 21-37.

FUNES, Patricia. Nunca más. Memorias de las dictaduras en América Latina. Acerca de las Comisiones de verdad en el Cono Sur. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia, **La imposibilidad del olvido**. Recorrido de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Al Margen, 2001. p. 43-60.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

Bárbara Barreto de Carvalho e Maria Pia Guerra

Secretaria da RLAJT⁸⁷

Histórico

Entre 1960 e 1996, a Guatemala passou por um período de conflito armado protagonizado pelas forças militares e por grupos de guerrilha. Os conflitos deixaram cerca de 200 mil mortos, em sua maioria indígenas de origem maia exterminados em atos de genocídio. Essa violência política causou o deslocamento forçado de mais de 1 milhão de pessoas. As vítimas eram principalmente camponeses pobres e indígenas: em 2013, provou-se no sistema de justiça o genocídio de mais de 1.771 ixils (etnia maia) durante o governo do general Efraim Ríos Montt (CEH, 1999a; Doyle, 2005).

Ao longo da década de 1970, os conflitos sociais e econômicos se acentuaram, desestabilizando a aliança entre militares, grupos econômicos e partidos de extrema direita. Em 1982, em resposta, um grupo de militares assumiu o poder com discurso de liberalização parcial. Por um lado, o Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento (PNSD), aprovado naquele ano, suspendeu o estado de sítio, extinguiu os tribunais especiais para crimes políticos e reestruturou o sistema eleitoral. Em 1984, foi convocada uma assembleia constituinte e, no ano seguinte, foi eleito o primeiro civil em mais de 20 anos de ditadura. Por outro lado, tais medidas de liberalização foram acompanhadas de um fortalecimento das Forças Armadas e do recrudescimento da violência de Estado, em um processo transicional controlado pelas forças de Estado. Apenas entre 1982 e 1983, foram mais de 600 massacres direcionados a comunidades tradicionais (Coelho; Reginatto, 2015).

A abertura dos anos 1980, embora limitada, permitiu a rearticulação dos movimentos sociais locais. A partir de 1984, surgiram organizações da sociedade civil, como o Grupo de Apoio Mútuo

87. O texto contou com revisão e contribuições do Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) – Guatemala

(GAM), a Coordenação Nacional de Viúvas da Guatemala (Conavigua) e a Associação de Familiares de Desaparecidos da Guatemala (Famdegua), as quais, contrapondo-se às poucas iniciativas estatais, passaram a exigir respostas do Estado para a superação do conflito armado e reparação das vítimas (Brett, 2006).

O encerramento dos conflitos, porém, teve de esperar até a década de 1990. Em 1991, teve início um processo de negociações entre governo e grupos revolucionários, representados pela Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). O processo, mediado pela Organização das Nações Unidas (ONU), deu origem a acordos de paz que previram reformas institucionais, edição de lei de anistia, criação de uma comissão da verdade e reparações às vítimas do conflito.

Em resposta aos acordos de paz, foi criada, em 1994, a Comissão para Esclarecimento Histórico, com o objetivo de esclarecer “com equidade e imparcialidade” as violações de direitos humanos praticadas durante o conflito armado guatemalteco. A Comissão iniciou seus trabalhos em 7 de fevereiro de 1997 e, em 25 de fevereiro de 1999, apresentou seu relatório final contendo recomendações de reformas estruturais nos aparatos policiais, criação e manutenção de mecanismos de proteção dos direitos humanos (CEH, 1999b).

Em 1996, antes de a Comissão entrar em funcionamento, foram editadas a Lei de Anistia e a Lei de Reconciliação Nacional (LRN). Essas leis, a princípio, não garantiam a impunidade dos responsáveis pelos crimes durante a ditadura. A Lei de Anistia excluiu de sua abrangência as graves violações de direitos humanos e a LRN determinou que a “extinção de responsabilidade criminal não se aplica aos crimes de genocídio, tortura e desaparecimento forçado”. As duas leis, no entanto, deixaram aberta a possibilidade de concessão de anistia para execuções extrajudiciais e assassinatos. Tal abertura interpretativa permitiu que, por vezes, o poder judiciário guatemalteco estendesse a anistia a graves violações de direitos humanos (Arriaza, 2013).

O caso do massacre de Las dos Erres é, nesse sentido, emblemático. Em seu julgamento, em 2001, o Tribunal Constitucional confirmou a anistia dos oficiais responsáveis pelo massacre. Em resposta, em 2009 a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) determinou a impossibilidade de concessão de anistia sob a LRN aos responsáveis pelo massacre. Em 2010, o Superior Tribunal de Justiça guatemalteco, seguindo a CIDH, afastou a incidência da LRN e condenou quatro membros das forças especiais de segurança envolvidos no massacre (Arriaza, 2013).

Em 2003, no governo do presidente Alfonso Portillo, foi criado o Programa Nacional de Ressarcimento (PNR),⁸⁸ que integra ações de fortalecimento do processo de paz e conciliação da sociedade guatemalteca em cumprimento à recomendação da Comissão de Esclarecimento. Foram previstas medidas de dignificação de vítimas, ressarcimento cultural, reparação e reabilitação psicossocial, restituição material e ressarcimento econômico. Em seu ano de inauguração, 24.486 solicitações de compensação foram realizadas e, entre dezembro de 2005 e junho de 2006, cerca de 633 pessoas foram beneficiadas (Vítimas..., 2006). Um acordo governamental de 2013 determinava previsão de demandas do programa no projeto orçamentário de 2014. No entanto, elas acabaram não sendo incorporadas, deixando as reparações em segundo plano.

No campo das reformas institucionais, foi criada em 2007 a Comisión Internacional contra La Impunidade en Guatemala (CICIG). Embora tivesse o objetivo de investigar o crime organizado e as organizações armadas ilegais, a comissão ampliou seu escopo de atuação e impulsionou reformas que vieram a fortalecer o sistema jurídico da Guatemala. No artigo 2º (1)(c) do documento legal de sua criação, foram feitas recomendações de adoção de políticas públicas de erradicação das forças de segurança clandestinas e de investigação de delitos por elas cometidos (CICIG, s.d.).

Em 2010, foi criada a Comisión Nacional de la Reforma Policial, com o objetivo de “promover, propor e dar continuidade ao cumprimento das medidas, estratégias, planos e programas vinculados à reforma da Polícia Civil Nacional, que permitam um processo de modernização institucional orientando ao fortalecimento do estado democrático de direito”.⁸⁹

Dado o panorama, a fim de compreender o processo transicional na Guatemala em 2015, a presente análise se estrutura em quatro pilares: justiça, memória e verdade, reparação e reformas institucionais. Os principais portais noticiários consultados foram *La Hora*, *Contra Poder*, *Pensa Libre*, *El País*, *Le Monde* e *The Guardian*.

Justiça

No campo da justiça, destaca-se, em 2015, o novo julgamento do ex-chefe de Estado e ditador Rios Montt. Em 2013, Rios Montt foi condenado a 80 anos de prisão pelos crimes de assassinato e desaparecimento forçado – medida à época considerada um grande avanço na justiça de transição da América Latina, por ser o primeiro caso de genocídio julgado por um

88. Ver *site* do Programa Nacional de Resarcimiento. Disponível em: <<http://www.pnr.gob.gt/>>

89. Ver mais no *site* da Comisión, disponível em: <<http://www.cnrp.gob.gt/i/690-2/>>.

tribunal nacional. Poucos dias depois, entretanto, a Corte Constitucional reverteu a condenação e anulou todos os atos processuais praticados até então. Um novo processo teve de ser iniciado, com enfoque nos crimes de genocídio da população maia ixil e nos crimes de lesa-humanidade. Para 2015, estavam previstas as etapas de tomada de depoimentos e julgamento. O processo, porém, foi novamente interrompido, após a defesa ter apresentado laudo médico do Instituto Nacional de Ciências Forenses que declarava Rios Montt inimputável em decorrência de demência senil. Novo julgamento deve ser iniciado em 2016.

Dois falecimentos em 2015 evidenciaram a morosidade da justiça de transição na Guatemala. Em março de 2015, faleceu Pedro Chavez Brito, uma das testemunhas-chave no caso Montt (Palacios, 2015). Aos 10 anos de idade, Chávez Brito presenciou a chegada de soldados do exército à procura de guerrilheiros em sua comunidade, que assassinaram, além de outros civis, sua mãe, sua irmã e seu sobrinho. Chávez Brito foi a segunda testemunha que veio a óbito. A primeira, Clemente Vasquez Mateo, testemunhou no primeiro julgamento realizado contra Rios Montt. Seu testemunho, contudo, perdeu a validade com o reinício do julgamento.

Em outubro, faleceu Héctor López Fuentes, general e chefe do Estado Maior de Defesa durante o governo de Rios Montt. Embora Fuentes tenha sido acusado em 2013 pelos crimes de desaparecimento forçado, genocídio, sequestro e execução extrajudicial, assim como Rios Montt, foi considerado incapaz de enfrentar o processo judicial, tendo permanecido recluso por quatro anos no Centro Médico Militar, onde faleceu.

No fim do ano, estavam preparadas as prisões de 18 ex-militares de alta patente acusados dos delitos de desaparecimento forçada e crimes contra a humanidade. Entre os acusados, 14 são responsáveis pela desaparecimento de 558 pessoas encontradas em uma fossa comum clandestina na Zona Militar nº 21 em Cobán Alta Verapaz. Até o momento, foi possível identificar 97 desaparecidos, a partir de análise osteológica detalhada realizada nas ossadas. São 22 recém-nascidos (0 a 3 anos), 19 crianças (4 a 12 anos), 44 adolescentes (13 a 17 anos), 129 adultos jovens (18 a 25 anos), 314 adultos (26 a 29 anos), 3 idosos (maiores de 50 anos), 22 indivíduos sem idade determinada (devido à erosão dos restos ósseos) e 5 indivíduos menores de 18 anos sem identificação precisa. Um dos militares acusados desses crimes é Benedicto Lucas García, chefe de Estado Maior do Exército durante o governo de seu irmão Romeo Lucas.

Os outros quatro militares são responsáveis pela desaparecimento forçada do menino Antonio Molina Theissen. Um dos implicados é Manuel Antonio Callejas, chefe de direção de inteligência do Estado Maior do Exército durante o governo de Lucas.

Memória e verdade

Em 2015, completou-se o decênio da descoberta dos arquivos da polícia nacional guatemalteca. Em 2005, após uma explosão em depósito militar na capital, uma denúncia levou a Procuradoria de Direitos Humanos a encontrar mais de 80 milhões de documentos que comprovavam a prática de graves violações de direitos humanos pelas forças de segurança. No ano seguinte, um projeto de recuperação dos arquivos foi elaborado em parceria com a Universidade do Texas, de modo a garantir a segurança e a transparência do acervo (Coelho; Reginatto, 2015, p. 20). Até o momento, esse arquivo digitalizou 16 milhões de páginas correspondentes ao período mais sangrento da ditadura militar, de 1975 a 1985.⁹⁰

Durante esse tempo, o arquivo da Polícia Nacional respondeu a solicitações de informação e levantamentos de casos de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais ocorridas na ditadura militar, a exemplo da elaboração de análise arquivística do caso Luz Leticia Hernández e Ana María López Rodríguez e da perícia de documentos, entre outros, dos casos: Saenz Calito, Paredes Chegüen, Carlos Ernesto Cuevas Molina, Oto René Estrada Illescas, Ruben Almicar Farfan, Gustavo Adolfo Fuentes Castanon, Marco Antonio Molina Tehissen, Hector Elirio Interiano Ortiz, da chacina da Embaixada de Espanha e do cortejo fúnebre de 2 de fevereiro.

Reparação

Em 2015, no âmbito do Programa Nacional de Ressarcimento, foram realizadas, de acordo com comunicados oficiais do governo guatemalteco, ações de reparação cultural, exumações e dignificações de vítimas do conflito armado. São exemplos a dignificação de Argilio Gómez e de Juan Mérida Cifuentes, em dezembro, e as ações de resgate cultural das comunidades tradicionais em Rabinal, em novembro.⁹¹ Não obstante, o programa de reparações enfrenta severas críticas, que se expressam pelos seguintes dados: de 54.952 requerimentos apresentados pelas vítimas de violações de direitos humanos que constam em expedientes abertos, apenas 16.440 foram atendidas (29,92%), em sua grande maioria com medidas individuais. Estão em espera 38.512 petições (70,08%).⁹² Somem-se a isso as petições coletivas, cujas porcentagens de cumprimento tendem a ser menores. De 300 milhões de quetzales alocados

90. Essa informação pode ser consultada em: <<http://archivohistoricopn.org/>>.

91. Informações contidas no *site* oficial do Programa Nacional de Ressarcimento da Guatemala. Disponível em: <<http://www.pnr.gob.gt/index.php/bol-pnr?limitstart=0>>.

92. Informação oficial fornecida pela agência de Acesso à Informação do Programa Nacional de Resarcimiento em outubro de 2015.

para o programa de reparações, para o ano de 2016, apenas 25 milhões serão executados.⁹³

Reformas institucionais

Em dezembro de 2015, foi entregue o *Relatório Final e Prestação de Contas* da Comissão Nacional de Reforma Policial da Policía Nacional Civil. Entre outras medidas, o relatório propôs a implementação de um modelo policial de seguridade integral comunitária e o fortalecimento da inspetoria da polícia civil.⁹⁴

Referências

ARRIAZA, Naomi Roht. América Central: o sistema interamericano e a responsabilização de crimes internacionais. In: SILVA, José Carlos Moreira da; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo (Coord.). **Justiça de transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação.** Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BRETT, Roddy. **Movimiento social, etnicidad y democratización en Guatemala: 1985-1996.** Guatemala: F&G, 2006.

CEH – COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO/ COMMISSION FOR HISTORICAL CLARIFICATION. Conclusiones: La tragedia del enfrentamiento armado interno. In: _____. Guatemala: memoria del silencio. Guatemala, 1999a. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf>

CEH – COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO/ COMMISSION FOR HISTORICAL CLARIFICATION. Guatemala: memoria del silencio. Guatemala, 1999b. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf>

CICIG – COMISIÓN INTERNACIONAL CONTRA LA IMPUNIDADE EN GUATEMALA. Recomendaciones de Reforma Institucional. Guatemala, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cicig.org/index.php?page=reforma-institucional>>

93. A taxa de câmbio é de 7,60 por dólar.

94. O relatório com a prestação de contas está disponível em: <<http://www.cnrp.gob.gt/informe-final-y-rendicion-de-reforma-policial/>>.

COELHO, Anelise Suzane; REGINATTO, Ana Carolina. **Taller (Segunda Época)**. Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, v. 4, n. 5, p. 9-23, 2015. Disponível em: <<http://tallersegundaepoca.org/taller/article/view/97/107>>.

DOYLE, Kate. **The Guatemalan Police Archives**. Washington: National Security Archive, 21 nov. 2005. On-line. (National Security Archive Electronic Briefing Book, n. 170). Disponível em <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB170/index.htm>>.

PALACIOS, Claudia. Testigos mueren sin participar en nuevo juicio por genocidio. **La Hora**, Guatemala, 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://lahora.gt/testigos-mueren-sin-participar-en-nuevo-juicio-por-genocidio/>>.

VÍTIMAS de conflito armado na Guatemala poderiam chegar a 600 mil. **UOL Últimas Notícias**, São Paulo, 9 ago. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/08/09/ult1807u29754.jhtm>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

**Ana Carolina Lopes Leite Borges, Claudia Paiva Carvalho e
Hellen Cristina Rodrigues de Freitas**
Secretaria da RLAJT⁹⁵

Histórico

No contexto latino-americano, o México apresenta uma experiência peculiar de justiça de transição, tendo em vista os períodos históricos abarcados, os atores envolvidos e os conflitos subjacentes ao legado de abusos de direitos humanos no país. De acordo com as declarações da representante da Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos, Valeria Moscoso, no II Congresso Internacional de Justiça de Transição da RLAJT, é possível identificar ao menos “três momentos repressivos no país e uma grave crise referente à violação de direitos humanos na atualidade”.⁹⁶ Essa conjuntura tem pautado a necessidade de mecanismos de justiça de transição para lidar com as violências praticadas no México, tanto no passado quanto no presente.

O primeiro momento repressivo é conhecido como Guerra Suja, que ocorreu entre o final dos anos 1960 até o início da década de 1980. Esse momento foi antecedido por um período em que o México obteve um crescimento econômico considerável, que acarretou, no entanto, concentração de renda e agravamento da desigualdade social no país. Nesse cenário de crise,⁹⁷ surgiram levantes de uma série de setores sociais, com demandas por melhores condições de vida e reivindicações por terra, educação, saúde e trabalho.

O período da Guerra Suja é caracterizado pelas respostas repressivas do Estado em face das demandas sociais e políticas de diversos grupos da população mexicana, que atingiram, entre outras, a população

95. O texto contou com revisão e contribuições da Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos – México.

96. II Congresso Internacional da Rede Latino-Americana da Justiça de Transição, 5 nov. 2015, Brasília. Os vídeos estão disponíveis em: <http://www.rljt.com/videos>.

97. Na década de 1960, Guerrero era o estado mais pobre do país, com população predominantemente rural e analfabeta. Mais de 90% da população não dispunha de água corrente e pouco mais de 20% possuía luz elétrica.

do estado de Guerrero. Segundo a cifra informada no relatório publicado pelo The National Security Archive, 789 pessoas ficaram desaparecidas⁹⁸ em decorrência da ação repressiva. Tal quantitativo, no entanto, é refutado por grupos da sociedade civil e organizações de direitos humanos, que apontam um número ainda maior de vítimas.

É importante ressaltar a atuação do movimento estudantil mexicano nesse período, inspirado pelos movimentos sociais que ocorriam em outros países, como a Revolução Cubana e o Movimento Estudantil Francês de Maio de 68 (Doyle, 2006b). Um dos casos paradigmáticos de repressão estatal contra o movimento estudantil foi o Massacre de Tlatelolco (Doyle, 2006c), que ocorreu em 2 de outubro de 1968, quando o exército abriu fogo contra centenas de manifestantes reunidos pacificamente em praça pública, causando a morte de cerca de 300 pessoas e um número de desaparecidos até hoje não contabilizado. O saldo de mortos também é contestado por setores da sociedade civil, o que reforça a falta de confiabilidade dos dados oficiais (Troncoso, 2008).

Tendo em vista o caráter sistemático das violações aos direitos humanos, e em particular do desaparecimento forçado, os crimes ocorridos no período da Guerra Suja são considerados crimes de lesa-humanidade. Apesar das denúncias apresentadas por organizações civis e da obrigação do Estado mexicano de garantir o acesso à justiça, as respostas estatais diante das violações praticadas têm sido inconsistentes. Isso decorre, em parte, da falta de um marco jurídico em conformidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos, o que é dificultado pelo fato de que, no México, cada uma das 32 entidades federativas possui uma legislação penal própria. Alguns aspectos legislativos podem ser destacados como entraves à busca por justiça, tais como: a ausência de tipificação para o delito de desaparecimento forçado em quase metade das entidades federativas; a falta de harmonização dos códigos penais de acordo com a Convenção; e a existência de regimes de prescrição em alguns códigos penais, que fortalecem a impunidade com relação aos crimes do passado (Centro Prodh, 2014).

Entre os anos de 1990 e 2000, é possível identificar um segundo momento repressivo no país. Vários movimentos guerrilheiros, como o movimento Zapatista de Liberação Nacional, fortaleceram sua atuação, frente a qual o Estado respondeu cometendo crimes de tortura, desaparecimento e execuções arbitrárias. As cifras de vítimas desse período são escassas e pouco acessíveis.

98. A planilha com a identificação das 789 vítimas identificadas como desaparecidas pode ser consultada no *Informe documenta sobre 18 años de "Guerra Sucia" en México* (Doyle, 2006a).

No ano 2000, pela primeira vez desde 1929, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) foi derrotado pelo candidato da Alianza por el Cambio,⁹⁹ Vicente Fox. A mudança política gerou uma expectativa de avanço nas buscas por verdade, uma vez que a promessa de esclarecer os crimes cometidos na Guerra Suja tinha sido uma bandeira da campanha de Fox. Em 2001, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) emitiu a Recomendação nº 26/2001¹⁰⁰ para o Estado mexicano, em que recomenda a criação de um órgão especial (*Fiscalía*) para o reconhecimento dos crimes do passado e para a garantia de todos os meios legais para assegurar a não repetição.

Seguindo a recomendação da CNDH, a Procuradoria Especial para Movimientos Sociales e Políticos do Passado (*Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado – Femosp*) foi criada. A Femosp funcionou por cinco anos e investigou a Guerra Suja no estado de Guerrero e em outras entidades federativas, assim como o massacre dos estudantes de Tlatelolco de 1968. Os trabalhos de investigação também documentaram 789 casos de desaparecimentos forçados, sem mencionar em que condições ocorreram ou o local de desaparecimento das vítimas. O relatório completo produzido como resultado dos trabalhos não chegou a ser publicado¹⁰¹ e, após transcorrido seu prazo de atuação, a Femosp foi extinta por decreto presidencial.

O terceiro momento repressivo no México estende-se aos dias atuais e tem como marco a chegada ao poder de Felipe Calderón (2006-2012) e a declaração aberta pelo governo de uma guerra às drogas. Em um cenário de violência generalizada, o México registra atualmente uma cifra de mais de 27.659 pessoas desaparecidas e mais de 287.358 vítimas de deslocamento forçado,¹⁰² além dos altos índices de assassinatos, execuções e tortura. Embora a luta contra os cartéis de drogas não seja um fenômeno

99. Os partidos que compunham a aliança que deu vitória a Vicente Fox eram o Partido da Ação Nacional (PAN) e Partido Verde Ecologista do México (PVEM).

100. Mais informações no relatório sobre as recomendações em matéria de desaparecimentos políticos feitas ao México pela CNDH em 2001. Disponível em: <<http://indicadorpolitico.mx/images/pdfs/documentos/cndh-informe.pdf>>.

101. Os desdobramentos sobre a razão de o informe não vir a público por completo são apresentados em Quezada e Rangel (2007, p. 728). Parte do relatório foi disponibilizada por meio do The National Security Archive (Doyle, 2006d).

102. Informação do Registro Nacional de Personas Extraviadas y o Desaparecidas. O índice corresponde à soma do âmbito federal com o âmbito local. O índice apresenta o total de registros de pessoas relacionadas com averiguações prévias de foro comum que permaneceram sem localização até 31 de outubro de 2015, distribuídas por ano, mais o total de registros de pessoas com averiguações prévias de foro federal iniciadas no período compreendido entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015 e que permaneceram sem localização até 31 de dezembro de 2015.

novo no México, de acordo com o relatório sobre deslocamento forçado produzido pela Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CMDPDH) em 2014, ao analisar a violência no país após 2006, é possível identificar três fatores que agravaram o quadro:

- 1) a estratégia de segurança colocada em prática pelo governo de Calderón, que se baseou em uma política de enfrentamento aberto ao narcotráfico e na utilização de “operativos conjuntos”,¹⁰³ em que participavam a Marinha, a Polícia Federal e as polícias locais;
- 2) a disputa por rotas de distribuição de drogas tornou-se mais intensa; e
- 3) tanto a estratégia de segurança quanto a disputa por rotas causaram a fragmentação dos cartéis, o que provocou a proliferação de grupos menores com subdivisões (CMDPDH, 2014).

A população civil ficou exposta e tem sofrido os crimes cometidos pelos cartéis, na medida em que buscam expandir seu controle e território. No entanto, a resposta do governo no sentido de levar o Exército às cidades para combater os crimes é percebida como um fator que gera ainda mais insegurança, uma vez que violações de direitos humanos são cometidas sistematicamente pelas forças do Estado, que atuam a partir das doutrinas da segurança nacional e do “inimigo interno”. Como resultado, milhares de pessoas são vítimas tanto de agentes estatais como de integrantes do crime organizado.

Desde 2006, a guerra às drogas já deixou mais de 100 mil mortos e também o índice de denúncias por tortura aumentou de modo exponencial.¹⁰⁴ Segundo dados da própria Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em 2014 foi registrado um aumento superior a 500% nas denúncias de tortura, apesar de a CNDH ter sido acusada de não registrar devidamente as queixas por este tipo de delito (Servín, 2014; *La tortura...*, 2013; CMDPDH, 2014; Insyde; CMDPDH; CCDH, 2014). Ainda assim, diversos dados oficiais – da Secretaria de Governança (SEGOB) e do Instituto Nacional de Estatística e Geografía (INEGI) – e dados de organizações da sociedade civil apontam para um número próximo a 121 mil pessoas mortas apenas durante os seis anos do governo Calderón, sem contar aqueles que foram vítimas na administração de Enrique Peña Nieto (*Más de 121...*, 2013; *La guerra...*, 2014; Leal, 2011).

103. Parte instrumental da estratégia de segurança para combater o crime organizado.

104. De acordo com Valeria Moscoso, representante da CMPDDH, houve um aumento de 500% nas denúncias de tortura desde 2006, e o país conta com um índice de impunidade de 98%. Informação verbal obtida durante o II Congresso Internacional da Rede Latino-Americana da Justiça de Transição, 2015, Brasília.

Dados atuais demonstram que o México é um dos países com maior impunidade no mundo.¹⁰⁵ De acordo com o Índice global de impunidade, elaborado pelo Centro de Estudos sobre Impunidade e Justiça da Universidad de Las Américas Puebla (UDLAP) e publicado em 2015, o México ocupa a 58ª posição entre os 193 Estados-membros das Nações Unidas em matéria de impunidade. O país ocupa, ainda, o penúltimo lugar entre os 59 países que contam com informações suficientes para o cálculo do índice global de impunidade.

Tendo em vista esse histórico repressivo, é possível identificar alguns marcos vinculados à justiça de transição no México, conforme relacionado a seguir.

- 2001 – Criação da Procuradoria Especial para Movimentos Sociais e Políticos do Passado (Femospp), seguindo a Recomendação 26/2001 da CNDH para o Estado Mexicano sobre a criação de um ministério especial para averiguar os crimes cometidos no período da Guerra Suja.
- 2009 – A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) declarou a responsabilidade do Estado Mexicano sobre o caso Rosendo Radilla Pacheco (Corte IDH, 2009), líder social do município de Atoyac, estado de Guerrero, desaparecido em 1974. Destaca-se a relevância do caso, tendo em vista o reconhecimento pela Corte de que o contexto em que ocorreu o crime era de prática sistemática de violação aos direitos humanos. A sentença do caso Radilla impulsionou a criação de uma área especial na Procuradoria-Geral da Presidência para procedimentos penais especiais reconhecidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Corte IDH.
- 2011 – Reforma constitucional em matéria de direitos humanos, que incorporou ao artigo 1º da Constituição (México, 2016) o princípio de que as normas relativas a direitos humanos devem ser interpretadas em conformidade com a Constituição e com os tratados internacionais sobre a matéria, sempre a favor da proteção às vítimas (Meza, 2012).
- 2011 – Criação da Comissão da Verdade do Estado de Guerrero para investigar as violações aos direitos humanos cometidos durante a Guerra Suja (1969-1979).
- 2013 – Promulgação da Lei Geral de Vítimas, que busca garantir proteção à dignidade e aos direitos humanos, além de reparação

105. Índice global de impunidade – *IGI 2015*, publicado pelo Centro de Estudos sobre Impunidade e Justiça (Ortega; Lara, 2015).

aos danos causados às vítimas da violência, tanto de violações de direitos humanos como de violência proveniente do crime organizado (México, 2013).

- 2014 – Publicação do relatório final da Comissão da Verdade do Estado de Guerrero (Comverdade, 2014).

Apesar das medidas tomadas, a continuidade da violência por meio da guerra ao narcotráfico, a ausência de legislação para punir de modo eficiente as violações aos direitos humanos, a insuficiência de investigações, julgamentos e condenações dos agentes responsáveis pela prática de crimes de lesa-humanidade e o elevado número de vítimas de desaparecimento forçado – ainda mais preocupante considerando-se a fragilidade dos dados oficiais disponíveis – revelam que o México ainda enfrenta uma “verdadeira carência de justiça transicional”, como afirmou Lucía Chávez, da Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (Chávez, 2015).

Feito esse panorama, o objetivo do presente relatório é apresentar os eventos relevantes que marcaram o ano de 2015 no México e que podem vincular-se ao campo da justiça de transição. A principal fonte de pesquisa dos eventos foi o *site* da Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CMDPDH) e outras notícias que ganharam projeção nos jornais de grande circulação. O relatório se organiza segundo os pilares comumente associados à justiça de transição: memória e verdade; justiça; reparação; e reformas institucionais.

Memória e verdade

A maior repercussão no campo da demanda por verdade e não esquecimento tem relação com o caso dos 43 estudantes de Ayotzinapa desaparecidos em setembro de 2014. O governo mexicano sustenta a versão de que os corpos dos estudantes teriam sido incinerados por membros do cartel Guerrero Unidos em um depósito de lixo no município de Cocula, próximo ao local onde desapareceram. No entanto, uma equipe de profissionais denominada Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (Giei) foi designada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos para analisar o caso e tem questionado essa versão dos fatos. No relatório entregue em 6 de setembro, os profissionais argumentaram que não há evidências de que um fogo dessa magnitude tenha ocorrido no local mencionado, nem sinais de que os estudantes tenham sido ali incinerados. O grupo também concluiu que, no dia 26 de setembro de 2014, ocorreu “um ataque massivo” (Nájar; Paullier, 2015), em que foram praticadas seis execuções extrajudiciais e 43 desaparecimentos forçados.

Durante o ano de 2015, os pais dos 43 estudantes persistiram na busca por respostas sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos e anunciaram uma greve de fome (Padres..., 2015) para pressionar autoridades de outros países a se pronunciarem a favor da petição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que solicitava autorização do governo para realizar entrevistas com os militares do 27^o Batalhão de Iguala, município de onde os jovens foram levados durante um confronto entre a polícia e os narcotraficantes. No entanto, a demanda pelas entrevistas não foi autorizada pelo Estado mexicano ou consentida pelo Exército (Expertos..., 2015).

No mês de julho, o governo do México confirmou a descoberta de 60 valas clandestinas durante as buscas dos estudantes desaparecidos. Segundo dados oficiais, a busca resultou na descoberta de 129 corpos. Os trabalhos começaram em outubro de 2014 e, até 13 de julho de 2015, de acordo com comunicado da Procuradoria-Geral, somente 16 dos corpos localizados foram identificados (LLano, 2015; Jade, 2014).

Em 26 de setembro de 2015, em memória ao aniversário de um ano do desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa, milhares de pessoas saíram às ruas para protestar por justiça e não esquecimento do caso. A marcha durou mais de cinco horas e teve como principal objetivo o clamor por justiça. A manifestação foi regada por canções que demonstravam a indignação diante da impunidade e do descaso das autoridades. Após um ano, o caso continua sem resposta oficial concreta.

Outro fato relevante sobre os entraves à recuperação da memória histórica no México foi a imposição de restrições ao acesso a documentos sobre a Guerra Suja. Os arquivos sobre o período tinham sido desclassificados e estavam abertos para consulta pública desde 2002. No entanto, em março de 2015, como resultado de uma reforma na Lei de Arquivos, o Archivo General de la Nación (AGN) limitou o acesso, permitindo apenas o acesso a versões públicas (atestadas) dos documentos (Rosas, 2015).

Justiça

Além das demandas por justiça no Caso Ayotzinapa, outros eventos relevantes ocorreram em 2015. A justiça mexicana condenou pela primeira vez um militar por desaparecimento forçado, em caso julgado no dia 18 de maio. O crime aconteceu em 20 de maio de 2012, no município de Los Herreras, quando a vítima foi privada de sua liberdade por ação de um subtenente do Exército, e continua desaparecida desde então. Além da prisão, o militar foi destituído de seu cargo e proibido de exercer outra função pública por 15 anos (Tribunal..., 2015). A condenação ocorreu no marco do desaparecimento de milhares de pessoas e da impunidade

crônica em torno da investigação, processamento e punição dos crimes de desaparecimento. Contudo, a sentença foi clara em afirmar que os fatos analisados foram “condutas isoladas”, no afã das autoridades de negar o contexto generalizado de desaparecimentos forçados.

Nesse sentido, é importante mencionar que, em fevereiro de 2015, o Comitê Contra o Desaparecimento Forçado da Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu um contexto de desaparecimentos generalizados em grande parte do território mexicano, muitos dos quais podem ser considerados como desaparecimentos forçados (Comitê contra la Desaparición Forzada, 2015). Cabe reiterar que, atualmente, o número oficial registra 27.659 pessoas “sequestradas” ou desaparecidas.¹⁰⁶

Em relação ao tema da tortura, em uma decisão histórica ocorrida no mês de outubro, o Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o Estado mexicano foi responsável por torturas praticadas por integrantes do Exército (CMDPDH, 2015a). O caso diz respeito a torturas cometidas contra quatro homens no estado de Baja Califórnia, em junho de 2009. Organizações defensoras de direitos humanos apresentaram uma denúncia contra o Estado do México em março de 2012, e a ONU, por meio de seu Comitê contra a Tortura, exigiu a adoção de medidas de reparação às vítimas, por terem sido violados artigos da Convenção contra a Tortura, ratificada pelo país. O governo mexicano ficou obrigado também a investigar, processar, julgar e punir as pessoas responsáveis pelas violações cometidas, e deverá enviar ao Comitê, no prazo de 90 dias, informações a respeito das medidas adotadas.

Cerca de 20 dias após a decisão da ONU, a Procuradoria-Geral da República anunciou a criação de uma unidade especializada de investigação para o crime de tortura. A unidade terá competência para dirigir, coordenar e supervisionar as investigações em matéria de crime de tortura quando atribuído a servidores públicos (PGR..., 2015).

O contexto da tortura no México é alarmante. Somente no âmbito federal, no período de 1º de dezembro de 2006 a 31 de dezembro de 2014, foram recebidos na CNDH 104 denúncias e foram emitidas 79 recomendações por tortura. Além disso, foram recebidas 4.404 denúncias relacionadas a tratamento cruel, desumano ou degradante. Na Procuradoria-Geral da

106. Informação do Registro Nacional de Personas Extraviadas o Desaparecidas. O índice corresponde à soma do âmbito federal com o âmbito local. O índice apresenta o total de registros de pessoas relacionadas com averiguações prévias de foro comum que permaneceram sem localização até 31 de outubro de 2015, distribuídas por ano, mais o total de registros de pessoas com averiguações prévias de foro federal iniciadas no período compreendido entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015 e que permaneceram sem localização até 31 de dezembro de 2015.

República¹⁰⁷ foram recebidas 4.055 denúncias relacionadas a atos de tortura, mas só 11 foram judicializadas¹⁰⁸ e apenas 5 sentenças foram proferidas.

Reparação

No que diz respeito ao tema de reparação por delitos cometidos na década de 1990, 21 anos após o episódio e graças à pressão de organizações da sociedade civil e das próprias vítimas, o México assinou um acordo de reparação às vítimas de um caso de tortura em Chiapas, conhecido como Caso Ejido Morelia. Representantes do governo do Estado de Chiapas, da Secretaria de Relações Exteriores e da Secretaria de Governo estiveram no município de San Cristóbal de las Casas para firmar um acordo com as vítimas. O chamado Acuerdo de Cumplimiento faz parte das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e inclui, entre outras, medidas de reparação de dano moral, atenção médica e psicológica e desculpas públicas (CIDH, 1998).

O Caso Ejido Morelia refere-se a fatos ocorridos em 7 de janeiro de 1994, quando agentes do Exército invadiram a comunidade indígena de Morelia, município de Altamirano, no estado de Chiapas, e detiveram vários homens. Três habitantes foram retirados do grupo e conduzidos a uma igreja, onde foram torturados e levados em um veículo. Quatro dias depois, seus corpos foram encontrados em uma estrada a caminho da comunidade (CMDPDH, 2015b).

Reformas institucionais

Desaparecimento forçado e tortura

No dia 27 de abril, o Congresso do Estado de Nuevo León aprovou a Lei de Declaração de Ausência por Desaparição. O documento deve garantir proteção especial às famílias de pessoas desaparecidas que, atualmente, encontram-se em grave estado de vulnerabilidade. Alguns benefícios concedidos pela lei são:

- 1) as famílias de servidores do Estado vítimas de desaparecimento poderão continuar tendo os benefícios da seguridade social; e
- 2) familiares de pessoas desaparecidas poderão realizar trâmites com maior facilidade, tais como registro de nascimento e representações legais, ainda que as autoridades prossigam com as buscas.

107. Representa a procuradoria em nível federal.

108. Solicitações de informação pública à PGR, fólios: 0001700300414, 0001700020615 e 0001700020615.

Em junho, a Comissão Permanente do Congresso aprovou uma reforma constitucional em matéria de desaparecimento forçado e tortura no país. A reforma confere ao Congresso a faculdade de promulgar leis que estabeleçam tipos penais e sanções para os delitos de tortura e de desaparecimento forçado de pessoas (Cámara de Diputados, 2015). A reforma pretende unificar o tipo penal e as sanções correspondentes a esses delitos e delegar competências entre a Federação e entidades federativas. Após reiteradas pressões da ONU e de grupos e organizações da sociedade civil,¹⁰⁹ em dezembro, o presidente Enrique Peña Nieto apresentou ao Congresso dois projetos de lei: um sobre tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante; e outro sobre desaparecimento forçado. Ambos os projetos de lei receberam insumos de organizações e especialistas no assunto. Não obstante, os projetos apresentados não estão de acordo com as normas internacionais no que se refere à proibição da tortura e ao desaparecimento forçado, bem como à proteção contra esses crimes.

Jurisdição militar

Nos dias 13 e 14 de maio, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) publicou duas resoluções no âmbito da supervisão do cumprimento de sentenças proferidas em 2009 e 2010 contra o Estado mexicano. Nas sentenças, a Corte IDH considerou que o Código de Justiça Militar abarcava delitos e bens jurídicos que não eram próprios do âmbito castrense.

Para cumprir as decisões, o Congresso mexicano aprovou reformas ao Código, em 30 de abril de 2014, mas as mudanças foram consideradas insuficientes. A Corte IDH apontou limitações da legislação, que ficaram em evidência a partir do massacre de Tlatlaya, quando a Secretaría de la Defensa Nacional (Sedena) manteve o julgamento de determinados crimes cometidos por militares em foro militar. A manutenção da jurisdição militar nesses casos gera problemas, como a possibilidade de extravio de evidências, de juízos paralelos e de conclusões contrapostas. As resoluções da Corte IDH também reiteram que todo caso de violação a direitos humanos e qualquer delito que afete bens distintos da disciplina militar deverá ser julgado em foro civil (CMDPDH, 2015c).

Militarização da segurança pública

No mês de junho, a CMDPDH solicitou aos países membros do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas que pedissem ao Estado mexicano a investigação e punição de todos os casos de execuções

109. Sobre as reivindicações das famílias e demandas por maior participação e discussão do projeto de lei sobre desaparecimento forçado, ver Ballinas, Becerril e Román (2015).

extrajudiciais que ocorreram no país. De acordo com a declaração da CMDPDH, os níveis de violência são alarmantes: a estratégia de segurança com o uso de força letal no país causou mais de 102 mil homicídios intencionais no período de 2006 a 2012. Cerca de 70 mil desses casos estavam relacionados com o tráfico de drogas. A CMDPDH ressaltou, porém, a importância de se criarem leis e mecanismos para proibir o uso de força letal pelas forças de segurança (CMDPDH, 2015d).

Dados oficiais, obtidos pela CMDPDH confirmaram que o uso de força letal no país é excessivo. Apenas de 13 de janeiro de 2007 a abril de 2014, foram registrados pelo Exército mexicano 3.557 confrontos,¹¹⁰ dos quais resultaram mortos 209 militares, 3.907 agressores e 60 vítimas alheias aos acontecimentos. Feridos, foram 1.184 militares, 1.061 agressores e 213 vítimas alheias aos acontecimentos, além de 3.946 “agressores” presos.¹¹¹

A partir desses números, um estudo sobre o índice de letalidade no México revelou que a letalidade das forças federais mantém-se em níveis altos (Correa; Forné; Rivas, 2015). Segundo os autores, “a morte de mais de 10 ou 15 civis por cada agente de segurança morto em confrontos sugere que a força letal está sendo usada além do necessário”. Para o Exército, “de acordo com dados oficiais, o nível mais elevado do indicador ocorre em 2011 (32.4). Mas desde 2009 até 2013 se supera o nível de alerta de mais de 15 civis mortos para cada membro de força de segurança morto”. O estudo é concluído afirmando que os índices apresentados “alertam sobre o uso excessivo e desproporcional da força letal como possível padrão de comportamento das forças federais”.

Diante desse panorama, pode-se concluir que no México não é possível definir exatamente o que se entende por justiça de transição. Ainda que tenham sido apresentados situações ou casos em que parecem ter havido avanços, as condições que geram violência e violações em nível estrutural se mantêm e se aprofundam, revelando uma política de “simulação”.

No contexto mexicano, no qual predomina a falta de justiça e uma impunidade praticamente endêmica, relacionada por um lado a delitos do passado, mas que, por não receberem respostas e soluções adequadas, suas causas mantiveram-se e tornaram-se crônicas na atualidade, gerando cada vez mais graves violações aos direitos humanos.

110. Solicitação de informação, fólio: 0000700016315.

111. Solicitação de informação, fólio: 0000700003715. O período refere-se até o dia 5 de abril de 2014, visto que a Secretaría de La Defensa Nacional (Sedena) argumenta ser a PGR a responsável por dar continuidade nos casos relacionados a mortos e feridos a partir dessa data.

OS DESAFIOS À JUSTIÇA TRANSICIONAL NO MÉXICO NO PERÍODO DA GUERRA SUJA

Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos México¹¹²

O México não é uma exceção quando se trata de conflitos sociais na América Latina que tenham deixado numerosas vítimas de graves violações de direitos humanos. Neste documento referimo-nos ao período da Guerra Sucia (Guerra Suja) no México. A delimitação territorial será o estado de Guerrero, fazendo-se referência ao município de Atoyac de Álvarez. Quanto ao intervalo temporal ao qual o texto se refere, ele vai dos anos 1960 ao início dos anos 1980.

Após a análise do contexto geral do conflito no intervalo temporal ao qual se faz referência, o trabalho se concentrará nas ações jurídicas que vêm sendo colocadas em prática sobre o tema. Então, serão mencionados alguns desafios atuais que se colocam para o avanço da justiça transicional no tema.

A Guerra Suja no México

A Guerra Suja no México foi um período de conflito armado compreendido entre os anos 1960 e o início dos anos 1980. O que gerou esse conflito no estado de Guerrero e, em particular, no município de Atoyac foi a contradição gerada entre a posse da terra, o controle sobre os produtos nela produzidos e os mecanismos para manter os benefícios da produção após a reforma agrária e as esperanças que ela suscitou na força campesina trabalhadora, com a Revolução Mexicana (1910-1917).

O controle do mercado e dos bancos exercido por alguns poucos senhores produziu um sistema econômico contrário ao interesse da maioria. Nesse sentido, os conflitos de interesses entre os senhores e os campesinos, bem como o apoio dado pelo Estado aos senhores, provocaram a insatisfação da maioria campesina (Femospp, 2006, p. 5). Quando as organizações sociais optaram pelo empoderamento político, os governantes desqualificaram toda proposta de mudança social que delas advinha.

112. Texto traduzido por Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima, em colaboração com a RLAJT.

O Estado qualificou e perseguiu a luta democrática como ato subversivo. Aqueles que buscavam mudanças por meio das vias legais – da gestão, da participação democrática e das lideranças sociais – foram classificados como subversivos e agitadores. Como guerrilheiros, foram perseguidos, mortos, desaparecidos ou presos. Dessa forma, só restou aos movimentos sociais a via da rebelião, provocada pela perseguição do Estado, particularmente por órgãos de segurança pública, especialmente o exército.

Há documentação que comprova que o apoio do Exército foi solicitado de maneira oficial, indicando os motivos dessa solicitação na subversão e na comissão de atos delituosos do Partido de los Pobres, que, segundo as autoridades, estava ideológica, política e militarmente preparado. Assim, afirmou-se ser necessário “empregar as mesmas técnicas que eles, utilizando modos de combate de forma clandestina, que atuem diretamente contra os membros já identificados e localizados para diminuir o moral e materialmente, até a sua total destruição. Para alcançar o objetivo anterior, solicita-se o apoio material e moral de todas as autoridades em todos os níveis” (Corte IDH, 2009, par. 151). Não havia arcabouço jurídico para esse pedido, já que não se acreditava haver uma situação de urgência e gravidade que ameaçasse a segurança do Estado.

Nesse sentido, o período da Guerra Suja deixou várias dívidas em matéria de direitos humanos. Foram documentadas graves e sistemáticas violações de direitos humanos, uma das principais foi o desaparecimento forçado de pessoas (Femospp, 2006; CNDH, 2001; Acnur, 2011).

O desenvolvimento do direito à verdade no plano jurídico

Desde os anos 1990, ações jurídicas têm sido empreendidas tanto nacionalmente quanto internacionalmente para que seja feita a justiça, principalmente para o conhecimento e reconhecimento da verdade sobre o que aconteceu.

As fracas tentativas de aplicação da justiça transicional por parte do Estado foram: em um primeiro momento, a emissão de uma recomendação por parte da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (Escritório do Defensor Nacional); e, posteriormente, a aplicação de diversas reformas legislativas inadequadas ou insuficientes como a criação da Lei Geral de Vítimas e a reforma do Código de Justiça Militar.

Na recomendação mencionada, analisaram-se os desaparecimentos forçados que ocorreram na época da Guerra Suja, sendo 293 no estado de Guerrero (CNDH, 2001). A recomendação foi emitida em 27 de novembro de 2001 e se dirigia ao então presidente da República, Vicente Fox.

Entre outras coisas, recomendou-se o seguinte:

- a) a nomeação de um fiscal especial, que se encarregue da investigação e do processo, se for o caso, dos delitos que podem ter relação com os acontecimentos, sendo que o resultado deve ser levado à consideração das autoridades judiciais.
- b) o estabelecimento de um marco jurídico que garanta o respeito aos direitos humanos, com desempenho em perfeita conformidade com os limites que para o exercício do poder devem ajustar-se as autoridades, sobretudo no que se refere a questões de segurança pública.
- c) evitar, por todos os meios legais, a repetição de fatos como os ocorridos.

A partir dessas recomendações, ocorreram uma série de eventos que delinearam uma intenção de obtenção de justiça. É importante mencionar que isso se deu em um contexto de mudança de partido político na presidência da República.

A investigação dos fatos da Guerra Suja

Em 27 de novembro de 2001, por meio de um acordo presidencial (México, 2001), foi criada a Procuradoria Especial para Movimentos Sociais e Políticos do Passado (Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado – Femosp), que se encarregaria de investigar os fatos relacionados à Guerra Suja (e aos movimentos estudantis que aconteceram na época). Entre outros, o objetivo de sua criação era gerar justiça reconciliatória por meio da memória e do acesso à justiça por parte das vítimas, através do esclarecimento dos fatos e, em particular, daqueles que têm relação com os desaparecidos por motivos políticos.

Após cinco anos de funcionamento, em março de 2007, a Femosp foi extinta. Uma conquista da Femosp foi a elaboração de um relatório histórico-jurídico da época, considerado de caráter reservado pelo Estado, já que ele derivou de investigações penais. As versões públicas do relatório mostram que a Femosp não foi bem-sucedida em esclarecer o destino das pessoas desaparecidas de forma individualizada nem determinar as responsabilidades penais que surgiram desses atos de violação dos direitos humanos. Ela não contou com os testemunhos dos militares ativos à época da Guerra Suja e limitou-se à pesquisa documental nos arquivos da época.

Nesse ponto, é importante mencionar um caso paradigmático da época, o *Radilla Pacheco vs. México*, por meio do qual foi possível rever o contexto da Guerra Suja e as múltiplas violações aos direitos humanos ocorridas. Particularmente, a sentença da Corte Interamericana de

Direitos Humanos (Corte IDH) relativa ao caso, de 23 de novembro de 2009, representou um grande impulso. A Corte IDH impôs uma sentença ao Estado mexicano pelo desaparecimento forçado de Rosendo Radilla Pacheco, ocorrido em 1972, durante o período conhecido como Guerra Suja. A Corte reconheceu que “em 25 de agosto de 1974, efetivos do exército foram responsáveis pelo desaparecimento forçado do senhor Rosendo Radilla Pacheco, durante um contexto de sistemáticos desaparecimentos forçados de pessoas” (Corte IDH, 2013, par. 1).

A Corte IDH ordenou que o Estado mexicano investigasse os fatos que ocorreram com o senhor Radilla Pacheco no contexto da Guerra Suja.

Dessa forma, a investigação sobre os acontecidos da Guerra Suja segue aberta, atualmente na Procuradoria-Geral da República (Procuradoria Nacional). O foco das investigações é o desaparecimento forçado de pessoas executado por membros do Exército mexicano. Contudo, analisando as investigações até o momento, percebe-se que há uma opção por apresentar uma verdade individualizada acerca dos fatos, ainda não existindo a capacidade ou vontade dos operadores de justiça mexicanos de fazer investigações sobre o contexto em si. Além disso, as investigações individuais nem sempre são imparciais e oportunas. Todas essas ausências dificultam o conhecimento da verdade sobre o ocorrido.

Legislação relativa ao desaparecimento forçado e à jurisdição militar

O segundo ponto das recomendações feitas pela CNDH refere-se à adequação legislativa necessária no México perante os atos cruéis da Guerra Suja. É importante mencionar que a Corte IDH também condenou o Estado mexicano por não ter um marco jurídico que permitisse a investigação de atos similares, ou seja, no que se refere à tipificação penal sobre desaparecimento forçado e à jurisdição militar.

Ainda que a recomendação da CNDH date de 2001 e a sentença da Corte IDH de 2009, até o presente, em nenhum estado da República Mexicana existe o reconhecimento adequado do desaparecimento forçado como um crime. Isso permitiu a não investigação adequada e oportuna, até porque não são reconhecidos nem os desaparecimentos forçados da época da Guerra Suja, nem os desaparecimentos atuais.

Foi dado um prazo até 2015 para que o Congresso da União expedisse leis gerais, de aplicação nacional, que estabelecessem os tipos penais e as punições em matéria de desaparecimento forçado de pessoas. Atualmente, o Congresso trabalha na formulação de lei sobre essa matéria. A sociedade civil tem pressionado para que essa lei inclua outros temas,

como: a definição de um tipo penal que estabeleça punições em casos de desaparecimento forçado executado por particulares seguindo padrões internacionais; a determinação de responsabilidade dos superiores hierárquicos em conformidade com o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional; a distribuição de competências entre a Federação e os estados para evitar a perpetuação da impunidade; a obrigação de fazer investigações sobre o contexto ou padrões de violações; entre outros.

Quanto ao tema da jurisdição militar, em quatro casos da Corte IDH contra o México,¹¹³ deixou-se claro que consiste em violação de direitos humanos o julgamento de militares em fóruns militares no caso de terem cometido delitos que constituam violações a direitos humanos. Diante disso, em junho de 2014, foi reformado o Código de Justiça Militar, especialmente o artigo 57, para que delitos que constituam graves violações de direitos humanos sejam de competência da justiça civil.

Contudo, a reforma mencionada não foi satisfatória, já que permite a ingerência dos militares na coleta de evidências quando se trata de outros delitos, permitindo que se rompa com a cadeia de custódia, gerando impunidade nos abusos militares sob a justificativa de intervenção na segurança pública.

Repetição de atos violadores de direitos humanos

A construção da justiça quando se trata de delitos cometidos no passado tem, entre outras, a finalidade de evitar por todos os meios legais que esses fatos possam se repetir.

No caso do México, a falta de justiça, a impunidade persistente e o ocultamento da verdade decorrente dos feitos do passado trazem como consequência não apenas que as violações de direitos humanos ocorridas permaneçam impunes, mas também a ocorrência de novas violações, perpetuando a impunidade.

Isso se deve, entre outros fatores, à falta de medidas legislativas que permitam investigar, processar e punir efetivamente violações de direitos humanos, além das decisões em matéria de segurança como a militarização, a suspensão de garantias a partir do direito penal do inimigo, a política antidrogas, entre outras.

113. Sentenças da Corte Interamericana: i) *Cabrera García y Montiel Flores vs. México*, no qual se condenou o Estado mexicano por permitir atos cruéis, desumanos e degradantes contra dois camponeses ecologistas, cometidos por militares; ii) *Rosendo Cantú e outra vs. México e Fernández Ortega e outros vs. México*, em ambos os casos, o Estado foi condenado por cometer atos de tortura e violência sexual, atribuídos a militares; e iii) *Radilla Pacheco vs. México*, que trata de desaparecimento forçado cometido por militares.

O desafio atual no México, tratando-se de justiça transicional, é obter o reconhecimento de que as cruéis ações do passado constituíram não apenas graves crimes, mas, sim, graves violações aos direitos humanos, além do reconhecimento dos fatos presentes. Isso deve ajudar no esclarecimento da verdade por um lado e, por outro, na realização da justiça.

Nesse sentido, o governo mexicano deve dar a devida dimensão e reconhecer o fenômeno das graves violações de direitos humanos, qualificadas em algumas ocasiões como generalizadas, para que assim se criem mecanismos para afrontá-las e erradicá-las.

Referências

ACNUR – LA AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **El Grupo de Trabajo sobre las desapariciones forzadas o involuntarias concluye su visita a México**. México, D.F., 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2011/7492.pdf?view=1>>.

BALLINAS, Víctor; BECERRIL, Andrea; ROMÁN, José Antonio. Proponen ONG registro nacional de restos mortuorios. **La Jornada**, México, D.F., 3 sept. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/09/03/ong-entregan-al-senado-iniciativa-de-ley-sobre-desaparicion-forzada-6662.html#sthash.cYwWcRoB.dpuf>>.

CÁMARA DE DIPUTADOS. **Nota nº 10.999**. Emite Comisión Permanente aprobación de reforma constitucional en materia de desaparición forzada e involuntaria de personas, tras ser avalada por 19 congresos estatales. Ciudad de México, 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/Comunicacion/Agencia-de-Noticias/2015/Junio/17/10999-Emite-Comision-Permanente-aprobacion-de-reforma-constitucional-en-materia-de-desaparicion-forzada-e-involuntaria-de-personas-tras-ser-avalada-por-19-congresos-estatales>>.

CENTRO DE ESTUDIOS POLÍTICOS Y DE SEGURIDAD NACIONAL. **Recomendación de 2001 de la CNDH sobre desapariciones políticas**. Ciudad de México, 2001. Disponível em: <<http://indicadorpolitico.mx/images/pdfs/documentos/cndh-informe.pdf>>.

CENTRO PRODH– CENTRO DE DERECHOS HUMANOS MIGUEL AGUSTÍN PRO JUÁREZ et al. **Desapariciones forzadas durante la Guerra Sucia em México e impunidad**. Ciudad de México, 31 mayo 2014. Disponível em: <<http://fundar.org.mx/wp-content/uploads/2015/01/Prodh-et-al.pdf>>.

CHÁVEZ, Lucía. ¿Justicia transicional en México? **Blog da Rede**, Brasília, 2 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.rlajt.com/post/26/%C2%BFjusticia-transicional-en-m%C3%A9xico?.html>>.

CIDH – COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Informe nº 48/97**. Caso 11.411. Severiano y Hermelindo Santiz Gómez. “Ejido Morelia”, Ciudad de México, 18 feb. 1998. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/Mexico11.411.htm>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **CMDPDH solicita a Relator de Ejecuciones Extrajudiciales urja al Estado mexicano legislar en uso de la fuerza letal**. Ciudad de México, 23 jun. 2015d. Disponível em: <<http://cmdpdh.org/2014/06/la-tortura-en-mexico-sigue-siendo-una-constante-y-las-victimas-merecen-justicia/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **Desplazamiento interno forzado en México**. Ciudad de México, dic. 2014. Disponível em: <<http://www.cmdpdh.org/publicaciones-pdf/cmdpdh-desplazamiento-web.pdf>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **Fuero militar sigue violando derechos humanos en México: Corte Interamericana**. Ciudad de México, 18 may. 2015c. Disponível em: <<http://cmdpdh.org/2015/05/fuero-militar-sigue-violando-derechos-humanos-en-mexico-corte-interamericana/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **La tortura en México sigue siendo una constante y las víctimas merecen justicia**. Ciudad de México, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://cmdpdh.org/2014/06/la-tortura-en-mexico-sigue-siendo-una-constante-y-las-victimas-merecen-justicia/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **México es condenado por torturas en decisión histórica de la ONU: una gran victoria para las víctimas**. Ciudad de México, 9 oct. 2015. Disponível em: <<http://cmdpdh.org/2015/10/mexico-es-condenado-por-torturas-en-decision-historica-de-la-onu-una-gran-victoria-para-las-victimas-2/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **México se compromete a reparar a víctimas en Chiapas tras 21 años buscando justicia**. Ciudad de México, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://cmdpdh.org/2015/11/mexico-se-compromete-a-reparar-a-victimas-en-chiapas-tras-21-anos-buscando-justicia/>>.

CNDH – COMISSIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. **Recomendación de 2001 de la CNDH sobre desapariciones políticas.** Ciudad de México, nov. 2001. Disponível em: <<http://indicadorpolitico.mx/images/pdfs/documentos/cndh-informe.pdf>>.

COMITÉ CONTRA LA DESAPARICIÓN FORZADA. **Observaciones finales sobre el informe presentado por México en virtud del artículo 29, párrafo 1, de la Convención.** Geneva, feb. 2015. Version avanzada no editada. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CED/Shared%20Documents/MEX/INT_CED_COB_MEX_19564_S.pdf>.

COMVERDAD – COMISIÓN DE LA VERDAD DEL ESTADO DE GUERRERO. **Informe final de actividades.** Chilpancingo de los Bravo, 15 oct. 2014. Disponível em: <<http://www.almomento.mx/images/InformeFinalCOMVERDAD.pdf>>.

CORREA, Catalina Pérez; FORNÉ, Carlos Silva; RIVAS, Rodrigo Gutiérrez. Índice de letalidad. Menos enfrentamientos, más opacidade. **Nexos**, México, D.F., 1 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=25468>>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Radilla Pacheco vs. Estados Unidos Mexicanos.** Sentencia de 23 de noviembre de 2009 (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). San José, 23 nov. 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_209_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** Caso Radilla Pacheco vs. México. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. San José, 14 mayo 2013. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/radillapacheco_14_05_13.pdf>.

DOYLE, Kate. **Informe documenta sobre 18 años de “Guerra Sucia” en México.** Washington: National Security Archive, 26 feb. 2006a. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/index2.htm>>.

DOYLE, Kate. El movimiento estudiantil de 1968. In: _____. **Informe documenta sobre 18 años de “Guerra Sucia” en México.** Washington: National Security Archive, 26 feb. 2006b. Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/030_Movimiento%20de%201968.pdf>.

DOYLE, Kate. Los muertos de Tlatelolco. Usanda los archivos para exhumar el passado. Washington: National Security Archive, 1º oct. 2006c. (National Security Archive Electronic Briefing Book, n. 201). Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB201/index2.htm>>.

DOYLE, Kate. **Official report released on Mexico’s “Dirty War”**. Government acknowledges responsibility for massacres, torture, disappearances and genocide. Washington: National Security Archive, 21 nov. 2006d. (National Security Archive Electronic Briefing Book, n. 209). Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB209/>>.

EXPERTOS de la CIDH no podrán entrevistar a militares sobre caso de los 43: el Ejército. **Sin Embargo**, Ciudad de México, 12 sept. 2015. Disponível em: <<http://www.sinembargo.mx/12-09-2015/1483811>>.

INSYDE – INSTITUTO PARA LA SEGURIDAD Y LA DEMOCRACIA; CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS; CCDH – COMISIÓN CIUDADANA DE DERECHOS HUMANOS DEL NOROESTE. **Informe sobre el estado del marco normativo y la práctica de la tortura en México**. Ciudad de México, 29 de abril de 2014. Disponível em: <<http://insyde.org.mx/wp-content/uploads/2014/05/Informe-sobre-tortura-Relator-ONU-Abril-2014-.pdf>>.

FEMOSPP – FISCALÍA ESPECIAL PARA MOVIMIENTOS SOCIALES Y POLÍTICOS DEL PASADO. La Guerra Sucia en Guerrero. In: _____. **Informe histórico a la sociedad mexicana**: 2006. México, D.F., 2006. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/index2.htm>>.

JADE, Líria. Entenda o caso dos 43 estudantes mexicanos desaparecidos em Iguala. **EBC Internacional**, Brasília, 17 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/11/entenda-o-caso-dos-43-estudantes-mexicanos-desaparecidos>>.

LA GUERRA que se gana perdendo. **Regeneración**, Ciudad de México, 14 mayo, 2014. Disponível em: <<http://regeneracion.mx/la-guerra-que-se-gana-perdiendo/>>.

LA TORTURA aumentó 500% con Calderón, dice la CNDH; en 2005 hubo una queja; en 2012 subió a 2,126. **Sin Embargo**, Ciudad de México, 26 junio 2013. Disponível em: <<http://www.sinembargo.mx/26-06-2013/666627>>.

LEAL, Leticia Ramírez de Alba. Índice de víctimas visibles e invisibles de delitos graves. Ciudad de México: México Evalúa, agosto, 2011. Disponível em: <http://www.mexicoevalua.org/wp-content/uploads/2013/02/MEX-EVA_INDIX-IVVI_LOW.pdf>.

LLANO, Pablo de. El rastreo de los 43 revela a Iguala como un campo de fosas comunes. **El País**, Ciudad de México, 27 jul. 2015. On-line. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/07/27/actualidad/1438025968_745132.html>.

MÁS DE 121 mil muertos, el saldo de la narco guerra de Calderón: Inegi. **Proceso**, Ciudad de México, 30 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/348816/mas-de-121-mil-muertos-el-saldo-de-la-narco-guerra-de-calderon-inegi>>.

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. México, D.F., [5 feb. 1917] 27 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/htm/1.htm>>.

MÉXICO. **Ley General de Víctimas**. México, D.F., 2013. Disponível em: <http://www.inacipe.gob.mx/stories/publicaciones/mas_colecciones/coediciones/Ley.General.pdf>.

MÉXICO. Secretaría de Gobernación. Acuerdo por el que se disponen diversas medidas para la procuración de justicia por delitos cometidos contra personas vinculadas con movimientos sociales y políticos del pasado. **Diário Oficial da Federação**, Ciudad de México, 27 nov. 2001. Disponível em: <http://www.agn.gob.mx/pt/marco/Acu_medidas.pdf>.

MEZA, Juan N. Silva. El impacto de la reforma constitucional en materia de derechos humanos en la labor jurisdiccional en México. **Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano**, Bogotá, ano XVIII, p. 151-172, 2012.

<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/dconstla/cont/2012/pr/pr10.pdf>

NÁJAR, Alberto; PAULLIER, Juan. México: informe de expertos desmiente la versión oficial de que los estudiantes de Ayotzinapa fueron incinerados. **BBC**, Ciudad de México, 6 sept. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/09/150906_mexico_informe_expertos_giei_cidh_estudiantes_ayotzinapa_jp>.

ORTEGA, Juan Antonio Le Clercq; LARA, Gerardo Rodríguez Sánchez. **Índice Global de Impunidad** – IGI 2015. Puebla: Fundación Universidad de las Américas Puebla, 2015. Disponível em: <http://udlap.mx/cesij/files/IGI_2015_digital.pdf>.

PADRES de estudiantes desaparecidos en México anuncian huelga de hambre. **Economía Hoy**, Madrid, 9 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.economiahoy.mx/sociedad-eAm-mexico/noticias/6927958/08/15/Padres-de-estudiantes-desaparecidos-en-Mexico-anuncian-huelga-de-hambre.html#.Kku8GG2NFoQHoLh>>.

PGR creará fiscalía para investigar tortura. **Política en Red**, Córdoba, 28 oct. 2015. Disponível em: <<http://www.enlacecordoba.com/noticias-nacionales/27069-pgr-creara-fiscalia-para-investigar-tortura#>>.

QUEZADA, Sérgio Aguayo; RANGEL, Javier Treviño. Fox y el pasado. La anatomía de una capitulación. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. XLVII, n. 4, p. 709-739, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/av4fzx>>.

ROSAS, Edgar. Ley General de Archivos clasifica “confidenciales” documentos hasta por 70 años; historia contemporánea queda en un vacío. **Revolución Trespuntocero**, Ciudad de México, 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/9Dmyjj>>.

SERVÍN, Fernando Camacho. En México la práctica de la tortura va en aumento, señalan ONG a relator de la ONU. **La Jornada**, Ciudad de México, 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2014/04/23/politica/013n1pol>>.

TRIBUNAL civil condena a militar por desaparición forzada en México. **America Economía**, Santiago de Chile, 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/tribunal-civil-condena-militar-por-desaparicion-forzada-en-mexico>>.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. O movimento estudantil de 1968 na Cidade do México visto através da fotografia. **Clio** –Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 26, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/55/50>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

Esther Serruya Weyl e Maria Pia Guerra
Secretaria da RLAJT¹¹⁴

Histórico

A história do Peru no século XX esteve marcada por disputas políticas, transições entre ditaduras e democracia e processos de violência armada. Os últimos 20 anos do século, que incluem uma década de governo autoritário, são de especial relevância para os debates atuais de justiça de transição. Entre 1980 e 2000, a ação de organizações armadas, como o Partido Comunista do Peru Sendero Luminoso (PCP-SL), e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), assim como a política contrasubversiva das Forças Armadas, produziram cerca de 70 mil pessoas mortas ou desaparecidas (CVR, 2003).

Como demonstra a Comissão da Verdade e Reconciliação, que investigou esses fatos entre 2001 e 2003 (CVR, 2003), o conflito armado foi mais intenso nas zonas rurais e pauperizadas do Peru: estima-se que 79% das vítimas viviam em áreas rurais, e que 68% delas se encontravam abaixo da média nacional de grau de escolaridade.¹¹⁵ Segundo a investigação da CVR, o PCP-SL, que incorreu em atos de terrorismo e outras formas de ataque contra a população, foi responsável por cerca de 54% das vítimas fatais do conflito.

Em sua primeira década, o conflito armado se desenrolou sob governos democráticos. Na década seguinte, instalou-se um governo autoritário pelo golpe de Estado de Alberto Fujimori, que havia sido eleito em 1990. Fujimori fechou o Congresso e convocou eleições para um novo parlamento. Uma nova Constituição foi promulgada no ano de 1993, e o Poder Judiciário também sofreu intervenções.

Em 1992 foi capturado o líder e fundador do Sendero Luminoso e, com isso, a organização foi desmantelada rapidamente. Fujimori se

114. O texto contou com revisão e contribuições do Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú – Peru.

115. Dados do *Mapa da violência*, disponível no site do Consejo de Reparaciones: <http://www.ruv.gob.pe/mapa_afectacion.html>.

reeleceu em 1995 e 2000. Não obstante, sob graves denúncias de corrupção, Fujimori fugiu do país e renunciou, com o que se iniciou uma transição para a democracia.

Durante o governo de Fujimori, em 1995, foi aprovada uma Lei de Anistia, que abarcava crimes cometidos tanto por membros do governo e grupos militares quanto por membros das organizações armadas “subversivas” ou “terroristas”. Durante a vigência dessa lei, que foi revogada em 2001,¹¹⁶ os tribunais foram instruídos a anistiar pessoas já denunciadas e condenadas, o que significou um grave retrocesso para a defesa dos direitos humanos no Peru. Em reação à impunidade permitida pela Lei de Anistia, vítimas e familiares recorreram a tribunais internacionais de direitos humanos.

Ainda em 1995, o caso Barrios Altos foi apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O caso se refere ao massacre perpetrado na região de Barrios Altos, no centro de Lima, em 1991 (Corte IDH, 2001). Quinze pessoas foram executadas extrajudicialmente por agentes do Estado organizados em um esquadrão da morte denominado “Destacamento Colina”. A sentença da Corte IDH, proferida em 2001, declarou que a Lei de Anistia não demonstrava coerência em relação aos acordos de direitos humanos assinados pelo Peru, visto que impedia as necessárias investigações e as garantias judiciais. A decisão condenava o Estado peruano a reparar as vítimas sobreviventes e os familiares dos assassinados, reconhecer sua culpa publicamente, pedir perdão ao povo peruano, erguer um monumento para preservar a memória do ocorrido e garantir a não repetição. No mesmo ano, o governo assumiu a culpa, aceitou pagar o valor da reparação e revogou a Lei de Anistia. Em 2012, no entanto, a Corte IDH publicou um documento de fiscalização da sentença e constatou que o governo peruano não havia seguido todas as recomendações, a exemplo da construção de um espaço de memória das vítimas e da continuidade dos pagamentos (Corte IDH, 2012).

No segundo mandato de Alberto Fujimori, acumularam-se graves casos de corrupção e violações de direitos humanos. Com a queda do seu governo (La Rosa, 2014), Fujimori se refugiou no Japão. Depois viajou para o Chile, onde foi detido a pedido do governo peruano. Depois de um longo processo de extradição, Fujimori foi entregue à Justiça do Peru, onde, em 2009, foi condenado pela Suprema Corte a 25 anos de prisão – tempo máximo pelas leis peruanas – por graves delitos contra os direitos humanos (Alberto, 2009).

116. Para saber mais sobre a Lei de Anistia e a impunidade, ver CNDDHH (1995).

Em 2001 foi instaurada a Comissão da Verdade e Reconciliação (CRV), que trabalhou até agosto de 2003. A CRV foi encarregada de investigar crimes e violações de direitos humanos que ocorreram no país entre o início da violência armada, em 1980, e o final do governo de Fujimori. O relatório final, publicado em 2003, traz dados essenciais para entender o panorama do país entre 1980 e 2000, além de trazer recomendações sobre justiça de transição para o governo peruano.

A CRV, em especial seu eixo de reparações, foi de grande importância para as vítimas do conflito. A comissão recomendou ao governo peruano a criação de um Plano Integral de Reparaciones. O governo respondeu a essa recomendação criando, por meio da Lei nº 28.592/1995 (Peru, 2005), um plano de reparações e encarregando uma entidade, o Conselho de Reparaciones, da elaboração de um registro único de vítimas. O registro de vítimas inclui as vítimas diretas e indiretas, individuais e coletivas do conflito. De acordo com os dados de 2014, 176.359 pessoas tinham sido registradas (RLJAT, 2015).

O presente relatório foi elaborado com base em seleção de notícias do ano de 2015 relevantes para os quatro pilares da justiça transicional; justiça; reparação; memória e verdade e reformas institucionais. Foram selecionadas notícias de jornais peruanos e estrangeiros. Para a formulação da parte teórica, foram utilizados artigos e relatórios sobre Justiça de Transição no Peru.

Justiça

Em janeiro de 2015, o Tribunal Constitucional do Peru publicou a decisão em que ratificou a condenação de Alberto Fujimori por crimes contra a humanidade. Na decisão, foi confirmada a condenação a 25 anos de prisão imposta em 2009.

Ainda em janeiro, a Quarta Sala Penal Liquidadora condenou o ex-ditador a oito anos de prisão por desviar recursos das Forças Armadas para o Serviço de Inteligência Nacional (SIN), com o intuito de comprar o apoio de jornais para sua reeleição em 2000. O ex-presidente, que recorreu logo após a divulgação da sentença, foi condenado a reparar o governo no valor de 3 milhões de soles (aproximadamente US\$ 850 mil).

As diversas sentenças contra Alberto Fujimori tiveram valor simbólico para o país e para a América Latina, pois, pela primeira vez, um ex-presidente foi condenado no continente americano por crimes contra a humanidade. De acordo com Jo-Marie Burt (2011, p. 307), essas

condenações, assim como outras sucessivas no continente americano,¹¹⁷ demonstraram que a impunidade institucionalizada na América Latina tem passado por um período de mudanças que abriu espaço à renovação de esforços para processar os responsáveis de graves violações de direitos humanos.¹¹⁸

Em novembro de 2015, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Peru pelo Caso Santa Bárbara, relativo ao desaparecimento forçado de 15 pessoas na região de Huancavelica em 1991. A corte ordenou ao país julgar e sancionar os responsáveis pelas violações mencionadas. O governo peruano não fez nenhum anúncio oficial sobre a decisão da Corte IDH. O caso havia sido denunciado à Comissão Interamericana em 1991, e esta o apresentou à Corte em julho de 2003 (Fowks, 2015).

Em setembro de 2015, iniciou-se o julgamento de Francisco Morales Bermúdez, que foi presidente durante a segunda fase (1975-1980) da ditadura, a qual durou de 1968 a 1980. Ele é acusado de sequestrar e deportar, em 1978, 13 pessoas que se opunham a seu regime político. Outros dois ministros do antigo governo de Morales Bermúdez estão sendo acusados pelo mesmo crime (Plan..., 2015). Além disso, em um processo iniciado em fevereiro de 2015, perante o Tribunal de Roma, na Itália, juntamente com outros 31 militares latino-americanos, entre ex-membros das Forças Armadas do Peru, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai, Bermúdez está sendo acusado de assassinar 22 italianos durante a Operação Condor.

Reformas institucionais

A atual Constituição peruana foi promulgada e submetida a referendo em 1993 sob o governo do ex-ditador, Alberto Fujimori, em 1993. Por duas vezes, o Tribunal Constitucional do Peru tratou do tema, a primeira vez em 2002 e, depois, em 2003, afirmando a legitimidade da constituição a despeito de sua origem polêmica.

Com relação a reformas institucionais vinculadas às recomendações da Comissão da Verdade e Reconciliação, estas têm sido praticamente nulas. Alguns esforços oficiais têm sido empreendidos visando introduzir a prática de memória da violência no ensino escolar, mas sem muitos avanços.

117. Em 2010, o ex-presidente uruguaio, Juan Bordaberry foi preso por violar a ordem constitucional uruguaia e por uma série de assassinatos e desaparecimentos forçados que ocorreram durante seu governo.

118. Esses esforços para alcançar o fim da impunidade no país, no entanto, sofreram diversos retrocessos. Durante o segundo governo de Alan García (2007-2011), as denúncias recebidas pelo Ministério Público passaram a ser arquivadas por falta de provas, e menos de 2% de todas as denúncias chegaram a julgamento, sendo que vários casos terminaram em absolvição (Burt, 2011, p. 330).

Reparação

A reparação é pilar essencial para a justiça de transição. No caso peruano, embora o sistema de reparação nacional tenha sido criado pouco depois do trabalho da CVR, muitas das vítimas do conflito peruano continuam sem ter recebido compensação ou qualquer satisfação pela violação de seus direitos.

Em 2015, as reclamações continuaram por parte de organizações de vítimas e de organizações de direitos humanos, visando à melhora do plano de reparações em alguns aspectos-chave: reabertura do registro de vítimas para receber reparações econômicas; revisão do montante das reparações econômicas fixado em 10 mil soles (aproximadamente US\$ 3 mil); e fortalecimento da dimensão simbólica das ações de reparação.

Em 2015, decidiu-se criar uma política de reparação para as vítimas de um dos mais atrozes crimes do governo de Fujimori: a esterilização forçada de mulheres no Programa Nacional de Planejamento Familiar, desenvolvido entre 1996 e 2000. Estima-se que 314 mil mulheres (CVR, 2003), em sua grande maioria campesinas e pobres, tenham sido esterilizadas em 19 regiões do Peru durante esse período. Muitas delas sofreram intervenções cirúrgicas contra sua vontade ou sob coerção de agentes de Saúde do Estado.

Desde a década de 2000, grupos como o Para que no se Repita, Anistia Internacional e o Movimiento Amplo de Mujeres (MAMLF, 2008) pediam reconhecimento oficial e reparação financeira e moral pelo ocorrido. Em novembro de 2015, o governo anunciou a criação de um Registro de Vítimas de Esterilização Forçada. No anúncio, assumiu a responsabilidade política e moral do Estado de reparar os danos causados pelo programa de planejamento familiar e sustentou ser este o marco jurídico necessário para garantir assistência legal gratuita, atenção à saúde e atendimento psicológico às vítimas (Esterilizaciones..., 2015). A medida tem peso simbólico relevante, pois, até então, a responsabilidade estatal só havia sido assumida em casos individuais, como o de Mamerita Mestanza, levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ainda no governo de Fujimori.¹¹⁹ Entretanto, ainda não foram dadas maiores explicações sobre como serão realizados os atendimentos e as reparações.

119. Mamerita Mestanza foi uma mulher peruana que morreu devido a complicações de uma esterilização forçada em 1998. O governo peruano nunca condenou os médicos responsáveis, de tal maneira que o marido de Mamerita levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1999 (Cladem, s.d.).

Verdade e memória

A contínua busca pela verdade e pela memória tem um papel essencial na reconstrução de uma sociedade que, como a peruana, passou por graves violações de direitos humanos (IDEHPUCP; KAS, 2010). Iniciativa fundamental, aqui, é a busca pelos desaparecidos dos conflitos armados. Como constata Felix Reátegui, no relatório *Desaparición forzada y derechos de la víctimas: la respuesta humanitaria a las demandas de verdad, justicia y reparación en el Perú* (Idehpucp; KAS, 2012), existe uma crescente tendência em processos de justiça transicional de valorizar a busca por pessoas desaparecidas.

As iniciativas do Estado peruano, no entanto, ainda são insuficientes. Em que pese, de acordo com dados oficiais, existirem mais de 15.731 pessoas desaparecidas entre os anos de 1980 e 2000, inexistente política governamental destinada à busca por restos mortais, o que tem forçado os familiares a buscar por seus próprios meios (Pighi, 2015). Contra essa situação, organizações de direitos humanos e justiça de transição têm reclamado a ampliação das políticas de memória e verdade para as violações de direitos humanos (Febres, 2015).

Em 2015, ocorreram exumações importantes, como a de 34 corpos de crianças e adultos na província de Ayacucho. Segundo a Promotoria peruana, o caso trata de vítimas de um ataque da organização Sendero Luminoso realizado em 10 de outubro de 1992 (Exhumación, 2015).

No mesmo ano, foram iniciados os trabalhos de implementação da exposição permanente intitulada “Lugar de la Memoria, la tolerancia y la Inclusión Social”, projeto concebido inicialmente para recordar as vítimas do terrorismo e os conflitos armados que ocorreram entre 1980 e 2000.¹²⁰ O projeto devia abrigar a mostra fotográfica da CVR denominada “Yuyaynapaq. Para recordar”. No entanto, decidiu-se não incluir essa exposição.

Também em 2015, ocorreu a inscrição do Registro Único de Vítimas no Registro Peruano Memória do Mundo da UNESCO. Assim, os documentos da Comissão da Verdade e Reparação passam a fazer parte do Patrimônio Documental da Nação.

120. Para saber mais sobre a criação do museu, ver: <<http://lum.cultura.pe/el-lum/historia>>.

A BUSCA PELAS PESSOAS DESPARECIDAS DURANTE O CONFLITO ARMADO INTERNO PERUANO E AS NECESSIDADES DE SEUS FAMILIARES

Mario R. Cépeda Cáceres¹²¹

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú
Peru¹²²

O desaparecimento forçado de pessoas foi um dos tipos de crimes contra a humanidade documentados pela Comissão de Verdade e Reconciliação em seu *Relatório final* publicado em 2003. Até o momento não há uma cifra definitiva do número total de pessoas desaparecidas no contexto do conflito armado interno (1980-2000). Não obstante, esse obstáculo de ordem quantitativa não impossibilita a abordagem nem a análise do problema (Idehpucp; KAS, 2012, p. 37). Em termos gerais, a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) pôde colher a identidade – com nomes e sobrenomes – de 22.507 pessoas mortas e desaparecidas nos 20 anos de conflito e levantar um total de 4.664 locais de enterro clandestino a nível nacional – número que tem crescido ao longo dos últimos 12 anos de concluído o mandato da CVR. Em 2012, a base de dados do Instituto de Medicina Legal já reportava 16.731 pessoas desaparecidas em todo o país (Peru, 2012), tendo recuperado pouco mais de 2 mil corpos, identificado aproximadamente 1 mil destes e restituído cerca de 920 dos mesmos. Esse quadro é referido no relatório *Desaparición forzada y derechos de las víctimas* da seguinte forma:

Podemos qualificar essa situação como uma catástrofe humanitária. Há quem enfatize que o conceito de catástrofe humana é em si mesmo contraditório; pois, segundo a Real Academia Espanhola, a *catástrofe* significa “sucesso infausto que altera gravemente a ordem regular das coisas” e *humanitário* é aquele “que visa ou se refere ao bem do gênero humano”. A contradição radica em que ao empregar a expressão *catástrofe humanitária*

121. Licenciado em antropologia pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP); atualmente é pesquisador no Instituto de Democracia e Direitos Humanos da mesma casa de estudos (IDEHPUCP), pré-docente do Departamento de Ciências Sociais da PUCP e membro do Grupo Interdisciplinar sobre Memória e Democracia.

122. Texto traduzido por Mateus Paula Leite Paz, em colaboração com a RLAJT.

estariamos dizendo que um sucesso infausto produziu o bem do gênero humano. Mas há outra acepção de *humanitário*, que é a que nos interessa aqui: “que tem como finalidade aliviar os efeitos que causam a guerra ou outras calamidades nas pessoas que sofrem”. Poderíamos falar então de *ação humanitária*. Aqui vamos entender por *catástrofe humanitária* um sucesso infausto que requer uma ação humanitária (IDEHPUCP; KAS, 2012, p. 39).

Nesse sentido, está-se diante de uma verdadeira tragédia, que tem amplas repercussões na vida da sociedade peruana e suas formas de resiliência – incluídas as do Estado. Até aqui, foi possível verificar que o problema das pessoas desaparecidas não se limita a seus familiares ou aos envolvidos, mas, sim, por sua magnitude presumível, implica um trabalho da sociedade liderada pelas autoridades estatais.

Atualmente, o Estado – através do Ministério Público e do Poder Judicial, em seus distintos níveis de coordenação, com apoio, muitas vezes, de organizações da sociedade civil – tem avançado na busca por pessoas desaparecidas. Contudo, essa resposta tem sido lenta e limitada. O processo pelo qual um familiar chega à restituição do corpo implica uma série de passos, que demandam tempo, esforço e dinheiro. O Estado tem implementado mecanismos judiciais-penais, assim, a única forma pela qual uma pessoa pode recuperar o corpo de seu familiar é por meio de uma denúncia ao Ministério Público. Outro aspecto a considerar é a carga simbólica implicada, para as famílias, testemunhas e demais envolvidos no processo penal; assim, diante da relutância ou hesitação de alguns, não resta maior alternativa para seguir avançando na busca. Existe, então, uma defasagem entre o enfoque penal e o humanitário – entendido na definição ampla apresentada linhas acima – que não é capaz de responder às expectativas e necessidades dos familiares; a busca de um familiar desaparecido tem sido subsumida à busca por um culpado pela desapareição.

Lamentavelmente, a resposta do Estado não só se vê limitada pela incompatibilidade aparente do enfoque penal e do humanitário, esta também dificulta a existência de uma política pública clara a respeito do tema, um claro exemplo disso são as distintas formas pelas quais se categoriza uma pessoa desaparecida no Instituto de Medicina Legal e no Registro Único

de Vítimas elaborado pelo Conselho de Reparações.¹²³ Ainda que se deva reconhecer os esforços da Equipe Forense Especializada pertencente ao Instituto de Medicina Legal, estes são limitados em relação à magnitude do problema.

A lentidão dos processos é outra característica a se considerar, própria do sistema de justiça peruano. A judicialização de um caso por parte das vítimas ou organizações da sociedade civil produz uma série de problemas e incertezas difíceis de se superar. Por um lado, o custo monetário e o esforço – já mencionado – dificultam que todos os casos possam ser judicializados de maneira rápida e efetiva. Igualmente, as investigações fiscais e judiciais tomam muito tempo ante a ampla carga processual dos casos julgados. Tudo isso, emoldurado por uma série de expectativas – ilusões e desilusões – alimentadas por parte dos familiares, que esperam alguma resposta oficial das autoridades, quebrando o processo de reparação social – afundando em problemas psicológicos causados pela violência, pela perda da estrutura familiar e pelo processo truncado do duelo (com a carga social e cultural que este implica como ritual de passagem que busca curar as feridas e vazios deixados pela pessoa que não está mais).

Diante desse panorama, é necessário pensar em uma política integral de busca de pessoas desaparecidas. O desaparecimento, como já mencionado, rompe de maneira arbitrária com o ciclo social – está aí seu sentido de catástrofe – e fere não só a vítima direta, mas, de maneira estendida, toda sua família e, em última instância, toda a comunidade social. Em face de atos extremos como o desaparecimento e a violência, os processos rituais e simbólicos pelos quais se processa a perda rompem-se, e as pessoas não conseguem assumi-la nem estabelecer processos de resiliência. O desaparecimento danifica o tecido social, sendo um feito que deve ser reparado a partir de uma perspectiva multifocal e interdisciplinar.

Partindo de propostas elaboradas pela sociedade civil e organizações de ajuda humanitária como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha

123. Regulamento de inscrição no Registro Único de Vítimas da Violência a Cargo do Conselho de Reparações: “Para efeitos do presente regulamento, se entende por ‘desaparecimento forçado’ a privação de liberdade de uma pessoa, qualquer que seja sua forma, que possa ser atribuível a membros de organizações subversivas ou a agentes do Estado, seguida pela falta de informação ou a negativa a reconhecer a privação de liberdade ou de informar sobre o paradeiro da pessoa, de modo que tal ausência de informação ou negativa impeça o exercício dos recursos legais ou mecanismos processuais pertinentes, sempre e quando tal condição persista na atualidade. Também estão compreendidas dentro desta definição os desaparecimentos forçados a respeito dos quais, de uma ou outra forma, exista certeza da morte da vítima, ainda que não tenham sido encontrados ou identificados seus restos.” Assim, pessoas cuja identidade não pode ser estabelecida com nomes e sobrenomes não são incluídas nessa categoria, apesar de que possa existir presunção sobre sua detenção.

(por meio de sua Delegação Regional para Peru, Equador e Bolívia na campanha denominada “Reune”), a política para a busca de pessoas desaparecidas deve integrar distintas entidades do Estado em múltiplos níveis, e sua supervisão deve ficar a cargo de uma autoridade especializada, que permita o trabalho conjunto com enfoques transversais. A busca pelas pessoas desaparecidas não precisa estar sempre ligada à busca por um culpado; o conhecimento da verdade deve ser independente do processo penal, pois se refere a dois âmbitos distintos da justiça: a reparação e a reconciliação. Faz-se necessário, assim, implementar uma política pública com enfoque humanitário, que reconheça a necessidade dos familiares de ir para além do campo judicial. A busca por desaparecidos, assim como a satisfação das necessidades dos familiares, deve partir do reconhecimento desse tipo de delito como uma violação de direitos humanos múltipla e cujo remédio implica uma resposta multivariável. O desaparecimento forçado é uma violação de direitos humanos que, diferentemente das outras, requer não só justiça (entendida como um processo judicial-penal) ou reparação (em suas múltiplas formas), mas também verdade e acompanhamento aos que seguirão buscando. Nesse sentido, o trabalho psicossocial resulta importantíssimo.

Outro enfoque que se deve implementar de maneira transversal à política de busca por desaparecidos é o da interculturalidade. O enfoque intercultural permitirá analisar as necessidades dos familiares a partir de uma perspectiva ampla e formular respostas a cada uma delas. É importante manter uma perspectiva intercultural, pois ao tratar com uma população tão diversa como a dos Andes ou a da Amazônia, os mecanismos de luta, assim como as expectativas em relação ao Estado, se modificam. São distintos padrões de relação com o passado recente, com o ser vítima e com a luta; as formas pelas quais se processam os desaparecimentos variam de lugar para lugar e de cultura para cultura. Assim, o Estado está convocado a reconhecer e responder a essas necessidades de maneira pontual e a reparar o dano causado. Tende-se a pensar que a restituição de corpos é a meta pela qual lutam os familiares, sendo o único mecanismo de satisfação das necessidades; no entanto, em lugares como a Amazônia, as formas de viver a luta são diferentes, e as restituições de corpos não têm o mesmo valor, seja por outros padrões culturais ou por impossibilidades técnicas em relação aos meios. Por isso, é vital que a política pública responda de maneira diferenciada às verdadeiras necessidades dos familiares e inclua uma visão ampla do problema público.

A política pública deve ser capaz de colocar o Estado – em seus três poderes – em diálogo com os familiares e as organizações da sociedade civil. Partindo da magnitude do problema e da profunda violação aos

direitos humanos que este implica, as buscas por desaparecidos podem representar uma oportunidade para, por um lado, responder às demandas sociais da população e, por outro, liberar a carga judicial, na medida em que uma pessoa desaparecida não teria que significar, sempre, um culpado processado.

Referências

ALBERTO Fujimori, condenado a 25 años de cárcel por delitos contra los derechos humanos. **El País**, Lima, 7 abr. 2009. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2009/04/07/actualidad/1239055212_850215.html>.

BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: procesos judiciales pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: MJ; Nova Iorque: ICT, 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>.

CLADEM – COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. **Caso Mamerita Mestanza, Perú** (esterilização forçada). Lima, [s.d.].

CNDDHH – COORDINADORA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. **Informe ante la CIDH: Ley de Amnistía y otros aspectos de la situación de DDHH en el Perú**. Lima, 1995. Disponível em: <<http://www.derechos.net/cnddhh/iachr1.htm>>.

CONSEJO DE REPARACIONES. **Mapa de violencia**. Miraflores, 2015. Disponível em: <http://www.ruv.gob.pe/mapa_afectacion.html>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso **Caso Barrios Altos vs. Perú**. Sentencia de 14 de marzo de 2001 (Fondo). San José, 14 mar. 2001a. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_75_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Supervisión de cumplimiento de sentencia. In: _____. **Ficha técnica: Barrios Altos vs Perú**. San José, 7 sept. 2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia/ficha.cfm?nId_Ficha=267&lang=es>.

CVR – COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Conclusiones generales. In: _____. **Informe final**. Lima: CVR, 2003. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/pdf/TOMO%20VIII/CONCLUSIONES%20GENERALES.pdf>>.

ESTERILIZACIONES: Es imprescindible individualizar responsabilidades. **Panorama Cajamarquino**, Lima, 16 nov. 2015. Disponible em: <<http://www.panoramacajamarquino.com/noticia/esterilizaciones-es-imprescindible-individualizar-responsabilidades/>>.

EXHUMACIÓN en Ayacucho: recuperan restos de 34 niños y adultos. **El Comercio**, Lima, 30 oct. 2015. Disponible em: <<http://elcomercio.pe/peru/ayacucho/exhumacion-ayacucho-recuperan-restos-34-ninos-y-adultos-noticia-1852355>>.

FEBRES, Salomón Lerner. La Reconciliación: Memoria, justicia y verdad. **La República**, Lima, 4 sept. 2015. Disponible em: <<http://larepublica.pe/imprensa/opinion/700879-la-reconciliacion-memoria-justicia-y-verdad>>.

FOWKS, Jacqueline. La CIDH sanciona a Perú por la desaparición forzada de niños. **El País**, Lima, 15 nov. 2015. Disponible em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/11/14/america/1447534245_337896.html>.

IDEHPUCP – INSTITUTO DE DEMOCRACIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ; KAS – KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **Los sitios de la memoria:** procesos sociales de la conmemoración en el Perú. Coordenação de Félix Reátegui. Lima, 2010. Disponible em: <http://idehpucp.pucp.edu.pe/images/publicaciones/los_sitios_de_la_memoria.pdf>.

IDEHPUCP – INSTITUTO DE DEMOCRACIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ; KAS – KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **Desaparición forzada y derechos de las víctimas:** la respuesta humanitaria a las demandas de verdad, justicia y reparación en el Perú. Coordenação de Félix Reátegui. Lima, 2012. Disponible em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_34171-1522-1-30.pdf?130424235410>.

LA ROSA, Rocío. Caso Diarios chicha: todo para entender juicio a Fujimori. **El Comercio**, Lima, 9 ene. 2014. Disponible em: <<http://elcomercio.pe/politica/justicia/caso-diarios-chicha-todo-entender-juicio-fujimori-noticia-1684522>>.

MAMLF – MOVIMIENTO AMPLIO DE MUJERES-LÍNEA FUNDACIONAL. **Esterilizaciones forzadas y acceso a la justicia en el Perú.** Lima: UPR, 2008. Disponible em: <http://www.upr-info.org/sites/default/files/document/peru/session_2_-_may_2008/movimientoampliodemujereslineafundacionalperuoff2008s.pdf>.

PERU. **Ley nº 28.592.** Ley que crea el Plan Integral de Reparaciones – PIR. Lima: Congreso de la Republica, 10 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ruv.gob.pe/archivos/ley28592.pdf>>.

PERU. Ministerio de Relaciones Exteriores (2012). **Documento de trabajo sobre las medidas adoptadas por diferentes sectores en relación a la Resolución AG/RES (XLI-O/11) “Las personas desaparecidas y la asistencia a sus familiares”**. Lima, 2012. Disponível em: <<http://www.scm.oas.org/pdfs/2012/CP28036T.doc>>.

PIGHI, Pierina. **Desaparecidos en Perú:** “Encontraré a mi hermano aunque me tome toda la vida”. BBC Mundo, Lima, 28 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150827_peru_busqueda_familiares_ppb>.

‘PLAN Cóndor’: procesan en el Perú a Francisco Morales Bermúdez. **El Comercio**, Lima, 10 sept. 2015. Disponível em: <http://elcomercio.pe/politica/justicia/plan-condor-procesan-peru-francisco-morales-bermudez-noticia-1839991?ref=flujo_tags_13540&ft=nota_3&e=titulo>.

RLJAT – REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. **Relatório 2014.** Edição de Cristiano Paixão, Cláudia Paiva Carvalho, José Otávio Guimarães e Maria Pia Guerra. Brasília: MJ; UnB 2015. Disponível em: <<http://www.rlajt.com/public/arquivos/16b9d570.pdf>>.

PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015

Amanda Raquel Alves Nogueira e Claudia Paiva Carvalho

Secretaria da RLAJT¹²⁴

Histórico

Ditadura e transição democrática no Uruguai

Durante os anos 1960, o Uruguai vivenciou um cenário de crise econômica e de tensões sociais que resultaram no aumento da polarização política e sindical, bem como no surgimento de grupos guerrilheiros em oposição aos movimentos de extrema-direita, abrindo disputas que apontavam para soluções antagônicas (Padrós, 2011, p. 1).

Foi nesse contexto conflituoso que Jorge Pacheco Areco assumiu a Presidência em 1967, e seu governo foi responsável pelo endurecimento da chamada luta contra a subversão. Por conta desse objetivo, foram impostas limitações às garantias constitucionais e praticadas violações a direitos humanos – mesmo antes da instauração da ditadura civil-militar em 1973.¹²⁵ Como exemplo dessa atuação, em setembro de 1971, Pacheco convocou as Forças Armadas para intervir e conduzir a repressão contra o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros. Nas eleições presidenciais realizadas em novembro do mesmo ano, Juan María Bordaberry foi eleito para assumir mandato a partir de março de 1972.

Bordaberry assumiu a Presidência em aliança com os setores militares e civis mais conservadores, especificamente aqueles que ocupavam postos mais relevantes do governo. Contudo, o governo mantinha uma postura de defesa das instituições e limitava o poder militar, provocando tensões com as Forças Armadas. Por fim, cedendo

124. O texto contou com revisão e contribuições do Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la República (OLAP) – Uruguai.

125. Por esse motivo, as investigações do Grupo por Verdad y Justicia têm abrangência temporal a partir de 1968, ou seja, a partir do governo de Jorge Pacheco Areco.

à pressão militar, Bordaberry firmou o Pacto de Boizo Lanza,¹²⁶ considerado um prólogo do golpe, uma vez que o poder de fato foi transferido para as Forças Armadas, embora o governo continuasse formalmente nas mãos de civis.

O golpe propriamente ocorreu em 27 de junho de 1973, com a dissolução das câmaras dos senadores e dos deputados pelo presidente Juan María Bordaberry, com apoio das Forças Armadas. A ditadura uruguaia então instaurada durou até 28 de fevereiro de 1985. A partir de 1980, teve início o processo de transição, a partir do fracasso dos militares em obter apoio da sociedade ao projeto constituinte colocado em votação mediante referendo popular. Tal acontecimento marcou também a reintrodução da possibilidade de uma democracia direta, há oito anos impedida.

Firmado em 3 de agosto de 1984, o Pacto del Club Naval é considerado o último passo do processo de transição política, que teve o objetivo de negociar secretamente, entre os dirigentes políticos,¹²⁷ o retorno à democracia e a realização de eleições. Com as eleições em novembro do mesmo ano, encerraram-se as negociações entre militares e civis na condução da transição democrática, que durou cerca de três anos.

Justiça de transição: as negociações e os esforços na sua construção

O primeiro governo após o fim do regime votou, no dia 1º de março de 1985, a primeira Lei de Anistia (Lei nº 15.737), destinada a contemplar civis que tivessem cometido crimes por motivação política, o que possibilitou a libertação de numerosos presos políticos. No mesmo dia em que foi aprovada a Lei de Anistia, o Uruguai ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos,¹²⁸ subscrita em 22 de novembro de 1969.

Gradualmente crescia no país a demanda por investigação das ações dos membros das Forças Armadas durante a ditadura, tendo em vista as denúncias judiciais de violações aos direitos humanos. Essas iniciativas desencadearam, na época, uma crise institucional, uma vez que Hugo Medina – então comandante do Exército – negou-se a aceitar os pedidos do Poder Judiciário para a investigação dos casos. A possibilidade de apuração foi formalmente obstaculizada com a aprovação de uma nova Lei de Anistia, chamada de Ley de Caducidad de

126. Esse acordo decorreu de um conjunto de exigências impostas pelas Forças Armadas ao presidente em 12 de fevereiro de 1973. O escopo do pacto encomendava, das Forças Armadas, “a missão de prover segurança ao desenvolvimento nacional”, além de estabelecer formas de participação dos militares na atividade político-administrativa.

127. Quase todos os partidos participaram dessa negociação, excetuando-se o Partido Nacional.

128. Também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica.

la Pretensión Punitiva del Estado (Lei nº 15.848), que beneficiava os militares envolvidos em crimes.¹²⁹

Houve tentativas imediatas de questionamento da Lei da Caducidade – tanto na esfera legislativa como judicial –, que, no entanto, não prosperaram. Em 1988, em resposta à demanda apresentada por grupos de direitos humanos, a Suprema Corte do Uruguai confirmou a legalidade da lei. Por sua vez, por pequena margem, um referendo realizado em abril de 1989 também não conseguiu obter apoio para anular a lei. Esgotada a via nacional, as vítimas e organizações sociais recorreram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que declarou, em seu relatório de 1992-1993, que a Lei da Caducidade violava diversas obrigações internacionais do Uruguai. O Estado uruguaio, no entanto, ignorou as recomendações feitas (Burt, 2011, p. 321-322).

No momento da transição política, em 1985, foram constituídas duas comissões com o objetivo de investigar, em caráter oficial, as violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura: *i*) a Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron, criada para investigar os 164 casos de desaparecimentos forçados, que também apurou a prática de tortura nos centros de detenção clandestinos e os casos de crianças sequestradas; e *ii*) a Comisión Investigadora sobre el Secuestro y Asesinato Perpetrados contra los ex Legisladores Héctor Gutiérrez Ruiz y Zelmar Michelini, que não obteve nenhum resultado conclusivo (Errandonea, 2008. p. 39).

Um terceiro esforço, dedicado à memória e à verdade, foi o relatório *Uruguay nunca más*, publicado pelo Servicio de Paz y Justicia (Serpaj)¹³⁰ em dezembro de 1989, que registrou as violações aos direitos humanos ocorridas no país entre 1972 e 1985. O relatório não se limitou aos casos de desaparecimentos forçados, mas abarcou também um registro de todas as violações que ocorreram durante o regime autoritário. Para desenvolver esse trabalho, foram ouvidas centenas de pessoas que sofreram prisão política e tortura durante a ditadura.

Ao longo dos anos, as organizações de direitos humanos e, principalmente, os/as familiares de vítimas continuaram a pressionar as autoridades por verdade, memória e justiça. Um marco importante da mobilização

129. A aprovação ocorreu exatamente no dia anterior ao encerramento do prazo para a primeira prestação de contas solicitada pela justiça.

130. O Serpaj contou com apoio financeiro da Organização das Nações Unidas (ONU), de organizações internacionais de direitos humanos e também de igrejas estrangeiras. O informe *Uruguay Nunca Más* está disponível em: <<http://www.memoriaenelmercosur.edu.ar/indexbe3b.html?p=145>>.

social foi a realização da Marcha do Silêncio, em 20 de maio de 1996, que passou a se repetir todos os anos na mesma data, organizada pela Associação das Mães e Familiares de Uruguaios Detidos e Desaparecidos.

Em 2000, durante a presidência de Jorge Batlle, foi criada a Comisión para la Paz (Compaz), com a atribuição de investigar o paradeiro dos uruguaios desaparecidos durante o regime. Os trabalhos de investigação foram desenvolvidos até 10 de abril de 2003, quando a Compaz entregou seu relatório final. A Compaz teve um papel importante na promoção da agenda da justiça de transição no país, principalmente por projetar políticas públicas e porque foi a primeira instância oficial a utilizar o termo “terrorismo de Estado” para definir o papel dos governantes de fato durante o regime ditatorial. No entanto, o mandato da comissão restringiu-se à coleta e à classificação dos casos, sem empreender uma busca mais ativa e identificar os responsáveis. As investigações também tiveram um alcance limitado, já que se restringiram aos casos de desaparecidos, excluindo outras violações mais frequentes, como execução, tortura e prisão arbitrária.

A partir de 2005, cresceu a mobilização da sociedade civil uruguaia para pressionar pela anulação da Lei de Anistia. Ao contrário de seus antecessores, o presidente Tabaré Vázquez passou a admitir as investigações em alguns casos, como os que envolviam desaparecidos ou crianças. Os tribunais, por sua vez, passaram a receber as denúncias e, seguindo o critério do Poder Executivo, a afastar a aplicação da Lei de Anistia em determinados casos e circunstâncias, para além dos casos em que os acusados fossem civis, agora também em ações contra membros das Forças Armadas e polícias.

Em 2009, a Suprema Corte declarou inconstitucional a aplicação da Lei da Caducidade no *Caso Sabalsagaray*, com apoio em decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e na jurisprudência de outros países da região em relação ao tratamento de leis de impunidade. Contudo, como o controle de constitucionalidade não produz efeitos gerais no Uruguai, a não ser no caso concreto em que se requer, a decisão teve um impacto limitado, e a lei de anistia continuou vigente. Também no mesmo ano, por meio da mobilização da sociedade civil, houve nova tentativa de anulação da lei por meio de um plebiscito, mas o resultado foi, outra vez, desfavorável por pequena margem de votos (Osimo, 2016).

Em 2011, o Uruguai foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (*Caso Gelman vs. Uruguai*), que decidiu pela invalidade da Lei da Caducidade e obrigou o Estado a investigar e punir os agentes responsáveis pela prática de violações a direitos humanos no período ditatorial. Alguns meses depois, o Parlamento uruguaio aprovou uma lei

interpretativa, Lei nº 18.831/2011, que revisava a Lei da Caducidade e afastava a incidência da prescrição para os crimes da ditadura, considerados crimes contra a humanidade. No entanto, um novo recuo ocorreu em 2013, com uma decisão da Suprema Corte que declarou a inconstitucionalidade de artigos da lei interpretativa e restabeleceu a aplicação da prescrição. A Lei da Caducidade segue, assim, como um obstáculo às investigações e à responsabilização de agentes que cometeram crimes na ditadura uruguaia.

Neste relatório, busca-se analisar os acontecimentos que marcaram o processo da justiça de transição no Uruguai em 2015, enfocando seus quatro eixos estruturantes: memória e verdade, justiça, reparação e reformas institucionais. A análise foi construída a partir do levantamento de informações e notícias nos meios de comunicação uruguaiois, com destaque para: *El País Uruguai*, *El Observador*, *República*, *El Diario*, *Montevideo* e *UNoticias*.

Memória e verdade

Em 2015, o Uruguai completou 30 anos de estabilidade democrática, período em que cinco presidentes – pertencentes aos três principais partidos uruguaiois – alternaram-se no poder (Uruguay..., 2015). Esse marco político e institucional foi acompanhado por uma importante iniciativa no campo da memória e da verdade: a criação do Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia, por meio de decreto sancionado pelo presidente Tabaré Vazquez, em 19 de maio de 2015 (Los trabajos..., 2015). A função do grupo, composto por sete integrantes,¹³¹ é investigar os crimes da ditadura, buscar e organizar os registros dos desaparecidos e colocá-los à disposição da justiça. Chama atenção a composição do grupo, constituído por familiares de vítimas e por representantes das principais religiões do país – católica, judia, metodista e umbandista. Outro aspecto que merece destaque é a inclusão da palavra “justiça” no nome do grupo, que não só tem um valor simbólico, mas também repercute nas próprias atribuições conferidas ao colegiado, que envolvem o acompanhamento de processos e a entrega de subsídios para as investigações judiciais.

Essa atribuição de promover justiça recebeu críticas de juristas e historiadores, que expressaram a preocupação de que a atuação do grupo assumia um caráter quase jurisdicional, invadindo o âmbito de competência do Poder Judiciário. Também foi alvo de questionamento o fato de que, à diferença da anterior Comisión para la Paz, o grupo recebeu a incumbência de investigar os crimes de lesa-humanidade praticados não só no

131. São os/as seguintes integrantes: Macarena Gelman, Felipe Michelini, Emilia Carlevaro, Susana Andrade, Pedro Sclofsky, Ademar Olivera e Mario Cayota.

período da ditadura uruguaia (1973-1985), mas também do governo de Jorge Pacheco Areco (1968-1973). De acordo com essa crítica, o governo de Jorge Pacheco teria sido constituído democraticamente e, por isso, não deveria ser objeto das investigações (Cortizas, 2015).¹³² No entanto, o alargamento temporal da competência do grupo é justificado oficialmente pelo fato de que se registram ocorrências de violações de direitos humanos já durante o governo de Pacheco.

Ainda não estão certas quais as condições e a capacidade de ação efetiva que o grupo de trabalho terá. Após sua constituição, entre as atividades desenvolvidas em 2015, ganhou destaque em junho, na imprensa, a realização, em parceria com a Secretaria de Derechos Humanos para el Pasado Reciente do Uruguai, de uma inspeção no Batallón 13 de Infantería del Ejército, onde ficou instalado o centro de detenção e tortura conhecido como Carlos 300 e Infierno Grande ao longo da ditadura (Realizaron..., 2015). O trabalho continuou, no mês de julho, com a retomada das escavações no batalhão, com o objetivo de localizar os restos mortais de 192 pessoas desaparecidas na ditadura uruguaia (Se retoman..., 2015).

A constituição do Grupo de Trabajo Verdad e Justicia apresenta-se, portanto, como um evento significativo da justiça de transição uruguaia em 2015. Ao mesmo tempo que dá continuidade aos trabalhos de investigação conduzidos por iniciativas anteriores, notavelmente a Comissão para a Paz, houve inovações relevantes no atual grupo, que estão refletidas, por exemplo, na sua composição e na amplitude de suas atribuições. Ainda é cedo para avaliar o funcionamento da comissão, mas é certo que há grandes desafios e responsabilidades nela depositadas.

No campo das políticas de memória, deu-se continuidade ao projeto Marcas da Resistência, coordenado pela associação civil Memoria de la Resistencia 27 de junio de 1973-1º de marzo de 1985, com o objetivo de resgatar a memória do passado recente e da resistência à ditadura. O projeto já classificou 29 lugares simbólicos da luta contra a repressão, entre eles o presídio de Punta de Rieles, que recebeu a menção em abril deste ano. Essa iniciativa tem um papel importante para a preservação da memória desses espaços e para reconhecer o protagonismo da sociedade civil na luta contra o esquecimento.

Nesse mesmo sentido, destaca-se a realização da Marcha del Silencio, no dia 20 de maio, que ocorre todos os anos, desde 1996, organizada pela

132. Entre os críticos estão os ex-presidentes Gonzalo Aguirre e Jorge Battle. Foi durante a presidência de Jorge Battle que a Comisión para la Paz foi constituída, com pretensões mais modestas que o atual grupo de trabalho, com foco na produção de memória e na promoção da paz.

associação Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. A marcha se realiza sempre na avenida principal de Montevideu, e milhares de pessoas protestam em silêncio, segurando a imagem de desaparecidos/as políticos/as. Em 2015, os/as familiares reforçaram as demandas por verdade e justiça, bem como a reivindicação pela abertura de arquivos militares que podem ajudar a esclarecer o paradeiro dos desaparecidos (Familiares..., 2015; Salvo, 2015).

Ainda no âmbito de iniciativas da sociedade civil na busca por verdade, em setembro, o grupo de Mães e Familiares de desaparecidos da ditadura uruguaia divulgou uma carta aberta na qual solicitam que quem tenha qualquer pista sobre o paradeiro de seus parentes desaparecidos remeta as informações por meio da plataforma de busca proposta pelo grupo. Até o final do mês, cerca de 100 chamadas tinham sido recebidas e, de acordo com o grupo, muitas contêm dados relevantes para as investigações. Acredita-se, inclusive, que algumas chamadas foram provenientes de militares, tendo em vista o detalhamento fornecido sobre os casos relatados (Desaparecidos..., 2015).

Outro capítulo da luta pelo acesso a informações e pela abertura de arquivos militares ocorreu no mês de outubro: em uma operação que durou seis horas, um grupo de policiais, na presença de uma juíza e um promotor, empreendeu uma busca por documentos sobre a ditadura na casa do falecido coronel Elmar Castiglioni. Por volta de 60 caixas com documentos da época foram encontradas, e serão analisados com o objetivo principal de elucidar os casos de desaparecimento (Documentación..., 2015; Allanar..., 2015; Incautan..., 2015). Ainda que essas formas alternativas representem avanços nas tentativas de recuperar a verdade sobre os fatos ocorridos no passado ditatorial, a falta de colaboração dos setores militares e a recusa de arquivos oficiais da repressão seguem como fortes limitações ao direito à memória e à verdade.

Justiça

No campo da justiça, 2015 foi marcado pela continuidade dos esforços para superar os dispositivos da Lei da Caducidade, pela postura ainda resistente do Poder Judiciário em aceitar acusações contra ex-agentes e por alguns avanços, embora ainda controversos, quanto às possibilidades de responsabilização.

No dia 1º de junho, foi apresentado um projeto de lei ao Parlamento para possibilitar que sejam investigados e julgados os crimes cometidos durante a ditadura. Essa será a quarta tentativa em 30 anos para anular a Ley de Caducidad, que anistiou os agentes que praticaram violações a

direitos humanos até março de 1985. É a primeira vez que se propõe a anulação da lei como um todo (Presentan..., 2015).

A Anistia Internacional enviou um alerta ao Uruguai no início do ano, apontando a persistência de obstáculos dentro do aparato jurídico que dificultam a investigação dos delitos lesa-humanidade cometidos durante a ditadura (Tapia, 2015). A pressão internacional foi reforçada pela visita ao país de uma delegação da Comissão Internacional de Juristas (CIJ), que buscou discutir com autoridades, vítimas da ditadura e a sociedade civil de modo geral para investigar o estado atual da luta contra a impunidade em relação às violações a direitos humanos que ocorreram entre 1973 e 1985. A CIJ também defendeu a necessidade de revisão e aprimoramento das atuais leis de reparação, com o fim de corrigir as falhas, tais como a exclusão de expressivos segmentos de vítimas dos programas que visam reparar as violações sofridas (La Comisión..., 2015; Comisión..., 2015).

Entre os casos levados a julgamento, destaca-se a absolvição do policial Ricardo Zabala, em 25 de abril, pela Suprema Corte de Justiça. O ex-policial foi absolvido da acusação de ter assassinado o professor e jornalista Julio Castro¹³³ em 1977, embora tivesse confessado sua participação na detenção e no envio do professor ao centro clandestino onde foi executado (Desaparecidos..., 2015). A decisão desfavorável da justiça, sob o argumento de não haver indícios suficientes para a incriminação do acusado, reforçou a postura resistente do poder judiciário quanto à utilização do direito penal como principal mecanismo de justiça.

A despeito da posição adversa da Suprema Corte de Justiça, o promotor Jorge Diaz tem capitaneado esforços para realizar uma reforma legislativa que pretende impulsionar as investigações sobre delitos cometidos durante a ditadura uruguaia. A ideia é aprovar um novo Código de Processo Penal, com previsão para entrar em vigor em 2017, transferindo aos promotores a competência de dirigir as investigações penais, hoje conduzidas pelos juízes. Para Jorge Diaz, é necessário que o Parlamento aprove uma lei orgânica que permita a reestruturação da promotoria por meio da criação de unidades especializadas de investigação – como existe na Argentina –, de modo que uma unidade possa ficar encarregada especificamente das violações de direitos humanos, ou seja, dos crimes da ditadura. Ao se atribuir as investigações a promotores/as capacitados/as a lidar com esse tipo de delitos, as causas podem ser retomadas com uma nova perspectiva (Fiscal..., 2015).

133. Julio Castro Pérez ficou desaparecido por 34 anos, até que seus restos mortais foram encontrados em outubro de 2011, em um cemitério clandestino localizado dentro de uma propriedade militar.

Outro caso de destaque foi o julgamento e a prisão, em setembro de 2015, de Amodio Pérez, ex-integrante do Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T), que colaborou com os órgãos de repressão durante a ditadura. A ação teve início em 2011 e tem por objeto principal uma denúncia de abusos sexuais praticados contra presas políticas, na qual Pérez teria tido participação. Na decisão proferida em setembro, a juíza Julia Staricco condenou Pérez como coautor dos delitos reiterados de privação de liberdade, uma vez que ele ajudou a identificar e localizar antigos ex-companheiros que foram vítimas de detenções arbitrárias, acompanhadas, com frequência, de torturas e de maus-tratos. A juíza também acolheu o argumento da Promotoria que afastava a prescrição por se tratar de um crime de lesa-humanidade. Inicialmente sujeito a prisão preventiva, Amodio Pérez foi posteriormente autorizado a cumprir prisão domiciliar em razão de seu estado de saúde.

O caso suscitou polêmicas jurídicas, uma vez que provocou manifestações que ainda invocam a prescrição dos crimes cometidos no período ditatorial. Outra controvérsia em torno do julgamento diz respeito à natureza do delito e aos níveis de colaboração que seriam suficientes para ensejar a responsabilidade por violações cometidas contra as vítimas e que se pretende imputar a Amodio Pérez na qualidade de coautor, pelo fato de haver fornecido informação (Ruggiero, 2015; Guimaraens, 2015). O processo judicial tramita em primeira instância, de modo que não existe ainda sentença condenatória.

DITADURA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO URUGUAI

Observatório Luz Ibarburu

Uruguai¹³⁴

I

A ditadura civil-militar uruguaia instalada a partir do Golpe de Estado de 27 de junho de 1973 foi precedida por um prolongado e gradual processo de crise do sistema político, que começou em fins dos anos 1970, caracterizado por uma deterioração paulatina das liberdades democráticas, a intensificação da violência estatal, uma resistência sindical e estudantil às políticas de ajuste e à violação das liberdades, conjuntamente com o desenvolvimento da luta armada como metodologia para a transformação social. A necessidade de ferramentas para frear políticas antipopulares deu origem a dois importantes processos de unidade: a formação da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT),¹³⁵ e a formação da Frente Ampla (FA).¹³⁶

A utilização sistemática de tortura e as ações dos grupos de ultradireita marcaram o avanço do autoritarismo estatal. A aplicação reiterada e defendida das medidas prontas de segurança (MP)¹³⁷ foi um instrumento utilizado para reprimir a resistência popular.

Logo após o governo de Pacheco Areco (1967-1971), assume a Presidência Juan Maria Bordaberry, dando continuidade à política repressiva. Em 14 de abril de 1973, o Movimento de Liberação Nacional

134. Texto traduzido por Mateus Paula Leite Paz e Mariana Barroso da Costa, em colaboração com a RLAJT.

135. Criada em 1964 como organismo único e permanente de coordenação para a qual confluíram todas as tendências sindicais existentes.

136. A Frente Ampla foi fundada em 5 de fevereiro de 1971, a partir da coalizão de vários partidos de esquerda e cidadãos independentes, com definições democráticas, antioligárquicas, anti-imperialista. Sua fundação é fruto de um processo que tem suas origens no Congresso do Povo e na unidade sindical.

137. As medidas prontas de segurança eram poderes de emergência da Constituição que habilitavam o Poder Executivo a suspender transitoriamente certas garantias constitucionais.

– Tupamaros (MLN)¹³⁸ lançou uma ofensiva contra o Esquadrão da Morte, e o Parlamento declarou Estado de Guerra Interna, com a aprovação da Lei de Segurança do Estado, que suspendeu garantias individuais. A ingerência dos militares na vida pública aprofundou-se e, com a posterior instalação do Conselho de Segurança Nacional (Cosenca),¹³⁹ a presença das Forças Armadas se tornou institucionalizada.

Em 27 de junho de 1973, Boradberry e as forças armadas deram o golpe de Estado. A Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) declarou greve geral, com ocupação dos lugares de trabalho, enquanto a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) ocupava os centros de estudo. A ditadura decretou a dissolução da CNT, o fechamento de seus locais e a prisão de seus dirigentes. A greve se estendeu por 15 dias, acompanhada por ações do movimento popular que deixaram como saldo centenas de detidos e duas pessoas assassinadas.¹⁴⁰ Em 11 de julho, suspendeu-se a greve em virtude de um contexto de repressão que lotava os centros de detenção com sindicalistas. Em 28 de novembro de 1973, a ditadura tornou ilegal vários partidos de esquerda.¹⁴¹

O terrorismo de Estado sob a doutrina de segurança nacional que se exerceu durante mais de dez anos (1973-1984) assumiu diferentes dimensões, afetou a todo o conjunto da sociedade uruguaia e não teve fronteiras.¹⁴² As características da repressão foram o encarceramento prolongado de

138. Movimento surgido nos anos 1970 a partir da influência da revolução cubana.

139. Integrado pelo presidente, os ministros do Interior, das Relações Exteriores, da Defesa e da Economia, a Oficina de Planejamento e Pressuposto, os comandantes das três armas e o chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Desenvolveu um rol na gestão governamental e políticas repressivas.

140. Walter Medina, em 6 de julho, e Ramón Peré, em 9 de julho.

141. Grupos de Ação Unificadora (GAU), Movimento 26 de Março, Movimento Revolucionário Oriental, Partido Comunista Revolucionário (PCR), Partido Comunista do Uruguai (PCU), Partido Socialista (PS), União Popular e União de Juventudes Comunistas (UJC), a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU), Agrupamentos Vermelhos, Resistência Operária-Estudantil, Frente Estudantil Revolucionária.

142. A coordenação repressiva regional enquadrada no Plano Condor permitiu que a repressão ultrapassasse fronteiras, e muitos uruguaios foram detidos, desaparecidos e assassinados na Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Colômbia.

milhares de opositores,¹⁴³ a tortura sistemática,¹⁴⁴ o assassinato,¹⁴⁵ o desaparecimento,¹⁴⁶ a apropriação de menores¹⁴⁷ e o exílio político.

II

Em 22 de dezembro de 1986, poucos meses depois de reinstalada a democracia, a maioria do Parlamento aprovou a Lei nº 15.848, que trata da Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, pela qual se estabeleceu que os delitos cometidos pelos integrantes dos serviços de segurança da ditadura passada não seriam objeto de juízo ou castigo. A verdade ou investigação do ocorrido – ao menos com relação às desaparecimentos de pessoas adultas ou crianças – não parecia haver expirado como obrigação do Estado, segundo essa norma, já que um artigo¹⁴⁸ da lei estabelecia que o Executivo investigaria tais casos. No entanto, em razão da forma pela qual, no primeiro momento,¹⁴⁹ se deu cumprimento ao artigo 4º, tais investigações não lançaram luz sobre esses fatos. Essa distinção outorgada às desaparecimentos de pessoas adultas e menores em relação a outras condutas criminosas da ditadura foi parte de uma operação política que, ao longo de muitos anos, excluiu de toda consideração a tortura, os assassinatos, a apropriação de menores e a violência sexual.¹⁵⁰ Dois anos e meio depois, a Lei de Caducidade foi ratificada por um plebiscito.

143. Aproximadamente 6.000 pessoas foram processadas pela Justiça Militar e outras milhares passaram pelos quartéis.

144. A investigação histórica da Universidade de la República informa 67 casos de crianças que nasceram em prisão ou eram bebês quando foram detidos junto às suas mães. A maioria deles recebeu torturas antes de nascer e quase todos permaneceram longo tempo na prisão junto de suas mães.

145. Em uma investigação que abarcou o período de junho de 1968 a março de 1985, sobre os uruguaios mortos ou assassinados tanto no Uruguai como em outros países latino-americanos, a equipe de historiadores documentou que, no Uruguai, morreram 95, na Argentina, 26, e no Chile, 1, sendo que o maior número de mortos foi registrado nos anos 1974-1976.

146. A Secretaria de Direitos Humanos para o Passado confirma que o número de pessoas presas desaparecidas no período compreendido entre 1968-1985 é de 192 cidadãos. Todos os números da repressão são, ainda, provisórios.

147. A publicação levantou 14 casos de menores desaparecidos. Todos eles, de mães e familiares de uruguaios presos e desaparecidos.

148. O artigo 4º estabelecia que as denúncias penais relativas às pessoas presas em operações militares ou policiais e desaparecidas e de menores sequestrados em condições similares estariam compreendidas na lei. Seriam enviadas ao Poder Executivo, que disporia de imediato das investigações destinadas a seu esclarecimento dentro do prazo de 120 dias, e daria conta dos denunciadores.

149. Outras investigações, como as da Comissão para a Paz, durante o governo de Jorge Batlle (2000-2005), e as realizadas durante o primeiro governo da esquerda, de Tabare Vazquez (2005-2010), também aconteceram no marco do dito artigo 4º.

150. Na data em que este relatório foi redigido, não existia nenhum processo por esses graves crimes no Uruguai.

Os atos que deram origem a essa lei explicam-se pela forma como se desenrolou a transição no Uruguai. Nesse período, o conjunto de desafios que foram colocados condensou-se na problemática de como lidar com o passado recente. Ali se enfrentaram a defesa da Justiça Ordinária frente à Justiça Militar; a demanda por se investigar e expurgar as forças de segurança contra as políticas de esquecimento e de reconciliação.

A mobilização em defesa dos direitos humanos foi, mesmo na ditadura e em momentos de profunda desativação e silenciamento de toda expressão social e política,¹⁵¹ a mais importante expressão de desobediência frente à ordem militar. Isso deu origem, nos momentos de maior repressão, a essa demanda por saber o destino dos desaparecidos ou a situação dos presos políticos, assumida e liderada pelos grupos de familiares.¹⁵²

Para além de seu aspecto humanitário, somou-se a essa mobilização uma resistência frente à ditadura, que se articulava estreitamente com as campanhas que continuavam se desenvolvendo a partir do exílio. Era um desafio emergente, que se instalava no próprio território uruguaio. Consistia numa ação de denúncia do despotismo civil-militar, que geraria, posteriormente, no marco de uma crescente mobilização popular, grupos de direitos humanos em todos os níveis da sociedade. Daí em diante, no que se refere ao passado recente, o tema dos direitos humanos instalou-se como um referencial da ação de oposição à ditadura.

Com o fim da ditadura, em 1º de março de 1985, assume a Presidência Julio María Sanguinetti (Partido Colorado), logo após um processo em que, por um lado, os partidos políticos acordavam com os militares as condições da transição¹⁵³ e, por outro, os partidos e as organizações da sociedade civil acordavam na Comissão Nacional Programática (Conapro)

151. A ditadura uruguaia exerceu um férreo controle social de toda a população, categorizando os cidadãos por sua “fé democrática” segundo o grau de apoio ao regime e sua ideologia. Os cidadãos que, segundo a ditadura, careciam de tal “fé democrática” não podiam desempenhar nenhuma função pública e eram submetidos à vigilância permanente além de não poder integrar a diretiva de nenhuma instituição social. Ser incluído nessa categoria em que diagnosticavam sua carência de “fé democrática” significava perigo de prisão, destituição se era trabalhador público e impossibilidade de acesso a um trabalho no Estado. Inclusive os empresários privados se aproveitaram dessas classificações para limpar suas empresas de sindicalistas. Nesse tipo de proscricão cívica e social, ficaram centenas de milhares de uruguaios.

152. Essa ação pretendeu ser usada posteriormente na gestão desses ocorridos (os desaparecimentos), a partir do Estado, num tipo de “privatização” do direito à verdade e à justiça.

153. Em 3 de agosto de 1984, na culminação de uma negociação secreta (Pacto do Clube Naval), os militares e representantes dos partidos Colorado, Frente Ampla e União Cívica alcançam um acordo sobre o retorno do regime democrático com a convocação de eleições, em 25 de novembro de 1984, nas quais não puderam participar os candidatos naturais da Frente Ampla (Gral Liber Seregni), do Partido Nacional (Wilson Ferreira Aldunate) e do Partido Colorado (Jorge Battle), que se encontravam proscritos. O Partido Nacional não participou de tais negociações.

um conjunto de compromissos de quem assumiria o futuro governo. Em 8 de março, o Parlamento sancionou a Lei de Pacificação Nacional, com a qual parecia que seriam cumpridos os acordos da Conapro:¹⁵⁴ anistiar os perseguidos políticos e sindicais, mas excluir os acusados de crimes de sangue;¹⁵⁵ libertar os presos; e excluir do texto expresso da anistia os militares e policiais responsáveis por homicídios, torturas e desaparecimentos. Com a aprovação dessa lei, o governo melhorou a imagem deteriorada do Uruguai a nível internacional, pois sustentava-se, diante os organismos internacionais, algo que até a pouco não era cumprido: o mais importante dessa lei era que não se concederia impunidade.¹⁵⁶

Em novembro de 1984, as organizações de familiares de presos desaparecidos e de processados pela justiça militar haviam demandado a instalação de uma Comissão Parlamentar, com amplos poderes para investigar violações aos direitos humanos, de cujos resultados surgiriam os antecedentes para o seu ajuizamento diante da justiça ordinária. Em resposta a essa demanda, em 23 de abril de 1985, começa a atividade investigativa empreendida pelos deputados, ainda que restrita às desapareições, que foi concluída em novembro daquele mesmo ano,¹⁵⁷ com a publicação de um relatório final segundo o qual foram registradas que: ocorreram 174 desapareições entre 1973 e 1978, com clara vinculação das desapareições ocorridas na Argentina e Uruguai à presença de militares uruguaios; muitas crianças desaparecidas foram entregues a integrantes do aparato repressivo e três delas nasceram em cativo; e aparecem como diretamente vinculados à responsabilidade desses sequestros, desaparecimentos, torturas e homicídios 71 militares uruguaios e três estrangeiros. O relatório conclui que “o Parlamento [...] está seguro de que o Poder Judiciário, dotado idônea, técnica e constitucionalmente, poderá avançar rápida e efetivamente no esclarecimento total dos eventos, no ajuizamento e na condenação dos culpados”. O texto original dizia que os desaparecidos

154. Os candidatos à Presidência dos quatro principais partidos políticos firmaram um acordo sobre temas gerais que afetariam o futuro do governo em matéria de restabelecimento de todas as liberdades, retorno dos exilados, vigência dos direitos humanos, levantamento de proscricões, política, habitação, saúde, autonomia da universidade e independência do Poder Judiciário.

155. Sobre esse assunto, na Conapro, o Partido Nacional e a Frente Ampla eram partidários de uma anistia imediata e irrestrita, enquanto o Partido Colorado e a União Cívica optavam por uma anistia limitada completada posteriormente com indultos individuais e liberdades antecipadas.

156. Em março de 1985, uma delegação, integrada pelo senador do Partido Nacional e um embaixador de filiação colorada, sustentou ante os organismos internacionais que, durante a ditadura militar, havia sido atropelada toda uma classe de direitos, com mortes, torturas, prisões arbitrárias, desaparecimentos, e que as portas da Justiça estavam abertas para todo aquele que se sentisse no direito de reclamar, e que esta iria atuar.

157. Comissão Investigadora Sobre Situação de Pessoas Desaparecidas e Atos que a Motivaram.

“estão falecidos em consequência do tratamento brutal a que foram submetidos”.¹⁵⁸ Tal afirmação foi retirada do relatório diante da oposição que gerou.¹⁵⁹ Também tem início outra investigação, relativa aos assassinatos do senador Zelmar Michelini e do deputado Héctor Gutiérrez Ruiz, que foi concluída em maio de 1986.¹⁶⁰ Os resultados dessas duas investigações foram remetidos ao Poder Judiciário e Executivo.

As denúncias penais pelos crimes da ditadura têm início em 1984, 1985 e 1986.¹⁶¹ Por seu turno, um sobrevivente¹⁶² apresentou, diante da justiça argentina, uma queixa acerca da coordenação repressiva no Rio da Prata, dando origem a um pedido posterior da Argentina visando à extradição de três militares e um policial.¹⁶³

O envio ao Executivo da lista com nomes dos militares acusados de violações dos direitos humanos, para que “aja em conformidade”, não impediu que se continuasse desenrolando uma política de ascensão e promoção desses militares.

Em 1985 também foram apresentadas outras denúncias que não eram referentes a desaparecimentos. Entre elas, havia denúncias contra militares que atuaram no Banco Hipotecário e no de Previdência Social, e contra os civis e militares que articularam o golpe de Estado,¹⁶⁴ bem como contra o Ministério de Relações Exteriores e o Poder Judicial, por omissão no sequestro de Elena Quinteros do prédio da Embaixada da Venezuela.

Quando os juízes solicitam informação e/ou citam militares e policiais acusados, as informações solicitadas não são respondidas e os citados não se apresentam aos tribunais. Para amparar os militares em uma estratégia para ganhar tempo, o Ministério da Defesa, por meio da Justiça Militar,

158. Até hoje a justiça uruguaia não imputa o crime de desaparecimento forçado, mas, sim, o delito de homicídio na maioria das causas penais relativas a esse tipo de crime de lesa-humanidade.

159. Nos anos posteriores, declarar desaparecidos como mortos constituiu-se em um elemento sobre o qual se articulariam as tentativas dos supostos “pontos finais” do assunto.

160. Em 18 de maio de 1976, foram sequestrados em Buenos Aires, e seus corpos foram encontrados sem vida, em 21 de maio, junto com dois dos ex-tupamaros (Rosario Barredo e William Whitelaw). Mesmo que se tratasse de quatro assassinatos, a citada comissão se denominou somente como investigadora sobre o sequestro e assassinato perpetrados contra os dois ex-legisladores, Gutiérrez Ruiz e Michelini.

161. Ao longo desses anos, dos 174 desaparecimentos de adultos registrados na investigação parlamentar, somente 44 haviam sido judicializados.

162. Enrique Rodríguez Larreta, sobrevivente de Automotores Orletti, transferido ilegalmente ao Uruguai.

163. José Nino Gavazzo, Jorge Silveira, Manuel Cordero e Hugo Campos Hermida, na *Causa no 42.335 bis* também conhecida por *Rodríguez Larreta, Enrique s/ su querella*.

164. Juan María Bordaberry, Walter Ravena (civis), General Hugo Chiappe Pose e o Brigadeiro General José Pérez Caldas.

reclama a competência para julgar os militares, instalando-se uma disputa por competência a ser resolvida por uma Suprema Corte de Justiça integrada, além disso, por dois juízes militares. Isso motivou a apresentação de recursos de inconstitucionalidade contra a presença dos juízes militares. Embora essa disputa estivesse perdida, o tema de fundo – se justiça civil ou militar – foi resolvido a favor da justiça civil, com a discordância dos membros militares. Em novembro de 1986, foi decidida a primeira causa a favor da Justiça Ordinária. Resolvido esse aspecto, as denúncias retornaram aos tribunais para continuar com as investigações, mas, enquanto isso, setores do Partido Colorado e do Nacional negociavam um acordo que resguardava os militares dos julgamentos.

Definida de quem seria a competência judicial para investigar as violações aos direitos humanos, abriu-se uma nova questão: os militares continuariam constituindo um poder por trás da cadeira presidencial? A resposta implicaria definir se os militares estavam sujeitos ou não a prestar depoimento em um julgamento.

Primeiro as ameaças e depois a recusa de três militares¹⁶⁵ a prestar depoimento e o desconhecimento por parte do Ministério do Interior da detenção ordenada por um juiz, deram uma resposta clara à questão. Enquanto as organizações de direitos humanos consideravam esses fatos como uma violação do princípio constitucional de independência do Poder Judicial e reclamavam que a ordem de prisão fosse cumprida, o presidente Sanguinetti juntou-se ao desacato militar, uma vez que o Ministro de Defesa enviou os antecedentes da investigação sobre os assassinatos de Michelini e Gutiérrez Ruiz à justiça militar, que se declarou competente, ignorando a resolução da Suprema Corte. O passo seguinte da estratégia da impunidade é dado novamente pelo próprio presidente da República, que questionou a independência do Poder Judicial: “hoje não há possibilidade de se ter um julgamento sereno da justiça”. Enquanto isso, trabalhava-se intensamente sob a ameaça de novos desacatos, à procura de uma solução “política” para evitar que os militares fossem processados.

Em 20 de agosto de 1986, os generais aposentados se responsabilizaram por todas as operações realizadas na ditadura e, poucos dias depois, o Partido Colorado apresentou um Projeto de Anistia, que foi rechaçado com os votos do Partido Nacional e da Frente Ampla. Poucos dias depois, foi o Partido Nacional que apresentou outro Projeto de Anistia, que foi rechaçado pelo Partido Colorado e a Frente Ampla.

Diante do risco de que muitas mortes ocorridas nas prisões ficassem sem investigação, em razão de alguma delimitação estabelecida sobre os

165. José Nino Gavazzo, Manuel Cordero e Luis Maurente.

delitos de lesa-humanidade sob consideração do Parlamento, o Instituto de Estudos Legais e Sociais do Uruguai (Ielsur)¹⁶⁶ e Serviço Paz e Justiça (Serpaj)¹⁶⁷ apresentaram novas denúncias penais sobre casos de tortura.

Quando, em dois processos,¹⁶⁸ os juízes citaram vários militares para depor, estes anunciaram que não compareceriam. O Ministro da Defesa reteve as citações, enquanto a maioria do Partido Colorado e do Nacional acordam a Lei de Impunidade, que finalmente ingressa no Parlamento em 20 de dezembro de 1986, sendo aprovada apenas 22 horas antes do término do prazo para que os militares comparecessem perante os tribunais. Poucas horas depois, o Parlamento destituiu o Senador frenteamplista Germán Araújo, que ficou conhecido por efetuar amplas denúncias contra militares. Tais denúncias, que foram levadas à justiça, até hoje não se encontram nos tribunais.

Em 24 de dezembro, o Plenário Intersindical de Trabalhadores-Convencção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT)¹⁶⁹ convoca um ato de repúdio à Lei de Caducidade, no qual o movimento sindical se compromete a não ceder na luta contra a impunidade. Dois dias depois, a organização de Mães e Familiares de Uruguaios Detidos e Desaparecidos juntamente com as viúvas dos parlamentares assassinados Michellini e Gutiérrez Ruiz lançam o chamado para a organização de um *referendum* contra a Lei de Impunidade. No Poder Judiciário, a Lei da Caducidade foi impugnada, sob o argumento de sua inconstitucionalidade, pelos denunciantes e alguns dos próprios juízes das causas. Enquanto, por um lado, no âmbito social e político, iniciava-se o processo que permitiria submeter a lei de impunidade a consulta popular, mediante um *referendum*, por outro, novamente eram remetidas à Suprema Corte as denúncias para que decidisse sobre a constitucionalidade da lei de caducidade.

É clara a mudança que se evidencia na atitude do Poder Judiciário. Com o aval dos promotores, os juízes – salvo aqueles que interpuseram o recurso de inconstitucionalidade – aplicaram a lei ainda com excesso,¹⁷⁰

166. Organização não governamental constituída com o propósito de defender os direitos humanos aplicando os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais para efeitos de obter sua plena vigência.

167. Organização não governamental de promoção, educação e defesa dos direitos humanos e da paz que começou a trabalhar em 1981, durante a ditadura cívico-militar.

168. Trata-se da denúncia apresentada em 1976 na Argentina por sequestros de integrantes do PVP e pelo desaparecimento de um militante comunista no Uruguai em 1981.

169. Organização única dos trabalhadores sindicalizados do Uruguai, tendo se reconstituído logo após a ditadura.

170. Alguns juízes aceitaram pacificamente: incorporar à lei de delitos anteriores a 27 de junho de 1973; incorporar os comandos militares; e incorporar delitos econômicos, claramente excluídos da lei.

enviando todos os expedientes ao Executivo, que, sem exceções, ordenou seu arquivamento.

Em 2 de maio de 1988, por maioria, e com a oposição de dois Ministros, a Corte decidiu que a Lei da Caducidade era constitucional.¹⁷¹

As investigações estabelecidas pelo artigo 4º da lei, nos casos dos adultos desaparecidos, foram confiadas a promotores militares, que, por sua vez, não identificaram nenhuma responsabilidade por parte dos militares. Ao Instituto do Menor, foram confiados os casos sobre desaparecimento de crianças, que não resultou na restituição de nenhum deles. A única investigação que prosperou, ainda que seu resultado tenha sido ocultado, foi a do sequestro e posterior desaparecimento da professora Elena Quinteros do presídio da Embaixada da Venezuela, em 1976, que havia sido confiada ao Ministério das Relações Exteriores.¹⁷² Depois de dois anos, foram obtidas as assinaturas para realizar o *referendum*. Em 16 de abril de 1989, foi ratificada a Lei de Caducidade, com 57,5% dos votos, contra 42,5% dos que a impugnavam.

Poucos dias antes da realização do *referendum*, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas questionou severamente a compatibilidade da Lei de Caducidade em relação às normas do Pacto de Direitos Civis e Políticos.

Se, por um lado, o *referendum* pode ter significado a materialização de um grande esforço social, que produziu efeitos que atravessaram a sociedade uruguaia em todos os níveis, por outro, poucas foram as opiniões que consideraram a inconveniência de se submeter a *referendum* uma disposição legal dessa natureza.

Dois anos depois, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), aprova o *Relatório nº 35/1991*, no qual se conclui que a Lei de Caducidade viola artigos da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

O governo uruguaio questiona o referido relatório por “total ausência de critérios mínimos de ponderação do contexto jurídico-político democrático em que foram adotadas no Uruguai as leis de anistia e caducidade”, afirmando que “a Comissão estigmatiza o governo democrático, por ter alcançado a reconciliação pelas vias legais que procediam conforme seu

171. Addiego, Tommasino e Nicolliello, pela maioria, e Balbela de Delgue e Garcia Otero, pela minoria.

172. A exceção dessa investigação, que esteve fora das encomendadas aos fiscais militares, esteve motivada pela ruptura das relações diplomáticas por parte da Venezuela em relação ao Uruguai, e seu restabelecimento ficou condicionado a que se investigassem os ocorridos.

Direito, e o povo uruguaio, por haver ratificado nas urnas o benefício dessa solução”, e que “não existe instrumento nenhum de direito internacional que consagre o poder de questionar ou deslegitimar a livre e soberana expressão de um povo por meio do voto”.

Um ano depois, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos elaborou o *Relatório nº 29/1992*, no qual define que “a questão nesses casos não é a da legitimidade interna e outras medidas adotadas pelo governo para alcançar os efeitos aqui denunciados”. Acrescentando que: “A Comissão está obrigada por inveterados princípios do direito internacional e, em particular, por disposições da Convenção, a chegar a uma determinação acerca de se certos efeitos constituem uma violação das obrigações contraídas pelo governo”. Dessa forma, contestando os questionamentos do Estado uruguaio, a Comissão conclui confirmando os termos do *Relatório nº 35/1991* e recomenda “a adoção das medidas necessárias para esclarecer os fatos e individualizar os responsáveis pelas violações aos direitos humanos ocorridas durante o período de fato”. Recomendação que foi ignorada.

A derrota na tentativa de tornar sem efeito a Lei de Caducidade produziu efeitos diversos em todo tecido social e no seio das organizações políticas e sociais. Entre outras, a manutenção da lógica que ainda hoje se aplica, de que “não existe instrumento nenhum de direito internacional que consagre o poder de questionar ou deslegitimar a livre e soberana expressão de um povo por meio do voto”. Além disso, o que se ratificou em 1989 foi algo mais que uma lei com texto específico: havia-se resolvido virar a página.

Isso inseriu, no momento de se estabelecer as estratégias de luta contra as impunidades no campo da verdade e da justiça, posteriormente à derrota do *referendum*, um limite que confinou a luta pela verdade ao marco da própria Lei da Caducidade: o artigo 4º e outras formas que começaram a ser desenvolvidas nessa época. O tema do julgamento dos responsáveis ficou, salvo para alguns poucos, de fora da agenda política e judicial. No início, a luta pela verdade, por meio do cumprimento do artigo 4º, ficou limitada a um problema de vontade política do governo, como ficou demonstrado pelo fato de confiar as investigações a promotores militares. As únicas investigações que não foram realizadas pelos próprios acusados foram as confiadas ao Ministério de Relações Exteriores (caso Elena Quintero) e ao Instituto Nacional do Menor (o caso das crianças). Nenhuma delas, depois de investigadas as ações ocorridas em suas próprias esferas, pôde ou quis continuar as investigações no Ministério da Defesa ou no do Interior. Notavelmente, a investigação que não foi realizada pelos promotores militares e que chegou a estabelecer as responsabilidades pelas

quais Juan Carlos Branco seria preso ficou escondida nos escritórios da Presidência da República.

Existiram, claro, preocupações, que colocaram a possibilidade da investigação no âmbito judicial, mediante julgamentos civis de reparação patrimonial.¹⁷³ O processamento das causas de reparação civil aconteceu, sobretudo, durante o governo de Lacalle. Os juízes do Contencioso Administrativo se dispuseram a investigar as responsabilidades e ordenaram uma operação de busca e apreensão no local onde funcionava uma prisão clandestina. Diante disso, o Ministério de Defesa ofereceu uma transação amistosa que pôs fim aos julgamentos. Após algumas polêmicas sobre se essas transações significavam uma plena aceitação de responsabilidades do Estado e se esse era o objetivo das demandas de reparação, o governo conseguiu por fim aos julgamentos, com a aceitação pelas partes litigantes do acordo oferecido.

Quando tudo parecia indicar que a impunidade da falta de justiça se somava à da não verdade, em 15 de dezembro de 1999, Tota Quinteros reclama, por via judicial, o direito à verdade. O Poder Executivo se opôs à reclamação, com os mesmos argumentos e documentos nos quais se baseou para não atender à petição coletiva dos familiares desaparecidos: já “se investigou e não cabe reabrir investigações já efetuadas nem começar novas”¹⁷⁴. Em 10 de maio de 2000, a juíza Jubette e, em 31 de maio de 2000, um Tribunal de Apelações ordenam que o Executivo (Ministério de Defesa) investigue o desaparecimento de Elena Quinteros. Estava, assim, aberta a via judicial – mediante o Recurso de Amparo – para reivindicar o cumprimento do artigo 4º. Também ficava explícita mais uma vez a falta de vontade do Executivo, na pessoa do presidente Batlle, para empreender alguma investigação que afetasse os militares. Apesar de ser intimado, o Ministério de Defesa não cumpriu o que foi ordenado pela justiça, e a sociedade uruguaia viu-se diante do dilema de como fazer para que um Poder de Estado (o Judicial) obrigue outro Poder (o Executivo) a fazer o que não quer fazer.

173. Tal como fundamentado pelo catedrático Horacio Casinelli Muñoz: “O que primeiramente deve a justiça fazer nesses casos é investigar a responsabilidade do demandado no ato que a ele se imputa”

174. Em 16 de abril de 1997, a organização de Mães e Familiares de Uruguaios Detidos e Desaparecidos apresentou uma petição ao Poder Executivo pedindo-lhe que levasse a cabo uma investigação. Não houve resposta, e ela originou uma causa ante um Tribunal de Contenciosos, que, por fim, foi abandonado.

III

A decisão de fevereiro de 2011¹⁷⁵ da Corte IDH no *Caso Gelman vs. Uruguay*, ao obrigar o Estado uruguaio a realizar as investigações judiciais de forma eficaz, em um plano razoável, garantindo pleno acesso das vítimas em todas as etapas da investigação, pareceu projetar um feixe de luz sobre um cenário povoado de sombras há muitos anos. Cumprir com essa obrigação¹⁷⁶ implicava que o Estado tomasse as medidas necessárias para que a Lei nº 15.848, que impôs a impunidade, não seguisse impedindo nem criando obstáculos para as futuras investigações e eventuais punições dos responsáveis.

A ordem que a Corte IDH impunha ao Estado uruguaio pretendia pôr fim a um grande esforço desenvolvido pela sociedade civil para varrer do cenário uma política de impunidade sustentada essencialmente pelo uso que os governos fizeram de uma norma claramente carente de legalidade jurídica,¹⁷⁷ aprovada pela maioria do sistema político uruguaio em 22 de dezembro de 1986. Segundo ela, consagrava-se no Uruguai a renúncia do Estado de sua obrigação de punir os delitos com motivação política cometidos por militares e policiais durante o período ditatorial (1973-1985).

Ao pronunciar-se sobre a validade da Lei nº 15.848 e a aplicação de excludentes de responsabilidade (prescrição de delitos, coisa julgada, obediência devida etc.) que poderiam impedir as investigações e a punição dos responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos, a Corte IDH estabeleceu que o fato de essa lei ter sido aprovada por um parlamento democrático e posteriormente ratificada e respaldada em duas oportunidades pelos cidadãos não lhe conferia, automaticamente nem

175. Os fatos dessa sentença referem-se ao desaparecimento forçado de Maria Claudia Garcia de Gelman, detida em 1976, em Buenos Aires, Argentina, estando grávida. Maria Claudia foi transferida ilegalmente ao Uruguai, onde deu à luz uma menina, que foi entregue a um integrante das forças de segurança uruguaias. Atos cometidos por agentes estatais uruguaios ou argentinos no marco da Operação Condor, sem que até a presente data seja conhecido o paradeiro de Maria Claudia Garcia e as circunstâncias de seu desaparecimento. Disponível em: <julgamento de fevereiro de 2011>.

176. A obrigação se funda no fato de o Uruguai ser Estado-Parte da Convenção Americana desde 19 de abril de 1985 e ter reconhecido a competência contenciosa da Corte nessa mesma data. Também é parte na Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura desde 10 de novembro de 1992; na Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas desde 2 de abril de 1996; e na Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher desde 2 de abril de 1996.

177. A Lei de Caducidade dá competência propriamente jurisdicional ao Poder Executivo para resolver se os casos denunciados ante a justiça penal estão compreendidos na mesma e, em consequência, dispor do encerramento e arquivamento destes, tornando impossível o julgamento dos culpáveis por crimes de lesa-humanidade.

por si só, legitimidade diante do direito internacional. Dessa maneira, parecia anular o efeito que a quase unanimidade do sistema político outorgou aos resultados dos procedimentos de exercício direto da democracia – o *referendum* de abril de 1989¹⁷⁸ e o plebiscito de outubro de 2009¹⁷⁹ – para justificar sua omissão diante da contínua e persistente violação dos direitos estabelecidos na Convenção Americana de Direitos Humanos. A partir da decisão da Corte IDH, as normas do direito internacional e a proteção dos direitos humanos constituíram-se em um limite inegociável à vontade das maiorias, que por duas vezes decidiram pela vigência dessa lei.

IV

Há um período de tempo nos processos vividos pelas sociedades latino-americanas dos anos 1980 que passou a ser chamado “de transição” entre os regimes autoritários (ditaduras) e as “democracias” restauradas.

Partindo do pressuposto de que essas transições tiveram suas particularidades e especificidades nos diferentes países que sofreram ditaduras, esse fenômeno no Uruguai permite entender e explicar alguns aspectos pouco ou insuficientemente analisados. Entre eles uma visão da chamada “justiça de transição”, que implica a possibilidade de uma justiça recortada, uma visão, um caminho no qual os esforços dos setores mais comprometidos com a defesa dos direitos humanos têm se negado a transitar passivamente.

178. Em 16 de abril de 1989, um grupo de cidadãos e familiares de presos e desaparecidos promoveu e obteve a reunião de assinaturas necessárias dos eleitores a fim de interpor um recurso de referendo contra a Lei de Caducidade (Lei nº 15.848), o qual não foi aprovado pelos cidadãos uruguaios, pois somente 42,4% dos votantes se pronunciaram a favor de fazer valer o recurso.

179. Em 25 de outubro de 2009, submeteu-se à consideração dos cidadãos, junto às eleições de autoridades nacionais e mediante o mecanismo de “iniciativa popular”, um projeto de reforma constitucional pelo qual se introduziria na Constituição uma disposição especial que declararia nula a Lei de Caducidade, proposta que só alcançou 47,7% dos votos emitidos, razão pela qual não foi aprovada.

Efetivamente, no Uruguai, uma espécie de justiça transicional buscou por todos os meios se abster da persecução penal e da punição das graves violações aos direitos humanos na ditadura. Para legitimar essa opção, o argumento era de que assim se facilitava uma transição pacífica. A aprovação da Lei de Caducidade foi a mais importante ferramenta jurídica de isenção de uma persecução penal.

As exigências de responsabilidade e justiça das vítimas, de seus familiares e das organizações de defesa dos direitos humanos no Uruguai sempre estiveram em conflito – em maior ou menor intensidade – com os esforços empreendidos pelo Estado e pelo sistema político para se abster da busca pela verdade e da persecução penal. O preço da paz que devia ser pago pela sociedade era a ausência da justiça. Uma política de persecução penal consequente e eficaz – sustentava-se – desencadearia novas violências e colocaria em perigo os avanços alcançados: uma transição em paz de um governo ditatorial para um governo democrático.

Se a transição foi o período em que as forças da ditadura negociaram a entrega do poder, é interessante estabelecer quando começou esse tempo da transição, quando terminou, e quanto poder foi entregue no momento dessa negociação, que soube ser pressão e desacato à ordem institucional.

No transcorrer desse período, no caso do Uruguai, a lógica desse tipo de justiça de transição buscou prover os meios jurídicos e políticos para que a transição política negociada nos acordos entre a ditadura e a chamada “oposição” democrática (Pacto do Club Naval) encontrasse os caminhos mais adequados para que a lida com um passado de abusos e violações generalizadas e sistemáticas dos direitos humanos se realizasse sob o marco da reconciliação, do equilíbrio entre o poder militar e o poder civil e de uma suposta estabilidade da sociedade.

Esse foi o processo que se buscou e, por muito tempo, se conseguir realizar, ignorando que o restabelecimento dos princípios democráticos passa, necessariamente, pela solução de uma condição básica para que haja o estado de direito: a necessidade coletiva de conhecer a verdade em prol da justiça.

No caso do Uruguai, essa transição esteve sujeita a determinadas negociações políticas, que se desenvolveram no interior das forças que sustentavam a ditadura; no interior do bloco de oposição a essas forças; e entre ambos os blocos.

Para uma suposta compreensão desse período, algumas visões têm pretendido construir um relato supostamente equilibrado dos fatos. Segundo esse relato, a implantação de uma “democracia” que se negocia

com os setores autoritários no poder implica, inevitavelmente, aceitar que o alcance desse estado democrático significa, em maior ou menor medida, a persistência de vícios do estado autoritário anterior. Esse é o preço e o custo que torna possível a transição. Esse seria o único caminho que assegurava a coexistência harmônica entre passado e presente, ainda que ao custo de ter gerado uma nascente desconfiança em relação ao Estado e suas instituições.

De acordo com essa visão, o olhar sobre esse período histórico é apresentado como uma ajuda para não repetir erros que se repartem quase equitativamente entre civis e militares. Para eles, o golpe de Estado de 27 de junho de 1973 foi uma intriga palaciana e não uma ação violenta – que pode ter sido mais ou menos violenta em seu início e desenvolvimento posterior em função da resistência que se opunha internamente ou a partir do exílio político.

V

Na luta contra a impunidade, torna-se imprescindível fazer valer as normas do direito criadas com o esforço da sociedade civil ao longo de todos esses anos, justamente, para impedir sua perpetuação. Nesse contexto e com esse horizonte, desenvolvem-se, a partir da sociedade civil, diversas estratégias em âmbito político e judicial de acordo com o cenário existente.

Com as sentenças proferidas pela Corte IDH no *Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras*, em 1988, no *Caso Blake vs. Guatemala*, em 1998, no *Caso La Cantuta vs. Perú*, em 1999, no *Caso Barrios Altos vs. Perú*, em 2001, e no *Caso Gomes Lund e Outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*, em 2010, intuíamos, nas organizações de defesa dos direitos humanos, que se estavam conquistando avanços substanciais na América que, finalmente, deveriam produzir efeitos no Uruguai. E também, finalmente, quando se definiu a sentença do *Caso Gelman vs. Uruguay*, em 24 de fevereiro de 2010, o que se intuía nos anos anteriores se transformou em esperança certa. Por fim, encerrava-se no Uruguai uma etapa e se iniciava outra, com novos desafios, porém com a possibilidade concreta de se frear a impunidade consagrada pela Lei de Caducidade.

É a partir desse novo cenário e a partir da sociedade civil que se começou a articular um novo empenho para reunir esforços coletivos que permitissem dar continuidade a essa nova etapa pela qual devia transitar o Estado uruguaio. Para isso, uniram-se diversas organizações de direitos humanos com um duplo propósito: assegurar que as obrigações impostas

pela Corte IDH fossem cumpridas e, ao mesmo tempo, consolidar um esforço de unidade permanente dos atores sociais que deveriam ter um papel fundamental no processo de justiça que se reabria sobre os fatos do chamado passado recente.

No início, esse esforço se articulava em torno da necessidade de impulsionar a nível parlamentar uma norma que complementasse as obrigações decorrentes da sentença da Corte IDH, diminuindo a possibilidade de seu não cumprimento de forma eficaz, tendo em vista a existência de algumas dificuldades jurídicas. Dito de outra maneira, era preciso dotar o Poder Judiciário de uma norma que claramente evitaria o não cumprimento cabal que o Uruguai deveria dar à mencionada sentença da Corte IDH.

A promulgação dessa norma legal pelo parlamento – em que pese os inúmeros esforços empreendidos pela sociedade civil – não se concretizou como esperamos. Depois de uma tentativa fracassada em função do voto de um deputado da situação, foi aprovada a Lei nº 18.831, parte da qual, atualmente, vem sendo considerada pela maioria da Suprema Corte de Justiça (SCJ) como inconstitucional. Embora essa norma e a posição majoritária da SCJ sobre ela pautem aspectos importantes referentes aos atuais dilemas jurídicos e institucionais que o Uruguai tem para resolver a fim de não faltar com suas obrigações internacionais, é importante lembrar que, diante da promulgação da Lei nº 18.831, as organizações de direitos humanos expressaram publicamente que seu conteúdo era de exclusiva responsabilidade do sistema político, e que o encaminhamento que sugeriam antes era o mais adequado. Não obstante, expressaram que mantinham a firme esperança de que a lei aprovada fosse realmente efetiva para erradicar definitivamente a impunidade. Sua não aplicação pela imensa maioria dos juízes de primeira instância terminou, posteriormente, a lhes dar razão.

Posteriormente, teve início uma ação lenta e relutante do Estado para cumprir a sentença da Corte IDH, na qual a sociedade civil precisou intervir.

Com essa norma e a Resolução do Poder Executivo, que tornava sem efeito os atos administrativos dos governos anteriores, seria possível entender que, daí em diante, o sistema judicial seria o encarregado exclusivo de concluir a tarefa (desarquivar causas, investigar os fatos e punir os responsáveis) – obrigação que, se era dever do Estado como um todo, foi fragmentada pela divisão de poderes. Nessa situação, a finalização da tarefa de levar adiante de maneira eficaz e em um prazo razoável as investigações e o julgamento dos responsáveis ficou exclusivamente nas mãos do sistema judicial.

Resumindo, o novo desafio dessa etapa incorporou ativamente o sistema judicial, tanto para o desarquivamento de antigas causas como

para a apresentação de novas denúncias. Esse cenário colocou em evidência um problema novo, já não de caráter jurídico, mas, sim, relativo à incapacidade (material e de ferramentas institucionais e administrativas) para que o processo de justiça fosse eficaz.

Nesse cenário, pareceu imprescindível dar continuidade a esse processo, a fim de detectar as dificuldades e impulsionar as medidas que fossem necessárias. Em março de 2012, o PIT-CNT¹⁸⁰ resolveu criar um observatório das causas judiciais e das políticas públicas em matéria de direitos humanos. O objetivo era contribuir para melhorar e aperfeiçoar as políticas públicas de maneira que garantissem o pleno acesso à justiça.

Essa iniciativa de criar um observatório foi assumida e aperfeiçoada com o apoio das organizações sociais que atualmente compõem o PIT – de advogados, das associações de magistrados e de procuradores – além do assessoramento de outros observatórios existentes na América (Argentina, Peru e Chile).

Com algumas informações resgatadas dos tribunais e procuradorias, bem como as existentes na sociedade civil, conformou-se uma base de dados inicial, que foi disponibilizada em um *site* de livre acesso.¹⁸¹

O que foi detectado com isso? Que havia causas que não tinham sido desarquivadas conforme disposto pela Resolução do Poder Executivo. Comprovou-se, novamente, que a investigação, o aporte de informações, testemunhos e o impulso processual continuavam dependendo quase exclusivamente dos denunciantes e das organizações da sociedade civil, como confirma o relatório do relator especial da ONU Pablo de Greiff.

A atuação da sociedade civil até os dias de hoje é a que segue assumindo a função que seria do Estado. A sociedade civil continua sendo o principal auxiliar da justiça.

Para que o Estado assumisse pelo menos em parte esse papel, durante mais de um ano, o Observatório visitou o escritório de ministros, da Secretaria da Presidência da República e de todos aqueles que têm responsabilidades específicas nesses temas no Estado, levantando o problema e incentivando a criação de uma equipe especial-auxiliar da justiça em crimes de terrorismo de Estado, visando colaborar de forma direta com os técnicos jurídicos do Poder Judiciário, em todos os casos relacionados à investigação de crimes cometidos no contexto do terrorismo de Estado.

180. A central sindical única dos trabalhadores do Uruguai (Plenário Intersindical de Trabalhadores. Convenção Nacional de Trabalhadores)

181. O Observatório Luz Ibarburu está disponível em: <observatorioluzibarburu.org>.

Finalmente, a dita Unidade Especial foi criada, que ainda apresenta dificuldades em sua atuação por falta de meios e de um uso adequado por parte do sistema judicial, como também expressou recentemente o relator especial da ONU.

A estratégia unificada dos advogados dos centros militares de levar a cabo várias ações de adiamento dos processos, a posição da maioria da SCJ em relação à Lei nº 18.831 e à validade geral da sentença da Corte IDH, bem como uma porcentagem muito ampla de causas sem advogados dos denunciantes, colocou em evidência que se travava uma verdadeira batalha contra o tempo. Faleciam os algozes, as vítimas e as testemunhas. No caso dos algozes, isso interrompia de forma inexorável o processo e, nos outros casos, produziavam-se dificuldades para o esclarecimento dos fatos e das responsabilidades.

Depois de dois fatos importantes – a transferência de uma juíza¹⁸² e os recursos de inconstitucionalidade decididos pela maioria da Suprema Corte e algumas posições sustentadas por algum procurador e um par de juízes –, teve início uma etapa na qual se tinha, por um lado, uma impunidade de fato, e por outro, a ameaça de outra de caráter jurídico. Isso era evidente: não haveria avanços substanciais (processamento) em alguns casos que mereceriam seguir adiante, e em outros, determinava-se sobrestamento ou arquivamento por prescrição.

Diante desse panorama, no início de 2014, o observatório resolveu incorporar a seus objetivos iniciais outra função: a de assumir um papel ativo nas causas.

Para isso, avocou-se a tarefa de capacitar uma equipe jurídica que assumiria a assistência jurídica naquelas causas que não tinham advogado e coordenaria os poucos advogados que atuavam nesse campo.

Para essa tarefa, não era possível continuar pensando no trabalho honorário dos profissionais. Em razão disso, com o apoio do movimento sindical e financiamento internacional, constituiu-se, no início de 2015, uma equipe jurídica que começou a desenvolver um plano de trabalho para conhecer em tempo e forma o conteúdo e a situação da totalidade das causas e realizar o acompanhamento legal de cerca de meia centena delas. Trata-se de um universo que compreende atualmente cerca de 280 causas, e inclui também causas “não ativas”, isto é, aquelas que foram arquivadas ou se encontram em fase de execução das sentenças proferidas. A razão de incorporar e manter na base dados essas causas consiste

182. A doutora Mariana Mota que estava em frente ao Julgamento Penal de 7º Turno com cerca de 50 causas em processo de pré-sumário.

no fato de que nelas existem informações relevantes na hora de analisar delitos cometidos por um só ator – o Estado – e, portanto, elas se tornam um insumo importante para a investigação global das responsabilidades do Estado terrorista.

Não existe a informação constituída em nossa base de dados em nenhum outro lugar, não existe sistematização dessa informação. O Poder Judicial não sabe quantas causas existem e qual sua situação, o que indica a ausência de interesse de monitorar o cumprimento ou não das sentenças da Corte IDH.

No âmbito da Procuradoria da Corte (Fiscalia de Corte), a situação é um pouco distinta. Ali são elaboradas, mesmo que com muita demora e com informação insuficiente e parcial, listas das causas sob responsabilidade de diferentes procuradores. É preciso reconhecer que, recentemente, o Procurador da Corte (Fiscal de Corte) determinou uma atualização urgente dessa informação por meio de um formulário que é realmente útil.

Também a consulta da base de jurisprudência nacional da Suprema Corte de Justiça tem alguma utilidade na atualização de informações.

Este aspecto de oferecer uma informação atualizada e útil para o processo de justiça é uma responsabilidade do Estado, que teve de ser assumida pela sociedade civil através do Observatório Luz Ibarburu.

Outro objetivo formulado pelo observatório é conhecer as causas que carecem de representação legal. Como já mencionado e destacado pelo relator especial da ONU, no Uruguai, as causas têm ficado a cargo dos esforços principalmente da sociedade civil, e uma causa sem representação legal das vítimas ou dos denunciante está condenada a não avançar. Um levantamento recente das causas nessa situação indica que a porcentagem desses casos é muito alta.

A partir do trabalho da equipe jurídica conduzida pelo dr. Pablo, atualmente, o observatório assumiu a representação legal de um número significativo de causas, tem acompanhado os denunciante e as testemunhas nas audiências e impulsionado as causas processualmente quando necessário.

É notória a omissão do Estado em tomar medidas administrativas e/ou legislativas que permitam melhorar o tratamento das causas. A já criada Unidade Especial do Ministério do Interior está, em nosso entender, subaproveitada, por desconhecimento de seu papel e das possibilidades que pode oferecer como auxiliar da justiça.

Por seu turno, em 2011, o Estado se comprometeu diante da Corte IDH a instalar unidades de apoios às procuradorias. Contudo, essa iniciativa somente se materializou no final de 2015. O mesmo ocorre com

os mandados solicitados à justiça Argentina, que, apesar dos acordos de cooperação, são tratados de forma inadequada.

Igualmente, no que se refere ao acesso à informação de posse do Estado, existe uma política de sigilo em relação às organizações da sociedade civil que pouco ou nada contribui para colaborar com o processo de justiça.

Resumindo, o Observatório Luz Ibarburu, na medida em que recolhe e sistematiza a informação sobre os casos de terrorismo de Estado, produz algo mais que uma narrativa, proporciona uma interpretação e compreensão dos fatos que ocorrem no processo de justiça. O resultado não é positivo nem reconfortante, e é também parte da batalha pela verdade das complicitades e/ou omissões do Estado. Diferentemente de outras situações vividas na luta contra a impunidade, a reação da sociedade que, em parte, materializou-se na criação do Observatório Luz Ibarburu não é contra uma situação desfavorável imperante, como quando se impediu a atuação do sistema judicial, mas, sim, a favor da consolidação de uma mudança favorável que se manifesta na importância assumida pela normativa internacional e pela eliminação parcial, e ainda em debate, das travas a esse processo.

Resolver esses aspectos é dar uma resposta justa à questão: para que existe a justiça?

Referências

ALLANAN casa de exmilitar e incautan documentación sobre la dictadura. **República**, Montevideo, 3 oct. 2015. Disponível em: <<http://www.republica.com.uy/allanan-casa-de-exmilitar-e-incautan-documentacion-sobre-la-dictadura/540442/>>.

BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: procesos judiciales pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: MJ; Nova Iorque: ICT, 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>.

COMISIÓN pidió a Vázquez mejorar reparación a víctimas de dictadura. **República**, Montevideo, 12 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.republica.com.uy/victimas-de-dictadura/521065/>>.

CORTIZAS, Gabriela. Revisión del pasado reciente bajo la lupa de historiadores. **El País**, Montevideo, 24 mayo 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/revision-pasado-reciente-lupa-historiadores.html#>>.

DESAPARECIDOS: 100 llamadas para brindar información en un mes. **El País**, Montevideo, 22 sept. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/desaparecidos-llamadas-brindar-informacion-mes.html#sthash.i82LkFgp.dpuf>>.

DOCUMENTACIÓN sobre la dictadura fue incautada en casa de militar fallecido. **El Observador**, Montevideo, 3 oct. 2015. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/documentacion-la-dictadura-fue-incautada-casa-militar-fallecido-n682991>>.

ERRANDONEA, Jorge. Justicia transicional em Uruguay. **Revista IIDH**, San José, n. 47, p. 13-69, 2008. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23814.pdf>>.

FAMILIARES de desaparecidos en la dictadura uruguaya dicen perseguir la verdade. **Ultima Hora**, Montevideo, 19 mayo 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/familiares-desaparecidos-la-dictadura-uruguaya-dicen-perseguir-la-verdad-n897670.html>>.

FISCAL de Corte busca impulsar causas de crímenes en ditadura. **El Observador**, Montevideo, 9 mayo 2015. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/fiscal-corte-busca-impulsar-causas-crimenes-dictadura-n304673>>.

GUIMARAENS, Ines. Amodio Pérez fue procesado con prisión por “reiterado delitos de privación de libertad”. **El Observador**, Lima, 14 sept. 2015. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/amodio-perez-fue-procesado-prision-reiterado-delitos-privacion-libertad-n677344>>.

INCAUTAN documentos de la dictadura en allanamiento. **El Observador**, Montevideo, 4 oct. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/operativo-incautan-documentos-dictadura-allanamiento.html>>.

LA COMISIÓN me dijo. **Montevideo Portal**, Montevideo, 19 mayo 2015. Disponível em: <<http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?271654,3>>.

LOS TRABAJOS y los días. **Montevideo Portal**, Montevideo, 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?274085>>.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição**. Brasília: Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. (no prelo)

PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, 26., São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf>.

PRESENTAN un nuevo proyecto de ley para juzgar los crímenes de la dictadura uruguaya. **Ultima Hora**, Montevideo, 1º jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/presentan-un-nuevo-proyecto-ley-juzgar-los-crimenes-la-dictadura-uruguaya-n901386.html#sthash.IT4y365T.dpuf>>.

REALIZARON inspección ocular en el Batallón 13. **El País**, Montevideo, 13 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/realizaron-inspeccion-ocular-batallon.html#sthash.SRQrl4GW.dpuf>>.

RUGGIERO, Viviana. Amodio Pérez vuelve a estar tras las rejas 43 años después. **El País**, Lima, 15 sept. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/amodio-perez-vuelve-estar-rejas.html>>.

SALVO, Ana De. Hoy será la edición número 20 de La Marcha del Silencio. **El Diario**, Montevideo, 20 mayo 2015. Disponível em: <<http://eldiario.com.uy/2015/05/20/hoy-sera-la-edicion-numero-20-de-la-marcha-del-silencio/>>.

SE RETOMAN las excavaciones en el Batallón 13. **El País**, Montevideo, 16 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/se-retoman-excavaciones-batallon.html#sthash.RXnFY7iL.dpuf>>.

SERPAJ – SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA. **Uruguay nunca más**: informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). Montevideo, 1989. Disponível em: <<http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/indexbe3b.html?p=145>>.

TAPIA, Carlos. Amnistía alerta “retroceso” en investigaciones de la dictadura. **El País**, Montevideo, 25 feb. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/amnistia-alerta-retroceso-investigaciones-dictadura.html>>.

URUGUAI. Lei nº 15.737, de 8 de março de 1985. **Diario Oficial**, Montevideo, n. 21.906, 22 mar. 1985. Disponível em: <<http://www.impo.com.uy/bases/leyes/15737-1985>>.

URUGUAY, 30 años de democracia. **El País**, Montevideo, 1º mar. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/uruguay-tres-decadas-democraticas.html>>.

URUGUAI. Lei nº 15.848, de 22 de dezembro de 1986. **Diario Oficial**, Montevideo, n. 22.295, 28 dic. 1986. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=15848&Anchor=>>>.



Organizadores
Claudia Paiva Carvalho
José Otávio Nogueira Guimarães
Maria Pia Guerra

JUSTICIA DE TRANSICIÓN EN AMÉRICA LATINA PANORAMA 2015

VERSÃO BILÍNGUE

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
NA AMÉRICA LATINA
PANORAMA 2015

Apoyo



*Empoderando vidas,
Fortaleciendo naciones.*

Realización



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Organizadores
Claudia Paiva Carvalho
José Otávio Nogueira Guimarães
Maria Pia Guerra

JUSTICIA DE TRANSICIÓN EN AMÉRICA LATINA PANORAMA 2015

VERSÃO BILÍNGUE

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
NA AMÉRICA LATINA
PANORAMA 2015

Apoyo



*Empoderando vidas,
Fortaleciendo naciones.*

Realización



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

Eugênio Aragão

Secretário Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidente da Comissão de Anistia

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina De Campos Melo

Caroline Proner

Claudinei do Nascimento

Cristiano Otávio Paixão A. Pinto

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

José Carlos Moreira Silva Filho

Juvelino José Strozake

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Paulo Abrão Pires Junior

Prudente José Silveira Mello

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Virgínius José Lianza da Franca

Diretor da Comissão de Anistia

Claudinei do Nascimento

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Tatiana Tannús Grama

Coordenadora-Geral de Gestão Processual

Marleide Ferreira Rocha

Coordenador de Ações Educativas

Alexandre de Albuquerque Mourão

Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes

Carla Osmo

Coordenador de Controle Processual

João Alberto Tomacheski

Coordenadora de Julgamento e Finalização

Natália Costa

Divisão de Informação Processual

Rodrigo Desessards Nelsis

Divisão de Arquivo e Memória

Mayara Nunes de Castro do Vale

Organizadores
Claudia Paiva Carvalho
José Otávio Nogueira Guimarães
Maria Pia Guerra

JUSTICIA DE TRANSICIÓN EN AMÉRICA LATINA PANORAMA 2015

VERSÃO BILÍNGUE

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
NA AMÉRICA LATINA
PANORAMA 2015

Brasília, 2016

Apoyo



*Empoderando vidas,
Fortaleciendo naciones.*

Realización



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO – 2015

Membros plenos

Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) - Guatemala

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) - Argentina

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) - Brasil

Comissão de Anistia - Brasil

Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos - México

Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario - Colômbia

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) - Brasil

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú - Perú

Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) - El Salvador

Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina - Brasil

Memoria Abierta - Argentina

Núcleo de Preservação da Memória Política - Brasil

Observatorio de Justiça Transicional de la Universidad Diego Portales - Chile

Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica - Uruguay

Observatorio Luz Ibarburu - Uruguay

Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFRJ) - Brasil

Universidad de Lanus - Argentina

Membros afiliados

Benjamin Cuéllar

Francesca Lessa

Jo-Marie Burt

SECRETARIA-EXECUTIVA DA RLAJT (2014-2015)

Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenação

José Otávio Nogueira Guimarães (UnB)

Professores – Pesquisadores

Cristiano Paixão (UnB)

Mamede Said (UnB)

Ione de Fátima Oliveira (UnB)

Caroline Proner (UFRJ)

Maria Paula Araújo (UFRJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Pesquisadores -Supervisores

Claudia Paiva Carvalho

Maria Pia Guerra

Pesquisadores

Amanda Nogueira

Ana Carolina Borges

Ana Carolina Couto

Ana Paula Duque

Bárbara Barreto de Carvalho

Carolina Rezende

Diego Rafael de Queiroz

Esther Serruya Weyl

Hellen Freitas

João Pedro Ramalho

Júlia Guerin

Juliana Cavalcante da Silva

Mariana Fioravanti

Mariana Yokoya

Sofia de Faveri

Talita Rampin

341.5462 J96t Justiça de transição na América Latina : panorama 2015 =
Justicia de transición en América Latina : panorama 2015 /
organização, Claudia Paiva Carvalho, José Otávio Nogueira
Guimarães, Maria Pia Guerra. -- Brasília : Ministério da
Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de
Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

388 p.
Versão bilíngüe.
ISBN : 978-85-5506-041-0

1. Justiça de transição – América Latina. 2. Ditadura –
América Latina. 3. Direitos humanos. 4. Reparação do dano. 5.
Memória coletiva. I. Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de
Anistia. II. Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
(RLAJT).

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Esta publicação é resultado do “Observatório e Rede Latino-Americana de Justiça de Transição”, fomentado com recursos de projeto da Comissão de Anistia com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e sediado, durante o biênio 2014-2015, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. As opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade dos autores e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

Projeto gráfico e diagramação
Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Revisão
Laeticia Jensen Eble (Língua Portuguesa)
Paulo César Thomaz (Língua Espanhola)

PRESENTACIÓN	11
ARGENTINA	
PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	15
<i>Ana Paula Del Vieira Duque e Claudia Paiva Carvalho (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	15
Judicialización	18
Memoria y verdad	20
Reparación	23
Reformas institucionales	24
RESPONSABILIDAD EMPRESARIAL	25
<i>Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) – Argentina</i>	
Investigación sobre la responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad	25
Mercedes Benz	28
Acindar	29
Ingenio La Fronterita	30
Referencias	31
BRASIL	
PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	35
<i>Claudia Paiva Carvalho (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	35
Memoria y Verdad	40
Judicialización	45
Reparación	47
Reformas institucionales	48
RESPONSABILIDAD Y DICTADURA	51
<i>Emílio Peluso Neder Meyer - Centro de Estudos de Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).</i>	
Referencias	55
CHILE	
PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	63
<i>Ana Carolina Couto Pereira Pinto Barbosa, Claudia Paiva Carvalho e Hellen Cristina Rodrigues de Freitas (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	63
Justicia	66
Memoria y verdad	70
Reparaciones	74
Reformas institucionales	74
VERDAD, JUSTICIA Y REPARACIÓN PARA LAS VICTIMAS SOBREVIVIENTES DE LA DICTADURA EN CHILE	75
<i>Boris Hau – Observatorio de Justicia Transicional – Chile</i>	
Los ex presos políticos exigieron al estado un compromiso con las políticas de reparación, justicia y verdad	77
El “Secreto Valech”	78
Justicia para los ex presos políticos	82
Mujeres ex presas políticas exigen Justicia en sus casos	83
Justicia para los ex presos políticos miembros de las Fuerzas Armadas	83
Demandas civiles el caso de los ex Presos políticos de la Isla Dawson	84
Conclusión	84
Referencias	85

COLOMBIA	
PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	89
<i>Esther Serruya Weyl, Mariana Yokoya e Mariana Sant'Ana Fioravanti de Almeida</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	89
Proceso de Paz	97
Justicia	99
Reparación	101
Verdad y Memoria	104
Referencias	105
EL SALVADOR	
PANORAMA DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN EN 2015	107
<i>Bárbara Barreto de Carvalho, Maria Pia Guerra e Sofia de Faveri</i> (Secretaria da RLAJT)	
Memoria y Verdad	109
Justicia	110
Reformas Institucionales	111
JUSTICIA TRANSICIONAL PARA EL SALVADOR	113
<i>Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA) – El Salvador</i>	
Actividades de las comisiones de la verdad en El Salvador y su importancia para el esclarecimiento de la verdad como parte del proceso de Justicia Transicional	115
El Salvador: Comisión de la Verdad (De la locura a la Esperanza)	115
Referencias	117
GUATEMALA	
PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	119
<i>Bárbara Barreto de Carvalho e Maria Pia Guerra</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	119
Justicia	121
Memoria y Verdad	123
Reparación	123
Reformas Institucionales	124
Referencias	124
MÉXICO	
PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	127
<i>Ana Carolina Lopes Leite Borges, Claudia Paiva Carvalho e Hellen Cristina Rodrigues de Freitas</i> (Secretaria da RLAJT)	
Histórico	127
Memoria y Verdad	132
Justicia	134
Reparación	135
Reformas Institucionales	136
<i>Desaparición forzada y tortura</i>	136
<i>Jurisdicción militar</i>	136
<i>Militarización de la seguridad pública</i>	137

MÉXICO

LOS RETOS DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN MÉXICO EN EL PERÍODO DE LA GUERRA SUCIA	139
<i>Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos - México</i>	
La Guerra Sucia en México	139
El desarrollo del derecho a la verdad desde el plano jurídico	140
La investigación de los hechos de la Guerra Sucia	141
Legislación en materia de desaparición forzada y jurisdicción militar	142
Repetición de hechos violatorios a derechos humanos	143
Referencias	144

PERÚ

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	151
<i>Esther Serruya Weyl e Maria Pia Guerra (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	151
Justicia	153
Reformas Institucionales	154
Reparación	155
Verdad y Memoria	156
LA BÚSQUEDA DE LAS PERSONAS DESAPARECIDAS DURANTE EL CONFLICTO ARMADO INTERNO PERUANO Y LAS NECESIDADES DE SUS FAMILIARES	157
<i>Mario R. Cépeda Cáceres – Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia (Universidad Católica del Perú)</i>	
Referencias	161

URUGUAY

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015	165
<i>Amanda Raquel Alves Nogueira e Claudia Paiva Carvalho (Secretaria da RLAJT)</i>	
Histórico	165
Memoria y verdad	169
Justicia	171
DICTADURA Y TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA EN URUGUAY	175
<i>Observatório Luz Ibarburu – Uruguai</i>	
Referencias	194

PRESENTACIÓN

La Red Latinoamericana para la Justicia Transicional (RLAJT) es una iniciativa que reúne activistas y estudiosos del tema de la justicia de transición en diferentes países de América Latina. Creada en 2011 por organizaciones de la sociedad civil y entidades públicas activas en la región, RLAJT fue diseñada con el fin de facilitar y promover el intercambio de conocimientos sobre las experiencias locales de los diferentes países y fomentar la producción de un pensamiento integrado sobre el tema en América Latina.

Gran parte de las sociedades latinoamericanas, con sus particularidades, experimentaran, en el siglo pasado, rupturas institucionales que dejaron secuelas cuyo enfrentamiento sigue siendo un desafío para nuestro tiempo. Algunos de los Estados representados en RLAJT practicaran de manera coordinada, a través de intenso intercambio de informaciones y operaciones compartidas, graves violaciones de los derechos humanos. De ahí la importancia de un esfuerzo conjunto de pensar respuestas adecuadas a estas prácticas y sus duros legados. Ese esfuerzo busca ser no sólo académico sino también político, ya que tiene como objetivo producir ganancias reales en los procesos de justicia transicional y en la afirmación de los derechos humanos en diferentes países del continente.

En Brasil, la Comisión de Amnistía, establecida en 2001 en el Ministerio de Justicia para reparar actos de excepción practicado por el Estado entre 1946 y 1988, desde 2007 ha ampliado su actuación, antes centrada en la reparación económica, a fin de realizar también políticas de reparación simbólica y promoción de la memoria de graves violaciones de los derechos humanos. Con el fin de profundizar en el proceso democrático brasileño, se concibieron y se realizaron proyectos tales como Caravanas de la Amnistía, Marcas de la Memoria, Clínicas del Testimonio, Memorial de la Amnistía Política de Brasil y Revista de la Amnistía.

El trabajo de la Comisión de Amnistía para llevar a cabo la agenda de la transición y hacer frente a la cultura autoritaria en Brasil ha dejado cada vez más evidente la necesidad de construir redes de actores con los propósitos comunes, dentro y fuera del país. Este fue el trasfondo de su protagonismo en la reunión de actores nacionales e internacionales para crear la RLAJT.

En 2013, la RLAJT fue fundada oficialmente, se eligió su primer Comité Gestor, se instaló su primera Secretaría Ejecutiva (con sede en la Universidad de Brasilia y la Universidad Federal de Río de Janeiro) y se eligió la Comisión de Amnistía para estar por delante de su primera gestión. A través de la BRA/08/021 – Cooperación para el intercambio internacional, el desarrollo y la expansión de las políticas de Justicia Transicional de Brasil – realizado con la Agencia Brasileña del Ministerio de Asuntos Exteriores y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), la Comisión de Amnistía contribuyó para que las actividades de RLAJT fueran impulsadas en sus primeros años.



Entre las actividades previstas para los dos primeros años de la RLAJT se incluyeron la producción y publicación de dos informes anuales, uno relativo al año de 2014 y otro de 2015, que presentasen un balance de la situación de la justicia de transición en cada país latinoamericano representado en la Red. El informe de 2014 registró y describió eventos relevantes en el contexto de la justicia de transición que tuvieron lugar aquel año en Argentina, Brasil, Chile, Colombia, El Salvador y Perú. Además de este repositorio de eventos significativos, el informe ofreció un texto panorámico sobre el proceso de justicia transicional para cada uno de los seis países, así como los marcos nacionales con los principales hitos históricos de tales procesos.

El informe de 2015 presentado en versión bilingüe portugués-español, no solamente amplió el número de países abarcados - lo que expresa la expansión de la RLAJT – como también, al modificar su alcance, se convirtió en el estudio *Justicia Transicional en América Latina - Panorama 2015*. Además de los seis países tratados en 2014, este estudio de 2015 ha examinado los casos de Guatemala, México y Uruguay.

El estudio, por lo tanto, se divide en nueve capítulos, uno para cada país con representación en la Red. Textos preparados por el equipo de investigadores de la Secretaría Ejecutiva, bajo la supervisión de Claudia de Paiva Carvalho y Maria Pia Guerra – quienes también aparecen como co-autoras de la mayoría de ellos – presentan un breve histórico y analizan los hechos más significativos relacionados con la justicia de transición en cada uno de estos nueve países. Estos textos fueron revisados y modificados por las instituciones miembros de la RLAJT. Siete de los nueve capítulos también tienen artículos temáticos producidos por los investigadores de

estas instituciones que profundizan aspectos de los procesos de justicia de transición en sus respectivos países.

Para obtener más información acerca de la RLAJT – sus objetivos, historia, directrices, visión, líneas de acción, principios, estructura y miembros – consulte nuestra página *web* (www.rljt.com), donde están disponibles, incluso, este estudio y el informe de 2014. En la misma página, el lector interesado encuentra biblioteca, noticias y eventos relacionados con la justicia de transición en América Latina, así como las informaciones necesarias para convertirse en un miembro pleno o afiliado de nuestra Red. Está hecha la invitación. ¡Buena lectura!

Paulo Abrão

Presidente de la Comisión de Amnistía y Secretario Ejecutivo del Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos de Mercosur.

José Otávio Nogueira Guimarães

Profesor de la Universidad de Brasilia y miembro de la Secretaría Ejecutiva de la Red Latino Americana de Justicia Transicional

Brasilia, enero de 2016.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

Ana Paula Del Vieira Duque e Claudia Paiva Carvalho
Secretaria da RLAJT^{1 2}

Histórico

La última dictadura cívico-militar argentina, llamada Proceso de Reorganización Nacional por la primera junta militar, se inició el 24 de marzo de 1976 y llegó al fin con la elección democrática de Raúl Alfonsín y la asunción como presidente el 10 de diciembre de 1983. El proceso de transición entre los gobiernos dictatorial y democrático no se dio de manera acordada, se produjo como consecuencia de las sucesivas crisis que el gobierno verdaderamente enfrentaba. La derrota en la guerra de las Islas Malvinas y la crisis económica fueron los puntos altos en el proceso de debilitamiento del poderío militar.

Durante el gobierno de Alfonsín se celebró el paradigmático *Juicio a las Juntas*³ (1985), en el cual se juzgó a los integrantes de las tres primeras juntas militares: oficiales superiores del Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea. Dicho juicio resultó en la condena de cinco de los nueve oficiales acusados. En 1984 ya había sido creada la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), que publicó el informe *Nunca Más*⁴ en el que se evidenciaron los secuestros, asesinatos, desapariciones, torturas, apropiación de niños y niñas que se produjeron durante la dictadura a partir de documentos y testimonios de sobrevivientes y familiares de las víctimas. El informe reunió 8.961 casos, pero se estima que el terrorismo de Estado en este país ha dejado aproximadamente 30 mil desaparecidos/as y 500 bebés

1. El texto contó con la revisión y aportes del Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) de Argentina.

2. Texto traducido por Ana Paula Del Vieira Duque, en colaboración con la RLAJT.

3. Documentos relacionados con el juicio, como fotografías y material audiovisual, se pueden encontrar en el sitio web *Espacio Memoria y Derechos Humanos* en: <http://www.espaciomemoria.ar/noticia.php?not_ID=640&barra=noticias&titulo=noticia> y también en el sitio Memoria Abierta en <<http://www.memoriaabierta.org.ar/juicioalasjuntas/>>.

4. La publicación está disponible en: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas0001.htm>>.

nacidos en cautiverio que fueron secuestrados, entregados ilegalmente en adopción y privados de su verdadera identidad. La información reunida en el *Nunca Más* proporcionó al *Juicio a las Juntas* un fundamental cúmulo probatorio.

A mediados del gobierno de Alfonsín se promulgaron las leyes de Punto Final (Ley n° 23.492, de 1986) y Obediencia Debida (Ley n° 23.521, de 1987), conocidas como “leyes de impunidad” ya que imposibilitaban la responsabilidad penal y en consecuencia la condena de los responsables de los crímenes. En 1989, el presidente Carlos Menem completó el proceso de impunidad e indultó mediante decreto a los militares condenados o procesados por la justicia.⁵

En su informe anual (Informe n° 28/92⁶, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) concluyó que las leyes de Punto final y Obediencia Debida y los decretos de indulto eran incompatibles con la Convención Americana sobre Derechos Humanos y la Declaración Americana de Derechos y Deberes del Hombre. Asimismo, recomendó al gobierno argentino establecer una justa compensación a los peticionarios por la violación a la Convención y Declaración americanas. Finalmente recomendó la adopción de medidas para esclarecer los hechos e individualizar a los responsables. En 1994 se sancionó una ley de reparación económica (Ley n° 24.411/1994) destinada a las víctimas de desaparición forzada y a los familiares de los/as que han sido asesinados/as.⁷

En 1995, familiares de detenidos/as desaparecidos/as reclamaron nuevamente por el derecho a conocer la verdad acerca de lo sucedido con sus seres queridos. A partir de esta lucha, se llevaron a cabo durante la segunda mitad de la década de 1990 los llamados “juicios por la verdad”, realizados ante un tribunal, con producción de prueba, pero sin la posibilidad de condenar a los responsables de los delitos investigados debido a la vigencia de las leyes de impunidad.

Después de muchas batallas legales y articulaciones políticas y sociales de los familiares de los/as muertos/as y desaparecidos/as políticos/as y de las organizaciones de derechos humanos, en 2001 un juez federal de primera instancia declaró la inconstitucionalidad y nulidad insanable de las leyes

5. Ver el Decreto n° 1002/1989, disponible en: <www.infoleg.gov.ar>.

6. Disponible en: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/92span/Argentina10.147.htm>>.

7. Disponible en: <http://www.infojus.gob.ar/legislacion/ley-nacional-24411-ausencia_por_desaparicion_forzada.htm?6>.

de Punto Final y Obediencia Debida.⁸ En 2003, el Congreso de la Nación sancionó la nulidad absoluta e insanable de estas leyes, lo que permitió que el poder judicial reabriera las causas que habían sido archivadas por aplicación de las leyes de impunidad e iniciara nuevas investigaciones. Ese mismo año, como medida de reforma institucional, el presidente Néstor Kirchner ordenó la baja de 52 oficiales militares por su responsabilidad en violaciones a los derechos humanos en el período dictatorial.

La inconstitucionalidad e invalidez de las leyes de impunidad fue confirmada por la Corte Suprema de Justicia de la Nación en 2005 en el juicio del caso *Simón, Julio y otros s/ privación ilegítima de la libertad, etc.*⁹ En 2006 finalizó el primer juicio desde la reapertura del proceso de justicia, lográndose condenar a uno de los responsables de delitos de lesa humanidad cometidos durante la dictadura cívico militar.¹⁰

Durante 2015, la Argentina siguió avanzando y profundizando los debates y acciones en el campo de la justicia transicional. El país es una reconocida referencia en América Latina debido a su proceso de juicio de las violaciones a los derechos humanos cometidas durante la dictadura y por la participación activa de víctimas, familiares y organismos de derechos humanos en la lucha por verdad, la justicia y la promoción de la memoria.

Estructurado en cuatro pilares que son considerados directrices en el campo de estudio y de acción de la justicia transicional, este informe presenta una síntesis de las novedades de este año que trascendieron en los medios de comunicación o fueron divulgadas por los organismos de derechos humanos. La memoria, la verdad, la justicia, la reparación y las reformas institucionales fueron los ejes rectores de búsquedas llevadas a cabo en los siguientes periódicos y páginas web de la sociedad civil: *El País*,¹¹ Memoria Abierta,¹² Abuelas de Plaza de Mayo y Madres de Plaza de

8. Dicha declaración se hizo en el caso *Simón, Julio y del Cerro, Juan Antonio s/ sustracción de menores de 10 años – causa nº8686/2000*,” disponible en: <<http://www1.umn.edu/humanrts/research/argentina/csjn2003sep30.html>>.

9. Sentencia disponible en: <<https://www.mpf.gov.ar/Institucional/UnidadesFE/Simon-CSJN.pdf>>.

10. Tribunal Oral Federal nº 5 de la Capital Federal, *Simón, Julio Héctor s/ privación ilegal de la libertad, tormentos y ocultación de un menor de diez años*, 4 de agosto de 2006. Disponible en: <<http://www.cij.gov.ar/nota-931-Sentencias-de-Tribunales-Orales-en-el-pa-s.html>>.

11. Accesible a través del sitio del periódico (http://elpais.com/elpais/portada_america.html) y de su página en Facebook (<https://www.facebook.com/elpais?fref=ts>).

12. Organización no gubernamental, Memoria Abierta es una asociación civil coordinada por organizaciones de derechos humanos fundada en 1999 para promover y rescatar la historia reciente argentina, así como para la promoción de los derechos humanos. Más información disponible a través de su sitio (<http://www.memoriaabierta.org.ar/>) y su página en Facebook (<https://www.facebook.com/memoriaabiertaok>).

Mayo,¹³ HIJOS capital,¹⁴ Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS),¹⁵ y Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA).¹⁶

Judicialización

Respecto a la judicialización como una política de justicia de transición en la Argentina, según los datos publicados por el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS),¹⁷ hasta diciembre de 2015 han finalizado 154 juicios por crímenes de lesa humanidad, en los cuales se condenaron a 662 personas y se absolviéron a 60. Hay 398 causas activas, entre las que destacamos algunas mega causas,¹⁸ tales como: *i*) la del ex centro clandestino de detención tortura y exterminio que funcionó en la Escuela Mecánica de la Armada (ESMA) –, donde 59 represores son juzgados por el secuestro, tortura y asesinato de 789 personas¹⁹ incluyendo por primera vez los “vuelos de la muerte”; *ii*) la causa Plan Cóndor, que investiga los coordinación represiva entre las dictaduras del cono sur para la eliminación de opositores políticos, como una asociación ilícita y con víctimas de varias nacionalidades;²⁰ y *iii*) el *Juicio a los Jueces*, en donde se juzga a 31 personas, entre ellas ex funcionarios judiciales, como por ejemplo los ex jueces Otilio Romano y Luis Miret.²¹

13. Fundadas en 1977, estas asociaciones civiles surgieron con el objetivo de buscar a los detenidos desaparecidos (Madres de Plaza de Mayo) y la restitución de niñas y niños secuestrados y apropiados (Abuelas de Plaza de Mayo) durante la última dictadura. Más información disponible en los sitios de esas asociaciones (<http://www.madres.org/> y <http://www.abuelas.org.ar/>) en el Facebook (<https://www.facebook.com/Abuelas-de-Plaza-de-Mayo-Sitio-oficial-178051892255167/>) y en el Blogspot (<http://madresfundadoras.blogspot.com.ar/>).

14. La agrupación H.I.J.O.S. (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio) nació en 1995 con los objetivos de exigir justicia, reconstruir su historia personal, reivindicar la lucha de sus padres y los 30 mil detenidos desaparecidos y exigir la restitución de sus hermanos apropiados. Más informaciones están disponibles en su sitio (<http://www.hijos-capital.org.ar/>) y en su página en el Facebook (<https://www.facebook.com/hijoscapital?fref=ts>).

15. Organización no gubernamental fundada en 1979 que trabaja en la promoción y la protección de los derechos humanos y el fortalecimiento del sistema democrático en Argentina. Para más información, visite: <http://www.cels.org.ar/>.

16. Informaciones sobre el ex ESMA pueden ser encontradas en su sitio (<http://www.espaciomemoria.ar/>) y en su página en el Facebook (<https://www.facebook.com/espaciomemoria?fref=ts>).

17. Estadísticas disponibles en: <http://www.cels.org.ar/blogs/estadisticas/>.

18. Las mega causas se caracterizan por tener múltiples imputados por delitos cometidos en perjuicio de numerosas víctimas de un mismo circuito represivo o centro clandestino de detención.

19. Sobre la mega causa de la ex ESMA, ver también Carrá (2015).

20. Para saber más sobre esa causa, ver “Plan Cóndor: piden condenas de entre 10 y 25 años para 17 represores”, disponible en: <http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/plan-condor-piden-condenas-de-entre-10-y-25-anos-para-17-represores-10503.html>.

21. Para saber más sobre esa causa, ver “‘Juicio a los Jueces’: el debate entró en receso hasta el 11 de febrero”, disponible en: <http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/juicio-a-los-jueces-el-debate-entro-en-receso-hasta-el-11-de-febrero-10876.html>. Se puede ver un mapa interactivo con información sobre los casos de crímenes contra la humanidad que tienen lugar en Argentina en: <http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/mapa-interactivo-segui-los-juicios-de-lesa-humanidad-en-todo-el-pais-9967.html>.

La Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad en su informe estadístico indicó que en el año 2015 finalizaron 19 juicios en los que fueron sentenciados por primera vez 114 imputados, de los cuales 106 fueron condenados y ocho fueron absueltos.²²

En el mismo informe la Procuraduría señaló que en 2015 se dictaron cinco sentencias por delitos sexuales caracterizados como crímenes de lesa humanidad. En dichas sentencias 18 imputados fueron condenados por los delitos de violación y abuso sexual perpetrados contra 28 víctimas.

Durante el año 2015 hubo algunos avances en investigaciones judiciales que involucran a civiles acusados de ser responsables de delitos de lesa humanidad. Entre los acusados se encuentran dueños y directivos de empresas, jueces y otros operadores judiciales, miembros de la Iglesia Católica y médicos (Valle, 2015).

En abril, las Secretarías de Derechos Humanos de la Nación y de la Provincia de Buenos Aires y familiares de una de las víctimas presentaron una querrela criminal contra la empresa Loma Negra por el secuestro y asesinato del abogado laboralista Carlos Alberto Moreno durante la dictadura. Esto es consecuencia de la sentencia dictada en marzo de 2013 por el Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, que condenó a los autores materiales del crimen, y ordenó investigar al directorio de la empresa, en vista de la existencia de elementos que indicarían su participación en el secuestro y asesinato del abogado (Argentina, 2015a). La presentación de la querrela en esta investigación judicial es otro paso concreto e importante para profundizar la investigación sobre la responsabilidad de empresarios y directores de empresas en la comisión de delitos de lesa humanidad.²³

En junio de 2015, la justicia argentina condenó al primer ex magistrado por crímenes de lesa humanidad cometidos en el ejercicio de sus funciones como juez federal durante la dictadura. Manlio Torcuato Martínez fue condenado a 16 años de prisión por los delitos de asociación ilícita, abuso de autoridad, incumplimiento de la obligación de promover la persecución penal, prevaricato, encubrimiento en la investigación del asesinato de cinco militantes de Montoneros en 1976 y por la privación ilegal de la libertad de otra víctima por abuso de sus funciones (Bullentini, 2015).

Por otra parte, la actuación del Poder Judicial ha sido criticada por organismos de derechos humanos que señalaron aplazamientos en las

22. Informe disponible en: <<http://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/el-estado-de-las-causas-por-delitos-de-lesa-humanidad-en-argentina-balance-y-desafios/>>.

23. Otras iniciativas emprendidas por la Argentina para investigar la responsabilidad de actores económicos que cooperaron con la dictadura se describen en Bohoslavsky y Torelly (2015).

investigaciones y la falta de integración de los tribunales que impiden el correcto desarrollo de los juicios. En junio de 2015, estas asociaciones de defensa de los derechos humanos se movilizaron frente al Consejo de la Magistratura, en rechazo de las maniobras que paralizan las causas en que empresarios, religiosos y funcionarios judiciales son investigados. En dicha oportunidad, la Comisión de Selección de Magistrados trató la designación de jueces subrogantes en Bahía Blanca, donde operadores judiciales han sido acusados de obstaculizar las investigaciones relacionadas con crímenes de lesa humanidad (Convocatoria..., 2015).

Problemas similares fueron señalados en los casos de investigaciones judiciales de crímenes de lesa humanidad en el municipio de San Martín, provincia de Buenos Aires. Además de las dificultades estructurales relacionadas con la investigación criminal, como la elevada fragmentación de las causas y la falta de definición de criterios eficaces de investigación, se añaden la falta de jueces y los retrasos en la fijación del inicio de los debates orales (Dandan, 2015a).

La Argentina es reconocidamente una referencia en términos de respuesta judicial a violaciones de los derechos humanos durante la dictadura, pero es importante señalar el enfrentamiento de dificultades inherentes al proceso. Así, con todo el protagonismo en la región también hay casos de impunidad resultado de la avanzada edad de los acusados – que mueren sin haber llegado a juicio o son apartados de los procesos por estar afectados por una incapacidad sobreviniente – y el ritmo de las investigaciones judiciales. En septiembre de 2015 murió, a los 85 años y sin haber sido condenado, Mario Benjamín Menéndez, quien fue jefe del Estado Mayor del Ejército Argentino durante el Operativo Independencia en 1975. Él tuvo a su cargo el centro clandestino Escuelita de Famaillá y fue gobernador de facto de las Islas Malvinas durante la guerra de 1982. Menéndez había sido procesado en 2012, junto con otros 16 militares, por los delitos de asociación ilícita, violación de domicilio, privación ilegal de la libertad, apremios ilegales, vejaciones y tormentos, violaciones y abusos sexuales y homicidios (Otro..., 2015; Dandan, 2015b).

Memoria y verdad

Respecto a la memoria, uno de los principales hitos de 2015 fue la inauguración, del Sitio de Memoria ESMA. Ubicado en el predio de la ex Escuela Mecánica de la Armada – ESMA, donde funcionó un centro clandestino de detención, tortura y exterminio. El espacio funciona “como un ámbito de homenaje a las víctimas y de condena a los crímenes de lesa humanidad cometidos durante el terrorismo de Estado”²⁴ Además del Sitio de

24. Más información en: <<http://www.espaciomemoria.gov.ar/espaciohoy.php>>.

Memoria, el predio alberga al Archivo Nacional de la Memoria, las sedes de organismos históricos de derechos humanos, el Museo Malvinas, institutos para la promoción de derechos humanos del Mercosur y Naciones Unidas y otros sitios para llevar a cabo actividades culturales y educativas para la promoción de los derechos humanos y valores democráticos.²⁵

Al final de su mandato en diciembre de 2015, la presidenta Cristina Fernández inauguró otros seis edificios en el Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA), donde funcionarán diversas instituciones, entre ellas la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación (La Presidenta..., 2015). Esta transformación del edificio de la ex ESMA se inscribe en el proceso de resignificación de los lugares utilizados por la dictadura para secuestrar, torturar y asesinar como espacios de reflexión sobre el pasado y de promoción de la memoria.

Otro hito importante en 2015 fue el 30º aniversario del Juicio a las Juntas Militares. En vista de esta fecha tan emblemática, la organización Memoria Abierta, miembro de la Red Latinoamericana de Justicia (RLAJT), dio a conocer su importante archivo, el cual contiene fotografías, documentos y materiales audiovisuales, entre ellos se destacan las 530 horas de registro fílmico del juicio histórico.²⁶ El Juicio a las Juntas se llevó a cabo en el año 1985 y allí se juzgaron casos seleccionados por la Fiscalía con el fin de probar la comisión sistemática de secuestros, torturas, apropiación de niños y niñas, asesinatos, robos – entre tantos otros delitos –, mediante el uso del aparato del Estado. En este juicio se probó la existencia de un plan sistemático de exterminio implementado por las fuerzas armadas con la anuencia y/o colaboración de algunos actores sociales.²⁷

La búsqueda de nietos y nietas apropiados/as al momento del secuestro de sus padres durante la dictadura, siguió siendo un eje de las articulaciones entre Estado y sociedad civil en la post-dictadura. Abuelas de Plaza de Mayo fue fundada en 1977 con el fin de recabar información para encontrar a los 500 bebés secuestrados de sus familias y entregados a familias militares o a terceros. Con la creación del Banco Nacional de Datos Genéticos (BNDG) en 1987 y la Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (Conadi) en 1993, la búsqueda de niños y niñas se consolidó como política de Estado. En cada restitución de identidad intervienen la asociación Abuelas de Plaza de Mayo, la Conadi, el poder judicial y

25. Es posible hacer un paseo virtual por el sitio en las direcciones: <<http://www.espaciomemoria.ar/mapa.php>> y <http://www.espaciomemoria.ar/recorrido_historico_fotos.php>.

26. El acervo está disponible en: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/juicioalasjuntas/>>.

27. Más información en: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/juicioalasjuntas/#sthash.FVMDrPIh.dpuf>>.

el BNDG. En 2015, gracias a esta articulación, han sido identificados/as los/as nietos/as n° 117, 118 y 119, secuestrados/as durante la dictadura (Abuelas..., 2015a; Abuelas..., 2015b; Abuelas... 2015c). Abuelas de Plaza de Mayo, a su vez, realiza anuncios publicitarios, libros, películas y obras teatrales que buscan estimular a los adultos nacidos entre 1975 y 1980 a buscar la verdad sobre su identidad.

Asimismo, como política de memoria y verdad, los organismos de derechos humanos en Argentina han promovido diversas actividades como espectáculos artísticos, proyecciones de películas, espacios de debate público, programas de radio y la publicación de libros sobre el tema de la dictadura y la búsqueda de reparaciones.

En un renovado intento de impunidad de ciertos sectores de la sociedad representados por el diario *La Nación*, en noviembre de 2015, el periódico publicó un editorial contra los juicios por crímenes de lesa humanidad en Argentina. En él, se le solicitaba al gobierno del presidente electo, Mauricio Macri, que resolviese la situación de los ex miembros de las fuerzas armadas y de seguridad que fueron condenados y que se encontraban detenidos. El editorial fue muy criticado por las organizaciones de derechos humanos, así como por los propios empleados del periódico, quienes repudiaron la opinión expresada en el texto (Trabajadores..., 2015).

Como aporte significativo a la reconstrucción histórica y seguramente al proceso de justicia, se presentó la investigación realizada por el historiador Lucas Bilbao y el sociólogo Ariel Lede sobre el vicariato castrense. A partir del estudio de los diarios del provicario Victorio Bonamín, se realizó un informe del que surge que “al menos 102 sacerdotes ejercieron su trabajo pastoral en unidades militares donde funcionaron centros clandestinos” (Martínez, 2015). Dicho informe fue entregado a la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad y nutrirá las investigaciones judiciales.

Además, fue presentado el informe *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado* (Argentina; Cels; Flacso, 2015). La investigación advierte sobre la responsabilidad de 25 empresas nacionales y extranjeras en la represión a los trabajadores durante la dictadura. La publicación también fue entregada a la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad del Ministerio Público para incorporarse a las causas judiciales.

En esta misma línea de la complicidad económica de empresas y empresarios con la dictadura, se creó la Comisión Bicameral de Identificación de las Complicidades Económicas y Financieras, compuesta por cinco diputados y cinco senadores (Crearán..., 2015). La comisión

bicameral tiene por objetivo la elaboración de un informe en el que se describan detalladamente los aspectos más importantes y las consecuencias de las políticas económica, monetaria, industrial, comercial y financiera adoptadas por la última dictadura cívico militar e identificar a los actores económicos y técnicos que contribuyeron y/o se beneficiaron con la dictadura aportando apoyo económico, técnico, político, logístico o de otra naturaleza (El Senado..., 2015).

Reparación

En el campo de la reparación económica, en junio de 2015 se promulgó la Ley nº 27.143 que establece que la solicitud de los beneficios estipulados en las leyes reparadoras para víctimas del terrorismo de Estado no tiene plazo de caducidad. De esta forma se posibilita que aquellas personas que aún no lo hayan requerido puedan ejercer su derecho a la reparación en cualquier momento.

En el ámbito de la reparación simbólica, en octubre del mismo año, el ministro de Economía y Finanzas Públicas de la Nación, Axel Kicillof, entregó los legajos reparados a los familiares de treinta y un trabajadores del Ministerio de Economía y de empresas bajo su responsabilidad, víctimas de desaparición forzada durante la dictadura. De acuerdo al comunicado de prensa de ese ministerio, “La reparación de los legajos se encuadra en el Decreto nº 1199/2012 dictado por la presidenta Cristina Fernández de Kirchner para inscribir la verdadera causa del cese de la relación laboral de los trabajadores estatales” (Argentina, 2015b).

Ese mismo mes, el Ministro también entregó a familiares los legajos reparados de cuarenta y dos trabajadores de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) detenidos y desaparecidos (Argentina, 2015c). Ambos actos se caracterizaron por ser una reivindicación largamente anhelada por las familias de las víctimas y profundamente emotivos.

Por su parte, en agosto del mismo año se rectificaron los legajos de trabajo de los/as alumnos/as, docentes y auxiliares de la educación de la provincia de Buenos Aires desaparecidos/as durante la última dictadura argentina, en los que figuraba la información falsa de que habían sido cesanteados por abandono de cargo. Así se consignó el verdadero motivo de baja por persecución política o por desaparición forzada como consecuencia del terrorismo de Estado. Según la Directora General de Cultura y Educación, Nora de Lucía, “la recuperación de la verdad en cada historia de cada docente, alumno, auxiliares y administrativos es un acto de justicia, es una victoria de la vida sobre la muerte y de la memoria sobre el olvido” (Roesler, 2015).

Reformas institucionales

En julio de 2015, el Congreso argentino sancionó una ley, luego promulgada por la presidenta Cristina Fernández de Kirchner, mediante la cual se prohíbe la amnistía, el indulto o la conmutación de pena en el caso de crímenes contra la humanidad. La Ley nº 27.156 establece en su artículo único que “las penas o procesos penales sobre los delitos de genocidio, de lesa humanidad y crímenes de guerra contemplados en los artículos 6º, 7º y 8º del Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional y en los tratados internacionales de derechos humanos con jerarquía constitucional, no pueden ser objeto de amnistía, indulto o conmutación de pena, bajo sanción de nulidad absoluta e insanable del acto que lo disponga”. Según el autor del proyecto de ley, el diputado y nieto recuperado Horacio Pietragalla, el objetivo “Es una reafirmación de las instituciones democráticas sobre la gravedad de los delitos de lesa humanidad y la obligación del juicio y castigo para sus responsables” (Una garantía..., 2015).

RESPONSABILIDAD EMPRESARIAL

Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels)

Argentina

Investigación sobre la responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad

En noviembre de 2015, el Poder Ejecutivo Nacional, a través del Programa Verdad y Justicia y la Secretaría de Derechos Humanos, ambos dependientes del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, el Área de Economía y Tecnología de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) y el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) presentaron los resultados de la investigación sobre la responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad a la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad del Ministerio Público. En diciembre, los resultados de la investigación fueron entregados al diputado Héctor Recalde, para que por su intermedio, llegue a la Comisión Bicameral de Identificación de las Complicidades Económicas y Financieras²⁸ para su consideración. Finalmente, en el mismo mes, el informe fue difundido públicamente.

La investigación *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado* (Argentina; CELS; Flacso, 2015) aporta evidencias sobre la responsabilidad de un sector del empresariado nacional y extranjero en las violaciones a los derechos humanos cometidas contra trabajadores durante la dictadura.

El trabajo abarca 25 empresas, dedicadas a actividades diferentes y ubicadas en distintas regiones del país: Minera El Aguilar, La Veloz del Norte, Grafanor, ingenios Ledesma, La Fronterita y Concepción (NOA); Alpargatas, Molinos Río de la Plata, Swift, Propulsora Siderúrgica, Astillero Río Santiago y Petroquímica Sudamericana (cordones del sur bonaerense); Grafa, Ford, Mercedes-Benz, Lozadur y Cattáneo, astilleros Astarsa y Mes-trina, Dálmine-Siderca y Acindar (norte y oeste de la provincia de Buenos Aires y sur de Santa Fe); FIAT (zona Centro); Las Marías (NEA); y Loma Negra y La Nueva Provincia (interior de Buenos Aires). Actualmente, casi todas estas empresas están siendo investigadas judicialmente, con distintos tipos de estado y alcance de las respectivas causas.

28. En noviembre de 2015 el Congreso de la Nación aprobó la Ley n° 27.217, luego promulgada por la presidenta Cristina Fernández de Kirchner que creó la Comisión Bicameral de Identificación de las Complicidades Económicas y Financieras durante la última dictadura militar. El diputado Recalde fue el autor del proyecto de ley.

En las 25 empresas, se identificaron casi 900 víctimas del terrorismo de Estado. Entre ellas, 354 permanecen desaparecidas, 65 fueron asesinadas y más de 450 fueron secuestradas y luego liberadas. La mayoría eran trabajadores y ex trabajadores de esas empresas que habían participado de los procesos de conflicto y organización laboral previos al golpe de 1976.

La investigación encontró que en cinco de las empresas hubo entre 70 y más de 100 trabajadores víctimas de la represión: Astillero Río Santiago, Dálmine-Siderca, Acindar, Ingenio Ledesma y FIAT. En otras cinco, las víctimas fueron entre 30 y 40. En 14 empresas, entre 10 y 30. En el diario *La Nueva Provincia* se registraron dos víctimas.

El ciclo represivo tuvo una primera etapa entre 1974 y el 24 de marzo de 1976, durante la cual los casos más visibles e intensos fueron los de las empresas FIAT en Córdoba, los ingenios Concepción y La Fronterita de Tucumán, en vinculación con el Operativo Independencia; y los casos del ingenio Ledesma, en Jujuy, y en el cordón industrial de la zona norte, en particular Acindar en Villa Constitución y en menor medida Dálmine-Siderca en Campana.

Una segunda etapa represiva, en la que hubo un salto cualitativo en intensidad se inició el 24 de marzo de 1976 con los masivos operativos militares en las fábricas y se caracterizó por su impacto sobre los trabajadores entre 1976 y 1977, abarcando diversas formas de violencia en los lugares de trabajo, prohibición de asambleas y reuniones, y profundización de las estructuras de vigilancia y control. Se extendió hasta 1979 cuando comienza un relativo descenso del impacto represivo en los casos analizados por el informe.

Las prácticas represivas eran protagonizadas por figuras empresariales de distinta jerarquía que se relacionaban con los diversos actores militares, en terrenos diferentes, y se involucraban en las distintas prácticas represivas: capataces, jefes de áreas como Seguridad y Vigilancia, Relaciones Industriales o Laborales y Personal, jerárquicos como jefes de Producción o superintendentes de fábrica y, en algunos casos, miembros de directorio, accionistas o dueños de empresas.

Estas prácticas deben ser analizadas en el marco de un proceso general de militarización de los establecimientos laborales. El nivel máximo de militarización fue la instalación de centros clandestinos de detención y tortura dentro de los espacios de trabajo. En cinco empresas funcionaron lugares de reclusión, donde las víctimas fueron ilegalmente detenidas y sujetas a maltratos y torturas: una siderúrgica en Santa Fe (Acindar), una automotriz y un astillero en el Gran Buenos Aires (Ford y Astillero Río

Santiago), un ingenio azucarero en Tucumán (La Fronterita), y una empresa de transporte en Salta (La Veloz del Norte). Además, en algunos de los casos estudiados, este aporte extremo a la represión se complementó con la presencia de los directivos de las empresas en el secuestro, cautiverio y tortura de los trabajadores. En este sentido, se destaca el caso de Marcos Levín, entonces dueño de La Veloz del Norte.

Si la instalación de centros clandestinos de detención y tortura dentro de las fábricas fue la variante más extrema de militarización, la más utilizada – con particular énfasis desde el 24 de marzo de 1976 – fue la puesta en práctica de operativos de gran despliegue de efectivos y de fuerza en los predios fabriles. En estos se desplegó un amplio arco de prácticas empresariales que comprendieron las convocatorias explícitas a la intervención militar y la provisión de materiales decisivos para su desarrollo. La participación de las empresas en la logística represiva incluye el aporte de recursos económicos para el mantenimiento de soldados; el financiero, para solventar gastos; el móvil, para transportar tropas y secuestrados; y el informativo, que nutrió la política represiva.

Las prácticas represivas reveladas en la investigación según su grado de recurrencia son:

- secuestro de trabajadores en las fábricas y despido o retiro forzado de obreros activistas (88%);
- entrega a las fuerzas represivas de información privada sobre los trabajadores y listas de delegados (76%);
- presencia y actividad militar de control, supervisión y amedrentamiento dentro las fábricas (72%);
- oficiales de fuerzas armadas o de seguridad en cargos directivos (68%);
- agentes de inteligencia infiltrados (60%);
- operativos militares en los predios fabriles (56%);
- cuadros empresariales en las detenciones, secuestros y torturas (52%);
- habilitación de instalaciones para el asentamiento de fuerzas represivas (48%);
- aportes económicos a las fuerzas represivas (48%);
- uso de vehículos de la empresa en operativos de detención y secuestro (40%);

- control militarizado del ingreso a la planta fabril (40%);
- amenazas de directivos a los trabajadores con el uso de la fuerza represiva (36%);
- pedidos de detención de parte de directivos (36%);
- pedidos de intervención militar en conflictos (32%);
- secuestros de trabajadores en el trayecto entre la empresa y la casa (32%);
- agencias de seguridad en las empresas (32%);
- centros clandestinos de detención en establecimientos de la empresa (24%);
- control militarizado de la producción (16%);
- retención y tortura en espacios de la fábrica (16%).

En el ejercicio del poder represivo contra los trabajadores, las fuerzas armadas contaron en numerosas ocasiones con el aporte adicional o sustantivo de dueños o personal jerárquico de las empresas. En algunos hechos particulares, las figuras empresariales se encontraron en franca posición de iniciativa represiva (más del 30%). En otros, explicitaron posiciones de fuerza mediante amenazas directas (36%). En la mayoría estuvieron presentes en el lugar y momento de los secuestros y torturas (52%). Estas prácticas de articulación entre sectores militares y empresarios en la represión a trabajadores constituyen violaciones a los derechos humanos, tanto por sus características propias como porque se insertaban en la trama del terrorismo de Estado.

A continuación se enumerarán algunas de las empresas que fueron objeto de la investigación.

Mercedes Benz

Los trabajadores de la fábrica de Mercedes Benz Argentina, ubicada en González Catán, habían logrado, antes del golpe de Estado del 24 de marzo de 1976, varias mejoras salariales y relativas a las condiciones de trabajo. También se habían opuesto con éxito a varios intentos de la empresa de incrementar la productividad aumentando el ritmo de trabajo.

Este proceso de reclamos laborales exitosos fue revertido a partir del comienzo de la dictadura, durante la cual al menos veinte trabajadores de Mercedes-Benz resultaron víctimas de crímenes de lesa humanidad. Quince están desaparecidos, uno fue asesinado y cuatro secuestrados y

luego liberados. Dos de las víctimas fueron secuestradas en su lugar de trabajo, sin que la empresa efectuara denuncia alguna. Uno de estos obreros, mientras esperaba que vinieran a llevárselo, escuchó como el gerente de producción entregaba a las fuerzas represivas la dirección de uno de sus compañeros de trabajo, que fue secuestrado allí horas después.

El 4 de enero de 1977, la empresa había convocado a varios trabajadores a una reunión para discutir condiciones de trabajo. La buena predisposición de los directivos durante el encuentro llamó la atención de dos de los representantes de los trabajadores, que fueron secuestrados horas después de concluida la reunión.

La empresa también aportó a la represión listados de nombres, fotografías, domicilios y legajos de trabajadores. El legajo de la inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires de uno de los trabajadores desaparecidos da cuenta de este tipo de aportes. En el mismo se lee “la empresa lo tiene sindicado como encargado de distribuir panfletos refrendados por la Comisión Externa” y “el causante integraría el Movimiento Obrero de la Empresa”. Los nexos de la empresa con el ejército llegaron a tal punto que esta inclusive le donó dos aparatos de neonatología, evidentemente destinados a las maternidades existentes en centros clandestinos de detención.

En ese contexto, los directivos de la empresa, al tiempo que mantenían frecuentes reuniones con autoridades de la dictadura, implementaron las medidas de aumento del ritmo de trabajo tan resistidas por los trabajadores antes del golpe y llevaron adelante un plan sistemático de reducción de la cantidad de obreros.

El CELS interviene como querellante desde el año 2002 en la causa en la que se investiga la represión de la que fueron víctimas en agosto de 1977 siete de los trabajadores referidos, y la posible responsabilidad de los directivos de la empresa, de la cúpula del Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (Smata), de funcionarios civiles de la dictadura y de las fuerzas armadas.

Acindar

Los trabajadores de la planta de Villa Constitución de la empresa siderúrgica Acindar protagonizaron un proceso de organización que los convertiría en uno de los principales exponentes del sindicalismo combativo y con el que lograron mejoras como la creación de un policlínico, aumentos salariales e incremento de la cantidad de afiliados.

En Acindar hubo noventa y cinco víctimas de delitos de lesa humanidad, trabajadores y personas vinculadas con la empresa: dieciocho

asesinados, ocho desaparecidos, y 69 detenidos y liberados. La mayoría de estos delitos ocurrieron antes del golpe. Además, había una estrecha relación entre los directivos de la empresa y los militares: en 1975 José Alfredo Martínez de Hoz era el presidente del directorio, en 1976, pasó a desempeñarse como ministro de Economía, y en sus tareas en Acindar fue remplazado por el general Alcides López Aufranc.

La empresa puso una mirada de recursos a disposición del aparato represivo. La planta fue militarizada y funcionaron dentro de ella un destacamento policial y un centro clandestino de detención. Varios trabajadores relatan haber sido torturados en los albergues de solteros dentro del predio de la planta. Algunos fueron detenidos en su lugar de trabajo, y la empresa aportó medios de transporte, dinero y los legajos personales de los trabajadores, además de otra información que posibilitó que se llevaran a cabo las detenciones. En 1975 Acindar dispuso que sus operarios realizaran los trámites de cédula de identidad y de un nuevo carnet de fábrica. Las fotos tomadas por la empresa en esa oportunidad fueron luego usadas por el personal represivo para secuestrarlos.

Ingenio La Fronterita

El ingenio azucarero La Fronterita, ubicado a 45 km de San Miguel de Tucumán, registró en los años previos a la última dictadura militar un proceso de recuperación sindical dirigido por sectores combativos, que a través de su comisión directiva y del cuerpo de delegados llevaron adelante varios conflictos con la empresa por mejoras en las condiciones de trabajo.

Al menos veinticinco obreros de la empresa fueron víctimas de crímenes de lesa humanidad: dos asesinados, nueve desaparecidos y catorce secuestrados y liberados. Por lo menos siete de ellos habían integrado la comisión directiva o el cuerpo de delegados del sindicato. Un trabajador secuestrado relata que mientras se lo interrogaba bajo torturas en “La Escuelita” se le indicó “a vos te mandan en cana tus patrones”. La empresa aprovechó la situación para reforzar el disciplinamiento y el control de los trabajadores, reduciéndose la conflictividad laboral. Paralelamente, efectuó un aporte considerable (de U\$ 300.000 o 400.000) al Fondo Patriótico Azucarero creado durante el gobierno dictatorial de Antonio Domingo Bussi.

La empresa otorgó a la represión parte de su propiedad que fue utilizada como centro clandestino de detención, en el que fueron torturados sus trabajadores. Al menos once de las víctimas estuvieron secuestradas en esas instalaciones, por donde también pasaron otras personas ajenas a la compañía. Un obrero que estuvo secuestrado allí recuerda que al ser liberado los militares le dijeron que los días de cautiverio se los debía

pagar el ingenio. Además, la empresa aportó camionetas que fueron utilizadas para el secuestro y traslado de los secuestrados. Por otro lado, varios trabajadores fueron secuestrados en propiedades del ingenio, sin que la empresa realizara denuncia ni manifestación alguna en contra de lo sucedido.

Referencias

ABUELAS de Plaza de Mayo recuperó a la nieta 117. **Perfil.com**, Buenos Aires, 31 ago. 2015a. Disponible en: <<http://www.perfil.com/sociedad/Abuelas-de-Plaza-de-Mayo-recupero-a-la-nieta-117-20150831-0013.html>>.

ABUELAS de Plaza de Mayo encontró al nieto de Delia Giovanola, una de las fundadoras de la entidad. **Página 12**, Buenos Aires, 5 nov. 2015b. Disponible en: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-285494-2015-11-05.html>

ABUELAS recuperó al nieto 119. **Página 12**, Buenos Aires, 30 nov. 2015c. Disponible en: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-287254-2015-11-30.html>

ARGENTINA. **Decreto n° 1.002, 10 de octubre de 1989**. Se indulta a personas comprendidas en determinadas causas. Disponible en: <<http://www.infojus.gob.ar/1002-nacional-indultos-dn19890001002-1989-10-06/123456789-0abc-200-1000-9891soterced>>.

ARGENTINA. **Ley n° 23.492, 23 de diciembre de 1986**. Dispónese la extinción de acciones penales por presunta participación, en cualquier grado, en los delitos del artículo 10 de la Ley n° 23.049 y por aquellos vinculados a la instauración de formas violentas de acción política. Excepciones. Disponible en: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>>

ARGENTINA. **Ley n° 23.521, 4 de junio de 1987**. Delimitación prevista en los alcances del deber de obediencia debida, se fijan límites al sistema de enjuiciamiento dispuesto por el art. 10 de la Ley n° 23.049. Disponible en: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>>.

ARGENTINA. **Ley n° 23.521, 4 de junio de 1987** Delimitación prevista en los alcances del deber de obediencia debida, se fijan límites al sistema de enjuiciamiento dispuesto por el art. 10 de la Ley n° 23.049. Disponible en: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>>.

ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Kicillof**: “Recuperar la dignidad de nuestro pueblo es también una política de derechos humanos”. Buenos Aires, 1º oct. 2015b. Disponible en: <<http://>

www.economia.gov.ar/kicillof-recuperar-la-dignidad-de-nuestro-pueblo-es-tambien-una-politica-de-derechos-humanos/>.

ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **YPF entregó legajos reparados a familiares de trabajadores desaparecidos**. Buenos Aires, 13 oct. 2015c. Disponible en: <<http://www.economia.gov.ar/ypf-entregó-legajos-reparados-a-familiares-de-trabajadores-desaparecidos/>>.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales; FLACSO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. **Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad**. Represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado. Buenos Aires: Infojus, 2015. 2 t. Disponible en: <<http://www.infojus.gov.ar/buscador/ediciones-infojus-libros>>.

ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos. **Las secretarías de derechos humanos de nación y provincia de Buenos Aires presentaron querrela contra la empresa cementera Loma Negra**. Buenos Aires, 29 abr. 2015a. Disponible en: <<http://goo.gl/1K4iXb>>.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo D. Cooperação econômica com regimes autoritários: um olhar para as experiências comparadas. **Blog da Rede**, Brasília, 23 abr. 2015. Disponible en: <<http://goo.gl/cM4YZg>>.

BULLENTINI, Ailín. La pata judicial de la última dictadura. **Página 12**, Buenos Aires, 13 jun. 2015. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-274840-2015-06-13.html>>.

CARRÁ, Juan. La fiscalía pidió 52 perpetuas y que los medios se rectifiquen. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 9 dic. 2015. Disponible en: <<http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/esma-pidieron-52-prisiones-perpetuas-10806.html>>.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS – CONADEP. **Nunca Más**. Buenos Aires, Sept. 1984. Disponible en: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas0001.htm>>.

CONVOCATORIA para rechazar parálisis de causas judiciales. **Tiempo Argentino**, Buenos Aires, 16 junio 2015. Disponible en: <http://tiempo.infonews.com/nota/155222/convocatoria-para-rechazar-paralisis-de-causas-judiciales#sthash.D7pFzmrB.dpuf>

CREARÁN bicameral para investigar la complicidad civil con la dictadura. **Perfil.com**, Buenos Aires, 24 sept. 2015. Disponible en: <<http://www.perfil.com/politica/Crearan-bicameral-para-investigar-la-complicidad-civil-con-la-dictadura-20150924-0002.html>>.

DANDAN, Alejandra. Dificultades para avanzar en San Martín. **Página 12**, Buenos Aires, 24 jun. 2015a. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-275578-2015-06-24.html>>.

DANDAN, Alejandra. Dificultades para avanzar en San Martín. **Página 12**, Buenos Aires, 21 sept. 2015b. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-282119-2015-09-21.html>>.

EL SENADO aprobó la ley que crea la bicameral de identificación de la complicidad económica con la última dictadura. **Télam**, Buenos Aires, 25 nov. 2015. Disponible en: <<http://www.telam.com.ar/notas/201511/128324-camara-senadores-ley-proyecto-creacion-comision-bicameral-identificacion-complicidades-economicas-dictadura-civico-militar.html>>.

INFOJUS. ‘Juicio a los Jueces’: el debate entró en receso hasta el 11 de febrero. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 23 dic. 2015. Disponible en: <<http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/juicio-a-los-jueces-el-debate-entro-en-receso-hasta-el-11-de-febrero-10876.html>>.

INFOJUS. Mapa interactivo: seguí los juicios de lesa humanidad en todo el país. **Infojus Noticias**, Buenos Aires, 21 ene. 2016. Disponible en: <<http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/mapa-interactivo-segui-los-juicios-de-lesa-humanidad-en-todo-el-pais-9967.html>>.

LA PRESIDENTA Cristina Fernández inaugurará seis edificios en el **Espacio Memoria. Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex-ESMA)**, Buenos Aires, 20 nov. 2015. Disponible en: <http://www.espaciomemoria.ar/noticia.php?not_ID=723&barra=noticias&titulo=noticia>.

MARTÍNEZ, Diego. Las sotanas del terrorismo de Estado. **Página 12**, Buenos Aires, 27 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-277987-2015-07-27.html>>.

OTRO genocida que muere sin condena. **Página 12**, Buenos Aires, 19 sept. 2015. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-282026-2015-09-19.html>>.

ROESLER, Pablo. Reparación histórica a docentes y alumnos bonaerenses víctimas de la dictadura. *Tiempo argentino*, Buenos Aires, 15 ago. 2015. Disponible en: <<http://tiempo.infonews.com/nota/181805/reparacion-historica-a-docentes-y-alumnos-bonaerenses-victimas-de-la-dictadura>>.

TRABAJADORES de La Nación repudiaron el editorial sobre represores. **Perfil.com**, Buenos Aires, 23 nov. 2015. Disponible en: <<http://www.perfil.com/politica/Trabajadores-de-La-Nacion-repudiaron-el-editorial-sobre-represores-20151123-0109.html>>.

UNA GARANTÍA contra indultos, **Página 12**, Buenos Aires, 1º ago. 2015. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-278413-2015-08-01.html>>.

VALLE, Liliana. Con marchas y contramarchas, la Justicia comenzó a poner nombre y apellido a los civiles cómplices de la dictadura. **Télam**, Buenos Aires, 31 dic. 2015. Disponible en: <<http://www.telam.com.ar/notas/201512/131649-investigaciones-justicia-crimenes-lesa-humanidad-dictadura-anuario.html>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

Claudia Paiva Carvalho
Secretaria da RLAJT²⁹ ³⁰

Histórico

La dictadura cívico-militar en Brasil se estableció el 1 de abril de 1964 por un golpe de Estado que derrocó al gobierno del ex presidente João Goulart, y continuó hasta el año 1985 cuando José Sarney asumió la presidencia de la República, después de la muerte del presidente elegido Tancredo Neves.

Desde 1974, el gobierno del general Ernesto Geisel anunció una “apertura lenta, gradual y segura” y trató de controlar la dirección de la transición, dictar el ritmo y el alcance de sus medidas. La dictadura estaba ya, a estas alturas, asolada por las denuncias de violaciones de derechos humanos, presionada por la comunidad internacional y afectada por graves problemas sociales y económicos. Al mismo tiempo, se fortaleció el papel de los movimientos sociales, grupos de derechos humanos y familiares de víctimas de la represión que se organizaron en la lucha contra la dictadura y por el retorno de las libertades democráticas. Por otro lado, la política de apertura ha sido objeto de controversia y resistencia dentro del propio gobierno, especialmente por parte de grupos de extrema derecha que buscaban intensificar la represión y practicaban actos terroristas, como el bombardeo del Riocentro en 1981.

Algunos marcos en el proceso de transición política son conocidos y comúnmente citados, tales como la derogación de los actos institucionales por la Enmienda Constitucional nº 11/1978, el fin de la censura previa de la prensa en el mismo año, la promulgación de la Ley de Amnistía de 1979, la vuelta al sistema multipartidista en 1980, la campaña para las *Diretas Já* y la realización de elecciones indirectas en 1984, con la victoria de Tancredo. Por último, el regreso

29. El texto contó con la revisión y aportes de la Comissão de Anistia/Ministério da Justiça, del Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (UFMG) e do Núcleo de Preservação da Memória Política.

30. Texto traducido por Maria Fernanda Jorquera Briceno, en colaboración con la RLAJT.

a la democracia se completó con el desarrollo del proceso constituyente de 1987 a 1988, que tuvo una amplia participación social y resultó en la promulgación de la Constitución de 1988 y en la creación de un nuevo orden jurídico y político en la forma de un Estado Democrático de Derecho, rompiendo con el orden autoritario anterior.

Las primeras medidas de justicia transicional fueron tomadas durante el propio proceso de redemocratización. La Ley de Amnistía (Ley nº 6683/1979) puede ser considerada como un marco inicial del eje de reparaciones, en la medida en que se estableció las hipótesis de readmisión en el servicio público y de restitución de los derechos políticos a los ciudadanos que habían sufrido sanciones políticas desde 1964. La misma ley, sin embargo, extendió la concesión de amnistía a los agentes que cometieron graves violaciones de los derechos humanos en el período dictatorial, convirtiéndose en un obstáculo para las iniciativas de investigación y de persecución penal de los responsables por la práctica de crímenes de Estado.

El pilar de las reparaciones se vio reforzado por el artículo 8 del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias (ADCT), que garantiza las medidas de compensación a todos/as los/las afectados/as por los actos de excepción de 1946 a 1988. En términos más generales, el dispositivo puede ser considerado como un marco jurídico y político de la justicia de transición en Brasil. Él orienta no solo la reparación, sino que también fija la responsabilización y permite orientar el trabajo de la memoria.

Es importante destacar que el artículo 8º del ADCT no preveía la ampliación de la amnistía a los agentes de la represión, lo que nos permite comprender que la auto-amnistía o la amnistía bilateral de la Ley nº 6.683/1979 no fue homologada por el orden constitucional de 1988. Incluso el marco anterior de la Enmienda Constitucional nº 26/1985 no permite entender que la autoamnistía buscada en 1979 fue mantenida. El encabezamiento del artículo 4 de la Enmienda Constitucional nº 26/1985 ya establece que la amnistía se aplica a aquellos que han sido afectados por los actos de excepción, sin dejar espacio para su extensión a los funcionarios públicos que actuaron en el aparato represivo.

En las décadas que siguieron a la vuelta de la democracia, fue el programa de reparaciones que recibió un mayor desarrollo de la política justransicional en Brasil. En primer lugar, por medio de la creación en 1995 de la Comisión Especial sobre Muertos y Desaparecidos Políticos (CEMDP), en virtud de la Ley nº 9.140/95, con el fin de: *i*) reconocer a las víctimas de la dictadura que fueron muertas o desaparecidas; *ii*) conceder indemnización a los familiares; *iii*) localizar e identificar los restos mortales

de los/las desaparecidos/as políticos/as. En 2002, fue constituida la Comisión de Amnistía en el Ministerio de Justicia por la Ley nº 10.559/2001, con el objetivo de reconocer el estado de amnistiado/a político/a para otorgar reparación a todas las personas que se vieron afectadas por actos de excepción entre 1946 y 1988. La Comisión de Amnistía también comenzó a desarrollar programas dirigidos a promover la memoria política, tales como Caravanas de Amnistía, y, más recientemente, las reparaciones psíquicas a las víctimas de la violencia de Estado.

El aparato represivo creado y/o aparejado bajo la dictadura fue desmantelado sólo en parte durante la transición política, cuando se disolvió, por ejemplo, la policía política de los Estados miembros. Sin embargo, muchas de las reformas institucionales siguen pendientes después de la promulgación de la Constitución de 1988. El servicio de espionaje político fue reestructurado gradualmente, con la sustitución del Servicio Nacional de Información (SIN), en 1990, por la Secretaría de Asuntos Estratégicos (SAE), que posteriormente originó a la Agencia Brasileña de Inteligencia (Abin), establecida en 1999. Es importante destacar la existencia de registros que muestran el espionaje de activistas y familiares de las víctimas ya en el período democrático (Altino, 2015; Passos, 2012).

También en el ámbito de las reformas institucionales en Brasil, la creación del Ministerio de Defensa, con la consiguiente subordinación de los militares a un liderazgo civil, se dio sólo en 1999. Sin embargo, la relación entre el poder civil y militar sigue siendo marcada por tensiones. Las Fuerzas Armadas mantienen una postura de resistencia a cooperar con las investigaciones y procesos de la verdad, la cual se hizo evidente, por ejemplo, durante los trabajos de la Comisión Nacional de la Verdad, desarrollados entre mayo de 2012 y diciembre de 2014. Esta postura se revela, aún, en la negativa de apertura de archivos del período dictatorial, como los pertenecientes a los servicios de inteligencia militar, y en la recusa de oficiales en fornecer informaciones sobre los casos de violaciones de derechos humanos. Por último, la presencia de las policías militares y de la justicia militar sigue también como un resquicio de las instituciones autoritarias pos 1964.

A partir de 2007, es posible notar una aceleración del proceso de justicia transicional en Brasil, con el crecimiento del debate público y de las demandas para revisión de la ley de amnistía y la creación de una comisión de la verdad. En 2008, la Orden de Abogados de Brasil (OAB) presentó una *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental* nº 153 (ADPF nº 153) ante el Supremo Tribunal Federal (STF) para impugnar la validez de la interpretación del dispositivo de la Ley de Amnistía que extendía sus efectos a los agentes de la represión. A su vez, en 2009, se puso en marcha

el Plan Nacional de Derechos Humanos 3 (PNDH n° 3), que dedicó uno de sus ejes para promover el derecho a la memoria y a la verdad.

En 2010, dos acontecimientos marcaron el campo de la judicialización de la justicia de transición en Brasil. En abril, el Supremo Tribunal Federal juzgó la ADPF n° 153 y falló a favor de la validez de la auto-amnistía o la amnistía bilateral establecida por la interpretación de la Ley de 1979. En noviembre, el gobierno brasileño fue condenado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) en el caso *Gomes Lund y otros vs. Brasil* por la desaparición de cerca de 70 militantes en la guerrilla de Araguaia. Entre las resoluciones de la Corte IDH, se destaca la afirmación de incompatibilidad de las leyes de autoamnistía con la Convención Americana de Derechos Humanos y la determinación de que la Ley de Amnistía brasileña no puede ser un obstáculo para el cumplimiento de las obligaciones del Estado de investigar, juzgar y sancionar a los responsables por cometer graves violaciones de los derechos humanos.

Después de la condena de la Corte IDH, fueron presentados *embargos declaratorios* contra el fallo del Supremo Tribunal en ADPF n° 153, todavía en espera de juicio. También en vista del cumplimiento de la sentencia de la Corte IDH, a principios de 2014, el Partido Socialismo y Libertad (PSOL) presentó una nueva demanda, la ADPF n° 320, ante el Supremo Tribunal Federal, con el fin de evitar la aplicación de la Ley de Amnistía para casos de graves violaciones de derechos humanos y de crímenes continuados o permanentes. Intentos de responsabilidad penal se han llevado a cabo por miembros del Ministerio Público Federal (Fiscalía), especialmente los miembros del Grupo de Trabajo de Justicia Transicional, que han presentado denuncias contra los agentes responsables de los crímenes de la dictadura – cerca de una quincena de procedimientos penales están en curso. Sin embargo, por regla general, las acciones penales contra los agentes de la represión han sido suspendidas por el Poder Judicial.

Los esfuerzos por mantener la memoria también ganaron un gran impulso a partir de 2008. Debe tenerse en cuenta, en 2009, la inauguración del Memorial de la Resistencia en São Paulo, con el objetivo de preservar la memoria de la resistencia y la represión política a través del proyecto de musealización de parte del edificio que fue sede del Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Otro importante marco fue el inicio de la construcción del Memorial de Amnistía Política en Belo Horizonte, a partir de 2010. En el año 2014, se llevó a cabo el registro de preservación del edificio del Destacamento de Operaciones de Información – Centro de Operaciones de Defesa Interna (DOI-CODI) en São Paulo y la cesión del ex Auditoria Militar para la Ordem dos Advogados

do Brasil – Seção de São Paulo (OAB/SP), en colaboración con el Núcleo de Preservación de la Memoria Política, con el fin de erigir un Centro de Memoria y Conciencia nombrado de Memorial de la Lucha por Justicia. El nuevo centro hace homenaje a abogados y ex presos políticos que hicieron el edificio de la justicia militar un espacio de denuncias durante los juzgamientos realizados en los años 1960 y 1970.

En ese mismo sentido, grupos de la sociedad civil organizados en varios estados han emprendido luchas para que los edificios utilizados por la represión política durante la dictadura se convirtiesen efectivamente en espacios de conciencia y de memoria. Esta pauta recibió importante refuerzo institucional con la recomendación 26 de la Comisión Nacional de la Verdad, que solicita la conversión de espacios de prisiones, torturas y muertes en los centros de memoria.

La Comisión Nacional de la Verdad (CNV) fue creada en 2011 por la Ley nº 12.528/2011, casi tres décadas después de la transición política. En la misma fecha, se promulgó la Ley de Acceso a la Información (Ley nº 12.527/2011), que ha adoptado el principio de la publicidad como una regla para el acceso a los archivos de derechos humanos.

La CNV inició su trabajo en mayo de 2012 y presentó su informe final el 10 de diciembre de 2014. Entre los resultados de las investigaciones llevadas a cabo, el informe de la CNV reveló la práctica sistemática de la tortura, las detenciones arbitrarias, ejecuciones y desapariciones forzadas por el Estado y reconoció 434 personas que murieron o son consideradas como desaparecidas políticas en el período de 1946 a 1988. El universo de víctimas podría ampliarse significativamente si se cuentan aquellas que fueron afectadas por la represión en el campo y en contra los pueblos indígenas, tratadas en los textos temáticos del Tomo II del informe, que estima que 8.350 indios fueron asesinados (CNV, 2014b, p. 205).

En el capítulo dedicado a la indicación de la autoría, el informe de la CNV relacionó nombres de 377 agentes públicos que fueron responsables en los diferentes niveles por las prácticas de graves violaciones de los derechos humanos. La CNV también presentó 29 recomendaciones como medidas de no repetición, como la determinación de la responsabilidad legal – penal, civil o administrativa – de los funcionarios públicos que cometieron graves violaciones, excluyendo la aplicación de la Ley de Amnistía a ellos; la desmilitarización de las fuerzas de seguridad y la creación de un órgano de control para continuar los trabajos de investigación.

Con la instalación de la CNV, hubo un movimiento de creación, en todo el país, de comisiones estatales, locales y sectoriales, vinculados a universidades, sindicatos y asociaciones profesionales, lo que impulsó el

proceso de investigación de los crímenes contra la humanidad cometidos por la dictadura brasileña. De acuerdo con el informe de la CNV, a finales de 2014, había más de un centenar de comisiones de la verdad actuando en Brasil (CNV, 2014a, p. 22-23).

El presente informe busca analizar los acontecimientos que se han destacado en el campo de la justicia de transición en Brasil en 2015, con el apoyo de noticias publicadas por la prensa, por organismos como el Ministerio Público (Fiscalía), la Secretaría Especial de Derechos Humanos y la Comisión de Amnistía, y por organizaciones de la sociedad civil. El texto se estructura de acuerdo con los cuatro pilares que guían el campo de la justicia transicional: la memoria y la verdad, la justicia, la reparación y las reformas institucionales.

Memoria y Verdad

El comienzo de 2015 estuvo marcado por el impacto del informe de la CNV, publicado el 10 de diciembre de 2014. En casos puntuales, algunas familias de agentes relacionados por el capítulo 11 del informe como responsables por la práctica de graves violaciones de los derechos humanos reaccionaron a la declaración. Los hijos del ex agregado militar del Ejército en la Embajada de Brasil en Buenos Aires, Florian Aguilar Chagas, interpusieron una acción de daños y perjuicios contra la CNV y pidieron que el nombre de su padre fuera retirado de la lista de autoría de las violaciones (Sanches, 2015; Arruda, 2015). Del mismo modo, la familia del ex comisario Romeu Tuma también presentó una demanda con el fin de suprimir la referencia a su nombre en el informe. Otra demanda se presentó contra el informe de la CNV, aún en 2014, por la Federación Nacional de Entidades de Oficiales Militares Estaduales (Feneme), por medio de una medida cautelar que contesta las referencias del informe a la policía militar como agente de las graves violaciones de los derechos humanos.³¹

En marzo, se celebró una audiencia ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de la Organización de los Estados Americanos (OEA) para discutir las recomendaciones del informe de la CNV. La audiencia contó con la presencia de entidades de tres países – Conectas Derechos Humanos, Comisión de Justicia y Paz de São Paulo, el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Argentina, y Oficina de Washington para América Latina (Wola), EE.UU., así como representantes del gobierno brasileño. La CIDH reforzó la necesidad de establecer un órgano de vigilancia para supervisar la aplicación de las recomendaciones, a fin

31. Segundo el informe *Judicialización de la Justicia de Transición*, de Carla Osmo (2016), hasta julio de 2015, “esas acciones continuaban en fase preliminar, sin decisión sobre su cabimiento”.

de que se lleven a cabo, no por acciones aisladas, sino por una política de Estado estructurada para hacer frente al reciente pasado autoritario del país.

Motivadas por la recomendación final del informe de la CNV,³² varias iniciativas, campañas y acciones políticas se articulan en el país con el fin de cambiar los nombres de los lugares públicos en homenaje a las personas vinculadas a la represión durante la dictadura. Es de destacar la medida adoptada por el gobierno del Estado de Maranhão, el 31 de marzo, lo que llevó a la sustitución de los nombres de todas las escuelas públicas que homenajeaban dictadores (Escolas..., 2015). Del mismo modo, el 13 de agosto, fue lanzado por la ciudad de São Paulo el programa Calles de Memoria, que tiene como objetivo cambiar los nombres de calles, puentes, viaductos, plazas y otros lugares públicos que hacen homenaje a personalidades vinculadas a la represión, tratando de cambiar su nombre con los nombres de los/las que lucharon por la democracia y los derechos humanos (Ruas..., 2015). Uno de los resultados importantes de estas intervenciones fue el cambio del nombre de la Ponte Costa e de Silva, en Brasilia, que pasó a denominarse Ponte Honestino Guimarães, en honor al ex estudiante de geología de la Universidad de Brasilia y militante de la Unión Nacional de Estudiantes (UNE) y Acción Popular (AP), desaparecido por la dictadura en 1973 (Ponte..., 2015).

También en respecto a los esfuerzos de conmemoración, en octubre de 2015, el proyecto del nuevo Centro de Memoria y Conciencia llamado Memorial de Lucha por la Justicia, preparado por un grupo de museólogos y arquitectos, fue finalmente aprobado por el Ministerio de Cultura que extendió al Centro los beneficios de la Ley Rouanet para recaudar fondos con el fin de iniciar la renovación del edificio y su museografía (Memorial..., 2015).

En septiembre, ocurrió el primer caso de rectificación del certificado de defunción de una víctima de la dictadura con base en el informe de la CNV.³³ En la decisión del 8 de septiembre, el poder judicial de Maranhão permitió a la familia del ex desaparecido político y perseguido por la dictadura Epaminondas Gomes de Oliveira cambiar la causa de la muerte

32. La Recomendación nº 28 del informe de la CNV prevé la "Preservación de la memoria de las graves violaciones de derechos humanos" y propone específicamente la medida de promover la alteración de los espacios, vías de transporte, edificios e instalaciones públicas de cualquier naturaleza, sean federales, estatales o municipales, que se refieran a los agentes públicos o a particulares que notoriamente hayan tenido comprometimiento con la práctica de graves violaciones" (CNV, 2014, p. 974).

33. En ese sentido, la Recomendación nº 7 del informe de la CNV prevé la "Rectificación de la anotación de muerte en el asiento de óbito de personas muertas en consecuencia de graves violaciones de derechos humanos" (CNV, 2014, p. 968).

que aparece en el certificado de defunción.³⁴ La versión oficial registró que Epaminondas había muerto de anemia. Con la rectificación del certificado, aparece como causa de la muerte, “tortura por golpes y descargas eléctricas” (Éboli, 2015a). Epaminondas fue líder campesino en el sur de Maranhão, conectado con el Partido Comunista Brasileño (PCB), y quedó desaparecido hasta el año de 2014, cuando sus restos mortales fueron exhumados y devueltos a la familia, por iniciativa de la CNV.

Otro caso de rectificación del certificado de defunción se produjo en abril en la esfera de la acción presentada por la Defensoría Pública de São Paulo, por reivindicación de la Comisión de la Verdad de São Paulo. El poder judicial paulista determinó la corrección de la causa de muerte de Joaquim Alencar Seixas, militante del Movimiento Revolucionario Tiradentes (MRT) muerto en 1971, en sustitución de la versión oficial de muerte causada por lesiones provocadas por arma de fuego y golpes (Granjeia, 2015).

El año 2015 también estuvo marcado por la continuación de los trabajos de las comisiones de la verdad municipales, estatales y sectoriales, que surgieron y funcionaron paralelamente a la CNV. El 25 y 26 de marzo se celebró la undécima reunión del Grupo de Estudios sobre la Internacionalización del Derecho y Justicia Transicional (Idejust), que tuvo como tema “Primer evaluación de las comisiones de la verdad en Brasil: su papel en la agenda de la justicia de transición”. A la reunión asistieron miembros de diversas comisiones de la verdad, que discutieron los objetivos, las dificultades y los resultados del trabajo, así como los investigadores que presentaron estudios sobre el tema.

El 16 y 17 de abril se llevó a cabo en Río de Janeiro el Encuentro Nacional de las Comisiones Estadales de la Verdad, que encaminó la creación de una red nacional para continuar a los trabajos y al cumplimiento de las recomendaciones de la CNV. Algunos de esas comisiones han entregado sus informes finales al largo del año, como la Comisión de la Verdad del Estado de Sao Paulo “Rubens Paiva”, en el mes de marzo; la Comisión de la Verdad y Memoria “Octavio Ianni” en la Universidad de Campinas (Unicamp) y la Comisión “Anísio Teixeira” de Memoria y Verdad

34. “Derecho civil y registral. Rectificación del asiento de óbito. Justicia estadual. Foro competente. Domicilio del autor. Permiso legal. Preso político. Dictadura militar. Causa mortis. Local del sepelio. Presencia de la prueba con actuación efectuada de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV). Procedencia. Habiendo prueba que preso político durante el régimen militar de 1964-1985, fue muerto en razón de tortura por golpes y descargas eléctricas practicados por agentes del Estado, la rectificación en el asiento de óbito para constar la causa correcta de muerte y o local correcto del sepelio es medida que se impone, si lo que consta diverge de la realidad.” Movimentación procesal consultada en el sitio del Poder Judiciário do Estado do Maranhão: <<http://www.tjma.jus.br/>>.

de la Universidad de Brasilia (UnB), en abril; la Comisión de la Verdad de la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE), en junio; la Comisión de la Verdad de la Universidad Federal del Rio Grande de Norte (UFRN) y la Comisión de Verdad de la Central Única de los Trabajadores (CUT), en octubre; y la Comisión Estatal de Río de Janeiro, en diciembre.³⁵

Además de profundizar y capilarizar las discusiones e investigaciones sobre la actuación represiva en el período dictatorial, esas comisiones presentaron resultados de impacto para los números de la justicia de transición en Brasil. En mayo, la Comisión de la Verdad del Estado de Rio de Janeiro (CEV-RJ), aún activa, presentó una relación de cerca 200 personas muertas o desaparecidas en los conflictos en el campo durante la dictadura, con el apoyo de la investigación llevada a cabo por la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ). En su informe final, la CEV-RJ enumeró 181 agentes como autores de graves violaciones de los derechos humanos, añadiendo nombres que no fueron incluidos en el informe de CNV. A su vez, la Comisión de la Verdad de la Central Única dos Trabalhadores (CUT) relacionó nombres de 18 trabajadores muertos, que no habían sido contemplados por el informe de la CNV.

Las comisiones también se profundizaron en las investigaciones sobre la represión de determinados grupos y minorías, como la población negra (Oliveira, 2015),³⁶ la comunidad LGBT y las mujeres (Lisboa, 2015a), y desarrollaron temas como la persecución política en el campo (Lisboa, 2015b) y el financiamiento empresarial de la represión (Dias, 2015). El avance en las investigaciones y la producción de nuevos datos constituyen un saldo positivo de los trabajos y reflejan la capacidad de acción más vertical de esas comisiones, que actúan en un campo más limitado de investigación.

En general, se puede notar un aumento en la investigación y en los estudios sobre la dictadura en Brasil, a menudo acompañado por nuevos descubrimientos documentales, que contribuyen a la restauración de la memoria histórica y la verdad de la época. En julio de 2015, 538 documentos inéditos del Archivo Nacional de los Estados Unidos fueron entregados al gobierno de Brasil y demuestran que los Estados Unidos sabían, casi que en tiempo real sobre los casos de homicidios y desapariciones cometidos por

35. Para más informaciones, consultar los reportajes publicados sobre la divulgación de los informes de las comisiones de los Estados (Bastos, 2015; Confira..., 2015; Gibson, 2015; Nitahara, 2015; Bissoto, 2015; Relatório..., 2015).

36. En ese sentido, documentos localizados por la Comisión Estadual de la Verdad de Rio de Janeiro muestran que la dictadura militar brasileña persiguió a los (as) artistas, djs y bailes black en Rio de Janeiro. Después de ter desbaratado los principales grupos opositoristas, el aparato represivo pasó a perseguir los movimientos sociales y culturales, como los bailes black.

la dictadura militar en Brasil (Documentos..., 2015). También vale la pena mencionar la investigación realizada por el periodista Lucas Figueiredo, autor del libro *Lugar Nenhum - Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*, que revela que en 1972, el Centro de Información de la Marina (Cenimar) creó un sector de microfilm, que tendía a “miniaturizar” su archivo de documentos secretos, que contiene pruebas importantes sobre las violaciones practicadas (Maciel, 2015).

Otro desarrollo importante del proceso transicional en Brasil en 2015, fue la constitución, en el 20 de febrero, de la Comisión de la Verdad de la Democracia Madres de Mayo, en la Asamblea Legislativa del Estado de San Pablo, con el fin de aclarar las violaciones de los derechos humanos practicados por el Estado brasileño en el período democrático posterior a 1985. Organizada por la sociedad civil, la Comisión tiene el apoyo de la Comisión de Amnistía del Ministerio de Justicia y de la Comisión Especial sobre Muertos y Desaparecidos Políticos (CEMDP) (Bocchini, 2015a). El 21 de marzo, se llevó a cabo la primera audiencia pública para discutir los crímenes cometidos en mayo de 2006, cuando 493 civiles y 59 funcionarios del gobierno fueron asesinados en Sao Paulo, durante los enfrentamientos entre la policía y los miembros de la organización Primer Comando de la Capital (PCC) (Cruz, E., 2015). Otra comisión de la verdad de la democracia se estableció en septiembre, en la Asamblea Legislativa de Río de Janeiro, también con el fin de investigar los crímenes cometidos por el Estado en tiempos de democracia (Schumacker, 2015).

En el ámbito de la búsqueda de información sobre los desaparecidos/as políticos/as, siguen en curso las actividades emprendidas por el Grupo de Trabajo Perus,³⁷ con el objetivo de examinar los cuerpos exhumados de la fosa clandestina en el cementerio de Don Bosco, en Perus (São Paulo), descubierta en 1990. En febrero, el Grupo había analizado 144 esqueletos, entre los cuales 11 contenían señales de muerte violenta, 3 poseían marcas de balas y 8 marcas de lesiones graves tales como huesos rotos (Bocchini, 2015b). Con el avance de los trabajos, en agosto de 2015, 385 cajas que estaban en el laboratorio de la Universidad Federal de Sao Paulo (Unifesp) habían sido verificadas. El laboratorio de la universidad contiene 433 huesos, y los restantes 614 que aún estaban en la fosa clandestina se transfirieron a una sala-cofre del Ministerio Público Federal, en Sao Paulo (Cruz, E., 2015).

37. El grupo fue formado en setiembre de 2014 a partir de una cooperación entre la Comisión Especial de Muertos y Desaparecidos Políticos, la Secretaria Municipal de Derechos Humanos y Ciudadanía de São Paulo y la Universidad de São Paulo.

En mayo, los peritos que componen la equipo participaron de un curso de capacitación con el fin de estandarizar los procedimientos de antropología forense adoptados como metodología del trabajo (Peritos..., 2015). La perspectiva es que sea contratado un laboratorio internacional para ayudar en los trabajos y que la etapa de identificación de los restos mortales termine a finales de 2016. Otro paso importante en los esfuerzos de búsqueda fue la colección de muestras de DNA de familiares de desaparecidos/as en Recife (PE), Natal (RN) y Maceió (AL), llevadas a cabo por el Ministerio de las Mujeres, la Igualdad Racial y de los Derechos Humanos a fin de renovar la base de datos de DNA ya existente, con vistas a analizar los huesos de Perus (Amaral, 2015).

Por último, es importante destacar dos eventos relacionados con los acervos de las Comisiones Nacionales de la Verdad y de la Amnistía en Brasil. En julio, siete meses después de la publicación del informe final, una colección de más de 100 mil documentos de la CNV fue transferida al Archivo Nacional y accesible para consulta pública. El acervo incluye fotografías, testimonios, declaraciones y archivos internacionales y de la represión (Villela, 2015). La medida es importante para promover el acceso a las informaciones utilizadas por la CNV y dar publicidad a los testimonios y documentos que registran las atrocidades cometidas por la dictadura.

Otro marco relacionado al tratamiento de los archivos de derechos humanos en Brasil fue el reconocimiento del patrimonio documental de la Comisión de Amnistía por la UNESCO como “Memoria del Mundo” en octubre (Unesco..., 2015). Entre los criterios analizados estaban temas como la preservación, significado social del acervo para la sociedad y detalles de la catalogación y datos de registro. Esa inclusión en el Programa Memoria del Mundo debe proporcionar una mayor difusión y conocimiento del acervo de la Comisión de Amnistía.

Judicialización

En el año de 2015, el Ministerio Público Federal (MPF, Fiscalía) continuó sus estrategias de procesamiento de los actores de violaciones graves de los derechos humanos, pero el Poder Judicial sigue impidiendo el propio desarrollo de las acciones. Dos denuncias fueron rechazadas a principios de ese año por la Justicia Federal bajo el argumento de la

incidencia de la Ley de Amnistía,³⁸ y una tercera acción penal fue suspendida por el STF.³⁹

Por otro lado, también se han presentado nuevas denuncias. En junio, siete militares fueron denunciados a la Justicia Federal por la muerte del metalúrgico Manoel Fiel Filho, en enero de 1976, en el Destacamento de Operaciones e Informaciones (DOI) del II Ejército, en São Paulo. La queja fue rechazada en agosto, bajo el argumento de extinción de la responsabilidad penal, como resultado de la ley de amnistía, y el MPF apeló contra esa decisión (MPF..., 2015a; Martines, 2015). También en agosto, otra acción penal fue ajuiciada contra el coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de participar en la muerte del militante Carlos Nicolau Danielli, en diciembre de 1972, en las instalaciones del DOI-CODI/II, São Paulo (MPF, 2015b).

Más recientemente, en noviembre y diciembre, el MPF presentó dos nuevas quejas: una contra cuatro agentes acusados de la muerte del trabajador y sindicalista Virgílio Gomes da Silva, militante de la Acción de Liberación Nacional (ALN), que desapareció en septiembre de 1969; y la segunda contra tres agentes de la represión y dos médicos legistas apuntados como responsables de la muerte de Joaquim Alencar Seixas, militante del Movimiento Revolucionario Tiradentes (MRT), asesinado en abril de 1971 (Macedo; Affonso, 2015).

Aún en la esfera de responsabilización, la Procuraduría General de la República de Brasil presentó una acción penal contra el teniente-coronel Antonio Arrechea Andrade, acusado de cometer crímenes contra la humanidad durante la dictadura argentina en la provincia de Tucumán, entre los años 1976 y 1983. La decisión fue tomada después de que el Supremo Tribunal Federal negó, en mayo, la detención y extradición del militar para Argentina, con el argumento de que Andrade nació y reside en Brasil, aunque tenga la ciudadanía argentina. Es la primera vez que los tribunales brasileños pueden juzgar a un militar por violaciones de los derechos humanos practicadas en otro país (Fabrini, 2015).

38. El 13 de enero de 2015 fue rechazada la denuncia contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina y Aparecido Laerte Calandra por la muerte de Hécio Pereira Fortes, y el 17 de marzo de 2015 fue rechazada la denuncia contra Lício Augusto Ribeiro Maciel y Sebastião Curió Rodrigues de Moura, por la muerte de André Graboys, João Gualberto Calatrone y Antônio Alfredo de Lima (Osma, 2016).

39. En 11.06.2015 la acción penal en contra del coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de secuestro y cárcel privado del ex-fusilero naval Edgar Aquino Duarte, fue rechazada en razón de la interposición de Reclamación Constitucional en el Supremo Tribunal Federal (Osma, 2016). El 23 de abril, la ministra del Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber ya había determinado la suspensión de la acción (Souza, 2015).

Por otro lado, militares brasileños podrán ser juzgados en Italia en proceso relacionado con la Operación Cóndor. En abril, la Procuraduría italiana solicitó la condena de los brasileños João Osvaldo Leyvas Job, Carlos Alberto Ponzi, Attila Rohrsetzer y Marco Aurélio da Silva Reis, ex agentes de la dictadura acusados de participar en el secuestro, tortura y asesinato de varias víctimas, en particular del ciudadano italiano-argentino Lorenzo Ismael Viñas Gigli, quien desapareció el 26 de junio de 1980, víctima de la Operación Cóndor (Cesar, 2015). El caso fue a juicio en Italia en febrero y, si resulta en condena, será la primera vez que los militares brasileños serán juzgados y condenados por crímenes cometidos en el período dictatorial.

El 15 de octubre, el coronel retirado Carlos Alberto Brillhante Ustra murió en un hospital de Brasilia, donde se estaba tratando de cáncer (Coronel..., 2015; Amorim, 2015). El ex-coronel comandó el DOI-CODI São Paulo, que ha estado directamente involucrados con la práctica de numerosos crímenes contra la humanidad y fue acusado de seis acciones criminales del MPF. Ustra fue reconocido como torturador por la Justicia Estadual paulista, en una decisión confirmada por el Superior Tribunal de Justicia en 2014 (Pombo, 2015). El hecho de que murió sin responder por sus crímenes generó revuelta de las víctimas y sus familias, que luchan contra la impunidad. El ex coronel del Ejército recibió un homenaje póstumo en Santa Maria (RS), que fue rechazado por las organizaciones e instituciones relacionadas con la promoción de los derechos humanos y la justicia de transición. En respuesta, el general Antonio Martins Mourão Hamilton, que había sido responsable del tributo, fue castigado y despedido del Comando Militar del Sur (Exército..., 2015).

También en octubre, en una declaración ante la 1ª Vara de la Justicia Federal, en Brasilia, otro importante agente de la represión, Sebastião Rodrigues de Moura, el Mayor Curió, confesó haber participado en la muerte de los prisioneros de la guerrilla Araguaia a principios de 1970. Su testimonio fue dado en una audiencia en secreto de justicia, después del cumplimiento de una orden de *condução coercitiva* emitida por la jueza Solange Salgado (Mazzini, 2015). Esta confesión merece destaque en el contexto brasileño, marcado por la persistente negativa de las Fuerzas Armadas en admitir los crímenes cometidos durante la dictadura, así como la falta de cooperación de los agentes en proveer información.

Reparación

En el campo de la reparación, en 2015, la Comisión de Amnistía ha examinado 2.678 requerimientos de amnistía, según los datos difundidos por el organismo, entre los cuales están los juicios de procesos de amnistía de grupos específicos, como los campesinos de Araguaia (Cazarré, 2015).

La Comisión también dio continuidad al proyecto de las Caravanas de Amnistía, con la realización de secciones de juicio itinerantes en Belo Horizonte (MG), Palmas (TO), Santos (SP) y Belén (PA). En el ámbito del proyecto de las Clínicas del Testimonio, dedicado a la reparación psíquica de víctimas de la violencia del Estado, se destaca el lanzamiento de la Red Latino Americana de Reparación Psíquica, que debe promover la integración regional y el intercambio de conocimientos entre los grupos y las entidades en esa temática del continente latinoamericano.

En mayo, hubo un caso emblemático de la judicialización del derecho a amnistía y reparación. En acción movida por clubes militares, la Justicia Federal anuló las portarías del Ministerio de Justicia de 2007 que concedían indemnización a la familia de Carlos Lamarca, uno de los líderes de la oposición a la dictadura, asesinado por agentes del Estado en 1971. La decisión revocó el reconocimiento de promociones en el ejército y la concesión de una pensión a la viuda de Lamarca, condenando a la familia a devolver las cantidades recibidas al erario (Justiça..., 2015). En respuesta, la Comisión de Amnistía emitió una nota crítica al fallo, en la cual se posiciona en la defensa del derecho a la reparación y en solidaridad a la familia, que apeló al Tribunal Regional Federal de la 2ª región (Comissão..., 2015).

En noviembre, la Volkswagen ha iniciado negociaciones con la Fiscalía, el Ministerio Público Federal (MPF), para proporcionar una reparación legal por causa del apoyo a la represión durante la dictadura. Las investigaciones realizadas por la CNV y otras comisiones han demostrado que la empresa participó y financió a la represión, por ejemplo, a través de la donación de equipos a los órganos de seguridad y de apoyo a la persecución de los trabajadores, incluso con la práctica de interrogatorios y torturas dentro de la propia empresa. La reunión contó con la presencia de una matriz del grupo y de un representante de la Fiscalía, además de investigadores/as, sindicalistas y víctimas. La idea es establecer un acuerdo de reparación colectiva que debe incluir, entre otras medidas, la construcción de un memorial (Godoy; Silva, 2015). Volkswagen es la primera empresa a negociar una reparación por su participación en la dictadura, lo que representa un avance importante en el campo de la investigación y busca por responsabilización de los actores civiles y económicos por la complicidad en la represión.

Reformas institucionales

Brasil aún tiene restos estructurales de autoritarismo en sus instituciones, como las fuerzas de la seguridad. Juan Méndez, relator de las Naciones Unidas (ONU) para la tortura, llevó a cabo una serie de visitas en las

cárceles brasileñas en agosto y después de escuchar el testimonio de muchos internos, informó que la tortura es recurrente en esas instalaciones y que es un legado de la dictadura, reforzado por la impunidad de agentes (Éboli, 2015b).

En marzo, la presidente, Dilma Rousseff, nombró a los/las once peritos/as que pasaron a hacer parte del Mecanismo Nacional para la Prevención y Combate a la Tortura, un organismo perteneciente al Sistema Nacional para la Prevención y Combate a la Tortura y también tiene un comité formado por 23 miembros, entre representantes del gobierno y de la sociedad civil. Los/las perito/as tienen la prerrogativa de visitar, sin previo aviso o autorización de los directores, las cárceles para verificar la situación física y psicológica de los/as detenidos/as. El objetivo es poner freno a la práctica de la tortura, generalizada en las prisiones brasileñas, así como la recopilación de pruebas para el castigo de los guardias y agentes de policía por la práctica de crímenes. Después de las visitas, los/las peritos/as tienen la tarea de preparar informes con recomendaciones para la preservación de los derechos humanos dentro de esas instalaciones (Presidenta..., 2015).

En el marco de las reformas legislativas, en julio, la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) del Senado aprobó el proyecto de ley que establece la nueva Ley de Migración, en sustitución del Estatuto de Extranjero, en vigor desde 1980. El Estatuto de Extranjero (Ley n° 6.815/80, firmada por el general João Baptista Figueiredo) es considerada como un escombros autoritario, teniendo como sus características principales, “el alto grado de restricción y burocratización de la regularización migratoria, la discrecionalidad absoluta del Estado, la restricción de los derechos políticos y de la libertad de expresión así como la desigualdad explícita en relación con los derechos humanos de los nacionales” (Ventura; Reis, 2015). En ese sentido, el nuevo proyecto promueve avances en la concesión de la condición de igualdad con los nacionales, garantía de derechos y otras normas de protección a los/las migrantes. Con la aprobación por la CRE del Senado, el texto siguió al examen de la Cámara de Diputados (Richard, 2015).

También sigue en curso en el Senado el Proyecto de Ley n° 237/2013 sobre el alcance de la ley de amnistía de 1979. El proyecto de ley excluye del ámbito de aplicación de la ley de amnistía los delitos cometidos por funcionarios públicos, civiles o militares, en contra las personas que se oponían a la dictadura militar, y también se excluye la aplicación de prescripción o cualquier otra causa de extinción de la responsabilidad penal por esos delitos. En julio, el proyecto de ley fue rechazado en votación en la Comisión Parlamentaria de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional,

después de haber sido aprobado por la Comisión Parlamentaria de Derechos Humanos y Legislación Participativa. Siguió para votación en la Comisión de Constitución y Justicia y, a continuación, debe ser apreciado por el plenario del Senado.

RESPONSABILIDAD Y DICTADURA

Emílio Peluso Neder Meyer - Centro de Estudos de Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil⁴⁰

El Centro de Estudios sobre Justicia de Transición de la Universidad Federal de Minas Gerais (CJT-UFMG), miembro de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición (RLAJT), desarrolló, en el año de 2015, el proyecto de búsqueda y extensión “Responsabilidad y Dictadura”, todavía no concluido.⁴¹ El proyecto tiene como objetivo el análisis sistemático de los procedimientos de investigación y acciones judiciales propuestas por el Ministerio Público Federal para investigar y responsabilizar los crímenes contra la humanidad practicados durante la dictadura, entre 1964-1985, formándose una base de datos disponible al público en general por medio de un sitio web⁴². La identificación de los procesos, con información de las fases en que se encuentran, tiene como propósito que la sociedad pueda acompañar la actuación de las instituciones brasileñas en el cumplimiento de las recomendaciones de la Comisión Nacional de la Verdad. También se verifica el impacto de estas informaciones en vehículos de información. Se busca el intercambio de informaciones con otras instituciones de búsqueda similares en Argentina, Chile e en EE.UU. – posibilidad que la integración de la RLAJT ha generado. En la visión del CJT-UFMG es necesario que se produzca un análisis de las medidas que buscan tanto establecer la responsabilidad de los agentes públicos como promover el derecho a la memoria y a la verdad. Además, se pretende abordar la incorporación en Brasil de conceptos propios del Derecho Internacional de los Derechos Humanos, con el fin de verificar su cabida en el contexto brasileño y en relación a los crímenes de agentes de la dictadura.

En cumplimiento a la decisión condenatoria del Estado brasileño por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) en el caso Gomes Lund, el Ministerio Público Federal, por intermedio de la Resolución nº 1/2011 de la 2ª Cámara de Coordinación y Revisión Criminal, entendió no haber conflicto entre la decisión de la corte regional de derechos humanos y la decisión del Supremo Tribunal Federal en la Argumentación de Incumplimiento de Preceptos fundamentales (ADPF) nº 153/DF, que

40. Texto traducido por Esther Serruya Weyl, en colaboración con la RLAJT.

41. En ese mismo año fueron concedidas financiaciones que serán aplicadas en el año de 2016 al CJT-UFMG por el CNPQ (443162/2015-8) y por la FAPEMIG (APQ nº 02471-15). En reunión en noviembre de 2015, el CJT-UFMG fue elegido por los miembros da RLAJT para, juntamente con la UnB, ser la sede de la Secretaria Ejecutiva de la red en el bienio de 2016-2017.

42. El sitio del CJT-UFMG se puede acceder en: <<http://cjt.ufmg.br>>.

rechazó el pleito del Consejo Federal de la Orden de los Abogados de Brasil para promover interpretación conforme a la Ley de Amnistía de 1979 (Brasil, 2011). Así, la noción de graves violaciones de derechos humanos ganó densidad normativa en el ordenamiento jurídico brasileño.

Un cambio todavía más grande irrumpió con la incorporación en Brasil de la noción internacional de crímenes contra la humanidad para abordar los crímenes de la dictadura. Los crímenes contra la humanidad, referidos hace mucho tiempo en el campo del Derecho Internacional de los Derechos Humanos como norma de *jus cogens*, o sea, obligatorias y no derogables (Bassiouni, 1996a, p. 17, 1996b, p. 63 ss.), tendrían destaque con la presentación de acciones penales relativas a crímenes perpetrados en el inicio de la década de 1970 – caso Rubens Paiva (Brasil, 2014a) – y después de la amnistía de 1979 – caso Riocentro (Brasil, 2014b).⁴³ La noción de crímenes contra la humanidad también sería invocada en el caso que implicó la muerte y la desaparición del opositor político Luiz Eduardo da Rocha Merlino (Brasil, 2014d).

El Fiscal General de la República también manifestó claramente que Brasil ha incorporado el concepto de crímenes contra la humanidad en su justicia transicional, en dos ocasiones, al menos. En la primera, al presentar parecer en relación al pedido de extradición hecho por la Argentina en relación a Manuel Alfredo Montenegro, acusado de crímenes de privación ilegítima de libertad agravada con imposición de tortura durante la última dictadura argentina (Brasil, 2013a).

La posición del Fiscal General de la República se volvió todavía más clara con el parecer presentado en la ADPF nº 320, propuesta por el partido PSOL (Partido Socialismo y Libertad). Esa nueva acción requiere que el Supremo Tribunal Federal deje muy claro la necesidad del Estado brasileño en dar cumplimiento a las determinaciones de la Corte IDH en el *Caso Gomes Lund*. El Fiscal General de la República claramente adoptó la tesis seguida por el Grupo de Trabajo de Justicia de Transición del Ministerio Público Federal (GTJT-MPF), integrado por miembros de las instituciones que actúan en este campo, sosteniendo que los crímenes de la dictadura de 1964-1985 son crímenes contra la humanidad.

Con esto, se dibuja, hoy en Brasil, un campo en el cual deberán proliferar distintas medidas de justicia de transición que traten sobre la responsabilidad criminal de agentes de la dictadura por haber cometido crímenes contra la humanidad. Aunque órganos superiores de justicia puedan tener entendimientos futuros que objetiven detener estas medidas,

43. Ver también el informe sobre las actividades del Grupo de Trabajo Justicia de Transición del MPF (Brasil, 2014c).

es necesario siempre acordarse de que composiciones de tribunales se alteran y nuevos cuestionamientos pueden surgir, como ha ocurrido en Argentina, en Chile y en Perú.

Como ya se ha mencionado, el Ministerio Público Federal mantiene GT-JT y ha buscado sistematizar las informaciones a respecto de las investigaciones llevadas adelante y de las acciones criminales en juicio ((Brasil, 2014c, 2013b). Entretanto, la existencia de instituciones autónomas a las prácticas estatales y más directamente vinculadas a la sociedad civil pueden cooperar de un modo muy importante con el trabajo del Ministerio Público Federal, desarrollando una mejor sistematicidad para el mismo y posibilitando nuevos aportes críticos. Aparte de eso, es necesario reconstruir los pasos que han sido dados para la aceptación de este concepto en Brasil. Esto tendrá efectos sobre el propio modo de trabajar la responsabilidad criminal, pero también va a alcanzar otras medidas transicionales, como el derecho a la memoria y a la verdad, el sistema de reparaciones y las reformas institucionales.

Se destaca también que la Comisión Nacional de la Verdad ha recomendado expresamente que se hagan responsables los agentes públicos por crímenes contra la humanidad. Las investigaciones criminales y acciones penales propuestas tienen el efecto práctico de llevar adelante las recomendaciones de la CNV, fundadas en la Ley nº 12.528/2011.⁴⁴ No se puede desconsiderar que estas medidas son fundamentales para la consolidación del régimen democrático y de un sistema de derechos humanos. El acceso pleno a la verdad contribuye directamente para la afirmación de una memoria no obligada permitiendo que la identidad de un pueblo sea construida con su contribución. Más allá, la responsabilidad criminal demuestra que el Estado rechaza claramente las prácticas autoritarias e ilícitas que una vez permitía.

Durante el año de 2015, el CJT-UFGM celebró un termo de cooperación con el GTJT-MPF (População..., 2015). De este modo, hay más posibilidad que un conjunto de fuerzas pueda permitir acceso a los datos disponibles. De lo que puede ser apreciado en el año citado, son, en la fecha de cierre de este texto, 12 de febrero de 2016, 17 acciones criminales propuestas por miembros del MPF en todo el país. Cinco denuncias fueron inicialmente admitidas, pero en todos esos casos hubo

44. "Determinación por los órganos competentes, de la responsabilidad jurídica – criminal, civil e administrativa – de los agentes públicos que dieran causa a las graves violaciones de derechos humanos ocurridas en el período investigado por la CNV, alejándose, en relación a esos agentes, a la aplicación de los dispositivos concesivos de amnistía inscritos nos artículos de la Ley nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, y en otras disposiciones constitucionales y legales" (CNV, 2014a, p. 965).

suspensión del proceso, sea por reclamación requerida en el Supremo Tribunal Federal, sea por *habeas corpus* concedido por el Tribunal Regional Federal competente. Ocho denuncias fueron denegadas sumariamente. En 4 acciones criminales no había elementos que asegurasen el progreso de la denuncia.

De lo que se puede averiguar, hay señales interesantes de que el litigio de derechos humanos llevado adelante por el MPF puede traer futuros beneficios para la justicia de transición brasileña. La perspectiva en relación a la actuación del Poder Judicial, sin embargo, es bastante difícil. Hay varios problemas relativos a una ausencia de comprensión del significado y cogencia del Derecho Internacional de los Derechos Humanos y de sus conceptos: crímenes contra la humanidad, imprescriptibilidad, imposibilidad de incidencia de amnistía, pasan a lo largo de decisiones en que todavía ven una oposición entre soberanía y derechos humanos, con obvia precedencia de la primera, principalmente por cuenta de la supuesta eficacia vinculante de la decisión del STF en la ADPF 153.

Analicemos algunas de las fundamentaciones adoptadas en casos diversos.

En el caso de la acción criminal involucrando crímenes de homicidio y falsedad ideológica del caso de Manoel Fiel Filho (autos nº 0007502-27.2015.4.03.6181), la decisión judicial de rechazo en primera instancia se limita a transcribir, en sus 54 páginas, 22 páginas de citas de la decisión del STF en la ADPF nº 153, sin ningún enfrentamiento de la decisión de la Corte IDH en el *Caso Gomes Lund*. No obstante, en la acción criminal que imputaba la tortura y muerte de Carlos Danielli, la exacta y misma fundamentación fue utilizada (autos nº 0009756-70.2015.4.03.6181). En el caso que involucró la muerte bajo tortura del resistente Hércio Pereira Fortes (autos nº 001635122.2014.4.03.6181), invocó-se la incidencia de la pretensión amnistía (en verdad, autoamnistía) por la Ley nº 6.683/1979. De forma espantosa, la sentencia invoca citas a la mención por el ex-Ministro Moreira Alves, del STF, cuando se instaló la Asamblea Constituyente de 1986-1987, que trató ese momento como “el termo final del período de transición con que, sin ruptura constitucional, y por vía de conciliación, se produce un ciclo revolucionario”, una verdadera afronta al proceso histórico que culminó en el ejercicio del poder constituyente democrático. Otra vez, la decisión del STF en la ADPF nº 153, que todavía no es una sentencia firme, es referida como vinculante en el caso – ninguna parte está dedicada a lo que fue decidido por la Corte IDH.

En el caso que involucró la muerte bajo tortura de Luiz Eduardo da Rocha Merlino (autos nº 0012647-98.2014.403.6181), se mantuvo la misma conducción para la fundamentación: amplia utilización del concepto jurídico

de amnistía (incluso para los crímenes contra la humanidad imputados); la supuesta aplicabilidad al caso concreto del art. 4º de la EC nº 26/1985;⁴⁵ y, la fuerza de lo que se quedó decidido por el STF en la ADPF nº 153.

Otros argumentos aún aparecerían en decisiones de rechazo de acciones criminales: el cuestionamiento de los efectos permanentes de los crímenes de secuestro practicado; la definición de que el crimen de ocultación de cadáver es crimen instantáneo de efectos permanentes (y no crimen permanente); lo que llama más atención a la despreocupación con los efectos de la decisión de la Corte IDH en el caso Gomes Lund y el papel del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. De lo que se puede constatar hasta el momento es que o hay un vacío en la formación de jueces federales brasileños o la defensa de una oposición ya superada entre derechos humanos y soberanía.

Así, queda todavía bastante por desarrollar en términos de creación de presión de la sociedad civil que pueda fortalecer y proveer de recursos el papel del MPF que, a lo que parece, asumió una inclinación en buscar consolidar el pilar de la responsabilidad criminal individual en la justicia de transición brasileña. La RLAJT puede cumplir un inestimable papel en ese campo al permitir el intercambio de experiencias más exitosas como, por ejemplo, las de Argentina y de Chile. Pese a las limitaciones contextuales, aun así hay un importante espacio de diálogo edificante para una justicia de transicional quizá regional.

Referencias

ALTINO, Lucas. Parentes de desaparecidos políticos foram monitorados após o fim da ditadura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 set. 2015. Disponible en: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/parentes-de-desaparecidos-politicos-foram-monitorados-apos-fim-da-ditadura-17444589>>.

AMARAL, Tércio. Ministério de Direitos Humanos coleta amostras de DNA dos parentes de desaparecidos na ditadura militar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 nov. 2015. Disponible en: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/11/17/interna_politica,610753/ministerio-de-direitos-humanos-coleta-amostras-de-dna-dos-parentes-de-desaparecidos-na-ditadura-militar.shtml>.

AMORIM, Felipe. Morre coronel Ustra, ex-chefe do DOI-Codi durante a ditadura. **UOL Notícias**, [s.l.], 15 out. 2015. On-line. Disponible en: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/15/morre-coronel-ustra.htm#fotoNav=28>>.

45. Contra esa interpretación, ver Pinto (2014a, 2014b).

ARRUDA, Roldão. Comissão da Verdade reage e lista provas contra general. **Estadão**, São Paulo, 10 fev. 2015. Blog do autor. Disponible en: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/comissao-da-verdade-reage-e-lista-provas-contra-general/>>.

BASSIOUNI, Cherif. Searching for peace and achieving justice: the need for accountability. **Law and Contemporary Problems**, v. 59, n. 4, p. 9-28, 1996a.

BASSIOUNI, Cherif. International crimes: jus cogens and obligatio Erga Omnes. **Law and Contemporary Problems**, v. 59, n. 4, p. 63-74, 1996b.

BASTOS, Alexandre. Relatório da Comissão Anísio Teixeira aponta violações de direitos. **Secom UnB**, Brasília, 22 abr. 2015. Disponible en: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9380>>.

BISSOTO, Maria Carolina. As descobertas do relatório da Comissão da Verdade do Rio. **Ponte**, [s.l.], 17 dez. 2015. Disponible en: <<http://ponte.org/as-descobertas-do-relatorio-da-comissao-da-verdade-do-rio/>>.

BOCCHINI, Bruno. Comissão da Verdade sobre crimes na democracia é criada em São Paulo. **Agência Brasil**, Brasília, 20 fev. 2015a. Disponible en: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-02/comissao-da-verdade-sobre-crimes-na-democracia-e-criada-em-sao>>.

BOCCHINI, Bruno. Grupo já analisou 144 ossadas da vala clandestina do Cemitério de Perus. **Agência Brasil**, Brasília, 10 fev. 2015b. Disponible en: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-02/grupo-ja-analisou-144-ossadas-da-vala-clandestina-do-cemiterio-de>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Documento nº 1/2011**. Brasília, 21 mar. 2011. Disponible en: <http://2ccr.pgr.mpf.mp.br/diversos/justica-de-transicao/Doc1-ReuniaoInterna-decisaoCorteInteramericana-CasoGomesLund%20vs%20Brazil.pdf> . Acceso el: 9 abr. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. **Denúncia referente aos Procedimentos de Investigação Criminal nº 1.30.001.005782/2012-11 e 1.30.011.001040/2011-16**. Rio de Janeiro, maio 2014a. Disponible en: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. **Denúncia referente ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.30.001.006990/2012-37**. Rio de Janeiro, fev. 2014b. Relatório e manifestação anexa. Disponible en: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Denúncia referente ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.34.001.007804/2011-57**. Denúncia nº 71284/2014. São Paulo, 22 set. 2014d. Disponible en: <<http://s.conjur.com.br/dl/denuncia-coronel-ustra.pdf>>.

BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. Grupo de Trabalho Justiça de Transição. **Crimes da ditadura**: relatório preliminar de atos de persecução penal desenvolvidos pelo MPF acerca de graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado durante a ditadura. Brasília, 2013b. Disponible en: <http://noticias.pgr.mpf.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/Relatorio_Crimes%20Ditadura_completo.pdf>.

BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Grupo de trabalho justiça de transição**: atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal: 2011-2013. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge. Brasília: MPF/2ª CCR, 2014c. (Série Relatórios de Atuação, 1). Disponible en: <<http://2ccr.pgr.mpf.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/justica-de-transicao/relatorios-1/Relatorio%20Justica%20de%20Transicao%20-%20Novo.pdf>>.

BRASIL. Procuradoria-Geral da República. **Parecer**. Prisão preventiva para extradição nº 696. Requerente: República Argentina. Requerido: Manuel Alfredo Montenegro. Relator Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 24 set. 2013a. Disponible en: <<http://s.conjur.com.br/dl/extradicao-manuel-montenegro-parecer-pgr.pdf>>.

CAZARRÉ, Marieta. Camponeses do Araguaia recebem anistia política. **Agência Brasil**, Brasília, 25 ago. 2015. Disponible en: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/camponeses-do-araguaia-recebem-anistia-politica>>.

CESAR, Janaina. Procurador italiano pede condenação de quatro brasileiros por crimes da Operação Condor. **Opera Mundi**, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponible en: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/40124/Procurador+italiano+pede+condenacao+de+quatro+brasileiros+por+crimes+da+operacao+condor.shtml#sthash.NEx2IIv.dpuf>>.

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília, 2014a. v. 1.

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília, 2014b. v. 2.

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília, 2014c. v. 3.

COMISSÃO de Anistia divulga nota sobre decisão judicial que cancela reparação à família de Carlos Lamarca. Brasília: RLJAT, 13 maio 2015. Disponível en: <<http://www.rlajt.com/noticia/139/comiss%C3%A3o-de-anistia-divulga-nota-sobre-decis%C3%A3o-judicial-que-cancela-repara%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-fam%C3%ADlia-de-carlos-lamarca.html>>.

CONFIRA o relatório final da Comissão da Verdade da UNE. São Paulo: UNE, 17 jun. 2015. Disponível en: <<http://www.une.org.br/noticias/confira-o-relatorio-final-da-comissao-da-verdade-da-une/>>.

CORONEL Brilhante Ustra morre, aos 83 anos, em hospital de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 out. 2015. On-line. Disponível en: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/10/15/interna_cidadesdf,502530/coronel-brilhante-ustra-morre-aos-83-anos-em-hospital-de-brasilia.shtml>.

CRUZ, Elaine Patricia. Comissão realiza primeira audiência para apurar crimes do Estado na democracia. **EBC – Cidadania**, Brasília, 21 mar. 2015. Disponível en: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/comissao-realiza-primeira-audiencia-para-apurar-crimes-do-estado-na-democracia#ssthash.ViicLHe7.dpuf>>.

CRUZ, Fernanda. MPF recebe 614 ossadas de possíveis desaparecidos políticos da ditadura. **Agência Brasil**, Brasília, 19 ago. 2015. Disponível en: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/mpf-recebe-614-ossadas-de-possiveis-desaparecidos-politicos-da#sthash.PmQc08LD.dpuf>>.

DIAS, Renato. Ultragás, Ford, GM e Volks financiaram repressão e tortura. Entrevista com Marcelo Godoy. **Diário da Manhã**, Goiânia, 28 jan. 2015. Disponível en: <<http://www.rlajt.com/noticia/95/ultrag%C3%A1s-ford-gm-e-volks-financiaram-repress%C3%A3o-e-tortura.html>>.

DOCUMENTOS demonstram que EUA sabiam antes de mortes na ditadura. **G1**, Rio de Janeiro, 8 jul. 2015. Disponível en: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/documentos-indicam-que-eua-sabiam-antes-de-mortes-na-ditadura.html>>.

ÉBOLI, Evandro. Vítima da ditadura tem certidão de óbito “corrigida”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 2015a. Disponível en: <<http://oglobo.globo.com/brasil/vitima-da-ditadura-tem-certidao-de-obito-corrigida-17838994#sthash.K99WN8Jk.dpuf>>.

ÉBOLI, Evandro. Relator da ONU diz que tortura nos presídios do Brasil é herança da ditadura militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2015b. Disponível en: <<http://oglobo.globo.com/brasil/relator-da-onu-diz-que-tortura-nos-presidios-do-brasil-heranca-da-ditadura-militar-17187364#ixzz-3jPXgyBU8>>.

ESCOLAS que homenageavam ditadores têm nomes substituídos por educadores e pessoas da comunidade. São Luís: Governo do Maranhão, 30 mar. 2015. On-line. Disponível en: <<http://www.ma.gov.br/escolas-que-homenageavam-ditadores-tem-nomes-substituidos-por-educadores-e-pessoas-da-comunidade/>>

EXÉRCITO pune general que pregou golpe e bancou homenagem a Ustra. **Guia Global**, [s.l.], 30 out. 2015. Disponível en: <http://www.guiaglobal.com.br/noticia-exercito_pune_general_que_pregou_golpe_e_bancou_homenagem_a_ustra-6787#sthash.V7k46ss2.dpuf>.

FABRINI, Fábio. Procuradoria-Geral abre ação contra militar procurado na argentina. **Estadão**, São Paulo, 22 jun. 2015. Disponível en: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,procuradoria-abre-acao-contra-militar-procurado-na-argentina---imp-,1710878>>.

GIBSON, Felipe. Comissão da Verdade relata mortes de alunos e perseguição na UFRN. **G1 RN**, Natal, 13 out. 2015. Disponível en: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/10/comissao-da-verdade-relata-mortes-de-alunos-e-perseguiacao-na-ufrn.html#sthash.lpJryeYV.dpuf>>.

GODOY, Marcelo; SILVA, CLeyde. Volkswagen negocia reparação judicial por apoio à repressão durante ditadura. **Estadão**, São Paulo, 1º nov. 2015. Disponível en: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,volkswagen-negocia-reparacao-judicial-por-apoio-a-repressao-durante-ditadura,1789314>>.

GRANJEIA, Julianna. Justiça determina correção de atestado de óbito de morto pelo regime militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 abr. 2015. Disponível en: <<http://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-correcao-de-atestado-de-obito-de-morto-pelo-regime-militar-15829001#ixzz3Yk5o7TV1>>.

JUSTIÇA cancela indenização à família de Carlos Lamarca. **UOL Notícias**, [s.l.] 15 maio 2015. Disponível en: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/12/justica-cancela-indenizacao-a-familia-de-carlos-lamarca.htm>>.

LISBOA, Vinícius. Pesquisas mostram que resistência à ditadura não foi apenas de pequenos grupos. **EBC – Cidadania**, 12 ago. 2015a. Disponível en: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/repressao-na-ditadura-alcancou-grupos-sociais-dizem-pesquisadores>>.

LISBOA, Vinícius. Trabalhadores do campo foram vítimas de grilagem na ditadura, diz pesquisadora. **EBC – Cidadania**, 11 ago. 2015b. Disponível en: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/trabalhadores-do-campo-foram-vitimas-de-grilagem-na-ditadura-diz#sthash.T3fjMtwH.dpuf>>.

MACEDO, Fausto; AFFONSO, Julia. Procuradoria denuncia três por tortura e morte nos porões. **Estadão**, São Paulo, 15 dez. 2015. Disponível en: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-denuncia-tres-por-tortura-e-morte-nos-poroos/>>.

MACIEL, Ayrton. Marinha microfilmou milhares de documentos da repressão da ditadura militar de 64. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 nov. 2015. On-line. Disponível en: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/11/08/marinha-microfilmou-milhares-de-documentos-da-repressao-da-ditadura-militar-de-64-206994.php#sthash.i8xDnigz.dpuf>>.

MARTINES, Fernando. Juiz rejeita denúncia contra acusados de tortura e homicídio na ditadura. **Consultório Jurídico**, São Paulo, 20 ago. 2015. On-line. Disponível en: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-20/juiz-rejeita-denuncia-acusados-homicidio-ditadura>>.

MAZZINI, Leandro. Major Curió confessa à Justiça que matou prisioneiros no Araguaia. **UOL Notícias**, [s.l.] 15 out. 2015. Disponível en: <<http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2015/10/15/major-curio-confessa-a-justica-que-matou-prisioneiros-no-araguaia/>>.

“MEMORIAL da Luta pela Justiça” contra ditadura ganha captação pela Rouanet. 13 nov. 2015. **Jota**, Brasília, 13 nov. 2015. Disponível en: <<http://jota.uol.com.br/memorial-da-luta-pela-justica-contra-ditadura-ganha-captao-de-recursos>>.

MPF denuncia sete ex-agentes da ditadura por morte de Fiel Filho. **G1 São Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2015. Disponível en: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/mpf-denuncia-sete-ex-agentes-da-ditadura-por-morte-de-fiel-filho.html#sthash.gqJg9nuq.dpuf>> y <<http://www.jfsp.jus.br/20150819-ditadura/>>.

MPF denuncia coronel Ustra por morte de dirigente do PCdoB na ditadura. **R7 Notícias**, 27 ago. 2015. Disponível en: <<http://noticias.r7.com/brasil/mpf-denuncia-coronel-ustra-por-morte-de-dirigente-do-pcdob-na-ditadura-27082015#sthash.BaeZvUKC.dpuf>>.

NITAHARA, Akemi. CEV-Rio: ditadura deixou pelo menos 200 mortos e desaparecidos no campo. **EBC – Cidadania**, Brasília, 19 maio 2015. Disponível en: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/05/cev-rio-ditadura-deixou-pelo-menos-200-mortos-e-desaparecidos-no-campo>>.

OLIVEIRA, Flávia. Ditadura perseguiu até bailes black no Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2015. Disponível en: <<http://oglobo.globo.com/brasil/ditadura-perseguiu-ate-bailes-black-no-rio-de-janeiro-16733859#sthash.NyARTlPs.dpuf>>.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição**. Brasília: Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. (no prelo)

PASSOS, Najla. Serviço Secreto de FHC monitorou militantes anti-neoliberalismo. **Carta Maior**, São Paulo, 30 jul. 2012. Disponível en: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Servico-Secreto-de-FHC-monitorou-militantes-antineoliberalismo%0d%0a/5/25788>>.

PERITOS do Grupo de Trabalho Perus se reúnem para padronizar procedimentos em antropologia forense. Brasília: SDH, 30 abr. 2015. On-line. Disponível en: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/abril/peritos-do-grupo-de-trabalho-perus-se-reunem-para-padronizar-procedimentos-em-antropologia-forense>>.

PINTO, Cristiano Paixão Araújo et al. Não há anistia para crimes contra a humanidade (Parte I). **Consultor Jurídico**, São Paulo, 15 set. 2014a. On-line. Disponível en: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-15/nao-anistia-crimes-humanidade-parte>>.

PINTO, Cristiano Paixão Araújo et al. Não há anistia para crimes contra a humanidade (Parte I). **Consultor Jurídico**, São Paulo, 16 set. 2014b. On-line. Disponível en: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-16/nao-anistia-crimes-humanidade-parte-ii>>.

POMBO, Bárbara. STJ confirma decisão que reconheceu Ustra como torturador. **Jota**, Brasília, 9 dez. 2015. Disponível en: <<http://jota.uol.com.br/stj-confirma-decisao-que-reconheceu-ustra-torturador>>.

PONTE Costa e Silva em Brasília passa a se chamar Honestino Guimarães. **Agência Brasil**, Brasília, 27 ago. 2015. Disponível en: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/brasil-ponte-costa-e-silva-muda-de-nome-para-honestino-guimaraes#sthash.q6oFNm7U.dpuf>>.

POPULAÇÃO terá acesso a dados sobre procedimentos para punir agentes públicos que agiram na ditadura. Brasília: MPF, 23 set. 2015. On-line. Disponível en: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/populacao-tera-acesso-a-informacoes-sobre-procedimentos-para-responsabilizar-agentes-publicos-que-agiram-na-ditadura-militar>.

PRESIDENTA Dilma nomeia peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Brasília: SDH, 12 mar. 2015. On-line. Disponível en: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/marco/presidenta-dilma-nomeia-peritos-do-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura>>.

RELATÓRIO da Comissão da Verdade da CUT traz 18 novos nomes de trabalhadores mortos. **Rede Brasil Atual**, 15 out. 2015. Disponible en: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/10/relatorio-da-comissao-da-verdade-da-cut-traz-18-novos-nomes-de-trabalhadores-mortos-4571.html#sthash.YMFVGIGo.dpuf>>.

RICHARD, Ivan. Senado aprova Ley de Migração que revê legislação da época da ditadura. **EBC – Política**, 2 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/07/senado-aprova-Ley-de-migracao-que-reve-legislacao-da-epoca-da-ditadura#sthash.gkhUB11u.dpuf>>.

“RUAS de Memória” pretende mudar nomes de vias que homenageiam símbolos do regime militar. São Paulo: Secretaria Executiva de Comunicação, 13 ago. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5914#ad-image-0>>.

SANCHES, Mariana. Comissão Nacional da Verdade enfrentará primeira ação por danos morais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2015. Disponible en: <<http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-nacional-da-verdade-enfrentara-primeira-acao-por-danos-morais-15173616>>.

SCHUMACKER, Vanessa. Subcomissão da Verdade é criada na Alerj. **Alerj – Notícias On-line**, Rio de Janeiro, 15 set. 2015. Disponible en: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=50157>.

SOUZA, André de. STF manda suspender ação contra coronel Ustra por sequestro durante ditadura militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2015. Disponible en: <http://oglobo.globo.com/brasil/stf-manda-suspender-acao-contracoronel-ustra-por-sequestro-duranteditadura-militar-15991645?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo>.

UNESCO reconhece patrimônio documental da Comissão de Anistia como memória do mundo. Brasília: MJ, 29 out. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.justica.gov.br/noticias/patrimonio-documental-da-comissao-de-anistia-passa-a-fazer-da-unesco#sthash.7W1Q9hK0.dpuf>>.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana Rocha. Criação de Ley de migrações é dívida histórica do Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 21 ago. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-Ley-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>>.

VILLELA, Flávia. Comissão Nacional da Verdade entrega relatório final ao Arquivo Nacional. **EBC – Cidadania**, Brasília, 24 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/comissao-nacional-da-verdade-entrega-relatorio-final-ao-arquivo-nacional#sthash.VCeDRauF.dpuf>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

**Ana Carolina Couto Pereira Pinto Barbosa,
Claudia Paiva Carvalho e
Hellen Cristina Rodrigues de Freitas**
Secretaria da RLAJT^{46 47}

Histórico

En el día 11 de septiembre de 1973 ocurrió en Chile un golpe de Estado, liderado por el general Augusto Pinochet, que derrocó al gobierno elegido democráticamente de Salvador Allende. El gobierno socialista de Allende, conocido como la Unidad Popular, conducía un conjunto de reformas, incluyendo la estabilización de bancos, nacionalización de las minas de cobre, y la reforma agraria, con el objetivo de construir una “vía chilena” hacia el socialismo. Este proyecto fue interrumpido por el golpe instaurado después del bombardeo del Palacio de La Moneda, dónde Salvador Allende y algunos de sus seguidores resistían. Allende murió en el interior del palacio presidencial,⁴⁸ y Pinochet asumió el poder como presidente de una junta militar de gobierno.

El 17 de diciembre de 1974, Pinochet se autodenominó presidente de la República de Chile, donde permaneció los siguientes 16 años. Pauteado por la Doctrina de Seguridad Nacional, que sirvió como fundamento para la práctica de terror como política de Estado, el gobierno dictatorial cometió sistemáticamente graves violaciones a los derechos humanos, dejando un saldo de cerca de 3.200 personas desaparecidas o ejecutadas y casi 40 mil sobrevivientes de prisión política y tortura. Hubo, además otros/as millares de exilados/as y

46. El texto contó con la revisión y contribuciones del Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad Diego Portales, Chile.

47. Texto traducido por Ana Paula Del Vieira Duque y Esther Serruya Weyl, en colaboración con la RLAJT.

48. No obstante las circunstancias de su muerte hayan sido durante varios años objeto de rumores y versiones encontradas, hoy en general se acepta la tesis de que se haya suicidado como un gesto de resistencia. Una reciente investigación judicial de las circunstancias de su muerte fue archivada en los tribunales nacionales sin haberse encontrado evidencias de la intervención directa de terceras personas. La Corte concluyó que “el hecho investigado no es indicativo de crimen” (Suprema..., 2014).

personas despedidas de sus trabajos por su oposición política – las denominadas “exonerado/as políticas”.

El cambio de gobierno, que dio inicio a una transición democrática, ocurrió casi 18 meses después de un plebiscito, ocurrido el 5 de octubre de 1988, que convocó a la población chilena a decidir sobre la permanencia de Pinochet en el poder durante ocho años. Por un margen relativamente estrecho, de casi 12% de los votos, triunfó la opción del “No” contra la continuidad de Pinochet en el poder. Aunque Pinochet quisiese ignorar los resultados, fue impedido por sus propios aliados de hacerlo. Como consecuencia, en 1989, fueron realizadas elecciones presidenciales. Patricio Aylwin asumió en 1990 como el primero presidente elegido democráticamente en dos décadas.

La transición chilena fue bastante controlada, con la continuación de importantes medidas dictatoriales como un Decreto-Ley de Autoamnistía, dictado en 1978, una Constitución autoritaria, impuesta en 1980, y un sistema electoral binominal que garantizaba a la derecha una sobrerrepresentación en la legislatura. Además, se estableció que Pinochet permanecería como comandante en jefe del Ejército durante al menos los primeros ocho años de régimen democrático. A pesar de las dificultades que acompañaron el proceso de redemocratización, el gobierno de Aylwin adoptó, casi de inmediato, algunas medidas importantes para tratar el legado autoritario del pasado. Si bien no hubo juicios, se creó la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (Comisión Rettig), en 1990. La Comisión Rettig logró aclarar la verdad sobre las más graves violaciones de derechos humanos y actos de violencia política cometidas entre el 11 de septiembre de 1973 y el 11 de marzo de 1990, pero solamente individualizó los nombres de víctimas *ausentes* (víctimas de desaparición o ejecución) en su informe final, publicado en marzo de 1991.⁴⁹ También entre los años 1990 y 1991, fueron adoptadas medidas de reparación económica disponibles a familiares de víctimas de desaparición y ejecución y a algunas otras categorías de personas afectadas por la violencia del Estado dictatorial.⁵⁰

Más de una década después, se realizaría una segunda Comisión de la Verdad oficial, esta vez dedicada exclusivamente a la individualización de los nombres de sobrevivientes reconocidos por prisión política y tortura. En dos rondas, realizadas en 2004-5 y 2011, la instancia, conocida como

49. No obstante, en 1996, una entidad sucesora, la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación (CNRR), publicó un informe complementario calificando más de mil casos adicionales, alcanzando el total de 3.200 desaparecidos y ejecutados hoy reconocidos por el Estado chileno.

50. Entre ellas, exiliados/as que deseaban regresar, exonerados/as políticos y defensores de los derechos humanos. Para un recuento actualizado ver Observatorio de Derechos Humanos (2012).

la Comisión Valech,⁵¹ reconoció un total de 38.254 personas como sobrevivientes de dichas violaciones. Los derechos de reparación económica y simbólica antes extendidos a familiares fueron entonces ampliados hacia las y los sobrevivientes nombrados por las “nóminas Valech”.

En el plano de justicia, a inicios de 1998, fueron presentadas varias querellas criminales directamente contra Augusto Pinochet, en Chile e internacionalmente, por crímenes contra los derechos humanos. En octubre del mismo año, Pinochet fue detenido en Londres a petición del juez español Baltazar Garzón, que buscaba su extradición a España, en el ejercicio de jurisdicción universal, por violaciones practicadas contra ciudadanos españoles y otros durante la dictadura chilena. Luego de más de 12 meses de controversia judicial, en 2000, a Pinochet se le permitió regresar a Chile por razones médicas. El dictador murió en el año 2006, procesado en varias causas domésticas por violaciones a los derechos humanos y una por corrupción, pero sin que se alcanzara dictar alguna condena en su contra.

Chile ha sido condenado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) en tres oportunidades por faltar a sus responsabilidades bajo la Convención Interamericana en relación a graves violaciones de derechos humanos cometidas en el período dictatorial. Las decisiones adversas fueron en los casos *Almonacid vs. Chile*, en 2006, *García Lucero y otras vs. Chile*, en 2013, y *Omar Humberto Maldonado y otros vs. Chile*, en 2015. Los dos casos más recientes versan sobre el derecho de sobrevivientes a justicia y reparaciones. En el primero, *Almonacid*, se declaró inválida la aplicación del Decreto-Ley de Autoamnistía a un caso de ejecución política. Aunque dicho decreto-ley aún sigue vigente, desde aproximadamente 2004 ha sido una práctica más o menos consistente de la Corte Suprema de Justicia de Chile y los tribunales inferiores excluir de la amnistía y también de la prescripción casos que son reconocidos como crímenes de lesa humanidad o de guerra. En diciembre de 2014, fue presentado uno más en una serie de proyectos de ley “interpretativa” que pretenden compatibilizar el decreto-ley de amnistía con las obligaciones internacionales de Chile en la materia. No obstante, el proyecto sigue pendiente de debate en la Legislatura chilena.

51. La primera ronda, de 2004-2005, llevaba por nombre oficial Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, hoy conocida como Valech I. La segunda, de 2011, fue titulada Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura. Se le conoce como Valech II. Calificó cerca de 10 mil casos de sobrevivientes, y agregó 30 nombres a la lista de desaparecidos y ejecutados que había sido producida por la Comisión Rettig y su entidad sucesora en 1996. Para los informes y lista, ver <<http://www.ddhh.gov.cl/>>. Para un análisis más profundo ver Collins (2012) e Castro (2015).

Sobre las medidas de garantías de no repetición, en el año de 2008, Chile ratificó el protocolo facultativo de la Convención Contra la Tortura y otros Tratos Crueles, No Humanos o Degradantes de las Naciones Unidas. En 2009, fueron tipificados en la legislación interna los crímenes de lesa humanidad y fue ratificado el Estatuto de Roma (Bachelet..., 2009), con la adhesión de Chile al Tribunal Penal Internacional (TPI).

Un importante marco en el proceso de mantener viva la memoria en el país fue la inauguración, en 2010, del Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos, en Santiago. En 2015, fue propuesta la creación de una Subsecretaría de Derechos Humanos, en el interior del Ministerio de Justicia, que representaría un refuerzo a la actuación del Estado en derechos humanos de modo general, y debe encargarse de preparar el primer Plan Nacional en derechos humanos. El proyecto de ley para la creación de la Subsecretaría fue aprobado por el Senado por unanimidad en agosto de 2015, y la instancia fue oficialmente creada en diciembre, si bien todavía no entra en funciones (Cámara..., 2015).

Aun cuando han pasado 25 años después de la restauración de la democracia en Chile, muchas prácticas y estructuras institucionales todavía están marcadas por el legado de la dictadura militar. Estas incluyen la preservación del modelo económico neoliberal, la fuerte privatización del sistema educacional y de pensiones, y aspectos de la Constitución de 1980. Persisten otros desafíos en campo de la justicia por crímenes de la época de la dictadura, como la superación definitiva del Decreto-Ley de Amnistía de 1978, la exigencia de mayor agilidad en los juicios, y llamadas para asegurar la imposición de penas custodiales proporcionales a la gravedad de los delitos cometidos (Hau; Collins, 2015).

Este informe pretende señalar algunos hitos que marcaron la agenda de justicia de transición chilena en 2015 y que hayan cobrado visibilidad tanto en los medios escritos de circulación masiva como en el ámbito de las organizaciones de derechos humanos y movimientos de la sociedad civil. A continuación, el informe está dividido en secciones temáticas de acuerdo con los cuatro pilares que orientan la justicia de transición: *i)* justicia, *ii)* memoria y verdad, *iii)* reparación y *iv)* reformas institucionales.⁵²

Justicia

De acuerdo con el informe anual del Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad Diego Portales sobre la evolución de los procesos judiciales, entre julio 2014 y junio 2015, inclusive, se dictaron un total de

52. Ver también el capítulo “Silencio e irrupciones: verdad, justicia y reparaciones en la post dictadura chilena”, publicado en el *Informe Anual* del Centro de Derechos Humanos da Universidad Diego Portales (Collins et al., 2015).

44 condenas finalizadas en la Corte Suprema relacionadas con causas de derechos humanos de tiempos de dictadura. 22 de las sentencias fueron en casos de desaparición (secuestro calificado); 12 en casos de ejecución política (homicidio calificado); y 2 en casos que involucraban ambos crímenes. El total de “víctimas ausentes” involucradas en las causas asciende a más de 70. Se dictaron, en tanto, 3 sentencias en causas impulsadas por víctimas sobrevivientes de prisión política, dos por tortura, y uno por secuestro. Se finalizaron 5 casos de indemnización civiles, incluyendo una por errores forenses en la identificación de restos mortales (Collins et al., 2015).⁵³

Un importante hito del año de 2015 fue la consolidación de un cambio de la jurisprudencia doméstica en relación a la indemnización civil. Hasta hace poco, la Sala Constitucional de la Corte Suprema persistía en aplicar la prescripción a acciones civiles que presentaban demandas por daño moral en relación a graves violaciones. El Estado, representado en las demandas por una entidad llamada el Consejo de Defensa de Estado, apoyaba dicha aplicación, rechazando las pretensiones indemnizatorias de familiares y sobrevivientes bajo el argumento de la prescripción y/o alegando la incompatibilidad de demandas civiles con reparaciones administrativas ya extendidas. No obstante, la Sala Penal de la misma Corte Suprema rechazaba dicha argumentación, concediendo la mayor parte de las demandas civiles que le llegaban asociadas a causas penales. Por tanto se había producido una disparidad en la práctica de la Corte, según la Sala a la cual le tocara el caso. A fines de 2014 se resolvió el impasse dictando que todo tipo de demanda civil sería visto por la Sala Penal. Como resultado, en 2015, se impuso el criterio que las acciones civiles son, al igual de las penales, imprescriptibles cuando se trata de crímenes de lesa humanidad. La Corte también sostiene que las demandas civiles y las reparaciones administrativas tienen esencias y fines distintos, siendo, por tanto, compatibles entre sí.

A modo de ejemplo, en el mes de septiembre de 2015, la Corte Suprema ratificó una sentencia que condena el Estado de Chile a indemnizar un grupo de 31 ex prisioneros detenidos en el campo de concentración establecido en condiciones extremas en el sur remoto del país, Isla Dawson, entre septiembre de 1973 y septiembre de 1974. El valor total de la indemnización supera los 6,6 millones de dólares estadounidenses. En la decisión, la Suprema Corte afirmó que la demanda interpuesta en la acción civil no prescribe, ya que “tratándose de un delito de lesa humanidad cuya acción penal persecutoria es imprescriptible, no resulta coherente entender que la correlativa acción civil indemnizatoria esté sujeta a las normas sobre prescripción contempladas en la ley civil interna, ya que ello

53. La periodización del *Informe Anual* para efectos estadísticos es siempre de julio a junio, si bien su análisis cualitativo es enfocado en el año calendario.

contraría la voluntad expresa manifestada por la normativa internacional sobre derechos humanos” (Corte..., 2015).

También en ese sentido, la Corte condenó el Estado a pagar una indemnización en el valor de cerca de USD 100 mil al hermano de Máximo Gedda Ortiz, secuestrado en 1974 por agentes de la entonces policía secreta, la Dirección de Inteligencia Nacional (Dina) y desaparecido hasta la fecha. La decisión unánime anuló una sentencia desfavorable de la Corte de Apelaciones de Santiago, nuevamente invocando la imprescriptibilidad de ambos aspectos – civil y penal – de un crimen de lesa humanidad (Corte..., 2015).

De modo general, se puede decir que el año 2015 registró avances en la judicialización de los crímenes de la dictadura, con una aceleración del ritmo de los procesos, un modesto aumento en la proporcionalidad de las penas, y una mayor proporción de penas efectivas (penas de cárcel) entre las sentencias nuevas (Collins et al., 2015). Según datos del Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior y de la Seguridad Pública, interviniente en causas por desaparición y ejecución, hasta 1° de diciembre de 2015, un total de 1.373 ex agentes han sido alguna vez procesados, acusados o condenados por causas de derechos humanos. De estos, un total de 662 han recibido alguna condena, ya sea en primera o segunda instancia (aún pendientes de confirmación) – 318 personas – o bien por decisión definitiva de la Corte Suprema (344 personas). De las 344 personas condenadas definitivamente, 163 recibieron sentencias custodiales (fueron condenados a prisión).⁵⁴ 117 de ellas actualmente se encuentran encarceladas,⁵⁵ si bien un total de 11 de ellas poseen beneficios que van desde la salida dominical o de fin de semana hasta la libertad condicional (excarcelación bajo licencia y supervisión).⁵⁶

La legitimidad de la concesión de estos beneficios penitenciarios a ex-agentes condenados por crímenes de la dictadura ha sido cuestionada en razón de la gravedad de las violaciones de las que fueron halladas culpables. Para el órgano oficial el Instituto Nacional de Derechos Humanos (INDH), la concesión de dichos beneficios, que son en teoría alcanzables por todo preso ordinario, si bien no son de concesión automática, debería ser condicionada, en estos como en todos los casos, a la demostración de arrepentimiento y la colaboración con la justicia por parte de los agentes (INDH, 2015a).

54. Este número corresponde a 47% del total. Los demás recibieron penas no privativas de libertad (penas alternativas). Según el Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad de Diego Portales, la cifra de 47% representa un aumento ya que en 2013 solamente un tercio de las penas finales fueron de cárcel.

55. Al 1 de diciembre de 2015. Ver Chile (2015).

56. Los demás, según el estudio, o ya cumplieron la pena o fallecieron antes o durante el cumplimiento.

Como ya ha sido mencionado, 2015 trajo una nueva condena contra Chile en el sistema interamericano de derechos humanos. En octubre se hizo pública una sentencia de la Corte IDH, pronunciada el 2 de septiembre, en el caso *Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile*. Se declaró que Chile incumplía sus obligaciones convencionales por no haber ofrecido recursos legales a las víctimas sobrevivientes representadas en el caso, ex miembros constitucionalistas de las fuerzas aéreas, puesto que a éstas les anularon los procesos judiciales ilegítimos, que fueron iniciados en su contra durante la dictadura utilizando pruebas falsas y confesiones obtenidas mediante tortura. Al igual que en el caso García Lucero, la decisión también criticó a Chile por no iniciar de oficio la investigación de torturas de ex presos/as políticos/as durante el régimen dictatorial.⁵⁷

Otros importantes hitos en el ámbito de la justicia en 2015 incluyeron un avance investigativo en el llamado “Caso Quemados”. El caso investiga un crimen cometido en 1986, cuando una patrulla militar arrojó bencina sobre dos jóvenes que caminaban por la calle luego de haber participado en una protesta contra la dictadura. A Rodrigo Rojas y Carmen Gloria Quintana se les quemaron vivos. Rodrigo murió algunos días después, mientras que Carmen Gloria sobrevivió al ataque, si bien con quemaduras extremadamente graves en el 60% de su cuerpo. En julio de 2015, se ordenó la detención de doce ex militares que habrían participado en el crimen. La nueva información que posibilitó las detenciones vino del ex conscripto militar Fernando Guzmán Espíndola, quien decidió finalmente colaborar con la justicia (Pinochet..., 2015). Las nuevas informaciones representan un paso más en la gradual ruptura de los pactos de silencio que siguen vigentes entre perpetradores, encubriendo violaciones y ocultando la identidad de los responsables.

En el caso del cantante y compositor chileno Víctor Jara, el poder Judicial de Orlando, en Florida, EE.UU., se declaró competente para juzgar al ex militar chileno Pedro Barrientos, como alternativa a su extradición. Barrientos, quien actualmente reside en Miami, es acusado de haber dado el tiro de gracia que asesinó a Víctor Jara hace más de cuarenta años. El cantante fue detenido ilegalmente con colegas universitarios el mismo día del golpe, 11 de septiembre de 1973, y apresado en el campo de concentración que se improvisó en el Estadio Chile (ahora Estadio Víctor Jara) de la capital. Al reconocerle, sus captores lo torturaron, rompiendo sus dedos en alusión a su vocación de músico guitarrista, y someténdolo a ruleta rusa con sus armas de servicio. Fue finalmente ultimado el 16 de septiembre de 1973, cinco días después del golpe, fusilado con más de

57. Ver el resumen oficial del caso en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_300_esp.pdf>. La sentencia completa está disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_300_esp.pdf>.

cuarenta balas. El ex oficial castrense Pedro Barrientos es señalado como el autor del tiro final que mató al celebrado músico, icono de la Unidad Popular. La querrela criminal que preparó la investigación fue presentada por Joan Jara y Amanda Jara, esposa e hija del cantante. El poder judicial de los Estados Unidos ha aceptado juzgar a Barrientos por tortura y ejecución extrajudicial, si bien se negaron a caratular a los hechos como crimen de lesa humanidad, como pretendía la familia (Ayuso, 2015).

Cabe señalar, por último, la encarcelación del notorio ex fiscal militar Fernando Torres Silva, por un caso relacionado con la Operación Cóndor,⁵⁸ y las muertes de dos notorios agentes de la dictadura chilena en 2015. En agosto, murió Manuel Contreras en el Hospital Militar de Santiago, uno de los mayores criminales de la historia de Chile. Contreras encabezó la Dina entre 1973 y 1977. A la fecha de su muerte había sido condenado a un total de más de 500 años de prisión por numerosos casos de desaparición, secuestro y tortura. Contreras murió sin mostrar arrepentimiento ni reconocer su responsabilidad, y aun luciendo el grado militar de general en retiro.⁵⁹ En septiembre, a su vez, murió Marcelo Moren Brito, otro ex agente de la Dina, quien cumplía un total de más de 300 años por graves violaciones de derechos humanos. Moren participó en la notoria operación “Caravana de la Muerte”, en los primeros meses después del golpe.

Memoria y verdad

En el campo de la memoria y la verdad, en cuanto a la búsqueda del paradero de los/as desaparecidos/as políticos/as, cabe señalar que hoy en día en Chile dicha búsqueda se realiza exclusivamente en un marco judicial de investigación criminal. Las exhumaciones, peritajes e identificaciones correspondientes son realizados por personal especializado del servicio forense estatal, el Servicio Médico Legal, bajo orden judicial. La unidad respectiva reportaba, a fines de 2015, la identificación, o confirmación de identificación, de restos correspondientes a 166 personas desaparecidas o ejecutadas.⁶⁰ El Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior y Seguridad Pública señala que, desde su área social, en el 2015 ofrecieron apoyo a los familiares de un total de 80 víctimas relacionado a notificaciones de identificación, ceremonias de entrega de restos, traslados, y la realización de ritos fúnebres y de inhumación (Chile, 2015).

58. En el caso Berrios, un químico, ex agente civil de la dictadura, fue sacado en forma clandestina del país después de la transición y luego asesinado en Uruguay, por temor a lo que podría revelar a las autoridades judiciales sobre el uso de armas químicas por parte de la Dina en los años 1970.

59. Las Fuerzas Armadas chilenas se han negado consistentemente a retirarles sus honores, pensiones y grados a ex agentes condenados por los más repugnantes crímenes.

60. Ver nómina en: <http://www.sml.cl/sml/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=68>.

A modo de ejemplo, en abril, la Ministra Emma Díaz, acompañada por el director nacional del Servicio Médico Legal (SML), Dr. Patricio Bustos, informó a los familiares de cuatro nuevas identificaciones de víctimas del caso Chihuío, la operación militar que acabó con la vida de diecisiete trabajadores agrícolas en 1973, en el sur de Chile. Los restos identificados pertenecían a las víctimas: Rosendo Rebolledo Méndez, José Orlando Barriga Soto, Sebastián Mora Osses y Narciso Segundo García Cancinos. Con las nuevas identificaciones, se suman un total de 10 víctimas del episodio que ya se han identificado (Chile, 2015).

El año 2015 también estuvo marcado por cuestionamientos respecto a los pactos de silencio entre perpetradores y llamadas para mayor transparencia sobre archivos oficiales. En agosto, casi veinte grupos de memoria entregaron una declaración conjunta al gobierno, exigiendo el fin de los pactos de silencio y la apertura de los archivos de los servicios de seguridad de la época represiva (Sitios..., 2015a). El sitio web de memorias *Londres 38* también lanzó campañas a favor del acceso a la información y el principio de la publicidad en relación a todo documento oficial, sean archivos militares o acervos de las comisiones de la verdad (Londres..., 2015). La última parte de su exigencia hace alusión al hermético secretismo oficial que actualmente rige sobre la documentación y los testimonios producidos por y entregados a la Comisión Valech en sus trabajos. A diferencia de la Comisión Valech, cuyos documentos están accesibles al poder judicial y el Programa de Derechos Humanos, una ley del silencio pretendía imponer un embargo absoluto sobre el acervo Valech durante 50 años a partir de la publicación de Valech I, en 2004. Ante reiterados cuestionamientos de esta disposición, en julio 2015, el Estado chileno defendió la decisión, en dos documentos enviados a la Corte IDH. Los documentos argumentan que el éxito de la Comisión dependía en gran medida en la confidencialidad y garantía de reserva sobre las informaciones recibidas, que, además, según las autoridades, se justifican dado el carácter no judicial de la instancia (Labra, 2015). Opositores a la medida, entre ellos muchos de los mismos sobrevivientes que fueron sus testigos, señalan que la garantía fue impuesta incluso después de realizada la primera vuelta de la instancia, y que además no pesa sobre el acervo Rettig, cuyo contenido fue puesto activamente a disposición de los tribunales. En consecuencia de recursos de protección interpuestos por algunos sobrevivientes ante los tribunales, y peticiones de interpretación de las disposiciones del silencio realizadas ante la Contraloría de la República, para 2015 se reconoce una situación algo anómala en la que los antecedentes de personas consideradas y/o calificadas por el segundo procedimiento de la instancia (solamente) pueden ser conocidos por jueces investigando querellas criminales, mientras que

los antecedentes de la primera realización, de 2004-5, permanecen por lo pronto blindados ante cualquier actor requirente.

El Instituto Nacional de Derechos Humanos (INDH), quien tiene la custodia legal del archivo, reforzó la necesidad de una reforma legislativa para permitir que los registros de ambos procedimientos sean conocidos por la justicia si esa es la decisión de las víctimas, buscando la forma de que esto no afecte a los derechos de terceros (INDH, 2015a).

En relación al repudio social y simbólico de la dictadura y sus crímenes, las organizaciones de derechos humanos seguían cuestionando la persistencia de homenajes y referencias elogiosas al régimen cívico militar o las personalidades vinculadas a la represión, a través de monumentos o fechas conmemorativas, por ejemplo. Una de las medidas exigidas fue una modificación de la regulación de las Fuerzas Armadas, anunciada en junio por el ministro de Defensa, José Antonio Gómez, para prohibir el otorgamiento de decoraciones y medallas castrenses alusivas al golpe de 1973 (Defensa..., 2015). Diputados de la Comisión de Derechos Humanos de la legislatura propusieron diversos otros proyectos de ley para reducir la visibilidad del legado dictatorial en el espacio público, sin que éstos hayan alcanzado aún ser debatidos.

En relación a memorialización, impulsada activamente tanto por la sociedad civil como el Estado, el Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior y Seguridad Pública da cuenta de varios proyectos de reparación simbólica en el 2015 en que ellos tuvieron participación. Estos incluyen:

- 1) continuar la recuperación del Estadio Nacional como sitio de memoria: existiendo ya varios trabajos realizados y otros todavía en proceso;
- 2) proyecto de testimonios y archivo con la importante ONG histórica Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo (Codepu);
- 3) continuar la recuperación del Archivo de otra ONG histórica de Derechos Humanos, la Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic), para ponerlo a disposición de familiares y del público;
- 4) apoyo al estreno de la película documental *Habeas Corpus* (Sebastián Moreno y Claudia Barril, 2015), que cuenta la historia de la Vicaría de la Solidaridad, emblemática entidad eclesial defensora de los derechos humanos en tiempos de dictadura.
- 5) ampliación del proyecto de reparación y hermoseamiento de un memorial en la ciudad sureña de Talca;

- 6) apoyo al Archivo Oral de testimonios del sitio web de la memoria Villa Grimaldi; y
- 7) construir un memorial en el ex cuartel de la Dina ubicado en la dirección Simón Bolívar 8800, en Santiago (Chile, 2015).

El Estadio Nacional de Chile, que fue utilizado como un campo de concentración tras el golpe militar de 1973, ya tiene varias intervenciones conmemorativas realizadas a instancia de una agrupación de familiares y sobrevivientes, quienes participan activamente en actividades de memoria en el lugar, por el cual pasaron alrededor de 20 mil detenidos en los primeros tres meses después del golpe. Para el importante campeonato de fútbol la Copa América, realizado en Chile en junio 2015, se recuperó esta historia de una manera muy visible para los televidentes internacionales, con la impresión del lema “Un pueblo sin memoria es un pueblo sin futuro”, en un pendón exhibido en la parte superior de una de las escotillas. Así, se les pidió a las miles de personas que asistieron a la inauguración de la Copa que recordaran a las víctimas de la dictadura (Cifuentes, 2015).

En 2015 se anunció también un proyecto de Biblioteca Latinoamericana de Memoria en Chile. El proyecto busca rescatar los archivos secretos de la dictadura chilena y los demás países de América del Sur, en un trabajo de sistematización que será llevado adelante por varias organizaciones relevantes. El Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Chile (Idea) será la sede del proyecto, encabezado por el periodista investigativo Mauricio Weibel. La biblioteca será accesible a través de Internet, ya que el material es totalmente digital (Correa, 2015). El espacio de memorias Londres 38 inauguró una sala especial para consultas a su archivo digital, complementando la visita guiada que desde hace varios años se ha podido realizar, de forma gratuita, a la sede capitalina. El archivo reúne los documentos producidos Londres 38 en sus actividades, campañas e investigaciones; registros de videos, fotos y documentos, y el acervo de la campaña “No más archivos secretos”.

Nuevos memoriales en procesos de creación o de expansión incluyen un espacio de memoria de la fundación Hogar del Buen Pastor en la ciudad norteña La Serena, y ampliación del espacio 3 y 4 Alamos en Santiago. Los dos espacios funcionaban como sedes de represión durante la dictadura: el Hogar del Buen Pastor, que pertenece a una congregación religiosa, fue utilizado como prisión para mujeres. El sitio 3 y 4 Alamos, que hoy alberga un centro estatal de reclusión de niños en conflicto con la ley, fue utilizado para detener ilegalmente a más de 6 mil personas entre 1974 y 1976. Si bien su casa principal ya había sido declarada como monumento histórico, actualmente se exige ampliar el espacio de memoria para incluir

el patio del recinto. Ambas peticiones fueron aprobadas por el Consejo de Monumentos Nacionales en septiembre de 2015 (Sitios..., 2015b).

Reparaciones

En octubre, el Congreso chileno aprobó un proyecto de ley presentado por la presidencia que otorga un bono económico interino adicional a quienes están actualmente reconocidos en las nóminas Valech como sobrevivientes de prisión política y tortura. La medida agrega un monto único de aproximadamente USD 1.500 a las pensiones reparatorias a las que ya tienen derecho las y los sobrevivientes (IPS, s.d.). Se supone que la medida debería de ser solamente un paso inicial hacia una reevaluación completa de los derechos en justicia, verdad y reparación que les corresponde a las y los sobrevivientes, siendo éstos por ejemplo la única categoría de víctimas reconocidas que no cuentan actualmente ni con representación legal estatal para interponer querellas, ni tampoco con una instancia que vela por sus derechos o supervisa la consideración de nuevos casos.⁶¹ La medida es una respuesta parcial a demandas mucho más amplias desde sectores de ex presos políticos, quienes tuvieron que emprender un largo y dañina huelga de hambre en 2015 incluso para que se diera la actual respuesta limitada.

Reformas institucionales

Además del ya mencionado proyecto de Subsecretaría de Derechos Humanos, desde la perspectiva de las garantías de no repetición, otro hito clave para la justicia de transición chilena en el año 2015 fue el anuncio de un proceso deliberativo para una nueva Constitución para el país, promesa que fue una de las banderas de la campaña presidencial de Michelle Bachelet, elegida en 2014 para un segundo (no consecutivo) período presidencial.

En un discurso en la televisión nacional el 10 de octubre, Bachelet anunció el inicio del proceso para reemplazar la Carta fundamental impuesta en 1980 por la dictadura de Augusto Pinochet. El proceso constitucional debe desarrollarse en cuatro etapas, con las dos primeras de asesoramiento, las cuales supuestamente involucrarían una fuerte participación ciudadana, si bien no se le promete poder deliberativo a dicha participación. La versión final de la nueva Constitución debe estar lista en el segundo semestre de 2017, por tanto su deliberación y votación serán la responsabilidad de los parlamentarios elegidos en el próximo período legislativo (Farinelli, 2015).

61. El Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior y Seguridad Pública, que cumple algunas de estas funciones en relación a familiares de víctimas ausentes, está impedido por mandato de actuar a favor de sobrevivientes.

VERDAD, JUSTICIA Y REPARACIÓN PARA LAS VÍCTIMAS SOBREVIVIENTES DE LA DICTADURA EN CHILE

Boris Hau⁶²

Observatorio de Justicia Transicional, Chile

Luego del regreso de la democracia, en 1990, algunos segmentos de la sociedad civil chilena exigieron a las administraciones entrantes medidas de verdad, justicia y reparación en relación a las graves violaciones a los derechos humanos que se cometieron durante la dictadura de 1973 a 1990. En el ámbito de la verdad, se realizó una Comisión de la Verdad – la Comisión Rettig – cuyo trabajo dio lugar al *Informe Rettig* (1991) y el *Informe de la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación* (1996). Ambos incluían nóminas de víctimas reconocidas y dieron lugar a políticas de reparación económica, pero éstas estuvieron enfocadas principalmente a las y los familiares de víctimas no sobrevivientes (algo más de 3.200 víctimas ejecutadas y desaparecidas). El tema de las víctimas sobrevivientes – sometidas a tortura, prisión política, exilio, exoneración política⁶³ – no fue abordado sino parcialmente por las políticas públicas⁶⁴ hasta el año 2003. En este año, el efecto acumulativo de la ola de presión pro justicia ocasionado antes y durante el Caso Pinochet, así como la abogacía permanente de organizaciones de derechos humanos, produjo el anuncio de una nueva política en derechos humanos por el entonces presidente socialista Ricardo Lagos, bajo el lema “No hay mañana sin ayer”. Un componente de dicha política fue una segunda comisión de la verdad, esta vez apuntada específicamente a las graves violaciones sobrevividas. La Comisión, conocida como Comisión Valech, dio lugar en 2004-5 a la publicación del *Informe Valech* incluyendo una nómina de sobrevivientes reconocidos de prisión política y tortura. Luego se extendieron políticas existentes de reparación económica para estas víctimas sobrevivientes, quienes en consecuencia pasaron a ser titulares de derechos como la atención primaria gratuita en el sistema estatal de salud (a través de un programa especial conocido como Programa de Reparación y Atención Integral en Salud – Prais), o bien becas universitarias, para ellas/os y/o sus hijas/os o nietas/os. A la vez, los antecedentes y testimonios entregados a dicha comisión fueron embargados bajo una ley especial de secreto que

62. Boris Hau es investigador jurídico del Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad Diego Portales, Santiago de Chile. Texto escrito en enero 2016.

63. El término se refiere al despido y veto laboral por motivos políticos.

64. Algunas de las medidas de reparación económica dispuestas en 1990 y 1991 incluían subvenciones de salud, restauración de derechos de pensión, e incentivos aduaneros de regreso desde el exilio para algunas de estas categorías de sobreviviente.

prohibía su revelación, ya sea ante el público o ante autoridades judiciales, durante medio siglo. Una repetición del proceso de la Comisión, realizada en 2011, imponía normas similares para los archivos que calificaban un total acumulado de casi 40 mil sobrevivientes reconocidos por el Estado.

Si las medidas en el ámbito de la verdad y reparación llegaron algo tardíamente a las y los sobrevivientes, la Justicia también se hizo cargo apenas tardía y parcialmente de los crímenes cometidos contra las víctimas sobrevivientes. En general, la judicialización de graves violaciones de cualquier tipo se tardó – salvo contadas excepciones – hasta una década después de iniciada la transición política formal. Recién en 1998, con resultados concretos a partir del 2000, se reanudó el proceso de persecución penal de violaciones graves, pero sólo en casos de ejecutados o detenidos desaparecidos. No fue sino hasta entrada la década del 2000 que las víctimas sobrevivientes han logrado interponer querellas, por torturas y otros vejámenes, que han prosperado y han producido algunas sentencias condenatorias (si bien estas causas siguen constituyendo no más de un 10 por ciento de las causas llevadas ante los tribunales chilenos por graves violaciones ocurridas entre 1973 y 1990). Los desincentivos son jurídicos y estructurales: la tortura y otros vejámenes cometidos contra víctimas sobrevivientes deben ser judicializados bajo las deficientes figuras penales de la época, que imponen penalidades muy bajas, por calificar los delitos como crímenes menores. En tanto, la infraestructura creada por el estado democrático desde 1990 creó una instancia especial, el Programa de Derechos Humanos, que hoy lleva a cabo en forma protagónica causas por desaparición y ejecución, pero está prohibido por mandato de actuar a favor de víctimas sobrevivientes.

En 2013, y nuevamente en 2015, la Corte Interamericana de Derechos Humanos avaló el derecho de la búsqueda de justicia en estos casos, exhortando al Estado chileno a investigar a motu proprio la tortura sufrida al condenar el Estado de Chile por incumplimiento de algunas obligaciones continuas en relación al ex preso político Leopoldo García Lucero (*García Lucero y otros v Chile*, 2013) y ex miembros de las fuerzas armadas, torturados por su oposición al golpe de Estado de 1973 (*Maldonado y otros v Chile*, 2015). Es en este contexto que el tema de la verdad, justicia y reparación para las víctimas sobrevivientes de la dictadura es un tema emergente desde algunos años en las políticas de justicia transicional y memoria en Chile.

Los ex presos políticos exigieron al Estado un compromiso con las políticas de reparación, justicia y verdad

La inconformidad de diversas agrupaciones de ex presos políticos y/o sobrevivientes de tortura con su situación en relación a la verdad, justicia y reparaciones, dio origen durante el año 2015 a una serie de huelgas de hambre, negociaciones e interlocuciones con autoridades nacionales.

En abril de 2015 se iniciaron huelgas de hambre, que se fueron reproduciendo en varias regiones hasta involucrar a un centenar de participantes. En mayo se conformó una Mesa Negociadora para dialogar entre estos grupos y las autoridades. Esta Mesa acordó la instalación de una segunda instancia, conocida como Mesa de Alto Nivel, que según entendieron los grupos, tendría potestad para hacer propuestas vinculantes respecto de reparaciones.⁶⁵ Ambas Mesas reunieron solamente a algunos grupos de ex presos políticos, mientras que otras importantes asociaciones prefirieron abstenerse.

El encargo conferido a la Mesa de Alto Nivel fue acordar medidas “administrativas, judiciales, y legales” que tomarían cuerpo dentro de seis meses. También se le encomendó generar una propuesta inmediata de ley corta para entregar un “aporte único” económico a personas hoy reconocidas, a través de las denominadas “nóminas Valech”, como sobrevivientes de prisión política y/o tortura. El uso de esta figura, descrita durante la negociación por varios participantes como un *bono*, es en sí algo incongruente. Trae reminiscencias del *bono por término de conflicto* que es de usanza común al término de disputas sindicales, y parece poco adecuado para resolver la problemática aquí tratada. No obstante, la Mesa fue debidamente constituida, en junio, por representantes de las agrupaciones; de los ministerios de Desarrollo Social, Hacienda, e Interior (este último representado por el Programa de Derechos Humanos), de la Secretaria General de la Presidencia, y de ambas cámaras de la legislatura. Asistieron en calidad de observadores, el Instituto Nacional de Derechos Humanos, y el Alto Comisionado de la ONU. Se trabajó en tres subcomisiones temáticas, una sobre reparación pecuniaria, otra sobre verdad y justicia, y una tercera, sobre educación, vivienda y salud.

Algunos grupos lograron, en julio, un acuerdo mínimo, mientras que otros seguían disconformes, acusando una postura oficial de ofrecer “migajas”, en vez de resolver los temas de fondo.⁶⁶

65. Acuerdo de Mesa de Rancagua, firmado el 23 de mayo del 2015.

66. Ver más información en Unión de Ex Presos Políticos de Chile. Disponible en: <www.unexp.cl.>

Las exigencias tratadas incluían (pero no se limitaban) el ámbito económico, donde se pide un reajuste del monto de las pensiones Valech, señalando la diferencia actual con las pensiones Rettig.⁶⁷ Se objetaron también otras incongruencias, como, por ejemplo, el trato discriminatorio a los viudos, quienes no tienen los mismos derechos de heredar pensiones que sus contrapartes femeninas. En relación a Justicia, se exigió el acceso judicial pleno a los acervos documentales de la Comisión Valech, entonces secretos, y la extensión a las y los sobrevivientes de asesoría y representación legal homologables a los que el Estado actualmente provee a familiares de ejecutados políticos y detenidos desaparecidos a través del mencionado Programa de Derechos Humanos. En relación a verdad, se exigió una apertura permanente de las nóminas de víctimas y sobrevivientes reconocidos por el Estado (“nóminas Valech”), siendo que en la actualidad la instancia se encuentra disuelta y no se puede agregar nuevos nombres a las listas. En relación a salud, vivienda, y educación, se exige fortalecer el programa de salud Prais, mejorar el sistema de asignación de puntaje adicional para vivienda social, y ampliar las categorías de parientes a quienes los titulares Valech pueden ceder su beca educacional.

Finalmente el 29 de octubre de 2015, se publicó la Ley nº 20.874 que “Otorga un aporte único, de carácter reparatorio, a las víctimas de prisión política y tortura, reconocidas por el Estado de Chile”.⁶⁸ Esta ley consiste en un bono monetario, pagado por una única vez, de un millón de pesos chilenos a “víctimas reconocidas”, es decir, personas calificadas en 2004 y 2005, o en 2011, en las nóminas de Valech I o Valech II. El monto para cónyuges femeninos sobrevivientes de titulares ahora fallecidos ha pasado a ser solamente un 60% del valor que será recibido por titulares vivos, mientras que los viudos masculinos no reciben absolutamente nada. No se resolvieron, en tanto, sobre las múltiples exigencias adicionales en materia de verdad y justicia, limitándose a señalar que aquellas deberán ser resueltas por una nueva instancia gubernamental, la Subsecretaría de Derechos Humanos, que fue creada recién a fines de 2015 y aun (a febrero de 2016) no se encontraba en funciones.

El “Secreto Valech”

Las provisiones de secretismo que pesan sobre la segunda Comisión de la Verdad chilena han sido objeto de controversia, entre otras cosas porque exceden con creces las limitaciones impuestas a la primera Comisión,

67. Diferencia que se explica, en parte, por sus distintas lógicas subyacentes: la pensión Rettig está contemplada para ser repartida entre diversos miembros de un grupo familiar, mientras que la pensión Valech está concebida como una pensión personal.

68. El texto de la Ley nº 20.874 se consulta en: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1083194&buscar=20874>>.

cuyos resultados fueron traspasados de manera íntegra a los tribunales, y cuyos archivos pueden ser libremente consultados por los mismos hoy en día en causas relacionadas con desaparición y ejecución. A modo de contraste, la comisión que trató en detalle el tema de sobrevivientes sigue estando sometida a importantes exclusiones sobre el uso público o judicial de sus revelaciones.

La ya mencionada Comisión Valech fue creada en septiembre de 2003, por Decreto Supremo.⁶⁹ Se inició la toma de testimonios en noviembre del mismo año, a pesar de que no fue sino hasta fines del año siguiente que se definió, con peso de ley, el tipo de reserva con que estos serían tratados. Dicha ley, la Ley n° 19.992, explicitó por primera vez que los antecedentes de Valech I serían secretos y que se prohibía, bajo sanción penal, tanto el acceso público como el acceso judicial durante 50 años. El lenguaje era claro y la prohibición era amplia: “ninguna persona, grupo de personas, autoridad o magistratura” tendría acceso a los antecedentes, y se definía como “antecedentes” los documentos y testimonios aportados por o a nombre de víctimas sobrevivientes⁷⁰. Se fundamentó el secreto señalando la necesidad de impedir que los testimonios fuesen utilizados con propósitos ajenos a “los objetivos de las Comisiones”, sin explicitar cuáles serían esos propósitos. La Ley n° 19.992 fue de quórum calificado. Solamente leyes de esa categoría pueden establecer excepciones al carácter público que de otra manera ha de presumírsele a los actos y resoluciones de órganos del Estado.⁷¹ En el año 2009, fecha en que se volvió a legislar en la materia, la Ley n° 20.405, del 24 de noviembre de ese año, sentó las bases de lo que sería el futuro Instituto Nacional de Derechos Humanos (INDH). Encomendó a la nueva institución, en artículos transitorios, la custodia de los archivos de diversas comisiones, entre ellas, el Valech I y la futura instancia de calificación, que ahora se conoce como Valech II. Con esta segunda ley ya empiezan a sumarse evidentes contradicciones. Por una parte, el acceso a los archivos de ambas Comisiones era mucho más limitado que al archivo Rettig, confidencial en cuanto al público, pero abierto al Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior y los tribunales. Por otra parte, la segunda ley no tuvo carácter de ley de quórum calificado, por tanto, no contó con el peso necesario para establecer una nueva excepción al principio de publicidad. Adicionalmente, el

69. Decreto Supremo n° 1.040, del 26 de septiembre de 2003.

70. Ley n° 19.992, art. 15.

71. Art. 8º, inc. 2 de la Constitución Política de la República. Una ley de quórum calificado debe ser aprobada o modificada por una mayoría absoluta de todos los diputados y senadores entonces en ejercicio: no basta con que sea apoyada por una simple mayoría de quienes estén presentes en la Cámara respectiva durante su votación.

lenguaje utilizado en el texto de la ley no fue de “secreto” sino de “reserva”, que podría entenderse como una figura menor en relación a la eventual publicidad del acervo. Lo más llamativo de todo es que se mandata al INDH no solo para que custodiar, sino que para “recopilar, analizar y sistematizar” la información respectiva. Esto incluye a Valech I, sobre la cual supuestamente pesa una explícita prohibición de acceso para cualquier persona, aplicable, por cierto, al personal del INDH.

Las contradicciones empezaron a hacerse visibles una vez que, culminada la Comisión Calificadora (Valech II) en 2011, sobrevivientes que no habían sido calificados, disconformes con dicho resultado, recurrían a tribunales para exigir acceso a sus antecedentes en la esperanza de poder transparentar las razones por las cuales no habían sido calificados. A la vez, el mismo INDH empezó a pedirle aclaraciones a la Contraloría respecto de sus propias facultades y deberes. En 2011, un primer dictamen de Contraloría reafirmó el carácter secreto del archivo Valech I, dando a entender que el deber de recopilación, sistematización y resguardo que le correspondía al INDH debe interpretarse como mera conservación física.⁷² En 2012, el tema generó tensión entre el INDH y los tribunales. Integrantes de la Tercera Sala de la Corte Suprema insistían en que el INDH debía entregar los antecedentes que se le solicitaban. La Sala aducía el hecho de que se estaba actuando a instancias de una parte peticionaria titular del mismo testimonio buscado. Consideró, además, que un requerimiento del máximo tribunal debía prevalecer por sobre el contenido de una mera disposición transitoria. Finalmente, la Corte desistió del requerimiento.⁷³ En el intertanto, un nuevo pronunciamiento de Contraloría endureció la posición del secreto con respecto a ambos acervos. Declaró que Valech II compartiría, para esos efectos, el mismo carácter secreto que Valech I.⁷⁴ Finalmente, en junio de 2014, se dio un giro en lo que respecta a Valech II (solamente). Un tercer pronunciamiento, – que había sido solicitado a Contraloría por el INDH en 2013 – reconoció una diferencia entre las dos comisiones.⁷⁵ La Contraloría opinó que lo explícito del secreto en relación a Valech I, además del carácter de quorum calificado de la ley que lo dispuso, imposibilitaba un levantamiento de las prohibiciones respectivas, salvo por medio de legislación.⁷⁶ Con relación a Valech II, en efecto se declaró

72. Dictamen nº 77.470, de 12 de diciembre de 2011.

73. Ver antecedentes en *Informe Anual Situación de los Derechos Humanos en Chile 2014* (INDG, 2014).

74. Dictamen 60.303, 1 de octubre de 2012.

75. Dictamen nº 41.230, de 10 de junio de 2014.

76. Solamente se concedía que las tareas de “sistematización” conferidas al INDH podrían requerir intervención más robusta que una simple custodia física.

inhabilitada para pronunciarse, pero en términos que permitían al INDH interpretar que la misma prohibición no rige.

Por tanto, los ministros en visita que actualmente investigan en los tribunales causas de derechos humanos actualmente pueden solicitar, y el INDH en la actualidad los entrega, antecedentes sobre personas sobrevivientes de tortura si estos emanan del acervo de Valech II. Sobre Valech I aún pesa una prohibición absoluta. Esta situación es evidentemente insatisfactoria desde el principio básico de igualdad, siendo que hoy, una persona sobreviviente de tortura tiene la posibilidad de ver sus antecedentes Valech puestos directamente en conocimiento de un tribunal solamente si fue calificada por Valech II. La discrepancia, además, augura mayores dificultades si alguna vez se diera paso a una investigación de oficio de la tortura que no pasara por la expresa voluntad de la persona sobreviviente. De producirse semejante investigación, sería seguramente insostenible seguir diferenciando entre los antecedentes por un motivo tan arbitrario como su fecha de presentación. Un proyecto de ley que daría carácter público a los antecedentes respectivos fue presentado el 11 de septiembre de 2014 por diputados ligados a la Comisión de Derechos Humanos, el Partido Comunista, y sectores independientes, pero permanece en primer trámite constitucional.⁷⁷

Se debe señalar que la posibilidad, necesaria, de proveer justicia por los crímenes de tortura, no descansa exclusivamente en los mencionados archivos. Hay quienes ya han hecho uso de su derecho personal de transmitir los mismos antecedentes aportados, ante una u otra Comisión, a los tribunales. Además de los informes Rettig y Valech I, existen decenas de causas actualmente abiertas en tribunales, y numerosas otras fuentes oficiales y no oficiales, que dan cuenta de la sistematicidad de la práctica de la tortura, ofreciendo por tanto múltiples pistas a seguir. El ya mencionado caso García Lucero, fallado contra Chile en la Corte IDH en 2013, aludía, por ejemplo, a los archivos de la (estatal) Oficina de Exonerados Políticos, donde descansan miles de testimonios que dan cuenta de tortura y otros crímenes graves. La Corte sugirió que en la medida que el Estado le ha reconocido la calidad de exonerado político a una persona – en base a un relato donde narra episodios de tortura – ya existiría una denuncia hecha ante una entidad oficial (Corte IDH, 2013, p. 124-141).

En noviembre 2015 el INDH realizó la primera entrega masiva de antecedentes desde los archivos Valech I a los tribunales de Justicia (INDH..., 2015b). En tanto, la Corte de Apelaciones de Santiago aceptó

77. Boletín nº 9598-17, de 11 de septiembre de 2014.

en diciembre del 2015 un Recurso de Protección que exigió al INDH la entrega de los antecedentes del caso de una persona que entregó testimonio a la Comisión Valech I. El INDH no se opone a la resolución, en que la Corte estimó que el secreto establecido en la Ley nº 19.992 admite una excepción que permite a los titulares de los documentos presentados a la Comisión Valech I acceder a estos documentos. No obstante, puso límites la excepción, diciendo que “no rige para la información producida por la Comisión en el desempeño de sus funciones” (INDH..., 2015c).

Justicia para los ex presos políticos

Numerosos ex presos políticos han exigido justicia en sus casos, querrelándose contra los ex agentes causantes de la tortura o privación arbitraria de libertad, pero lamentablemente existe un bajo nivel de judicialización del crimen de tortura. Ello se debe en parte a la ausencia, hasta la fecha, del reconocimiento de parte del Estado chileno de sus obligaciones de oficio en relación a la tortura, que, al igual que los demás crímenes de lesa humanidad, conlleva el mandato a todos los Estados de perseguir de modo enérgico y protagónico su investigación y sanción, sin que esto descansa exclusivamente en el deseo o capacidad de las y los sobrevivientes de iniciar acciones de manera particular. Producto de este desconocimiento, no existe una entidad pública en Chile que se haga cargo de los derechos de justicia y reparación de las víctimas que sobrevivieron a la tortura. Es un “desamparo jurídico de los sobrevivientes”. Mientras no exista una adecuada decisión y política estatal al respecto, los niveles de judicialización de graves crímenes cometidos contra víctimas sobrevivientes siguen siendo bajos.

Entre los casos presentados a iniciativa propia (privada) por ex presos políticos sobrevivientes que fueron fallados por la Corte Suprema en el año 2015, dos de estos fallos establecen condenas por el delito de “apremios ilegítimos”, y un tercero por el delito de secuestro simple. En estos tres casos, si bien se determina que se tratan de crímenes de lesa humanidad, que por ende son imprescriptibles e inamnistiables, y, además, se reconoce la supremacía que la Constitución le otorga a los preceptos del derecho internacional, las penas aplicadas son muy bajas, de entre 61 días y 3 años de presidio, permitiendo la concesión de beneficios (penas alternativas, no privativas de libertad, para los perpetradores). La penalidad insuficiente es característica de la inadecuada tipificación y penalización del delito constitutivo de tortura en el Código Penal de la época, donde aparece consignado bajo el eufemismo de “tormentos y apremios ilegítimos”.

A modo de ejemplo, en el caso de apremios ilegítimos (tortura) cometidos contra la sobreviviente Guacolda Rojas, es llamativa la aplicación de la prescripción gradual, permitiendo la dictación de una pena

de solo 541 días al notorio ex agente Miguel Krassnoff. En el caso del sobreviviente y actual diputado Sergio Aguiló Melo, si bien no se aplica la prescripción gradual, las penas consideran la atenuante de irreprochable conducta anterior, permitiendo sentencias muy bajas y la subsecuente concesión del beneficio de libertad vigilada o remisión condicional, a todos los condenados. Asimismo, la recalificación del delito en el caso del sobreviviente Patricio Santana Boza es preocupante: si bien en primera y segunda instancia se condenó por secuestro calificado, la Corte Suprema definió el delito como secuestro simple, tomando en cuenta la duración de la retención (inferior a 90 días), y considerando las torturas únicamente como agravante (y no como un crimen adicional). En consecuencia, a pesar de reconocer que se trata de un delito de lesa humanidad, las penas impuestas no superan los tres años.

Mujeres ex presas políticas exigen Justicia en sus casos

En relación con la violencia sexual considerada como tortura, se dio un paso importante en diciembre de 2014 cuando cuatro mujeres, Alejandra Holzapfel, Nieves Ayress, Soledad Castillo y Nora Brito, interpusieron la primera querrela criminal que califica derechamente a la violencia sexual como forma de tortura. Si bien hay querrelas anteriores por sobrevivientes mujeres que denuncian violencia sexual, se entiende que el presente pleito sería el primero que busca que las cortes acepten directamente la tipificación de esta conducta como tortura. Poco después, el 8 de enero de 2015, Lelia Pérez, activista del importante sitio de memoria Villa Grimaldi, interpuso una querrela criminal en contra de 8 ex agentes, entre ellos Edwin Dimter, el presunto torturador del cantante Víctor Jara. La querrela es por secuestro de menor, violación, abusos deshonestos, torturas y asociación ilícita, cometidas en su contra cuando tenía apenas 16 años de edad.

Justicia para los ex presos políticos miembros de las Fuerzas Armadas

El 22 y 23 de abril de 2015, la Corte IDH conoció en audiencia pública el caso de Omar Humberto Maldonado Vargas y otros contra Chile; también denominado el caso FACH o caso AGA. Este caso dice relación con las torturas practicadas en 1973 contra un grupo de ex oficiales constitucionales, leales al depuesto gobierno, así como la falta de anulación posterior de los ficticios cargos y condenas dictados, en la época, en contra de ellos por Consejos de Guerra. El 2 de septiembre del 2015 la Corte IDH falló en contra del Estado de Chile en este caso (Corte IDH, 2015a). Constituyendo la octava condena contra Chile en la instancia, y la tercera en materia de responsabilidades pendientes en relación a violaciones cometidas en tiempos de dictadura. Se condenó el Estado a:

- i)* publicar la Sentencia de la Corte Interamericana y su resumen; *ii)* realizar un acto público de reconocimiento de responsabilidad internacional; *iii)* develar una placa con la inscripción de los nombres de las víctimas; *iv)* poner a disposición de las víctimas del presente caso, dentro del plazo de un año contado desde la notificación de la presente Sentencia, un mecanismo que sea efectivo y rápido para revisar y anular las sentencias de condena que fueron dictadas en la referida causa en su perjuicio. Ese mecanismo debe ser puesto a disposición de las demás personas que fueron condenadas por los Consejos de Guerra durante la dictadura militar chilena; *v)* continuar y concluir, en un plazo razonable, la investigación de los hechos del presente caso; *vi)* pagar la cantidad fijada en la Sentencia por concepto de daño inmaterial y por reintegro de costas y gasto” (Corte IDH, 2015b).

Demandas civiles el caso de los ex Presos políticos de la Isla Dawson

Un grupo de 31 ex presos políticos de Isla Dawson, un campamento de prisioneros edificado en 1973 en una isla remota en el extremo austral de Chile, demandaron al Estado a una indemnización de perjuicios en su calidad de ex prisioneros políticos de ese campo de detenidos. La Corte Suprema aceptó esta solicitud dictando el 15 de septiembre del 2015 una sentencia que ordenó el pago de una indemnización 150 millones de pesos chilenos a cada uno de 31 ex presos políticos que permanecieron un año confinados en la Isla Dawson. La Sala Penal rechazó un recurso del Estado, en que negaba su responsabilidad. El fallo se fundamenta en que las víctimas fueron objeto: “de violaciones graves a los derechos humanos perpetradas por agentes del Estado de Chile, especificando las datas de sus secuestros, las torturas soportadas, el tiempo que permanecieron privados de libertad y las secuelas “que hasta ahora persisten en todos los ámbitos de su vida” (Romo, 2015).

Conclusión

Los ex presos políticos de la dictadura están exigiendo al Estado de Chile una respuesta en sus solicitudes de verdad, justicia y reparación. El Estado no se puede seguir negando a aquellas personas que vivieron la prisión política y la tortura una reparación integral como acceso a obtener un juicio por sus demandas. Es por eso que es una tarea permanente del Estado de Chile de realizar las políticas necesarias para otorgar verdad, justicia y reparación en estos casos.

Referencias

AYUSO, Silvia. Justicia al fin para Víctor Jara. **El País**, Madrid, 17 abr. 2015. Disponible en: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/04/16/actualidad/1429213015_071741.html>.

BACHELET promulga el Estatuto de Roma que ratifica adhesión de Chile a la Corte Penal Internacional. **El Mercurio On Line**, Santiago de Chile, 6 jul. 2009. Disponible en: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2009/07/06/365972/bachelet-promulga-el-estatuto-de-roma-que-ratifica-adhesion-de-chile-a-la-corte-penal-internacional.html>>.

CÁMARA de Diputados aprueba proyecto que crea la subsecretaría de Derechos Humanos. **El Mercurio On Line**, Santiago de Chile, 12 ago. 2015. Disponible en: <<http://www.emol.com/noticias/Nacional/2015/08/12/744673/Camara-Baja-aprueba-creacion-de-la-subsecretaria-de-DDHH-y-quedalista-para-ser-ley.html>>.

CASTRO, Juliana Passos de; ALMEIDA, Manoel Severino Moraes de. Justiça transicional: o modelo chileno. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa et al. *Introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. Brasília: UnB, 2015. p. 212-218. (O Direito Achado na Rua, v. 7). Disponible en: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/15-12-15-direito-achado-na-rua-vol-7_web-versao-10mb-1.pdf>.

CHILE. Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Programa de Derechos Humanos. **Balance 2015**. Santiago de Chile, 10 dic. 2015. Disponible en: <http://www.ddhh.gov.cl/n122_10-12-2015.html>.

CIFUENTES, Pedro. A memória do horror, no Estádio Nacional do Chile. **El País Brasil**, Santiago de Chile, 11 jun. 2015. Disponible en: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/deportes/1433979308_782555.html>.

COLLINS, Cath. Chile a más de dos décadas de justicia de transición. **Política**, v. 51, n. 2, p. 79-113, 2013. Disponible en: <http://www.rmdd.uchile.cl/index.php/RP/article/viewFile/30160/pdf_1>

COLLINS, Cath et al. Silencio e irrupciones: verdad, justicia y reparaciones en la post dictadura chilena. In: UNIVERSIDAD DIEGO PORTALES. Facultad de Derecho. Centro de Derechos Humanos. Informe Anual de los DDHH en Chile 2015. Edição de Tomás Vial Solar. Santiago de Chile: UDP, 2015. p. 21-73. Disponible en: <<http://www.derechoshumanos.udp.cl/derechoshumanos/images/InformeAnual/2015/INFORME%20COMPLETO%202015.pdf>>.

CORREA, Paula. Organizaciones avanzan hacia la creación de una Biblioteca Latinoamericana de las Memorias. **Diario Uchile**, Santiago de Chile, 8 jul. 2015. Disponible en: <<http://radio.uchile.cl/2015/07/08/organizaciones-avanzan-hacia-la-creacion-de-una-biblioteca-latinoamericana-de-las-memorias>>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile**. Sentencia de 26 de septiembre de 2006 (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). San José, 26 sept. 2006. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso García Lucero y otras vs. Chile**. Sentencia de 28 de agosto de 2013 (Excepción preliminar, fondo y reparaciones). San José, 28 ago. 2013. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_267_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile**. Sentencia de 2 de septiembre de 2015 (Fondo, Reparaciones y Costas). San José, 2 sept. 2015a. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_300_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile**. Sentencia de 2 de septiembre de 2015 (Fondo, Reparaciones y Costas). Resumen oficial emitido por la Corte Interamericana. San José, 2 sept. 2015b. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_300_esp.pdf>.

CORTE Suprema confirma fallo que ordena al fisco indemnizar a prisioneros políticos de Isla Dawson. **Noticias del Poder Judicial**, Santiago de Chile, 15 set. 2015. Disponible en: <http://www.pjud.cl/web/guest/noticias-del-poder-judicial/-/asset_publisher/kV6Vdm3zNEWt/content/corte-suprema-confirma-fallo-que-ordena-al-fisco-indemnizar-a-prisioneros-politicos-de-isla-dawson>.

DEFENSA anuncia prohibición de medallas alusivas al golpe militar de 1973. **La Nación**, Santiago de Chile, 12 jun. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.lanacion.cl/noticias/pais/defensa/defensa-anuncia-prohibicion-de-medallas-alusivas-al-golpe-militar-de-1973/2015-06-12/131905.html#sthash.Q9mYLuHn.dpuf>>.

FARINELLI, Victor. Bachelet surpreende e anuncia em rede nacional elaboração de nova Constituição no Chile. **Opera Mundi**, Santiago do Chile, 14 out. 2015. Disponible en: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/41966/bachelet+surpreende+e+anuncia+em+rede+nacional+e+laboracao+de+nova+constituicao+no+chile+.shtml>>.

HAU, Boris; COLLINS, Cath. A persecução penal de agentes perpetradores de graves violações de direitos humanos no Chile. **Blog da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição**, Brasília, 6 abr. 2015. Disponible en: <<http://www.rljt.com/post/13/a-persecu%C3%A7%C3%A3o-penal-de-agentes-perpetradores-de-graves-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos-no-chile.html?lang=pt-br>>.

INDH – INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. **Informe Anual Situación de los Derechos Humanos en Chile 2014**. Santiago de Chile, 2014. Disponible en: <<http://www.indh.cl/wp-content/uploads/2014/12/INDH-2014-Final.pdf>>.

INDH – INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. Violaciones masivas, sistemáticas e institucionalizadas en el período 1973-1990. In: _____. **Informe Anual Situación de los Derechos Humanos en Chile 2015**. Santiago de Chile, 2015a. Disponible en: <<http://www.indh.cl/informe-anual-situacion-de-los-derechos-humanos-en-chile-2015>>.

INDH entrega a la Corte de Rancagua antecedentes de la Comisión Valech II. 27 nov. 2015. **Noticias INDH**, Santiago de Chile, 27 nov. 2015b. Disponible en: <<http://www.indh.cl/indh-entrega-a-la-corte-de-rancagua-antecedentes-de-la-comision-valech-ii>>.

INDH no apelará fallo de la Corte de Apelaciones sobre entrega de antecedentes Valech. 28 dic. 2015. **Noticias INDH**, Santiago de Chile, 27 nov. 2015c. Disponible en: <<http://www.indh.cl/indh-no-apelara-fallo-de-la-corte-de-apelaciones-sobre-entrega-de-antecedentes-valech>>.

IPS – INSTITUTO DE PREVISIÓN SOCIAL. **Aporte Único Reparatorio (Ley 20.874) para calificados Valech y sus cónyuges sobrevivientes**. Santiago de Chile, [s.d.].

LABRA, Alberto. Gobierno defendió secreto de Informe Valech en Corte Interamericana de DD.HH. **La Tercera**, Santiago de Chile, 30 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.latercera.com/noticia/politica/2015/07/674-640781-9-gobierno-defendio-secreto-de-informe-valech-en-corte-interamericana-de-ddhh.shtml>>.

LONDRES 38 lanza campaña para “romper el pacto de silencio”. **Londres 38**, Santiago de Chile, 31 ago. 2015. Disponible en: <<http://www.londres38.cl/1937/w3-article-97307.html>>.

OBSERVATORIO DE DERECHOS HUMANOS. **Tabla leyes y medidas de reparación en Chile: 1991-2011**. Santiago de Chile: ICSO/UDP, oct. 2012. Disponible en: <<http://www.derechoshumanos.udp.cl/derechoshumanos/index.php/observatorio/func-startdown/369/>>.

PINOCHET encobriu caso de jovens queimados por militares. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 jul. 2015. Disponible en: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/pinochet-encobriu-caso-de-jovens-queimados-por-militares-4814441.html>>.

ROMO, Samuel. DDHH: Suprema Ratifica indemnización de \$150 millones a ex prisioneros de Isla Dawson. **La Nación**, Santiago de Chile, 15 sept. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.lanacion.cl/noticias/pais/ddhh/ddhh-suprema-ratifica-indemnizacion-de-150-millones-a-ex-prisioneros/2015-09-15/132159.html>>.

SITIOS de memoria de todo Chile entregarán propuesta al gobierno para terminar con los pactos de silencio. **Radio Santa María**, Coyhaique, 12 ago. 2015a. Disponible en: <<http://radiosantamaria.cl/2015/12/08/sitios-de-memoria-de-todo-chile-entregaran-propuesta-al-gobierno-para-terminar-con-los-pactos-de-silencio/>>.

SITIOS de La Serena y Santiago avanzan en declaratoria de monumentos históricos. **Londres 38**, Santiago de Chile, 30 sept. 2015b. Disponible en: <<http://www.londres38.cl/1937/w3-article-97388.html>>.

SUPREMA Corte encerra investigação por morte de Salvador Allende. **G1**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2014. Disponible en: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/suprema-corte-encerra-investigacao-por-morte-de-salvador-allende.html>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

**Esther Serruya Weyl, Mariana Yokoya e
Mariana Sant'Ana Fioravanti de Almeida**
Secretaria da RLAJT^{78 79}

Histórico

El proceso de Justicia de Transición en Colombia no se debe a una dictadura civil-militar como en gran parte de los casos de Latinoamérica, pero se desarrolló en contextos múltiples de graves violaciones a los derechos humanos, originados en: *i*) una guerra civil bipartidista de guerrillas y de violencia estatal, que derivó en una guerra de las fuerzas insurreccionales de raigambre primordialmente campesina contra el Estado, organizadas como autodefensas campesinas y en dinámicas de colonización armada de fronteras agrícolas; *ii*) en una guerra contrainsurgente encabezada por el Estado y por focos paramilitares localizados, también a manera de autodefensas; *iii*) en la progresiva diversificación de formas de violencia de los actores armados al margen de la ley contra sectores de la población civil bajo el discurso de una guerra contra las oligarquías; *iv*) en la violencia ejercida por las complejas estructuras del narcotráfico contra la sociedad civil y contra el Estado, bajo la forma de grandes carteles de la droga, en escenarios rurales y urbanos; *v*) en la organización a gran escala del paramilitarismo, con la unión de sectores de propietarios, las Fuerzas Armadas y el narcotráfico; *vi*) en la reorganización, también a gran escala, de las guerrillas de izquierda; y *vii*) con la desarticulación de esas grandes estructuras de los actores armados ilegales, en la fragmentación y atomización de grupos paramilitares e insurgentes, cada vez más dedicados al narcotráfico como móvil esencial de sus violencias.

A pesar del ambiente político relativamente tranquilo en la primera mitad del siglo XX, en cuyos años la confrontación política apelaba a la violencia oficial como forma de desarticulación de la protesta social, y a la violencia extraoficial como forma de presión

78. El texto contó con la revisión y aportes de la Facultad de Derecho, Universidad de Rosario, Colombia.

79. Texto traducido por Esther Serruya Weyl, en colaboración con la RLAJT.

contra el gobierno de turno, a partir de 1946, la disputa política bipartidista, existente desde la segunda mitad del siglo XIX colombiano, fue exacerbada por la victoria de Mariano Ospina Pérez, quien retomó la Presidencia de la República para el partido conservador luego de una hegemonía liberal de dieciséis años, con una manifiesta política de represión oficial contra el partido liberal. En ese tiempo, el partido comunista colombiano fue objeto de políticas de contención y de desarticulación por parte de liberales y de conservadores, perdiendo su protagonismo en la movilización sindicalista en las ciudades mientras que su actuación clandestina progresaba en algunas zonas rurales del país.

Para ese entonces, liberales, conservadores y comunistas habían apelado a la polarización política como estrategia de convocatoria de las masas y como discurso de legitimación. A la lucha contra una oligarquía contraria al reformismo social y político de los liberales, con Alfonso López Pumarejo como presidente, se contrapuso el llamado conservador a una cruzada por la defensa de una nación católica, amenazada por el bolchevismo. En ese contexto, Jorge Eliécer Gaitán asume la candidatura del partido liberal con una radicalización del discurso populista, apropiándose de la oposición entre el pueblo y la oligarquía (entre el “país real” y el “país político”, en sus palabras) que se mostró exitosa en sus demostraciones de dominio de las masas urbanas, y que había logrado un fuerte impacto entre sectores campesinos. El asesinato de ese caudillo, el 9 de abril de 1948, se tradujo en un amotinamiento de sectores populares y de la policía que destruyó buena parte del centro de la capital colombiana y que se reprodujo en varias poblaciones y ciudades del país, ante el temor del régimen bipartidista de estar presenciando una insurrección general. El “Bogotazo”, desde entonces, es tomado como el acontecimiento inaugural del conflicto armado, tanto por un sector mayoritario de la academia como por el sentido común de la ciudadanía y por los actores de las violencias colombianas.

Lo cierto es que los sucesos del 9 de abril de 1948 dieron paso a una exacerbación de la represión oficial, con el uso sistemático de las fuerzas del Estado como mecanismo de aniquilación de liberales, y al desdoblamiento de la violencia liberal contra el establecimiento, primordialmente en forma de guerrillas. La guerra civil bipartidista se trabó entonces, en el período conocido como la Violencia (con V mayúscula), en el cual ambos partidos se inmiscuyeron en una guerra de exterminio del adversario político como enemigo radical, y en el uso de técnicas de violencia extrema para reconfigurar el mapa electoral colombiano. La degradación de las hostilidades, principalmente acaecidas en zonas de la cordillera central y oriental, y en el Valle del Cauca, así como la falta de control sobre los agentes rurales de la violencia (bandoleros y gamonales que iban ganando prestigio por

su crueldad más allá de los avales partidistas) llevó a los líderes liberales y conservadores a optar por el apoyo a una dictadura militar para pacificar al país, acuerdo que se cristalizó en el golpe que Gustavo Rojas Pinilla dio al presidente conservador Laureano Gómez en 1953.

El gobierno militar liderado por Gustavo Rojas Pinilla duró menos de cinco años y llevó al resurgimiento de la violencia en el país, debido, principalmente, al asesinato de muchos de los actores armados que se desmovilizaron con ocasión de la política de amnistía e indulto que ofreció el Presidente de la República. En 1957, ante las evidencias de que el general Rojas Pinilla ganaba autonomía con respecto al bipartidismo que lo había llevado al poder para consolidar un nuevo proyecto populista, a imagen del peronismo argentino, los líderes liberales y conservadores confabularon un nuevo golpe de Estado, esta vez civil, que derrocó a la dictadura militar para reemplazarla por un régimen de cooperación integral bipartidista en el que se pactó la repartición paritaria del Estado en sus tres ramas del poder, para así dar fin a la polarización política violenta. Esa solución fue llamada de Frente Nacional y, como consecuencia, por los próximos 16 años, los dos partidos se alternaron en el poder cuatro veces.

Durante ese período, el Frente Nacional significó el cierre de la participación política para juventudes liberales y conservadoras, así como para comunistas y para disidentes. El pacto también significó la consolidación bipartidista de las clientelas políticas reconfiguradas durante la Violencia, y la cooptación del aparato judicial que, merced a los intereses partidistas, resultó inoperante para procesar los crímenes de la guerra civil que pretendió cerrar. Por último, el Frente Nacional significó la instauración de una política de reforma agraria que, en el marco del desarrollismo, buscó ganar influencia entre pequeños propietarios, arrendatarios, trabajadores y colonos campesinos, organizando expropiaciones programadas y expansiones de las fronteras agrícolas, en el marco de un sindicalismo rural de Estado. Y, paralelamente, ante el triunfo de la Revolución Cubana, el Frente Nacional también significó la adopción de una estrategia militar de contención hemisférica del comunismo, que se tradujo en la profesionalización de las fuerzas de infantería y aéreas contra las guerrillas y las autodefensas campesinas sobrevivientes de la época de la Violencia, así como en la legalización del paramilitarismo bajo la forma de autodefensas civiles para el apoyo de las operaciones militares, entrenadas y armadas por el mismo Estado.

Para cuando las políticas militaristas del Frente Nacional fueron instauradas, la estrategia de movilización clandestina del partido comunista colombiano se debatía entre la organización de los campesinos – anteriores cuadros comunistas movilizados durante la Violencia, así como antiguos

liberales en armas – en autodefensas y guerrillas orientadas por la doctrina de la guerra móvil para la colonización agrícola. Unos y otros traían las experiencias de la guerra civil, al tiempo que las percepciones de la opinión pública nacional se inclinaban a verlos como comunidades autónomas en encubierta guerra contra el Estado, postura que fue formulada desde los conservadores en el Congreso de la República con el rótulo de “Repúblicas independientes”. Contra esas autodefensas campesinas fueron lanzados los primeros ataques conjuntos de fuerzas aéreas e infantería en el Departamento del Tolima, en la Operación Marquetalia. Lejos de erradicar a las autodefensas, la operación tuvo como resultado su inscripción radical en la guerra de guerrillas y su conversión en brazo armado del partido comunista que, desde una ideología marxista-leninista, en 1965 tomó el nombre Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc). Ese mismo año, un grupo de estudiantes de la Universidad Industrial de Santander, simpatizantes de la Revolución Cubana y de las doctrinas guevaristas de la guerra de guerrillas que acudieron a la isla para recibir entrenamiento militar, consolidaron su unión con sectores del campesinado y obreros vinculados a la explotación de petróleo en el puerto de Barrancabermeja, sobre el río Magdalena, para tomar el nombre de Ejército de Liberación Nacional (ELN). Rápidamente mezclarían su discurso con la Teología de la Liberación. Para 1967, otro grupo de adeptos al partido comunista se declaró en armas desde las posturas de la guerra popular del maoísmo, y tomó el nombre de Ejército Popular de Liberación (EPL).

Durante los primeros años de operación de las guerrillas comunistas en Colombia, ellas se caracterizaron por centralizar su trabajo político-militar en la colonización armada, en la aplicación de formas rudimentarias de solución de conflictos mediante la proyección de la disciplina guerrillera a la población civil en zonas de influencia más estable para intervenir en disputas sobre tierras y en formas de delincuencia común, y en la organización de espacios de deliberación campesinas referentes a la toma y explotación de tierras, al tiempo que las disputas ideológicas entre las tendencias del comunismo mundial seguían debatiéndose en el seno del partido. En esas dinámicas, la capacidad militar de las guerrillas conoció un pobre avance, al tiempo que las operaciones militares contrainsurgentes se mostraron exitosas, logrando, por ejemplo, la aniquilación virtual del ELN que, para 1973, se vio reducido a un grupo con un número de efectivos inferior a cien combatientes. No obstante, también en 1973, después del fraude electoral que arrebató la Presidencia de la República al entonces candidato civil Gustavo Rojas Pinilla y a su movimiento populista, la Alianza Nacional Popular (Anapo), para entregar la suprema magistratura al conservador Misael Pastrana Borrero – como lo determinaba el pacto

del Frente Nacional –, el panorama de las insurgencias se diversificó con el surgimiento del Movimiento 19 de Abril (M-19). Esta guerrilla, fundada por círculos universitarios distantes del carácter exclusivamente rural de los líderes de las Farc, llevó la confrontación con el Estado a un escenario innovador, más centrado en el impacto propagandístico y simbólico de sus primeros golpes, tal como el robo de la espada de Simón Bolívar. También se caracterizó por llevar las acciones guerrilleras a los centros urbanos, hasta entonces ajenos a la confrontación, y por buscar un discurso más amplio de polarización contra las llamadas oligarquías, que buscó enjuiciar, desde los códigos guerrilleros, a diversos actores de la sociedad civil, presentados como “enemigos del pueblo”.

Durante los años 1970, el secuestro extorsivo y el homicidio de sujetos identificados como “enemigos del pueblo”, fueron las nuevas modalidades por las cuales las guerrillas – tanto de corte urbano como rural – buscaron influir sobre la población civil, con fines económicos y propagandísticos. También en lo económico, para finales de la década, las guerrillas rurales habían entrado en contacto con los productores de marihuana y de cocaína, mediante acuerdos para la protección de cultivos y de laboratorios que se fueron extendiendo a formas de extorsión guerrillera contra los narcotraficantes para permitir el paso de mercancía y el control directo de los grupos insurgentes sobre el cultivo y el procesamiento de estupefacientes. Todo ello operó al tiempo que el Estado colombiano fortaleció su doctrina de la seguridad nacional, mediante el estatuto de orden público que, durante la presidencia del liberal Julio César Turbay Ayala, acometió la captura masiva de guerrilleros y de población civil de diversa índole, bajo la mera sospecha de ser simpatizantes de la insurgencia. Por ese estatuto de seguridad, el escritor Gabriel García Márquez, poco tiempo antes de recibir el nobel de literatura, debió huir de Colombia horas antes de que el Ejército lo capturara en uso de sus amplias prerrogativas de estado de excepción, sin orden judicial alguna. Esa situación se prolongó durante la década de los 1980, en conjunto con el fortalecimiento de las estructuras guerrilleras, de la búsqueda de un frente común insurgente llamado “Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar”, y, en el caso particular de las Farc, con la reorganización de la estrategia de guerrillas móviles en la de ejército popular (Farc-EP), que proyectó la consolidación de sus zonas de retaguardia y la toma escalonada de territorio mediante la táctica de desdoblamiento de frentes. Al mismo tiempo, el ELN resurgió como principal enemigo de la infraestructura petrolera en el país y pudo extender sus zonas de operaciones, mientras que el EPL conoció una importante expansión en el nororiente de Colombia, y otros grupos insurgentes de izquierda surgieron desde discursos indigenistas – el Quintín Lame – y

de radicalización del movimiento obrero – el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT).

Durante la década de 1980, también tuvo lugar una nueva política de amnistía e indulto que el gobierno del conservador Belisario Betancur extendió a todos los grupos insurgentes. A pesar de sufrir rupturas en los diálogos y un significativo revés con la toma del Palacio de Justicia (sede de las altas cortes colombianas) por parte del M-19 – que terminó con la retoma militar del edificio, la masacre de magistrados, trabajadores de la entidad y guerrilleros, y el incendio de las instalaciones, incluidos todos sus expedientes judiciales –, los diálogos de paz continuaron durante el gobierno del presidente liberal Virgilio Barco. Como resultado de las negociaciones, el M-19, el Quintín Lame, el EPL y el PRT dejaron las armas y se reinsertaron a la vida civil y política. Varios de esos reinsertados, principalmente del M-19 y del EPL, participaron en la Asamblea constituyente que se convocó por votación popular para reformar la Carta Magna de 1886 como manifestación de apertura de la participación que el Frente Nacional había cerrado, y como expresión de una Colombia que enfrentaba los retos del siglo XXI a partir de un acuerdo de paz con la insurgencia. Paradójicamente, el mismo día en que la Constitución de 1991 (una de las más modernas de América Latina) era promulgada, las Fuerzas Armadas bombardearon el campamento de las Farc en Casa Verde, Departamento del Meta, con lo cual los diálogos con la estructura guerrillera más grande, se rompieron. La Constitución de 1991, sin embargo, no sólo buscó enfrentar el conflicto armado con la insurgencia. Desde mediados de la década de 1980, Colombia se vio envuelta en un terrorismo urbano sin precedentes, en el que la población civil se convirtió en blanco de la guerra entre los carteles de Medellín y de Cali, así como de la guerra declarada por el Cartel de Medellín contra el Estado para disuadir al gobierno nacional de extraditar a los capos de la droga a Estados Unidos y de presionarlo para que cesara su política antinarcóticos. La violencia de los carteles conoció una expresión adicional que marcaría la crisis humanitaria en la Colombia de la siguiente década: la organización de bandas de sicarios en escuadrones de la muerte, a manera de organizaciones de seguridad privada para la custodia de cultivos, laboratorios y rutas de la cocaína, que, con la colaboración de grandes propietarios rurales, políticos y fuerza pública, derivó en la conformación de ejércitos paramilitares para el desplazamiento sistemático de la población en zonas estratégicas del narcotráfico.

Durante la década de 1990, esas estructuras paramilitares se convierten en una confederación de grupos narcotraficantes con un discurso contrainsurgente radical que se reúne bajo las Autodefensas Unidas de

Colombia (AUC), con su zona de retaguardia definida en el caribe colombiano. Al mismo tiempo, las Farc-EP, inmersas en la cadena completa del narcotráfico y desafiantes de los productores de drogas con los que antes se asociaron en acuerdos de seguridad privada, aumentan sus filas a un número estimado de 19 mil efectivos y consolidan su zona de retaguardia en el sur del país, desde los territorios donde históricamente operaron las autodefensas y de la Violencia hasta las selvas de la Orinoquía, donde patrocinan y controlan la colonización cocalera. AUC y Farc se traban, así, en una guerra total en la que el terror es la principal de las estrategias de sometimiento del enemigo y en la que la población civil conoce la mayor crisis humanitaria de la historia colombiana, sin ninguna observancia de los actores armados por el derecho internacional humanitario.

En junio de 1998, con la elección de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) se instauraron las negociaciones de paz de El Caguán (1998-2002), en las cuales gobierno nacional y Farc adelantaron una agenda de diálogos demasiado amplia mientras unos y otros fortalecían militarmente sus posiciones para el recrudecimiento de la confrontación. La continuidad de las hostilidades y las demostraciones de fuerza de las Farc clausuraron los diálogos, así como el respaldo de la opinión nacional a la solución no negociada del conflicto armado, posición que, para 2002, se cristalizó con el triunfo en las elecciones presidenciales de Álvaro Uribe Vélez y su nuevo discurso de seguridad nacional, inscrito en la lucha global contra el terrorismo.

El concepto de *justicia de transición* fue introducido explícitamente en el ordenamiento jurídico colombiano en el gobierno de Álvaro Uribe (2002-2006 e 2006-2010), por medio de la Ley de Justicia y Paz (Ley nº 975 de 2005), la cual inició el proceso de desmovilización de la fuerza paramilitar de las Autodefensas Unidas de Colombia. La aplicación de la Ley de Justicia y Paz significó el desmonte de una estructura armada de alrededor de 30 mil efectivos, aunque no exista claridad sobre los desmovilizados que genuinamente pertenecían a las AUC y otros actores armados que provenían del narcotráfico que sólo aprovecharon los beneficios penales de la Ley, haciéndose pasar por paramilitares. El proceso también tuvo el efecto de atomizar diversas estructuras armadas dedicadas al narcotráfico, y de propiciar nuevas dinámicas de integración de sociedades complejas del crimen organizado alrededor de las drogas y del despojo de tierras, con vínculos difusos con sectores políticos en diversos ámbitos del territorio nacional. Por último, la Ley de Justicia y Paz ha arrojado pobres resultados con respecto al juzgamiento de responsables por crímenes de lesa humanidad, en un notorio contexto general de impunidad frente a la crisis humanitaria, derivado del accionar de las AUC.

En el gobierno de Juan Manuel Santos, elegido presidente en 2010, el tema de la reparación de las víctimas pasó a ser el eje central de la reflexión nacional sobre los dispositivos jurídicos para la desmovilización y la construcción de verdad, por medio de la promulgación de la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras (Ley nº 1.448 de 2011). Un nuevo esfuerzo fue hecho en noviembre de 2012, cuando se iniciaron los diálogos de paz entre las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (Farc-EP) y el gobierno central, en el terreno neutral de La Habana, Cuba. Para entonces, las Farc había retrocedido significativamente en su capacidad militar frente a la profesionalización de las Fuerzas Armadas, que se puso en marcha con la cooperación norteamericana procurada por el gobierno Pastrana con el Plan Colombia y continuada durante el gobierno de Uribe, en una ofensiva sostenida.

En el difícil proceso de terminar un conflicto armado interno de más de 50 años de duración por un camino de negociaciones, Colombia tiene que convivir con dilemas típicos de justicia transicional: lograr un equilibrio entre la paz y la obligación de respetar el derecho de las víctimas a la justicia, a la verdad y a la reparación por violaciones de derechos humanos. En 2015, los principales avances en materia de justicia de transición en Colombia fueron el establecimiento del acuerdo para la creación de la Jurisdicción Especial para la Paz; del acuerdo para la localización e identificación de personas desaparecidas; y de la decisión para la constitución de la Comisión de la Verdad, Convivencia y No Repetición, después de la firma del Acuerdo Final de La Habana. Estos temas van a ser abordados más detalladamente en las secciones a seguir.

Hoy, ya superados puntos sustanciales del conflicto armado entre gobierno y Farc y ad portas de lograrse un acuerdo definitivo entre ambas partes, al tiempo que se perfilan unos nuevos diálogos de paz con el ELN, Colombia enfrenta un escenario de posconflicto en el que la opinión pública se pregunta si las experiencias de atomización de estructuras armadas, acaecidas con la Ley de Justicia y Paz, se repetirán con las guerrillas provenientes de la guerra civil de los años 1950 y protagonistas, como los paramilitares, de una confrontación que ha dejado más muertos que las dictaduras del Cono Sur, según el Centro Nacional de Memoria Histórica. Hoy, Colombia define un nuevo y audaz marco de transicionalidad en el cual está por pensarse hasta dónde éste permitirá una profunda democratización de un régimen tradicionalmente excluyente, así como las condiciones suficientes para la construcción de verdad judicial e histórica que lleven a la reparación integral de las víctimas y a escenarios definitivos de reconciliación nacional.

El presente informe fue elaborado con base en noticias de periódicos colombianos y brasileños predominantemente, así como con referencia a la literatura académica de justicia de transición y del conflicto armado colombiano. Las noticias fueron seleccionadas según el criterio de la relevancia para el contexto abordado y organizadas de acuerdo con las siguientes categorías analíticas: proceso de paz, justicia, reparación, memoria y verdad.

Proceso de Paz

No es evidente afirmar que hay un proceso de transición en Colombia. No se trata de una transición de régimen político, ni tampoco de una situación plena posconflicto. “Transición” en Colombia parece significar un acuerdo político para la creación de condiciones para el término del conflicto armado y el establecimiento de una paz sostenible, principalmente por intermedio de los diálogos de la paz de La Habana. De tal modo, el caso colombiano apunta a la necesidad de reflexión sobre el papel de la justicia de transición en los procesos de paz, buscando profundizarse en la comprensión sobre el uso y los objetivos de dicha justicia en ese escenario *sui generis* para la literatura justtransicional.

En 2015 hubo significativos avances en el proceso de paz colombiano, tanto en temas específicos (como la retirada de minas anti-personales)⁸⁰ como en relación a los puntos faltantes para la conclusión de la agenda de paz entre el gobierno colombiano y las Farc-EP. Convenido en marzo de 2015, el “Acuerdo de retirada de minas” tiene por objetivo detectar y desactivar las minas anti-personales existentes en al menos 668 de los poco más de 1.130 municipios del país. De acuerdo con el gobierno colombiano, en los últimos años, más de 11 mil personas fueron víctimas de la utilización de minas antipersonales por parte de los grupos armados (Daicma, 2016).

En el ámbito de la agenda de la paz, el principal avance de 2015 es el referente a la firma del “Acuerdo para creación de una jurisdicción especial para la paz” el 23 de septiembre de 2015, por el Presidente Santos y el líder máximo de las Farc-EP, Rodrigo Londoño (alias Timochenko). El referido acuerdo fue celebrado luego del reinicio de los diálogos, el 12 de julio, después de un período, entre junio y julio, de enfrentamiento de la crisis más aguda por la cual el proceso ha atravesado.

En el Acuerdo sobre la Justicia Transicional, el gobierno colombiano y las Farc-EP reafirmaron su compromiso con los acuerdos parciales referentes

80. Minas antipersonales fue una táctica de guerrilla usada en la parte rural de Colombia para generar terror. Desde 1990, 11 mil personas, de esos 38% son civiles, fueran muertas en razón de las minas. “Minas anti-pessoais matam duas crianças na Colômbia” (Minas..., 2015).

a la política de desarrollo agrario (Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral), a la participación política (Apertura Democrática para Construir la Paz) y al narcotráfico (Solución al Problema de las Drogas Ilícitas). Las partes avanzaron al acordar la creación de una jurisdicción especial para la paz, con vistas a posibilitar tanto el juzgamiento de aquellos que hayan participado directa e indirectamente del conflicto armado como la aplicación de sanciones a los responsables por graves crímenes cometidos durante el conflicto. Por fin, el Acuerdo sobre una Jurisdicción Especial para la Paz determina que la participación de las Farc-EP en ese sistema está condicionada al abandono de las armas hasta 60 días después de la suscripción del Acuerdo Final de la Paz, prevista para el 23 de marzo de 2016. El acuerdo también reafirma que la transformación de las Farc-EP en un movimiento político legal es un objetivo compartido que cuenta con todo el apoyo del gobierno colombiano en los términos acordados.

El 15 de diciembre de 2015, las delegaciones de La Habana anunciaron haber concluido el Acuerdo sobre Víctimas y Justicia, cuyas negociaciones fueron las más extensas, a lo largo de 18 meses. El acuerdo proyecta la creación del Sistema Integral de la Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición, que parte del principio de satisfacer los derechos de las víctimas garantizando el cese de las violaciones de los derechos humanos y promoviendo la construcción de la paz y la reconciliación entre colombianos y colombianas, por medio de medidas de carácter restaurativo y reparador. Ese sistema estará compuesto de cinco mecanismos centrales: *i)* Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, Convivencia y No Repetición; *ii)* Unidad Especial de Búsqueda de Personas Desaparecidas en el Contexto y en Razón del Conflicto Armado; *iii)* Jurisdicción Especial para la Paz; *iv)* Medidas de Reparación Integral para la Construcción de la Paz; y *v)* Garantías de No Repetición.

El último tópico de la agenda de paz habla sobre el cierre del conflicto, que incluiría definiciones sobre el cesar fuego bilateral y definitivo, el abandono de armas por parte de la guerrilla y las garantías de seguridad por parte del gobierno colombiano. En ese sentido, cabe destacar que, desde febrero de 2015, la Subcomisión para el Fin del Conflicto, compuesta por militares y guerrilleros de las Farc-EP, inició su trabajo de preparación del término del conflicto armado y desarme de la insurgencia. Las Farc-EP iniciaron, en octubre de 2015, el cese al fuego unilateral y, conforme a lo acordado en La Habana, prevé que el gobierno colombiano también establezca un cese al fuego a partir del 1 de enero de 2016.

De acuerdo con el Instituto de Estudios para el Desarrollo de la Paz, aún persisten actividades paramilitares en 298 ciudades colombianas. Por lo tanto, el establecimiento de una paz perdurable en Colombia pasa,

aún, por otros desafíos, como por el fin de hostilidades con dos otras guerrillas, a saber, el Ejército de Liberación Nacional (ELN) con cerca de 2.500 combatientes, y el Ejército Popular de Liberación (EPL), entre 300 y 500 integrantes que no se desmovilizaron con ocasión de la amnistía e indulto de 1990. En ese contexto, se puede afirmar que hubo notable avance en el año de 2015. Por un lado, fueron realizadas más de diez reuniones reservadas de carácter preliminar entre el gobierno colombiano y el ELN, y se sabe que existiría consenso para tratar, en una negociación formal, temas como la participación de la sociedad, la democracia para la paz, las víctimas y la implementación del acuerdo. Por otro lado, el EPL hizo público, en abril de 2015, por primera vez, su interés en adherir el proceso de paz de La Habana, señalando su acuerdo con muchas de las propuestas que están siendo debatidas en los diálogos de paz.

Justicia

En 2015 los Diálogos de la paz de La Habana trajeron significativos avances en la discusión en torno del tema de justicia (Las 10 claves..., 2015). En septiembre de 2015 importantes decisiones fueron tomadas, destacándose, desde la perspectiva de justicia, la creación de una Jurisdicción Especial para la Paz que deberá contar con un Tribunal para la Paz y Salas para la Paz. Esa determinación busca enfrentar la impunidad, hacer efectivo el derecho a la verdad, contribuir a para la reparación de las víctimas y juzgar e imponer sanciones a los responsables por los graves delitos cometidos durante el conflicto armado, de tal manera que se garantice la no repetición.

Otra medida tomada por el Gobierno y las Farc-EP, que va a entrar en vigor al final de las negociaciones, será la aprobación de una ley de amnistía compatible con los parámetros del derecho internacional acerca de los derechos humanos. Está previsto que el futuro texto de la ley de amnistía excluirá crímenes contra la humanidad, genocidio, tortura y graves crímenes de guerra, como establece la constitución colombiana. Tal concepción de amnistía se distingue claramente de aquellas subyacentes a otras leyes adoptadas en países de Latinoamérica, que son consideradas inválidas por la Corte Interamericana de Derechos Humanos por promover autoamnistías, incluir crímenes que no prescriben (como tortura) y absolver a agentes del Estado (Canário, 2013).

El gobierno colombiano también reafirmó su compromiso de identificar los responsables no apenas en el interior de las Farc-EP, sino pero también del Estado. Es importante recordar, sin embargo, que esas futuras leyes de amnistía, así como otros entendimientos previstos en la Jurisdicción Especial para la Paz, no son válidas para otros grupos armados activos en Colombia como el ELN, grupos paramilitares y eventuales

integrantes desmovilizados que retornaran a actividades criminales, como es el caso de algunos miembros de la antigua AUC.

Para cumplir las demandas de justicia, el gobierno colombiano busca informar las víctimas de sus derechos de reparación y de denuncia penal contra los responsables por las violaciones de derechos humanos.⁸¹ La Fiscalía de la Nación cuenta con un área específica⁸² para asuntos de Justicia de Transición y mantiene a las víctimas informadas del resultado de las exhumaciones, de los procesos judiciales y de nuevas acusaciones. Inclusive ha realizado un llamado al proceso a aquellos que tengan interés en el mismo, por medio de un sitio online de la Fiscalía.⁸³

La creación de la Jurisdicción Especial para la Paz es un proyecto central para la justicia del posconflicto desde el Marco Jurídico para la paz, elaborado en junio de 2012. El Marco Jurídico para la Paz generó un gran debate político en el país al proponer que las acciones penales de los actores armados del conflicto fuesen direccionadas principalmente a los líderes de las Farc-EP. Se sugirió, incluso, la posibilidad de suspensión de la ejecución de penas, penas alternativas y modalidades especiales de cumplimiento, más allá de autorizar la renuncia condicionada de la ejecución procesal de casos seleccionados. La posibilidad de no haber pena de privación de libertad para los comandantes del grupo guerrillero generó críticas de la Corte Penal Internacional (Los jefes..., 2014), que aseguró la necesidad de responsabilización por los crímenes cometidos durante el conflicto.

La Jurisdicción Especial para la Paz contesta, de una manera, a esas críticas en la medida en que estipula regímenes de cumplimiento de la pena de privación de libertad: entre cinco a ocho años en condiciones especiales (régimen semiabierto) para aquellos que asuman su responsabilidad en el conflicto; cinco a ocho años en condiciones ordinarias para aquellos que reconozcan su responsabilidad tardíamente (régimen cerrado); y régimen cerrado de hasta 20 años para aquellos que no asuman su responsabilidad en el conflicto y sus crímenes, y fueren condenados por el Tribunal para la Paz. Esta disposición agrega otro importante componente para la integración de los pilares de la justicia transicional, que trata de la asunción de la culpa de los autores del conflicto, tanto estatales cuanto de las Farc-EP.

81. Más información en el sitio de la Unidad de Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado. Disponible en: <<http://www.unidadvictimas.gov.co/>>. Acceso el 3 de noviembre de 2015.

82. Sitio de la Fiscalía de la Nación. Disponible en: <<http://www.fiscalia.gov.co/jyp/>>. Acceso el 3 de diciembre de 2015.

83. Dirección de Fiscalía Nacional Especializada de Justicia Transicional. Disponible en: <<http://www.fiscalia.gov.co/jyp/todas-las-noticias/page/3/>>. Acceso el 3 de noviembre de 2015.

Reparación

El conflicto armado colombiano dejó más de 7 millones de víctimas (número equivalente a 14% de la actual población colombiana) en los últimos 30 años (Amat, 2014). De ese universo, 86% de las personas fueron afectadas por algún tipo de desplazamiento territorial y 14% por homicidio, desaparición forzada y amenazas. Una parcela menor de individuos fueron víctimas de secuestro, tortura, atentados, violencia sexual y reclutamiento forzoso en la infancia.⁸⁴ Es necesario hacer presente que los procesos de victimización persisten, toda vez que el conflicto armado aún no se ha cerrado de manera definitiva.

Aunque existan iniciativas gubernamentales anteriores, fue con la aprobación de la Ley de las Víctimas y Restitución de Tierras (Ley n° 1.448/2011) que se pasó a promover una reparación integral de las víctimas del conflicto, cubriendo medidas de restitución, indemnización, rehabilitación, satisfacción y garantías de no repetición. Más allá, el programa de reparación de víctimas es entendido por el gobierno colombiano como uno de los pilares para la construcción de la paz en el país. Entre 2012 y 2014, el Estado atendió más de 5 millones de víctimas en reparaciones colectivas e individuales, e indemnizó a cerca de 500 mil personas.

La reparación, prevista en el artículo 8° de la Declaración de Derechos Humanos (1948), es un mecanismo fundamental para reconocer el daño causado, realizar la compensación debida y alcanzar la consecución de la justicia y restaurar la confianza entre una sociedad y las víctimas de violaciones de derechos humanos. En consecuencia, la reparación debe ser vista como prioridad para construir y mantener la paz en sociedades que están buscando superar situaciones del conflicto armado. Según Pablo de Greiff (2010), los diferentes programas de reparación pueden ser evaluados conforme a los siguientes criterios: alcance, cobertura, amplitud, complejidad, coherencia, finalización y munificencia. A seguir, se debe evaluar el programa colombiano de reparaciones según algunos de esos requisitos.

Un primer paso para la implementación de una política de reparación se refiere a la definición de quiénes son las víctimas del conflicto armado y del universo total de esas víctimas. La Unidad de Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado, establecida en la Ley n° 1.448/2011, presentó ese levantamiento en junio de 2015 y se consolidó en el Registro Único de Víctimas (RUV). Se trata del primero registro oficial de víctimas en el país, que tuvo como características la inclusión de

84. Datos del Registro Único de Víctimas de la Unidad de Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado de Colombia.

diversas categorías de crímenes y daños (amplitud), y la sistematización de informaciones de las personas que se auto declaran como víctimas, posibilitando un alcance y cobertura más amplios en lo que concierne a los beneficiarios del programa de reparaciones. El RUV representa, de tal forma, una importante herramienta de trabajo, especialmente por cuenta del elevado número de personas victimizadas en Colombia y de la multiplicidad de violaciones por ellas sufridas.

Otro desafío relevante es el financiamiento de programas y proyectos de reparaciones. En 2015, hubo un aumento del monto gubernamental en 6% para los gastos de políticas de reparaciones. El soporte financiero internacional también es relevante. Creado en diciembre de 2014, el Fondo Multidonante Paz y Posconflicto logró acumular, en febrero de 2014, USD 6,8 millones, aportados por el Banco Mundial y por el Gobierno de Suecia, los cuales serán destinados esencialmente a la reparación de víctimas.

Otro criterio importante en una política de reparación es su coherencia con otras medidas de justicia de transición. En ese sentido, se destaca, por un lado, el anuncio, en junio de 2015, de la creación de una Comisión de Esclarecimiento de la Verdad, de Convivencia y de No Repetición, una vez que su enfoque debe ser la promoción del reconocimiento de los millones de víctimas del conflicto en el país. Por otro lado, cabe resaltar que el Acuerdo sobre Justicia Transicional estableció una fórmula de justicia que busca, igualmente, satisfacer los derechos de las víctimas. De tal modo, en 2015 se ha verificado tanto consistencia entre los compromisos de Habana y el propósito de reparación de las víctimas del conflicto armado, como un abordaje complejo de la reparación, basada en diversos mecanismos de reparación, como esclarecimiento de la verdad, justicia especial, restitución, indemnización y satisfacción (Greiff, 2010).

Ejemplo de coherencia entre justicia y reparación fue la denuncia, en el año de 2015, por la Fiscalía General de la Nación al Tribunal Especial de Justicia Transicional, de 14 personas indiciadas por diferentes crímenes ocurridos en razón del conflicto armado. Acto seguido, fueron publicados en el sitio de la Fiscalía diversos llamados para que las personas que fueron victimizadas por estos individuos se uniesen al proceso en marcha. La atribución de responsabilidad y la búsqueda por la justicia por intermedio de procesos judiciales son parte fundamental de la reparación, en especial cuando la víctima puede participar del proceso y saber que los hechos que ocurrieron en el pasado no caerán en el olvido. Se puede ver así que la actual política de reparación trabaja para que los crímenes practicados no vuelvan a repetirse.

Un criterio igualmente importante y difícil en el proceso de reparación es el de *munificencia*, esto es, la evaluación de la extensión de

los beneficios promovidos por el Estado a partir de una perspectiva de las víctimas. Un paso potencialmente provechoso en este sentido fue la realización, en noviembre de 2015, de consultas para la elaboración del *Informe de Prestación de Cuentas* por la Unidad de Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado, en que la población pudo ofrecer sugerencia e indicar lo que consideraba importante para la reparación en el país. Este informe deberá ser lanzado en 2016 (Unidad para las Víctimas, 2015).

Un importante hito para la reparación en 2015 es la declaración del Presidente Santos, con ocasión del evento conmemorativo de los 30 años de la toma del Palacio de Justicia por parte del M-19 y la retoma por parte del Ejército que, entre el 6 y el 7 de noviembre de 1985, resultó en la masacre de magistrados, trabajadores del Palacio y los guerrilleros que lo asaltaron – 98 muertos y 8 desaparecidos –, así como en el incendio del edificio y de sus archivos. En este acto conmemorativo, de manera inédita para este caso, el Presidente Santos reconoció la responsabilidad del Estado colombiano por los crímenes cometidos por el Estado y pidió perdón a las víctimas en los siguientes términos: “En nombre del Estado, pido perdón por el incumplimiento al deber de prevención con las personas que se encontraban en el Palacio de Justicia, por la violación de sus derechos a la integridad personal, a las garantías judiciales y a la protección judicial” (Santos..., 2015). En 2014, la Corte Interamericana de Derechos Humanos condenó el Estado colombiano a asumir su responsabilidad por muertes y desapariciones forzadas en el contexto de la toma y retoma del Palacio de Justicia. Hasta hoy, sólo han detenidos tres militares por la investigación de este caso emblemático de impunidad en el que las altas cortes colombianas fueron arrasadas por el fuego cruzado de guerrilleros y de militares, quienes ingresaron con tanques de guerra al Palacio.

Son fundamentales, aún, medidas prospectivas que contribuyan a la inserción social de individuos victimizados, sea en la escuela o en el mercado de trabajo. En el caso colombiano, en que casi 50% de los integrantes de las Farc-EP son niños o jóvenes (según datos de la Universidad Sergio Arboleda), la inserción escolar es un pilar fundamental para la reparación. En abril de 2015, el gobierno colombiano inició el Programa Educar para Reparar que busca que las víctimas del conflicto armado puedan acceder, por medio de crédito de un fondo especial, a cursos técnicos, tecnológicos y universitarios. Fue la primera vez que la reparación integral de las víctimas incorporó la educación superior, incluyendo contribuciones significativas para una escena de posconflicto.

Por fin, se estima que el proceso de reparación colombiano se encuentra en fases iniciales de desarrollo de parámetros, proyectos e iniciativas,

de modo que un criterio general y final de implementación (finalización) aún no puede ser aplicado de forma adecuada.

Verdad y Memoria

Colombia ha vivido en las últimas décadas un luto permanente. El Grupo de Memoria Histórica (GMH) estableció un registro provisorio de 2.505 masacres con 14.660 víctimas entre 1982 e 2007 (CNRR, 2011, p. 15). La población colombiana ha vivido no solo una guerra de combates, sino también una guerra de masacres.

La construcción de una memoria histórica en situaciones como esta cumple una tripla función: de esclarecimiento de los acontecimientos; de reparación en un nivel simbólico de reconocimiento del sufrimiento social; y de afirmación de los límites éticos y morales que las colectividades deben imponer sobre la violencia.

En noviembre de 2012, en el inicio de los Diálogos de Paz, el gobierno colombiano y las Farc-EP anunciaron en Cuba la idea de crear una Comisión Nacional de la Verdad, Convivencia y No Repetición, a instaurarse una vez sean firmados los acuerdos finales. En comunicado conjunto, en mayo de 2015, el gobierno de Colombia y las Farc-EP dieron a conocer más detalles sobre la composición y el funcionamiento de la referida Comisión, la cual será formada por 12 comisionarios/as seleccionados/as por un Comité Integral por el gobierno colombiano y las Farc-EP. El trabajo de la Comisión de la Verdad colombiana deberá ser desarrollado dentro de un período de 3 años, contado el tiempo de elaboración del informe final, cuya publicación está prevista para el mes siguiente a la clausura de los trabajos de la Comisión. El anuncio también señaló que la Comisión de la Verdad recibirá recursos del gobierno colombiano y que, después de publicado el informe final, operará la creación de un comité para monitorear la implementación de las recomendaciones de la Comisión (¿Para qué..., 2015).

Un aspecto digno de destacar en el área de memoria y verdad para 2015 fue el anuncio, en octubre, de que los equipos negociadores en La Habana llegaron a un “Acuerdo para la localización e identificación de personas desaparecidas”. El acuerdo trata de dos aspectos principales: *i)* implementación de acciones inmediatas que permitan identificar las personas muertas en combate y que fueran sepultadas como NN (sin nombre), comprometiéndose las Farc-EP a dar informaciones que ayuden en el proceso de localización e identificación; y *ii)* creación de una unidad dedicada a la localización e identificación de los desaparecidos, de carácter humanitario y extrajudicial. Tal unidad contará con autonomía institucional

y ayuda del Comité Internacional Cruz Roja en el apoyo a los familiares, en las exhumaciones de cuerpos y en la asesoría al gobierno colombiano.

Igualmente relevante para aclarar la verdad y reconstruir la memoria en el país fue el avance dado por el gobierno colombiano en 2015 en cuanto a la obligación prevista en la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras (Ley nº 1448, de 2011) de encontrar los restos mortales de desaparecidos: en total, más de 300 cuerpos fueron descubiertos y exhumados en 2015, y los restos identificados fueron restituidos a los familiares.

La creación de la Comisión para el Esclarecimiento, Verdad, Convivencia y No Repetición será una institución de referencia central para la sociedad colombiana y para el proceso de transición en país. En los últimos 50 años fueron establecidas más de diez comisiones de estudios históricos en Colombia, pero ninguna de ellas ha centrado su interés primordial en el esclarecimiento de verdad y reparación de los derechos de las víctimas de los conflictos armados. De tal manera, el informe final de la Comisión permitirá que el reconocimiento público y oficial de los abusos cometidos en el pasado, integre las medidas transicionales que buscan dar fin al conflicto armado colombiano y alcanzar una paz sostenible.

Otro punto a ser mencionado en el pilar de verdad y memoria en 2015 fue la movilización de la academia en torno a esos temas. Como ejemplo podemos citar la realización del IX Encuentro Regional de Red Latinoamericana de Sitios de Memoria de la Coalición Internacional de Sitios de Conciencia (Bogotá, 22 hasta 25 de setiembre de 2015) y del Segundo Encuentro Internacional – Archivos para la paz: usos sociales y pedagógicos (Bogotá, 28 hasta 30 de octubre de 2015).

Referencias

AMAT, Yamid. Víctimas del conflicto en el país son más de 6,8 millones. **El Tiempo**, Bogotá, 28 dic. 2014. On-line. Disponible en: <<http://www.eltiempo.com/politica/justicia/victimas-del-conflicto-armado-en-colombia/15026796>>.

CANÁRIO, Pedro. Crimes de Estado não prescrevem, diz Rodrigo Janot. **Consultor Jurídico**, Brasília, 19 out. 2013. Disponible en: <<http://www.conjur.com.br/2013-out-19/crimes-estado-humanidade-nao-prescrevem-janot-parecer>>.

CNRR – COMISIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN. **Trujillo**: una tragedia que no cesa. Bogotá: Taurus, 2011.

DAICMA – DIRECCIÓN PARA LA ACCIÓN INTEGRAL CONTRA MINAS ANTIPERSONAL. **Víctimas de Minas Antipersonal**. On-line. Bogotá, 2016.

GREIFF, Pablo de. Repairing the past: compensation for victims of human rights violations. In: _____. **The handbook of reparations**. New York: The Oxford University Press, 2010.

LAS 10 CLAVES del acuerdo entre el Gobierno y las FARC. **Faro de Vigo**, Bogotá, 24 set. 2015. Disponible en: <<http://www.farodevigo.es/mundo/2015/09/24/10-claves-acuerdo-farc-colombia/1319621.html>>.

LOS JEFES de las Farc tendrán que pagar cárcel: CPI. **El País Colombia**, Bogotá, 28 oct. 2014. Disponible en: <<http://www.elpais.com.co/elpais/judicial/noticias/cpi-acceptara-jefes-farc-paguen-carcel>>.

MINAS antipessoais matam duas crianças na Colômbia. **G1**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2015. Disponible en: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/minas-antipessoais-matam-duas-criancas-na-colombia.html>>.

¿Para qué servirá la Comisión de la Verdad? **Semana**, Bogotá, 6 jun. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/para-que-servira-la-comision-de-la-verdad/430356-3>>.

SANTOS reconoce la responsabilidad del Gobierno de Colombia en la matanza del Palacio de Justicia. **Público**, Madrid, 6 nov. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.publico.es/internacional/santos-reconoce-responsabilidad-del-gobierno.html>>.

UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS – UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. **Rendición de Cuentas de 2015**. Bogotá, 2015. Disponible en: <<http://www.unidadvictimas.gov.co/especiales/rendicion-cuentas-2015/html/>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN EN 2015

**Bárbara Barreto de Carvalho,
Maria Pia Guerra e Sofia de Faveri**
Secretaria da RLAJT^{85 86}

Histórico

En 1931 se inició en El Salvador una dictadura que duró cuarenta y ocho años. La dictadura entró en crisis en la década de 1970, pero la intensificación de las posiciones políticas en el final de la década y, finalmente, un golpe militar en 1979 pusieron fin a los intentos de soluciones negociadas y establecieron las condiciones para la propagación del conflicto armado en los años siguientes. La guerra civil salvadoreña, que asoló el país desde 1980 hasta 1992, puso en conflicto los agentes del Estado y la guerrilla del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) y dejó cerca de 80 mil muertos, 9 mil desaparecidos y un millón de personas en situación de desplazamiento forzado.

Una serie de encuentros y acuerdos trataron de poner fin a la Guerra Civil. En 1984, el Primer Diálogo por la Paz, encuentro sucedido en La Palma, Chalatenango, entre la FMLN y los agentes del Estado y mediado por la iglesia católica, estableció un comité conjunto para humanizar el conflicto armado y mitigar o ponerle fin al clima de guerra civil en el país. A raíz del Primer Diálogo, se estableció una segunda reunión también en 1984, la Reunión de Ayagualo, que trató de discutir y liberar la circulación de los civiles en territorio salvadoreño.

En 1990, el Acuerdo de Ginebra definió como el objetivo común fundamental poner fin al conflicto en el corto plazo, para democratizar el país y para garantizar el respeto de los derechos humanos. En el mismo año, una reunión en Caracas reforzó los objetivos del Acuerdo de Ginebra, añadiendo la previsión de que los guerrilleros del FMLN fueran reintegrados en la sociedad civil. Estableció también una agenda

85. El texto contó con la revisión y aportes del Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) – El Salvador.

86. Texto traducido por Maria Fernanda Jorquera Briceno, en colaboración con la RLAJT.

de debates sobre las Fuerzas Armadas, los derechos humanos, el sistema judicial, el sistema electoral, la reforma constitucional, los problemas económicos nacionales y la verificación internacional por la Organización de las Naciones Unidas (ONU). También en 1990, el Acuerdo de San José previó medidas de respecto a los derechos humanos, con el fin de garantizar las libertades democráticas y erradicar las desapariciones forzadas, las detenciones arbitrarias y la tortura.

En 1991, el Acuerdo de México propuso una nueva constitución a partir de los acuerdos de paz, habiendo sido aprobadas las reformas institucionales en relación a los derechos humanos, las Fuerzas Armadas, los cuerpos de seguridad pública, y los sistemas judiciales y electorales. También en 1991, el Acuerdo de Nueva York creó la Comisión Nacional para la Consolidación de la Paz (Copaz) y propuso reformulaciones para las fuerzas armadas.

Todos estos acuerdos y reuniones culminaron en el Acuerdo de Chapultepec, un pacto entre el gobierno de El Salvador y la FMLN que encerró la guerra civil Salvadoreña. Firmado en 1992, el Acuerdo tubo como uno de sus objetivos “poner fin al conflicto armado, en el menor plazo posible, promover la democratización del país, garantizar el respeto irrestricto a los derechos humanos y reunificar a la sociedad salvadoreña”⁸⁷

Al final de la guerra fueron creados algunos mecanismos de justicia de transición en El Salvador. En 1992, el Estado aceptó la creación de una Comisión de la Verdad, que trabajó durante ocho meses y produjo el informe *De la Locura a la Esperanza: la guerra de 12 años en El Salvador* (El Salvador, 1993), con recomendaciones de orden política y administrativa para prevenir la repetición los actos de violencia y orientar la reconciliación nacional. Pocos días después de la publicación del informe, sin embargo, fue aprobada la Ley de Amnistía para la Consolidación de la Paz (Decreto nº 486, de 22 de marzo de 1993), que iba en contra de las recomendaciones de la Comisión de la Verdad y garantizó la impunidad de los responsables por graves violaciones de derechos humanos. Vale señalar que en 1987 una ley de amnistía ya había sido aprobada en El Salvador (Decreto nº 805, de 28 de octubre de 1987), como resultado de los Acuerdos de Esquipulas II entre los gobiernos de América Central, concediendo amnistía a las personas que habían participado en delitos políticos o comunes, con la participación de por lo menos veinte personas. La ley de 1987, sin embargo, en lugar de terminar el conflicto se limita a garantizar la impunidad.

87. Disponible en: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1575/23.pdf>>.

En vista de la omisión del Estado en relación a los trabajos de la Comisión de la Verdad, en 2009 con motivo del 20º aniversario de la masacre de jesuitas fue inaugurado el Tribunal de Justicia Restaurativa, una iniciativa del Instituto de Derechos Humanos de la UCA (Idhuca) y de la Coordinadora Nacional de Comités de Víctimas de Violaciones de los Derechos Humanos en el Conflicto Armado (Conacovic). Se trata de mecanismo complementario o alternativo, dado su carácter no estatal, que se realiza con la participación activa de las víctimas y de las comunidades y que por medio del arrepentimiento, la admisión de la culpa y de la reparación a las víctimas, tiene como objetivo restaurar las relaciones entre las personas ofendidas y sus infractores.

Una evaluación de la eficacia de los mecanismos de justicia de transición en El Salvador, sin embargo, permite decir que el país aún tiene mucho que avanzar a la efectiva garantía del derecho a la memoria y a la verdad, a la reparación o restauración, a la justicia y a las reformas institucionales. Para entender la situación actual de la justicia de transición salvadoreña, este informe se basa en el análisis de las noticias recogidas de los periódicos, la televisión y foros informativos, a la luz de los cuatro pilares guías del campo de estudio, es decir, la memoria y la verdad, justicia, reparación y de reformas institucionales. Las principales bases de investigación sobre los acontecimientos que marcaron la justicia de transición en El Salvador en el año de 2015 fueron el sitio electrónico del Idhuca, el periódico *The Guardian*, el periódico *El Faro* y el periódico electrónico *Contrapunto*.

Memoria y Verdad

En cuanto a la memoria y la verdad, uno de los marcos de 2015 fue la beatificación del antiguo arzobispo de San Salvador, Oscar Arnulfo Romero. Romero, que había sido gran defensor de los derechos humanos y crítico del gobierno en el país, fue asesinado el 24 de marzo de 1980, durante la celebración de la misa en una iglesia de San Salvador. De acuerdo con el informe de la Comisión de la Verdad sobre el caso, el disparo que le dio vino de un francotirador del ejército salvadoreño. La ceremonia de beatificación reunió a más de 300 mil personas en la Plaza del Divino Salvador del Mundo, en San Salvador. Fue realizada por el cardenal Angelo Amato, enviado del Papa Francisco. En las homenajes, Amato subrayó que se trata de “una celebración de alegría y hermandad para la Iglesia y para la nación salvadoreña (...). Romero no es un símbolo de la división, sino de la fraternidad y la concordia”. La ceremonia contó con la presencia de los jefes de Estado de Ecuador, Panamá, Honduras y vicepresidentes de Cuba y Venezuela. El 30 de octubre, el Papa Francisco, en un comunicado, acusó a los obispos de El Salvador por calumnia y difamación de los discursos del mártir.

Otros movimientos se destacaron en el ámbito del derecho a la memoria y a la verdad, como el Día Nacional de Víctimas de Desaparecimiento Forzado, conmemorado el 30 de agosto, a la que asistieron familiares, amigos y activistas en homenaje a los entes desaparecidos.

Justicia

Con respecto a la acción judicial, se destacaron dos procesos. A principios de este año, la Corte Suprema de El Salvador (CSJ) reconoció la responsabilidad de las Fuerzas Armadas en el desaparecimiento forzado de las víctimas durante el período de la guerra civil. El caso se refiere a la desaparición forzada de once personas en 1982, en la operación militar en Chalatenango conocida como “La Guinda de Mayo”. En un comunicado oficial, la Sala de lo Constitucional de la CSJ declaró que los crímenes ocurrieron bajo la responsabilidad de las Fuerzas Armadas y ordenó a la Fiscalía General de la República investigar las desapariciones e informar al tribunal, a cada tres meses sobre los resultados de las búsquedas. La decisión del tribunal fue considerada una victoria por las organizaciones locales de derechos humanos.

En octubre, el Centro de Derechos Humanos de la Universidad de Washington, presentó una demanda contra la Agencia Central de Inteligencia norteamericana (CIA), en el Tribunal del Distrito de Seattle, en Washington, para tener acceso a documentos secretos sobre las operaciones militares en la década de 1980 coordinadas por el coronel Sigifredo Ochoa Pérez. Según el Centro de Derechos Humanos, los documentos almacenados por la CIA demostrarían la participación del coronel salvadoreño en masacres contra la población civil. Según datos del Idhuca, de la CSJ y de la Procuraduría de Derechos Humanos (PDDH), solo en estos episodios se sumaron 455 víctimas. La CIA dijo que no podía negar o confirmar la existencia de los archivos por razones de seguridad nacional. El tribunal norteamericano no hizo comentarios sobre el caso.

En el 2015, se destacan igualmente dos extradiciones, que marcaron un cambio en la actitud adoptada por los Estados Unidos en relación a las violaciones de derechos humanos del período de la guerra fría. En 2011, el coronel Orlando Inocente Montano Morales, con domicilio en los Estados Unidos, fue acusado por un tribunal de España bajo sospecha de haber ordenado la operación que resultó en la muerte de seis Sacerdotes jesuitas, siendo cinco de ellos españoles, una empleada doméstica y su hija, en una de las masacres más conocidas de El Salvador. Los procedimientos de extradición del coronel a España comenzaron en abril de 2015 por promotores norteamericanos. Se espera que el juicio sea un marco en la lucha internacional contra la impunidad de graves violaciones de los derechos

humanos. Los otros militares acusados que residían en El Salvador no han sido extraditados por una decisión de la CSJ salvadoreña de 2011.

En el mismo mes de abril de 2015, el general Carlos Vides Casanova, ex Ministro de Defensa de El Salvador, fue expulsado de los Estados Unidos, donde vivió durante más de veinticinco años, después de que el más alto Tribunal de Inmigración de Estados Unidos lo declarara responsable por graves violaciones de derechos humanos de tropas bajo su mando. Aunque expulsado de los EE.UU., el coronel todavía no respondió por cualquier práctica criminal durante el régimen militar, teniendo en cuenta la limitación ofrecida por la Ley de Amnistía de 1993.

Reformas Institucionales

En lo que se refiere a las reformas institucionales, el año de 2015 apunta para la urgencia de las medidas de reforma del sistema de seguridad del país. Encuesta del Instituto de Medicina Legal (IML) de El Salvador indicó el año 2015 como el más violento desde 1999, cuando estos registros comenzaron a realizar de forma fiable. Sólo en el período de enero a agosto, el IML registra 3.828 personas asesinadas, la mayoría civiles. En comparación, durante el año 2014 el Instituto registró 3.912 homicidios. Es necesario que sean formuladas agendas para las reformas institucionales, ya que estas serían el método más eficaz para combatir la violencia en un período de transición. Eso es lo que afirmó Luis Maira, el delegado chileno en el proceso de paz colombiano, a la Agencia EFE salvadoreña: las reformas institucionales paralelas al proceso de transicional son importantes, ya que en muchas veces las formulaciones de políticas públicas son fruto de las disputas políticas que no incluyen directrices vinculadas a la resolución de conflictos, los derechos humanos y las demandas sociales.

En marzo de 2015, en San Antonio los Ranchos, ocurrió el VII Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa en El Salvador. El tribunal requirió cinco casos de graves violaciones de derechos humanos del Estado salvadoreño: la masacre de estudiantes en la marcha del 30 de julio de 1975, en la cual al menos 35 personas fueron muertas y decenas desaparecieron después de la violenta represión de la Guardia Nacional y Ejército; el desplazamiento forzado de San Antonio Los Ranchos, una de las regiones afectadas por las políticas de desplazamiento forzado y exterminio de comunidades salvadoreñas; la Masacre del Cerro de Alemania, en que fueron asesinadas familias desplazadas de la región de San Antonio los Ranchos; la ejecución forzada de una familia de la comunidad de Santa Marta por destacamentos militares; y la prisión política de Javier Acosta, torturado por los militares durante semanas a los 17 años. Las recomendaciones del tribunal fueron presentadas al Estado salvadoreño.

Instituto de Derechos Humanos de la UCA (Idhuca) El Salvador

Para hacer una introducción al contexto salvadoreño deseamos establecer parámetros generales sobre la Justicia Transicional: esta se desarrolla paralelamente con el reconocimiento de los derechos humanos a través de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, es así que la Justicia Transicional se gesta entre la primera y la segunda guerra mundial, pero la vemos desarrollada como tal entre la segunda guerra mundial con los tribunales de Núremberg y previamente a la guerra fría, es decir, este tipo de justicia es mucho más contemporánea y forma parte del siglo XX.

La justicia transicional surge como respuesta a las exigencias de la política mundial, y se genera ante la demanda por la resolución de conflictos de manera rápida y efectiva, respondiendo a la imperante necesidad de protección de los derechos humanos a través de la justicia. Sin embargo, más allá de la aceleración a la cual se responde, se debe garantizar el cierre completo y adecuado del conflicto o los conflictos que la generaron, con el objeto de asegurar que los actos que iniciaron no se vuelvan a cometer, es decir, bajo la luz de la garantía de la no repetición, debido a que las condiciones políticas y sociales de cada conflicto son únicas, transitorias y no vuelven a ocurrir de la misma forma en las que tuvieron lugar, por responder dichas condiciones a diferentes sucesos internos de cada Estado.

El tema de Justicia Transicional está apegado a la idea de reconstrucción nacional y reconstrucción del tejido social, es decir, que más allá de la búsqueda de responsabilidades individuales, se busca garantizar el Estado de Derecho dentro de la sociedad a la cual se le vulneraron los derechos humanos. La Justicia Transicional en consecuencia se encuentra unida a la idea de una reconciliación adecuada, de acuerdo con las circunstancias bajo las cuales se configuraron los sucesos. Dentro de la reconciliación encontramos las dos partes antagonistas, las cuales difícilmente se reconciliarán de forma plena, dicha idea de reconciliación debe estar completamente ligada a los conceptos de justicia, verdad y reparación.

Los conceptos de justicia, verdad y reparación serán herramientas para la consolidación de la justicia transicional y estos conceptos tendrán su propio proceder en las sociedades de forma individual. Si bien el derecho es una aplicación de carácter universal, es obligación del Estado responder a estos conceptos de acuerdo a su realidad social y política, al mismo tiempo que cumple con las obligaciones internacionales adquiridas en materia de derechos humanos.

Los derechos humanos son inherentes al ser humano mismo, es decir, que los derechos humanos están pensados como derechos de aplicabilidad colectiva hacia un conjunto de seres humanos y al mismo tiempo reconociendo los derechos humanos de cada individuo. Es así que dentro de la lógica de una violación de derechos humanos de un conjunto de seres humanos, la suma de un todo como una violación de derechos es un ataque inminente contra un conjunto de seres humanos y no una suma individual entre las partes. Así el Estado deberá velar porque se cumplan en su totalidad las obligaciones de verdad, reparación y justicia que asuma hacia todas las víctimas de los hechos ocurridos por la vulneración de sus derechos.

Las obligaciones del Estado en materia de derechos humanos se cumplirán a través de diversos mecanismos, uno de los principales mecanismos es la vía judicial para la protección de los derechos de todos los individuos, especialmente de los sectores más vulnerables, como lo manifiesta mejor Zagrebelsky (2007, p. 21): “La sociedad civil tiene la necesidad del acceso al Estado de numerosas y heterogéneas fuerzas que reclaman protección mediante el derecho que exige continuamente nuevas reglas e intervenciones jurídicas y que cada vez extienden más la presencia de la ley a sectores anteriormente abandonados”.

Es de ese modo que dentro de la protección de derechos humanos, los tribunales nacionales e internacionales juegan un papel determinante para la obtención de justicia por parte de los sectores más afectados.

Con la incorporación de las leyes de amnistía en Centro y Sur América se creó un obstáculo al proceso de reparación para las víctimas de la violación de derechos humanos en materia judicial, dejando de esta manera temas pendientes a resolver dentro de las sociedades latinoamericanas, que en la actualidad continúan vulnerando derechos y presentado impedimentos para la obtención de un pleno Estado de Derecho, como lo manifiesta Patricia Funes (2001): “Las heridas que nos quedan, son las libertades que nos faltan”. A pesar de las diferencias regionales, étnicas, lingüísticas, ideológicas o de género, Centro y Sur América se encuentran unificadas por los temas pendientes en materia de protección de derechos humanos y por el reclamo de justicia de las actuales sociedades democráticas,

puesto que actualmente muchos procesos de Justicia Transicional no fueron concluyentes. Al desear la “reconciliación” inmediata entre las partes antagónicas los conceptos de “verdad, justicia y reparación” fueron opacados, dejando inconclusos temas importantes para la protección de derechos humanos en cuanto a la garantía de no repetición y un efectivo estado de derecho.

Actividades de las comisiones de la verdad en El Salvador y su importancia para el esclarecimiento de la verdad como parte del proceso de Justicia Transicional

La Comisión de la Verdad en El Salvador surge posteriormente al período de conflicto interno, con la idea de que los episodios atroces de violación a derechos humanos no queden impunes. Es importante destacar que los hechos recopilados por la Comisión de la Verdad, como la recolección de prueba o la presentación de testimonios es un trabajo imprescindible. No obstante, en la mayoría de los casos, por la magnitud de las violaciones de los derechos humanos y la cantidad de tiempo asignada para su investigación, el resultado de las investigaciones preliminares equivale a la muestra superficial de una cantidad inimaginable de violaciones de derechos humanos que se cometieron durante un determinado período de tiempo. Sin embargo, el trabajo realizado por la comisión es el fundamento para la obtención de la verdad.

El Salvador: Comisión de la Verdad (De la locura a la Esperanza)

La Comisión de la Verdad fue creada posteriormente a la firma de los acuerdos de paz,⁸⁸ y está regulada en los artículos 2º y 5º sobre su creación y funcionamiento respectivamente, con el objeto de esclarecer los crímenes de guerra que causaron bajas civiles. Para comprender la magnitud de la violación en materia de derechos humanos, debemos especificar que El Salvador es un país de tan solo 21 mil km² y con una población para entonces de apenas 4,5 millones. Con la muerte de casi 75 mil personas y con la desaparición de cerca de 3 mil casos, el conflicto armado interno produjo un verdadero exterminio en la población salvadoreña.

El secretario de las Naciones Unidas intervino para la creación de la Comisión de la Verdad, otorgando poderes facultativos para la investigación a tres extranjeros de notorio reconocimiento. El informe de la Comisión de la Verdad produjo declaraciones y señalamientos de los ejecutores de los crímenes que dañaron gravemente los derechos humanos. Debemos

88. 16 de enero de 1992, fecha de la firma de los Acuerdos de Paz del Salvador, en Chapultepec México.

señalar que la primera ley de amnistía excluía de responsabilidad penal y civil a un sector específico de perpetradores, pero una vez presentado el informe de la Comisión de la Verdad este sector se amplía, dejando así en impunidad los delitos cometidos durante el conflicto armado en El Salvador. Además de exonerar de forma amplia la mayor cantidad de hechos y autores de los crímenes, la brevedad en el tiempo que fue incorporada la segunda ley de amnistía incumple totalmente el proceso de formación de ley, asociado al hecho de que genera una normativa secundaria que contraviene la normativa constitucional y los tratados internacionales.

Eso ocurre porque, transcurridos más de 20 años desde el fin del conflicto armado que dividió a la sociedad salvadoreña, aún se presenta en El Salvador una fuerte polarización político-social, un tejido social frágil, con instituciones estatales que todavía poseen algunos vacíos, especialmente las encargadas de impartir justicia. Durante estos años, su consecuencia más lógica y evidente es la impunidad.

Este último elemento influye negativamente en todos los ámbitos de la sociedad salvadoreña y responde a la absoluta ignorancia y desinterés por parte de las instituciones públicas hacia las recomendaciones formuladas y presentadas por la Comisión de la Verdad en su reporte final y, más aún, la Ley de Amnistía continúa siendo un obstáculo para las víctimas y sociedad en general para acceder a su derecho de conocer la verdad y aplicar una justicia adecuada.

En ese sentido, existe una deuda enorme con la dignificación de las **víctimas directas e indirectas** que no ha sido considerada para ser saldada. Es por considerar necesario la implementación de mecanismos de espacios para las víctimas que el Instituto de Derechos Humanos de la UCA (Idhuca), desde su compromiso con las víctimas, sus familiares e instituciones que las acompañan, impulsa a partir de 2009 el Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa en El Salvador, con el propósito de buscar la verdad, justicia y reparación ante el desinterés del Estado.

De esta forma, con el Tribunal se intenta contribuir a impulsar una modalidad de la justicia transicional adecuada a las condiciones del país, otorgándoles un valor intrínseco a las víctimas, como parte de un proceso integral de verdad, justicia, reparación, perdón y democratización de las sociedades modernas. Se trata de dignificarlas, a las víctimas y a la sociedad, considerando las condiciones propias de cada situación.

Para el Idhuca, las víctimas son lo más importante. En esa línea, son las víctimas la esencia y la razón de ser del Idhuca; por ello, la justicia

transicional – empezando por la restaurativa – puede ser un bálsamo que ayude a curar las heridas aún abiertas y el motor que empuje una demanda social hasta ahora latente en el país. La voz de las víctimas reclama justicia y la sentencia del Tribunal se constituye como un paso más, después del informe de la Comisión de la Verdad, en el camino por reafirmar el derecho que asiste a las víctimas para alcanzarla.

Los objetivos específicos del Tribunal son: evidenciar la responsabilidad de los perpetradores de graves violaciones de derechos humanos, crímenes de lesa humanidad, crímenes de guerra y genocidio en El Salvador, así como la falta de voluntad política del Estado salvadoreño para investigar, procesar y sancionar a estas personas; contribuir al proceso de cicatrización de las heridas y a la construcción de un nuevo tejido social a través de la revelación de una realidad conocida por la mayoría de la población, pero no acatada unánimemente; y revelar la identidad de los perpetradores para que, exclusivamente quienes no reconozcan su responsabilidad, sean sujetos del escarnio público y la presión social.

En función de lo anterior, el Tribunal busca los siguientes resultados: colocar en el debate nacional el tema de justicia transicional y la necesidad de impartirla como medida de combate a la impunidad; obtención de una condena moral tanto nacional como internacional al Estado salvadoreño y a los responsables de graves violaciones de derechos humanos, crímenes de lesa humanidad, crímenes de guerra y genocidio en el país; participación activa de la sociedad en temas de justicia transicional y concientización de la misma acerca de la materia; e iniciar un verdadero proceso de conciliación entre las víctimas y los perpetradores.

Referencias

EL SALVADOR. Comisión de la Verdad. **De la locura a la esperanza: la guerra de los doce años en El Salvador**. San Salvador, 1993.

ZAGREBELSKY, Gustavo. Del estado de derecho al estado constitucional. In: _____. **El derecho dúctil**. Ley, derechos, justicia. Madrid: Trotta, 2007, p. 21-37.

FUNES, Patricia. Nunca más. Memorias de las dictaduras en América Latina. Acerca de las Comisiones de verdad en el Cono Sur. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia, **La imposibilidad del olvido**. Recorrido de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Al Margen, 2001. p. 43-60.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

Bárbara Barreto de Carvalho e Maria Pia Guerra

Secretaria da RLAJT^{89 90}

HISTÓRICO

Entre 1960 y 1996, Guatemala pasó por un período de conflicto armado protagonizado por las fuerzas militares y por los grupos guerrilleros. Los conflictos dejaron acerca de 200 mil muertos, entre ellos 45 mil desaparecidos, en su gran mayoría indígenas de origen maya exterminados en actos de genocidio; esa violencia política ocasionó el desplazamiento forzado de un millón de personas. Las víctimas eran en su mayoría campesinos pobres e indígenas. En el año 2013, se logró probar ante el sistema de justicia el genocidio de más de 1771 ixiles (etnia maya) durante el gobierno del general Efraín Ríos Montt (CEH, 1999a; Doyle, 2005).

A lo largo de la década de 1970 los conflictos sociales y económicos se han acentuado, desestabilizando la alianza entre los militares, los grupos económicos y los partidos de extrema derecha. En 1982, en respuesta, un grupo de militares tomaron el poder con un discurso de liberalización parcial. Por un lado, el Plan Nacional para la Seguridad y el Desarrollo (PNSD), aprobado en 1982, suspendió el estado de sitio, extinguió los tribunales especiales para delitos políticos y reestructuró el sistema electoral. En 1984, fue convocada una asamblea constituyente y en el año siguiente fue elegido el primer civil en más de 20 años de dictadura. Por otro lado, tales medidas de liberalización fueron acompañadas de un fortalecimiento de las fuerzas armadas y del recrudecimiento de la violencia de Estado, en un proceso de transición controlado por las fuerzas del Estado. Sólo entre 1982 y 1983 fueron más de 600 masacres en las comunidades tradicionales (Coelho; Reginatto, 2015).

La apertura de la década de 1980, aunque limitada, permitió la rearticulación de los movimientos sociales locales. A partir de

89. El texto contó con la revisión y aportes del Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) – Guatemala.

90. Texto traducido por Maria Fernanda Jorquera Briceno, en colaboración con la RLAJT.

1984, surgieron organizaciones de la sociedad civil, como el Grupo de Apoyo Mutuo (GAM), la Coordinación Nacional de Viudas de Guatemala (Conavigua) y la Asociación de Familiares de Desaparecidos de Guatemala (Famdegua), las cuales, oponiéndose a las pocas iniciativas estatales, han exigido respuestas del Estado para la superación del conflicto armado y la reparación de las víctimas (Brett, 2006).

El cierre del conflicto, sin embargo, tuvo que esperar hasta la década de 1990. En 1991, se inició un proceso de negociaciones entre el gobierno y los grupos revolucionarios, representados por la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG). El proceso, mediado por las Organizaciones de las Naciones Unidas (ONU), condujo a acuerdos de paz que preveían reformas institucionales, edición de ley de amnistía, creación de una comisión de la verdad y la reparación a las víctimas del conflicto.

En respuesta a los acuerdos de paz, fue creada en 1994 la Comisión para el Esclarecimiento Histórico, con el fin de aclarar “con equidad e imparcialidad” las violaciones de los derechos humanos cometidas durante el conflicto armado guatemalteco. El Comité inició su labor el 7 de febrero de 1997 y, en 25 de febrero de 1999, presentó su informe final con recomendaciones para las reformas estructurales en el aparato policial, creación y mantenimiento de mecanismos para proteger los derechos humanos (CEH, 1999b).

En 1996, antes de la Comisión empezar a funcionar, se expidió la Ley de Amnistía y la Ley de Reconciliación Nacional (LRN). Estas leyes, al principio, no garantizaban la impunidad de los responsables de crímenes durante la dictadura. La Ley de Amnistía excluyó de su ámbito de aplicación las graves violaciones de los derechos humanos y la LRN determinó que la “extinción de responsabilidad criminal no se aplica a los delitos de genocidio, tortura y desaparición forzada.” Las dos leyes, sin embargo, dejaron abierta la posibilidad de conceder amnistía para las ejecuciones extrajudiciales y asesinatos. Tal apertura interpretativa permitió que por veces el poder judicial guatemalteco incluyera la amnistía a graves violaciones de los derechos humanos (Arriaza, 2013).

El caso de la Masacre de Las Dos Erres es, en este sentido, emblemático. En su juicio en 2001, el Tribunal Constitucional confirmó la amnistía de los oficiales responsables por la masacre. En respuesta, en 2009 la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) determinó la imposibilidad de conceder la amnistía bajo la LRN a los responsables de la masacre. En 2010, el Tribunal Superior de Justicia de Guatemala, siguiendo la Corte IDH, apartó la incidencia de la LRN y condenó a cuatro miembros de las fuerzas especiales de seguridad involucrados en la masacre (Arriaza, 2013).

En 2003, durante el gobierno de Alfonso Portillo, fue creado el Programa Nacional de Resarcimiento (PNR),⁹¹ que incluye acciones de fortalecimiento del proceso de paz y reconciliación de la sociedad guatemalteca en el cumplimiento de la recomendación de la Comisión de Esclarecimiento. Fueron previstas medidas de dignificación de víctimas, resarcimiento cultural, reparación y rehabilitación psicosocial, restitución material y compensación económica. En su año de inauguración, 24.486 solicitudes de compensación fueron realizadas y entre diciembre de 2005 y junio de 2006, alrededor de 633 personas fueron favorecidas (Víctimas..., 2006). Un acuerdo gubernamental de 2013 determinó la previsión de demandas del programa en el proyecto de presupuesto para el año 2014. Sin embargo, ellas acabaron por no haber sido incorporadas, dejando a las reparaciones de segundo plano.

En el ámbito de las reformas institucionales, fue creada en 2007 la Comisión Internacional Contra la Impunidad en Guatemala (CICIG). Aunque la Comisión tuviera el objetivo de investigar el crimen organizado y las organizaciones armadas ilegales, ella amplió su ámbito de actuación y promovió las reformas que vendrían a fortalecer el sistema jurídico de Guatemala. En el artículo 2 (1)(c) de documento legal de su creación, se hicieron recomendaciones de adopción de políticas públicas para erradicar las fuerzas de seguridad ilegales y de investigación de crímenes por ellas cometidos.

En 2010, fue creada la Comisión Nacional de la Reforma Policial con el objetivo de: “promover, proponer y dar seguimiento al cumplimiento de las medidas, estrategias, planes y programas vinculados a la reforma de la Policía Nacional Civil, que permitan un proceso de modernización institucional orientado al fortalecimiento del estado democrático de derecho”.⁹²

Teniendo en cuenta el panorama, con el fin de comprender el proceso de transición en Guatemala en 2015, el presente análisis se estructura en cuatro pilares, la justicia, la memoria y la verdad, la reparación y las reformas institucionales. Los principales portales de noticias que se consultaron fueron *La Hora*, *Contra Poder*, *Pensa Libre*, *El País*, *Le Monde* y *The Guardian*.

Justicia

En el ámbito de la justicia, se destaca en 2015 el nuevo juicio contra el ex jefe de Estado y el dictador Ríos Montt. En 2013, Ríos Montt fue condenado

91. Información disponible en: <<http://www.pnr.gob.gt/>>. Acceso el 11 de enero 2016.

92. Más información en el sitio de la Comisión. Disponible en: <<http://www.cnrp.gob.gt/i/690-2/>>. Acceso el 11 de enero 2016.

a 80 años de prisión por los delitos de asesinato y desaparicimiento forzado, medida a la época considerada como un importante avance en la justicia de transición en América Latina, por ser el primer caso de genocidio juzgado por un tribunal nacional. Unos días más tarde, sin embargo, la Corte Constitucional revocó la condena y anuló todos los actos procesales hasta entonces. Un nuevo proceso tuvo que ser iniciado, centrándose en el genocidio de la población maya ixil y crímenes contra la humanidad. Para 2015, estaban previstas las etapas de tomada de testimonios y juzgamiento. El proceso, sin embargo, fue detenido de nuevo, después de la defensa tener presentado informe médico del Instituto Nacional de Ciencias Forenses que declaran Ríos Montt intocable debido a la demencia senil. Nuevo juicio debe iniciarse en 2016.

Dos fallecimientos en 2015 mostraron la lentitud de la justicia transicional en Guatemala. En marzo de 2015, murió Pedro Chávez Brito, uno de los testigos clave en el caso Montt (Palacios, 2015). A los diez años de edad, Chávez Brito fue testigo de la llegada de los soldados del ejército en busca de rebeldes en su comunidad, asesinando, entre otros civiles, su madre, su hermana y su sobrino. Chávez Brito fue el segundo testigo que vino a fallecer. El primero, Clemente Vásquez Mateo, testimonió en el primer juicio celebrado contra Ríos Montt. Su testimonio, sin embargo, perdió la validez con el reinicio del juicio.

En octubre, murió Héctor López Fuentes, general y jefe de Estado Mayor de Defensa durante el gobierno de Ríos Montt. Sin embargo, Fuentes ha sido acusado en 2013 por los crímenes de desaparición forzada, genocidio, secuestro y ejecución extrajudicial, y, así como Ríos Montt, se consideró incapaz de enfrentar el proceso judicial y permaneció prisionero durante cuatro años en el Centro Médico Militar, donde murió.

Al finalizar el año, estaban preparadas las capturas de 18 ex militares de alto rango, acusados de los delitos de desaparición forzada y de crímenes contra la humanidad. 14 de ellos son responsables de la desaparición de 558 personas encontradas en una fosa común clandestina en la Zona Militar nº 21 de Cobán Alta Verapaz. Hasta el momento, ha sido posible identificar a 97 personas que sufrieron desaparición forzada, a partir de análisis osteológico detallado realizado a las osamentas encontradas. La edad de las mismas: 22 infantes (0 a 3 años), 19 niños (4 a 12 años), 44 adolescentes (13 a 17 años), 129 adultos jóvenes (18 a 25 años), 314 adultos (26 a 29 años), 3 ancianos (mayores de 50 años), 22 individuos no determinado (debido a la erosión de los restos óseos) y 5 individuos (partes óseas como sub adulto menor a 18 años). Uno de los militares acusado de estos graves delitos es Benedicto Lucas García, jefe del Estado Mayor del ejército durante el gobierno de su hermano Romeo Lucas.

Los otros 4 militares son responsables de la desaparición forzada del niño Marco Antonio Molina Theissen. Uno de los implicados en este delito es Manuel Antonio Callejas, jefe de la dirección de inteligencia del Estado Mayor del ejército durante el gobierno de Lucas.

Memoria y Verdad

En 2015, se completó el decenio del descubrimiento de los archivos de la policía nacional guatemalteca. En 2005, después de una explosión en un depósito militar en la capital, una denuncia llevó a la Oficina de los Derechos Humanos a encontrar más de 80 millones de documentos que comprobaban la práctica de graves violaciones de los derechos humanos por parte de las fuerzas de seguridad. Al año siguiente, uno de los proyectos de recuperación de archivos fue elaborado en colaboración con la Universidad de Texas, con el fin de garantizar la seguridad y la transparencia del acervo (Coelho; Reginatto, 2015, p. 20). Hasta ahora, este archivo ha logrado digitalizar 16 millones de folios que corresponden al período más cruento de la dictadura militar entre los años 1975 a 1985.⁹³

Durante este tiempo el archivo de la Policía Nacional ha respondido a solicitudes de información y peritajes de casos de desaparición forzada y ejecuciones extrajudiciales ocurridas en los años de las dictaduras militares, como la elaboración de análisis archivístico del caso Luz Leticia Hernández y Ana María López Rodríguez; el peritaje de documentos con el caso de Saenz Calito, Paredes Chegüen, Carlos Ernesto Cuevas Molina, Oto René Estrada Illescas, Rubén Almicar Farfán, Gustavo Adolfo Fuentes Castañón, Marco Antonio Molina Tehissen, Héctor Elirio Interiano Ortiz, de la Masacre de la Embajada de España, del Cortejo Fúnebre del 2 de febrero y de muchos casos más de desaparición forzada.

Reparación

En el año de 2015, en el ámbito del Programa Nacional de Resarcimiento, fueron realizadas, de acuerdo con comunidades oficiales del gobierno guatemalteco, acciones de reparación cultural, exhumaciones y dignificaciones de las víctimas del conflicto armado. Son ejemplos la dignificación de Argilio Gómez y Juan Cifuentes Mérida, en diciembre, y las acciones de rescate cultural de las comunidades tradicionales en Rabinal, en noviembre.⁹⁴ Sin embargo, el programa de reparaciones se enfrenta a una severa crisis que se expresa en estos datos: de 54.952 reclamos presentados por las víctimas de

93. La información puede ser consultada en: <<http://archivohistoricopn.org>>.

94. La información puede ser encontrada en el sitio oficial del Programa Nacional de Resarcimiento Guatemala. Disponible en: <<http://www.pnr.gob.gt/index.php/bol-pnr?limitstart=0>>. Acceso el 11 de enero 2016.

violaciones a los derechos humanos que constan en expedientes abiertos, solo han sido atendidas 16.440 solicitudes (29.92%), en su gran mayoría con medidas individuales y están en espera 38.512 peticiones (70.08%).⁹⁵ A esto se le deben sumar las peticiones colectivas, donde los porcentajes de cumplimiento tienden a ser menores. De 300 millones de quetzales asignados al programa de reparaciones por Acuerdo Gubernativo, para el año 2016, únicamente 25 millones serán ejecutados.⁹⁶

Reformas Institucionales

En diciembre de 2015, fue entregado el Informe Final y Rendición de Cuentas de la Comisión de Reforma Policial de la Policía Nacional Civil. Entre otras medidas, el informe propone la implementación de un Modelo Policial de Seguridad Integral Comunitaria y el fortalecimiento de la inspectoría de la policía civil.⁹⁷

Referencias

ARRIAZA, Naomi Roht. América Central: o sistema interamericano e a responsabilização de crimes internacionais. In: SILVA, José Carlos Moreira da; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo (Coord.). **Justiça de transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BRETT, Roddy. **Movimiento social, etnicidad y democratización en Guatemala: 1985-1996**. Guatemala: F&G, 2006.

CEH – COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO/ COMMISSION FOR HISTORICAL CLARIFICATION. Conclusiones: La tragedia del enfrentamiento armado interno. In: _____. Guatemala: memoria del silencio. Guatemala, 1999a. Disponible en: <http://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf>

CEH – COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO/ COMMISSION FOR HISTORICAL CLARIFICATION. Guatemala: memoria del silencio. Guatemala, 1999b. Disponible en: <http://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf>

95. Información oficial proporcionada por la oficina de Acceso a la Información del Programa Nacional de Resarcimiento. Octubre 2015.

96. El tipo de cambio es de 7,60 por dólar.

97. Informe Final y Rendición de Cuentas. Disponible en: <<http://www.cnrp.gob.gt/i/informe-final-y-rendicion-de-reforma-policial/>>. Acceso el 11 de enero 2016.

CICIG – COMISIÓN INTERNACIONAL CONTRA LA IMPUNIDAD EN GUATEMALA. Recomendaciones de Reforma Institucional. Guatemala, [s.d.]. Disponible en: <<http://www.cicig.org/index.php?page=reforma-institucional>>

COELHO, Anelise Suzane; REGINATTO, Ana Carolina. **Taller (Segunda Época)**. Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, v. 4, n. 5, p. 9-23, 2015. Disponible en: <<http://tallersegundaepoca.org/taller/article/view/97/107>>.

DOYLE, Kate. **The Guatemalan Police Archives**. Washington: National Security Archive, 21 nov. 2005. On-line. (National Security Archive Electronic Briefing Book, n. 170). Disponible en <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB170/index.htm>>.

PALACIOS, Claudia. Testigos mueren sin participar en nuevo juicio por genocidio. **La Hora**, Guatemala, 13 mar. 2015. Disponible en: <<http://lahora.gt/testigos-mueren-sin-participar-en-nuevo-juicio-por-genocidio/>>.

VÍTIMAS de conflicto armado na Guatemala poderiam chegar a 600 mil. **UOL Últimas Notícias**, São Paulo, 9 ago. 2006. Disponible en: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/08/09/ult1807u29754.jhtm>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

**Ana Carolina Lopes Leite Borges, Claudia Paiva Carvalho e
Hellen Cristina Rodrigues de Freitas**
Secretaria da RLAJT^{98 99}

HISTÓRICO

En el contexto latinoamericano, México presenta una experiencia peculiar al momento de hablar de justicia de transición, en vista de los períodos históricos abarcados, los actores involucrados y los conflictos subyacentes al legado de abusos contra los derechos humanos en el país. Según Valeria Moscoso, representante de la Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos en el II Congreso Internacional de Justicia de Transición de la RLAJT, es posible identificar al menos “tres momentos de represión en el país y una grave crisis de violación a los derechos humanos en la actualidad”.¹⁰⁰ Esa coyuntura ha pautado la necesidad de mecanismos de justicia de transición para hacer frente a la violencia que se practica en México, tanto en el pasado como en el presente.

El primer momento represivo es conocido como Guerra Sucia y ocurrió entre finales de la década de 1960 hasta los inicios de la década de 1980. Ese momento fue precedido por un período en el que México había logrado un considerable crecimiento económico, lo que derivó, sin embargo, en la concentración de renta y un empeoramiento de la desigualdad social en el país. En este escenario de crisis,¹⁰¹ hubo levantamientos de varios sectores sociales, con demandas de mejores condiciones de vida y reivindicaciones por tierra, educación, salud y trabajo.

98. El texto contó con la revisión y aportes de la Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos – México.

99. Texto traducido por Julia Guerin, en colaboración con la RLAJT.

100. II Congreso Internacional de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición, 5 nov. 2015, Brasilia. Los videos están disponibles en: <http://www.rljat.com/videos>.

101. Durante los años 1960, Guerrero fue el Estado más pobre del país con población predominantemente rural y analfabeta. Más del 90% de la población no tenía agua corriente y poco más del 20% tiene electricidad.

El período de la Guerra Sucia se caracterizó por respuestas represivas del Estado frente a las demandas sociales y políticas de diversos grupos de la población mexicana, que afectaron, entre otras, a la población del Estado de Guerrero. De acuerdo con la cifra reportada en el informe publicado por el Archivo de Seguridad Nacional, 789 personas desaparecieron¹⁰² por consecuencia de la acción represiva. Tal cuantitativo, sin embargo, es refutado por los grupos de la sociedad civil y las organizaciones de derechos humanos que apuntan a un mayor número de víctimas.

Es importante destacar la actuación del movimiento estudiantil mexicano en ese período, inspirado en los movimientos sociales que ocurrían en otros países, como la Revolución Cubana y el movimiento estudiantil Francés de Mayo de 68 (Doyle, 2006b). Uno de los casos paradigmáticos de la represión estatal contra el movimiento estudiantil fue la Masacre de Tlatelolco (Doyle, 2006c), que tuvo lugar el 2 de octubre 1968, cuando el Ejército abrió fuego contra cientos de manifestantes reunidos pacíficamente en una plaza pública y mató a unas 300 personas, con un saldo de desaparecidos que hasta la actualidad no se tiene contabilizado. Este número también es cuestionado por los sectores de la sociedad civil, lo que refuerza la falta de fiabilidad de los datos oficiales (Troncoso, 2008).

En vista de la naturaleza sistemática de violaciones de derechos humanos, y en particular de la desaparición forzada, los crímenes que ocurrieron en el período de la Guerra Sucia son considerados crímenes contra la humanidad. A pesar de las quejas de organizaciones civiles y de la obligación del Estado mexicano de garantizar el acceso a la justicia, las respuestas estatales ante las violaciones practicadas han sido inconsistentes. Esto se debe en parte por la falta de un marco legal de acuerdo con la Convención Americana de Derechos Humanos, que es obstaculizado por el hecho de que, en México, cada una de las 32 entidades federativas tiene su propio Derecho penal. Algunos aspectos legislativos pueden destacarse como barreras a la búsqueda de la justicia, como: la ausencia de tipificación para el delito de desaparición forzada en casi la mitad de las entidades federativas; la falta de armonización de los códigos penales de acuerdo con la Convención; y la existencia de regímenes de prescripción en algunos códigos penales, que refuerzan la impunidad con respecto a los crímenes del pasado (Centro Prodh, 2014).

102. El listado con las 789 víctimas identificadas como desaparecidas se puede encontrar en el informe disponible en: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/index2.htm>>.

Entre 1990 y 2000, se puede identificar un segundo momento represivo en el país. Varios movimientos guerrilleros, como el movimiento Zapatista de Liberación Nacional, reforzaron sus actividades, frente a lo que el Estado respondió cometiendo crímenes de tortura, desaparición y ejecuciones arbitrarias. Las cifras de víctimas de este período son escasas y poco accesibles.

En 2000, por la primera vez desde 1929, el Partido Revolucionario Institucional (PRI) fue derrotado por el candidato de la Alianza por el cambio,¹⁰³ Vicente Fox. El cambio político creó una expectativa de progreso en la búsqueda de la verdad, ya que la promesa de esclarecer los crímenes cometidos en la Guerra Sucia había sido una bandera de campaña de Fox. En 2001, la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH) emitió la Recomendación 26/2001¹⁰⁴ al Estado mexicano, en la que recomienda la creación de una Fiscalía especial para el reconocimiento de los crímenes del pasado y para la garantía de todos los medios legales para garantizar la no repetición.

Siguiendo la recomendación de la CNDH, la Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (Femospp) fue creada. La Femospp duró cinco años e investigó la Guerra Sucia en el Estado de Guerrero y otras entidades, así como la masacre de los estudiantes de Tlatelolco en 1968. La investigación también documentó 789 casos de desaparición forzada, pero no se menciona en qué condiciones ocurrieron o el lugar de las desapariciones de las víctimas. El informe completo producido como resultado de los trabajos nunca se publicó,¹⁰⁵ y después de pasado su período de funcionamiento, la Femospp fue abolida por decreto presidencial.

El tercer momento represivo en México se extiende hasta nuestros días y tiene como punto de partida la llegada al poder de Felipe Calderón (2006-2012) y la declaración abierta de una de “guerra contra las drogas” por el gobierno. En un contexto de violencia generalizada, México actualmente registra una cifra de 27.659 personas desaparecidas y más de 287.358

103. Los partidos que formaban la alianza que dio la victoria a Vicente Fox fueron el Partido Acción Nacional (PAN) y el Partido Verde Ecologista de México (PVEM).

104. Informe de las recomendaciones sobre las desapariciones políticas en México realizadas por la CNDH en 2001. Disponible en: <<http://indicadorpolitico.mx/images/pdfs/documentos/cndh-informe.pdf>>.

105. Las razones de que el informe no fue público en su totalidad se presentan en Quezada e Rangel (2007, p. 728). Parte del informe está disponible a través del The National Security Archive (Doyle, 2006d).

personas víctimas del desplazamiento forzado,¹⁰⁶ además de las altas cifras de homicidios, ejecuciones y tortura. Aunque la lucha contra los cárteles de drogas no sea un fenómeno nuevo en México, de acuerdo con el Informe sobre desplazamiento forzado elaborado por la Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos (CMDPDH) en 2014, al analizar la violencia en el país después de 2006, es posible identificar tres factores que empeoraron el cuadro:

- 1) la estrategia de seguridad puesta en práctica por el gobierno de Calderón, que se basa en una política de confrontación abierta contra el tráfico de drogas y en la utilización de “operativos conjuntos”¹⁰⁷, en que participaban la Marina, la Policía Federal y la Policía local;
- 2) la disputa por las rutas de distribución de drogas se hizo más intensa; y
- 3) tanto la estrategia de seguridad como la disputa por rutas provocaron la fragmentación de los cárteles, lo que estimuló la proliferación de grupos más pequeños con subdivisiones (CMDPDH, 2014).

La población civil fue expuesta y ha sufrido con los crímenes cometidos por los cárteles, en la medida en que buscan expandir su control y el territorio. Sin embargo, la respuesta del gobierno de llevar el ejército a las ciudades para combatir la delincuencia se percibe como un factor que crea aún más inseguridad, ya que violaciones de derechos humanos son cometidos sistemáticamente por las fuerzas del Estado, que funciona a partir de las doctrinas de seguridad nacional y de “enemigo interno”. Como resultado de ello, miles de personas son víctimas tanto de miembros del crimen organizado como de agentes estatales.

Desde 2006, la guerra contra las drogas ha dejado más de 100 mil muertos, y la tasa de denuncias de tortura aumentó exponencialmente.¹⁰⁸ Según datos de la propia Comisión Nacional de los Derechos Humanos

106. Información del Registro Nacional de Personas Extraviadas y o Desaparecidas. La cifra corresponde a la suma del ámbito federal y local. La cifra presenta el total de registros de personas relacionadas con averiguaciones previas del fuero común que permanecen sin localizar al corte del 31 de octubre del 2015, distribuidas por año, más el total de registros de personas relacionadas con averiguaciones previas del fuero federal iniciadas en el período comprendido entre enero de 2014 y diciembre de 2015, y que permanecen sin localizar al corte del 31 de diciembre de 2015.

107. Parte instrumental de la estrategia de seguridad para combatir el crimen organizado.

108. Según Valeria Moscoso representante de la CMDPDH hubo un aumento del 500% de denuncias en casos de tortura desde 2006 y que el país tiene una tasa de impunidad del 98%. El Congreso Internacional de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional, 2015, Congreso. Brasilia (Comunicación oral).

(CNDH), en 2014 se había registrado un incremento superior al 500% en las quejas por casos de tortura, esto a pesar de la CNDH haber sido acusada de no registrar debidamente las quejas frente a este tipo de delito (Servín, 2014; La tortura..., 2013; CMDPDH, 2014; Insyde; CMDPDH; CCDH, 2014); asimismo, diversos datos oficiales – de la Secretaría de Gobernación (Segob) y del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (Inegi) – e informaciones de organizaciones de la sociedad civil han hablado de una cifra de alrededor de 121 mil personas muertas sólo durante el sexenio de Calderón, sin contar aquellos que se han sumado en los años de administración de Enrique Peña Nieto (Más de 121..., 2013; La guerra..., 2014; Leal, 2011).

Los datos actuales muestran que México es uno de los países con mayor impunidad en el mundo.¹⁰⁹ De acuerdo con el Índice Mundial de la Impunidad del Centro de Estudios sobre Impunidad y Justicia de la Universidad de Las Américas Puebla (UDLAP), publicado en 2015, México ocupa la posición 58ª de 193 estados miembros de las Naciones Unidas en el ámbito de la impunidad. El país también es el penúltimo entre los 59 países con informaciones suficientes para calcular el índice global de impunidad.

En vista de esa historia represiva, se puede identificar algunos marcos vinculados con la justicia transicional en México:

- 2001 – Creación de la Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (Femospp), siguiendo la Recomendación 26/2001 de la CNDH al Estado mexicano sobre la creación de un Ministerio especial para investigar los crímenes cometidos durante el período de la Guerra Sucia.
- 2009 – La Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) declaró la responsabilidad del Estado mexicano sobre el caso Rosendo Radilla Pacheco (Corte IDH, 2009), líder social del municipio de Atoyac, Estado de Guerrero, desaparecido en 1974. Se destaca la relevancia del caso en vista del reconocimiento por parte de la Corte de que el contexto en el que ocurrió el crimen era de una práctica sistemática de violaciones de derechos humanos. El fallo en el caso Radilla estimuló la creación de un área especial en la Procuraduría General de la Presidencia para procedimientos penales especiales reconocidos por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y la Corte Interamericana de Derechos Humanos.
- 2011 – Reforma constitucional en materia de Derechos Humanos, que incorporó al artículo 1º de la Constitución (México, 2016) el

109. Índice global de impunidad – IGI 2015, publicado por el Centro de Estudios sobre Impunidad y Justicia (Ortega; Lara, 2015).

principio de que las normas relativas a los derechos humanos deben interpretarse de conformidad con la Constitución y con los tratados internacionales sobre la materia, siempre a favor de la protección de las víctimas (Meza, 2012).

- 2011 – Creación de la Comisión de la Verdad del Estado de Guerrero para investigar violaciones de derechos humanos cometidas durante la Guerra Sucia (1969 a 1979).
- 2013 – Promulgación de la Ley General de las Víctimas, que busca proporcionar protección a la dignidad y a los derechos humanos, así como la reparación del daño causado a las víctimas tanto de violaciones a derechos humanos como de la violencia del crimen organizado (México, 2013).
- 2014 – Publicación del Informe Final de la Comisión de la Verdad del Estado de Guerrero (Comverdade, 2014).

A pesar de las medidas adoptadas, la continuación de la violencia a través de la guerra contra el narcotráfico, la falta de legislación para penalizar de manera eficiente las violaciones a los derechos humanos, la insuficiencia de las investigaciones, juicios y castigo de los agentes responsables por crímenes contra la humanidad y el elevado número de víctimas de desaparición forzada – aún más preocupante teniendo en cuenta la fragilidad de los datos disponibles – revelan que México todavía enfrenta una “verdadera carencia de justicia de transición”, como dice Lucía Chávez, de la Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos (Chávez, 2015).

Trazado este contexto, el objetivo de este informe es presentar los hechos relevantes que marcaron el año 2015 en México y que pueden vincularse al campo de la justicia transicional. La fuente principal de la investigación de los hechos fue la página web de la Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos (CMDPDH) y otras noticias que ganaran proyección en los principales periódicos. El informe está organizado de acuerdo con los pilares asociados a la justicia de transición: Memoria y Verdad; Justicia; Reparación; y Reformas Institucionales.

Memoria y Verdad

La mayor repercusión en el campo de la demanda de verdad y no olvido se relaciona con el caso de los 43 estudiantes de Ayotzinapa desaparecidos en septiembre de 2014. El gobierno de México sustenta la versión de que los cuerpos de los estudiantes habrían sido incinerados por miembros del cártel Guerrero Unidos en un depósito de basura en la ciudad de Cocula,

cerca de donde desaparecieran. Sin embargo, un equipo de profesionales denominado Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (Giei), fue designado por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos para analizar el caso y han puesto en duda esta versión de los hechos. En el informe entregado el 6 de septiembre, los expertos han asegurado que no hay pruebas de que un incendio de esta magnitud se hubiera producido en el lugar mencionado, ni signos de que los estudiantes tengan sido incinerados allí. El grupo también concluyó que, el 26 de septiembre 2014, ocurrió “un ataque masivo” (Nájar; Paullier, 2015) en que tuvieron lugar 6 ejecuciones extrajudiciales y 43 desapariciones forzadas.

Durante 2015, los padres de los 43 estudiantes desaparecidos persistieron en la búsqueda por respuestas sobre el paradero de sus hijos y anunciaron una huelga de hambre (Padres..., 2015) con el propósito de presionar a las autoridades de otros países para hablar a favor de la solicitud de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos que solicitara la autorización del gobierno para realizar entrevistas con los militares del Batallón 27 de Iguala, ciudad donde los jóvenes fueron llevados durante un enfrentamiento entre la policía y los narcotraficantes. Sin embargo, la demanda por las entrevistas no fue autorizada por el Estado mexicano o consentida por el Ejército (Expertos..., 2015).

En el mes de julio, el Gobierno de México confirmó el descubrimiento de 60 fosas clandestinas durante la búsqueda de los estudiantes desaparecidos. Según fuentes oficiales, la prospección resultó en el descubrimiento de 129 cuerpos. Los trabajos comenzaron en octubre de 2014 y hasta el 13 de julio de 2015, de acuerdo con el anuncio de la Fiscalía General, solamente 16 de los cuerpos localizados habían sido identificados (LLano, 2015; Jade, 2014).

El 26 de septiembre de 2015, en memoria del primer aniversario de la desaparición de los 43 estudiantes de Ayotzinapa, miles de personas salieron a las calles para protestar por justicia y no olvidar del caso. La marcha duró más de cinco horas y su principal objetivo fue el clamor por justicia. La manifestación fue regada por canciones que demostraban la indignación delante de la impunidad y la indiferencia de las autoridades. Después de un año, el caso sigue sin respuesta oficial sólida.

Otro hecho relevante sobre los obstáculos a la recuperación de la memoria histórica en México fue la imposición de restricciones al acceso de documentos sobre la Guerra Sucia. Los archivos sobre el período habían sido desclasificados y estaban abiertos a consulta pública desde el año 2002. Sin embargo, en marzo de 2015, el Archivo General de la Nación (AGN), derivado de una reforma a la Ley de Archivos, limitó el acceso,

permitiendo sólo acceso a versiones públicas (testadas) de los documentos (Rosas, 2015).

Justicia

Además de las demandas por justicia en el caso Ayotzinapa, otros acontecimientos relevantes ocurrieron en 2015. La justicia mexicana condenó por la primera vez a un militar por desaparición forzada, en caso juzgado el 18 de mayo. El crimen ocurrió el 20 de mayo de 2012, en el municipio de Los Herreras, cuando la víctima fue privada de su libertad por la acción de un suboficial del Ejército y continúa desaparecida desde entonces. Además de la prisión, el militar fue destituido de su cargo y prohibido de ejercer otro cargo público por 15 años (Tribunal..., 2015). La condena ocurrió en el marco de la desaparición de miles de personas y de una impunidad crónica en torno a la investigación, procesamiento y sanción de esas desapariciones. No obstante, la sentencia es clara en afirmar que los hechos controvertidos fueron “conductas aisladas”, en un afán de las autoridades de negar el contexto generalizado de la desaparición forzada.

En tal sentido, es importante referir que en febrero de 2015 el Comité contra la Desaparición Forzada de la Organización de las Naciones Unidas reconoció un contexto de desapariciones generalizadas en gran parte del territorio mexicano, muchas de las cuales pueden considerarse como desaparición forzada (Comité contra la Desaparición Forzada, 2015). Cabe reiterar, que actualmente la cifra oficial registra 27.659 personas “extraviadas” o desaparecidas.¹¹⁰

En el tema de la tortura, en una decisión histórica en el mes de octubre, el Comité contra la Tortura de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) reconoció que el Estado mexicano fue responsable por las torturas perpetradas por miembros del ejército (CMDPDH, 2015a). El caso se refiere a las torturas cometidas contra 4 hombres en el estado de Baja California, en junio de 2009. Organizaciones defensoras de derechos humanos presentaron una denuncia contra el Estado de México en marzo de 2012, y la Organización de las Naciones Unidas (ONU), a través de su Comité contra la Tortura, exigió la adopción de medidas de reparación a las víctimas por violar los artículos de la Convención contra la Tortura ratificada por el país. El gobierno mexicano se vio obligado también

110. Información del Registro Nacional de Personas Extraviadas y o Desaparecidas. La cifra corresponde a la suma del ámbito federal y local. La cifra presenta el total de registros de personas relacionadas con averiguaciones previas del fuero común que permanecen sin localizar al corte del 31 de octubre del 2015, distribuidas por año, más el total de registros de personas relacionadas con averiguaciones previas del fuero federal iniciadas en el período comprendido entre enero de 2014 y diciembre de 2015, y que permanecen sin localizar al corte del 31 de diciembre de 2015.

a investigar, juzgar y sancionar a los responsables por las violaciones cometidas, y enviará al Comité, dentro de 90 días, informaciones sobre las medidas adoptadas.

Cerca de 20 días después de la decisión de la ONU, la Procuraduría General de la República anunció la creación de una unidad especializada de investigación para el crimen de tortura. La unidad tendrá la facultad para dirigir, coordinar y supervisar las investigaciones sobre el delito de tortura, cuando atribuido a servidores públicos (PGR..., 2015).

El contexto de la tortura en México es alarmante. Tan sólo en el ámbito federal, en el período del 1 de diciembre de 2006 al 31 de diciembre de 2014 se recibieron en la CNDH 104 quejas y se emitieron 79 recomendaciones por tortura; además, se recibieron 4.404 relacionadas con tratos crueles, inhumanos o degradantes. En la Procuraduría General de la República¹¹¹ se recibieron 4.055 denuncias relacionadas con actos de tortura, sólo 11 se consignaron (judicialización)¹¹² y únicamente en ese período se emitieron 5 sentencias.

Reparación

Con respecto a la cuestión de la reparación por delitos cometidos en la década de 1990, 21 años después del episodio y gracias a la presión de organizaciones de sociedad civil y las propias víctimas, México firmó un acuerdo de reparación a las víctimas de un caso de tortura y ejecución en Chiapas, conocido como caso Ejido Morelia. Representantes del Gobierno del Estado de Chiapas, de la Secretaría de Relaciones Exteriores y de la Secretaría del Gobierno estuvieron en el municipio de San Cristóbal de las Casas para firmar un acuerdo con las víctimas. El llamado Acuerdo de Cumplimiento es parte de las recomendaciones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) e incluye medidas de reparaciones de daño moral, atención médica y psicológica, disculpas públicas, entre otras obligaciones (CIDH, 1998).

El caso Ejido Morelia se refiere a hechos ocurridos el 7 de enero de 1994, cuando los agentes del Ejército entraron en la comunidad indígena de Morelia, Municipio de Altamirano, en el Estado de Chiapas, y detuvieron a varios hombres. Tres habitantes fueron retirados del grupo y llevados a una iglesia, donde fueron torturados y llevados en un vehículo. Cuatro días después, sus cuerpos fueron encontrados en una estrada a camino de la comunidad (CMDPDH, 2015b).

111. Representa a la fiscalía a nivel federal.

112. Solicitudes de información pública a PGR, folios: 0001700300414, 0001700020615 y 0001700020615.

Reformas Institucionales

Desaparición forzada y tortura

El 27 de abril, el Congreso del Estado de Nuevo León aprobó la Ley de Declaración de Ausencia por Desaparición. El documento debe garantizar una protección especial a las familias de personas que están desaparecidas y que actualmente se encuentran en grave estado de vulnerabilidad. Algunos beneficios otorgados por la ley son:

- 1) las familias de funcionarios públicos víctimas de desaparición podrán seguir teniendo los beneficios de la seguridad social; y
- 2) familiares de personas desaparecidas podrán realizar procedimientos con mayor facilidad, como el registro de nacimientos y representaciones legales, aunque las autoridades continúen con la búsqueda.

En junio, la Comisión Permanente del Congreso aprobó una reforma constitucional en materia de desaparición forzada y tortura en el país. La reforma confiere al Congreso facultad de promulgar leyes que establecen los tipos penales y las penas para los delitos de tortura y desaparición forzada de personas (Cámara de Diputados, 2015). La reforma pretende unificar el tipo penal y las sanciones correspondientes a esos delitos y distribuir competencias entre la federación y las entidades federativas. Después de reiteradas presiones de la ONU y organizaciones de la sociedad civil,¹¹³ en diciembre, el presidente Enrique Peña Nieto presentó al Congreso dos proyectos de ley: sobre tortura, tratos crueles, inhumanos o degradantes y sobre desaparición forzada. El ejecutivo para ambas leyes recibió números insumos de las organizaciones y expertos en la materia, no obstante, el proyecto presentado no es coincidente con estándares internacionales en materia de prohibición de la tortura y la desaparición forzada y protección contra esos crímenes.

Jurisdicción militar

El 13 y 14 de mayo, la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) emitió dos resoluciones en el ámbito de la supervisión del cumplimiento de sentencias proferidas en 2009 y 2010 contra el Estado mexicano. En las sentencias, la Corte IDH consideró que el Código de Justicia Militar abarcaba delitos y bienes jurídicos que no eran propios del ámbito castrense.

113. Sobre las reclamaciones de las familias y las demandas de mayor participación y discusión del proyecto de ley sobre desaparición forzada, consulte Ballinas, Becerril e Román (2015).

Para poner en práctica las decisiones, el Congreso mexicano aprobó reformas en el Código, el 30 de abril de 2014, pero fueron consideradas insuficientes. La Corte IDH señaló las limitaciones de la legislación que se encontraban en evidencia desde la masacre Tlatlaya, cuando la Secretaría de la Defensa Nacional (Sedena) confirmó el juzgamiento de ciertos crímenes cometidos por militares en fuero militar. La conservación de la jurisdicción militar en estos casos crea problemas, tales como la posibilidad de pérdida de pruebas, juicios paralelos y conclusiones opuestas. Las resoluciones de la Corte IDH también reiteran que todos los casos de violación a los derechos humanos y cualquier delito que afecta a bienes distintos de la disciplina militar deben ser juzgados en un tribunal civil (CMDPDH, 2015c).

Militarización de la seguridad pública

En el mes de junio, la CMDPDH solicitó a los países miembros del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas que pidan al Estado mexicano la investigación y punición de todos los casos de ejecuciones extrajudiciales que ocurren en el país. De acuerdo con la declaración de la CMDPDH, los niveles de violencia son alarmantes: la estrategia de seguridad con el uso de la fuerza letal en el país causó más de 102 mil homicidios intencionales en el período de 2006 a 2012. Cerca de 70 mil de esos casos estaban relacionados con el tráfico de drogas. La CMDPDH resaltó, todavía, la importancia de la creación de leyes y mecanismos para prohibir el uso de la fuerza letal por parte de las fuerzas de la seguridad (CMDPDH, 2015d).

Datos oficiales, obtenidos por la CMDPDH confirman que el uso de la fuerza letal en el país ha sido utilizado de manera excesiva. Tan solo del 13 de enero de 2007 al 5 de abril 2014 se tiene registrados por el Ejército mexicano 3.557 enfrentamientos,¹¹⁴ en los cuales resultaron fallecidos 209 militares, 3.907 agresores y 60 víctimas ajenas a los hechos. Heridas, 1.184 militares; 1.061 agresores y 213 víctimas ajenas a los hechos heridas y detenidos 3.946 “agresores”.¹¹⁵

A partir de estas cifras, en un estudio sobre el índice de letalidad en México se reveló que la letalidad de las fuerzas federales se mantiene en valores altos (Correa; Forné; Rivas, 2015). Según los autores, “la muerte de más de 10 o 15 civiles por cada agente de seguridad fallecido

114. Solicitud de información folio: 0000700016315.

115. Solicitud de información folio: 0000700003715. El período abarca al 5 de abril de 2014 debido a que la Secretaría de la Defensa Nacional (Sedena) argumenta que es la PGR quien da seguimiento a los rubros sobre muertos y heridos a partir de esa fecha.

en enfrentamientos sugiere que la fuerza letal se está usando más allá de lo necesario”. Para el Ejército, “de acuerdo con datos oficiales, el valor más elevado del indicador ocurre en 2011 (32.4). Pero desde 2009 hasta 2013 se supera el umbral de preocupación de más de 15 civiles muertos por cada miembro de la fuerza de seguridad muerto”. El estudio concluyó afirmando que los índices expuestos “alertan sobre el uso excesivo y desproporcionado de la fuerza letal como posible patrón de comportamiento de las fuerzas federales”.

Ante este panorama, podemos concluir que en México no es posible hablar exactamente de lo que entendemos por justicia transicional pues, aun cuando se han dado situaciones o casos en donde parece haber avances, a nivel estructural las condiciones que generan la violencia y violaciones se mantienen y profundizan, develando, más bien, una política de “simulación”.

En el contexto mexicano donde predomina la falta de justicia y una impunidad prácticamente endémica, relacionada por un lado con los delitos “del pasado” pero que, al dejar estos sin una respuesta y resolución adecuadas, nos ha llevado a que las condiciones permanezcan y se cronifiquen en la actualidad, generando cada vez más violaciones graves a derechos humanos.

LOS RETOS DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN MÉXICO EN EL PERÍODO DE LA GUERRA SUCIA

Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos México

México no es la excepción al hablar de conflictos sociales en la región de Latinoamérica que han dejado numerosas víctimas de violaciones graves a derechos humanos. En este documento nos referiremos al período de la Guerra Sucia en México. La delimitación territorial será el Estado de Guerrero y concretamente haremos referencia al municipio de Atoyac de Álvarez. El ámbito temporal que se tocará en el texto, va de los años 1960 a principios de los 1980.

Posterior al análisis del contexto general del conflicto en el espacio temporal al que haremos referencia, nos centraremos en las acciones jurídicas que se han emprendido en torno al tema. Luego, mencionaremos algunos retos actuales que se tienen para el avance de la justicia transicional en el tema que se trata.

La Guerra Sucia en México

La Guerra Sucia en México fue un período de conflicto armado comprendido entre los años 1960 y principios de los 1980. Lo que generó ese conflicto en el Estado de Guerrero y en particular en el municipio de Atoyac fue la contradicción entre la posesión de la tierra, el control sobre los productos de la tierra y los mecanismos para quedarse con los beneficios de la producción, posteriores al reparto agrario y las esperanzas que ello generó en la fuerza trabajadora campesina posterior a la Revolución Mexicana (1910-1917).

El control en general del mercado y de la banca a favor de unos pocos caciques generó un sistema económico contrario a los intereses de la mayoría. En tal sentido, la contradicción de intereses entre los caciques y los campesinos y el apoyo del Estado hacia los primeros provocó un descontento de la mayoría que era campesina (Femospp, 2006, p. 5). Cuando las organizaciones sociales optaron por el empoderamiento político, los gobernantes descalificaron toda propuesta de cambio social que viniera de las organizaciones.

El Estado calificó y persiguió la lucha democrática como acto subversivo. Quienes buscaban un cambio por vías legales – de la gestión, de la participación democrática y del liderazgo social – fueron señalados como subversivos y agitadores, como guerrilleros, fueron perseguidos, muertos, desaparecidos o encarcelados. Por lo que a los movimientos sociales sólo quedó la vía de la rebelión, provocada por la persecución del Estado, particularmente por cuerpos de seguridad pública, en especial por el ejército.

Se tiene documentado que se solicitó el apoyo del ejército de manera oficial, motivando la solicitud en la subversión y la comisión de actos delictivos del Partido de los Pobres, que según las autoridades estaba ideológica, política y militarmente preparado. Así, se dijo que era necesario “emplear las mismas técnicas que ellos, utilizando fuerzas de golpeo que en forma clandestina actúan directamente en contra de los miembros ya identificados y ubicados, para quebrantarlos moral y materialmente, hasta lograr su total destrucción. Se requiere, para lograr lo anterior, el apoyo material y moral, por parte de las autoridades en todos los niveles” (Corte IDH, 2009, par. 151). Lo anterior, no contaba con algún sustento jurídico, no se acreditaba igualmente una situación de urgencia y gravedad que amenazara la seguridad del Estado.

En tal sentido, el período de la Guerra Sucia dejó varias deudas en materia de derechos humanos; se documentaron graves y sistemáticas violaciones a derechos humanos, una de las más notables fue la desaparición forzada de personas (Femospp, 2006; CNDH, 2001; Acnur, 2011).

El desarrollo del derecho a la verdad desde el plano jurídico

Desde los años 1990 se han emprendido acciones jurídicas en el plano nacional e internacional para la consecución de la justicia, entre otras, para el conocimiento y reconocimiento de la verdad de lo ocurrido.

Los débiles intentos para la consecución de la justicia transicional por parte del Estado han sido, en un primer momento, la emisión de una recomendación por parte de la Comisión Nacional de los Derechos Humanos (oficina del ombudsman nacional); posteriormente, diversas reformas legislativas que no han sido adecuadas o no han sido suficientes, por ejemplo la emisión de la Ley General de Víctimas y la reforma al Código de Justicia Militar.

En la recomendación que mencionamos, se analizaron las desapariciones forzadas ocurridas en la época de la Guerra Sucia, 293 casos correspondieron al Estado de Guerrero (CNDH, 2001). La recomendación se emitió el 27 de noviembre de 2001 y fue dirigida al entonces presidente de la República, Vicente Fox.

Entre otras cosas, se recomendó lo siguiente:

- a) se designe un fiscal especial, con el fin de que se haga cargo de la investigación y persecución, en su caso, de los delitos que puedan desprenderse de los hechos y el resultado se ponga a consideración de las autoridades judiciales;
- b) el establecimiento de un marco jurídico que garantice el respeto a los derechos humanos y el desempeño en estricto apego a los límites que para el ejercicio del poder se deben ajustar las autoridades, sobre todo las que tienen que ver con cuestiones de seguridad pública; y
- c) evitar por todos los medios legales que sucesos como los ocurridos se puedan repetir.

A partir de estas recomendaciones, se detonaron una serie de eventos que esbozaron un intento de consecución de la justicia. Es importante mencionar que esto se dio en un contexto de cambio de partido político en la presidencia de la República.

La investigación de los hechos de la Guerra Sucia

El 27 de noviembre del 2001, mediante un acuerdo presidencial,¹¹⁶ se creó la Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (Femospp), quien se encargaría de investigar los hechos relacionados con la Guerra Sucia – y además con la lucha estudiantil que ocurrió durante la época. Entre otros, el objetivo de su creación era generar una justicia de reconciliación por medio de la memoria y el acceso a la justicia de las víctimas, a través del esclarecimiento de hechos y en particular de los que tienen que ver con los desaparecidos por motivos políticos.

Tras cinco años de funciones en marzo de 2007 se extinguió la Femospp. Un logro de la Femospp fue la elaboración de un informe histórico-jurídico de la época. No obstante, el Estado lo consideró como de carácter reservado derivado de las investigaciones penales. Las versiones públicas del informe, dejan ver que la Femospp no logró esclarecer la suerte de las personas desaparecidas de manera individualizada, ni determinar las responsabilidades penales que surgieron de esos hechos violatorios de derechos humanos. No contó con los testimonios de los militares en activo de la época y se abocó mayormente a buscar en los archivos de la época evidencia documental.

116. Secretaría de Gobernación. Acuerdo por el que se disponen diversas medidas para la procuración de justicia por delitos cometidos contra personas vinculadas con movimientos sociales y políticos del pasado. Publicado en el Diario Oficial de la Federación el 27 de noviembre de 2001. Disponible en: <http://www.agn.gob.mx/pt/marco/Acu_medidas.pdf>.

Llegados a este punto, es importante hacer mención además, a un caso paradigmático de la época, el caso *Radilla Pacheco vs. México*. Es a través de éste que se ha logrado impulsar el contexto de la Guerra Sucia y las múltiples violaciones a derechos humanos. Particularmente, fue de gran impulso la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) sobre el caso, el 23 de noviembre de 2009. La Corte IDH dictó una sentencia en contra del Estado Mexicano por la desaparición forzada de Rosendo Radilla Pacheco, ocurrida en 1972 en el marco del período conocido como Guerra Sucia. La Corte reconoció que “el 25 de agosto de 1974 efectivos del Ejército [...] desaparecieron forzosamente al señor Rosendo Radilla Pacheco, en el marco de un contexto sistemático de numerosas desapariciones forzadas de personas” (Corte IDH, 2013, par. 1). La Corte IDH sentencia al Estado mexicano a investigar los hechos ocurridos al señor Radilla Pacheco, dentro del contexto de la Guerra Sucia.

Es así que la investigación sobre hechos ocurridos en la Guerra Sucia sigue abierta, actualmente en la Procuraduría General de la República (fiscalía nacional), en particular por hechos de desaparición forzada de personas ejecutada por elementos del ejército mexicano. No obstante, derivado de las investigaciones pareciera que lo único que queda es conformarnos con una verdad individual de los hechos, en México aún no existe la capacidad ni la voluntad de los operadores de justicia para hacer investigaciones de contexto. Además, las investigaciones individuales no siempre son imparciales y oportunas. Todas esas ausencias trastornan el conocimiento de la verdad de lo ocurrido.

Legislación en materia de desaparición forzada y jurisdicción militar

En el segundo punto de las recomendaciones hechas por la CNDH debemos referirnos a la adecuación legislativa necesaria en México ante los hechos atroces de la Guerra Sucia. Es importante mencionar que la Corte IDH también condenó al Estado por no tener un marco jurídico propicio para investigar hechos similares. Nos referiremos al tema del tipo penal sobre desaparición forzada y a la jurisdicción militar.

A pesar de que la recomendación de la CNDH se emitió en el 2001 y la sentencia de la Corte IDH en el año 2009, hasta ahora no existe en todos los Estados de la República mexicana el reconocimiento adecuado de la desaparición forzada de personas como un delito. Esto ha provocado que no se investigue oportuna y adecuadamente, pero además que no se reconozcan una serie de desapariciones forzadas no sólo de la época de la Guerra Sucia, sino actuales.

Fue hasta el año de 2015 que el Congreso de la Unión quedó facultado para expedir leyes generales, es decir, de aplicación nacional, que establezcan por lo menos los tipos penales y sanciones en materia de desaparición forzada de personas. Actualmente, el Congreso trabaja en la formulación de la ley en la materia. Desde la sociedad civil, hemos impulsado que en esa ley se incluyan diversos temas, entre otros: un tipo penal que sancione la desaparición forzada y la ejecutada por particulares bajo los más altos estándares internacionales; que establezca la responsabilidad de las y los superiores jerárquicos de conformidad con el Estatuto de Roma que crea la Corte Penal Internacional; la distribución de competencias entre la federación y los Estados para evitar la perpetuación de la impunidad; la obligación de hacer investigaciones de contexto, entre otros.

En cuanto al tema de jurisdicción militar, en cuatro casos de la Corte IDH contra México¹¹⁷ se ha hecho notar que es violatorio de derechos humanos el que militares sean juzgados en el fuero de guerra por la comisión de delitos constitutivos de violaciones a derechos humanos. Ante ello, en junio de 2014 se reformó el Código de Justicia Militar, entre otros, su artículo n° 57, para que delitos que constituyan graves violaciones a derechos humanos sean competencia del fuero civil.

No obstante, la mencionada reforma no fue adecuada ya que permite que los militares tengan injerencia en la recolección de pruebas tratándose de otros delitos, lo que permite que se rompa con la cadena de custodia y que se genere impunidad en los abusos militares bajo la justificación de su intervención en la seguridad pública.

Repetición de hechos violatorios a derechos humanos

La construcción de la justicia, hablando de hechos que tienen que ver con delitos del pasado, entre otras, tiene como finalidad evitar por todos los medios legales que sucesos como los ocurridos se puedan repetir.

En el caso de México, la falta de justicia, la permanencia de la impunidad y el ocultamiento de la verdad derivado de los hechos del pasado, ha traído como consecuencia que los hechos violatorios de derechos humanos queden impunes, pero también que nuevos hechos relacionados con graves violaciones a derechos humanos ocurran y que se perpetúe la impunidad.

117. Sentencias de la Corte Interamericana: i) *Cabrera García y Montiel Flores Vs. México* – en el que se condenó al Estado mexicano por la comisión de tratos crueles, inhumanos y degradantes en contra de dos campesinos ecologistas, cometida por elementos militares; ii) *Rosendo Cantú y otra Vs. México, Fernández Ortega y otros. Vs. México* – en ambos se condenó al Estado por la comisión de actos tortura y violación sexual, dichos actos ejecutados por elementos militares; y iii) y *Radilla Pacheco Vs. México* – sobre desaparición forzada cometida por elementos militares.

Esto se debe entre otros, a la falta de medidas legislativas que permitan investigar, procesar y sancionar efectivamente la comisión de violaciones a derechos humanos, pero además, las decisiones en materia de seguridad, como la militarización, la suspensión de garantías a partir del derecho penal del enemigo, la política antidrogas, entre otras.

El reto actual en México, hablando de la justicia transicional, es lograr el reconocimiento de que atroces hechos del pasado que constituyeron no solo delitos graves, sino graves violaciones a derechos humanos, pero además, el reconocimiento de los hechos presentes. Ello, debe ayudar al esclarecimiento de la verdad, por un lado y por otro a la consecución de la justicia.

En ese sentido, el gobierno mexicano debe dimensionar y reconocer el fenómeno de las violaciones graves a derechos humanos, calificadas en ocasiones como generalizadas, para que así se creen mecanismos para afrontar y erradicar ese fenómeno.

Referencias

ACNUR – LA AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **El Grupo de Trabajo sobre las desapariciones forzadas o involuntarias concluye su visita a México.** México, D.F., 31 mar. 2011. Disponible en: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2011/7492.pdf?view=1>>.

BALLINAS, Víctor; BECERRIL, Andrea; ROMÁN, José Antonio. Proponen ONG registro nacional de restos mortuorios. **La Jornada**, México, D.F., 3 sept. 2015. On-line. Disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/09/03/ong-entregan-al-senado-iniciativa-de-ley-sobre-desaparicion-forzada-6662.html#sthash.cYwWcRoB.dpuf>>.

CÁMARA DE DIPUTADOS. **Nota nº 10.999.** Emite Comisión Permanente aprobación de reforma constitucional en materia de desaparición forzada e involuntaria de personas, tras ser avalada por 19 congresos estatales. Ciudad de México, 17 jun. 2015. Disponible en: <<http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/Comunicacion/Agencia-de-Noticias/2015/Junio/17/10999-Emite-Comision-Permanente-aprobacion-de-reforma-constitucional-en-materia-de-desaparicion-forzada-e-involuntaria-de-personas-tras-ser-avalada-por-19-congresos-estatales>>.

CENTRO DE ESTUDIOS POLÍTICOS Y DE SEGURIDAD NACIONAL. **Recomendación de 2001 de la CNDH sobre desapariciones políticas.** Ciudad de México, 2001. Disponible en: <<http://indicadorpolitico.mx/images/pdfs/documentos/cndh-informe.pdf>>.

CENTRO PRODH– CENTRO DE DERECHOS HUMANOS MIGUEL AGUSTÍN PRO JUÁREZ et al. **Desapariciones forzadas durante la Guerra Sucia en México e impunidad.** Ciudad de México, 31 mayo 2014. Disponible en: <<http://fundar.org.mx/wp-content/uploads/2015/01/Prodh-et-al.pdf>>.

CHÁVEZ, Lucía. ¿Justicia transicional en México? **Blog da Rede**, Brasília, 2 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.rlajt.com/post/26/%C2%BFjusticia-transicional-en-m%C3%A9xico?.html>>.

CIDH – COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Informe nº 48/97.** Caso 11.411. Severiano y Hermelindo Santiz Gómez. “Ejido Morelia”, Ciudad de México, 18 feb. 1998. Disponible en: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/Mexico11.411.htm>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **CMDPDH solicita a Relator de Ejecuciones Extrajudiciales urja al Estado mexicano legislar en uso de la fuerza letal.** Ciudad de México, 23 jun. 2015d. Disponible en: <<http://cmdpdh.org/2014/06/la-tortura-en-mexico-sigue-siendo-una-constante-y-las-victimas-merecen-justicia/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **Desplazamiento interno forzado en México.** Ciudad de México, dic. 2014. Disponible en: <<http://www.cmdpdh.org/publicaciones-pdf/cmdpdh-desplazamiento-web.pdf>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **Fuero militar sigue violando derechos humanos en México: Corte Interamericana.** Ciudad de México, 18 may. 2015c. Disponible en: <<http://cmdpdh.org/2015/05/fuero-militar-sigue-violando-derechos-humanos-en-mexico-corte-interamericana/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **La tortura en México sigue siendo una constante y las víctimas merecen justicia.** Ciudad de México, 26 jun. 2014. Disponible en: <<http://cmdpdh.org/2014/06/la-tortura-en-mexico-sigue-siendo-una-constante-y-las-victimas-merecen-justicia/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **México es condenado por torturas en decisión histórica de la ONU: una gran victoria para las víctimas.** Ciudad de México, 9 oct. 2015. Disponible en: <<http://cmdpdh.org/2015/10/mexico-es-condenado-por-torturas-en-decision-historica-de-la-onu-una-gran-victoria-para-las-victimas-2/>>.

CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. **México se compromete a reparar a víctimas en Chiapas tras 21 años buscando justicia.** Ciudad de México, 13 nov. 2015. Disponible en: <<http://cmdpdh.org/2015/11/mexico-se-compromete-a-reparar-a-victimas-en-chiapas-tras-21-anos-buscando-justicia/>>.

CNDH – COMISSIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. **Recomendación de 2001 de la CNDH sobre desapariciones políticas.** Ciudad de México, nov. 2001. Disponible en: <<http://indicadorpolitico.mx/images/pdfs/documentos/cndh-informe.pdf>>.

COMITÉ CONTRA LA DESAPARICIÓN FORZADA. **Observaciones finales sobre el informe presentado por México en virtud del artículo 29, párrafo 1, de la Convención.** Geneva, feb. 2015. Versión avanzada no editada. Disponible en: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CED/Shared%20Documents/MEX/INT_CED_COB_MEX_19564_S.pdf>.

COMVERDAD – COMISIÓN DE LA VERDAD DEL ESTADO DE GUERRERO. **Informe final de actividades.** Chilpancingo de los Bravo, 15 oct. 2014. Disponible en: <<http://www.almomento.mx/images/InformeFinalCOMVERDAD.pdf>>.

CORREA, Catalina Pérez; FORNÉ, Carlos Silva; RIVAS, Rodrigo Gutiérrez. Índice de letalidad. Menos enfrentamientos, más opacidad. **Nexos**, México, D.F., 1 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.nexos.com.mx/?p=25468>>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Radilla Pacheco vs. Estados Unidos Mexicanos.** Sentencia de 23 de noviembre de 2009 (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). San José, 23 nov. 2009. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_209_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.** Caso Radilla Pacheco vs. México. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. San José, 14 mayo 2013. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/radillapacheco_14_05_13.pdf>.

DOYLE, Kate. **Informe documenta sobre 18 años de “Guerra Sucia” en México.** Washington: National Security Archive, 26 feb. 2006a. Disponible en: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/index2.htm>>.

DOYLE, Kate. El movimiento estudiantil de 1968. In: _____. **Informe documenta sobre 18 años de “Guerra Sucia” en México.** Washington: National Security Archive, 26 feb. 2006b. Disponible en: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/030_Movimiento%20de%201968.pdf>.

DOYLE, Kate. Los muertos de Tlatelolco. Usando los archivos para exhumar el pasado. Washington: National Security Archive, 1º oct. 2006c. (National Security Archive Electronic Briefing Book, n. 201). Disponible en: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB201/index2.htm>>.

DOYLE, Kate. **Official report released on Mexico's "Dirty War"**. Government acknowledges responsibility for massacres, torture, disappearances and genocide. Washington: National Security Archive, 21 nov. 2006d. (National Security Archive Electronic Briefing Book, n. 209). Disponible en: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB209/>>.

EXPERTOS de la CIDH no podrán entrevistar a militares sobre caso de los 43: el Ejército. **Sin Embargo**, Ciudad de México, 12 sept. 2015. Disponible en: <<http://www.sinembargo.mx/12-09-2015/1483811>>.

INSYDE – INSTITUTO PARA LA SEGURIDAD Y LA DEMOCRACIA; CMDPDH – COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS; CCDH – COMISIÓN CIUDADANA DE DERECHOS HUMANOS DEL NOROESTE. **Informe sobre el estado del marco normativo y la práctica de la tortura en México**. Ciudad de México, 29 de abril de 2014. Disponible en: <<http://insyde.org.mx/wp-content/uploads/2014/05/Informe-sobre-tortura-Relator-ONU-Abril-2014-.pdf>>.

FEMOSP – FISCALÍA ESPECIAL PARA MOVIMIENTOS SOCIALES Y POLÍTICOS DEL PASADO. La Guerra Sucia en Guerrero. In: _____. **Informe histórico a la sociedad mexicana**: 2006. México, D.F., 2006. Disponible en: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB180/index2.htm>>.

JADE, Liria. Entenda o caso dos 43 estudantes mexicanos desaparecidos em Iguala. **EBC Internacional**, Brasília, 17 nov. 2014. Disponible en: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/11/entenda-o-caso-dos-43-estudantes-mexicanos-desaparecidos>>.

LA GUERRA que se gana perdiendo. **Regeneración**, Ciudad de México, 14 mayo, 2014. Disponible en: <<http://regeneracion.mx/la-guerra-que-se-gana-perdiendo/>>.

LA TORTURA aumentó 500% con Calderón, dice la CNDH; en 2005 hubo una queja; en 2012 subió a 2,126. **Sin Embargo**, Ciudad de México, 26 junio 2013. Disponible en: <<http://www.sinembargo.mx/26-06-2013/666627>>.

LEAL, Leticia Ramírez de Alba. Índice de víctimas visibles e invisibles de delitos graves. Ciudad de México: México Evalúa, agosto, 2011. Disponible en: <http://www.mexicoevalua.org/wp-content/uploads/2013/02/MEX-EVA_INDIX-IVVI_LOW.pdf>.

LLANO, Pablo de. El rastreo de los 43 revela a Iguala como un campo de fosas comunes. **El País**, Ciudad de México, 27 jul. 2015. On-line. Disponible en: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/07/27/actualidad/1438025968_745132.html>.

MÁS DE 121 mil muertos, el saldo de la narcoguerra de Calderón: Inegi. **Proceso**, Ciudad de México, 30 jul. 2013. Disponible en: <<http://www.proceso.com.mx/348816/mas-de-121-mil-muertos-el-saldo-de-la-narcoguerra-de-calderon-inegi>>.

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. México, D.F., [5 feb. 1917] 27 ene. 2016. Disponible en: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/htm/1.htm>>.

MÉXICO. **Ley General de Víctimas**. México, D.F., 2013. Disponible en: <http://www.inacipe.gob.mx/stories/publicaciones/mas_colecciones/coediciones/Ley.General.pdf>.

MÉXICO. Secretaría de Gobernación. Acuerdo por el que se disponen diversas medidas para la procuración de justicia por delitos cometidos contra personas vinculadas con movimientos sociales y políticos del pasado. **Diario Oficial de la Federación**, Ciudad de México, 27 nov. 2001. Disponible en: <http://www.agn.gob.mx/pt/marco/Acu_medidas.pdf>.

MEZA, Juan N. Silva. El impacto de la reforma constitucional en materia de derechos humanos en la labor jurisdiccional en México. **Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano**, Bogotá, año XVIII, p. 151-172, 2012.

<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/dconstla/cont/2012/pr/pr10.pdf>

NÁJAR, Alberto; PAULLIER, Juan. México: informe de expertos desmiente la versión oficial de que los estudiantes de Ayotzinapa fueron incinerados. **BBC**, Ciudad de México, 6 sept. 2015. Disponible en: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/09/150906_mexico_informe_expertos_giei_cidh_estudiantes_ayotzinapa_jp>.

ORTEGA, Juan Antonio Le Clercq; LARA, Gerardo Rodríguez Sánchez. Índice Global de Impunidad – IGI 2015. Puebla: Fundación Universidad de las Américas Puebla, 2015. Disponible en: <http://udlap.mx/cesij/files/IGI_2015_digital.pdf>.

PADRES de estudiantes desaparecidos en México anuncian huelga de hambre. **Economía Hoy**, Madrid, 9 ago. 2015. Disponible en: <<http://www.economiahoy.mx/sociedad-eAm-mexico/noticias/6927958/08/15/>>

Padres-de-estudiantes-desaparecidos-en-Mexico-anuncian-huelga-de-hambre.html#.Kku8GG2NFoQHhLh>.

PGR creará fiscalía para investigar tortura. **Política en Red**, Córdoba, 28 oct. 2015. Disponible en: <<http://www.enlacecordoba.com/noticias-nacionales/27069-pgr-creara-fiscalia-para-investigar-tortura#>>.

QUEZADA, Sergio Aguayo; RANGEL, Javier Treviño. Fox y el pasado. La anatomía de una capitulación. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. XLVII, n. 4, p. 709-739, 2007. Disponible en: <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/9457JSXASU8QLK4EM-6BHA72UNRHF5D.pdf>.

ROSAS, Edgar. Ley General de Archivos clasifica “confidenciales” documentos hasta por 70 años; historia contemporánea queda en un vacío. **Revolución Trespuntocero**, Ciudad de México, 19 mar. 2015. Disponible en: <<http://revoluciontrespuntocero.com/ley-general-de-archivos-clasifica-documentos-hasta-por-70-anos-como-confidenciales-historia-contemporanea-queda-en-un-vacio/>>.

SERVÍN, Fernando Camacho. En México la práctica de la tortura va en aumento, señalan ONG a relator de la ONU. **La Jornada**, Ciudad de México, 23 abr. 2014. Disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/2014/04/23/politica/013n1pol>>.

TRIBUNAL civil condena a militar por desaparición forzada en México. **América Economía**, Santiago de Chile, 18 ago. 2015. Disponible en: <<http://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/tribunal-civil-condena-militar-por-desaparicion-forzada-en-mexico>>.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. O movimento estudantil de 1968 na Cidade do México visto através da fotografia. **Clio** –Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 26, n. 1, 2008. Disponible en: <<http://www.revista.ufpe.br/revistacio/index.php/revista/article/viewFile/55/50>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

Esther Serruya Weyl e Maria Pia Guerra
Secretaria da RLAJT^{118 119}

Histórico

La historia del Perú en el siglo XX estuvo marcada por disputas políticas, transiciones entre dictadura y democracia y procesos de violencia armada. Los últimos veinte años del siglo, que incluyen una década de gobierno autoritario, son de especial relevancia para los debates actuales de justicia transicional. Entre 1980 y 2000, la acción de organizaciones armadas como el Partido Comunista del Perú Sendero Luminoso (PCP-SL) y el Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA), así como la política contrasubversiva de las Fuerzas Armadas, produjeron cerca de 70 mil personas muertas o desaparecidas (CVR, 2003).

Como demuestra la Comisión de la Verdad y Reconciliación, que investigó estos hechos entre 2001 y 2003 (CVR, 2003), el conflicto armado fue más intenso en las zonas rurales y empobrecidas de Perú: se estima que el 79% de las víctimas vivían en zonas rurales y el 68% de ellos estaban por debajo del nivel promedio nacional de la educación.¹²⁰ Según la investigación de la CVR, el PCP-SL, que incurrió en actos de terrorismo y otras formas de ataque contra la población, fue responsable de alrededor del 54% de las víctimas fatales del conflicto.

El conflicto armado se desarrolló en su primera década bajo dos gobiernos democráticos. En la siguiente década se instaló un gobierno autoritario tras el golpe de Estado de Alberto Fujimori, quien había sido electo en 1990. Fujimori cerró el Congreso y convocó a elecciones para un nuevo parlamento. Se promulgó una nueva Constitución en el año 1993. Además, intervino el Poder Judicial.

118. El texto contó con la revisión y aportes del Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú – Perú.

119. Texto traducido por Maria Fernanda Jorquera Briceno, en colaboración con la RLAJT.

120. Datos del Mapa de la violencia, disponible en: <http://www.ruv.gob.pe/mapa_afectacion.html>. Acceso el 5 de noviembre de 2015.

En 1992 fue capturado el líder y fundador de Sendero Luminoso y tras ello la organización fue desmantelada rápidamente. Fujimori se hizo reelegir en el año 1995 y en el año 2000. Sin embargo, tras graves denuncias de corrupción Fujimori huyó del país y renunció, con lo que se inició una transición a la democracia.

Durante el gobierno de Fujimori, en 1995, se aprobó una ley de amnistía que cubría los delitos cometidos tanto por los funcionarios del gobierno y de grupos militares cuanto por miembros de las organizaciones armadas “subversivas” o “terroristas”. Durante la vigencia de esta ley, que fue derogada en 2001,¹²¹ los tribunales fueron instruidos a amnistiar a personas ya denunciadas y condenadas, lo que significó una serie de retrocesos para la defensa de los derechos humanos en Perú. Como reacción a la impunidad permitida por la ley de amnistía, las víctimas y los familiares recurrieron a los tribunales internacionales de derechos humanos.

En 1995, fue presentado a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos el caso Barrios Altos. Este se refiere a la masacre perpetrada en la zona de Barrio Altos, en el centro de Lima, en 1991 (Corte IDH, 2001). Quince personas fueron ejecutadas extrajudicialmente por agentes del Estado organizados en un escuadrón de la muerte denominado “Destacamento Colina”. La sentencia de la Corte IDH, emitida en 2001, declaró que la Ley de Amnistía estaba en violación de los acuerdos de derechos humanos suscritos por Perú, por impedir las necesarias investigaciones y las garantías judiciales. El fallo ordenaba al Estado peruano reparar a las víctimas sobrevivientes y los familiares de los asesinados, reconocer su culpabilidad públicamente, pedir perdón al pueblo peruano, erigir un espacio físico para preservar a la memoria de lo que pasó y garantizar la no repetición. En el mismo año, el gobierno asumió la culpa, aceptó pagar el valor de la reparación y revocó la ley de amnistía. En 2012, sin embargo, la Corte publicó un documento de supervisión de la sentencia y constató que el gobierno peruano no había seguido todas las recomendaciones como, por ejemplo, el espacio de conmemoración de las víctimas y a la continuidad de los pagos (Corte IDH, 2012).

En el segundo mandato de Alberto Fujimori se acumularon graves casos de corrupción y violaciones de derechos humanos. A la caída de su gobierno, Fujimori se refugió en Japón. Después viajó a Chile donde fue detenido por solicitud del gobierno peruano. Tras un largo proceso de extradición Fujimori fue entregado a la justicia de Perú, donde, en 2009, fue condenado por la Corte Suprema a 25 años en prisión, el tiempo máximo

121. Para saber más sobre La Ley de Amnistía e Impunidad ver CNDDHH (1995).

por las leyes peruanas por delitos graves contra los derechos humanos (Alberto, 2009).

En el año 2001 fue establecida la Comisión de la Verdad y la Reconciliación (CRV), que trabajó hasta agosto de 2003. La CVR fue encargada de investigar los crímenes y violaciones de derechos humanos que ocurrieron en el país entre el inicio de la violencia armada, en 1980, y el fin del gobierno de Fujimori. El informe final, publicado en 2003, proporciona datos esenciales para comprender el panorama del país entre 1980 y 2000, además de ofrecer recomendaciones sobre justicia de transición al gobierno peruano.

La CRV, especialmente su eje de reparaciones, fue de gran importancia para las víctimas del conflicto. La Comisión recomendó al gobierno peruano la creación de un plan integral de reparaciones. El gobierno respondió a esa recomendación creando por Ley n° 28.592 (Perú, 2005) un plan de reparaciones y encargando a una entidad, el Consejo de Reparaciones, la elaboración de un registro único de víctimas. El registro de víctimas incluye a las víctimas directas e indirectas, individuales y colectivas del conflicto. Según los datos de 2014, se había registrado a 176.359 personas (RLJAT, 2015).

Este informe fue elaborado sobre la base de la selección de las noticias del año 2015 relevante para los cuatro pilares de la justicia de transición: justicia, reparación, memoria y verdad y reformas institucionales. Se seleccionaron noticias de periódicos peruanos y extranjeros. Para la formulación de la parte teórica fueron utilizados artículos e informes sobre Justicia Transicional en Perú.

Justicia

En enero de 2015, el Tribunal Constitucional de Perú emitió una resolución en la que ratificó la condena de Alberto Fujimori por crímenes de lesa humanidad. En la decisión, se confirmó la condena a 25 años de prisión impuesta en 2009.

También en enero, la Cuarta Sala Penal Liquidadora condenó al ex dictador a ocho años de prisión por malversación de fondos de las Fuerzas Armadas para el Servicio de Inteligencia Nacional (SIN) con el fin de comprar el apoyo de los periódicos para su reelección en 2000. El ex presidente, quien apeló poco después del anuncio de la sentencia, recibió la orden de reparar el gobierno por 3 millones de soles (aproximadamente, US\$ 850 mil).

Las diversas sentencias contra Alberto Fujimori tenían valor simbólico para el país y para América Latina, pues por primera vez un ex

presidente fue condenado en el continente americano por crímenes de lesa humanidad. Según Jo-Marie Burt (2011, p. 307), estas condenas, así como otras sucesivas en el continente americano¹²² han demostrado que la impunidad institucionalizada en América Latina ha pasado por un período de cambios que abre el camino para un renovado esfuerzo para procesar a los responsables de graves violaciones de derechos humanos.¹²³

En noviembre de 2015, la Corte Interamericana de Derechos Humanos condenó a Perú por el Caso Santa Bárbara referido a la desaparición forzada de 15 personas en la región de Huancavelica en 1991. La Corte ordena al país juzgar y sancionar a los responsables de dichas violaciones. El gobierno peruano no ha hecho ningún anuncio oficial sobre la decisión de la Corte IDH. El caso había sido presentado a la Comisión Interamericana en julio del año 1991 y ésta lo presentó a la Corte en julio de 2003 (Fowks, 2015).

En septiembre de 2015, comenzó el juicio a Francisco Morales Bermúdez, quien fue presidente durante la segunda fase (1975-1980) de la dictadura que gobernó entre 1968 y 1980. Se lo involucra en el secuestro y deportación, en 1978, de trece personas que se oponían a su régimen político. Otros dos ministros del gobierno de Morales Bermúdez están siendo acusados por el mismo delito (Plan..., 2015). Adicionalmente, en un proceso empezado en febrero de 2015, en Italia, ante el Tribunal de Roma, Bermúdez, junto con otros 31 militares latinoamericanos, entre ellos antiguos miembros de las Fuerzas Armadas de Perú, Brasil, Bolivia, Chile y Uruguay, están acusados de asesinar a 22 italianos durante la Operación Cóndor.

Reformas Institucionales

La Constitución Política de Perú vigente fue promulgada y sometida a referéndum en 1993 bajo el gobierno de Alberto Fujimori. Varios grupos políticos han cuestionado la legitimidad de la actual Constitución. En dos ocasiones el Tribunal Constitucional de Perú se refirió al tema, la primera vez en 2002 y luego en 2003, afirmando la legitimidad de la Constitución a pesar de su origen controvertido.

En cuanto a reformas institucionales vinculadas con las recomendaciones de la Comisión de la Verdad y Reconciliación, estas han sido prácticamente nulas. Ha habido algunos esfuerzos oficiales por introducir

122. En 2010, el ex presidente uruguayo, Juan Bordaberry, fue preso por violar la orden constitucional uruguayo y por una serie de asesinatos y desapariciones forzadas que ocurren en su gobierno.

123. Estos esfuerzos para el fin de la impunidad en el país, sin embargo, sufrieron diversos retrocesos. Durante el segundo gobierno de Alan García (2007-2011) las denuncias recibidas por la Fiscalía pasaron a ser archivadas por falta de pruebas y menos de 2% de todas las denuncias llegaron a juicio, siendo que varios casos terminaron en absolución (Burt, 2011, p. 330).

la práctica de la memoria de la violencia en la enseñanza escolar, pero no se ha avanzado mucho en esa dirección.

Reparación

La reparación es pilar esencial para la justicia transicional. En el caso peruano, aunque el sistema de reparación nacional fue creado poco después del trabajo de la CVR, muchas de las víctimas del conflicto peruano continúan sin haber recibido compensación o satisfacción tras la violación de sus derechos.

En el año 2015 se continuó reclamando, desde organizaciones de víctimas y organizaciones de derechos humanos, la mejora del plan de reparaciones en algunos aspectos clave: reapertura del registro de víctimas para recibir reparaciones económicas, revisión del monto de las reparaciones económicas fijado actualmente en 10 mil soles (aproximadamente, 3 mil dólares) y fortalecimiento de la dimensión simbólica de las acciones de reparación.

En 2015 se decidió crear una política de reparación para las víctimas de uno de los crímenes más atroces del gobierno de Fujimori: la esterilización forzada de mujeres en el Programa Nacional de Planificación Familiar desarrollado entre 1996 y 2000. Se estima que 314 mil mujeres,¹²⁴ en su mayoría campesinas y pobres, fueron esterilizadas en 19 regiones del Perú durante este período. Muchas de ellas fueron intervenidas quirúrgicamente contra su voluntad o bajo coerción de los agentes de Salud del Estado.

Desde la década de 2000, grupos como Para que no se Repita, Amnistía Internacional y el Movimiento Amplio de Mujeres (MAMLF, 2008) pedían el reconocimiento oficial y una compensación económica y moral por lo que sucedió. En noviembre de 2015, el gobierno anunció la creación de un Registro de Víctimas de Esterilización Forzada. En el anuncio, asumió la responsabilidad política y moral del Estado para reparar los daños causados por el programa de planificación familiar y sostuvo ser que este es el marco legal necesario para garantizar la asistencia jurídica gratuita, la atención médica y psicológica a las víctimas (Esterilizaciones..., 2015). La medida tiene peso simbólico relevante, ya que hasta entonces la responsabilidad del Estado sólo se había asumido en casos individuales como el de Mamerita Mestanza, llevado a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos durante en el gobierno de Fujimori.¹²⁵ Sin embargo,

124. Datos de la Comisión de la Verdad y Reconciliación de 2003. Disponible en: <<http://www.rljt.com/public/archivos/4cfb213a.pdf>>. Acceso el 5 de noviembre de 2015.

125. Mamerita Mestanza fue una mujer peruana que vino a fallecer debido a complicaciones de una esterilización forzada en 1998. El gobierno peruano nunca condenó a los médicos responsables, de tal manera que el marido de Mamerita llevó el caso a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en 1999 (Cladem, s.d.).

todavía no se ha dado explicaciones sobre cómo se llevarán a cabo los servicios y las reparaciones.

Verdad y Memoria

La continua búsqueda de la verdad y la memoria juega un papel esencial en la reconstrucción de una sociedad que, como la peruana, ha experimentado graves violaciones de los derechos humanos (IDEHPUCP; KAS, 2010). Iniciativa clave aquí es la búsqueda de los desaparecidos del conflicto armado. Como señaló Félix Reátegui en el informe *Desaparición forzada y Derechos de la Víctimas: la respuesta humanitaria a las demandas de verdad, justicia y reparación en el Perú* (IDEHPUCP; KAS, 2012) existe una tendencia creciente en los procesos de justicia transicional a valorar la búsqueda de personas desaparecidas.

Las iniciativas del Estado, sin embargo, siguen siendo insuficientes. A pesar, de acuerdo con datos oficiales, hay más de 15.731 personas desaparecidas entre los años 1980 y 2000, la inexistente política del gobierno dirigido a la búsqueda de los restos mortales ha obligado a las familias a buscar por sus propios medios (Pighi, 2015). Frente a esto, las organizaciones de derechos humanos y la justicia de transición demandan la expansión de políticas de la memoria y verdad para las violaciones de derechos humanos (Febres, 2015).

En 2015, hubo exhumaciones importantes tales como 34 cuerpos de niños y adultos en la provincia de Ayacucho. De acuerdo con la acusación fiscal se trata de víctimas de un ataque de la organización Sendero Luminoso realizado el 10 de octubre de 1992 (Exhumación, 2015).

En el mismo año, se iniciaron los trabajos de implementación de la exposición permanente del “Lugar de la Memoria, la Tolerancia y la Inclusión Social”, proyecto concebido inicialmente para recordar a las víctimas del terrorismo y los conflictos armados que tuvieron lugar entre 1980 y 2000.¹²⁶ El proyecto debía albergar la muestra fotográfica de la CVR denominada “Yuyanapaq. Para recordar”. No obstante, se decidió no incluir esa exhibición.

También en 2015 tuvo lugar la inscripción del Registro Único de Víctimas en el Registro Peruano Memoria del Mundo de la UNESCO. De ese modo, los documentos de la Comisión de la Verdad y la Reparación empiezan a hacer parte del Patrimonio Documental de la Nación.

126. Para saber más sobre la implantación del museo, ver: <<http://lum.cultura.pe/el-lum/historia>>.

LA BÚSQUEDA DE LAS PERSONAS DESAPARECIDAS DURANTE EL CONFLICTO ARMADO INTERNO PERUANO Y LAS NECESIDADES DE SUS FAMILIARES

Mario R. Cépeda Cáceres¹²⁷

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia
Universidad Católica del Perú
Perú

La desaparición forzada de personas fue uno de los tipos de crímenes contra la humanidad documentados por la Comisión de la Verdad y Reconciliación en su Informe Final del año 2003. Hasta el día de hoy no hay una cifra definitiva del número total de personas desaparecidas en el contexto del conflicto armado interno (1980-2000). No obstante, esta barrera de orden cuantitativo no imposibilita el abordaje ni análisis del problema (IDEHPUCP; KAS, 2012, p. 37); a grandes rasgos, la Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR) pudo recoger la identidad, con nombres y apellidos, de 22.507 personas muertas y desaparecidas en los 20 años del conflicto y un total de 4.644 sitios de entierro clandestino a nivel nacional; número que ha ido creciendo a lo largo de los últimos 12 años de culminado el mandato de la CVR. Para el 2012, la base de datos del Instituto de Medicina Legal reportaba ya 16.731 personas desaparecidas en todo el país (Perú, 2012), habiendo recuperado un poco más de 2 mil cuerpos, identificando aproximadamente 1 mil de ellos y restituyendo cerca de 920 de los mismos. Así, en el informe *Desaparición forzada y derechos de las víctimas* los autores refieren lo siguiente.

Podemos calificar esta situación como una catástrofe humanitaria. Hay quienes señalan que el concepto de catástrofe humanitaria es en sí mismo contradictoria; pues, según la Real Academia Española, la *catástrofe* significa “suceso infausto que altera gravemente el orden regular de las cosas” y *humanitario* es aquello “que mira o se refiere al bien del género humano”. La contradicción radicaría en que al emplear la expresión *catástrofe humanitaria* estaríamos diciendo que

127. Licenciado en Antropología por la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP); actualmente es investigador en el Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la misma casa de estudios (IDEHPUCP), pre-docente del Departamento de Ciencias Sociales PUCP y miembro del Grupo Interdisciplinario sobre Memoria y Democracia.

un suceso infausto ha producido el bien al género humano. Pero hay otra acepción de *humanitario* que es la que nos interesa aquí: “que tiene como finalidad aliviar los efectos que causan la guerra u otras calamidades en las personas que las padece”. Podríamos hablar entonces de *acción humanitaria*. Aquí vamos a entender por *catástrofe humanitaria* un suceso infausto que requiere de acción humanitaria (IDEHPUCP; KAS, 2012, p. 39).

En ese sentido, nos encontramos ante una verdadera tragedia que tiene amplias repercusiones en la vida de la sociedad peruana y sus formas de resiliencia – incluidas las del Estado. Hasta aquí hemos visto que el problema de las personas desaparecidas no se limita a sus familiares o los involucrados, si no, por su magnitud presumible, implica un trabajo de la sociedad liderada por las autoridades estatales.

A la fecha, el Estado, a través del Ministerio Público y el Poder Judicial, en sus distintos niveles de coordinación, con apoyo, muchas veces, de organizaciones de la sociedad civil, ha venido avanzando en la búsqueda de las personas desaparecidas. No obstante, esta respuesta ha sido lenta y limitada. El proceso por el cual un familiar llegue a la restitución del cuerpo implica una serie de pasos que demandan tiempo, esfuerzo y dinero. El Estado ha implementado mecanismos judiciales-penales, así, la única forma por la cual una persona pueda recuperar el cuerpo de su familiar es a través de una denuncia ante el Ministerio Público. Otro aspecto a considerar es la carga simbólica que implica para las familias, testigos y demás involucrados el proceso penal. De ese modo, ante la renuencia o reparos de algunos, no queda mayor alternativa para seguir avanzando en la búsqueda. Existe, entonces, un desfase entre el enfoque penal y el humanitario, entendido en la definición amplia presentada líneas arriba, que no logra responder a las expectativas y necesidades de los familiares; la búsqueda de un familiar desaparecido ha sido subsumida a la búsqueda de un culpable de la desaparición.

Lamentablemente, la respuesta del Estado no solo se ve limitada por la incompatibilidad aparente del enfoque penal y el humanitario, ésta también se dificulta a no existir una política pública clara respecto al tema. Un manifiesto ejemplo de esto son las distintas formas en las que se categoriza a una persona desaparecida desde el Instituto de Medicina Legal y

el Registro Único de Víctima elaborado por el Consejo de Reparaciones.¹²⁸ Si bien se debe reconocer los esfuerzos del Equipo Forense Especializado perteneciente al Instituto de Medicina Legal, estos son limitados para la magnitud del problema.

La lentitud de los procesos es otra característica a tener en cuenta, propio del sistema de justicia peruano, la judicialización de un caso por parte de las víctimas u organizaciones de la sociedad civil produce una serie de problemas e incertidumbres difíciles de superar. Por un lado, el costo monetario y el esfuerzo, al cual ya nos hemos referido antes, dificultan que todos los casos puedan ser judicializados de manera rápida y efectiva. Asimismo, las investigaciones fiscales y judiciales toman tiempo ante la amplia carga procesal de los juzgados. Todo esto, enmarcado en una serie de expectativas (ilusiones y desilusiones) por parte de los familiares que esperan alguna respuesta oficial de las autoridades, quebrando el proceso de reparación social y ahondando en problemas psicológicos causados por la violencia, la pérdida de la estructura familiar y el proceso trunco del duelo (con la carga social y cultural que este implica como ritual de paso que busca curar las heridas y vacíos dejado pro la persona que no está más).

Ante este panorama, es necesario pensar en una política integral de búsqueda de personas desaparecidas. La desaparición, como ya se ha venido mencionando antes, rompe de manera arbitraria con el ciclo social – es ahí su sentido de catástrofe – y hiere no solo a la víctima directa, sino, de manera extendida, a toda su familia y, en última instancia, a la propia comunidad social. Frente a hechos extremos como la desaparición y la violencia, los procesos rituales y simbólicos por los que se procesa la pérdida se rompen y las personas no logran asumirla ni establecer procesos de resiliencia. La desaparición daña así el tejido social, siendo un hecho que debe ser reparado desde una perspectiva multifocal e interdisciplinaria.

En primer lugar, partiendo de las propuestas realizadas por la sociedad civil y las organizaciones de ayuda humanitaria como el Comité

128. Reglamento de inscripción en el Registro Único de Víctimas de la Violencia a cargo del Consejo de Reparaciones: “Para efectos del presente reglamento, se entiende por «desaparición forzada» a la privación de libertad de una persona, cualquiera que fuere su forma, que pueda ser atribuible a miembros de organizaciones subversivas o a agentes del Estado, seguida por la falta de información o la negativa a reconocer la privación de libertad o de informar sobre el paradero de la persona, de modo que tal ausencia de información o negativa impida el ejercicio de los recursos legales o mecanismos procesales pertinentes, siempre y cuando dicha condición persista en la actualidad. También están comprendidas dentro de esta definición las desapariciones forzadas respecto de las cuales, de una u otra forma, exista certeza de la muerte de la víctima, aunque no hayan sido encontrados o identificados sus restos.” Así, personas cuya identidad no ha podido ser establecida con nombres y apellidos no son incluidas en esta categoría a pesar de que pueda existir presunción sobre su detención.

Internacional de la Cruz Roja, a través de su Delegación Regional para Perú, Ecuador y Bolivia en la campaña denominada “Reune”, la política para la búsqueda de las personas desaparecidas debe integrar a distintas entidades del Estado en múltiples niveles y su supervisión debe ser encargada a una autoridad especializada que permita el trabajo conjunto con enfoques transversales. La búsqueda de las personas desaparecidas no debe estar ligada, siempre, a la búsqueda de un culpable, el conocer la verdad debe ser independiente del proceso penal pues se refiere a dos ámbitos distintos de la justicia, la reparación y la reconciliación. Se hace necesario así implementar una política pública con enfoque humanitaria que reconozca la necesidad de los familiares de ir más allá de lo judicial. La búsqueda de los desaparecidos así como satisfacer las necesidades de sus familiares debe partir de reconocer este tipo de delitos como una violación de derechos humanos múltiple y cuyo remedio implica una respuesta multivariable. La desaparición forzada es una violación de derechos humanos que, a diferencia de otras, requiere no solo justicia, entendida como un proceso judicial-penal, o reparación, en sus múltiples formas, sino también, de verdad y acompañamiento a los que siguieron buscando; el trabajo psicosocial resulta importantísimo.

Por otro lado, otro enfoque que se debe implementar de manera transversal a la política de búsqueda de personas desaparecidas es el de la interculturalidad. El enfoque intercultural permitirá analizar las necesidades de los familiares desde una perspectiva amplia y podrá formular respuestas a cada una de ellas. Es importante mantener una perspectiva intercultural pues al tratar con población tan variante como la de los Andes o la Amazonía, los mecanismos de duelo así como las expectativas hacia el Estado cambian. Entonces, nos encontramos frente a distintos patrones de relación con el pasado reciente, con el ser víctima y con el duelo; las formas cómo se procesa la desaparición cambia de lugar en lugar y de cultura en cultura, así, el Estado está llamado a reconocer y responder estas necesidades de manera puntual y reparar el daño causado. Se tiende a pensar que la restitución de cuerpos es la meta por la que luchan los familiares, siendo el único mecanismo de satisfacción de necesidades. No obstante, en lugares como la Amazonía, las formas de vivir el duelo son distintas y las restituciones de cuerpos no tienen el mismo valor, ya sea por otros patrones culturales, como por imposibilidades técnicas frente al medio. Es por eso vital que la política pública responda de manera diferenciada a las verdaderas necesidades de los familiares e incluya una visión amplia del problema público.

La política pública debe poder hacer dialogar al Estado, en sus tres poderes, a los familiares, y a las organizaciones de la sociedad civil. Partiendo de la magnitud del problema y la profunda violación a los derechos humanos que este implica, la búsqueda de las personas desaparecidas puede constituirse en una oportunidad para, por un lado, responder a las demandas sociales de la población y, por otro, liberar la carga judicial en la medida que una persona desaparecida no tendría que significar, siempre, un culpable procesado.

Referencias

ALBERTO Fujimori, condenado a 25 años de cárcel por delitos contra los derechos humanos. **El País**, Lima, 7 abr. 2009. Disponible en: <http://internacional.elpais.com/internacional/2009/04/07/actualidad/1239055212_850215.html>.

BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidad nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: MJ; Nova Iorque: ICT, 2011. Disponible en: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>.

CLADEM – COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. **Caso Mamerita Mestanza, Perú** (esterilização forçada). Lima, [s.d.].

CNDDHH – COORDINADORA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. **Informe ante la CIDH**: Ley de Amnistía y otros aspectos de la situación de DDHH en el Perú. Lima, 1995. Disponible en: <<http://www.derechos.net/cnddhh/iachr1.htm>>.

CONSEJO DE REPARACIONES. **Mapa de violencia**. Miraflores, 2015. Disponible en: <http://www.ruv.gob.pe/mapa_afectacion.html>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso **Caso Barrios Altos vs. Perú**. Sentencia de 14 de marzo de 2001 (Fondo). San José, 14 mar. 2001a. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_75_esp.pdf>.

CORTE IDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Supervisión de cumplimiento de sentencia. In: _____. **Ficha técnica**: Barrios Altos vs Perú. San José, 7 sept. 2012. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia/ficha.cfm?nId_Ficha=267&lang=es>.

CVR – COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Conclusiones generales. In: _____. **Informe final**. Lima: CVR, 2003. Disponible en: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/pdf/TOMO%20VIII/CONCLUSIONES%20GENERALES.pdf>>.

ESTERILIZACIONES: Es imprescindible individualizar responsabilidades. **Panorama Cajamarquino**, Lima, 16 nov. 2015. Disponible en: <<http://www.panoramacajamarquino.com/noticia/esterilizaciones-es-imprescindible-individualizar-responsabilidades/>>.

EXHUMACIÓN en Ayacucho: recuperan restos de 34 niños y adultos. **El Comercio**, Lima, 30 oct. 2015. Disponible en: <<http://elcomercio.pe/peru/ayacucho/exhumacion-ayacucho-recuperan-restos-34-ninos-y-adultos-noticia-1852355>>.

FEBRES, Salomón Lerner. La Reconciliación: Memoria, justicia y verdad. **La República**, Lima, 4 sept. 2015. Disponible en: <<http://larepublica.pe/imprensa/opinion/700879-la-reconciliacion-memoria-justicia-y-verdad>>.

FOWKS, Jacqueline. La CIDH sanciona a Perú por la desaparición forzada de niños. **El País**, Lima, 15 nov. 2015. Disponible en: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/11/14/america/1447534245_337896.html>.

IDEHPUCP – INSTITUTO DE DEMOCRACIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ; KAS – KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **Los sitios de la memoria**: procesos sociales de la conmemoración en el Perú. Coordenação de Félix Reátegui. Lima, 2010. Disponible en: <http://idehpucp.pucp.edu.pe/images/publicaciones/los_sitios_de_la_memoria.pdf>.

IDEHPUCP – INSTITUTO DE DEMOCRACIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ; KAS – KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **Desaparición forzada y derechos de las víctimas**: la respuesta humanitaria a las demandas de verdad, justicia y reparación en el Perú. Coordenação de Félix Reátegui. Lima, 2012. Disponible en: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_34171-1522-1-30.pdf?130424235410>.

LA ROSA, Rocío. Caso Diarios chicha: todo para entender juicio a Fujimori. **El Comercio**, Lima, 9 ene. 2014. Disponible en: <<http://elcomercio.pe/politica/justicia/caso-diarios-chicha-todo-entender-juicio-fujimori-noticia-1684522>>.

MAMLF – MOVIMIENTO AMPLIO DE MUJERES-LÍNEA FUNDACIONAL. **Esterilizaciones forzadas y acceso a la justicia en el Perú**. Lima: UPR, 2008. Disponible en: <http://www.upr-info.org/sites/default/files/document/peru/session_2_-_may_2008/movimientoampliodemujeres-lineafundacionalperuoff2008s.pdf>.

PERÚ. **Ley nº 28.592.** Ley que crea el Plan Integral de Reparaciones – PIR. Lima: Congreso de la Republica, 10 jul. 2005. Disponible en: <<http://www.ruv.gob.pe/archivos/ley28592.pdf>>.

PERÚ. Ministerio de Relaciones Exteriores (2012). **Documento de trabajo sobre las medidas adoptadas por diferentes sectores en relación a la Resolución AG/RES (XLI-O/11) “Las personas desaparecidas y la asistencia a sus familiares”.** Lima, 2012. Disponible en: <<http://www.scm.oas.org/pdfs/2012/CP28036T.doc>>.

PIGHI, Pierina. **Desaparecidos en Perú:** “Encontraré a mi hermano aunque me tome toda la vida”. BBC Mundo, Lima, 28 ago. 2015. Disponible en: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150827_peru_búsqueda_familiares_ppb>.

‘PLAN Cóndor’: procesan en el Perú a Francisco Morales Bermúdez. **El Comercio**, Lima, 10 sept. 2015. Disponible en: <http://elcomercio.pe/politica/justicia/plan-condor-procesan-peru-francisco-morales-bermudez-noticia-1839991?ref=flujo_tags_13540&ft=nota_3&e=titulo>.

RLJAT – REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. **Relatório 2014.** Edição de Cristiano Paixão, Cláudia Paiva Carvalho, José Otávio Guimarães e Maria Pia Guerra. Brasília: MJ; UnB 2015. Disponible en: <<http://www.rlajt.com/public/arquivos/16b9d570.pdf>>.

PANORAMA DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL EN 2015

Amanda Raquel Alves Nogueira e Claudia Paiva Carvalho

Secretaria da RLAJT^{129 130}

Histórico

Dictadura y transición democrática en Uruguay

Durante los años 1960, Uruguay experimentó un contexto de crisis económica y de tensiones sociales que dieron lugar a una mayor polarización política y sindical y al surgimiento de grupos guerrilleros en la oposición a los movimientos de extrema derecha, abriendo disputas que apuntaban a soluciones antagónicas (Padrós, 2011, p. 1).

Fue en este contexto conflictivo que Jorge Pacheco Areco fue nombrado presidente en 1967, y su gobierno fue responsable por el endurecimiento de la llamada lucha contra la subversión. Debido a este objetivo, fueron impuestas limitaciones a las garantías constitucionales y practicadas violaciones de los derechos humanos, incluso antes de la instauración de la dictadura cívico-militar en 1973.¹³¹ Como ejemplo de esta operación, en septiembre de 1971, Pacheco llamó a las fuerzas armadas a intervenir y conducir la represión contra el Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T). En las elecciones presidenciales celebradas en noviembre de ese año, Juan María Bordaberry fue elegido para asumir el cargo desde marzo 1972.

Bordaberry fue nombrado presidente en alianza con los sectores militares y civiles más conservadores, especialmente los que ocupaban los puestos más importantes en el gobierno. Sin embargo, el gobierno mantuvo una postura de defensa de las instituciones y limitaba al poder militar, causando tensiones con las Fuerzas Armadas. Por último, cediendo a la presión militar, Bordaberry Boizo firmó el

129. El texto contó con la revisión y aportes del Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la República (OLAP) – Uruguay.

130. Texto traducido por María Fernanda Jorquera Briceno, en colaboración con la RLAJT.

131. Por este motivo, investigaciones del Grupo por la Verdad y Justicia tienen cobertura temporal a partir de 1968, es decir, el gobierno de Jorge Pacheco Areco.

Pacto de Boizo Lanza,¹³² considerado un prólogo del golpe, una vez que el poder de facto fue transferido a las Fuerzas Armadas, aunque el gobierno se mantuvo formalmente en manos de civiles.

El golpe de Estado en sí tuvo lugar el 27 de junio de 1973, con la disolución de las Cámaras de Senadores y Diputados por el presidente Juan María Bordaberry, con el apoyo de las Fuerzas Armadas. La dictadura uruguaya, recién establecida, duró hasta el 28 de febrero de 1985. A partir de 1980 se inició el proceso de transición desde el fracaso de los militares para obtener el apoyo de la sociedad para el proyecto constituyente puesto en votación por referéndum popular. Tal acontecimiento también marcó la reintroducción de la posibilidad de una democracia directa, hace ocho años impedida.

Firmado el 3 de agosto de 1984, el Pacto del Club Naval es considerado como el último paso en el proceso de transición política, que pretendía negociar en secreto, entre los líderes políticos,¹³³ el retorno a la democracia y la celebración de elecciones. Con las elecciones en noviembre del mismo año, terminaron las negociaciones entre los militares y los civiles en la conducción de la transición democrática, que duró alrededor de tres años.

Justicia transicional: negociaciones y esfuerzos en su construcción

El primer gobierno después del fin del régimen votó, el 1 de marzo de 1985, la primera Ley de Amnistía (Ley nº 15.737), destinada a contemplar los civiles que habían cometido delitos políticamente motivados, lo que permitió la liberación de muchos presos políticos. El mismo día que se aprobó la Ley de Amnistía, Uruguay ratificó la Convención Americana sobre Derechos Humanos de 22 de noviembre de 1969.¹³⁴

Gradualmente crecía en el país la demanda por investigación de las acciones de los miembros de las Fuerzas Armadas durante la dictadura, teniendo en cuenta las denuncias judiciales de violaciones de derechos humanos. Estas iniciativas desencadenaron en el momento una crisis institucional, una vez que Hugo Medina, entonces comandante del Ejército, se negó a aceptar las solicitudes del poder judicial destinadas a la investigación de los casos. La posibilidad de apuración fue formalmente obstaculizada con la adopción de una nueva Ley de Amnistía, llamada la

132. Ese acuerdo se debió a una serie de requisitos impuestos por las Fuerzas Armadas al Presidente el 12 de febrero de 1973. El alcance del pacto encargaba a las Fuerzas Armadas, “la misión de brindar seguridad al desarrollo nacional”; y, además de eso, establecer formas de participación de los militares en la actividad política y administrativa.

133. De esa negociación no participó el Partido Nacional.

134. También conocida como Pacto de San José de Costa Rica.

Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado (Ley nº 15.848), que benefició a los militares involucrados en los crímenes.¹³⁵

Hubo intentos inmediatos de cuestionamiento de la Ley de Caducidad, tanto en el poder legislativo como en el judicial, que, sin embargo, no prosperaron. En 1988, en respuesta a la petición presentada por los grupos de derechos humanos, la Corte Suprema de Uruguay confirmó la constitucionalidad de la ley. A su vez, un referéndum celebrado en abril de 1989 tampoco pudo obtener (por un pequeño margen), el apoyo para anular la ley. Agotada la vía nacional, las víctimas y las organizaciones sociales recurrieron a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, que declaró en su informe de 1992-93 que la Ley de Caducidad violaba varias obligaciones internacionales de Uruguay. El Estado uruguayo, sin embargo, hizo caso omiso de las recomendaciones formuladas (Burt, 2011, p. 321-322).

En el momento de la transición política en 1985, se formaron dos comisiones con el objetivo de averiguar, de manera oficial, las violaciones de los derechos humanos cometidas durante la dictadura: *i*) la Comisión Investigadora sobre Situación Personas Desaparecidas y Hechos que Motivaron, que fue creada para investigar los 164 casos de desapariciones forzadas y también apuró la práctica de tortura en los centros clandestinos de detención y los casos de niños secuestrados; y *ii*) la Comisión el Secuestro y Asesinato perpetrado contra ellos ex legisladores Héctor Gutiérrez Ruiz y Zelmario Michelini, que no obtuvo ningún resultado concluyente (Errandonea, 2008. p. 39).

Un tercer esfuerzo, dedicado a la memoria y a la verdad, fue el informe *Uruguay nunca más*, publicado por el Servicio de Paz y Justicia (Serpaj)¹³⁶ en diciembre de 1989, que registró las violaciones de los derechos humanos ocurridas entre 1972 y 1985 en el país. El informe no se limitó a los casos de desapariciones forzadas, sino que abarcó un registro de todas las violaciones cometidas durante el régimen autoritario. Para desarrollar este trabajo, se escuchó a cientos de personas que habían sufrido prisión política y tortura durante la dictadura.

A lo largo de los años, las organizaciones de derechos humanos y, en particular, las/los familiares de las víctimas continuaron presionando a las autoridades por la verdad, la memoria y la justicia. Un marco importante

135. La aprobación se produjo justo el día antes de la fecha de cierre del plazo de las primeras prestaciones a cuentas solicitada por la justicia.

136. Serpaj contó con el apoyo financiero de la ONU, de organizaciones internacionales de derechos humanos y también de iglesias extranjeras. El informe *Uruguay Nunca Más* está disponible en: <<http://www.memoriaenelmercosur.edu.ar/indexbe3b.html?p=145>>.

de la movilización social fue la realización de la Marcha del Silencio, el 20 de mayo 1996, que pasó a ser repetida cada año en la misma fecha, organizada por la Asociación de Madres y Familiares de Desaparecidos.

En 2000, durante la presidencia de Jorge Batlle, fue establecida la Comisión por la Paz (Compaz), con el encargo de investigar el paradero de uruguayos durante el régimen dictatorial. Los trabajos de investigación fueron desarrollados hasta el 10 de abril de 2003, cuando la Compaz entregó su informe final. La Compaz jugó un papel importante en la promoción de la agenda de justicia transicional en el país principalmente por proyectar políticas públicas, y porque fue la primera instancia oficial en utilizar el término “terrorismo de Estado” para definir el papel de los gobernantes de facto durante el régimen dictatorial. Sin embargo, el mandato de la comisión se limitó a la recolección y clasificación de los casos, sin permitir que se lleve a cabo una búsqueda más activa e identificar a los responsables. Las investigaciones también tuvieron un alcance limitado ya que se restringieron a los casos de desaparecidos, con exclusión de otras violaciones mucho más frecuentes, tales como ejecución, tortura y detención arbitraria.

Desde 2005, creció la movilización de la sociedad civil uruguaya para presionar por la anulación de la ley de amnistía. Al contrario de sus predecesores, el presidente Tabaré Vázquez empezó a aceptar las investigaciones en algunos casos, como los relacionados con desaparecidos o niños. Los tribunales, a su vez, comenzaron a recibir quejas y, siguiendo el criterio del Poder Ejecutivo, a dejar de aplicar la ley de amnistía en determinados casos y circunstancias, además de cuando los acusados eran civiles, ahora también para juicios contra miembros de las Fuerzas Armadas y policiales.

En 2009, la Corte Suprema declaró inconstitucional la aplicación de la Ley de Caducidad en el caso Sabalsagaray, apoyado por las decisiones de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y la jurisprudencia de otros países de la región en relación al tratamiento de leyes de impunidad. Sin embargo, como la revisión judicial no produce efectos generales en Uruguay sino en el caso concreto en que se solicita, la decisión tuvo un impacto limitado, y la ley de amnistía se mantuvo vigente. También en el mismo año, a través de la movilización de la sociedad civil, hubo nuevo intento de anular la ley a través de un plebiscito, pero el resultado fue, otra vez, no favorable por un estrecho margen de votos (Osimo, 2015, p. 30).

En 2011, Uruguay fue condenado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (caso *Gelman vs. Uruguay*) que decidió que es inconstitucional la Ley de Caducidad y obligó al Estado a investigar y castigar a los

funcionarios responsables de cometer violaciones de los derechos humanos en el período dictatorial. Unos meses más tarde, el Parlamento uruguayo aprobó una ley interpretativa, la Ley nº 18.831/2011, que revisaba la Ley de Caducidad y excluía la aplicación de la prescripción a los crímenes de la dictadura, considerados crímenes contra la humanidad. Sin embargo, un nuevo revés se produjo en 2013 con una sentencia de la Suprema Corte que declaró la inconstitucionalidad de los artículos de la ley interpretativa y restableció la aplicación de la prescripción. La Ley de Caducidad sigue así como un obstáculo para las investigaciones y para la responsabilización de los agentes que cometieron crímenes en la dictadura uruguaya.

En este informe, se busca analizar los acontecimientos que marcaron el proceso de justicia transicional en Uruguay en 2015, centrándose en sus cuatro ejes estructurales: la memoria y la verdad, la justicia, la reparación y las reformas institucionales. El análisis fue construido a partir de la recopilación de información y noticias en los medios de comunicación uruguayos, destacando: *El País Uruguay*, *El Observador*, *República*, *El Diario*, *Montevideo* y *UNoticias*.

Memoria y verdad

Culminado el período de dictadura Uruguay completó 30 años de estabilidad democrática, período en que cinco presidentes, que hacen parte de los tres principales partidos uruguayos, se alternaron en el poder (Uruguay..., 2015). Este marco político e institucional fue acompañado por una importante iniciativa en el campo de la memoria y de la verdad: la creación del Grupo de Trabajo por la Verdad y Justicia por medio de un decreto sancionado por el presidente Tabaré Vázquez, el 19 de mayo de 2015 (Los trabajos..., 2015). La función del Grupo, compuesto por siete miembros,¹³⁷ es investigar los crímenes de la dictadura, buscar y organizar los registros de los desaparecidos y ponerlos a disposición de la justicia. Puede llamar la atención la composición del grupo, compuesto por familiares de víctimas y representantes de las principales religiones en el país – católica, judía, metodista y umbandista. Otro aspecto a destacar es la inclusión de la palabra “justicia” en el nombre del grupo, que no sólo tiene un valor simbólico, sino que también se refleja en las propias tareas del colegiado, que involucran el acompañamiento de los procesos y la entrega de datos para las investigaciones judiciales.

Esta atribución de promover la justicia recibió críticas por parte de juristas e historiadores, quienes expresaron la preocupación de que la

137. Son los/las siguientes integrantes: Macarena Gelman, Felipe Michelini, Emilia Carlevaro, Susana Andrade, Pedro Sclofsky, Ademar Olivera y Mario Cayota.

actuación del Grupo asuma un carácter cuasi judicial, invadiendo la esfera de competencia del Poder Judicial. También fue objeto de cuestionamiento el hecho de que, a diferencia de la anterior Comisión para la Paz, el grupo recibió el mandato de investigar los crímenes de lesa humanidad cometidos no sólo en el período de la dictadura uruguaya (1973-1985), sino también del gobierno democrático de Jorge Pacheco Areco (1968-1973). De acuerdo con esa crítica, el gobierno de Jorge Pacheco habría sido democráticamente constituido y, por lo tanto, no debería ser objeto de investigaciones (Cortizas, 2015).¹³⁸ Sin embargo, la extensión temporal de la competencia del grupo se justifica oficialmente por el hecho de que se registran casos de violaciones de derechos humanos ya durante el gobierno de Pacheco.

Todavía no están claros cuales son las condiciones y capacidad de acción efectiva que el grupo de trabajo tendrá. Tras su constitución, entre las actividades desarrolladas en este año, en junio, ganó destaque en la prensa la realización, en colaboración con la Secretaria de Derechos Humanos Para El Pasado Reciente del Uruguay, de una inspección en el Batallón 13 de Infantería del Ejército, donde quedó instalado el centro de detención y tortura conocido como Carlos 300 e Infierno Grande durante la dictadura (Realizaron..., 2015). El trabajo continuó, en el mes de julio, cuando se retomaron las excavaciones en el batallón, con el fin de localizar los restos mortales de 192 personas desaparecidas durante la dictadura (Se retoman..., 2015).

La constitución del Grupo de Trabajo Verdad y Justicia se presenta, por lo tanto, como un evento significativo de la justicia de transición uruguaya en 2015. Al mismo tiempo que da continuidad a los trabajos de investigación conducidos por iniciativas anteriores, notablemente la Comisión para la Paz, hubo importantes innovaciones en el grupo actual, que se reflejan, por ejemplo, en su composición y en el alcance de sus atribuciones. Todavía es pronto para evaluar el funcionamiento de la comisión, pero es cierto que hay grandes retos y responsabilidades depositados en ella.

En el campo de las políticas de memoria, se dio continuidad al proyecto Marcas de la Resistencia, coordinado por la Asociación Civil Memoria de la Resistencia 27 junio de 1973-1 marzo 1985, con el objetivo de rescatar la memoria del pasado reciente y de la resistencia a la dictadura. El proyecto ya ha clasificado 29 lugares simbólicos de la lucha contra la represión, incluyendo la cárcel de Punta de Rieles, que recibió la mención en abril de este año. Esta iniciativa tiene un papel importante

138. Entre los críticos están los ex presidentes Gonzalo Aguirre y Jorge Battle. Fue durante la presidencia de Jorge Battle que la Comisión para la Paz (Compaz) fue constituida, con pretensiones más modestas que el actual grupo de trabajo, con foco en la producción de memoria y en la promoción de la paz.

para la preservación de la memoria de estos espacios y para reconocer el papel de protagonismo de parte de la sociedad civil en su postura de lucha contra el olvido.

En ese mismo sentido se destaca la realización de la Marcha del Silencio, el día 20 de mayo, que acontece anualmente desde 1996, organizada por la Asociación Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. La marcha se celebra siempre en la principal avenida de Montevideo, donde miles de personas se manifiestan a modo de protesta silenciosa, sosteniendo la imagen de personas desaparecidas. Durante 2015 los familiares reforzaron las exigencias de verdad y justicia, así como reivindicaron la apertura de archivos militares que pueden ayudar a aclarar el destino de los desaparecidos (Familiares..., 2015; Salvo, 2015).

Asimismo, en el ámbito de iniciativas de la sociedad civil en la búsqueda por la verdad, en el mes de setiembre, el grupo de Madres y Familiares de Desaparecidos de la Dictadura Uruguaya divulgó una carta abierta en la que solicitaba a la ciudadanía en general que tuviese pistas sobre el paradero de sus familiares desaparecidos que enviara la información a la plataforma de búsqueda propuesta por el grupo. Al final del mes, cerca de cien llamadas se habían recibido y, según el grupo, muchas contienen datos relevantes para la investigación. Se cree, incluso, que algunas llamadas fueron de militares, teniendo en cuenta el detalle minucioso proporcionado en los casos reportados (Desaparecidos, 2015).

Otro capítulo en la lucha por el acceso a la información y la apertura de los archivos militares ocurrió en el mes de octubre: en una operación que duró seis horas, un grupo de la policía, en presencia de un juez y un fiscal, llevó a cabo una búsqueda de documentos sobre la dictadura en la casa del fallecido coronel Elmar Castiglioni. Allí se encontraron cerca de unas sesenta cajas con documentos de la época, y se analizarán con el principal objetivo de esclarecer los casos de desaparición (Documentación..., 2015; Allanan..., 2015; Incautan..., 2015). Aunque estas formas alternativas representan un avance en los intentos de conocer la verdad sobre los acontecimientos ocurridos en el pasado dictatorial, la falta de cooperación del sector militar y la negativa de los archivos oficiales de la represión permanecen como fuertes limitaciones al derecho a la memoria ya la verdad.

Justicia

En el ámbito de la justicia, 2015 estuvo marcado por los continuos esfuerzos para superar los dispositivos de la Ley de Caducidad, por la postura aún resistente por parte del Poder Judicial en aceptar acusaciones contra ex oficiales y por algunos avances, aunque controvertidos, en cuanto a las posibilidades de responsabilización.

El 1 de junio, se presentó un proyecto de ley al Parlamento para posibilitar que sean investigados y juzgados los crímenes cometidos durante la dictadura. Este será el cuarto intento en 30 años para anular la Ley de Caducidad, que amnistió a los agentes que cometieron violaciones de los derechos humanos hasta marzo de 1985. Es la primera vez que se propone la anulación de la ley en su conjunto como un todo (Presentan..., 2015).

Amnistía Internacional envió una advertencia a Uruguay a principios del año de 2015, indicando la persistencia de obstáculos dentro del aparato jurídico que impiden la investigación de los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la dictadura (Tapia, 2015). La presión internacional se vio reforzada por la visita al país de una delegación de la Comisión Internacional de Juristas (CIJ), que trató de discutir con las autoridades, las víctimas de la dictadura y la sociedad civil en general, para investigar el estado actual de la lucha contra la impunidad de las violaciones de los derechos humanos ocurridas entre 1973 y 1985. La CIJ también defendió la necesidad de revisar y perfeccionar las leyes actuales de reparación, con el fin de corregir los defectos, tales como la exclusión de segmentos significativos de las víctimas de los programas que tienen como objetivo reparar las violaciones sufridas (La Comisión..., 2015; Comisión..., 2015).

Entre los casos judicializados, deben destacarse la absolución del agente de policía Ricardo Zabala, el 25 de abril de 2015, por la Suprema Corte de Justicia. El ex policía fue absuelto de la acusación de asesinar al profesor y periodista Julio Castro¹³⁹ en 1977, a pesar de que había confesado participación en la detención y en el envío del profesor para el centro clandestino donde fue ejecutado (Desaparecidos..., 2015). La decisión judicial desfavorable, por considerar que no había pruebas suficientes para la incriminación de los acusados, reforzó la postura del poder judicial en cuanto a la utilización del derecho penal como principal mecanismo de justicia.

A pesar de la posición adversa de la Suprema Corte de Justicia, el Fiscal de Corte Jorge Díaz ha capitaneado esfuerzos para realizar una reforma legislativa que tiene como objetivo impulsar las investigaciones sobre los crímenes cometidos durante la dictadura uruguaya. La idea es adoptar un nuevo Código de Procedimiento Penal, con previsión para entrar en vigor en 2017, transfiriendo a los fiscales la competencia para dirigir las investigaciones penales, hoy conducidas por los jueces. Para Jorge Díaz, es necesario que el Parlamento apruebe una ley orgánica que

139. Julio Castro Pérez quedó desaparecido por 34 años, hasta que sus restos mortales fueron encontrados en octubre de 2011, en un cementerio clandestino localizado dentro de una propiedad militar.

permita la reestructuración de la fiscalía por medio de la creación de unidades especializadas en investigación, como existe en Argentina, de modo que una unidad pueda quedarse encargada específicamente de las violaciones de derechos humanos, es decir, los crímenes de la dictadura. En la asignación de investigación a promotores/as capacitados/as para tratar con ese tipo de delitos, las causas pueden ser retomadas con una nueva perspectiva (Fiscal..., 2015).

Otro caso de destaque fue el juicio y encarcelamiento, en setiembre de 2015, de Amodio Pérez, ex miembro del Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T) que colaboró con los órganos de la represión durante la dictadura. La acción se inició en 2011 y su objeto principal es una denuncia por abusos sexuales practicados contra presas políticas, en la cual Pérez habría tenido participación. En la decisión dictada en setiembre, la jueza Julia Staricco condenó Pérez como coautor de los delitos reiterados de privación de libertad, ya que ayudó a identificar y localizar a antiguos ex compañeros que fueron víctimas de detenciones arbitrarias, acompañadas, con frecuencia, del sufrimiento de tortura y malos tratos. La jueza también aceptó el argumento de la fiscalía que excluía la prescripción por tratarse de un crimen de lesa humanidad. Inicialmente en prisión preventiva, Amodio Pérez fue posteriormente autorizado a cumplir arresto domiciliario en razón de su estado de salud.

El caso levantó controversias legales, ya que provocó manifestaciones que aún invocan la prescripción de los crímenes cometidos en el período dictatorial, aunque también se discutió sobre la naturaleza del delito y sobre los niveles de colaboración que serían suficientes para que exista responsabilidad por violaciones cometidas a las víctimas y que se pretende imputar a Amodio Pérez en calidad de coautor por el hecho de haber brindado información (Ruggiero, 2015; Guimaraens, 2015). Este caso judicial se tramita en primera instancia, de modo que no existe sentencia de condena.

PANORAMA HISTÓRICO: DICTADURA Y TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA EN URUGUAY

Observatório Luz Ibarburu
Uruguay

I

La dictadura cívico militar uruguaya instalada a partir del Golpe de Estado del 27 de junio de 1973 estuvo precedido por un prologado y gradual proceso de crisis del sistema político que comenzó a fines de los años 1960, que se caracterizó por un deterioro paulatino de las libertades democráticas, la agudización de la violencia estatal, una resistencia sindical y estudiantil a las políticas de ajuste y el avasallamiento a las libertades, conjuntamente con el desarrollo de la lucha armada como metodología para la transformación social. La necesidad de herramientas para frenar las políticas antipopulares dieron origen a dos importantes procesos de unidad: la formación de la Convención Nacional de Trabajadores (CNT),¹⁴⁰ y la formación del Frente Amplio (FA).¹⁴¹

La aplicación sistemática de la tortura y las acciones de los grupos de ultra derecha marcan el avance del autoritarismo estatal. La aplicación reiterada y sostenida de las Medidas Prontas de Seguridad (MP)¹⁴² fue un instrumento utilizado para reprimir la resistencia popular.

Luego del gobierno de Pacheco Areco (1967-1971), asume la Presidencia Juan María Bordaberry dando continuidad a la política represiva. El 14 de abril de ese año, el Movimiento de Liberación

140. En 1964 se conformó la Convención Nacional de Trabajadores (CNT), como organismo único y permanente de coordinación en la que confluyeron todas las tendencias sindicales existentes.

141. El Frente Amplio fue fundado el 5 de febrero de 1971, a partir de la coalición de varios partidos de izquierda y ciudadanos independientes con definiciones democráticas, antioligárquicas y antiimperialista. Su fundación es el fruto de un proceso que tiene sus orígenes en el Congreso del Pueblo y la unidad sindical.

142. Las Medidas Prontas de Seguridad eran poderes de emergencia de la Constitución que habilitaban al Poder Ejecutivo a suspender transitoriamente ciertas garantías constitucionales.

Nacional-Tupamaros (MLN-T)¹⁴³ lanzó una ofensiva contra el Escuadrón de la Muerte, y el Parlamento declaró el Estado de Guerra Interno con la aprobación de Ley de Seguridad del Estado que suspendió las garantías individuales. Se profundiza la injerencia de los militares en la vida pública, que con la posterior instalación del Consejo de Seguridad Nacional (Cosena),¹⁴⁴ la presencia de las Fuerzas Armadas quedó institucionalizada.

El 27 de junio, Bordaberry con las fuerzas armadas dan el golpe de Estado. La Convención Nacional de Trabajadores (CNT) declara la Huelga General con ocupación de los lugares de trabajo y la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU) ocupan los centros de estudio. La dictadura decreta la disolución de la CNT, la clausura de sus locales y la prisión de sus dirigentes. La Huelga se extendió durante 15 días acompañada por acciones del movimiento popular que dejó como saldo cientos de detenidos y dos personas asesinadas.¹⁴⁵ El 11 de julio se levanta la huelga en el marco de una represión que colmaba los centros de detención de sindicalistas. El 28 de noviembre de 1973 la dictadura ilegaliza a varios partidos de izquierda.¹⁴⁶

El terrorismo de Estado bajo la doctrina de la seguridad nacional que se ejerció durante más de diez años (1973-1984) tuvo distintas dimensiones y afectó a todo el conjunto de la sociedad uruguaya y no tuvo fronteras.¹⁴⁷ Las características de la represión fueron el encarcelamiento prolongado

143. El MLN-T surgió en los años 1960 a partir del influjo de la revolución cubana.

144. El Cosena era integrado por el Presidente, los Ministros de Interior, Relaciones Exteriores, Defensa y Economía, la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, los Comandantes de las tres armas y el Jefe del Estado Mayor Conjunto. Desarrolló un rol en la gestión gubernamental y en las políticas represivas.

145. Walter Medina, el 6 de julio y Ramón Peré el 9 de julio.

146. Grupos de Acción Unificadora (GAU), Movimiento 26 de marzo, Movimiento Revolucionario Oriental, Partido Comunista Revolucionario (PCR), Partido Comunista del Uruguay (PCU), Partido Socialista (PS), Unión Popular y Unión de Juventudes Comunistas (UJC), la FEUU, Agrupaciones Rojas, Resistencia Obrero-Estudiantil, Frente Estudiantil Revolucionario.

147. La coordinación represiva regional encuadrada en el Plan Cóndor, permitió que la represión traspasara las fronteras y muchos uruguayos fueron detenidos, desaparecidos y asesinados en Argentina, Chile, Paraguay, Bolivia y Colombia.

de miles de opositores,¹⁴⁸ la tortura sistemática,¹⁴⁹ el asesinato,¹⁵⁰ la desaparición,¹⁵¹ la apropiación de menores¹⁵² y el exilio político.

II

El 22 de diciembre 1986, pocos meses después de reinstalada la democracia, la mayoría del Parlamento aprobó la Ley nº 15.848 de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado, por la que se estableció que los delitos cometidos por los integrantes de los servicios de seguridad de la pasada dictadura, no fueran objeto de juicio y castigo. La verdad o investigación de lo ocurrido, al menos con relación a las desapariciones de personas adultas o niños, no parecía haber caducado como obligación del Estado según esa norma, ya que un artículo¹⁵³ de la ley establecía que el Ejecutivo los investigaría. Sin embargo, la forma que en primera instancia¹⁵⁴ se dio cumplimiento al artículo 4º, implicó que dichas investigaciones no arrojaran luz sobre esos hechos. Esa distinción que otorgaba a las desapariciones de personas adultas y menores, frente a otras conductas criminales de la dictadura, fue parte de una operación política que a lo largo de muchos años excluyó de toda consideración, la tortura, los asesinatos, la apropiación de menores y la

148. Aproximadamente 6 mil personas fueron procesadas por la Justicia Militar y otras miles pasaron por los cuarteles.

149. La Investigación histórica de la Universidad de la República informa de 67 casos de niños que nacieron en prisión o eran bebés cuando fueron detenidos junto a sus madres, la mayoría de ellos recibió torturas antes de nacer y casi todos ellos permanecieron largo tiempo en prisión junto a sus madres.

150. El equipo de historiadores en una investigación que abarcó el período: 1968 (junio)-1985 (marzo) sobre uruguayos muertos o asesinados tanto en Uruguay como en otros países latinoamericanos documentó que en Uruguay murieron 95, en Argentina 26 y en Chile 1, siendo los años 1974 y 1976, donde se constata el mayor registro de muertos.

151. La Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado confirma que el número de personas detenidas desaparecidas dentro del período comprendido entre los años 1968-1985 es de 192 ciudadanos. Todas las cifras de la represión son provisionales aún.

152. Los casos de menores desaparecidos que recoge la publicación totalizan 14. A todos ellos, de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos y Desaparecidos.

153. El artículo 4º establecía que las denuncias penales relativas a personas detenidas en operaciones militares o policiales y desaparecidas y de menores secuestrados en similares condiciones, comprendida en la ley. Fueran enviadas al Poder Ejecutivo, quien dispondría de inmediato las investigaciones destinadas a su esclarecimiento dentro del plazo de ciento veinte días y daría cuenta a los denunciantes.

154. Otras investigaciones como las de la Comisión para la Paz durante el gobierno de Jorge Batlle (2000-2005) y las realizadas durante el primer gobierno de la izquierda de Tabaré Vázquez (2005-2010), también se realizaron en el marco de dicho artículo 4º.

violencia sexual.¹⁵⁵ Dos años y medio después la ley de caducidad fue ratificada por un plebiscito.

Los hechos que dieron origen a esa ley se explican por la forma en que se desarrolló la transición en el Uruguay. En ese período el conjunto de desafíos que estuvieron planteados se condensaron en la problemática de cómo gestionar su pasado reciente. Allí se enfrentaron, la defensa de la Justicia Ordinaria frente a la justicia militar; el reclamo de investigar y de depurar las fuerzas de seguridad, con las políticas del olvido y la reconciliación.

La movilización por la defensa de los Derechos humanos fue, aún en dictadura y en momentos de una profunda desactivación y silenciamiento de toda expresión social y política,¹⁵⁶ la más importante expresión de desobediencia frente al orden militar. Eso originó, en los momentos de mayor represión, ese reclamo por saber el destino de los desaparecidos o la situación de los presos políticos, asumida y liderada por los grupos de familiares.¹⁵⁷

Esa movilización, además de su aspecto humanitario, fue sumando el componente de una reacción frente a la dictadura, que se articulaba estrechamente con las campañas que continuaban desarrollándose desde el exilio. Fue un desafío emergente que se instalaba en el propio territorio uruguayo. Fue una acción de denuncia del despotismo cívico-militar que generaría posteriormente, en el marco de una creciente movilización popular, grupos de derechos humanos a todo nivel de la sociedad. De ahí en más, el tema de los derechos humanos con relación al pasado reciente se instaló como un referente de la acción de la oposición a la dictadura.

Con el fin de la dictadura el 1° de marzo de 1985, asume la Presidencia Julio María Sanguinetti (Partido Colorado), luego de un proceso, en que por un lado los partidos políticos acordaban con los militares las condicionantes

155. A la fecha de escribir este informe, en el Uruguay no existe ningún procesamiento por estos graves crímenes.

156. La dictadura uruguaya ejerció un férreo control social de toda la población, categorizando a los ciudadanos por su "fe democrática" según el grado de apoyo al régimen y a su ideología. Los ciudadanos que según la dictadura carecían de dicha "fe democrática", no podían desempeñar ninguna función pública y eran sometidos a vigilancia permanente y no podían integrar la directiva de ninguna institución social. Ser incluido en esa categoría que le diagnosticaban su carencia de "fe democrática" significaba peligro de prisión, destitución si se era trabajador público e imposibilidad de acceder a un trabajo en el Estado. Incluso los empresarios privados se aprovecharon de esas clasificaciones para limpiar sus empresas de sindicalistas. En esa suerte de proscripción cívica y social quedaron cientos de miles de uruguayos.

157. Este hecho intentó ser usado posteriormente en la gestión de esos sucesos (las desapariciones), desde el Estado, en una suerte de "privatización" del derecho a la verdad y la justicia.

de la transición¹⁵⁸ y, por otro lado, los partidos y las organizaciones de la sociedad civil acordaban en la Comisión Nacional Programática (Conapro) un conjunto de compromisos de quien asumiera el futuro gobierno. El 8 de marzo el Parlamento sancionó la Ley de Pacificación Nacional con la que se parecía que se cumplirían los acuerdos de la Conapro:¹⁵⁹ amnistiar a los perseguidos políticos y sindicales, pero excluyendo a los acusados de hechos de sangre;¹⁶⁰ liberar a los presos; y se excluir a texto expreso de la amnistía, a los militares y policías responsables de homicidio, de torturas y desapariciones. Con la aprobación de esa ley, el gobierno mejoró la imagen deteriorada del Uruguay a nivel internacional, pues sostenían ante los organismos internacionales algo que al poco tiempo no cumplirían: que lo más importante de esa ley, era que no se concedería impunidad.¹⁶¹

En noviembre de 1984, las organizaciones de familiares de detenidos desaparecidos y de procesados por la justicia militar, habían reclamado la instalación de una Comisión Parlamentaria con amplias facultades de investigación de las violaciones a los derechos humanos, de cuyos resultados surgirían los antecedentes para su enjuiciamiento ante la justicia ordinaria. Atendiendo a ello, el 23 de abril de 1985 comienza su actividad investigadora en la cámara de diputados, aunque acotada a las desapariciones, que finalizó en noviembre de ese mismo año,¹⁶² emitiendo un informe final según el cual habían quedado registradas 174 desapariciones entre los años 1973-78, en las que se constataba una clara vinculación de las desapariciones ocurridas en Argentina y Uruguay, con presencia de militares uruguayos;

158. El 3 de agosto de 1984 en la culminación de una negociación secreta (Pacto del Club Naval), los militares y representantes de los partidos Colorado, Frente Amplio y Unión Cívica alcanzan un acuerdo sobre el retorno del régimen democrático con la convocatoria a elecciones el 25 de noviembre de 1984, en las cuales no pudieron participar los candidatos naturales del Frente Amplio (Gral Liber Seregni), del Partido Nacional, (Wilson Ferreira Aldunate), y del Partido Colorado (Dr. Jorge Batlle), que se encontraban proscritos. En dichas negociaciones no participó el Partido Nacional.

159. Comisión Nacional Programática, donde los candidatos a la presidencia de los cuatro principales partidos políticos firmaron un acuerdo sobre temas generales que afectarán al futuro gobierno en materia de restablecimiento de todas las libertades, retorno de exiliados, vigencia de los derechos humanos, levantamiento de proscipciones, política, de vivienda, salud, autonomía de la universidad e independencia del poder judicial.

160. Sobre este asunto en la Conapro el Partido Nacional y el Frente Amplio eran partidarios de una amnistía inmediata e irrestricta, mientras que el Partido Colorado y la Unión Cívica optaban por una amnistía limitada completada posteriormente con indultos individuales y libertades anticipadas.

161. En marzo de 1985, una delegación integrada por el Senador del Partido Nacional y un embajador de filiación colorada sostuvieron ante los organismos internacionales: "que durante la dictadura militar se habían atropellado toda clase de derechos, con muertes, torturas, prisiones arbitrarias, desapariciones, y que las puertas de la Justicia estaban abiertas para todo el que se sintiera con derecho a reclamar, y que ésta iba a actuar".

162. Comisión Investigadora Sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron.

que muchos de los niños desaparecidos fueron entregados a integrantes del aparato represivo; que tres de ellos nacieron en cautiverio; que aparecen como directamente vinculados en cuanto a responsabilidad de estos secuestros, desapariciones, torturas y homicidios, 71 militares uruguayos y tres extranjeros. El informe concluye que “el Parlamento (...) que está seguro de que el Poder Judicial, dotado idónea, técnica y constitucionalmente, podrá avanzar rápida y efectivamente en el esclarecimiento total de los hechos, enjuiciamiento y condena de los culpables”. El texto original contenía un punto que establecía que los desaparecidos “están fallecidos como consecuencia del trato brutal a que fueron sometidos”.¹⁶³ Esta proposición fue retirada ante la oposición que generó.¹⁶⁴ También comienza su actividad otra comisión investigadora sobre los asesinatos de senador Zelmar Michelini y el diputado Héctor Gutiérrez Ruiz, la que culmina en mayo de 1986.¹⁶⁵ Los resultados de esas dos comisiones investigadoras son remitidos al Poder Judicial y al Ejecutivo.

Las denuncias penales por los crímenes de la dictadura se inician en 1984, 1985 y 1986.¹⁶⁶ Por otro lado, un sobreviviente¹⁶⁷ presenta ante la justicia argentina una querrela sobre la coordinación represiva en el río de la Plata, originando una posterior solicitud de Argentina de extradición de tres militares y un policía.¹⁶⁸

El envío al Ejecutivo de la nómina de los militares acusados de violaciones a los derechos humanos, para “que proceda en consecuencia”, no impidió que se continuara desarrollando una política de ascensos y promociones de los mismos.

También en 1985, se presentaron otras denuncias que no se referían a desapariciones, entre ellas contra militares que actuaron en los Bancos Hipotecario y de Previsión Social y contra los civiles y los militares que

163. La justicia uruguaya hasta el día de hoy, no imputa el crimen de desaparición forzada sino el delito de homicidio, en la mayoría de las causas penales relativas a este tipo de crimen de lesa humanidad.

164. En los años posteriores, declarar muertos a los desaparecidos, se constituyó en un elemento sobre los que se articularían los intentos de supuestos “puntos finales” del asunto.

165. El 18 de mayo de 1976 fueron secuestrados en Buenos Aires, hallándose sus cuerpos sin vida el 21 de mayo junto con los de dos ex tupamaros (Rosario Barredo y William Whitelaw). Pese a que se trataba de 4 asesinatos, la citada comisión se denominó solamente como investigadora sobre secuestro y asesinato perpetrados contra los dos ex legisladores Gutierrez Ruiz y Michelini.

166. Entre esos años, de las 174 desapariciones de adultos registradas en la comisión investigadora parlamentaria, sólo 44 habían sido judicializadas.

167. Enrique Rodríguez Larreta sobreviviente de Automotores Orletti trasladado ilegalmente a Uruguay.

168. José Nino Gavazzo, Jorge Silveira, Manuel Cordero y Hugo Campos Hermida, en la causa nº 42.335 bis caratulada *Rodríguez Larreta, Enrique s/ su querrela*.

dieron el golpe de Estado,¹⁶⁹ y contra el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Poder Judicial por omisión con relación al secuestro de Elena Quinteros del predio de la embajada de Venezuela.

Cuando los jueces solicitan información y/o a citan a militares y policías acusados, las informaciones solicitadas no son contestadas y los citados no concurren a los Juzgados. Para amparar a los militares en una estrategia para ganar tiempo, el Ministerio de Defensa a través de la Justicia Militar reclama la competencia para juzgar a los militares y quedó entablada una contienda de competencia que debió ser resuelta por una Suprema Corte de Justicia integrada, además, por dos conjuces militares. Eso motivó que se presentaran recursos de inconstitucionalidad contra la integración de los jueces militares. Si bien esa contienda se perdió, el tema de fondo – si justicia civil o militar – fue resuelto a favor de la justicia civil, con el voto discordante de los miembros militares. En noviembre de 1986 se resolvió la primera causa a favor de la Justicia Ordinaria. Resuelto ese aspecto, las denuncias vuelven a los Juzgados para continuar con las indagatorias, pero mientras tanto sectores del Partido Colorado y Nacional negociaban un acuerdo que pusiera a resguardo a los militares de los juicios.

Resuelto que clase de justicia tendría el Uruguay para investigar las violaciones a los derechos humanos, se abría una nueva interrogante: ¿los militares seguirían constituyendo un poder detrás del sillón presidencial? La respuesta se tendría si los militares concurrían o no a declarar ante un juzgado.

Las amenazas primero y la negativa después de tres militares¹⁷⁰ a declarar y el desconocimiento por parte del Ministerio del Interior de la orden de detención ordenada por un juez, dieron una respuesta clara a la interrogante. Mientras desde las organizaciones de derechos humanos se catalogaba esos hechos como una violación del principio constitucional de independencia del Poder Judicial y se reclamaba que la orden de detención fuera cumplida, el Presidente Sanguinetti se sumó al desacato militar, al enviar el Ministro de Defensa los antecedentes de la comisión investigadora sobre los asesinatos de Michelini y Gutiérrez Ruiz, a la justicia militar, y ésta se declara competente desconociendo lo resuelto por la Suprema Corte. El siguiente paso de la estrategia de la impunidad, lo da nuevamente el propio Presidente de la República, cuestionando la independencia del Poder Judicial: “hoy no hay posibilidad de tener un sereno juicio de la justicia”. Mientras, se trabajaba a marcha forzada bajo la amenaza de nuevos desacatos, en procura de una solución política para evitar el enjuiciamiento a los militares.

169. Juan María Bordaberry, Walter Ravena (civiles) y el General Hugo Chiappe Pose y el Brigadier General José Pérez Caldas.

170. José Nino Gavazzo, Manuel Cordero y Luis Maurente.

El 20 de agosto de 1986, los generales retirados se responsabilizan de todas las operaciones realizadas en la dictadura, y pocos días después el Partido Colorado presenta un proyecto de amnistía, que es rechazado con los votos del Partido Nacional y el Frente Amplio. Al cabo de algunos días, es el Partido Nacional quien presenta otro proyecto de amnistía, que esta vez es rechazado por el Partido Colorado y el Frente Amplio.

Ante el riesgo de que muchas muertes ocurridas en prisión quedaran sin investigación, en razón de algún acotamiento que se estableciera sobre los delitos de lesa humanidad a consideración del parlamento, el Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay (Ielsur)¹⁷¹ y el Servicio Paz y Justicia Uruguay (Serpaj)¹⁷² presentaron nuevas denuncias penales sobre torturas.

Cuando los jueces, en dos causas,¹⁷³ citan a declarar a varios militares, estos anuncian que no concurrirán. El Ministro de Defensa, retiene las citaciones, mientras la mayoría del Partido Colorado y Nacional acuerdan la Ley de Impunidad, que finalmente ingresa al Parlamento el 20 de diciembre de 1986 y es aprobada veintidós horas antes que venciera el plazo para que los militares debieran comparecer ante los juzgados. Pocas horas después, el parlamento desafuera al Senador frenteamplista Germán Araujo, quien se había caracterizado por efectuar amplias denuncias contra militares. Esas denuncias, que fueran enviadas a la justicia, al día de hoy no son ubicadas en los juzgados.

El 24 de diciembre, el Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT)¹⁷⁴ convoca a un acto en repudió a la ley de caducidad, en el que el movimiento sindical se compromete a no dar un paso atrás en la lucha contra la impunidad. Dos días después, la organización de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos y las viudas de los parlamentarios asesinados Michelini y Gutiérrez Ruiz lanzan el llamado para la organización de un *referéndum* contra la Ley de Impunidad. En el Poder Judicial, la Ley de Caducidad fue impugnada por su inconstitucionalidad por los denunciantes y algunos por los propios jueces de las causas. Mientras a nivel social y político se iniciaba

171. El Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay es una organización no gubernamental, constituida con el propósito de defender los derechos humanos aplicando los instrumentos jurídicos nacionales e internacionales, a los efectos de obtener su plena vigencia.

172. El Servicio Paz y Justicia Uruguay es una organización no gubernamental de promoción, educación y defensa de los derechos humanos y la paz que comenzó a trabajar en 1981 durante la dictadura cívico militar.

173. Se trata de la denuncia presentada por secuestros en la Argentina en 1976 de integrantes del PVP y la desaparición de un militante comunista en Uruguay en 1981.

174. El Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores es la organización única de los trabajadores sindicalizados del Uruguay que se reconstruye luego de la dictadura.

el proceso que les permitiera plebiscitar mediante un referéndum la ley de impunidad, nuevamente eran remitidos a la Suprema Corte las denuncias para que esta resolviera la constitucionalidad de la Ley de Caducidad.

Es claro el cambio que se advierte en la actitud del Poder Judicial. Los jueces con el aval de los fiscales, salvo aquellos que interpusieron el recurso de inconstitucionalidad, aplicaron aún con exceso¹⁷⁵ la ley, enviando todos los expedientes al Ejecutivo, quien sin excepciones ordenó su archivo.

El 2 de mayo de 1988, la Corte por mayoría, y con la oposición de dos Ministros, resolvió que la Ley de Caducidad era constitucional.¹⁷⁶

Las investigaciones que establecía el artículo 4º de la ley fueron encomendadas en los casos de los adultos desaparecidos a fiscales militares, que no encontraron responsabilidad de los militares. Al Instituto del Menor se le encomendó los casos de los niños desaparecidos, que no logró la restitución de ninguno de ellos. La única investigación que prosperaría, aunque su resultado sería ocultado, fue la encomendada al Ministerio de Relaciones Exteriores por el secuestro y posterior desaparición de la maestra Elena Quinteros del predio de la embajada de Venezuela en 1976.¹⁷⁷ Luego de dos años, se lograron las firmas para realizar el Referéndum. El 16 de abril de 1989, se ratificó la Ley de Caducidad, con un 57,5% de los votos, frente a un 42,5% de los que la impugnaban.

Pocos días antes de realizarse el *referéndum* el Comité de Derechos Humanos de Naciones Unidas cuestionó severamente la compatibilidad de la Ley de Caducidad, con las normas del Pacto de Derechos Civiles y Políticos.

Si bien, se es coincidente que el *referéndum* puede haber significado la materialización de un gran esfuerzo social, que produjo efectos que atravesaron la sociedad uruguaya en todos sus niveles, pocas fueron las visiones que sostuvieron la inconveniencia de haber puesto a *referéndum* una disposición legal de esa naturaleza.

Dos años después la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de la Organización de los Estados Americanos (OEA), dicta el Informe nº 35/91, en el que concluye que la Ley de Caducidad viola los artículos de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre y de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.

175. Algunos jueces aceptaron pacíficamente: incorporar a la ley delitos anteriores al 27 de junio de 1973; incorporar a los mandos militares; e incorporar delitos económicos, claramente excluidos de la ley.

176. Addiego, Tommasino y Nicolliello por la mayoría y Balbela de Delgue y García Otero por la minoría.

177. La excepción de esta investigación, que quedó fuera de las encomendadas a los fiscales militares, estuvo motivada en que Venezuela había roto relaciones diplomáticas con Uruguay y su restablecimiento estuvo condicionado a que se investigaran los hechos.

El gobierno uruguayo cuestiona el Informe n° 35/91, por “total ausencia de mínimos criterios de ponderación del contexto jurídico-político democrático en el que se han adoptado en Uruguay las leyes de amnistía y caducidad”, que “la Comisión estigmatiza al gobierno democrático por haber alcanzado la Reconciliación por las vías legales que conforme a su Derecho procedían, y al pueblo uruguayo por haber ratificado en las urnas la bondad de esa solución” y que “no existe instrumento alguno de Derecho Internacional que consagre la potestad de cuestionar y menos deslegitimar, la libre y soberana expresión de un pueblo a través del sufragio”.

Un año después, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos produce el Informe n° 29/92, en el que plantea, que “la cuestión en estos casos no es la de la legitimidad interna y otras medidas adoptadas por el Gobierno para lograr los efectos que aquí se denuncian”. Que “la Comisión está obligada por inveterados principios de derecho internacional y, en particular, por disposiciones de la Convención, a llegar a una determinación acerca de si ciertos efectos constituyen una violación de las obligaciones contraídas por el gobierno...”. Luego de contestar los cuestionamientos del Estado Uruguayo, la Comisión concluye confirmando los términos del Informe n° 35/91 y recomienda, “la adopción de las medidas necesarias para esclarecer los hechos e individualizar a los responsables de las violaciones a los derechos humanos ocurridas durante el período de facto”. Recomendación que será ignorada.

La derrota al intento de dejar nula la Ley de Caducidad, produjo efectos diversos en todo el tejido social y en el seno de las organizaciones políticas y sociales. Entre otras, la lógica, que aún hoy se esgrime de que “no existe instrumento alguno de Derecho Internacional que consagre la potestad de cuestionar y menos deslegitimar, la libre y soberana expresión de un pueblo a través del sufragio”. También que lo que se ratificó en 1989 fue algo más que una ley con determinado texto: se había resuelto dar vuelta la página.

Esto impregnó, a la hora de establecer las estrategias de lucha contra las impunidades de la verdad y la justicia, posteriormente a la derrota del *referéndum*, de una impronta que confinó la misma a la lucha por la verdad en el marco de la propia Ley de Caducidad: el artículo 4º y otras formas que se empezaron a desarrollar en ese período. El tema del juicio a los responsables quedó, salvo para unos pocos, fuera de la agenda política y judicial. La verdad, a través del cumplimiento del artículo 4º quedó en sus comienzos acotada a un problema de voluntad política del gobierno que se demostró en el hecho de encomendar las investigaciones a fiscales militares. Las únicas investigaciones encomendadas que no las realizarían

los propios acusados, fueron las del Ministerio de Relaciones Exteriores (caso Elena Quinteros) y el caso de los niños (Instituto Nacional del Menor). Ninguna de ellas, luego de investigadas las actuaciones cumplidas en su propio ámbito, pudo o quiso continuar las investigaciones en el Ministerio de Defensa o Interior. Llamativamente la investigación que no realizaron los fiscales militares y que llegó a establecer las responsabilidades por las que irá preso Juan Carlos Blanco, fue ocultada en los escritorios de la Presidencia de la República.

Existieron, es cierto, preocupaciones, que ubicaron la posibilidad de la investigación en el terreno judicial, mediante los juicios civiles de Reparación patrimonial.¹⁷⁸ El trámite de las causas de reparación civil, se realizó mayoritariamente durante el gobierno de Lacalle. Los jueces de lo Contencioso Administrativo, se dispusieron a investigar las responsabilidades y ordenaron el allanamiento del local donde había funcionado una cárcel clandestina. Ante ello, el Ministerio de Defensa, ofrece una transacción amistosa que pusiera fin a los juicios. Luego de algunas polémicas, sobre si dichas transacciones significaban una plena aceptación de responsabilidades del Estado y si ese era el objetivo de las demandas de reparación, el gobierno logro poner fin a los juicios al haber aceptado los litigantes la transacción ofrecida.

Cuando todo parecía señalar que a la impunidad de falta de justicia se sumaba la de no verdad, Tota Quinteros reclama por vía judicial, el 15 de diciembre de 1999, el derecho a la verdad. El Poder Ejecutivo se opone al reclamo con los mismos argumentos y documentos en que se fundó para no atender el Petitorio colectivo de los familiares de desaparecidos: ya “se investigó y que no corresponde reabrir aquellas ya efectuadas, ni comenzar nuevas”.¹⁷⁹ El 10 de mayo de 2000, la Jueza Jubette, y el 31 de mayo de 2000, un Tribunal de Apelaciones, ordenan al Ejecutivo (Ministerio de Defensa) a investigar la desaparición de Elena Quinteros. Quedaba así abierta la vía judicial, mediante el Recurso de Amparo, para reclamar el cumplimiento del artículo 4º. También quedaba explícita una vez más la falta de voluntad del Ejecutivo, en manos del Presidente Batlle, para cumplir alguna investigación que afectara a los militares. Pese a ser intimado, el Ministerio de Defensa incumplió lo demandado por la justicia y la sociedad uruguaya se encontró ante el dilema, de cómo hace para que

178. Fue fundamentada por el catedrático Horacio Casinelli Muñoz, “Lo primero que deberá hacer la justicia en estos casos será investigar la responsabilidad del demandado en el hecho que se le imputa”.

179. El 16 de abril de 1997 la organización de Madres y Familiares presenta un petitorio ante el Poder Ejecutivo pidiéndole que lleve a cabo una investigación. No se recibió respuesta y ello originó una causa ante un Tribunal de lo contenciosos, que finalmente se abandonó.

un Poder del Estado (El Judicial), pueda obligar a hacer a otro Poder (el Ejecutivo), lo que no quiere hacer.

III

La sentencia de febrero del 2011¹⁸⁰ de la CIDH en el caso Gelman, al obligar al Estado uruguayo a disponer que las investigaciones judiciales fuesen llevadas de manera eficaz, en un plazo razonable, garantizando el pleno acceso de las víctimas en todas las etapas de la investigación, pareció proyectar un cono de luz sobre un escenario poblado de sombras durante muchos años. Cumplir con esa obligación¹⁸¹ implicaba que el Estado tomara los recaudos necesarios para que la Ley n° 15.848, que había impuesto la impunidad, no siguiera impidiendo ni obstaculizando las futuras investigaciones y eventuales sanciones de los responsables.

El mandato que imponía la CIDH al Estado uruguayo auguraba poner fin a un largo esfuerzo desarrollado por la sociedad civil para barrer del escenario una política de impunidad sustentada esencialmente por el uso que los gobiernos hicieron de una norma claramente carente de legalidad jurídica,¹⁸² aprobada por la mayoría del sistema político uruguayo el 22 de diciembre de 1986. Según ella se consagraba en el Uruguay el renunciamiento del Estado de su obligación de punir los delitos por móviles políticos cometidos por militares y policías durante el período dictatorial (1973-1985).

La CIDH, al pronunciarse sobre la validez de la Ley n° 15.848 y la aplicación de excluyentes de responsabilidad (prescripción de los delitos,

180. Los hechos de esta sentencia se refieren a la desaparición forzada de María Claudia García de Gelman, detenida en 1976 en Buenos Aires, Argentina, en estado de embarazo, y que fuera trasladada ilegalmente al Uruguay donde dio a luz a una niña, quien fue entregada a un integrante de las fuerzas de seguridad uruguaya. Hechos cometidos por agentes estatales uruguayos y argentinos en el marco de la Operación Cóndor, sin que hasta la fecha se conozcan el paradero de María Claudia García y las circunstancias de su desaparición.

181. La obligación se funda en que el Uruguay es Estado Parte de la Convención Americana desde el 19 de abril de 1985 y que reconoció la competencia contenciosa de la Corte en esa misma fecha. También en que es parte en la Convención Interamericana para Prevenir y Sancionar la Tortura desde el 10 de noviembre de 1992; en la Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas desde el 2 de abril de 1996, y en la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer desde el 2 de abril de 1996.

182. La Ley de Caducidad le da competencia propiamente jurisdiccional al Poder Ejecutivo para resolver si los casos denunciados ante la justicia penal están comprendidos en la misma y, en consecuencia, disponer la clausura y el archivo de las mismas, haciendo imposible el juzgamiento de los culpables por delitos de lesa humanidad.

cosa juzgada, obediencia debida, etc.) que pudieran impedir las investigaciones y sanciones de los responsables de las graves violaciones de los derechos humanos, estableció que el hecho de que esa ley hubiera sido aprobada por un parlamento democrático y posteriormente ratificada o respaldada en dos oportunidades por la ciudadanía, no le concedía, automáticamente ni por sí sola, legitimidad ante el Derecho Internacional. De esa manera, parecía saldarse el efecto que la casi unanimidad del sistema político le otorgó a los resultados de los procedimientos de ejercicio directo de la democracia – recurso de *referéndum* de abril de 1989¹⁸³ y el plebiscito de octubre del año 2009¹⁸⁴ – para justificar su inacción ante la continua y pertinaz violación de los derechos establecidos en la Convención Americana de Derechos Humanos. Las normas del Derecho Internacional de los Derechos y la protección de los derechos humanos se constituían a partir de la decisión de la CIDH, en un límite infranqueable a la regla de mayorías que por dos veces habían decidido la vigencia de dicha ley.

IV

Hay un período de tiempo en los procesos que vivieron las sociedades latinoamericanas en los años 1980 que se ha dado en denominarse “de transición” entre los regímenes autoritarios (dictaduras) y las “democracias” restauradas.

Partiendo de la base de que dichas transiciones tuvieron sus particularidades y especificidades en los distintos países que sufrieron dictaduras, ese fenómeno en el Uruguay permite entender y explicar algunos aspectos poco o insuficientemente analizados. Entre ellos una visión de la llamada “justicia de transición”, que implica la posibilidad de una justicia recortada, una visión, un camino al que los esfuerzos de los sectores más consecuentes de la defensa de los derechos humanos se ha negado a transitar pasivamente.

183. El 16 de abril de 1989 un grupo de ciudadanos y familiares de detenidos desaparecidos promovió y obtuvo la recolección de las firmas necesarias de los electores que le permitió interponer un recurso de referéndum contra la Ley de Caducidad n° 15.848, el cual no fue aprobado por la ciudadanía uruguaya, pues solo el 42,4% de los votantes se pronunció a favor de hacer lugar al recurso y el resto en contra.

184. El 25 de octubre de 2009 se sometió a consideración de la ciudadanía, junto con las elecciones de autoridades nacionales y mediante el mecanismo de iniciativa popular un proyecto de reforma constitucional por el cual se introduciría en la Constitución una disposición especial que declarararía nula la Ley de Caducidad, propuesta que sólo alcanzó el 47,7% de los votos emitidos, por lo que no fue aprobada.

Efectivamente, una suerte de justicia de transición en el Uruguay buscó por todos los medios abstenerse de la persecución penal y la punición de las graves violaciones a los derechos humanos de la dictadura. Para legitimar esa opción, argumentó que así se facilitaba una transición pacífica. La aprobación de la Ley de Caducidad fue la más importante herramienta jurídica de exención de una persecución penal.

Las exigencias de responsabilidad y justicia de las víctimas, sus familiares y de las organizaciones defensoras de los derechos humanos en el Uruguay, siempre estuvo en conflicto – de mayor o menor intensidad –, con los esfuerzos que desde el Estado y el sistema político se realizó para abstenerse de buscar la verdad y la persecución penal. El precio de la paz que debía pagar la sociedad, era la ausencia de justicia. Una política de persecución penal consecuyente y eficaz, se sostenía, desencadenaría nuevas violencias y ponía en peligro los logros alcanzados: una transición en paz de un gobierno dictatorial hacia uno democrático.

Si la transición fue el período de tiempo en que las fuerzas de la dictadura negociaron la entrega del poder, resulta interesante establecer cuando comenzó ese tiempo de la transición, cuando terminó, y cuanto poder se entregó en el marco de esa negociación que supo ser presión y desacato al orden institucional.

Durante el transcurrir de ese período, en el caso de Uruguay, la lógica de esa suerte de justicia transicional buscó proporcionar los medios jurídicos y políticos para que la transición política transada en los acuerdos entre la dictadura y la llamada “oposición” democrática (Pacto del Club Naval) encontrara los caminos más adecuados para que la gestión de un pasado de abusos y violaciones generalizadas y sistemáticas de los derechos humanos, se realizara en el marco de la reconciliación, el equilibrio entre el poder militar y el poder civil y una supuesta estabilidad de la sociedad.

Ese proceso se intentó y por largo tiempo se logró realizar, obviando que el restablecimiento de los principios democráticos necesariamente pasaba por resolver una condición básica para un Estado de derecho: la necesidad colectiva de conocer la verdad en pos de la justicia.

En el caso de Uruguay, esa transición estuvo sujeta a determinadas negociaciones políticas que se desarrollaron a la interna de las fuerzas que sostenían la dictadura; a la interna del bloque opositor a la misma; y entre ambos bloques.

Algunas visiones han pretendido, para una supuesta comprensión de ese período, construir un relato supuestamente equilibrado del mismo. Según ese relato, el arribo a una “democracia”, que se transa con los sectores autoritarios en el poder, implica inevitablemente aceptar que ese arribo a un

estadio democrático significa en mayor o menor medida una subsistencia de resabios del estadio anterior autoritario. Esos son los costos, el precio que hace posible esa transición. Ese era el único camino que aseguraba la coexistencia armónica entre pasado y presente, aun al costo de haber generado una naciente desconfianza respecto al Estado y sus instituciones.

De la mano de ese relato, la mirada sobre ese período histórico es presentada como una ayuda para no repetir errores que se reparten casi equitativamente entre civiles y militares. Para ellos, el golpe de Estado del 27 de junio de 1973, fue una intriga palaciega y no una acción violenta – que pudo ser más o menos violenta en sus inicios y desarrollo posterior, según la resistencia que internamente o desde el exilio político se le oponía.

V

En la lucha contra la impunidad se torna imprescindible hacer valer aquellas normas del derecho que fueron creadas con el esfuerzo de la sociedad civil, en todos esos años, justamente para impedir su perpetuación. En ese marco y con ese horizonte se desarrolla desde la sociedad civil diversas estrategias a nivel político y judicial de acuerdo al escenario existente.

Cuando la Corte IDH dictó la sentencias del *Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras* en 1988, en el *Caso Blake vs. Guatemala* en 1998, en *Caso La Cantuta vs. Perú* en 1999, en *Caso Barrios Altos vs. Perú* en 2001 y en el *Caso Gomes Lund e Outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil* en 2010, intuíamos desde las organizaciones defensoras de los derechos humanos que se estaban produciendo avances sustanciales en América que finalmente deberían ocasionar efectos en el Uruguay. Y, también, cuando finalmente se produjo la sentencia del *Caso Gelman vs. Uruguay* el 24 de febrero de 2010, eso que intuíamos en aquellos años anteriores, se transformó en esperanza cierta. Por fin se cerraba en el Uruguay una etapa y se abría otra con nuevos desafíos pero con la posibilidad cierta de que se frenaba la impunidad consagrada por la Ley de Caducidad.

Es a partir de esa situación nueva que desde la sociedad civil se empezó a articular un nuevo esfuerzo para conjuntar esfuerzos colectivos que permitieran darle continuidad a esa nueva etapa en la que debía transitar el Estado uruguayo. Por eso se juntaron diversas organizaciones de derechos humanos con un doble propósito: asegurar que las obligaciones impuestas por la Corte IDH se cumplieran y al mismo tiempo consolidar un esfuerzo de unidad permanente de aquellos actores sociales que

deberíamos tener un rol fundamental en el proceso de justicia que se reabría sobre los hechos del llamado pasado reciente.

Ese esfuerzo en sus comienzos se articuló sobre la necesidad de impulsar a nivel parlamentario una norma que complementara las obligaciones emergentes de aquella sentencia de la Corte IDH, acotara la posibilidad de su no cumplimiento en forma eficaz, habida cuenta de que visualizábamos la existencia de algunas dificultades jurídicas. Dicho de otra manera, había que dotar al Poder Judicial de una norma que claramente evitara el no cabal acatamiento que Uruguay debía dar a la mencionada sentencia de la CIDH.

La promulgación por el parlamento de esa norma legal – que pese a las innumerables gestiones realizadas desde la sociedad civil – no se concretó de la forma que impulsábamos. Luego de un intento fallido por el no voto de un diputado oficialista, se aprobó la Ley nº 18.831, que actualmente la mayoría de la SCJ viene catalogando, parte de ella, de inconstitucional. Pese a que esa norma, y la posición mayoritaria de la SCJ sobre ella, pauta aspectos importantes referidos a los actuales dilemas jurídicos e institucionales que debe resolver el Uruguay para no desacatar sus obligaciones internacionales, es importante recordar que las organizaciones de derechos humanos ante la promulgación de la Ley nº 18.831 expresaron públicamente que su contenido era de exclusiva responsabilidad del sistema político, y que la fórmula que habían impulsado creían que era la más adecuada. No obstante, expresaron que abrigaban la firme esperanza que la ley que finalmente se aprobó fuera realmente efectiva para erradicar definitivamente la impunidad. Su no aplicación por la inmensa mayoría de los jueces de primera instancia, terminó posteriormente, a darles la razón.

Posteriormente se inicia un lento y titubeante accionar del Estado para cumplir la Sentencia de la Corte IDH, en el que desde la sociedad civil se debió intervenir.

Con esa norma y la Resolución del Poder Ejecutivo que dispuso dejar sin efectos los Actos Administrativos de los gobiernos anteriores, podría interpretarse, de que de ahí en más, el sistema judicial era el encargado exclusivo de completar la tarea (desarchivar causas, investigar los hechos y sancionar a los responsables), obligación que si bien es deber para el Estado en su conjunto, el sistema de división de poderes las fragmentó. En esa situación, la finalización de la tarea de llevar adelante de manera eficaz y en un plazo razonable las investigaciones y el juzgamiento de los responsables, quedó exclusivamente en manos del sistema judicial.

Resumiendo, el nuevo desafío de esta etapa incorporó activamente al sistema judicial tanto por el desarchivo de antiguas causas y la presentación

de nuevas denuncias. Ese escenario puso en evidencia un problema nuevo, ya no de carácter jurídico, sino de la incapacidad (material y de herramientas institucionales y administrativas) para que el proceso de justicia fuera eficaz.

En ese escenario, fue que apareció como imprescindible realizar un seguimiento de ese proceso, para que ello nos permitiera detectar las dificultades e impulsar las medidas que fueran necesarias. El PIT-CNT¹⁸⁵ resuelve en marzo del 2012, crear un Observatorio de las causas judiciales y de las políticas públicas en materia de derechos humanos. Se apuntaba contribuir a mejorarlas o perfeccionarlas las políticas públicas de manera que garanticen el pleno acceso a la justicia.

Esa iniciativa de un Observatorio fue asumida y perfeccionada con el aporte de las organizaciones sociales que actualmente lo componen, de abogados, de las gremiales de magistrados y de fiscales y el asesoramiento de otros observatorios existentes en América (Argentina, Perú y Chile).

Con algunas informaciones rescatadas de los juzgados y las fiscalías y la existente en la sociedad civil, se conformó una base de datos inicial, que fue puesta en un sitio web de libre acceso.¹⁸⁶

¿Qué se detectó allí? Que había causas que no habían sido desarchivadas a partir de la Resolución del Poder Ejecutivo que lo había dispuesto. Comprobamos nuevamente, que la investigación, el aporte de información, testimonio y el impulso procesal continuaba dependiendo casi exclusivamente en los denunciantes y las organizaciones de la sociedad civil, como lo avala el informe del relator especial de ONU Pablo de Greiff.

La actuación de la sociedad civil al día de hoy es la que sigue asumiendo un rol que le corresponde al Estado. La sociedad civil sigue siendo el principal auxiliar de la justicia. Para tratar que el Estado asumiera en parte ese rol, durante más de un año el Observatorio recorrió los despachos de Ministros, de la Secretaria de la Presidencia de la República y de todos aquellos que tienen responsabilidades específicas en estos temas en el Estado, planteando ese problema e impulsando la creación de un Equipo Especial-Auxiliar de la Justicia en crímenes de terrorismo de Estado, para que colaborara en forma directa con los operadores jurídicos del Poder Judicial, en todos los casos relacionados con la investigación de crímenes cometidos en el marco del terrorismo de Estado.

185. La central sindical única de los trabajadores del Uruguay (Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores).

186. El Observatorio Luz Ibarburu está disponible en: <observatorioluzibarruru.org>.

Finalmente se creó dicha Unidad especial, que aún presenta dificultades en su accionar por falta de medios y un uso adecuado por parte del sistema judicial, como también lo expresó recientemente el Relator especial de la ONU.

La estrategia unificada de los abogados de los Centros militares llevando a cabo múltiples acciones de dilación de los procesos, la posición de la mayoría de la SCJ con relación a la Ley n° 18.831 y a la validez general de la sentencia de la Corte IDH, y un porcentaje muy amplio de causas sin abogados de los denunciantes, puso en evidencia que nos encontrábamos dando una verdadera batalla contra el tiempo. Fallecían los victimarios, las víctimas y los testigos. En el caso de los victimarios, eso interrumpía inexorablemente el proceso, y en los otros casos, producían dificultades para el esclarecimiento de los hechos y sus responsables.

Luego de dos hechos importantes – el traslado de una jueza¹⁸⁷ y los recursos de inconstitucionalidad dictados por la mayoría de la Suprema Corte y algunas posiciones sustentadas por algún fiscal y un par de jueces – se entró en una etapa en que se juntaba una impunidad fáctica por un lado, y la amenaza de otra de carácter jurídico. Eso era evidente: no se producían avances sustanciales (procesamientos) en algunos casos que ameritan a ello y se producían sobreseimiento y archivos por prescripción en otros.

Con ese panorama, a comienzos del 2014, el Observatorio resolvió incorporar a sus objetivos iniciales otro rol: el de asumir un papel activo en las causas.

Para eso se abocó a la tarea de instrumentar un equipo jurídico que asumiera el patrocinio en aquellas causas que no tenían abogado y coordinara con los pocos abogados que aun actuaban en ese campo.

Para ese rol no se podía seguir pensando en el trabajo honorario de profesionales, y en razón de ello con los aportes del movimiento sindical y financiación internacional se conformó a principios del 2015 un equipo jurídico que empezó a desarrollar un plan de trabajo para conocer en tiempo y forma el contenido y la situación de la totalidad de las causas y realizar el patrocinio legal de alrededor de medio centenar de ellas. Se trata de un universo que actualmente comprende unas 280 causas aproximadamente, que incluye también las causas “no activas”, es decir, aquellas que fueron archivadas o que se encuentran en ejecución de sentencias dictadas. La razón de incorporar y mantener en la base de datos esas causas radica en que en ellas existe información que es relevante a la hora de analizar delitos cometidos

187. La Doctora Mariana Mota que estaba al frente del Juzgado Penal de 7° Turno con alrededor de cincuenta causas en proceso de presuntorio.

por un solo actor, el Estado y por lo tanto insumo importante para la investigación global de las responsabilidades globales del Estado terrorista.

No existe la información que obra en nuestra base de datos, en ningún otro lugar, no existe una sistematización de esa información. El Poder Judicial no sabe cuántas causas existen y cuál es su situación lo que indica la ausencia de interés de monitorear el cumplimiento o no de las sentencia de la Corte IDH.

A nivel de la Fiscalía de Corte, la situación es algo distinta, allí se elabora aunque con mucho atraso y con información insuficiente y parcial, listados de las causas que tienen los distintos fiscales. Debemos reconocer que recientemente el Fiscal de Corte dispuso una perentoria actualización de esa información a partir de un cuestionario que realmente es útil.

También la consulta de la base de jurisprudencia nacional de la Suprema Corte de Justicia, tiene alguna utilidad para actualizar información. Este aspecto de tener una información actualizada y útil para el proceso de justicia, es una responsabilidad del Estado, que ha tenido que ser asumida desde la sociedad civil a través del Observatorio Luz Ibarburu.

Otro objetivo que se formuló el Observatorio, es conocer las causas que carecen de representación legal. Si como lo anotamos en otra parte y lo destaco el relator Especial de ONU, en el Uruguay las causas han descansado en los esfuerzos principalmente de la sociedad civil, una causa sin representación legal de las víctimas o los denunciantes, está condenada a no avanzar. Un relevamiento reciente de las causas en esa situación nos indica que el porcentaje es muy alto.

A partir del trabajo del equipo jurídico que conduce el Dr. Pablo, actualmente el Observatorio asumió la representación legal de un número importante de causas, realiza el acompañamiento a los denunciantes y testigos en las audiencias e impulsa procesalmente las mismas cuando corresponde.

Es notoria la omisión del Estado en tomar medidas administrativas y/o legislativas que permitan mejorar el tratamiento de las causas. La ya creada Unidad Especial del Ministerio del Interior, está a nuestro entender desaprovechada, por desconocimiento de su rol y de las posibilidades que puede desarrollar como auxiliar de la justicia.

Por otro lado, el Estado se comprometió ante la Corte IDH en el 2011 a instalar unidades de apoyos a las fiscalías, sin embargo, esa iniciativa se materializó a fines del 2015. Otro tanto sucede con el tratamiento de los exhortos solicitados a la justicia Argentina, que pese a los acuerdos de cooperación, sufren un tratamiento inadecuado. Otro tanto debemos decir del acceso a la información en manos del Estado, existe una política

de secretismo hacia las organizaciones de la sociedad civil que poco o nada contribuye a colaborar con el proceso de justicia.

Resumiendo el Observatorio Luz Ibarburu en la medida que recoge y sistematiza la información sobre las causas por terrorismo de Estado, es algo más que su narrativa, da una interpretación y comprensión de los hechos que ocurren en el proceso de justicia. El resultado no es bueno ni alentador y ello es también parte de la batalla por la verdad de las complicidades y/o omisiones del Estado. Contrariamente a otras situaciones vividas en la lucha contra la impunidad, la reacción de la sociedad, que en parte se materializa en la creación del Observatorio Luz Ibarburu, no es contra una situación desfavorable imperante como cuando se impidió la actuación del sistema judicial, sino de consolidación de un cambio favorable que se manifiesta en la importancia que ha tomado la normativa internacional y la eliminación parcial y aun en debate de las trabas a ese proceso.

Resolver estos aspectos, es darle una respuesta justa a la interrogante de ¿para qué existe la justicia?

Referencias

ALLANAN casa de exmilitar e incautan documentación sobre la dictadura. **República**, Montevideo, 3 oct. 2015. Disponible en: <<http://www.republica.com.uy/allanan-casa-de-exmilitar-e-incautan-documentacion-sobre-la-dictadura/540442/>>.

BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidad nas cortes domésticas: procesos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: MJ; Nova Iorque: ICT, 2011. Disponible en: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>.

COMISIÓN pidió a Vázquez mejorar reparación a víctimas de dictadura. **República**, Montevideo, 12 jun. 2015. Disponible en: <<http://www.republica.com.uy/victimas-de-dictadura/521065/>>.

CORTIZAS, Gabriela. Revisión del pasado reciente bajo la lupa de historiadores. **El País**, Montevideo, 24 mayo 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/revision-pasado-reciente-lupa-historiadores.html#>>.

DESAPARECIDOS: 100 llamadas para brindar información en un mes. **El País**, Montevideo, 22 sept. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy>>.

com.uy/informacion/desaparecidos-llamadas-brindar-informacion-mes.html#sthash.i82LkFgp.dpuf>.

DOCUMENTACIÓN sobre la dictadura fue incautada en casa de militar fallecido. **El Observador**, Montevideo, 3 oct. 2015. Disponible en: <<http://www.elobservador.com.uy/documentacion-la-dictadura-fue-incautada-casa-militar-fallecido-n682991>>.

ERRANDONEA, Jorge. Justicia transicional en Uruguay. **Revista IIDH**, San José, n. 47, p. 13-69, 2008. Disponible en: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23814.pdf>>.

FAMILIARES de desaparecidos en la dictadura uruguaya dicen perseguir la verdad. **Ultima Hora**, Montevideo, 19 mayo 2015. Disponible en: <<http://www.ultimahora.com/familiares-desaparecidos-la-dictadura-uruguaya-dicen-perseguir-la-verdad-n897670.html>>.

FISCAL de Corte busca impulsar causas de crímenes en dictadura. **El Observador**, Montevideo, 9 mayo 2015. Disponible en: <<http://www.elobservador.com.uy/fiscal-corte-busca-impulsar-causas-crimenes-dictadura-n304673>>.

GUIMARAENS, Ines. Amodio Pérez fue procesado con prisión por “reiterado delitos de privación de libertad”. **El Observador**, Lima, 14 sept. 2015. Disponible en: <<http://www.elobservador.com.uy/amodio-perez-fue-procesado-prision-reiterado-delitos-privacion-libertad-n677344>>.

INCAUTAN documentos de la dictadura en allanamiento. **El Observador**, Montevideo, 4 oct. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/operativo-incautan-documentos-dictadura-allanamiento.html>>.

LA COMISIÓN me dijo. **Montevideo Portal**, Montevideo, 19 mayo 2015. Disponible en: <<http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?271654,3>>.

LOS TRABAJOS y los días. **Montevideo Portal**, Montevideo, 11 jun. 2015. Disponible en: <<http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?274085>>.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição**. Brasília: Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. (no prelo)

PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o *Pachecato* e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, 26., São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponible en: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRA-PADROS.pdf>.

PRESENTAN un nuevo proyecto de ley para juzgar los crímenes de la dictadura uruguaya. **Última Hora**, Montevideo, 1º jun. 2015. Disponible en: <<http://www.ultimahora.com/presentan-un-nuevo-proyecto-ley-juzgar-los-crime-nes-la-dictadura-uruguaya-n901386.html#sthash.IT4y365T.dpuf>>.

REALIZARON inspección ocular en el Batallón 13. **El País**, Montevideo, 13 jun. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/realizaron-inspeccion-ocular-batallon.html#sthash.SRQrl4GW.dpuf>>.

RUGGIERO, Viviana. Amodio Pérez vuelve a estar tras las rejas 43 años después. **El País**, Lima, 15 sept. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/amodio-perez-vuelve-estar-rejas.html>>.

SALVO, Ana De. Hoy será la edición número 20 de La Marcha del Silencio. **El Diario**, Montevideo, 20 mayo 2015. Disponible en: <<http://eldiario.com.uy/2015/05/20/hoy-sera-la-edicion-numero-20-de-la-marcha-del-silencio/>>.

SE RETOMAN las excavaciones en el Batallón 13. **El País**, Montevideo, 16 jul. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/se-retoman-excavaciones-batallon.html#sthash.RXnFY7il.dpuf>>.

SERPAJ – SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA. **Uruguay nunca más**: informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). Montevideo, 1989. Disponible en: <<http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/indexbe3b.html?p=145>>.

TAPIA, Carlos. Amnistía alerta “retroceso” en investigaciones de la dictadura. **El País**, Montevideo, 25 feb. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/amnistia-alerta-retroceso-investigaciones-dictadura.html>>.

URUGUAY. Ley nº 15.737, de 8 de marzo de 1985. **Diario Oficial**, Montevideo, nº 21.906, 22 mar. 1985. Disponible en: <<http://www.impo.com.uy/bases/leyes/15737-1985>>.

URUGUAY, 30 años de democracia. **El País**, Montevideo, 1º mar. 2015. Disponible en: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/uruguay-tres-de-cadas-democraticas.html>>.

URUGUAY. Ley nº 15.848, de 22 de diciembre de 1986. **Diario Oficial**, Montevideo, nº 22.295, 28 dic. 1986. Disponible en: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=15848&Anchor=>>>.



